



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA**

**MÚLTIPLAS INTERLOCUÇÕES DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DOS FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS,  
HUMANOS E CIENTÍFICOS**

**SALVADOR**

**2014**

**JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA**

**MÚTIPLAS INTERLOCUÇÕES DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DOS FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS,  
HUMANOS E CIENTÍFICOS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea.

Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes

**SALVADOR**

**2014**

Silva, Jonathas Luiz Carvalho.

C331m Múltiplas interlocuções da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos.

491f.; 31 cm.

Tese (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Salvador, BA, 2014.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Henriette Ferreira Gomes.

1. Epistemologia da informação. 2. Ciência da Informação. 3. Informação – fundamentos técnico-pragmáticos. 4. Informação – fundamentos humanos. 5. Informação – fundamentos científicos. I. Título. II. Gomes, Henriette Ferreira.

CDD 020.0181

**Para citar este documento:**

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Múltiplas interpolações da informação no campo da Ciência da Informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos**. 2014. 490f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Henriette Ferreira Gomes.

JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA

**MÚLTIPLAS INTERLOCUÇÕES DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DOS FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS,  
HUMANOS E CIENTÍFICOS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação  
do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da  
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção  
do título de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Henriette Ferreira Gomes  
Profa. Titular ICI/UFBA (Orientadora)

---

Profa. Dra. Maria Nélide González de Gómez  
IBICT/RJ e UFF (Membro externo)

---

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior  
UNESP (Membro externo)

---

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire  
UFPB (Membro externo)

---

Profa. Dra. Aida Varela Varela  
ICI/UFBA (Membro interno)

À Sofia Dantas que como esposa demonstrou em sua plenitude o significado simbólico e material de família: amor, compreensão, respeito, apoio, carinho e que tem no silêncio a suavidade da prudência; na fala a pertinência do sentido e na ação o equilíbrio do contexto.

## AGRADECIMENTOS

Referendar gratidão pela construção de uma pesquisa não pode ser atrelada apenas ao momento de sua consecução, mas por todo o processo histórico de formação acadêmica que encaminha para realização da pesquisa. A concretização de uma tese reforça que o interesse coletivo de autor, orientadora, banca, familiares, amigos e companheiros de profissão ressoam de modo uníssono pelo resultado conquistado.

No entanto, não se trata apenas de pensar o coletivo como fenômeno harmonioso, mas, ao contrário, são interações e conflitos com a diversidade de pessoas que permitem uma construção de conhecimento sólida, pautada em perspectivas de suma relevância para continuidade da trajetória acadêmica e que sempre motivará condições para o aprendizado em nível individual e coletivo.

Agradeço, em primeiro lugar, a Santíssima trindade, representada pelo pai, filho e espírito santo, vez que essas forças espirituais foram fundamentais para promover ânimo nos momentos difíceis e humildade nos momentos de tranquilidade e equilíbrio, propiciando a realização deste trabalho.

A minha mãe Maria Carvalho Silva pelo exemplo de coragem na criação dos filhos. Ao meu pai, Nonato Silva (*in memoriam*), que com a virtude da “palavra”, ensinou que as qualidades devem ser exploradas e os defeitos devem ser retificados e reaplicados. Aos meus irmãos, Márcio Rogério que exerceu papel preponderante em todos os processos da minha formação pessoal e acadêmico-profissional e Carlos Henrique, que, prova na sua vida cotidiana, que as adversidades devem ser vencidas com ânimo, persistência e muita capacitação. A minha cunhada Regina por ter prestado grande apoio nos momentos de dificuldade e ter compartilhado os momentos de alegria.

A minha esposa Sofia Dantas pela profunda cumplicidade em todos os devires de nossas vidas (pessoal, emocional, profissional, etc.), assim como pela concessão de apoio integral para consecução desta pesquisa, seja estimulando o processo de leitura e escrita, seja em termos de diálogos, visando a concretização da excelência conteudístico-didática da pesquisa e de todo o fazer acadêmico.

A minha querida professora, orientadora e amiga Henriette Ferreira Gomes que neste período doutoral foi apoio central para melhoria de minha conduta nos aspectos humanos e acadêmico-profissionais. Aliás, desde a participação em minha banca de dissertação Henriette tem sido determinante para o desenvolvimento de minha carreira acadêmica. Por isso, agradeço pela oportunidade de ser seu parceiro com a prerrogativa de desenvolvimento de

atividades interinstitucionais que acredito contribuir em um mútuo fortalecimento intelectual e humano ressaltando meus desejos de que essa parceria seja continuada sendo efetivada nos demais períodos da carreira acadêmica.

A banca composta pela professora Aida Varela Varela (membro interno) que é um exemplo de professora/pesquisadora dedicada, compromissada e, acima de tudo, detentora de significativa humildade, sendo estes valores que me inspiram e que levarei para toda vida. Ao professor/pesquisador Gustavo Henrique de Araújo Freire pela parceria construída no mestrado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que resultou em múltiplos diálogos e frutos acadêmicos que vêm se perpetuando no transcorrer histórico. A professora/pesquisadora Nélide González, visualizada como referência em minha trajetória pelos diversos conteúdos produzidos no âmbito da Epistemologia e Filosofia da Informação os quais contribuíram de forma efetiva para consecução desta pesquisa. Ao professor/pesquisador Oswaldo Francisco de Almeida Júnior que certamente é uma das minhas grandes referências bibliográficas desde a formação no período da graduação e mais recentemente de caráter materialmente humano, visto que conhecê-lo pessoalmente mostrou que aquilo que discursa/escreve é, de fato, aquilo que vive. Em síntese é uma imensa honra ter todos neste ritual de defesa da tese. Faço menção de agradecimento ainda ao professor/pesquisador Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG) pela participação no ritual de qualificação.

Agradeço ao PPGCI UFBA representado por todos os professores pela aprovação para cursar doutorado, em particular, os meus colegas/amigos, tanto no nível do mestrado, quando no nível de Doutorado que oportunizaram momentos de debates fervorosos e muitas perspectivas de aprendizado.

No mestrado destaco o apoio inestimável da minha querida Hozana Azevedo que sempre muito disposta concedeu apoio integral para que eu obtivesse êxito nas matrículas e disciplinas do Programa. Ao amigo Ilídio pelo exemplo de humildade e capacidade no transcurso do PPGCI UFBA enquanto mestrando demonstrando grande consistência de apreensão/apropriação de conteúdos com comentários e fazeres sensatos, bem como pela possibilidade que tivemos de construir diálogos sobre diversos assuntos, inclusive política e futebol (quebramos o tabu de que não se discute sobre estes assuntos). As queridas Anna Karina, Andreia, Bruna, Fátima, Gabriela, Leidiane, Naiara, além do Pablo e Babilon pela oportunidade de diálogo e parceria no período das disciplinas em que espero que haja continuidade em nossas trajetórias.

Já no doutorado expressei meus agradecimentos a Ivana pelos inúmeros diálogos acadêmicos e cotidianos favorecendo uma vida dinâmica em Salvador entre estudos, trabalho e entretenimento; Sérgio Franklin (nobre colega) e Alzira reconhecendo que foi um prazer a convivência no período das disciplinas do doutorado; e Martha (Marthinha) minha amiga sergipana que favoreceu uma relação regional muito profícua sobre questões diversas da vida cotidiana e acadêmica. A minha querida amiga Giovanna (Gio) pela intensa convivência no doutorado que desejo continuidade nos próximos anos e pela possibilidade de partilhar questões diversas como aflições, perspectivas e conquistas em nível acadêmico e pessoal. Foi um grande prazer conhecê-la através do doutorado e afirmo que pode contar com o meu apoio para o que precisar.

Preciso enfatizar de modo especial o agradecimento ao meu grande amigo/irmão Márcio Bezerra pela amizade construída desde a seleção para o PPGCI UFBA em 2011. Em primeiro lugar, o agradecimento ocorre pela forma como a amizade foi iniciada em um momento de seleção de doutorado em que a ideia de apoio mútuo substituiu qualquer tensão de competitividade pautada apenas no benefício individual. Em segundo lugar, uma amizade que se desdobrou na convivência cotidiana e cumplicidade durante o doutorado, especialmente em 2012 e 2013 situada no reconhecimento de respeito às diferenças e ações recíprocas. Tê-lo como amigo é uma grande conquista neste período e espero que esta amizade seja permanentemente consolidada.

Faço menção às professoras nas quais cursei disciplinas como Yêda (Comunicação, Informação e Conhecimento) e Kátia (Seminários de Pesquisa em Ciência da Informação) aproveitando para afirmar que foram espaços de debates muito profícuos. A professora Yêda relato ainda minha alegria por ter presenciado/participado da banca de qualificação, pois, mesmo como suplente, não se furtou em fundamentar suas percepções sobre a pesquisa e promover apoio.

Agradeço aos meus/minhas colegas de trabalho na Universidade Federal do Ceará (UFC – Campus Cariri) atualmente Universidade Federal do Cariri (UFCA) como Débora, Cleide (grande articuladora e proponente de projetos para o desenvolvimento do curso), Gracy, Irma, Henry, Ariluci, Deise, Lucas, Elieny, Carla, Fanka e Joselina pela oportunidade de convivência e aprendizado, seja no âmbito da prática acadêmica de ensino, pesquisa, extensão e nos movimentos paredistas de 2012, seja no âmbito cotidiano apoiado no entretenimento coletivo (afinal nem só de trabalho vive o ser humano).

Em especial, agradeço a minha amiga Débora pelo apoio e amizade construída desde a graduação e perpetuada na convivência acadêmica e pessoal na UFCA. Foram muitas

parcerias em nível de ensino, pesquisa e principalmente em orientações e bancas de monografia. Mesmo distantes em face de nossos doutorados, meus desejos são de muitos êxitos em sua trajetória acadêmica e pessoal.

Aos meus alunos da Universidade Federal do Cariri (UFCA) que nas atividades acadêmicas e cotidianas me mostram de forma consciente e/ou inconsciente a seguir as máximas de Paulo Freire citadas no seu livro *Pedagogia da Autonomia* “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” e “Aprender precedeu ensinar, ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender [...]”. Agradeço, em particular aqueles que foram meus/minhas bolsistas e orientandos(as) de monografia, tais como: Naira Michelle (pela parceria construída no projeto de monitoria EUMEP, pela orientação de monografia, sendo um grande prazer contribuir para sua formação e crescimento acadêmico-profissional sabendo que o sucesso será uma tônica em sua caminhada); Felipe Ferreira da Silva (seu potencial pragmático e tecnológico o conduzirá a ser um bibliotecário de expressiva referência); Samuel Monteiro (seu potencial intelectual ainda permitirá muitas contribuições/criações na área de Biblioteconomia e no campo da informação); Naiara (pela sensibilidade e humanidade em nossas relações acadêmicas, assim como pelo desenvolvimento de excelente monografia sobre mediação na biblioteca pública); Rafaele (grato por todo apoio concedido no período de orientação e pós-orientação de monografia); minhas bolsistas de extensão Andria Dias e Elisvânia por apoiarem significativamente a execução do Projeto Modelo de Biblioteca Escolar (PMBE); e outros(as) orientandos(as) de monografia que marcaram promissora e meu trabalho enquanto professor/educador, tais como: 2010.1 – Kátissa, Milene, Silvana; 2011.1 – Margareth, Miriam, Roseli, Porfírio; 2012.1 – Erivana, Micaeli (eficiente e eficaz), Gracione, Samara; 2012.2 – Débora e Emanoela. Agradeço ainda a querida aluna e amiga Izabel Lima (UFC) que tive a oportunidade de participar de sua banca de monografia e debater sobre questões epistemológicas da CI que são questões tão caras a nossa área.

Agradeço a todos(as) amigos(as) dos Encontros Regionais e Nacionais de Biblioteconomia (EREBD e ENEBD), principalmente a Babilônia composta pelos meus amigos, Gustavo Henn (UFPE), Moreno (UFF), Gustavo (UFRN), Nando (UFRN), Rodrigo Peruca (UFPE), Rod (UFPE) que tornaram nossa caminhada na Biblioteconomia mais leve e produtiva em termos de ideias e ações.

Em especial, no que tange a Babilônia, agradeço aos meus amigos Lúcio, Lidiane e sua filha Maíra (um anjo enviado por Deus), pois sem a acolhida desta família em João Pessoa durante o ano de 2010/2011, a caminhada teria sido muito mais difícil. E quando uso o termo

família refere-se ao fato de ter me sentido acolhido por uma nova família. Agradeço pelo exemplo de receptividade, companheirismo, além da confiança e incentivo depositados em mim na perspectiva de que os desafios devem ser enfrentados e o êxito é uma consequência da batalha e da honestidade empenhadas no desafio. Ao Cauê que foi meu grande parceiro e amigo desde a graduação consolidando esta parceria/amizade até os dias hoje que ainda apresentam muitas perspectivas de crescimento. Ao meu amigo Roos (professor do Departamento de Biblioteconomia da UFMA) pela oportunidade de convivência enquanto amigos e parceiros acadêmicos em Fortaleza. Até hoje tenho acompanhado sua carreira desejando-lhe muito sucesso.

Agradeço ao Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC) representado pelos professores, funcionários técnico-administrativos e alunos (tanto os de minha geração, quanto os atuais alunos) pela formação em nível de graduação que contribuiu, sobretudo, para que eu pudesse chegar a este ritual de defesa de tese concebendo perspectivas para outras grandes conquistas, seja enquanto aluno, seja como professor substituto no ano de 2008 ministrando disciplinas no setor de Pesquisa como Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Bibliográfica e Normalização e disciplinas de outros setores e ainda pela oportunidade de ter participado de bancas de monografia.

Não posso me furtar em agradecer amigos/amigas desde o período da graduação como minhas queridas Daniele de Lima, Edmara Ferreira, Marina Alves, Neuila Rocha e Dulcemir Dias que não foram somente minhas companheiras de graduação, mas amigas que se perpetuaram na estrada da vida. Daniele pela sua serenidade; Edmara a “pequena grande” pela maturidade; Marina pelo companheirismo, confiança e pela ideia de que nossa amizade foi construída com muito sacrifício na superação de diversos obstáculos e senso de humanidade, o que torna a amizade ainda mais valorosa. Neuila pela oportunidade que tive de conhecê-la e saber de sua cumplicidade e apoio, principalmente nas horas mais difíceis. Dulcemir, minha querida comadre, que pela delicadeza e humanidade de pessoa muito me inspira. Não posso esquecer do meu amigo e compadre Marksuel Mariz que vivenciou/compartilhou boa parte de minha trajetória acadêmica apoiando nos momentos de dificuldades e congratulando nos momentos de êxito.

Também não posso esquecer de outras companheiras do curso de Graduação em Biblioteconomia, tais como: Danyele Melo, Francinir de Lima, Camila Morais, Viviane, Máyra Mesquita (hoje é minha companheira de profissão) e a turma de uma forma geral que na trajetória acadêmica me ajudaram a reconhecer erros, conceber a humildade, crescer como pessoa e a traçar minhas perspectivas profissionais.

Ao meu amigo Alexandre Magno que sempre mostrou espírito de companheirismo e confiança em mim como pessoa e como profissional. Um contato que surgiu na Graduação e foi se fortalecendo, se consolidando até se tornar uma efetiva amizade, de sorte que quando precisei sempre estive perto concebendo um papel de irmão.

Finalmente, agradeço imensamente a todos(as) que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica desde os idos da graduação, passando pelo processo do mestrado e para o desenvolvimento desta tese. Vocês fizeram a diferença em minha vida e espero que continuem fazendo após o doutorado. O frequente uso do termo “oportunidade” nestes agradecimentos significam precisamente quão importantes vocês foram e/ou são em minha vida.

*“A ciência consiste em substituir o saber que parecia seguro por uma teoria, ou seja, por algo problemático.” (Ortega y Gasset).*

*“‘Informação’ é um termo ideológico central porque determina e políctia o seu próprio significado numa imensa extensão de espaços sociais e culturais. Por meio da informação, são incluídos ou excluídos vocabulários para o futuro, dando forma à história num sentido condizente com a informação. O mundo da informação dado pelos textos fundadores e pelas tradições da informação no século XX é um mundo profundamente perturbador e problemático. É perturbador por causa da sua aparente naturalidade e senso comum, e por causa das suas predições para uma era da informação presente e futura. É problemático porque as suas pretensões são muito simplistas e redutoras da complexidade do sentido, do conhecimento e do agenciamento no mundo e porque um exame cuidadoso das suas pretensões e modelos fundacionais revela enormes e profundas exclusões e contradições.” (Day).*

## RESUMO

Analisa, partindo dos pressupostos teórico-epistemológicos da Ciência da Informação em diálogo com outras áreas do conhecimento, múltiplos significados de informação no âmbito científico e social contemporâneo. Com relação ao problema, apresentamos a seguinte questão: Quais são os possíveis conceitos e ocorrências do termo informação, considerando seus fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos? O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar perspectivas semânticas da informação no campo da Ciência da Informação no contexto dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, considerando a proposição de novas percepções teórico-práticas em informação. Já os objetivos específicos foram: identificar e analisar pressupostos teórico-conceituais e históricos da informação na Ciência da Informação, contemplando relações epistemológicas e proposição de elementos relacionais; abordar a informação no contexto dos fundamentos técnico-pragmáticos contemplando a relação entre informação e processos, informação e gestão, e informação e tecnologias; informação e linguagem; e informação em centros de informação; discutir sobre fundamentos humanos da informação nos contextos da sociedade, cultura, política/economia, educação, ideologia e memória; analisar percepções dos fundamentos científicos da informação no âmbito do conhecimento científico-natural e científico-social, multitemporalidade, subjetividade, disciplinaridade, valor e ética; apontar, a partir dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, perspectivas conceituais da informação no âmbito da Ciência da Informação. A metodologia toma como base o desenvolvimento da pesquisa teórica que tem como finalidade reconstruir conceitos, ideias e polêmicas concernentes à informação a partir da Ciência da Informação tomando como referência os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, assim como é concebida no contexto da pesquisa bibliográfica permitindo ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos possibilitando a elaboração de um processo reflexivo baseado em múltiplos diálogos com a literatura científica nacional e internacional de diferentes períodos históricos. A opção pela pesquisa bibliográfica favoreceu um desenho geral da pesquisa no que tange as estratégias desenvolvidas para sua consecução, em especial, no que insufla aos diálogos entre textos e autores possibilitando o caráter crítico-analítico e propositivo da tese. Concluimos que os conceitos de informação na Ciência da Informação possuem duas bases fundamentais: a primeira, de cunho mais tradicional, pautada em sua construção histórica e na correlação com outras terminologias como documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento; e a segunda, de cunho mais amplo e representativo no âmbito dos estudos epistemológicos da Ciência da Informação pautada nos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos considerando que cada fundamento produz conceitos de informação que possibilitam a fusão em um único conceito de informação que perpassa por possibilidades diversas de construção no contexto institucional e entre os sujeitos da informação.

**Palavras-chave:** Epistemologia da informação. Ciência da Informação. Informação – fundamentos técnico-pragmáticos. Informação – fundamentos humanos. Informação – fundamentos científicos.

## SUMMARY

Analyzes, based on the theoretical and epistemological assumptions of the Information Science in dialogs with other areas of knowledge, multiple meanings of information in the contemporary scientific and social context. With regard to the problem, we present the following question: What are the possible concepts and occurrences of the term information, considering its technical-pragmatic, human and scientific foundations? The overall purpose of the research was to investigate semantic perspectives of information in the field of Information Science in the context of the technical-pragmatic, human and scientific foundations, considering the proposition of new theoretical and practical perceptions in information. The specific purposes were: identify and analyze theoretical-conceptual and historical assumptions of information in Information Science, contemplating epistemological relations and proposition of relational elements; address information in the context of the technical-pragmatic foundations contemplating the relationship between information and processes, information and management, and information and technologies; information and language; and information in information centers; discuss the human foundations of information in the contexts of society, culture, politics/economics, education, ideology and memory; analyze perceptions of the scientific foundations of information, within the scientific-natural and scientific-social knowledge, multi-temporality, subjectivity, disciplinarity, value and ethics; point out, from the technical-pragmatic, human and scientific foundations, conceptual perspectives of information within the Information Science. The methodology is based on the development of theoretical research, which aims to reconstruct concepts, ideas and controversies pertaining to information from the Information Science, using as reference the technical-pragmatic, human and scientific foundations, as it is conceived in the context of the bibliographic research, allowing the researcher to cover a number of phenomena, enabling the development of a reflexive process based on multiple dialogs with the national and international literature of different historical periods. The option for bibliographic research favored a general design of the research concerning the strategies developed for its accomplishment, especially, as regards the dialogs between texts and authors enabling the critical-analytical and propositional nature of the thesis. We concluded that the concepts of information in the Information Science has two fundamental bases: the first, more traditional, based on its historical construction and on the correlation with other terminologies such as document, data, message, communication and knowledge; and the second, of a broader scope and more representative within the epistemological studies of the Information Science based on the technical-pragmatic, human and scientific foundations, considering that each fundament produces information concepts that enable the fusion into a single information concept which permeates various possibilities of construction in the institutional context and among the subjects of the information.

**Keywords:** Epistemology of information. Information Science. Information – technical-pragmatic foundations. Information – human foundations. Information – scientific foundations.

## RESUMEN

Analiza, partiendo de los presupuestos teórico-epistemológicos de las Ciencia de la Información en diálogo con otras áreas del conocimiento, múltiples significados de información en el ámbito científico y social contemporáneo. Con relación al problema, presentamos la siguiente cuestión: Cuáles son los posibles conceptos y ocurrencias del término información, considerando sus fundamentos técnico-pragmáticos, humanos y científicos? El objetivo general de la pesquisa fue el de investigar perspectivas semánticas de la información en el campo de las Ciencias de la Información en el contexto de los fundamentos técnico-pragmáticos, humanos y científicos, considerando la proposición de nuevas percepciones teórico-prácticas en información. Ya los objetivos específicos fueron: identificar y analizar los presupuestos teórico-conceptuales e históricos de la información en las Ciencias de la Información, contemplando relaciones epistemológicas y proposición de elementos relacionales; abordar la información en el contexto de los fundamentos técnico-pragmáticos contemplando la relación entre información y procesos, información y gestión, e información y tecnologías; información y lenguaje; e información en centros de información; discutir sobre fundamentos humanos de la información en los contextos de la sociedad, cultura, política/economía, educación, ideología y memoria; analizar percepciones de los fundamentos científicos de la información en el ámbito del conocimiento científico-natural y científico-social, multitemporalidad, subjetividad, disciplinariedad, valor y ética; apuntar, a partir de los fundamentos técnico-pragmáticos, humanos y científicos, perspectivas conceptuales de la información en el ámbito de las Ciencia de la Información. La metodología toma como base el desarrollo de la pesquisa teórica que tiene como finalidad reconstruir conceptos, ideas y polémicas concernientes a la información a partir de la Ciencia de la Información tomando como referencia los fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, así como es concebida en el contexto de la pesquisa bibliográfica permitiendo al investigador la cobertura de una gama de fenómenos posibilitando la elaboración de un proceso reflexivo basado en múltiples diálogos con la literatura científica nacional e internacional de diferentes periodos históricos. La opción por la pesquisa bibliográfica favoreció un diseño general de la pesquisa en lo que atañe a las estrategias desarrolladas para su consecución, en especial, en lo que insufla a los diálogos entre textos y autores posibilitando el carácter crítico-analítico y propositivo de la tesis. Concluimos que los conceptos de información en las Ciencia de la Información poseen dos bases fundamentales: la primera, de cuño más tradicional, pauta en su construcción histórica y en la correlación con otras terminologías, como documento, dato, mensaje, comunicación y conocimiento; y la segunda, de cuño más amplio y representativo en el ámbito de los estudios epistemológicos de las Ciencia de la Información pauta en los fundamentos técnico-pragmáticos, humanos y científicos considerando que cada fundamento produce conceptos de información que posibilitan la fusión en un único concepto de información que atraviesa posibilidades diversas de construcción en el contexto institucional y entre los sujetos de la información.

**Palabras-clave:** Epistemología de la información. Ciencia de la Información. Información – fundamentos técnico-pragmáticos. Información – fundamentos humanos. Información – fundamentos científicos.

## RÉSUMÉ

Il analyse, en partant des présuppositions théoriques et épistémologiques du Science des Informations dans le dialogue avec des autres secteurs de la connaissance, des multiples significations de l'information dans le cadre scientifique et social contemporain. Concernant le problème, on présente la question suivante: Quels sont les possibles concepts et occurrences du terme d'information, en considérant leurs fondements techniques et pragmatiques, humains et scientifiques? L'objectif général de la recherche a été d'enquêter des perspectives sémantiques des informations dans le domaine de la Science de l'Information dans le contexte des fondements techniques et pragmatiques, humains et scientifiques, en considérant la proposition des nouvelles perceptions théoriques et pratiques dans l'information. Déjà les objectifs spécifiques ont été : identifier et analyser des hypothèses théoriques et conceptuels et historiques des informations dans la Science de l'Information, en envisageant des relations épistémologiques et des propositions des éléments relationnels; aborder les informations dans le contexte des fondements techniques et pragmatiques en envisageant la relation entre des informations et des processus, des informations et la gestion, et des informations et des technologies des informations et la langage; et des informations dans des centres d'informations; en discuter sur des fondements humains des informations dans les contextes de la société, culture, politique/économie, éducation, idéologie et mémoire; analyser des perceptions des fondements scientifiques des informations dans le contexte de la connaissance des sciences naturelles et des sciences-sociale, de plusieurs temporalité, subjectivité, disciplinarité, valeur et éthique ; indiquer, à partir des fondements techniques et pragmatiques, humains et scientifiques, des perspectives conceptuelles des informations dans le contexte du Science des Informations. La méthodologie prend comme base le développement de la recherche théorique qui a comme finalité reconstruire des concepts, des idées et des polémiques concernantes aux informations à partir du Science des Informations en prenant comme référence les fondements technique et pragmatique, humains et scientifiques, ainsi qu'est conçue dans le contexte de la recherche bibliographique en permettant au chercheur la couverture d'un gamma de phénomènes en rendant possible l'élaboration d'un processus de réflexion basé sur de multiples dialogues avec la littérature scientifique national et international de différentes périodes historiques. L'option pour la recherche bibliographique a favorisé un dessin général de la recherche dans laquelle il concerne les stratégies développées pour sa réalisation, en particulier, en ce que se déploie aux dialogues entre des textes et des auteurs en rendant possible le caractère critique et analytique et aussi propositionnelle de la thèse. On a conclu que les concepts des informations dans le Science des Informations possède deux bases fondamentales : la première, d'empreinte plus traditionnelle, réglée dans sa construction historique et dans la corrélation avec autres terminologies comme le document, la donnée, la message, la communication et de la connaissance; et la seconde, d'empreinte plus suffisante et représentative dans le contexte des études epistemologiques du Science des Informations réglée sur les fondements technique et pragmatiques, humains et scientifiques en considérant que chaque fondement produit des concepts d'information qui rendent possible la fusion dans le seul concept d'information qui imprègne par des possibilités diverses de construction dans le contexte institutionnel et entre les sujets des informations.

**Mots clés:** Épistémologie de l'information. Science des Informations. Informations - fondements techniques et pragmatiques. Informations - fondements humains. Informations - fondements scientifiques.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Relações entre epistemologia crítica e criativa	47
<b>Figura 2</b> –	Relações entre o objeto e suporte do objeto na CI	110
<b>Figura 3</b> –	Processo de paradigmas e conceitos de informação na CI	122
<b>Figura 4</b> –	Processo linear da mensagem	142
<b>Figura 5</b> –	Dupla construção epistemológica relacional	144
<b>Figura 6</b> –	Modelo interacionista dos sujeitos da informação	157
<b>Figura 7</b> –	Informação como fenômeno cognitivista-hilozoísta	171
<b>Figura 8</b> –	Conceito crítico-social no âmbito da dialética da informação	189
<b>Figura 9</b> –	Relações entre o conceito de informação e outras terminologias	201
<b>Figura 10</b> –	Informação como processo fisicalista, social e ontológico	222
<b>Figura 11</b> –	Informação, sociedade e protagonismo social	297
<b>Figura 12</b> –	Informação no âmbito da economia política	316
<b>Figura 13</b> –	Construção processual de sentidos entre informação e memória	353
<b>Figura 14</b> –	Configuração disciplinar da informação	391
<b>Figura 15</b> –	Ética informacional alteritária	424

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Diferenças entre Teoria do Conhecimento e Epistemologia	38
<b>Quadro 2</b>	–	Pontos de vista e perguntas sobre Epistemologia/Filosofia da Ciência	41
<b>Quadro 3</b>	–	Aplicação da teoria funcionalista-estrutural na CI	87
<b>Quadro 4</b>	–	Características da era da informação I	93
<b>Quadro 5</b>	–	Características da era da informação II	97
<b>Quadro 6</b>	–	Objeto de estudo da CI	105
<b>Quadro 7</b>	–	A formação do paradigma na CI	117
<b>Quadro 8</b>	–	Diferenças e relações entre ocorrências e conceitos	127
<b>Quadro 9</b>	–	Relações/diferenças entre percepções de materialidade da informação	137
<b>Quadro 10</b>	–	Relações e diferenças entre informação e mensagem	140
<b>Quadro 11</b>	–	Estudos aplicados do conceito cognitivo de informação	169
<b>Quadro 12</b>	–	Diversas manifestações conceituais de informação na CI	197
<b>Quadro 13</b>	–	O que não é o conceito de informação	202
<b>Quadro 14</b>	–	Conceito de informação	203
<b>Quadro 15</b>	–	Semelhanças e diferenças entre informação científica e tecnológica	238
<b>Quadro 16</b>	–	Fatores diretos e indiretos na construção da informação em museu	278
<b>Quadro 17</b>	–	Inter-relações entre informação e educação	324
<b>Quadro 18</b>	–	Relações entre ideologia e informação	336
<b>Quadro 19</b>	–	Características científico-naturais e científico-sociais da informação	366
<b>Quadro 20</b>	–	Conceito de metamediação	372
<b>Quadro 21</b>	–	Valores da informação	399

## LISTA DE SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
C&T	Ciência e Tecnologia
CC	Ciência da Computação
CI	Ciência da Informação
CII	Coordenação interdisciplinar da informação
EBC	Escola de Biblioteconomia de Chicago
ECC	Epistemologia crítico-criativa
EE	Eliminação do Erro
ER	Epistemologia reprodutivista
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ERC	Estrutura das Revoluções Científicas
EUA	Estados Unidos da América
GT	Grupo de Trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação em Ciência e Tecnologia ou Informação Científica e Tecnológica
IPA	<i>International Psychoanalytical Association</i>
MISI	Modelo Interacionista dos Sujeitos da Informação
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPI	Paralelismo pluridisciplinar da informação
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TMC	Teoria Matemática da Comunicação
TT	Teoria Tentativa
TTM	Tese dos Três Mundos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTI	Unificação transdisciplinar da informação

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
2	<b>DAS CONCEPÇÕES DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA: INTERLOCUÇÕES APLICADAS A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>37</b>
2.1	DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM PRAGMÁTICA AO DEMARCAÇIONISMO CIENTÍFICO E/OU ENTRE A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO: CORRENTES DA EPISTEMOLOGIA WITTGENSTIANA E POPPERIANA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	48
2.1.1	<b>Wittgenstein e a Filosofia da Linguagem como epistemologia crítica: situando a pragmática da Ciência da Informação no âmbito da organização do conhecimento</b>	<b>48</b>
2.1.2	<b>Karl Popper e a epistemologia da racionalidade científica: subsídios para cientificidade da Ciência da Informação</b>	<b>55</b>
2.2	A(S) NARRATIVA(S) SOCIOLÓGICO-CIENTÍFICA(S) NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DA DOGMATIZAÇÃO PARADIGMÁTICA AO ANACRONISMO FUNCIONALISTA-ESTRUTURAL	65
2.2.1	<b>A epistemologia paradigmática de Kuhn: um vício pseudo-científico na CI?</b>	<b>76</b>
2.2.2	<b>O funcionalismo-estrutural e a multiplicidade técnica, social e epistemológica na Ciência da Informação</b>	<b>85</b>
3	<b>TRAVESSIAS EPISTEMOLÓGICAS DOS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DO PARADIGMA AO PROCESSO SEMÂNTICO-TRAJETORIAL DA INFORMAÇÃO</b>	<b>90</b>
3.1	DA FORMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO À CONCEPÇÃO DE PARADIGMA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: MÚLTIPLAS PENETRAÇÕES SEMÂNTICAS	101
3.1.1	<b>Da tradição a desmitificação conceitual: a informação pelo viés do paradigma na Ciência da Informação</b>	<b>113</b>
3.2	DAS MÚLTIPLAS PENETRAÇÕES DOS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: HISTORICIDADES, PERCEPÇÕES, DIÁLOGOS E CONFRONTOS	125
3.2.1	<b>Da relação entre informação e documento: possibilidades de materialidade crítica da informação na CI</b>	<b>129</b>
3.2.2	<b>Relações entre informação, mensagem e conhecimento: da transmissão à dupla construção epistemológica relacional</b>	<b>138</b>
3.2.3	<b>A Teoria Matemática da Comunicação no âmbito das apropriações da Ciência da Informação: propondo uma nova relação entre sujeitos da informação</b>	<b>148</b>
3.2.4	<b>Das origens ao desenvolvimento atual: o conceito de informação compreendido na trajetória da CI</b>	<b>161</b>
3.2.5	<b>Outros conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas e categorizações</b>	<b>198</b>
4	<b>FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS DA INFORMAÇÃO: DA TRIÁDE PROCESSOS, GESTÃO E TECNOLOGIAS, INTERRELAÇÃO COM A LINGUAGEM E APLICAÇÃO EM CENTROS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>209</b>

4.1	INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS: PRAGMATISMOS FÍSICO, SOCIAL E ONTOLÓGICO	212
4.2	INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO: DO PRAGMATISMO ESTRATÉGICO AOS VALORES DA INFORMAÇÃO	224
4.3	INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TECNOLOGIA: O DESIDERATO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	230
4.4	INFORMAÇÃO E LINGUAGEM: DAS INTERRELAÇÕES PRAGMÁTICAS ÀS ATRIBUIÇÕES DA CONSTRUÇÃO INFORMACIONAL	242
4.5	4.5 INFORMAÇÃO EM CENTROS/UNIDADES DE INFORMAÇÃO: MÚLTIPLOS PRAGMATISMOS E SIGNIFICADOS EM BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS	251
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTOS HUMANOS DA INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE CONTEMPLANDO CULTURA, POLÍTICA/ECONOMIA E EDUCAÇÃO E DAS INTER-RELAÇÕES COM IDEOLOGIA E MEMÓRIA</b>	<b>281</b>
5.1	INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: DA INFORMAÇÃO SOCIAL AO PROTAGONISMO SOCIAL	281
<b>5.1.1</b>	<b>Informação e cultura: percepções sobre utilitarismo cultural e cultura digital da informação</b>	<b>300</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Informação e política/economia: tessituras relacionais</b>	<b>308</b>
<b>5.1.3</b>	<b>Informação e educação: possíveis interrelações e a formação de competências</b>	<b>317</b>
5.2	INFORMAÇÃO E IDEOLOGIA: ALGUNS DIÁLOGOS FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E A CONSTITUIÇÃO DO PROSELITISMO INFORMACIONAL	328
5.3	INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: INTERRELAÇÕES SEMÂNTICAS E A CONSTRUÇÃO PROCESSUAL DE SENTIDOS	342
<b>6</b>	<b>FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA INFORMAÇÃO: COMPOSIÇÃO DOS FENÔMENOS CIENTÍFICO-NATURAL E CIENTÍFICO-SOCIAL, MULTITEMPORALIDADE, OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE/INTERSUBJETIVIDADE, CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR, VALOR E ÉTICA</b>	<b>355</b>
6.1	A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO CIENTÍFICO-NATURAL E CIENTÍFICO-SOCIAL	357
6.2	A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO TEMPORAL/MULTITEMPORAL: DA PERCEPÇÃO PRESENTE-PASSADO A METAMEDIAÇÃO INTEGRADORA	367
6.3	A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO DE OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: DA VONTADE DE PODER À PERSPECTIVA DA LÓGICA DIALÉTICA	375
6.4	A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO PLURI, INTER E TRANSDISCIPLINAR: DO PRINCÍPIO QUANTITATIVO PLURIDISCIPLINAR À UNIFICAÇÃO TRANSDISCIPLINAR	384
6.5	INFORMAÇÃO E VALOR: INTERRELAÇÕES CONCEITUAIS E A FORMAÇÃO DAS TIPOLOGIAS VALORATIVAS DA INFORMAÇÃO	392
6.6	INFORMAÇÃO E ÉTICA: ENTRE O UNIVERSALISMO E RELATIVISMO E/OU DA ÉTICA (PLURI)CONTEXTUALISTA À ÉTICA ALTERITÁRIA DA INFORMAÇÃO	407
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>426</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>435</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A informação na contemporaneidade tem conquistado efetivos espaços entre indivíduos, grupos sociais, empresas e sociedade de forma mais ampla, sendo inegável sua relevância. Porém, a complexidade, variedade de conceitos e ocorrências da informação no contexto cotidiano e técnico-científico têm promovido uma diversidade de significados que dificultam a construção de sentidos mais consistentes. Isso implica afirmar sobre a importância em conceber estudos sobre a informação em seu contexto social e epistemológico, visando discutir e compreender alguns dos seus significados.

Destarte, acreditamos que compreender a informação perpassa, de modo especial, pela construção do seu significado histórico na humanidade e na ciência em virtude de que a informação ganha configurações diferenciadas, conforme necessidades e exigências das sociedades.

Os múltiplos conceitos construídos na história da informação iniciando pelo caráter etimológico de “dar forma” ou amoldar fenômeno(s) a determinados contextos ou intencionalidades que se estabeleceu desde a Antiguidade até a Idade Moderna passando para o conceito de informação como transmissão de mensagens de sujeito(s) para outro(s), informação como processo de transmissão de sinais/dados, informação como fenômeno de transferência, informação como fenômeno de partilha, informação como dinamização do conhecimento, informação como conhecimento comunicado, etc., sendo todos estes conceitos concebidos na contemporaneidade denotam que o conceito de informação não somente ganhou destaque nos séculos XX e XXI, mas que se desfigurou de seu sentido etimológico culminando em percepções conceituais poliepistemológicas concretizando a relevância destes conceitos para o agir humano, bem como para o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos formais que auxiliam na produção da informação.

No entanto, a ampliação brusca e célere dos conceitos de informação traz a baila que cada conceito possui aplicações específicas reiterando que tem sido praticamente impossível promover um conceito de informação aplicável em qualquer situação, embora possa ser aplicada de alguma forma em várias relações humanas.

A efervescência do conceito de informação na contemporaneidade é fruto de novas formas de analisar o sistema capitalista e até mesmo de viabilizar/fortalecer este modo de produção, mas é principalmente forma de compreender relações humanas em seus diversos níveis (pessoais, institucionais, presenciais, virtuais, etc.). A informação passa a representar ou pelo menos a se associar de forma múltipla a questões como expressões de pensamento,

armazenamento de conteúdos, esclarecimento da linguagem, compreensão de ideias e estratégias para ações, com vistas a resolver/elucidar determinadas questões (científicas, profissionais, cotidianas, ambientais, religiosas, etc.).

O crescimento dos estudos sobre informação favorecem inclusive setores de pesquisa e até mesmo uma ciência para analisar este conceito como é o caso da Ciência da Informação (CI). É fundamental verificar como campo do conhecimento habilitado para alavancar os estudos sobre os processos de informação, assim como os aparatos teóricos e aplicativos que envolvem a informação em suas diversas nuances (sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, entre outras).

Tomando por base a configuração contemporânea em torno do objeto informação, formulamos o problema de pesquisa a partir da seguinte questão: Quais são os possíveis conceitos e ocorrências do termo informação, considerando seus fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos?

O problema da pesquisa se insere na perspectiva de observar os múltiplos diálogos sobre a informação na CI identificando, por um lado, aspectos basilares de ocorrências e situações informacionais e, por outro lado, de maneira mais aprofundada, empreender perspectivas conceituais que assinalam multiplicidades semânticas, seja a partir de relações com outros termos como documento, mensagem e conhecimento, seja a partir da trajetória informacional na CI no âmbito dos conceitos físico, cognitivo e sócio-cognitivo reiterando a necessidade de novas proposições nas relações informacionais, visando constituir uma nova tradição informacional na CI.

Podemos afirmar que o conceito de informação tem sido investigado na história da ciência a partir de três grandes pensamentos: a interação entre os sujeitos contemplando, inclusive, os conflitos entre os sujeitos; a representação que resulta dessas interações; relações de poder entre os sujeitos da informação ou o poder informacional construído através de poderes materiais e simbólicos de sujeitos sobre outros.

As duas primeiras tendências de investigação envolvem problemas epistemológicos de cunho temático (comunicacional, ideológico e linguístico) e de campo do conhecimento (a inserção de diálogos múltiplos nas ciências humanas e sociais, bem como nas ciências naturais). Já a terceira tendência é intrinsecamente concatenada aos modos de compreensão de como a informação estimula o exercício do poder entre sujeitos, pois o que está em jogo não é a interação em si, mas a maneira de um sujeito arbitrar sobre o outro e determinar o sentido contudístico-ideológico da informação.

Embora as duas primeiras abordagens sejam diferentes da terceira é preciso considerar que os estudos de compreensão se dão através de assuntos semelhantes, tais como: relações culturais, políticas, econômicas e educacionais, reflexão sobre a ideologia e memória dos sujeitos, nível de conhecimento dos sujeitos, relações subjetivas e da intersubjetividade, múltiplas temporalidades em que a informação está inserida, além de valores informacionais e fundamentos éticos.

Acreditamos que estes três aspectos, analisados dualmente por uma ótica particularizada e sob uma ótica holística a fim de contemplar critérios diversos (particulares e gerais; singulares e plurais) sobre a teorização e pragmatização da informação formam uma completude valorativa dos múltiplos conceitos de informação.

Por isso, a presente pesquisa tem seu olhar pautado nas três dimensões, visando promover um entendimento mais completo acerca da historicidade conceitual contemporânea da informação. Apresentam nas duas primeiras dimensões seus principais legados atestando que é a partir da interação entre sujeitos no âmbito da realidade objetiva a compreensão de outras perspectivas de construção e apropriação da informação vislumbrando que estas dimensões não estão fincadas apenas no espectro do desiderato comunicacional e do conhecimento, mas nos indícios técnicos, humanos e científicos que regem o *modus operandi* da humanidade.

A importância do tema reside na necessidade de investigar as propriedades, concepções semânticas da informação, fornecendo a CI bases reflexivas para formação de um *corpus* epistemológico que compreenda a informação em suas diversas facetas pragmáticas, humanas e científicas.

As razões da presente pesquisa podem ser norteadas a partir dos seguintes fundamentos:

- a) acadêmico-científica – referente à pertinência de discutir, rever e propor percepções acerca da fundamentação teórica da informação na CI considerando tanto seus fundamentos propriamente ditos, quanto as influências de outros estudiosos e das áreas do conhecimento para fundamentação teórico-conceitual da informação;
- b) social – relativo à intenção de discutir e compartilhar novos conteúdos junto as diversas comunidades que vivenciam e estudam a informação em suas mais diversas nuances;

- c) cultural – a perspectiva de observar a formação de culturas informacionais que vislumbram como estudiosos, sujeitos e grupos sócio-institucionais entendem a informação na contemporaneidade;
- d) pessoal – concernente aos trabalhos com epistemologia da Biblioteconomia, epistemologia da CI e epistemologia da informação que têm suscitado um conjunto de estudos desenvolvidos pelo autor desde a graduação, sendo a tese uma grande oportunidade e desafio para investigar as diversas concepções teórico-práticas de informação.

Como **hipótese primária** concebemos que: o significado de informação, tanto na CI, quanto no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos é mais passível de compreensão quando associado a outras terminologias constituindo a ideia de que a formação conceitual de informação depende inexoravelmente do diálogo com outros conceitos. Como **hipótese secundária** ponderamos que: o conceito de informação, tanto na CI, quanto no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos tem se desenvolvido a partir da influência de outros campos das ciências naturais e sociais clássicas permitindo grandes perspectivas de criação e proposição conceitual.

O **objetivo geral** da pesquisa foi o de investigar perspectivas semânticas da informação no campo da Ciência da Informação no contexto dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, considerando a proposição de novas percepções teórico-práticas em informação. Já os **objetivos específicos** foram:

- a) identificar e analisar pressupostos teórico-conceituais e históricos da informação na Ciência da Informação, contemplando relações epistemológicas e proposição de elementos relacionais;
- b) abordar a informação no contexto dos fundamentos técnico-pragmáticos contemplando a relação entre informação e processos, informação e gestão, e informação e tecnologias; informação e linguagem; e informação em centros de informação;
- c) discutir sobre fundamentos humanos da informação nos contextos da sociedade, cultura, política/economia, educação, ideologia e memória;
- d) analisar percepções dos fundamentos científicos da informação no âmbito do conhecimento científico-natural e científico-social, multitemporalidade, subjetividade, disciplinaridade, valor e ética;
- e) apontar, a partir dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, perspectivas conceituais da informação no âmbito da CI.

No que tange a metodologia, consiste no estabelecimento de um conjunto de estratégias que dialogaram com a realidade lógico-teórica da pesquisa, permitindo observar de forma integrada a participação da díade sujeito-objeto como fenômenos ativos e interacionistas, e não como fenômenos isolados em que o sujeito determina os rumos da pesquisa tornando o objeto elemento ontológico passivo das vontades do sujeito.

Esta tese toma como base o desenvolvimento da pesquisa teórica que é “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p.22). Evidentemente que a presente tese teve como finalidade a reconstrução de conceitos, ideias e polêmicas concernentes à informação, tanto no âmbito da CI, quanto no âmbito geral dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos. Este olhar da informação na CI considerando suas correlações conceituais, fundamentos históricos e os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos possuem o objetivo de dar olhar específico de como a informação se constitui no campo mais dinâmico e exclusivo para os estudos epistemológicos informacionais e como este campo tem acomodado os conceitos e as relações conceituais da informação, bem como analisar como a informação tem se desenvolvido em diversos aspectos humanos e não-humanos ratificando que a informação é um fenômeno conceitual presente nos mais diversos espaços e com destacada intensidade na contemporaneidade.

A pesquisa teórica em informação tem o primado de conciliar o que vem sendo investigado/estudado sobre o tema e quais suas realizações pragmáticas no contexto técnico, científico, acadêmico, profissional e humano em geral. Em outras palavras, a pesquisa teórica nesta tese é uma forma de conciliar pensamentos diversos em torno da ciência e das práticas sociais em informação reconhecendo que este conceito tem se situado em múltiplas interlocuções teórico-pragmáticas.

O desiderato da pesquisa teórica nos permite considerar que vários campos estudam informação, mas nenhum está tão enfaticamente preocupado com os estudos em informação quanto a CI, possibilitando compreender que esta ciência deve construir um amplo olhar sobre este conceito em três grandes vieses: as realizações da CI em torno dos estudos e práticas em informação que têm se estabelecido em diversos ambientes e em diálogos com diversas outras ciências no campo das ciências humanas/sociais e naturais; o fortalecimento teórico-epistemológico e metodológico do campo, que é consequência do primeiro viés; a contribuição da CI para outros campos do conhecimento a partir dos estudos sobre teoria, Epistemologia, Filosofia e metodologia em informação, que se constituiria como grande justificação do processo de consolidação epistemológica da CI.

Por isso, consideramos que uma pesquisa teórica subsidia o trânsito dialógico entre aquilo que a CI prega em termos de informação (realidades apresentadas nos capítulos sobre “as contribuições da Epistemologia e Sociologia da Ciência na CI” e, principalmente, da “informação na CI”) e aquilo que pode ser construído em torno dos diálogos entre a CI e outros campos do conhecimento, conflitando o debate acerca das percepções técnicas, científicas, humanas e até do senso comum em informação (realidades apresentadas nos capítulos que versam sobre os fundamentos da informação técnico-pragmáticos, humanos e científicos).

Outrossim, consideramos que o uso da pesquisa teórica para reconstruir/rever/redimensionar certos conceitos, ideias e polêmicas em informação, especialmente na CI não têm a finalidade de abandonar ideais teórico-epistemológicos, mas conceber um aprimoramento no sentido de fornecer novos subsídios reflexivos sobre informação para a CI, tanto internamente na reflexão do próprio campo, quanto externamente no campo das reflexões sobre informação em geral.

Para dar mais solidez ao desenvolvimento da pesquisa teórica apropriamo-nos da pesquisa bibliográfica que é o delineamento mais consistente de atuar com pesquisa teórica. Lakatos e Marconi (1999, p.73) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

O primeiro capítulo que trata sobre Epistemologia e Sociologia da Ciência aplicada à CI o uso das fontes bibliográficas se deu da seguinte forma: uso majoritário de livros para explicitar questões da Epistemologia/Filosofia que envolve estudos de Wittgenstein e Popper e Sociologia da Ciência que valoriza obras de Kuhn e do pensamento kuhniano; uso majoritário de artigos de periódicos e artigos de anais de eventos para questões relacionadas à CI, visto que parte significativa dos estudos científicos nesta ciência está alocado nestes tipos de suportes bibliográficos. Já o segundo capítulo é amplamente vinculado ao uso de artigos científicos diversos e alguns livros/capítulos de livros que dão vazão as reflexões sobre informação na CI. Os capítulos terceiro, quarto e quinto que tratam dos fundamentos técnico-pragmático, humano e científico da informação há uma mescla de uso deliberado de livros/capítulos de livros que norteiam debates diversos em cada fundamentos, assim como o

uso de artigos científicos condicionando estudos que expressam devida atualidade e contextualidade histórico-discursiva sobre informação.

É pertinente ressaltar que o uso de livros possui variações históricas, principalmente datadas entre a década de 1920 até o início da segunda década do século XX com a finalidade de estabelecer a contextualização histórico-filosófica e científica de cada momento tratado acerca do debate em informação, assim como mostrando que muitas discussões trazidas do início e meados do século XX ainda são consideradas atuais e deliberam novas reflexões e redimensionamentos crítico-analíticos. Já o uso de artigos científicos primou por datações das últimas décadas do século XX e o século XXI em face do rápido e amplo processo de atualização deste suporte. Outra questão é a mescla permanente no uso de artigos científicos de cunho nacional e internacional comprovando o caráter global de fundamentação teórica da presente pesquisa.

Vale ainda destacar que esta pesquisa tanto possui uma variedade de textos sobre informação em geral, informação na CI e sobre a própria CI (fundamentos teórico-epistemológicos e pragmáticos), com a pretensão de trazer um diálogo que dinamize a completude de reflexões acerca da informação. Em outras palavras, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender, através dos diálogos discursivos, o que entende a CI sobre informação, as ocorrências e significados de informação e as contribuições que um conjunto de ideias e conceitos promovidos a partir de um estudo da CI pode contribuir com outros campos do conhecimento e com estudos gerais em informação atestando que apenas uma pesquisa teórico-bibliográfica possibilita uma dinâmica investigativa de tal natureza.

A finalidade da pesquisa bibliográfica selecionada é reconhecer teoricamente o desenvolvimento conceitual e ocorrencial da informação na CI e nos campos do conhecimento em geral trazendo percepções transversais acerca das aproximações entre ciências humanas/sociais e naturais acerca da informação.

De forma mais sintética, a pesquisa bibliográfica selecionada possui a finalidade de “[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema” (KOCHE, 1997, p.122) atentando para o fato de que os conceitos de informação se constituem em amplos, desafiadores e instigadores problemas passíveis de construção de conhecimento e contribuições teóricas.

Diante deste desenho geral é possível afirmar acerca da fundamentação metodológica da tese:

- a) a pesquisa possui uma fase exploratória calcada na preconização de uma intimidade/familiaridade com diversos estudos sobre informação, em diversas

áreas do conhecimento no âmbito nacional e internacional aproximando de forma genérica entendimentos sobre informação;

- b) a pesquisa promove perspectivas contributivas no sentido de propor possíveis modelos e ocorrências configuracionais de informação a fim de valorizar em escala ainda mais efetiva as discussões formais e informais sobre informação na CI no âmbito de suas comunidades discursivas;
- c) a pesquisa concebe elementos dedutivos no sentido de construir uma trajetória calcada na fundamentação crítico-analítica e propositiva de lidar com generalidades teóricas e bibliográficas em informação como é possível observar no capítulo que trata de informação na CI através da relação entre a informação e diversos termos como documento, mensagem, conhecimento, a informação relacionada a visão dos paradigmas e a trajetória do conceito de informação na CI, assim como diversos assuntos em que relacionamos à informação nos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, conforme exposto mais abaixo);
- d) a ideia de partir de uma generalidade tem a finalidade de compreender mais amplamente os múltiplos significados e interlocuções sobre informação considerando que o diálogo com textos e autores é uma forma de se apropriar de conteúdos da realidade objetiva trazendo-os para um plano teórico de elucidação e proposição de novas ideias para aprimoramento dos estudos sobre informação.

A metodologia adotada possibilita o desenvolvimento de uma tese teórico-crítica situada em uma construção argumentativa no sentido de não apenas dialogar com textos/autores, mas, a partir desses diálogos, produzir novos amparos teórico-conceituais, epistemológicos, éticos e filosóficos sobre informação no contexto da CI.

Em síntese, a metodologia da pesquisa possui a característica de enfatizar o teórico sem esquecer ou mesmo partir do pragmático. Também prima pela atividade propositiva partindo (convergindo/divergindo/complementando) daquilo que já vinha sendo estudado permitindo afirmar que as propostas conceituais/representacionais indicadas na pesquisa possuem conexões com o universo etimológico, epistemológico e histórico-pragmático dos estudos sobre informação.

Na constituição dos capítulos que compõem o **referencial teórico** da tese, o primeiro pode ser considerado um **ensaio** sobre aplicações da Epistemologia na CI contemplando os pensamentos de Wittgenstein e a Filosofia da Linguagem e concepções de Karl Popper que preconiza fundamentos para cientificidade da CI, assim como a aplicação da Sociologia da Ciência a partir da teoria paradigmática de Kuhn e as teorias funcionalistas-estruturais. A

pretensão deste primeiro capítulo não é de elucidar as bases epistemológicas da CI como um todo, mas atentar, na exponencialidade do pensamento de Wittgenstein e Popper, como a Filosofia na função de um estado de espírito epistemológico têm contribuído para o desenvolvimento do campo da CI (fundamentações teóricas e pragmáticas) e do conceito de informação e como a Sociologia da Ciência a partir do pensamento kuhniano e das correntes funcionalista-estruturais tem caracterizado o fazer acadêmico-científico da CI.

O segundo capítulo consta do desenvolvimento da informação na CI a partir de multiplicidade de tópicos que ratificam a transversalidade investigativa do campo. A união desses tópicos estrutura uma visão holística acerca dos predicativos conceituais da informação na CI.

O primeiro tópico é referente ao objeto de estudo da CI. Entendemos que um conceito de tamanha expressão na CI considerado objeto deste campo delibera um olhar mais cauteloso e minucioso sobre como se desenvolve como objeto da CI. A informação, terminologia de variados conceitos e aplicações, certamente se estabelece na CI como um objeto articulado e vinculado a outros elementos que dão consistência ao fazer científico-operacional da CI, permitindo afirmar que a partir de uma noção mais precisa sobre o objeto é possível conceber inferências conceituais sobre informação.

O segundo tópico é sobre o olhar da informação na CI a partir da noção de paradigmas. Este tópico recebe grande influência porque transita de forma triádica entre a formação do objeto da CI, a construção do conceito de CI e a construção do conceito de informação de forma processual. O conceito de paradigma tem sido utilizado como um catalisador epistemológico que dá vazão compreensiva/pragmática a CI e a informação, conforme uma visão histórico-conceitual. No entanto, o conceito de paradigma, principalmente o delimitado linearmente em físico, cognitivo e social tem sido abordado na CI de forma muito rígida e como se fosse resolver/esclarecer os diversos problemas de sustentação epistemológica do campo quando, em verdade, pode acomodar de forma reducionista e engessada o significado de informação na CI. Por isso, este tópico, ao mesmo tempo em que merece atenção especial, merece também uma crítica cautelosa e compromissada com a ideia de que a epistemologia da informação na CI possui uma historicidade e um fazer científico-operacional mais amplo, assim como estes paradigmas não apresentam um rompimento integral entre si, mas buscam formas diferentes de construir o conceito de informação. Este fazer científico-operacional mais amplo pode ser observado nos tópicos seguintes que tratam de relações conceituais da informação na CI com outras

terminologias, assim como no desenvolvimento histórico do conceito da informação neste campo.

O próximo tópico versa sobre a relação entre informação e documento. Como estes possuem conceitos e principalmente ocorrências similares e às vezes até idênticas é preciso conceber essas diferenciações que se dão de forma mais clara na discussão sobre a materialidade da informação para a qual convocamos para o debate pensadores como Frohmann/Foulcalt, Buckland e Marx. Os dois primeiros desenvolvem bases de pensamento da materialidade informacional na relação com o documento, enquanto o terceiro é uma proposta desta pesquisa em mostrar como Marx pode contribuir para uma compreensão sobre a materialidade da informação.

O tópico que segue discute sobre as relações entre informação, mensagem e conhecimento. A escolha pela junção dos três tópicos se dá por estarem intimamente ligados. As relações ocorrem quando o conhecimento é dinamizado pela informação, quando a informação auxilia na produção de novos conhecimentos, quando a mensagem é uma das principais formas de aproximar o conhecimento e as perspectivas de dinamização da informação e, finalmente, de que mensagem e informação possuem características semelhantes, mas a primeira está focalizada na transmissão e a segunda está focalizada, além da transmissão, na interpretação, compreensão e apropriação. Isso significa que a mensagem possui um processo linear de transmissão (concebido de modo mais isolado), enquanto informação e conhecimento produzem uma dupla construção epistemológica relacional, sendo a construção do conhecimento mais complexa, mas somente possível através da construção da informação.

O tópico seguinte parte para uma discussão bastante acirrada na CI que diz respeito à Teoria Matemática da Comunicação (TMC) como modelo de aplicação transmissiva na CI e a proposição de um novo modelo de informação oriundo da realidade científico-operacional da CI, em especial, vinculado às questões de significação e apropriação. É preciso considerar que a TMC não é um conceito da CI em si e foi produzido com uma preocupação central de promover transmissões de mensagens entre sujeitos implicando afirmar que a CI necessita de novos olhares para além do ideário de transmissão de sinais possibilitando apropriações mais qualitativas e sociais do conceito de informação. No entanto, não desconsideramos ou desprezamos a TMC na CI, pois sabemos de sua expressão histórica para consolidação desta ciência, e sim acreditamos que a TMC contempla um olhar mais reduzido sobre o *modus operandi* da informação na CI.

Este olhar reduzido pode ser comprovado no tópico que debate sobre o conceito de informação na trajetória da CI referente à informação como transmissão de sinais, conceito cognitivista da informação, conceito social e conceito crítico-social mostrando que em poucas décadas (décadas de 1960 do século XX à primeira década do século XXI) o conceito de informação na CI passou por várias reformulações que não rompem integralmente entre si, mas postulam novos aspectos analíticos de informação e têm em sua abordagem social uma das grandes perspectivas de construção paradigmática do campo conciliando a transversalidade da informação na CI com uma consistência teórico-epistemológica da área. Vale ressaltar que o conceito crítico-social é uma proposta da presente tese com o objetivo de mostrar uma realidade conceitual de informação que supere a noção de linearidade situando possibilidades de partilha da informação constituindo uma visão dialética do conceito de informação.

O último tópico do capítulo sobre informação na CI traz reflexões sobre conceitos de informação a partir de um arrazoado conceitual desenvolvido por autores da CI ou correlatos em nível nacional e internacional desde a década de 1970 até a primeira década do século XXI e a proposição de sete fatores que favorecem um conceito crítico-social de informação na CI. A mostra dos referidos fatores são pertinentes para análise das seguintes questões: diversidades e semelhanças conceituais de informação; a comprovação das relações entre informação e outras terminologias como mensagem, conhecimento, comunicação, documento, dado e conhecimento; a possibilidade de estabelecer categorias para informação passíveis de aplicação empírica e até mesmo metodológica no âmbito da CI.

Conforme o anunciado sobre o capítulo anterior, a informação é investigada na CI, tanto a partir de seus próprios fundamentos teórico-epistemológicos, quanto recebendo e se apropriando de uma carga incomensurável de conteúdos e conhecimentos de outras áreas do conhecimento, seja das ciências naturais ou humanas/sociais atestando a multiplicidade semântica do termo em lide na história da ciência e da humanidade.

Diante da miríade de possibilidades de estudos sobre informação no âmbito da CI, estruturamos três fundamentos que consideramos contemplar de forma ampla e complementar a realidade dos estudos e práticas informacionais na sociedade e na ciência contemporânea, quais sejam: **técnico-pragmáticos, humanos e científicos.**

A inserção destes três fundamentos se constitui como estrutura para analisar a informação diante de diversos assuntos que contemplam a CI, mas que também vão para além deste campo por dialogar com outras áreas do conhecimento, firmando uma análise sobre o

conceito de informação na pluralidade semântica, técnica, humana e científica de que a informação está contida nos mais diversos aspectos do universo.

De outra forma, a reflexão sobre os fundamentos da informação demanda um olhar cauto a partir de três vieses centrais: o primeiro com imanente legado a partir das investigações concebidas pela CI que aliam processos científicos e operacionais aferindo perspectivas destacadas de procedimentos heurísticos e hermenêuticos sobre informação; o segundo que situa as configurações e percepções da informação na sociedade e em suas diversas facetas; o terceiro que favorece congruências inerentes às investigações concebidas em diversas áreas do conhecimento científico.

A partir da identificação dos três fundamentos urge a necessidade de produzir um itinerário que estabeleça perspectivas axiomáticas da informação pelos vieses dos fundamentos técnico-pragmáticos aos fundamentos humanos e da união de ambos que auxiliam na formação dos fundamentos científicos.

Essa lógica itinerária complementar ocorre em virtude de que foi a partir da realidade pragmática que a informação conquistou expressivo espaço de estudos e práticas na contemporaneidade (por meio de atividades de gestão, processos de informação e tecnologias de informação e de comunicação).

A realidade pragmática da informação fornece subsídios para a formação de fundamentos humanos que são compostos por percepções diversas das relações entre informação e sociedade; informação e cultura; informação e política/economia; e informação e educação. Por fim, a junção desses dois pensamentos preconiza à constituição de fundamentos científicos da informação que podem ser pensados a partir de questões científicas de cunho social e natural, além de questões multitemporais, subjetivas e disciplinares que sintetizam as perspectivas técnico-pragmáticas e humanas da informação.

Cada fundamento diz respeito a um capítulo desta tese aferindo a densidade dos fundamentos, suas interdependências e o olhar mais holístico sobre o conceito de informação na medida em que este termo só pode ser plenamente analisado em associação com outros conceitos/terminologias.

O terceiro capítulo é relativo à formação dos fundamentos técnico-pragmáticos da informação. Este fundamento foi eleito como capítulo inicial de reflexão porque acreditamos que é da premissa pragmática concebida na realidade objetiva que o conceito de informação brota e começa a ganhar sentido. É a partir da realidade pragmática que a informação é absorvida e precisa ser compreendida, assim como este fundamento é oriundo essencialmente da fundamentação teórico-epistemológica que rege o *modus operandi* científico da CI.

O primeiro tópico do capítulo traz a reflexão sobre a informação na perspectiva dos processos com a finalidade de estudar processos informacionais como organização, recuperação, mediação, acesso e apropriação da informação. Para tanto, dividimos o pragmatismo informacional de processos em três aspectos: técnico (organização, práticas de tratamento e produto da representação da informação), social (mediação e disseminação da informação) e ontológico (acesso, recuperação, uso, apreensão/apropriação). A divisão desses processos mostra que a informação possui uma lógica, mas não necessariamente linear, pois o contato com os processos estabelecem finalidades específicas, conforme às necessidades dos sujeitos envolvidos (armazenamento, dinamização da comunicação, eficiência e eficácia dos fluxos, construção de conhecimentos, atividades de gestão e elaboração de políticas).

O segundo tópico mensura a informação na perspectiva da gestão contemplando, por um lado, estratégias pragmáticas de como a gestão auxilia na produção da informação e, por outro lado, os valores da informação na pragmática gerencial e estratégica (valor de delimitação, valor indicativo, valor organizacional, valor de comunicação, valor comercial, valor de produtividade e valor político).

O terceiro tópico trata da informação na perspectiva das tecnologias. O objetivo do tópico é lidar com tipologias informacionais que estão atreladas diretamente ao conceito de tecnologias como a informação científica e informação tecnológica mostrando suas diferenças, associações e como são relevantes para o desenvolvimento humano e pragmático da informação.

O quarto tópico versa sobre informação e linguagem estabelecendo algumas inter-relações no âmbito da pragmática informacional e nos contextos associativos de como a linguagem contribui para construção da informação. O tópico ainda discute sobre a **construção informacional** no qual um ato impeditivo da linguagem se manifesta prejudicando a produção informacional. Essa construção pode ocorrer quando há deturpações ou inibições nos seguintes contextos: linguagem como meio de identificação dos sujeitos; linguagem como meio de organização e representação da informação; linguagem como meio de comunicação e mediação da informação; linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação; linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento; e linguagem como meio para construção da cultura informacional. Percebemos a relevância do conceito de **contexto** para elaboração deste tópico.

O quinto e último tópico do capítulo discute sobre a informação em centros de informação culminando com o caráter pragmático da informação. No tópico são destacados três grandes centros de informação: bibliotecas, arquivos e museus. Na primeira parte é

desenvolvida discussão sobre o conceito de centros de informação, divisão de pragmatismos informacionais em centros de informação e possíveis características que associam os diversos tipos de centros de informação. Na segunda parte a análise é pautada na informação em bibliotecas (acesso, uso das fontes de informação e serviços baseados na categorização da informação cotidiana em família, trabalho, lazer e individuação) informação em arquivos (caracterizada pela informação orgânica e gestão de documentos) e informação em museus (centro de informação que menos contempla o ideário conceitual de informação, mas insere fatores diretos e indiretos que caracterizam a informação).

O quarto capítulo faz referência aos fundamentos humanos que exerce papel fundamental, servindo como fundamento mediador entre o técnico-pragmático e o científico, já que o humano é capaz de produzir significado da realidade pragmática e levar para a plenitude da visão e prática científica, o que justifica sua ordenação como capítulo do meio (entre os fundamentos técnico-pragmáticos e científicos). Este capítulo é dividido em três partes:

- a) a primeira contempla reflexão sobre informação e sociedade na consecução segmentada da informação social ao protagonismo social estabelecendo diálogo com conceitos tais como infoeducação e intencionalidade. Dentro deste tópico, há subtópicos como informação e cultura no âmbito da cultura utilitária da informação e da cultura digital que é relevante para mundialização da informação; informação e política/economia mostrando as possíveis relações dessa composição triádica a partir da tríade informação-globalização e breve argumentação acerca da informação no contexto economia política; informação e educação no desiderato da autonomia amparada no desenvolvimento humano e a formação de competências em informação;
- b) a segunda consta de tópico sobre informação e ideologia a partir de alguns diálogos conceituais de ideologia com autores quais sejam Marx, Manheim, Thompson e Bakhtin mostrando aplicações destes conceitos às concepções de informação. Os conceitos dos autores e suas aplicações no espectro da informação sustentam o que denominamos de proselitismo informacional que significa a tentativa de sujeitos ou grupos de sujeitos de impor a outros sujeitos a ideia de que determinada informação é verídica, mostrando caráter arbitrário do proselitismo como relação de poder situada comumente na construção da contra-informação;
- c) a terceira aproxima informação e memória a partir de revisão que mostra que esta relação se dá de forma imediata na condição semântica na medida em que a

memória designa registro e armazenamento de informações. O tópico ainda propõe a “construção processual de sentidos entre informação e memória” na medida em que os termos associados produzem aparato histórico de compreensão e transmissão.

O capítulo de fundamentos humanos demonstra que a informação está situada nas mais diversas realidades sejam elas formais ou informais, contextualizado com vários aspectos históricos, apoiado nas tomadas de decisão dos sujeitos da informação, principalmente daqueles que detêm o maior poder em determinados grupos e que a informação apoia o desenvolvimento conceitual de sociedade, cultura, política, economia, educação, ideologia e memória do mesmo modo que precisa dessas terminologias para existir formalizando interdependência.

O quinto e último capítulo é alusivo aos fundamentos científicos que se estabelece como condensação dos dois primeiros fundamentos e buscam empreender um pensamento indicativo a partir de bases onde a informação pode ser construída levando em consideração as múltiplas dinâmicas dialógicas entre as áreas do conhecimento. Este capítulo é considerado o mais transversal, na medida em que traz o debate acerca da informação nas ciências humanas e naturais mostrando que a informação não é única, mas também não deve ser vista de forma isolada nos diversos campos do conhecimento.

O primeiro tópico instaura debate sobre a informação como fenômeno científico-natural e científico-social precisamente trazendo significados da informação nesses fenômenos científicos e principalmente, mostrando características procedimentais e teleológicos da informação no âmbito científico natural-social.

O segundo tópico aborda a temporalidade e/ou multitemporalidade da informação, compreendendo que a informação não pode deixar de ser analisada na relação tempo-espaco concebendo relações convencionais do passado para o presente e anticonvencionais do presente para o passado, aferindo que a informação do hoje pode ajudar a transformar informações já construídas. Para tanto, o tópico propõe o conceito de “metamediação” como forma de compreender uma cultura integrada de informação através da metamediação retrospectiva e metamediação prospectiva, promovendo possibilidades para integração multitemporal da informação.

O terceiro tópico está situado na tríade objetividade-subjetividade-intersubjetividade da informação contemplando dois assuntos: a vontade de poder e a lógica dialética da informação. O primeiro assunto redimensiona o significado de poder para produção da subjetividade da informação, que põe a consciência como fenômeno mais terminal para

expressão do pensamento informacional e não como fenômeno principiológico valorizando as pulsões como substrato compreensivo da subjetividade informacional. O segundo assunto é complementar na medida em que quando se desloca o papel da consciência para produção da informação há nova valoração da relação objetividade e subjetividade, dito que na lógica dialética ambas não são vistas de forma isoladas, mas diretamente no contexto dos conflitos e contradições reconhecendo a subjetividade como fenômeno mediador entre a objetividade e a intersubjetividade.

O quarto tópico define a informação no âmbito da caracterização pluri, inter e transdisciplinar partindo do princípio quantitativo pluridisciplinar ao desiderato unificador transdisciplinar. A elaboração deste tópico tem o objetivo de promover um olhar sobre como a informação se situa no espectro das disciplinaridade e para além das disciplinaridades no campo científico culminando com o olhar de que a identificação das ciências e pesquisadores que estudam informação traz um pressuposto quantitativo caracterizado por um unilateralismo disciplinar promovendo o que denominamos de paralelismo pluridisciplinar da informação (PPI); já interações e contribuições entre disciplinas nos estudos sobre informação deliberam pressuposto qualitativo representado por reciprocidade disciplinar constituindo uma coordenação interdisciplinar da informação (CII); e, por fim, a fusão de conteúdos entre disciplinas designam pressuposto holístico aferindo uma unificação transdisciplinar da informação (UTI).

O quinto tópico versa sobre as inter-relações entre informação e valor e a formação de tipologias valorativas da informação reconhecendo a principal inter-relação entre informação e valor o conceito baseado na noção de diferença e as tipologias da informação são divididas em causais (valor humano, social, econômico, histórico-cultural, político, educativo, religioso, científico e ético) e consequenciais (valor de produtividade, serviço, organização, uso, troca, compra, venda, sociativo) buscando explicar o significado de cada valor mencionado e suas possíveis proximidades.

O sexto e último tópico é relativo à relação entre informação e ética no que tange a proposição de uma percepção ética informacional pautada no que denominamos de ética (pluri)contextualista da informação à ética alteritária da informação. O objetivo deste tópico é refletir sobre teorias ético-informacionais de estudiosos como Floridi (ética universalista e ontocêntrica da informação) e Capurro (ética intercultural da informação) e vislumbrar novas possibilidades ético-informacionais. A ética (pluri)contextualista está situada entre o universalismo e o relativo possuindo a pretensão de reconhecer a força da realidade objetiva em detrimento de princípios formalistas para constituição da ética informacional, além de

situar a pragmaticidade da ética informacional no âmbito das interações e forças entre sujeitos atestando seguintes pontos de análise que a envolvem: pluralidade, diversidade, hibridismo, preconceito (negação da ética pluricontextualista da informação) e zonalidade (física e virtual/ conforto e conflito). A ética alteritária da informação é a confirmação da ética informacional na medida em que exige o olhar do outro para construção da informação como desiderato de preocupação coletiva. Vale ressaltar que ambos os primados éticos são interdependentes e se fortalecem de maneira mútua a partir das relações entre os sujeitos da informação alicerçados nas condições histórico-culturais e cotidianas.

Portanto, entendemos que os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos buscam um itinerário lógico de como compreender os conceitos de informação em diversos aspectos formalizando percepções específicas (o olhar de cada tópico) e holísticas (o olhar dos fundamentos em geral como construto sólido conceitual e/ou ocorrencial de informação).

## **2 DAS CONCEPÇÕES DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA: INTERLOCUÇÕES APLICADAS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

O presente capítulo se constitui como um ensaio, buscando estabelecer um diálogo preliminar a partir do desiderato da Epistemologia e da Sociologia da Ciência contemplando a CI como eixo central de aplicação de alguns pressupostos de estudiosos das disciplinas supramencionadas.

A história da(s) ciência(s) é marcada por múltiplos diálogos e rupturas no âmbito das diversas transformações históricas, naturais e sociais. A trajetória da ciência e de forma mais ampla do conhecimento engendrou um conjunto de disciplinas, especialmente no âmbito da Filosofia, que insuflaram novos pensamentos e teorias.

Podemos destacar como principais disciplinas oriundas da Filosofia que concebem intercorrências discursivas sobre ciência/conhecimento a Teoria do Conhecimento (também chamada de gnosiologia sendo que este termo está em desuso nos dias atuais) e a Epistemologia (também chamada de Filosofia da Ciência ou mesmo Teoria do Conhecimento tratando-se de uma terminologia utilizada com maior restrição).

Promovendo um adendo, notificamos que embora seja muito comum, no Brasil, o uso de Filosofia da Ciência e Epistemologia como conceitos idênticos, é preciso considerar que a primeira também pode abarcar estudos da Teoria do Conhecimento, como o racionalismo, o empirismo, o apriorismo kantiano, o iluminismo e o positivismo (BASTOS; CANDIOTTO, 2008). Contudo, Filosofia da Ciência e Epistemologia envolvem uma distinção ainda mais difícil de determinar precisamente, devido à elasticidade desta última expressão. (BLANCHÉ, 1975, p. 21), o que implica ratificar o caráter conceitual idêntico entre Filosofia da Ciência e Epistemologia.

Destarte, é possível afirmar que Teoria do Conhecimento e Epistemologia possuem semelhanças em seus processos de fundamentação, mas se constituem como disciplinas distintas em termos de conceitos, de objetivos e de fundamentos teleológicos. Entendemos que a principal semelhança entre as disciplinas supramencionadas reside na condição perceptiva de encaminhamento para a interdisciplinaridade, uma vez que ambas, embora com perspectivas diferentes, primam por diálogos e condições de reciprocidade entre áreas diversas do conhecimento ou entre atividades diversas de pesquisadores em uma determinada área do conhecimento.

A interdisciplinaridade que primam Teoria do Conhecimento e Epistemologia pode ser aqui entendida a partir de algumas concepções conceituais e teleológicas, tais como:

- a) a interdisciplinaridade deve ser vista não somente como fenômeno epistemológico e pedagógico, mas também político e cultural, haja vista que está relacionada aos diversos contextos da humanidade. (GADOTTI, 2004);
- b) a intercomunicação entre as disciplinas, de modo que resulte uma modificação entre elas, através de diálogo compreensível. (JAPIASSU, 1976);
- c) intercâmbio mútuo e integração recíproca entre disciplinas variadas, visando um enriquecimento recíproco. (PIAGET, 1972);
- d) integração interna e de concepção que rompe a estrutura de cada disciplina para construir novos axiomas com vistas a estabelecer uma visão unitária do saber. (PALMADE, 1979).

É preciso evidenciar que Teoria do Conhecimento e Epistemologia buscam a interdisciplinaridade a partir das percepções apresentadas, com a exceção de que a Teoria do Conhecimento possui uma concepção mais rígida de verdade científica e gnosiológica, enquanto a Epistemologia respeita de forma mais ampla o diálogo, a pluralidade e a autonomia das áreas do conhecimento. Com relação às diferenças entre Teoria do Conhecimento e Epistemologia é possível atentar que se consolidam em períodos históricos distintos baseados nas seguintes condições que as diferenciam, conforme revela o quadro abaixo baseado no pensamento de Araújo (2012):

**Quadro 1 - Diferenças entre Teoria do Conhecimento e Epistemologia**

<b>Teoria do Conhecimento</b>	<b>Epistemologia</b>
É uma disciplina mais abrangente, de sorte que se estabelece formalmente no início da Idade Moderna, através do racionalismo e empirismo, mas integra fundamentos efetivos do pensamento antigo, especialmente grego.	É uma disciplina mais específica que se estabelece de forma autônoma no século XIX, embora, na Idade Moderna, já houvesse algumas atividades epistemológicas dentro da Teoria do Conhecimento.
É composta por cinco disciplinas básicas, como a História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética e Filosofia Geral: Problemas Metafísicos.	É composta por algumas disciplinas, tais como: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente.
Relaciona Filosofia a um conhecimento a ser estabelecido de forma definitiva, com a exceção do pragmatismo que é um construto teórico latente das reflexões epistemológicas.	É dirigida para os critérios de cientificidade no âmbito da validação e justificação, o valor cognitivo da ciência, suas relações com outros domínios, especialmente a tecnologia.

**Fonte:** Adaptado de Araújo (2012).

As diferenças constituídas permitem ponderar um conjunto de fatores que vão para além de uma *doxa*, mas se instituem como subsídios cognitivos e histórico-científicos, a saber:

- a) a Teoria do Conhecimento, embora com menor especialidade que a Epistemologia, também ocupa uma parte da teoria da ciência, pois se configura como “teoria material da ciência ou como teoria dos princípios materiais do conhecimento humano” (HESSEN, 2000, p.13), embora sua finalidade esteja relacionada a concepção de um conhecimento definitivo, o que, por sua vez, não se vincula exclusivamente a concepção de estudos científicos, mas a fundamentação dos aspectos cognitivos em geral;
- b) em essência, a Epistemologia não é um complemento a Teoria do Conhecimento, mas sim uma ruptura a ideia de um conhecimento definitivamente verdadeiro e objetivo. Para justificar a percepção de ruptura é possível valer-se do argumento de Bachelard (1968) quando fala que a história da ciência é um processo intenso de descontinuidades e rupturas<sup>1</sup>;
- c) mesmo evidenciando uma ruptura entre as disciplinas em lide é preciso observar que só foi possível em virtude da Epistemologia se constituir como base de uma profunda revisão e crítica aos objetivos/finalidades da Teoria do Conhecimento, visando à construção de novas premissas e axiomas;
- d) o advento da Epistemologia não implica necessariamente na derrocada da Teoria do Conhecimento, de modo que as disciplinas coexistem em meio a intercorrências comumente opostas;
- e) o advento da Epistemologia é uma necessidade de repensar/investigar/engendrar novos processos subsidiários para elucidar ou resolver problemas/questões concernentes à realidade social e humana.

Com efeito, diante dessa breve exposição, compreendemos a prioridade do presente trabalho em discutir sobre a Epistemologia, enquanto disciplina eminentemente contemporânea e suas condições/fundamentações nas áreas do conhecimento.

Porém, entender a Epistemologia demanda vazão ao contexto teórico-conceitual de ciência. A ciência, principalmente contemporânea, envolve um conjunto de complexidades que não permite conceber um imaginário conceitual singular, dada a sua pluralidade de ideias

---

<sup>1</sup> É pertinente atestar a discordância ao pensamento de Bachelard (1968) quando chama a Ciência Moderna, que se configura como base dos construtos da Teoria do Conhecimento, de pré-ciência.

e perspectivas. Diante da multiplicidade perceptiva sobre ciência atribuem-se dois contextos teóricos da ciência contemporânea para uma breve revisão conceitual.

O primeiro concerne ao pensamento de Gadamer (1983, p. 84) quando indica que a ciência “[...] se encontra não só conhecimento, mas uma permanente elaboração do saber do homem em relação a si mesmo.” O autor interpreta que a ciência não é desenvolvida simplesmente a partir de um conjunto de pressupostos teóricos para construção do conhecimento, mas um processo intenso e exaustivo de interpretação dos fatos, o que requer métodos e técnicas especializadas que possibilitem um diálogo efetivo com a realidade para construção do conhecimento. Logo, é possível perceber que a ciência é um processo de estudo e interpretação dos fatos por meio de condições teóricas e/ou empíricas, permitindo afirmar que a ciência não se constitui da teoria ao fato e sim do fato a teoria para concepção de um novo diálogo entre teoria e fato (um diálogo aplicável coerentemente com a realidade investigada). Em outras palavras, para a ciência e os cientistas compreenderem os fatos, é pertinente uma autocompreensão de si e do mundo.

O segundo é relativo às características da ciência contemporânea que de, acordo com Edgar Morin (1994), são destacadas as seguintes:

- a) **complexidade** (as relações do mundo/grupo são postas em evidência e, em lugar secundário, as unidades/participantes (estas não explicam o todo); não separa o todo em partes, mas considera a totalidade dinâmica (estrutura, gênese e dinâmica) e o contexto;
- b) **instabilidade** (suposição de que o grupo é um processo com devires); há uma multi-causalidade e não uni-causalidade; recursividade organizacional e não linearidade; não há previsibilidade, reversibilidade e controlabilidade;
- c) **subjetividade** (conhecer a realidade contextualizada); o observador é incluído no conhecimento (intersubjetividade); compreensão do conjunto, e não análise das partes e, depois, a síntese; compreensão supõe (racionalidade e empatia, intersubjetividade, generosidade).

Diante dos dois contextos apresentados, a ciência pode ser definida (sem a pretensão abusiva de promover algo completo, mas sim uma percepção simplificada e contextualizada ao desiderato contemporâneo) como um conjunto de pressupostos teóricos, empíricos e sociais que primam pela formação de crenças, questionamentos e validação apresentando como ponto central a construção do conhecimento relativa a uma realidade local ou global que envolve, por um lado, descrições, análises, interpretações, normas, leis, etc. e, por outro, demanda o uso de metodologias especializadas para sua elaboração/consecução.

As possibilidades *ad infinitum* de conceituar, construir, entender e aplicar o conhecimento é que caracterizam a existência e a justificação da epistemologia enquanto disciplina reprodutivista – de cunho identificador – crítica – em uma perspectiva analítica e de fomento as descobertas – e criativa – que compõe uma concepção teórica fundante e inventiva – (ver discussão mais adiante). Os conceitos apresentados deságuam no discurso de Karl Popper (1972) quando afirma que a ciência não depende unicamente da verificação, mas, sobretudo, do conflito de ideias, assim como no pensamento de Morin (2011, p. 19) que “[...] a ciência contemporânea comporta em si mesmo um antagonismo.” O desenvolvimento da ciência é viabilizado no processo de tensão, interação, contradição considerando a pluralidade/diversidade de sujeitos físicos (indivíduos e suas condutas nos mais diversos devires humanos), institucionais (grupo de indivíduos formalizados com objetivos em comum) e políticos (indivíduos ou grupos com decisões particulares ou em comum entre si).

Ora, se a ciência estuda/interpreta os fatos e a realidade, podemos reconhecer a Epistemologia como disciplina que investiga as características, propriedades, conceitos, objetivos e aplicações da ciência (ou de modo mais empírico das pesquisas e atividades científicas) implicando afirmar que a Epistemologia é uma disciplina que concebe uma revisão *ad infinitum* da ciência. De outro modo, a ciência estuda a realidade e a Epistemologia estuda a ciência ou como diria Blanché (1975, p. 9), a Epistemologia implica literalmente em teoria da ciência. Losee (1979) desenvolve uma análise sobre os pressupostos da Epistemologia (utiliza com mais frequência o termo Filosofia da Ciência) que pode ser elucidada no quadro a seguir indicando pontos de vista e perguntas base para reflexão:

**Quadro 2 - Pontos de vista e perguntas sobre Epistemologia/Filosofia da Ciência**

<b>Pontos de vista sobre Epistemologia/Filosofia da Ciência</b>	<b>Perguntas para elucidar os pontos de vista</b>
Consiste na formação de visões do universo consistentes e, de certo modo, baseadas em importantes teorias científicas.	Que características distinguem a indagação científica de outros tipos de investigação?
É uma exposição das pressuposições dos cientistas.	Que procedimentos deveriam ser seguidos pelos cientistas na investigação da natureza?
É uma disciplina na qual os conceitos e as teorias das ciências são analisados e esclarecidos.	Que condições devem ser satisfeitas para que uma explicação científica seja correta?
É uma criteriologia de segunda ordem (na ordem zero, os fatos); na primeira ordem, a Explicação dos fatos (Ciência) e na segunda ordem, a análise dos procedimentos e a lógica da Explicação Científica (Filosofia da Ciência).	Qual é o estado cognitivo das leis e princípios científicos?

**Fonte:** Adaptado de Losee (1979)

Os pontos indicados no quadro remetem a uma síntese hermenêutica que caracteriza e promove significação a Epistemologia: é uma disciplina que busca compreender como se constrói a ciência ou, de modo mais preciso, como podem ser pensados os pressupostos teóricos e empíricos da ciência, assim como as heurísticas teóricas, metodológicas e empíricas que compõem a ciência e ainda designa fundamentos processuais para exposição, análise e elucidação das teorias e práticas científicas.

De forma ainda mais simplificada podemos entender que a Epistemologia é conduzida por três questões/perguntas principais de cunho conceitual e finalístico, sendo a primeira o que é o conhecimento? a segunda o que podemos conhecer? e a terceira que é o resultado das duas primeiras como conhecemos o que conhecemos? Podemos dizer que a amplíssima maioria do que já foi escrito na Epistemologia considerando sua trajetória histórica (envolve as transformações sociais, metafísicas e materiais da realidade em uma perspectiva multitemporal) e filosófica (envolve as transformações reflexivas e conceituais através dos tempos). (GRECO, 2012).

Com relação ao último ponto de vista levantado por Losee (1979), a ideia de uma disciplina criteriologicamente de segundo plano pode, *a priori*, constituir a Epistemologia como uma disciplina menor, mas, ao contrário, insere como uma disciplina maior ou mais densa no sentido de pensar a prática científica ou trazer uma unidade reflexiva entre a condição de teorizar e praticar a ciência de forma articulada e integrada.

Dessa maneira, a Epistemologia/Filosofia da Ciência é condição *a fortiori* para compreensão da ciência e contemplação das práticas científicas, conforme revela Freire-Maia (2007, p. 26):

[...] Se o cientista pretende ser um intelectual de alto gabarito, deve ir além. Metido na estreiteza de sua especialidade, corre o risco de não ter consciência plena dos pressupostos filosóficos que tacitamente aceita e nem dos procedimentos gerais que sua mente elabora ao longo da investigação. É a filosofia da ciência que poderá armá-lo com esses conhecimentos. Sem eles, o cientista nem mesmo saberá descrever as regras necessárias e suficientes para desenvolver um bom trabalho científico – isto é, nem mesmo saberá contar, com precisão, como se realiza todos os processos de seu trabalho. A filosofia da ciência é imprescindível para um julgamento crítico do método científico: para situar, com precisão, o conhecimento científico dentro do contexto global do saber; para ensinar uma terminologia adequada aos inúmeros passos de uma investigação; para explicar os processos que os cientistas muitas vezes empregam sem consciência, etc.

As narrativas epistemológicas estão vinculadas a processos descricionistas, analíticos, interpretativos e elucidativos da ciência, o que significa dizer que o segundo plano não é uma concepção menor da Epistemologia, mas uma condição *sine qua non* para compreender os

múltiplos significados da ciência contemplando suas condições empíricas, teorias, seus princípios de investigação, aplicações metodológicas e perspectivas para elucidação dos fatos e/ou resolução de problemas.

É preciso pensar que se a ciência prima por interpretar os fatos, a Epistemologia é responsável por indicar/conceber perspectivas para a ciência a fim de que possa lidar com os fatos. Logo, a Epistemologia também interpreta os fatos, embora de maneira indireta, o que justifica sua condição de disciplina de segundo plano, mas com pertinência prioritária para a ciência e os fatos.

Justificando a pertinência da Epistemologia e, mais precisamente, do epistemólogo Bachelard (1996, p. 22) revela que “[...] o epistemólogo deve tomar os fatos como se fossem ideias, inserindo-as num sistema de pensamento. Um fato mal interpretado por uma época permanece, para o historiador, um fato. Para o epistemólogo, é um obstáculo, um contra-pensamento.”

A Epistemologia reside, então, na organização do pensamento sobre a ciência através da construção de ideias a fim de que a ciência possa nortear seus rumos e ações. Ora, se a Epistemologia não consegue fundamentar subsídios para a ciência, ou seja, se não consegue estabelecer ideias coordenadas para estruturação do pensamento, da cognição e de princípios científicos, como conseguirá a ciência lidar com os fatos, especialmente considerando os processos históricos e sociais que os compõem?

Com efeito, a presente pesquisa identifica alguns procedimentos de estudos sobre Epistemologia, com intencionalidades e perspectivas particulares de compreender a ciência e os fatos, a saber:

- a) **epistemologia reprodutivista (ER)** – compreende estudos que primam por identificar/descrever/esclarecer concepções históricas, conceituais, características e finalidades de Epistemologia ou de concepções epistemológicas. Por exemplo, estudos de revisão histórico-conceitual sobre o termo Epistemologia ou estudos sobre pragmatismo, paradigma, filosofia da linguagem, entre outros fundamentos epistemológicos que busquem identificações e delimitações;
- b) **epistemologia crítica** – compreende estudos que buscam conceber análises críticas acerca da Epistemologia e de determinadas concepções epistemológicas, visando ao aprimoramento teórico e aplicativo dessas concepções ou mesmo indicar subsídios para novas descobertas. Podemos ratificá-la como uma perspectiva epistemológica eminentemente analítico-crítica. Por exemplo, um estudo

bibliográfico e/ou documental que busque refletir sobre uma nova concepção de paradigma na sociedade contemporânea;

- c) **epistemologia criativa** – certamente é a mais ampla e densa, de sorte que compreende estudos que primam pela inovação de concepções epistemológicas, isto é, buscam desenvolver novas heurísticas teórico-metodológicas que aprimorem as percepções sobre Epistemologia enquanto disciplina não somente vinculada à Filosofia, mas em diversas áreas do conhecimento. A fundamentação epistemológico-criativa é comumente desenvolvida a partir de pesquisas de médio e longo prazo que utilizam subsídios teóricos, empíricos e metodológicos diversos que a partir da realidade social devem ser pensados, testados, aplicados, repensados e busquem a inovação.

A epistemologia reprodutivista pode apresentar duas condições essenciais: a primeira reside na pré-epistemologia que não condiz como um fundamento epistemológico propriamente dito, mas apenas uma identificação de construtos teóricos que podem auxiliar em uma pré-compreensão ou compreensão preliminar sobre um determinado pressuposto epistemológico (os relatos de experiência, a saber, podem ser configurados como percepções pré-epistemológicas, pois anunciam atividades pragmáticas que incluem de forma direta ou subjacente fundamentos epistemológicos); e a segunda incide sobre uma percepção meta-epistemológica, de sorte que avalia, reproduz e/ou esclarece algum fundamento epistemológico (alguns ensaios ou revisões bibliográficas apresentam tendências meta-epistemológicas). Logo, a epistemologia, ao identificar as questões do conhecimento, identifica a si mesma.

Já a epistemologia crítica apresenta um caráter mediacional, pois está situada entre as epistemologias reprodutivista e criativa possibilitando construir novos pensamentos a partir de outros pensamentos já existentes (construção de novos pensamentos comumente refletidos a partir de epistemologias criativas).

Neste caso, a epistemologia crítica também apresenta um caráter metaepistemológico, porém, com a menção de “[...] uma disciplina cuja razão de ser é o questionamento da própria epistemologia via radicalização da postura reflexiva.” (LUFT, 2007, p.13), o que favorece a afirmação de que a Epistemologia é uma disciplina que questiona a si mesma para que possa se desenvolver e encaminhar novos desígnios sobre o conhecimento.

A epistemologia criativa é a base para construção de qualquer conhecimento, pois é a partir dela que o conhecimento é analisado e referenciado como subsídio confiável e verdadeiro. Em outras palavras, a epistemologia criativa é aquela que, embora

necessariamente baseada em pressupostos epistemológicos já existentes, busca conceber inovações que sejam representadas em teorias que possam servir de base para concepções reprodutivistas e críticas.

Assim, observamos uma latente relação entre a epistemologia crítica e criativa, pois são interdependentes. Toda percepção epistemológica crítica demanda inexoravelmente uma fundamentação criativa para base reflexiva, enquanto toda percepção epistemológica criativa parte de contextualizações críticas. Poderíamos, então, afirmar que há uma epistemologia crítico-criativa? Em tese, podemos responder afirmativamente, já que há uma relação de interdependência entre ambas as concepções epistemológicas.

Entretanto, a construção de uma epistemologia crítico-criativa (ECC) não deve ser gestada a partir de um empirismo lógico-positivista, pois se configuraria em um reducionismo cognitivista (BERTHELOT, 2005), mas em uma profusão dialética qualitativa que revela as diversas possibilidades hermenêuticas quantitativas e suas intercorrências compreensivas buscando transformações nos meandros de fundamentos qualitativos (POLITZER, 1970) e que pode ser abstraída a partir da relação entre o ser e o mundo que aproxima a teoria (conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas à transformação da realidade. (SILVA, 2013a).

A relação direta entre as duas epistemologias podem ser confirmadas no argumento de Feldman (2012, p.271) quando revela que:

Os epistemólogos tentam com frequência analisar conceitos epistemológicos e formular princípios epistêmicos. Uma forma comum de proceder é propor as análises e os princípios e só depois revisá-los à luz de contraexemplos potenciais. Análises e princípios não refutados por contraexemplos são julgados corretos. Para avaliar contraexemplos potenciais, os epistemólogos contam com sua habilidade de fazer juízos reflexivos corretos sobre o fato de haver ou não conhecimento ou crença justificada nas situações descritas nos exemplos propostos.

Percebemos que os indícios epistemológicos apresentados indicam uma mescla de epistemologia crítica e criativa. Crítica porque se propõe a análise de conceitos e formulação de princípios epistêmicos. Criativa em face de que os epistemólogos desenvolvem habilidades reflexivas que permitem a construção de novos conhecimentos a partir da formação de contraexemplos justificados, validados e aceitos por uma gama de cientistas e pesquisadores.

Desse modo, podemos ratificar que a epistemologia criativa é um fenômeno de primeira ordem, pois demanda processos inventivos e inovadores, tais como podem ser propalados nas ideias de Platão, Aristóteles, Descartes, Hegel, Marx, Nietzsche, entre outros,

enquanto a epistemologia crítica é um fenômeno de segunda ordem (metaepistemológico), visto que se desenvolvem a partir de perspectivas da epistemologia criativa, como, por exemplo, as variadas correntes de estudiosos que analisam os estudos de Marx ou grandes pesquisadores que seguem, por um lado, a tendência ideal platônica ou por outro, a tendência empirista aristotélica.<sup>2</sup>

No entanto, é preciso imputar que o fenômeno epistemológico de segunda ordem (epistemologia crítica), embora se inicie como de segunda ordem, pode passar a se constituir como fenômeno de primeira ordem (epistemologia criativa), conforme as suas possibilidades inventivas e inovadoras, sendo justamente a miríade crítica que possibilita novas condições criativas aferindo uma concepção interdependente entre as duas dimensões epistemológicas.

Vale ressaltar que as três percepções epistemológicas identificadas, especialmente as duas últimas, são formas de indicar que o conhecimento é uma crença verdadeira produzida de maneira confiável (GOLDMAN, 1986), bem como são frutos vinculados às particularidades objetivas e finalísticas dos estudos epistemológicos.

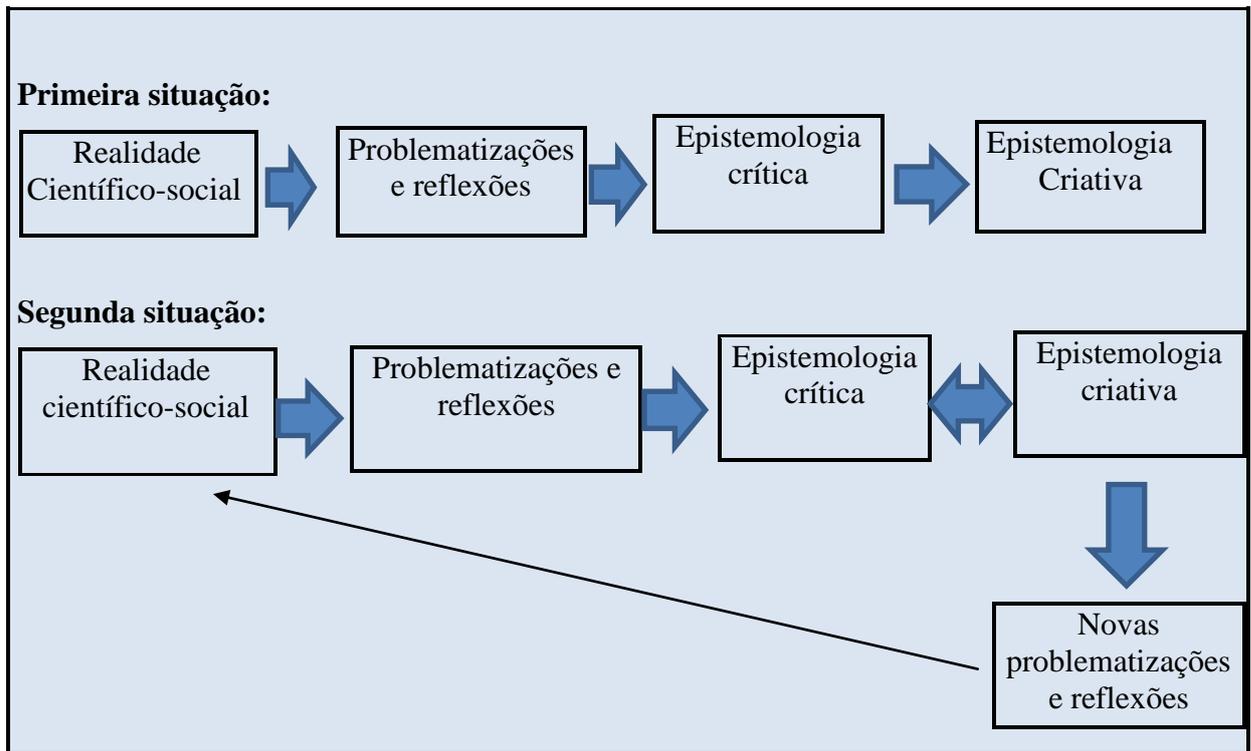
É preciso mencionar também que essas percepções epistemológicas estão inseridas em dois contextos: o primeiro é macro e relativo aos estudos teóricos e históricos sobre Epistemologia enquanto disciplina filosófica; e o segundo é micro e concernente aos estudos teóricos, históricos e empíricos sobre Epistemologia aplicados a áreas diversas do conhecimento, como, por exemplo, Sociologia, Administração, CI, Educação, entre outras.

A figura a seguir demonstra dois casos que representam as relações entre epistemologia crítica e criativa:

---

<sup>2</sup> Evidentemente que a aceção de uma epistemologia de primeira ou segunda ordem não pode ser vista com rigidez, de sorte que a ideia de criação e/ou criticidade depende da percepção do leitor ou estudioso que está lidando com a realidade bibliográfica dos autores. Mas é preciso destacar que aqueles estudiosos que favorecem uma epistemologia de primeira ordem marcaram seu tempo de forma efetiva contribuindo para novas críticas e criações para tempos futuros ou mesmo e extrapolaram multiplamente o seu tempo constituindo destaque até o tempo presente e ainda alavancando perspectivas para estudos críticos e criativos futuros.

**Figura 1 - Relações entre epistemologia crítica e criativa**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Em síntese, em ambas as situações, podemos inferir que toda e qualquer epistemologia criativa parte de epistemologias críticas, o que demanda a formação e a justificação de uma epistemologia crítico-criativa, assim como as epistemologias criativas (inventivas) engendram novas epistemologias críticas (análises e descobertas).

A diferença é que no primeiro caso, o processo é mais linear e incompleto, enquanto no segundo caso, admite uma projeção mais densa e renovadora semelhante à propositura hipotético-dedutiva de Popper (1980) em que uma epistemologia crítica gera uma epistemologia criativa e, por sua vez, uma epistemologia criativa gera novos problemas/reflexões/questionamentos.

Portanto, verificamos que a Epistemologia é uma disciplina em construção, dada a sua recente autonomia na Filosofia e, principalmente, sua recente aplicação em diversos campos do conhecimento e disciplinas de aplicação profissional. Porém, o caráter neófito da Epistemologia enquanto disciplina não desfavorece sua relevância, haja vista que tem sido ponto chave para a constituição/consolidação de muitas outras disciplinas/campos do conhecimento, como é o caso da CI que surgiu e se desenvolveu a partir de correntes teórico-epistemológicas da Filosofia e da sociologia da ciência que será discutida adiante.

## 2.1 DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM PRAGMÁTICA AO DEMARCAÇIONISMO CIENTÍFICO E/OU ENTRE A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO: CORRENTES DA EPISTEMOLOGIA WITTGENSTIANA E POPPERIANA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Considerando a relevância e as condições teóricas e empíricas da Epistemologia para corroborar com o desenvolvimento da ciência e das diversas áreas do conhecimento verificamos uma influência latente da Epistemologia na constituição do *corpus* teórico da CI, especialmente no âmbito da Filosofia.

Evidentemente que nem todas as correntes epistemológicas ecoam direta ou indiretamente na constituição da CI, enquanto campo do conhecimento, o que implica na concepção de uma mentalidade seletiva e narrativa de fundamentos epistemológicos como concepção fundante da história (VEYNE, 2008) e passível de aplicação/contextualização a CI.

Neste capítulo a discussão será centrada em dois pontos centrais: o primeiro concerne às reflexões sobre a Epistemologia a partir do olhar de Wittgenstein e suas contribuições para a CI, em especial, no contexto da Filosofia da Linguagem e o pensamento de Karl Popper no que tange a cientificidade da CI; o segundo é relativo a Sociologia da Ciência no contexto das contribuições de Thomas Kuhn e críticas as concepções do funcionalismo-estrutural para a CI.

### 2.1.1 Wittgenstein e a Filosofia da Linguagem como epistemologia crítica: situando a pragmática da Ciência da Informação no âmbito da organização do conhecimento

Os séculos XIX e XX possuem uma tonalidade marcadamente voltada para uma nova forma de pensar a ciência e o mundo, de sorte que o advento das ciências sociais atrelado a uma pluralidade de pensamentos de estudiosos e grupos acadêmico-científicos despertou novos olhares sobre a ciência e a realidade social.

Um dos fatos mais marcantes do século XX é o Círculo de Viena que inspirou uma efervescência para a formação de grandes narrativas epistemológicas, como Tarski, Quine e o naturalismo – epistemologia naturalizada – (1980a, 1980b, 1999), Wittgenstein, Popper, Carnap que institucionalizou a formação do chamado neopositivismo.

Diante dos fundamentos epistemológicos concebidos na contemporaneidade é pertinente considerar que a Filosofia da Linguagem ensaiada por Wittgenstein é uma das mais representativas, significativas e densas da história das ciências humanas considerando a efervescência e pluralidade de ideias dos séculos XIX e XX. Vale ressaltar ainda a influência de Wittgenstein para o Círculo de Viena quando versa sobre a díade linguagem e proposição e suas contribuições para várias áreas do conhecimento e uma futura geração de pesquisadores.

Evidentemente que a Filosofia da Linguagem é muito mais ampla e envolve percepções diversas como a teoria de sentido de Frege que juntamente com Wittgenstein modificou os rumos da Filosofia Analítica em fins do século XIX e início do século XX<sup>3</sup>, além do atomismo, descrições e familiaridade em Russel e a linguagem como meio de interação social em Austin e Habermas. (COSTA, 2003), mas é na epistemologia crítica de Wittgenstein que é possível reconhecer de forma mais efetiva uma virada focalizada em uma nova abordagem sobre linguagem.

As grandes abordagens de Wittgenstein estão concentradas em três obras fundamentais: a primeira é oriunda de sua tese de doutoramento intitulada Tratado lógico-filosófico (WITTGENSTEIN, 1987), a segunda intitula-se Investigações Filosóficas<sup>4</sup> (WITTGENSTEIN, 2001) e a terceira é o livro azul (WITTGENSTEIN, 1992a) as quais se constituem uma análise neste estudo priorizando a segunda obra que condensa o seu principal legado enquanto filósofo e epistemólogo.<sup>5</sup>

Com relação ao primeiro livro se constitui na base de sua tese de doutoramento e sua expressão conteudística basicamente pode ser ratificada na linguagem e suas possibilidades e limites de representação do mundo. Inclusive, afirmamos que uma das primeiras constatações de Wittgenstein é que a linguagem não é o reflexo do mundo, mas reflete possíveis representações do mundo.

Basicamente dois pontos merecem destaque na obra: o primeiro é referente à complexa hermenêutica da linguagem proposta por Wittgenstein que se estabelece como ponto central para explicar a realidade constando que “os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem.” (WITTGENSTEIN, 2002, p. 114); o segundo concerne à justaposição semântica entre pensamento e linguagem, sendo aquele constituído por um conjunto de proposições complexas que ligam nomes e objetos entre si. (WITTGENSTEIN, 1987).

Wittgenstein postula que a linguagem ou mais amplamente a Filosofia da Linguagem não somente é capaz de explicar os fenômenos humanos e cognitivos, como também intenta que a Filosofia não teria essa tarefa de explicar o mundo por não se tratar de uma ciência ou forma do conhecimento.

---

<sup>3</sup> Vale destacar a grande influência que Frege e Russel exercem no pensamento de Wittgenstein, pois “pensamentos foram em grande parte sugeridos pelas grandes obras de Frege e pelos trabalhos do meu amigo, o senhor Bertrand Russell.” (WITTGENSTEIN, 1987, p.28).

<sup>4</sup> Salientando que a publicação original do Tratado lógico-filosófico e Investigações Filosóficas ocorre em 1921, sendo a sua única obra publicada em vida. Já o livro Investigações Filosóficas foi publicado postumamente em 1953.

<sup>5</sup> Evidentemente que Wittgenstein possui muitos outros escritos como ‘Da Certeza’ (1990), O livro azul (1992a), O livro castanho (1992b), Cultura e Valor (1980), entre outros livros, ensaios e artigos.

Em termos gerais, é possível observar um paradoxo na concepção wittgenstiana, o que o torna um pensador complexo e instigante para reflexão: em primeira instância, definimos uma heurística reducionista no que toca a linguagem como ponto primordial para explicação do mundo, embora seja preciso afirmar inequivocamente a amplidão de análise sobre a Filosofia da Linguagem; em segunda instância, ocorre outro reducionismo que não reconhece a Filosofia como ponto de explicação do mundo, mas apenas como uma atividade analítica da linguagem.

Nas obras *Investigações Filosóficas* e *Livro azul*, observa-se um Wittgenstein mais maduro e propositivo, visto que elabora um conjunto de heurísticas para compor sua narrativa epistemológica. Essa maturidade wittgenstiana permite afirmar dois contextos contrapositivos: por um lado, a obra *Investigações Filosóficas* é uma continuidade da obra anterior<sup>6</sup>; por outro lado, há rupturas/diferenças entre o *Tratado* e *Investigações Filosóficas* que reside na mudança da linguagem, haja vista que na primeira obra o foco é a linguagem lógica, enquanto na segunda há uma mudança para a linguagem ordinária que compõe particularmente “[...] os jogos de linguagem usados em situações normais de discurso.” (ARAÚJO, 2012, p.115).

A ruptura de uma linguagem lógica para uma linguagem ordinária incide na originalidade constitutiva do pensamento wittgenstiano, pois focaliza na orientação pragmática promovendo efetivas mudanças nas múltiplas maneiras analíticas de função da linguagem.

Em outras palavras, a obra *Investigações Filosóficas* revela a percepção de um “segundo Wittgenstein”. Esta segunda fase wittgenstiana pode ser enfatizada a partir das ideias de jogos de linguagem e formas de vida que foram elaboradas na obra *Investigações Filosóficas*.

Objetivamente, os jogos de linguagem podem apresentar duas concepções que se complementam: a primeira indica que “[...] os jogos de linguagem são as formas de linguagem com que a criança começa a fazer uso das palavras. O estudo dos jogos de linguagem é o estudo das formas primitivas da linguagem ou de linguagens primitivas.” (WITTGENSTEIN, 1992a, p.47), enquanto a segunda preconiza que são “[...] práticas onde o emissor enuncia as palavras e o receptor age de acordo com elas.” (WITTGENSTEIN, 1984, p. 12).

---

<sup>6</sup> O próprio Wittgenstein (2001) afirmava que sua obra *Investigações Filosóficas* deveria ser observada em continuidade com o *Tratado Lógico-Filosófico*.

A primeira percepção apresentada mostra que os jogos de linguagem são elementos de construção histórica que se dão desde a infância, o que confirma a ideia de linguagens primitivas, de modo que contemplam a trajetória do ser. Ainda na primeira percepção os jogos de linguagem primam pela proposição de um método para os estudos das formas de linguagens.

Já a segunda percepção apresentada se consolida nos processos de relações sociais e construção de sentidos, uma vez que a linguagem em sintonia com um pensamento demanda perspectivas de emissão/socialização que fundamenta um sentido e a recepção constrói sentidos, conforme as percepções que possui sobre as palavras emitidas.

Contudo, um problema que dificulta o entendimento/aplicação dos jogos de linguagens é a busca incessante por uma linguagem generalista que represente a essência do mundo. Diante desse problema, Wittgenstein desenvolve algumas ocorrências que fundamentam o diálogo da obra “Investigações Filosóficas”, como o sentido de uma expressão é caracterizado pelo uso que dela fazemos; o sentido não é um acompanhamento mental da expressão; e o uso da palavra, na prática, é o seu sentido. (WITTGENSTEIN, 1984).<sup>7</sup>

No que concerne às formas de vida implica, em verdade, um conceito que serve usualmente como “pano de fundo” para os jogos de linguagem, visto que as formas de vida são atividades não linguísticas contextualizadas aos jogos de linguagem ou como afirma Wittgenstein (1984, p.12) “[...] imaginar uma linguagem é imaginar uma forma de vida.”

O conceito de forma de vida comunga, a priori, a manutenção do caráter lógico da linguagem desenvolvido por Wittgenstein no Tratado, com vistas à sustentação de que a linguagem está relacionada a um escopo de representações cognitivas que não estão apenas vinculadas ao pensamento, mas se manifestam contextual e socialmente.

A epistemologia crítica de Wittgenstein possibilita um conjunto de percepções/aplicações para fundamentação epistemológica da CI, principalmente promovendo azo ao pragmatismo da CI. Capurro (2003) afirma a influência de Wittgenstein na configuração epistemológica da CI, porém, lamenta que essas influências foram pouco profundas.

---

<sup>7</sup> A discussão sobre os jogos de linguagem é aprofundada na obra ‘Livro Marrom’ traduzida para o português como ‘Livro Castanho’, especialmente as concepções da linguagem e comunicação humana, além das linguagens primitivas.

Saldanha (2008, p.47) destaca algumas contribuições do pensamento wittgenstiano para construção da tradição pragmática da CI considerando as seguintes interpelações e questionamentos:

a) permite a visão de uma filosofia da informação nascitura, baseada em uma observação sistemática da linguagem ordinária; b) contribui para clarificar a idéia da relação entre ciência, sociedade, cultura e aplicabilidade dentro da CI; c) redireciona as perguntas sobre a cientificidade da CI; da interrogação: “é ciência?”, que se desdobra em “ciência humana ou social?”; para a interrogação: “quando e como somos úteis e responsáveis enquanto conhecedores?”; d) nos leva a discutir a longa linha de pensamento nos estudos da informação estruturada unilateralmente em uma filosofia representacionista da linguagem; e) permite reproblematicar as movimentações da conceituação de informação: deixa de afirmar “a informação é” (informação enquanto essência), para sugerir “aqui houve informação”, ou seja, quando e como é informação (informação enquanto objeto, fenômeno ou fetiche de um contexto).

Os pontos levantados sobre a aplicação das teorias wittgenstianas a CI envolvem planos de ordens diversas da narrativa epistemológica, como a cientificidade da CI (este ponto será abordado no tópico seguinte sobre Popper concernente à demarcação científica da CI); Filosofia da Informação partindo da linguagem ordinária; percepções histórico-conceituais de informação. Observamos que os dois últimos pontos possuem relações intrínsecas, haja vista que uma Filosofia da Informação só pode ser gestada a partir de percepções epistemológicas e histórico-conceituais de informação.

Abrimos um leque para refletir que a Filosofia da Informação no âmbito da CI está essencialmente fundamentada a partir dos ideários da Filosofia da Linguagem, em face de uma perspectiva latente da CI de atuar/investigar processos de organização do conhecimento.

Desse modo, fica a pergunta: seria possível pensar que a Filosofia da Informação é oriunda ou toma como base pressupostos de uma Filosofia da Documentação? Aliás, é possível pensar em uma Filosofia da Documentação anterior e fomentadora do advento da Filosofia da Informação?

Com efeito, como disciplina institucionalmente gestada, não seria provável admitir uma Filosofia da Documentação, mas como procedimento abstrativo-reflexivo e particularmente aplicativo-operacional podemos indicar que a resposta ganha tom afirmativo, dado que disciplinas como a Biblioteconomia e a Documentação desenvolveram bases teóricas e operacionais sobre organização do conhecimento, linguagens documentárias, representação da informação etc., que contribuiriam direta ou indiretamente para o advento da Filosofia da Informação e evidentemente da CI e de sua materialidade pragmática (FROHMANN, 2008). Em outras palavras, a Biblioteconomia especializada (e até mesmo a

Biblioteconomia clássica) e a Documentação já continham em seu bojo teórico-epistemológico e empírico uma tradição pragmática informacional, embora com uma focalização mais específica, apontando para novas descobertas no âmbito da organização do conhecimento.

Destarte, a essência da Filosofia da Informação tem não somente seu nascedouro nos estudos epistemológicos da Filosofia da Linguagem, em que Wittgenstein tem participação decisiva, e das linguagens documentárias, mas nos fundamentos da Biblioteconomia e da Documentação que sustentam a construção dos pressupostos filosóficos da informação, enquanto elemento fenomênico, e da CI, enquanto campo do conhecimento.

A grande questão que norteia a discussão sobre Filosofia da Informação e a fundamentação teórico-epistemológica da CI reside na fragilidade conceitual do termo informação, talvez pelo fetiche demasiado de inserir a informação como objeto da CI sem uma apropriação crítica mais ampla.

*Ilharco* (2004, p.2-3) chama atenção quando argumenta que:

A filosofia da informação, enquanto reflexão fundamental sobre a informação, é um questionar de uma forma tão basilar e fundamental quanto o é o questionar fundador dos variados ramos da filosofia: o que é ser? (ontologia), o que é conhecer? (epistemologia), o que é a linguagem? (filosofia da linguagem), o que é a mente, a consciência, o bem e o mal, o pensamento, etc., etc.

Percebemos que os pontos levantados pelo autor presumem perspectivas para investigar a informação em suas diversas condições, mormente a ontologia, a linguagem e a epistemologia. Vale ressaltar que alguns fundamentos ontológicos, linguísticos e epistemológicos foram desenvolvidos em fins do século XIX e início do século XX, o que contribuíram, sobretudo, para o advento da Filosofia da Informação, como Otlet.

Compreendemos que Otlet desenvolve sustentações teóricas, epistemológicas e ontológicas que promovem vazão a um indiciário informacional. Teóricas e epistemológicas em virtude de em seu livro *Tratado de Documentação* propor um processo efetivo de discussão sobre os rumos da informação, da difusão e do compartilhamento, especialmente através de uma rede. Ontológicas pelo fato de que Otlet atenta para o documento e a informação como fenômenos que precisam ser representados. Para tanto, dependem de várias questões, dentre as quais podem ser destacadas: conhecimento sobre a linguagem (objetividade lingüística); conhecimento sobre a realidade objetiva que envolve espaço, tempo e outras variantes e o conhecimento sobre a realidade subjetiva que está relacionada à visão do Eu e do outro referentes à visão de mundo. A junção da realidade objetiva e da mente

permite uma compreensão mais efetiva do mundo, assim como possibilita uma noção mais completa da representação documentária e informacional. (DUCHEYNE, 2005).

É pertinente apontar uma forte tendência da Filosofia da Linguagem e de suas ramificações lógicas e ontológicas para constituição de fundamentos teóricos e filosóficos da informação e da CI. É necessário alertar que a associação entre Filosofia da Informação (que envolve naturalmente o conceito de informação) e CI é imanente, já que compreender o que é informação desemboca naturalmente entender o que é e para que serve a CI. (CAPURRO, 1991).

Ademais, apontamos que compreender o conceito de informação, a partir dos estudos em Filosofia da Informação, está inexoravelmente ligado aos estudos sobre linguagem, pensamento, ontologia e epistemologia, pois é notório que a informação não é um fenômeno independente, mas necessita de relações com outros fenômenos para se estabelecer.

Ao demonstrar uma justaposição semântica entre linguagem e pensamento, Wittgenstein (1987) estimula os cientistas da informação a investigar possíveis contiguidades conceituais entre informação e outros termos a fim de identificar as seguintes questões:

- a) como o conceito de informação é compreendido em um processo de relação humana cognitiva e social?
- b) como as noções de linguagem/filosofia da linguagem podem corroborar para concepções de informação/filosofia da informação?
- c) qual nível de relevância e sentido da informação face da relação conceitual com outros termos, como linguagem, pensamento e comunicação?
- d) como investigar perspectivas de linguagens documentárias, representação, organização e recuperação da informação podem contribuir para compreender conceitos de informação na CI?

Portanto, inferimos que a Filosofia da Linguagem wittgenstiana contribui diretamente para estudar problemas/questões fundamentais da CI relativos à organização do conhecimento, aos processos de representação e recuperação da informação e da Filosofia da Informação/conceito de informação. As teorias de Wittgenstein, ao servir de elemento subsidiário da ideia de organização na CI, possibilitam fundamentos potenciais/reais para a constituição de uma pragmática da CI, seja em ambientes físicos ou virtuais.

### 2.1.2 Karl Popper e a epistemologia da racionalidade científica: subsídios para cientificidade da Ciência da Informação

As concepções de ciência concebidas por Popper, seja na efervescência cognitiva convergente às percepções do Círculo de Viena, seja na epistemologia divergente (esta é a concepção que mais promoveu reconhecimento ao pensamento popperiano) marcaram (e ainda marcam) o pensamento contemporâneo. Em particular, o itinerário da pesquisa elenca, em Popper, um interesse analítico sobre as percepções de demarcação e falseabilidade científica, uma vez que favorece ponderações acerca da cientificidade da CI.

Em primeira instância é trivial reconhecer a complexidade e o caráter clássico da epistemologia de Popper, assim como compreender seu posicionamento na demarcação da ciência no contexto da formação de uma racionalidade científica, conforme indica o próprio Popper (1974, p. 1036):

Inclino-me a afirmar que deveríamos tentar determinar o que eles [os cientistas] “devem” [“ought”] fazer. Esse “devem” obviamente não tem teor ético (embora a ética esteja também envolvida aqui), mas seria antes o “devem” de um imperativo hipotético. A questão é: “Como deveríamos proceder caso desejássemos contribuir para o crescimento do conhecimento científico?” E a resposta é: “Você não tem melhor alternativa que proceder conforme o método crítico de tentativa (conjectura) e eliminação do erro, procurando testar ou refutar suas conjecturas.” O argumento que suporta essa resposta pertence à lógica situacional. Não penso que devemos nos voltar para a questão (sociológica) sobre o que os cientistas realmente fazem ou dizem.

A argumentação de Popper pode revelar um conjunto de pressuposições epistemológicas, meta-metodológicas e metodológicas, a saber:

- a) a ciência no pensamento popperiano demanda a constituição de uma atividade imperativamente hipotética que se configura como elemento relevante para construção de teorias;
- b) a formação de uma racionalidade não está necessariamente concatenada a composição de uma característica específica da ciência ou mesmo de uma concepção histórica e empírica situacional previamente definida;
- c) uma crítica ao positivismo de que todo processo de construção teórico-metodológica e empírica parte de uma investigação empírica, dado que “os positivistas, em sua ansiedade de aniquilar a metafísica, aniquilam juntamente com ela, a ciência natural. Pois também não se podem reduzir logicamente as leis científicas aos enunciados elementares da experiência.” (POPPER, 1980, p.11);

- d) um paradoxo residiria em um olhar latente de Popper para o crescimento/progresso do conhecimento científico, o que consistiria em aspecto eminentemente positivista e primitivo da ciência (O'HEAR,1980), pois deixa claro que “o crescimento do conhecimento pode ser mais bem estudado a partir do estudo do crescimento do conhecimento científico” (POPPER, 1992, p. xix);
- e) um problema relativo a esse paradoxo é que Popper em boa parte dos seus pensamentos não valoriza os processos históricos na construção de sua epistemologia, o que incide em um reducionismo dos críticos ao seu pensamento;
- f) a proposição de um método hipotético-dedutivo que consiste na composição de uma Solução provisória (P1), Teoria tentativa (TT), Eliminação do erro (EE) e Novos problemas (P2). (POPPER, 1980);
- g) a impressão potencial de um paradoxo e/ou até mesmo reducionismo, pois embora o pensamento popperiano critique a posição positivista em termos metodológicos (empíricos) para o sucesso da ciência se vale de uma percepção semelhante ao primar por um método que possa promover o sucesso da ciência;
- h) todavia, esse paradoxo pode ser esclarecido quando, em verdade, sua intencionalidade precípua não reside em um método para resolver todas as coisas (do contrário, sua crítica ao positivismo seria inconsistente e mais radicalmente inviável), mas busca a elaboração de um método que possa auxiliar nas decisões empíricas e contribuir para uma crítica da prática científica de maneira racional, o que faz de Popper um “normativista da ciência”.

Desse modo, vale destacar que o pensamento popperiano consiste na fundamentação de uma epistemologia crítica que caracteriza dois momentos distintos, sendo o primeiro meta-metodológico de caráter a-historicista e o segundo metodológico que preconiza uma base empírica e uma possibilidade de decisão crítica que inexoravelmente depende da história.

Ao que parece, o pensamento meta-metodológico tem como o objetivo explícito de preservar processos metodológicos racionais de crítica que idealmente possibilitem a eliminação sistemática de erros, de enunciados falsos, e que permitam a maximização, senão da verdade, da verossimilhança. (GUTIERRE, 2012, p.142). É possível afirmar que essa relação indefinida entre a meta-metodologia e a metodologia obnubila a “harmonia e consistência epistemológica” do ideário popperiano.

Os fundamentos discutidos, até então neste tópico, principalmente de questões empíricas (crítica ao empirismo positivista tradicional), lógicas (concepção de um positivismo

lógico) e metodológicas (metodologia hipotética) permitem pensar pressupostos para demarcação da ciência no contexto da falseabilidade em Popper.

Karl Popper, embora seja um dos principais pensadores do Círculo de Viena<sup>8</sup>, discorda arduamente de alguns construtos teóricos que valorizam o viés positivismo-empirista, especialmente a ideia de verificabilidade por se constituir como sendo demasiadamente indutivista. Para tanto, desenvolve o princípio da falseabilidade/refutabilidade.

Popper (2001, p. 90-91) afirma sobre a falseabilidade:

Uma teoria é chamada de empírica ou falseável, sempre que sem ambigüidade, dividir a classe de todos os possíveis enunciados básicos nas seguintes duas subclasses não vazias:

Primeiro: a classe de todos os enunciados básicos com os quais é incompatível, a essa classe chamamos de classe de falseadores potenciais da teoria; e Segundo: a classe dos enunciados básicos que ela não contradiz. [...] Mais resumidamente, podemos apresentar o ponto dizendo: uma teoria é falseável se não estiver vazia a classe de seus falseadores potenciais.

Acreditamos, por um lado, que Popper apresenta a qualidade de promover uma nova perspectiva metodológica, visando ao amadurecimento do método científico e voltada para um racionalismo crítico que seja situado para além de um positivismo reduzido, limitado e restrito a base empírica, que desconsidera uma fundamentação hipotética de teste mais referenciável.

De outro modo, a falseabilidade foi proposta considerando dois princípios: o primeiro é o princípio de distinção da racionalidade científica, já que não há indução na ciência pelo fato de não se basear em um princípio empírico como revelado por Hume no século XVIII; o segundo é referente ao fato de que o trabalho do cientista consiste em propor teorias e testá-las, de modo que teóricas e conceitos só são válidos/verdadeiros se forem passíveis de corroboração e falsificação pela experiência passada. (POPPER, 1975). Não é à toa que o filósofo Imre Lakatos (1989, p.180) afirmou "as idéias de Popper constituem o desenvolvimento filosófico mais importante do século XX."

Por outro lado, a falseabilidade popperiana indica algumas limitações metodológicas e epistemológicas, como a questão histórica já retratada. Outra questão que limita e torna improdutiva a ideia de falseabilidade reside na percepção de que quão mais amplo é o conteúdo empírico de uma teoria, mais ela se configura como falseável.

---

<sup>8</sup> Movimento de debates que se deu entre 1921 e 1930 entre variados filósofos/estudiosos que consolidou o ideário de um neopositivismo.

É preciso evidenciar que a percepção de quantidade de conteúdo empírico em nada contribui ou elucida sobre os contextos externos das situações experimentais, visto que o domínio de aplicação da teoria é equivalente ao domínio das suas condições e situações de teste, o que significa dizer que para comparar teorias rivais, não bastaria comparar suas classes de falseadores potenciais. (CHALMERS, 1994).

A problemática da indução e da demarcação científica conduz Popper a construção de uma teoria que busca esclarecer os problemas que seria a Tese dos Três Mundos (TTM), em especial, o Mundo 3 (M3). Com efeito, o TTM envolve um conjunto de intercorrências epistemológicas que se situam fortemente no mundo da linguagem.<sup>9</sup>

Popper (1977, p.191) afirma sobre a TTM:

Se denominarmos primeiro mundo o mundo das coisas – dos objetos físicos – e de segundo mundo o mundo das experiências subjetivas (tais como os processos mentais), poderemos denominar de terceiro mundo o mundo dos enunciados em si mesmos. (Atualmente, prefiro falar em ‘mundo 1’, ‘mundo 2’ e ‘mundo 3’; a este último, Frege denominou, por vezes, ‘terceiro reino’).

A primeira noção que se pode apreender é a influência dos estudos de Frege para a constituição da TTM, em especial, do Mundo3, de modo que Popper/Carnap nutriam profunda admiração e respeito pelo estudioso em lide, mormente no que tange aos estudos sobre linguagem.

A segunda questão é que, embora Popper tenha participado do Círculo de Viena e divergido/rejeitado muitas das concepções propostas e desenvolvidas, insere algumas perspectivas para os seus estudos no contexto da TTM. Vale considerar também que quando Popper pensou/criou a TTM (na década de 1970) era um epistemólogo renomado mundialmente e maduro, pois tinha discorrido boa parte de seu ideário teórico-epistemológico, o que permitiu pensar um fenômeno observando toda a realidade histórica de seu pensamento.

Em termos gerais, quanto à TTM propriamente dita, é pertinente destacar que os Mundos 1, 2, 3 possuem uma relação de causalidade, complementaridade e interação (direta e indireta). Objetivamente, o Mundo 1 concerne aos estados físicos e materiais que possuem forças e processos. Por sua vez, o Mundo 2 refere-se ao estado da mente em que

---

<sup>9</sup> A tese da linguagem fisicalista e unificada da ciência foi desenvolvida por Carnap em parceria com Popper considerando as ideias do segundo. A linguagem refere-se a construção de uma linguagem da ciência onde toda afirmação legítima, significativa, poderia ser expressa em fórmulas bem formadas e a linguagem unificada da ciência designaria que toda ciência se transformaria em física. (BASTOS; CANDIOTTO, 2008, p.88-89).

inexoravelmente é consequência daquilo que foi sentido no Mundo 1. Logo, o Mundo 2 exerce o papel de mediador das ações, pois “[...] o primeiro mundo e o terceiro mundo não podem interagir senão pela intervenção do segundo mundo, o mundo das experiências subjetivas ou pessoais.” (POPPER, 1975, p.152).

Já o Mundo 3 resulta do que foi empreendido nos Mundos 1 e 2, ou seja, é o mundo do conhecimento objetivo ou uma resultante de processos. Popper dá destaque especial ao Mundo 3 em virtude de ser a essência do processo onde seria possível detectar os problemas, entendê-los e resolvê-los promovendo autonomia ao pesquisador e, como corolário, indica uma junção de matemática com a linguística para representar o Mundo 3 considerando que o matemático consegue descobrir problemas.

Sobre o Mundo 3 Popper (1975, p.137) afirma que “[...] surge assim uma nova espécie de existência matemática: a existência de problemas; e uma nova espécie de intuição: a intuição que nos faz ver problemas e nos faz compreender problemas antes de resolvê-los.” Assim, com a inserção do Mundo 3, Popper busca estabelecer uma autonomia mais ampla ao pesquisador das ciências naturais buscando aprimorar o caráter intuitivo.

Talvez, uma das grandes limitações do neopositivismo, incluindo Popper e Carnap de forma mais ampla, seja a afirmação da física como modelo de ciência excluindo, por sua vez, as ciências humanas e sociais. (CARNAP, 1980).

Diante do pensamento de Popper (procurou-se desenvolver uma síntese situacional) é possível observar que há amplas possibilidades de aplicação de seus pressupostos na CI. Algumas aplicações, talvez, sejam mais incomuns ou obscuras (pouco estudadas ou percebidas na CI), mas outras fazem parte de estudos correntes deste campo.

Pensando a aplicação das teorias de Popper a CI verificamos três questões em geral: a questão metodológica, mais especificamente no que tange ao método (indutivo e hipotético-dedutivo); a demarcação científica da CI e os Três Mundos na CI.

Com relação à primeira questão, as proposições concebidas pelos diversos cientistas nas Idades Moderna e Contemporânea fazem crer que não há um método universal que vá resolver todos os problemas. Desse modo, é pertinente considerar que há uma multiplicidade de métodos e heurísticas aplicadas a CI. Contudo, observamos que a CI é marcadamente voltada para a construção do método indutivo, uma vez que é uma área destacadamente voltada para estudos empíricos e observacionais.

Neste caso, a CI herda um forte teor positivista, haja vista que extrai das experiências do cotidiano acadêmico-profissional subsídios para suas práticas de investigação científica e profissional/institucional. Percebemos uma forte prática inducionista das pesquisas na CI a

partir dos estudos de organização e representação da informação, pois “o método indutivo possibilita a elaboração de modelos, partindo, desde o início, da representação dos elementos/objetos e relações de um contexto.” (CAMPOS; FERNANDES; CAMPOS, 2003, p. 10).

Outrossim, verificamos um pressuposto dedutivo na CI que leva a possibilidade de pensar o método hipotético-dedutivo de Popper. Mais uma vez dialogando com Campos, Fernandes e Campos (2003, p.10) “[...] o método dedutivo propõe que se elaborem mecanismos de abstração para pensar primeiramente o domínio/contexto, independentemente de pensar os elementos e suas relações – esta seria uma etapa posterior.”

Identificamos que o método dedutivo é utilizado na CI em caráter secundário e posterior ao método indutivo, dado o caráter empirista da área. O método dedutivo na CI seria utilizado quando houvesse um conjunto de práticas empíricas e observacionais (indução) e, em caráter ulterior, a dedução seria aplicada como forma de identificar/analisar/retificar/rever problemas que foram visualizados no contexto empírico a fim de possibilitar novas proposições.

Neste momento, o método hipotético-dedutivo de Popper seria relevante, de sorte que promoveria pensar de forma articulada e dinâmica os erros empíricos e entendê-los por meio de refutações apontando tentativas de proposições teóricas, visando à constituição de novos fundamentos que engendrarão novos problemas e questionamentos.

Já nos estudos de usuários é latente a característica positivista que norteou pesquisas e práticas de cunho quantitativo, dado a sua intensa perspectiva inducionista (observacional e empirista).

O método hipotético-dedutivo, embora contrário à percepção empirista do positivismo (não é por coincidência que Popper é classificado como um neopositivista) agrega alguns princípios de determinação e dedução para estudo de usuários em face da preocupação em estabelecer leis do comportamento do usuário da informação (essas leis têm como objetivo o estabelecer padrões de comportamentos invariáveis, isto é, válidos para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas), necessidade de “medir” o comportamento dos usuários por meio de condições quantitativas, além dos estudos referentes à abordagem funcionalista no seio das ciências sociais e humanas. (ARAÚJO, 2010).

Destacamos que o grande problema do método hipotético-dedutivo aplicado a CI é referente à questão tempo-espaço em virtude de que não considera os contextos históricos que definem procedimentos investigativos de organização/representação e estudo de usuários que modificam com certa celeridade, o que incide uma contextualização temporal mais ampla que

o método hipotético-dedutivo não esclarece de forma tão efetiva, assim como o fato de testar uma teoria e refutá-la pode significar uma prática obscura e passível de um investimento equivocado que pode não promover frutos esperados em termos de resultados.

Em outras palavras, o método hipotético-dedutivo na CI pode ser contextualizado no âmbito dos paradigmas físico (SHANNON e WEAVER, 1949; CAPURRO, 2003) e do paradigma cognitivo (BROOKES, 1980; BELKIN, 1980), sendo o primeiro notadamente voltado propor questões referentes à organização, à representação e à recuperação de informação e o segundo já estabelece um olhar mais cauto para o usuário, mas sem uma efetiva interação, buscando por meio de hipóteses, refutações e deduções indicar caminhos para satisfazer suas necessidades.

Com relação à demarcação científica, eis uma grande discussão teórico-epistemológica na CI desde o seu limiar. Entendemos que há um conjunto de fatores que demandam e até mesmo dificultam a demarcação científica da CI, a saber:

- a) o fato da CI ser originária de teorias e áreas do conhecimento, como Biblioteconomia, Documentação, Ciências Cognitivas, Recuperação de Informação, Teorias Matemática e Sistemática da Informação, entre outras (SILVA; FREIRE, 2012);
- b) o caráter tecnológico e social da CI que ainda se constitui numa condição isolacionista, de modo que “tecnologia e social” demandam a impressão de que o primeiro lida apenas com sistemas e o segundo com sujeitos, o que interfere em uma narrativa epistemológica interacionista;
- c) o caráter pós-moderno e recente da CI que a tornam uma ciência em plena construção dos fundamentos teóricos, empíricos, além de seu objeto e conceitos;
- d) a falta ou carência de apropriação crítica de teorias e conceitos na CI. (SILVA; RIBEIRO, 2011);
- e) a CI é movida mais por questões do que por teorias. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001).

Diante dos fatores aduzidos, compreendemos que a CI possui um conjunto de transformações históricas, empíricas e acadêmicas em um curto espaço de tempo, assim como necessita de fortalecer e articular seus elos epistemológicos e operacionais de forma mais integrada.

A presente pesquisa apresenta certa discordância à teoria de Popper no âmbito da falseabilidade científica, especialmente no tocante à questão da quantidade de conteúdos e conceitos tornarem uma teoria mais falseável. Como na CI há um conjunto de interregnos

múltiplos, podemos afirmar que contempla uma grande quantidade de conteúdos, mas não permite perceber falseabilidades.

O que a demarcação científica popperiana e do próprio neopositivismo permitem é conceber o caráter científico da CI e sua finalidade enquanto ciência. Obviamente que em termos teleológicos a CI prima pela resolução de problemas de informação. (SARACEVIC, 1996).

Todavia, é preciso considerar o caráter científico procedimental da CI. Em linhas gerais, classifica-se a CI no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, mas ainda há um imbróglio latente entre a concepção “social e tecnológica”, haja vista que a CI dialoga de forma múltipla, e às vezes dispersa e unilateral, com outras áreas do conhecimento, o que torna a CI um campo do conhecimento sem um terreno muito bem definido e com problemas de configuração identitária na constituição de seu bojo teórico-epistemológico.

Assim, a proposição desta pesquisa, considerando o ideário de demarcação científica popperiana, seria definir a CI a partir de uma tecnociência, pois seria uma possibilidade de unificar (ou pelo menos aproximar) os pressupostos técnicos, tecnológicos e sociais que compõem a área.

A tecnociência foi cunhada por Gilbert Hottois, em fins da década de 1970 e início da década de 80, ressaltando que foi convertida como método de pesquisa por Bruno Latour.<sup>10</sup> A tecnociência, que antes era apenas empregada por estudiosos da ciência e tecnologia, é contemporaneamente utilizada por diversos cientistas sociais interessados em assinalar o contexto social e material da “ciência”. (AMÉRICO E TAKAHASHI, 2012, p.4).

Podemos afirmar que a tecnociência, além de uma integração entre técnica, tecnologia e social, prima pela constituição de uma narrativa epistemológica dinâmica e sócio-interacionista (ou sócio-construtivista) entre as áreas do conhecimento e as atividades do cotidiano profissional, mercadológico e humano.

Como afirma Patriota (2003, p.46) “[...] a literatura empírica produzida nesse campo de estudos é rica, englobando a abordagem sócio-construtivista da ciência e tecnologia, formação social da tecnologia, história e sociologia da tecnologia, estudos de laboratório, a teoria ator-rede, e assim por diante.”

---

<sup>10</sup> Latour (2000, p.287) utiliza o termo tecnociência para entender a totalidade do cotidiano das práticas humanas, mercadológicas e profissionais e suas relações diretas com as práticas científicas, isto é, “apoiadores, aliados, empregadores, auxiliares, crentes, patronos e consumidores, porque estes, por sua vez, poderiam parecer estar comandando os cientistas.”

A tecnociência faz jus à CI em virtude de ser um fundamento epistemológico que é diretamente vinculado a cientistas e a organizações/instituições que lidam com atividades acadêmicas e profissionais. Em outras palavras, segundo Latour (2000) a tecnociência pode ser pensada a partir de fatores humanos e não-humanos.

No que tange a TTM é um estudo mais convencionalmente aplicável à CI, haja vista que foi fundamento para constituição do paradigma cognitivo da área. Um grupo de pesquisadores/cientistas da informação, em fins da década de 1970 e início da década de 80, formulam o paradigma cognitivo da CI que tem forte apelo nos estudos de usuários da informação. Conforme *Ingwersen* (1992) o paradigma cognitivo tem como fator institucionalizador, a Conferência de *Copenhague*, ocorrida em 1977, que descentra a perspectiva de estudos em CI dos sistemas para os usuários.

Certamente, Brookes foi o precursor do paradigma cognitivo contemplando a aplicação do pensamento popperiano relativo à TTM como uma forma de estudar fundamentos culturais e de mensurabilidade da informação. Em especial, Brookes (1980, p. 128) dá atenção ao Mundo 3 e revela em seu artigo intitulado *The Foundations of information science* que:

O Mundo 3 de Popper deve recomendar-se à biblioteconomia e à ciência da informação porque, pela primeira vez, oferece uma abordagem racional às suas atividades profissionais, a qual pode ser expressa noutros termos que não meramente práticos. [...] E a tarefa teorizadora consiste em estudar as interações entre o mundo 2 e o 3, descrevê-los e explicá-los se possível e também ajudar a organizar mais o conhecimento que o documento com vista a um uso efetivo.

A TTM popperiana se aplica à CI considerando dois contextos que devem interagir entre si: a prática profissional e a investigação científica. Entendemos que há um problema de natureza epistemológica na CI em ver as atividades profissionais como instrumentos meramente empíricos e a atividade científica como pressuposto meramente reprodutivista (atrelando ao exposto no início do capítulo sobre a epistemologia reprodutivista) de práticas e identificações empíricas.

Isto quer dizer que a prática profissional e a pesquisa em CI, agregando, o pensamento popperiano da TTM se configuram como instrumentos que, embora interajam entre si, estão vinculados a uma interação intuicionista que são apenas sentidas e não construídas, o que pode ser visível na apropriação e na aplicação a-crítica de conceitos, o que confirma a condição epistemológica da CI ser norteada mais por questões do que por teorias.

A TTM popperiana alerta para três questões fundamentais da CI que podem ser sintetizadas nas seguintes perguntas/questionamentos:

- a) qual a relevância da mediação na CI e como podem ser desenvolvidas práticas de mediação na CI? Ao que parece, a TTM, em caráter particular, no Mundo 2, prevê uma perspectiva de interação voltada para uma mediação essencialmente cognitiva da informação, assim como a mediação pode ser circunscrita como um dos elementos chave para pensar uma justaposição entre fundamentos teóricos e empíricos da CI, de sorte que a mediação carrega consigo um componente teórico-reflexivo e um componente empírico, o que possibilitaria uma justaposição desses dois segmentos assegurando uma densificação epistemológica da CI;
- b) como é possível organizar o conhecimento primando por um acesso mais irrestrito possível considerando a eficiência e eficácia das atividades de organização, representação e recuperação da informação para promoção de acesso e uso? É pertinente observar que aqui há uma inversão de valores para constituição de um conhecimento objetivo, pois comumente se fala em organizar o conhecimento para promover acesso, mas considerando o Mundo 3 de Popper é possível pensar que sua relação com o mundo 2 consiste em entender a realidade, visando promover um processo de organização do conhecimento mais dinâmico, assim como utilizar as técnicas especializadas de organização/representação mais pertinentes à realidade;
- c) o que seria das investigações científicas e da prática profissional se não houvesse uma ligação direta entre ambas nos mais diversos setores da CI? É precisamente em virtude da concepção de organização, mediação, acesso, uso e apropriação da informação que o conhecimento objetivo contemplado no Mundo 3 define que as pesquisas e práticas profissionais devem promover uma dinâmica teórico-empírica buscando uma prática profissional que seja pensada/planejada e não desenvolvida a esmo e uma investigação científica que possa ser aplicada no cotidiano profissional.

Portanto, percebemos que as contribuições de Popper para a CI são complexas e relevantes, ao passo que o pensamento popperiano dialoga e confronta com alguns fundamentos epistemológicos da Sociologia da Ciência, em especial, a noção do Paradigma de Kuhn que será analisada a seguir.

## 2.2 A(S) NARRATIVA(S) SOCIOLÓGICO-CIENTÍFICA(S) NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DA DOGMATIZAÇÃO PARADIGMÁTICA AO ANACRONISMO FUNCIONALISTA-ESTRUTURAL

A efervescência discursiva/propositiva, em fins do século XIX e século XX, foi propícia para a formação de um conjunto de grupos acadêmico-científicos com pensamentos e teorias convergentes, complementares e opostas deliberando pluralidades e complexidades contedísticas.

As epistemologias do século XX (epistemologias no plural pelas suas variedades perceptivas e multiplicidades hermenêuticas) se constituíram em um conjunto de narrativas marcadas pela composição de grupos sociais e acadêmicos que preconizaram uma espécie de ideologia científica.<sup>11</sup>

Reconhecendo a relevância para a epistemologia dos estudiosos neopositivistas do Círculo de Viena (*Frege, Russel, Wittgenstein, Popper, Carnap, Quine...*) como foi aduzido nos tópicos anteriores, evidencia-se a atuação de outros pensadores um pouco mais contemporâneos em termos temporais cunhados de “pós-popperianos”, como *Imre Lakatos* (Metodologia dos programas de pesquisa), *Paul Feyerabend* (Contra o método: anarquia epistemológica) e o mais influente e conhecido pela comunidade acadêmico-científica mundial *Thomas Kuhn* (Estrutura das Revoluções Científicas).

Os ditos pós-popperianos ascenderam a partir da “exploração” de pontos nevrálgicos que provocaram a derrocada do neopositivismo. Magalhães (1996) explica os motivos da derrocada do neopositivismo e, por conseguinte, a ascensão dos pós-popperianos:

A preocupação demarcacionista (entre ciência, metafísica e metafísica, como sabemos no conceito de metafísica, a histórica, a filosofia, a sociologia, etc.) assentava na ideia de que a linguagem de observação era distinta da linguagem teórica. Tal definição parece basear-se no seguinte pressuposto: o observável refere-se ao existente, o teórico ao inexistente. Mas, aceitando-se tal conotação – os termos de observação têm uma relação clara e direta com entidades existentes, e os termos teóricos não as têm -, teremos que perguntar: para que servem as teorias? A resolução desse paradoxo deverá ser encontrada necessariamente pela análise dos fatores que intervêm na formação da estrutura das teorias.

<sup>11</sup> Entendemos por ideologia científica a preconização de um grupo de pesquisadores/cientistas acerca de determinadas teorias científicas em comum que podem influenciar parcial ou totalmente suas concepções teórico-epistemológicas, o que se configura como uma auto-justificação de teorias por conveniências e interesses sociais e políticos. Como afirma Canguilhem (1977) a ideologia científica tem uma história e uma ambição de ser ciência, ultrapassando o campo da crença e da superstição. A ideologia prenuncia a ciência e não é, de modo algum, a ignorância, o menosprezo ou a recusa da função de ciência.

Basicamente dois fatores foram determinantes para a crise do neopositivismo<sup>12</sup>: a rigidez no procedimento de demarcação da ciência e a desvalorização dos processos histórico-sociais. É pertinente destacar a crise do neopositivismo em face de que foi precisamente dos pontos nevrálgicos supramencionados que os pós-popperianos ascenderam.

Os pós-popperianos contribuíram diretamente para o desenvolvimento de uma nova disciplina chamada de Sociologia da Ciência que surgiu em meados do século XX com uma nova proposta de investigação científica a partir de uma nova compreensão de mundo. Algumas perguntas podem auxiliar na elucidação sobre a Sociologia da Ciência: qual a origem da Sociologia da Ciência? Qual a diferença entre a Sociologia da Ciência e a epistemologia?

A primeira pergunta encaminha processos hermenêuticos controversos, haja vista que a origem da Sociologia da Ciência, grosso modo, reside em um ponto de descontinuidades históricas, pois, embora esta disciplina seja oriunda da Sociologia do Conhecimento, não há um processo histórico de desenvolvimento contínuo e interligado, principalmente pela prospecção e conturbação política que envolvia EUA e Europa nas primeiras quatro décadas do século XX.

Santos (1989, p.121-122) esclarece a descontinuidade entre Sociologia do Conhecimento e Sociologia da Ciência:

[...] o fato é que existe quase total descontinuidade entre a sociologia do conhecimento realizada na Europa entre finais do século XIX e a década de trinta do nosso século e a sociologia da ciência fundada no início da década de quarenta nos EUA. Tal descontinuidade é surpreendente, tanto mais que os sociólogos americanos, com destaque para Merton, estavam a par dos estudos realizados na Europa. A sua explicação deve ser procurada no contexto social e intelectual em que surgiu a sociologia da ciência.

Alguns fatores incidem sobre a polêmica narrativa histórica da sociologia da ciência e sua condição descontínua:

- a) a sociologia do conhecimento está voltada para o enraizamento do conhecimento de diversas ordens no contexto social e o papel da ideologia na produção do conhecimento, mas desconsiderando o conhecimento válido (MANNHEIM, 1986),

---

<sup>12</sup> Quando se fala em crise não quer dizer que não existe mais o neopositivismo, pois até hoje ainda há pensadores que comungam a teoria neopositivista. A crise é no sentido de perda da força mais expressiva que o neopositivismo exerceu durante alguns anos no âmbito da epistemologia. Até mesmo Popper (1972) mencionou que a separação de dois contextos (a história da ciência e a justificativa que compreende a análise lógica dos resultados) levou a crise do neopositivismo.

enquanto a Sociologia da Ciência está mais ligada às condições sociais e normativas da ciência;

- b) a competitividade científica, tecnológica, político-institucional, bélica, e econômica entre EUA e Europa preponderou durante boa parte do século XX e consistia em trazer para si todo e qualquer elemento de conquista e autonomia, o que confirma uma contradição na origem da Sociologia do Conhecimento europeia e a origem da Sociologia da Ciência nos EUA sem um diálogo mais claro e dialógico<sup>13</sup>;
- c) embora tenham surgidos em períodos contíguos da história, a Sociologia do Conhecimento ainda vivia os desideratos da revolução científica do século XIX e as possibilidades de pensar a progressão do conhecimento nas ciências sociais em suas mais diversas facetas, constituindo novas abordagens da Teoria do Conhecimento (sociológica), enquanto a Sociologia da Ciência surge em um momento de maior definição do estatuto epistemológico das ciências sociais, assim como institui uma reflexão mais específica relativa à Epistemologia (estudos sobre conhecimento científico);
- d) como consequência do ponto anterior, a Sociologia do Conhecimento concebe, *in actu*, uma abrangência reflexiva mais ampla do que a Sociologia da Ciência, embora seja preciso considerar que os pensamentos de ambas as disciplinas apresentavam semelhanças teórico-epistemológicas;
- e) em ambas as Disciplinas, houve uma relativa crise de aceitação social, pois em virtude do lato processo de guerras e conflitos político-territoriais, a ciência estava muito mais a serviço das ideologias dominantes, como o nazismo, fascismo, stalinismo... (ainda hoje é assim, embora em outras dimensões político-econômicas) do que preocupada em construir suas fundamentações sociais;
- f) evidentemente com a submissão da ciência aos indícios da ideologia dominante e o condicionado conflito bélico, a valorização da ciência esteve muito mais voltada para atividades subsidiárias da tecnologia e satisfação de grupos minoritários do que para elucidação da realidade social, o que promoveu certa crise nas ciências sociais;

---

<sup>13</sup> Vale ressaltar que esse tipo de acontecimento foi muito comum em meados do século XX, pois a luta por dominação política também foi estendida aos processos da ciência e como os EUA estabeleciam um amplo domínio político-econômico trazia para si a institucionalidade de suas conquistas, inclusive na ciência. Mas é inegável que, mesmo indiretamente, a Sociologia da Ciência, se atribuiu de alguns pressupostos da Sociologia do Conhecimento, mas em face de um orgulho político, houve uma espécie de isolacionismo científico-institucional.

g) logo, é possível afirmar que Sociologia do Conhecimento e Sociologia da Ciência, mesmo tendo apresentado inúmeras divergências científicas e político-institucionais apresentam um ponto em comum: surgiram de crises da ciência e da necessidade de estudar a realidade social das nações e da humanidade.

Com relação à segunda pergunta, Sociologia da Ciência e Epistemologia são semelhantes, de modo que aquela se constituiu a partir desta. Com efeito, podemos postular que a Sociologia da Ciência também é uma maneira de deliberar uma percepção epistemológica, mas com um desiderato sócio-cultural da ciência e não diretamente com os fundamentos teórico-metodológicos da ciência em si. Mas, então, quais as diferenças entre as disciplinas?

Em linhas gerais, observamos as diferenças entre as Disciplinas em três elementos, a saber:

- a) assim como argumenta o historiador da ciência deve tomar as ideias como se fossem fatos e o epistemólogo tomar os fatos como se fossem ideias (BACHELARD, 1996), a Sociologia da Ciência segue o mesmo rumo da História da Ciência e, por conseguinte, inversa a Epistemologia;
- b) a Epistemologia é declaradamente voltada para estudos e formação de teorias para o conhecimento científico, o que não significa dizer que não seja aplicada, enquanto a Sociologia da Ciência apresenta em seu bojo finalístico a formação de uma política científica, o que não significa dizer que não produza elementos teóricos;
- c) a Sociologia da Ciência precisa do diálogo com a Epistemologia (e também a História da Ciência) para se desenvolver enquanto disciplina do conhecimento científico.

No entanto, há um quarto elemento mais polêmico que diferencia Sociologia da Ciência e Epistemologia e que merece uma análise mais pormenorizada. Berthelot (2005, p.213) detalha essa tensa diferenciação:

A sociologia das ciências apresenta a epistemologia como uma disciplina normativa, desconhedora dos processos reais de elaboração da ciência, encerrada na torre de marfim de um logicismo e de um dogmatismo ativos. Pelo contrário, a epistemologia vê na sociologia das ciências uma disciplina menor que se alimenta de escândalos e de interpretações imaturas.

Esse imbróglio entre Sociologia da Ciência e Epistemologia reside muito mais em “rivalização” (típico da atividade científica fenomenicamente capitalista) voltada para uma atividade político-científica (que requer a composição de um estatuto científico e uma

autonomia política para a Sociologia da Ciência) do que necessariamente a fundamentação do *ethos* científico da Sociologia da Ciência.

Porém, é inegável que o advento da Sociologia da Ciência se dá em uma perspectiva de rupturas e novas afirmações que buscam mexer com as estruturas sociais e com a autoridade da Epistemologia e da História da Ciência, mas que não são necessariamente opostas ou excludentes, uma vez que parece haver um espaço definido, em alguns casos, sem problemas muito efetivos e, por outro lado, em condições não muito harmoniosas (a depender do pensador e/ou do país em que está inserido) para as três disciplinas concomitantemente as perspectivas imanentes dos diálogos e questionamentos entre as disciplinas em lide que auxiliam em suas construções teóricas.

Poderíamos atribuir a percepção de uma epistemologia particular (JAPIASSÚ, 1977) que compõe as tarefas específicas de cada disciplina cabendo a Epistemologia o estudo dos fundamentos e das modalidades lógicas do conhecimento científico; a História das Ciências o desenvolvimento concreto das disciplinas e dos resultados (BERTHELOT, 2005) e a Sociologia da Ciência os estudos sobre as estruturas e funções culturais da ciência, além dos impactos das atividades científicas na sociedade (MERTON, 1968).<sup>14</sup>

A condição nascitura e de desenvolvimento da Sociologia da Ciência se dá a partir de dois grandes elementos: o primeiro é a Sociologia da Ciência funcionalista de Merton e o segundo é a Nova Sociologia da Ciência. De acordo com Shinn e Ragouet (2008) a sociologia da ciência mertoniana pode ser intitulada de sociologia diferenciacionista, visto que distingue a ciência das demais atividades sociais e a não-influência de diversos fenômenos sociais nas atividades científicas e a nova sociologia de antidiferenciacionista, já que negam qualquer possibilidade de separação entre ciência e sociedade a partir do momento que reconhecem a relativização do conhecimento e suas divisões sociais e cognitivas.

É precisamente nos Estados Unidos, com Robert Merton, que a Sociologia da Ciência, a partir da década de 1940, ganha força e se estabelece como disciplina. Todavia, embora a Sociologia da Ciência mertoniana tenha se desenvolvido nos EUA, não é profícuo afirmar que há uma Sociologia da Ciência estadunidense, de modo que a disciplina em questão se desenvolveu pela Europa a partir da década de 1960 (França, Alemanha, etc.).

---

<sup>14</sup> Evidentemente que a Epistemologia ocupa focalização central no diálogo disciplinar, visto sua marcada tradição histórico-filosófica e sua atuação marcante no processo de análise, reflexão e revisão dos fundamentos científicos de cunho natural e social (teóricos e metodológicos).

Aliás, a própria origem da Sociologia da Ciência mertoniana foi inspirada em Weber e também em Parsons para o desenvolvimento dos estudos sobre o sistema social da ciência. (BERTHELOT, 2005, p. 217).

O vasto pensamento de Merton pode ser compreendido a partir das obras *Ciência, Tecnologia e Sociedade*, na Inglaterra do Século 17 publicada em 1938, que investigou os processos de institucionalização da ciência (MERTON, 1984) que o levou a compreensão dos construtos de normas éticas da ciência que institucionalizam a prática científica (e de certo modo favorece uma prática de dominação científica) e a consequente publicação, em 1942, do artigo “*Science and Democratic Social Order*” (Ciência e estrutura social democrática). Neste estudo, *Merton* (1968) afirma que a preocupação central reside não nos métodos da ciência, mas nas normas que a protegem contribuindo para a formação de comunidades científicas (a ciência vista como uma instituição social). Para tanto, identifica as seguintes normas: universalismo (aceitação ou rejeição de enunciados científicos não deve depender das circunstâncias pessoais ou sociais do cientista); comunalidade (os avanços científicos são produtos de colaboração social e assim devem ser acessíveis a toda comunidade); desinteresse (a atividade do cientista não deve visar ao interesse próprio, como acontece excepcionalmente em casos de fraude); ceticismo organizado (o cientista deve suspender temporariamente suas opiniões e juízos de valores, e duvidar de tudo).

Poderíamos afirmar que a Sociologia da Ciência de *Merton* estaria preocupada com a parte não-científica da ciência, ou seja, com os seus valores sociais, culturais, ético-normativos e funcionalista-estruturais? A resposta merece tom afirmativo, de sorte que a Sociologia da Ciência age como uma película caricatural que cerca a ciência e os métodos científicos, sendo os valores supramencionados “revestidores” e institucionalizadores da prática científica. Assim, entendemos que a Sociologia da Ciência analisa a prática científica de fora para dentro, pois desenvolve perspectivas extrínsecas da ciência (normas éticas, e valores sócio-culturais) que envolvem suas perspectivas funcionais e estruturais (por isso *Merton* toma como base os estudos de *Parsons* sobre a estrutura e função de um sistema social).<sup>15</sup>

Em suma, a Sociologia da Ciência mertoniana apresenta uma vantagem de aproximar as investigações sociológicas da atividade científica. Entretanto, ao separar ciência e sociedade, a Sociologia da Ciência mertoniana compromete seriamente uma abordagem mais

---

<sup>15</sup> Ressaltando que ainda neste capítulo, *Merton* reaparece na travessia desta pesquisa juntamente com outros autores, como *Parsons* e *Bertalanffy* no que toca a discussão sobre funcionalismo-estrutural e suas possíveis aplicações na CI.

ampla e contextualizada, pois estabelece um isolacionismo conjectural que interfere nas relações materiais e simbólicas (BOURDIEU, 2010) entre ciência e sociedade.

Por isso, a Sociologia da Ciência de *Merton* entra em derrocada na década de 1970, especialmente a partir de três fatores: os impactos da obra Thomas Kuhn (*Estrutura das revoluções científicas*) publicada em 1962, que aproxima os fundamentos sociológicos das percepções de Epistemologia e História da Ciência, assim como tendendo para uma retomada aos pressupostos da sociologia do conhecimento; o segundo é referente à crítica veemente de muitos intelectuais que, ao visualizarem o desenvolvimento científico-tecnológico de forma predatória a sustentabilidade (econômica, energética, natural e ambiental) e a liberdade social, atentaram ser inviável a separação dos fundamentos teóricos, empíricos e metodológicos da ciência e de suas expressões sociais, éticas e normativas; e o terceiro engloba a inserção das teorias construtivistas na Sociologia da Ciência. (SHINN; RAGOUET, 2008).

As críticas a Sociologia da Ciência foram tão vorazes que soa a percepção, conforme nos indica Kreimer (1999, p.43) de que se constituiu em um “antecedente na construção de uma verdadeira sociologia da ciência.” Em outras palavras, a Sociologia da Ciência mertoniana, ao separar ciência e sociedade, parece revelar mais uma consolidação de uma “sociologização institucional e não-científica” do que uma Sociologia da Ciência dialógica e construtiva que priorize os processos históricos, embora não seja pertinente desprezar a formação de um programa de Sociologia da Ciência mertoniano, uma vez que *Merton* apresenta indícios efetivos de uma sociologia especializada, especialmente pelo fato de que o advento de uma Nova Sociologia da Ciência (ou Sociologia do Conhecimento Científico) só foi possível a partir de uma detida postulação crítico-analítica aos pressupostos mertonianos, mas é na configuração antimertoniana que a Sociologia da Ciência ganha, de fato, o *status* coletivo e interacionista de construção científico-social.

Assim, identificamos na Europa, a partir da década de 1970, com relativa contraposição à sociologia mertoniana, a constituição de uma Nova Sociologia da Ciência mais ampla e dimensionada a realidade social do conhecimento científico (reside também em uma preocupação mais efetiva com o conteúdo da ciência que a concepção mertoniana relegava a um plano inferior).

Toda essa efervescência territorial-espacial, histórica dá forma a uma nova cultura sociológico-científica. A consolidação dessa Nova Sociologia ocorre a partir da entoada Escola de Edimburgo no âmbito das exponencialidades de *David Bloor e Barry Barnes* também chamada de “Programa Forte”. A condição marcante da Escola de Edimburgo é

confirmada por *Kreimer* (1999, p.137) que afirma que escolas vindouras se não surgiram a partir dos preceitos destes autores buscaram “fazer uma releitura crítica deles.”<sup>16</sup>

Uma das principais marcas da Nova Sociologia da Ciência de *Bloor e Barnes* é a retomada de alguns pressupostos da sociologia do conhecimento que se constitui em um amálgama dos traços mais otimistas das obras de *Durkheim* (Regras do Método Sociológico), *Mannheim* (Ideologia e Utopia) e *Znaniecki* (BLOOR, 1976) inserindo uma diversidade de conhecimentos, incluindo o científico, assim como sua centralidade está mais envolta na Europa ao contrário da Sociologia da Ciência mertoniana, embora seja também inviável mencionar uma Sociologia da Ciência (ou Nova Sociologia do Conhecimento) exclusivamente europeia dada à influência de estudiosos norte-americanos, como *Kuhn*.<sup>17</sup>

Embora atentemos que “Mannheim e Durkheim são as duas referências mais significativas de *Knowledge and Social Imagery*” (PALÁCIOS, 1994, p.186), outras influências vão se estabelecendo, especialmente a partir da década de 1980, como a percepção de jogos de linguagem em *Wittgenstein*. *Bloor* (1983) desenvolve uma análise sobre a sociologia do conhecimento associando os contextos sociais aos processos cognitivos concebendo uma adaptação de *Wittgenstein* no uso do termo linguagem social, enquanto *Barnes* (1982) finca sua análise a partir de uma relação entre os estudos de *Kuhn* e o pensamento de *Wittgenstein* construindo o conceito de interesse como aproximação entre tessituras sociais e científicas e instrumento elucidativo da ciência que dinamizariam a formação do Programa Forte.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Podemos destacar alguns estudos e correntes influenciadas pela Escola de Edimburgo, tais como: Programa do Relativismo Epistêmico da Escola de Bath (Inglaterra) – os pesquisadores *Collins* e *Pinch* justificam que o ‘relativismo epistêmico’ indica as diversas maneiras como o conhecimento está situado no meio social e cultural que se estabeleceria a partir das experiências dos conhecimentos científicos dos membros de uma determinada comunidade. Para tanto, utilizam o método da controvérsia científica que indica conceber de forma mais efetiva os processos negociais de uma comunidade e suas possíveis heurísticas hermenêuticas nas práticas técnico-científicas. (SISMONDO, 2004; MATTEDI, 2006); Programa Fraco e a Meta-Análise (S. Restivo, D. Chubin) – procura unir pontos favoráveis de diversas escolas, como o programa forte, os estudos etnográficos no laboratório, e a cienciometria. A “meta-análise” é uma tentativa de aplicar os resultados relativistas para o próprio programa. Isso leva ao reconhecimento que o próprio programa fraco não pode pretender alcançar verdades finais sobre a ciência (PESSOA JÚNIOR, 1993, p. 8-9); Pierre Bourdieu (1983; 2004) estudou a ciência como fenômeno do sistema capitalista contemplando suas trocas e poderes simbólicos construindo o conceito de campo científico, assim como empreendendo procedimentos para pensar uma sociologia da ciência.

<sup>17</sup> Barnes (1982) destaca que na década de 1970 a Sociologia da Ciência nos Estados Unidos começa a se concentrar no estudo das especialidades científicas em um contraponto a sociologia mertoniana e, por outro lado, conquista efetivo reconhecimento no continente europeu.

<sup>18</sup> Segundo Palácios (1994, p.185) o conceito de interesse apresenta duas dimensões: a primeira estaria comprometida com o princípio da causalidade apresentando, por conseguinte, a caracterização ambígua e imprecisa das variáveis sociais que supostamente têm papel determinante do conteúdo das teorias que são referentes a análises que buscam estabelecer relações entre “contexto social” e conhecimento científico (o “contexto” significa o recurso amplo às circunstâncias sociais e históricas que constituem o ambiente no interior do qual se desenvolve a atividade científica); a segunda é associada à utilização do conceito de

Podemos considerar que o Programa Forte apresenta duas fases: uma primeira de cunho demarcacionista (baseado nas concepções de *Manheim e Durkheim*) que remonta a base da fundamentação teórico-epistemológica do Programa durante a década de 1970 e uma segunda fase de cunho ampliacionista que preserva os fundamentos da primeira fase e acrescenta novos valores teóricos, mormente no âmbito das análises de *Wittgenstein e Kuhn*.

Dentro da Nova Sociologia da Ciência, podemos acrescentar ainda a formação de uma Sociologia da Pesquisa Científica ou Sociologia de Laboratório com forte tendência a partir de *Knorr-Cetina e Bruno Latour*. Mattedi (2007, p. 51) assegura que:

A preocupação com os laboratórios enquanto uma unidade analítica da sociologia da ciência esta associada ao desenvolvimento dos estudos sociais da ciência e da tecnologia. Sua progressiva problematização colocou em evidência o caráter contingente e negociado da atividade científica. Apesar dos estudos sociais da ciência e da tecnologia englobarem perspectivas teóricas muito diversificadas, todas elas parecem privilegiar a pesquisa de campo, o contato direto com os cientistas e suas práticas. A observação sistemática destes microprocessos deslocou o foco de atenção para a construção do conhecimento em tempo real. [...] Neste sentido, o corpo principal de estudos de laboratório foi formado em torno das estratégias analíticas desenvolvidas em três trabalhos principais: *Vida de Laboratório* de Bruno Latour e Steve Woolgar, *Arte e Artefato no Laboratório de ciência* de Michael Lynch e a *Fabricação do Conhecimento* de Karen Knorr-Cetina.

Diante da construção de uma Sociologia da Pesquisa Científica é pertinente conceber as seguintes considerações:

- a) a Sociologia da Pesquisa Científica toma como base processos técnicos, empíricos e sociais para consecução de suas atividades, especialmente no âmbito da prática laboratorial;
- b) o laboratório não deve ser visto apenas como uma estrutura física e/ou institucional que contempla atividades específicas, mas um espaço negociador e socializador das perspectivas científico-sociais que busquem a construção de conhecimento;
- c) a prática laboratorial aproxima ciência e tecnologia, sobretudo, primando por um diálogo com o cotidiano social a fim de desenvolver estratégias para construção do conhecimento, de modo que ciência e tecnologia não são vistas isoladamente, mas potencializadas coletivamente no âmbito das práticas dos cientistas;
- d) as condições laboratoriais incidem em dois contextos reflexivos gerais, mas não necessariamente de forma linear ou na ordem estabelecida: o primeiro é de cunho descritivo que identifica/avalia minuciosamente os processos sociais e empíricos

---

interesse, como variável social relevante, implicando que a teoria torna-se mais plausível à custa das pretensões originais do Programa Forte. Em outras palavras, a noção de interesse, utilizada em sentido amplo, incorpora um elenco de motivações que tornaria indeterminada a fronteira entre o social e o psicológico.

(referentes aos desenvolvimentos da pesquisa de campo), visando aproximar cognitivamente o pensamento do cientista à realidade social; e o segundo é analítico, que desdobra múltiplas interpretações/percepções com a realidade descrita, o que significa dizer que a pesquisa laboratorial não tem necessariamente o papel de elucidar, mas de estruturar as bases necessárias para possíveis explicações sobre os prospectos científico-sociais e tecnológicos;

- e) a Sociologia da Pesquisa Científica surgiu para promover maior concretude e sustentação empírica a Sociologia da Ciência, sendo a prática laboratorial uma maneira de fornecer ao cientista subsídios que permitam primeiramente identificar/avaliar para depois emitir um posicionamento crítico-analítico;
- f) as operações científicas envidadas por Latour e Knnor-Cetina possuem forte apelo no que se refere às práticas etnográficas e à aplicação de um construtivismo social, pois é preciso um denso procedimento para coleta de dados, visando apurar condições descricionistas e, por conseguinte, perspectivas crítico-analíticas no âmbito de um construtivismo social;
- g) a obra “vida de laboratório” de Latour e Woolgar levanta forte teor sobre a tradição teórica da antropologia que contempla diversas formas de combinar a tensão presente de maneira permanente entre o particular/etnográfico e o universal/teórico (PEIRANO, 1995), assim como valoriza o teor torrencialmente metodológico da prática laboratorial por meio de construtos empíricos, etnográficos e laboratoriais, com vistas a promover o máximo de fidedignidade possível entre as observações e os fatos ou, em outras palavras, a conformação de uma prática científica que observe a ciência como ela acontece (WOOLGAR, 1982) e, finalmente, favorece “ao mesmo tempo nossas crenças sobre a ciência e as nossas crenças sobre a sociedade” (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 23);
- h) já a obra “Arte e Artefato no Laboratório de ciência” de, *Michael Lynch*, contempla um projeto processualmente descritivo-analítico que envolve uma fase de planejamento da investigação (estratégias técnicas e metodológicas de ação) e outra conclusiva/constatadora (conjunto de ações que culminam com a publicação da pesquisa) em torno de “uma variedade seqüencial do trabalho dos membros do laboratório que culmina na redação de um manuscrito de pesquisa, usualmente utilizado para a publicação sobre a autoria de vários membros do projeto” (LYNCH, 1985, p. 53);

- i) a obra “Fabricação do conhecimento”, de Karen Knnor-Cetina, sustenta “a tese que estamos considerando é que os produtos da ciência são construções contextualmente específicas que levam as marcas da contingência situacional e da estrutura de interesses do processo que são geradas, e que não podem ser compreendidas adequadamente sem uma análise de sua construção” (KNNOR-CETINA, 2006, p. 61);
- j) as três obras possuem em comum a ideia de que a ciência está diretamente concatenada ao contexto social e tecnológico e a prática científica deve ser apreendida a partir de uma densa fundamentação descritiva e empírica para consolidação de um processo analítico que permita ser a prática científica uma representação fiel (ou o mais próximo possível) da realidade social.

Enfim, consideramos que há uma prática descontínua, de profundas rupturas e também de retomadas entre a Sociologia do Conhecimento (Manheim), a Sociologia da Ciência (Merton), a Nova Sociologia do Conhecimento ou Sociologia do Conhecimento Científico (Bloor e Barnes e pensadores/escolas sucessoras) e a Sociologia da Pesquisa Científica (Latour e Woolgar). Todavia, não consideramos a atividade de Latour e Woolgar como uma disciplina independente, mas como um setor que promove sustentação a Nova Sociologia da Ciência, o que possibilita afirmar que há rupturas internas de cunho teórico-metodológico e empírico entre Nova Sociologia da Ciência concebida por Bloor e Barnes e a Sociologia da Pesquisa Científica de Latour e Woolgar.

Percebemos que a Nova Sociologia da Ciência apresenta um conjunto de diálogos e contrapontos, tanto no contexto de sua fundamentação teórica (interno), quanto no aparato disciplinar com a Epistemologia e a História da Ciência. No entanto, é possível atestar indícios de marcas não-essencialistas (SILVA, 2000; SILVA, 2011) na consecução da Nova Sociologia da Ciência, principalmente no tocante à formação dos estudiosos, como, por exemplo: *Thomas Kuhn* (físico), *Paul Feyerabend* (filósofo), *David Bloor* (filósofo e psicólogo)... Essa conotação demonstra forte influência da Epistemologia e da História da Ciência na construção da Sociologia da Ciência.

Assim como a Epistemologia, há vários pressupostos da Sociologia da Ciência que deram vazão para o advento e o desenvolvimento da CI auxiliando diretamente na composição teórico-epistemológica e fundamentação social deste campo do conhecimento. *Howard White e Kate McCain's* (1972) realizaram um estudo infométrico tendo como principal disciplina a CI atrelada às influências da Sociologia da Ciência e áreas correlatas resultando em algumas constatações divididas em três grupos:

- a) o primeiro grupo é representado por Derek de Solla Price (história da ciência), Thomas Kuhn (história e filosofia da ciência) e Michael Moravcsik (física teórica). Porém, as principais contribuições foram feitas em outras literaturas e áreas do conhecimento, mas algumas ideias, no entanto tinham influência formativa sobre o campo emergente da CI;<sup>19</sup>
- b) já o segundo grupo apresenta ênfase nas produções em ciências sociais e humanas em que podem ser destacados Thomas Allen (Administração e psicologia organizacional), William Garvey (psicologia), e Herbert Simon (ciência política, psicologia, ciência cognitiva economia);
- c) o terceiro grupo é representado por sociólogos que desenvolveram a teoria funcionalista-estrutural e concomitantemente auxiliaram na construção do construtivismo social: Diana Grane, Daryl Chubin, Jonathan Cole, Stephen Cole, Robert Merton e Zuckerman Harriet.<sup>20</sup>

Diante dos resultados do estudo supramencionado, é pertinente reconhecer que as contribuições da Sociologia da Ciência na CI se valem desde a apropriação do conceito de paradigma (Thomas Kuhn), passando pela aplicação da teoria funcionalista-estrutural (Merton, Bertalanffy...) e a fundamentação de um sócio-interacionismo informacional (a discussão sobre este elemento será desenvolvida com mais adequação e propriedade mais adiante no capítulo sobre a informação na CI).

### 2.2.1 A epistemologia paradigmática de Kuhn: um vício pseudo-científico na CI?

A ascensão de Kuhn refletiu um movimento epistemológico eivado de transformações na maneira de pensar a ciência, o mundo e suas correntes, céleres e conturbadas transformações sociais e tecnológicas.

---

<sup>19</sup> De Solla Price contribuiu com o mestrado em Ciência da Informação do IBBB (primeiro do Brasil e da América Latina) como conferencista. Vale ressaltar que o mestrado em CI do IBBB constituiu o seu corpo docente basicamente pelos seguintes professores e pesquisadores: *Tefko Saracevic, Frederick Lancaster, Jack Mills, Bert Boyce, LaVhan Overmyer, Ingetraut Dahlberg, John Eyre, Suman Datta*. Os seis primeiros, principalmente *Lancaster e Saracevic*, foram responsáveis pela orientação das 53 dissertações de mestrado iniciais. (PINHEIRO, 1997).

<sup>20</sup> Os irmãos Cole e Zuckerman eram estudantes de Merton em Columbia Universidade e, juntos, este quarteto fez contribuições notáveis para a (pré-construtivista) sociologia da ciência. É possível constatar que os três grupos de indivíduos produziram para além do paradigma físico da Ciência da Informação, atestando, por conseguinte, interesse nos aspectos sócio-psicológicos e comportamentais da criação de informação, transferência e utilização. (CRONIN, 2008).

Limiarmente, as reflexões de Kuhn conquistam espaço significativo quando da publicação de sua principal obra “A estrutura das revoluções científicas” (ERC) em 1962 que é baseada na sua pesquisa de monografia, no curso de Física na Universidade de Havard, demonstrando uma efetiva maturidade acadêmica e epistemológica já na base de sua carreira.

É preciso considerar que a obra de Kuhn revolucionou as reflexões epistemológicas do Século XX sendo celeremente difundida em várias partes do mundo, além de ser apropriada (crítica ou acriticamente) por diversas áreas do conhecimento, seja nas ciências naturais, seja nas ciências sociais e humanas, de acordo com as especificidades de cada área.

A ERC basicamente é dividida nos seguintes fundamentos conteudísticos: a noção de paradigma, ciência normal e progresso/revolução científica. Paradigma é um dos termos mais utilizados na ciência contemporânea e nas diversas áreas do conhecimento desenhando uma multiplicidade de significados e aplicações. Observamos que o conceito de paradigma é eminentemente controvertido e suas múltiplas arquiteturas semânticas requerem uma leitura mais cauta.

Não é à toa que Kuhn não limita a discussão conceitual de paradigma ao livro *A estrutura das revoluções científicas*, visto que reconhece as múltiplas percepções hermenêuticas. Para tanto, Kuhn concebe modificações no conceito de paradigma entre 1960 e 1970 a partir de várias atualizações do ERC, como no posfácio de 1969 que “quanto ao fundamental, meu ponto de vista permanece quase sem modificações, mas agora reconheço aspectos de minha formulação inicial que criaram dificuldades e mal-entendidos gratuitos”, (KUHN, 2011, p.219), bem como formaliza com mais amplitude o conceito de paradigma no livro *A tensão essencial*, publicado em 1977 (KUHN, 1989) e modificações conceituais contidas em alguns ensaios entre 1970 e 1993 que engendram novas interpretações até os dias atuais.

Pontuando alguns recortes conceituais é pertinente atentar para as concepções de paradigma em ambas as obras a começar pela conceituação que Kuhn (2003, p.13) revela no ERC “Considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.”

Percebemos que o conceito apresentado define o paradigma como um êxito da prática científica, constituído a partir de um conhecimento universal da comunidade científica baseado em dois ritmos: um macro que envolve um conjunto de crenças e valores científicos partilhados por uma determinada comunidade científica e um micro que empenha um dos elementos científicos dessa comunidade.

Kuhn (1989, p.354-355) em complementaridade a obra da ERC expressa de forma mais haurida o conceito de paradigma na obra *A tensão essencial* inserindo dois sentidos:

Um abarcando todos os empenhamentos partilhados por um grupo científico; o outro isola um gênero particularmente importante de empenhamento e é um subconjunto do primeiro [...] Por imperfeitamente que tenha concebido os paradigmas quando escrevi o livro [*A estrutura das revoluções científicas*] ainda penso que merecem muita atenção.

Postulando um arrazoados dos conceitos apresentados nas obras kuhnianas mais do que um êxito científico o paradigma está situado no âmbito da construção histórica de sentidos para a ciência global. De outro modo, o discurso sobre a história da ciência tem papel decisivo para pensar a tradição paradigmática da ciência, já que qualquer ciência (ou qualquer feito científico) para ser reconhecido demanda uma construção histórico-social e espaço-temporal.

Por isso, um dos grandes desafios iniciais da obra kuhniana é demonstrar assertivamente o papel da história da ciência a partir de uma tessitura mais dinâmica, como ressalta *Kuhn* (2011, p.19) na introdução do ERC “[...] se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva da imagem da ciência que atualmente nos domina.”

Outro argumento da obra kuhniana seria estabelecer a autonomia da Filosofia da Ciência e da História da Ciência concomitante a um processo de complementaridade. Todavia, atentamos que nesse contexto a reflexão kuhniana não parece ter apresentado grande êxito, haja vista que não foi possível estabelecer uma relação mais profícua entre as duas disciplinas, especialmente pela confusão cognitiva concebida acerca das noções de historicidade. Ao que parece, como questiona Larvor (2003), Kuhn não conhecia os fundamentos filosóficos de grandes expoentes historicistas (como, por exemplo, *Koyré e Butterfield*), o que poderia elucidar a confusão na fundamentação kuhniana entre os pressupostos do historicismo e princípios a-históricos, sobretudo, no sentido de ter recorrido à história da ciência por meio de esquemas preconcebidos, o que leva a crer que a teoria de Kuhn apresenta mais um compromisso metodológico incipiente do que efetivas constatações histórico-filosóficas.

Com efeito, mais relevante é atentar que os três sentidos conceituais levantados nesta pesquisa (uma referente à ERC e duas da obra *A tensão essencial*) desembocam no ideário de ciência normal. Verificamos que o entendimento sobre a formulação da lógica de linguagem

ordinária das obras kuhnianas divididos em ciência normal e revolução científica contribui decisivamente para compreensão conceitual de paradigma.

Assis (1993, p.135) revela que:

Kuhn divide o desenvolvimento científico de uma disciplina particular em dois grandes componentes: ciência normal e revolução científica. Durante os períodos de ciência normal, os cientistas concordam acerca dos fundamentos de sua disciplina [...] Já nos períodos de revolução científica, acontece o debate entre alternativas rivais, no qual os participantes de cada escola baseiam seu discurso em conjuntos diferentes de fundamentos.

Apreendemos que a ciência normal reage como fenômeno de convergência de ideias e pressupostos teórico-epistemológicos, o que significa dizer que uma atividade científica pode ser considerada como paradigmática quando os fundamentos de uma determinada disciplina estão suficientemente embasados, conforme a anuência dos cientistas que compõem a disciplina.

Contudo, inferimos a justificação empenhada por Kuhn em superestimar a história da ciência como fundamento para concepção de paradigma, ciência normal e revolução científica, de modo que todo e qualquer paradigma possui em sua essência uma temporalidade transitória, haja vista o caráter avassalador do paradigma em romper com antigos pressupostos antes aceitos dando azo a novas premissas epistemológicas.

O exemplo marcante da teoria da relatividade geral que em contraposição a mecânica clássica e a teoria da relatividade especial “[...] nos dá condições para deduzir propriedades do campo gravitacional através de procedimentos puramente teóricos [...]” (EINSTEIN, 1999) traz em seu bojo novas condições para pensar a Física, enquanto área do conhecimento, e a ciência, enquanto preceito elucidativo dos problemas naturais e sociais através de percepções holísticas. Enfatizamos que a concepção einsteiniana inaugurou um novo paradigma na história da ciência eivado pela multiplicidade, pluralidade e subjetividade em substituição ao paradigma newtoniano-cartesiano da singularidade, unicidade e objetividade. De forma mais clara, como observa Santos (2003) a inauguração de um paradigma emergente contemporâneo em pleno estado de ruptura com o paradigma dominante moderno.

É interessante pontuar que Masterman (1975) aponta 21 definições concebidas por Kuhn e categoriza essas definições em três grupos:

- a) **Metafísico:** um conjunto de imagens do mundo e de crenças básicas sobre ele. É um mapa de uma área a ser explorada. Determina o tipo das teorias que podem ser formuladas. Regula a maneira de olhar o mundo. Pensadores como Platão, Aristóteles,

Tomás de Aquino, Copérnico, Galileu, Newton, Darwin, Marx, Freud, Einstein, Teilhard de Chardin, entre outros estão associados a imagens da realidade;

- b) **Sociológico**: um conjunto de proposições fundamentais, resultantes de uma realização científica de reconhecimento universal. De acordo com o paradigma que se aceita, tornam-se práticas científicas peculiares. O paradigma é um padrão, um modelo, uma tradição. Com o paradigma a comunidade está situada: para qualquer pergunta é possível atestar uma resposta fornecida pelo paradigma aceito. Algumas vezes, o nome do paradigma é retirado do próprio nome do seu autor: Marx, marxismo; Darwin, darwinismo; Mendel, mendelismo;
- c) **Funcional**: um conjunto de instrumentos que permite a análise e solução de problemas. Artefato que facilita a solução de problemas estudados pela ciência normal.

A presente pesquisa pontua ainda que a consagração de um paradigma em uma determinada área do conhecimento, para além de um construto de dogmatização, pondera os seguintes pressupostos:

- a) **histórico** – é preciso que a teoria e/ou prática científica seja desenvolvida durante uma perspectiva temporal considerável a fim de que se estabeleça com solidez em determinadas gerações. Por exemplo, a Teoria da Relatividade de Einstein se estabeleceu perante uma condição temporal considerável e atravessou gerações;
- b) **social** – está associado ao compartilhamento e ao reconhecimento da teoria ou prática científica em caráter planetário ou em caráter espacialmente denso (continental, por exemplo) que permita múltiplos diálogos considerando as vicissitudes de variadas nações e comunidades acadêmico-científicas.
- c) **cultural** – ponderamos como sendo um pressuposto primário para constituição de um paradigma, pois o pressuposto cultural implica que o paradigma só pode ser concretizado a partir do cotidiano de uma determinada comunidade (ou de determinadas comunidades) que busquem a formação de uma interculturalidade científica<sup>21</sup> promovendo a teoria e/ou prática científica um reduto ético e humano de

---

<sup>21</sup> Entendemos por interculturalidade científica um complexo processo que se baseia nas relações sociais entre comunidades diferentes (acadêmico-científicas, institucionais, profissionais, etc.) que apresentam desideratos culturais elementares de semelhanças e diferenças. Essa mescla relacional estimula mudanças comportamentais no seio das comunidades. Entretanto, essas relações interculturais podem ser produtivas quando há a efetiva proposição de parcerias interinstitucionais que permitam a construção de processos teóricos e empíricos para o fortalecimento de uma determinada área do conhecimento (ou várias áreas do conhecimento) ou podem ser prejudiciais quando o primado básico das relações estão afeitos a processos de dominação de uma comunidade sobre a outra, o que estabelece forçosamente a concretização de uma

efetiva referência para a comunidade acadêmico-científica global. O contexto cultural do paradigma é uma forma de superar o ideário de dominação científico-cultural e perceber no paradigma um fundamento para resolução dos conflitos de uma determinada área do conhecimento.

Os pressupostos supramencionados se estabelecem *actio in rem* a terminologia ciência normal, dado que todo e qualquer paradigma, por mais harmonizante e (in)conflituoso que pareça, é eivado de processos críticos, analíticos, resistentes e, por vezes, revolucionários.

Logo, a presente pesquisa identifica que a ciência normal pode apresentar problemas de aceitação por vieses abstrativos, políticos e contextuais a partir de comunidades científicas dominantes, uma vez que é sabido os interesses político-econômicos que envolvem as práticas científicas, seja para a própria comunidade acadêmico-científica, seja para o Estado e a propriedade privada que institui processos eminentemente instáveis de dominação científica.

Com efeito, concordamos com o conceito de ciência normal e seu atrelamento as noções de paradigma que significa “[...] a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas.” (KUHN 2011, p.29).

Todavia, observamos uma incongruência do pensamento kuhiano na falta de um diálogo mediacional entre ciência normal e revolução científica, visto que a mudança de um estágio para o outro apresenta um hiato ou esvaziamento semântico, principalmente em virtude de que toda teoria e/ou prática científica surge de resistências/conflitos/problemas e se consolida na prática revolucionária levando a processos de aceitação e concomitantemente a novas resistências.

Neste caso, argumenta-se que a noção de paradigma, além de vinculada a processos históricos, sociais e culturais, está também contígua, às práticas de resistência e, posteriormente, às práticas revolucionárias, uma vez que para aceitação de um paradigma é fundamentalmente necessário um intenso pensamento histórico-crítico e revisionista pela comunidade acadêmica.

Logo, o uso dos conceitos ciência normal e revolução científica são relativamente restritivos para elucidar os fundamentos conceituais e processuais de paradigma, posto que favorecem um hiato e inconsistência transitiva entre ciência normal e revolução científica. Recomenda-se, então, que além de ciência normal e revolução científica seria pertinente o uso

do termo “ciência de resistência”,<sup>22</sup> de sorte que esta exerceria um papel mediacional entre a ciência normal e a revolução científica para consecução das teorias e práticas paradigmáticas.

A inserção do termo ciência de resistência, não somente exerceria o papel mediacional, como justificaria de forma mais precisa a ideia de crise e descoberta científica concebida na obra ERC (KUHN, 2003) e insuflaria subsídios para superar alguns processos de dominação prementes na política científica, já que a noção de paradigma deve estar atrelada às realizações científicas que efetivamente contribuam com uma determinada realidade e não simplesmente aquilo que certo grupo científico engendra por meio de processos manipulatórios e arbitrários para consolidar como paradigma (esta percepção não seria uma tradição paradigmática, mas a consecução arbitrária de uma ideologia científica).

Essa realidade deve ocorrer em face de que o paradigma, por mais consolidado que pareça, não é algo pronto e muito menos estanque, mas está, de forma imanente, ligado a questionamentos diversos e a uma permanente construção, o que significa dizer que a ideia de ciência normal apresenta um contexto de identidade permanentemente ameaçado por conta de uma ciência de resistência que estuda perspectivas para uma ciência revolucionária, conforme as problemáticas da realidade social.

Acreditamos ainda que a ideia de uma ciência de resistência se configura em um processo metonímico e justaposto à percepção de crise da ciência e descoberta das teorias científicas. De forma mais objetiva, a ciência de resistência poderia representar de forma mais contundente, sintetizadora/simplificadora a discussão que Kuhn desenvolve na ERC sobre a crise da ciência e a descoberta de teorias científicas, já que todo paradigma se sustenta em torno das resistências e conflitos científicos.

Diante das observações expostas, percebemos a influência efetiva da noção do paradigma kuhniano para a epistemologia global e, mais precisamente, na CI, ainda que de forma imatura e acrítica em termos de apropriação, o que merece um olhar mais cauto e detalhado.

---

<sup>22</sup> Quando esta pesquisa utiliza o termo ‘ciência de resistência’, não se refere ao fato de que o paradigma deve ser rejeitado, mas, mesmo após a consolidação de um paradigma, deve passar por procedimentos críticos de revisão, o que implica afirmar que a resistência preconizada é no sentido de que qualquer teoria, por mais aceita que seja, é passível de questionamentos e reconstruções, de modo que essa postura crítica favorece pensar uma área do conhecimento mais humana, ética e menos falível em termos de adequação a realidade científico-social e científico-cultural. Assim, a ciência de resistência seria aquela regente de um papel fiscalizador de como o paradigma tem sido aceito em uma determinada disciplina/campo do conhecimento e se, de fato, este paradigma contempla a realidade desta área/campo do conhecimento, pois a comunidade que resiste ao paradigma estabelecido e consagrado temporariamente como uma ciência normal pode estabelecer atividades subsidiárias para reformular o paradigma ou mesmo promover possibilidades para uma revolução científica que busque a contemplação de um novo paradigma que possa responder com mais amplitude e solidez os problemas investigados pelo(s) campo(s) do conhecimento.

Em primeiro lugar ponderamos que há um vício demasiado na justificação da cientificidade da CI. Como já visto no tópico sobre Popper, as discussões sobre a demarcação científica da CI indicam a inserção de algumas terminologias que são forçosamente inseridas e categorizadas de maneira naturalizada na área primando pela falta de uma apropriação crítica. Entre esses termos podem ser mencionados: pós-modernidade, interdisciplinaridade e paradigma.

É preciso afirmar que o advento e desenvolvimento da CI, além de estarem ligados a um conjunto de teorias e áreas do conhecimento, como Biblioteconomia, Documentação, Ciências Cognitivas, Recuperação de Informação, Teorias Matemática e Sistêmica da Informação, entre outras (SILVA; FREIRE, 2012), também está ligado a um conjunto de terminologias/teorias que se constituíram em períodos similares de institucionalização da CI, como: disciplinaridade e todos os seus prefixos gnosiológicos, como pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e, particularmente, a interdisciplinaridade e paradigma, o que ratifica o apego da CI em axiomas fundamentados social e cientificamente para justificar sua maturidade científica.

Pontuando a questão do paradigma, eis que se delinea como conceito controverso na CI, pois como argumenta Wersig (1993, p.230):

É dado como fato que há alguma coisa como ‘informação’ que é necessária e que eles se oferecem para solucionar o problema. Mas argumenta que “as organizações sociais e os sistemas tecnológicos sempre apareceram na sociedade como soluções a necessidades a serem atendidas” [...], mas nunca se constituíram em ciências no sentido tradicional. Esta talvez seja a razão por que os cientistas da informação sintam tanta urgência em ter um paradigma nas mãos para demonstrar sua maturidade científica.

Eis precisamente que a inserção forçosa desses termos pode inibir o amadurecimento epistemológico da CI, pois, além da falta de apropriação crítica conceitual, é pertinente alarmar que esses termos podem, sobremaneira, fornecer os subsídios teóricos que a CI precisa para se constituir como ciência, o que não somente é um exagero, mas também uma percepção supérflua, de sorte ser crível que a CI não necessita da inserção *ad arbitrium* de termos para consolidar sua cientificidade, uma vez que esta reside claramente em quatro perspectivas que unificadas formam o caráter empírico e científico da CI: a primeira é referente à operacionalidade da CI em estudar processos (organização, representação, recuperação, disseminação, mediação, acesso, uso, apreensão, apropriação da informação...), fluxos e gestão da informação contemplando o uso das tecnologias, seja física, seja digital; a segunda é de caráter epistemológico e age como corolário do ponto anterior, pois incide a CI

nos processos de investigação sobre a informação e suas propriedades teóricas, abstrativas, empíricas, físicas, cognitivas e sociais; a terceira contempla a herança que a CI recebeu das Biblioteconomias clássica e especializada e da Documentação, principalmente no âmbito da organização do conhecimento; e a quarta reside na teleologia da CI que é imanente, conforme Saracevic (1996), à investigação/elucidação/resolução de problemas de informação.

Essas quatro perspectivas são suficientemente capazes de exercer uma influência considerável e justificável da cientificidade da CI. Falta a CI uma preocupação mais concreta em criar seus fundamentos teóricos, epistemológicos e sociais (considerando que os organizacionais já estão bem consolidados) e não simploriamente importar aleatoriamente conceitos de outras áreas.

Desse modo, embora a CI tenha surgido de processos operacionais/organizacionais, apresenta na investigação teórico-epistemológica sobre informação a possibilidade de unir atividade técnica e científica (daí o motivo pelo qual a presente pesquisa defender a CI como uma tecnociência que favorece as relações operacionais e epistemológicas).

Isso significa dizer que a CI é fruto da crise de identidade que vive a ciência e o mundo, mormente pelo avanço exponencial da tecnologia e do lato processo de produção do conhecimento que foi denominado de explosão documental/informacional em fins do século XIX e primeira metade do século XX, o que justifica o fato da CI ter empenhado um estatuto epistemológico a partir do cotidiano social e normativo das práticas documentais/informacionais.

A díade científico-operacional implica, sobretudo, na relevância da CI que está diretamente vinculada aos problemas de informação da sociedade (ou pelo menos normativamente falando deve estar vinculada), atestando um potencial que a CI deve explorar com mais dinamismo: as relações ontológicas entre seres e os processos de organização e mediação da informação, de modo que essas relações ponderam o caráter técnico/operacional, humano/social e acadêmico/científico da CI.

Dessa forma, respondendo a pergunta do título deste tópico compreendemos que a noção de paradigma contribui para a elaboração de um estatuto epistemológico da CI, mas de forma dogmática, controvertida e reducionista, haja vista que a noção de paradigma está vinculada a uma ruptura e na CI o paradigma está situado muito mais como elemento de continuidade/complementaridade do que propriamente de uma ruptura, o que permite constatar uma incongruência epistemológica e um condicionante vicioso de justificação científica.

Como é possível constatar, a noção de paradigma é aplicada na CI de forma deliberada e tornou-se questão central da fundamentação epistemológica da área. Vale ressaltar que a discussão sobre informação, paradigma e CI será discutida com mais propriedade no capítulo seguinte.

De outra forma, é possível destacar que a apropriação do conceito de paradigma constituiu uma base elucidativa para os fundamentos da CI concomitante a formação de uma espécie de dogma científico ou vício semiótico (busca aproximar fenômenos culturais da informação e imprimir significados precisos e singulares na CI) e linguístico (cria uma linguagem padrão e dominante que reduz os pressupostos e a potencialidade crítico-epistemológica da CI em vez de dinamizar novas possibilidades de pensamentos, teorizações e práticas científicas potencialmente emergentes).

Todavia, antes é necessário dar continuidade neste capítulo pontuando a discussão nos meandros da Sociologia da Ciência contemplando o funcionalismo-estrutural que se desenvolveu em meados do século XX através de pensadores como Robert Merton, Talcott Parsons e Ludwig Von Bertalanffy que corroboraram para o desenvolvimento técnico, social e teórico-epistemológico da CI.

### **2.2.2 O funcionalismo-estrutural e a multiplicidade técnica, social e epistemológica na Ciência da Informação**

O funcionalismo tem origem no século XVIII através de expoentes como *Emile Durkheim*, *Herbert Spencer* e *René Worms* a partir de concepções funcionais sistêmicas (estes autores são comumente chamados de pré-funcionalistas). No entanto, é no início do século XX que o funcionalismo se estabelece como teoria social, precipuamente no seio da Antropologia contemporânea a partir de *Bronislaw Malinowski* e *Radcliffe-Brow*.

Para o entendimento da concepção funcionalista-estrutural e suas possíveis intercorrências com a CI indica-se três estudiosos: o primeiro é *Robert Merton*, o segundo é *Talcott Parsons* e o terceiro é *Ludwig Von Bertalanffy*. Vale ressaltar que os dois primeiros estão inseridos na escola sociológica dos EUA e contribuíram para a elaboração da Sociologia da Ciência.

*Merton* estabelece uma tipificação funcional de um sistema em funções manifestas e funções latentes. As funções manifestas são “[...] aquelas consequências objetivas que contribuem ao ajuste e adaptação do sistema as quais são pretendidas e reconhecidas pelos participantes no sistema [...]” (MERTON, 1957, p. 51). Já as funções latentes podem ser

definidas como sendo “[...] aquelas que não são nem pretendidas nem reconhecidas [pelos participantes no sistema]” (MERTON, 1957, p. 51).

*Parsons* desenvolve uma perspectiva funcionalista na formação de um sistema social a partir da ação social que consiste em “[...] toda a conduta humana motivada e guiada pela significação que o ator descobre no mundo exterior, significações que leva em consideração e às quais responde [...]” (ROCHER, 1972, p. 250).

Para formação de um sistema social, *Parsons* utiliza duas concepções gerais: a primeira é a de estrutura que consiste nas modalidades de organização do sistema e de seus elementos que constituem componentes relativamente estáveis e que podem ser utilizadas como referências de análise do sistema e a segunda de funções afirmando que para que o sistema seja estável e tenda a se manter, determinadas necessidades elementares devem ser supridas. (PARSONS, 1977; SOUZA, 2001).

Por fim, Von Bertalanffy, o criador da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), também chamado comumente de novo funcionalismo considera que um sistema é um todo dividido em partes interdependentes e que devem ser pensadas a partir de um processo de interação. Em síntese, Bertalanffy (1977) pondera que um sistema é um conjunto de elementos em interação. A Teoria Geral dos Sistemas possui um conjunto de perspectivas, tais como: promover um processo de integração entre as ciências naturais e sociais; pensar um processo de integração entre sistemas a partir de uma perspectiva estrutural; se define como uma ciência geral da totalidade.

Desse modo, considerando as percepções de *Merton (1957)*, *Parsons (1977)* e *Bertalanffy (1977)*, a perspectiva funcionalista-estrutural pode ser concebida na CI de várias maneiras considerando procedimentos técnicos (organização e recuperação em sistemas de informação) sociais (mediação e usuários da informação) e epistemológicos (processos teóricos da informação e da CI), conforme estabelece o quadro a seguir:

**Quadro 3 - Aplicação da teoria funcionalista-estrutural na CI**

<b>Cientistas</b> Funcionalismo Estrutural	<b>Técnicos</b> Organização, recuperação em sistemas de informação	<b>Sociais</b> Mediação usuários da informação	<b>Epistemológicos</b> Processos teóricos da informação na CI
<i>Merton</i>	<p>Função das tecnologias em centros de informação (função manifesta);</p> <p>Função dos processos de organização do conhecimento para a estrutura dos centros de informação em caráter físico e digital.</p>	<p>Estudos sobre como o centro de informação (e sua equipe) desenvolve suas práticas de mediação a partir da gestão, planejamento, implementação de serviços, uso de tecnologias (função manifesta);</p> <p>Acesso, uso, apropriação da informação, satisfação com os serviços e práticas de mediação do centro de informação (funções latentes).</p>	<p>As contribuições dos processos de informação para a consolidação da CI;</p> <p>Os processos de informação como construtos para o conceito de informação.</p>
<i>Parsons</i>	<p>Estrutura da organização do conhecimento em centros de informação;</p> <p>Estrutura dos sistemas de recuperação de informação.</p>	<p>Estrutura do centro de informação em termos de pessoal e construção dos serviços para consecução das práticas de mediação e estudo de usuários.</p>	<p>Noção de estrutura como subsídio para o conceito de informação no âmbito do paradigma cognitivo.</p>
<i>Bertalanffy</i>	<p>Função empírica e contextual dos sistemas de recuperação da informação</p>	<p>Função da informação na sociedade</p>	<p>Desenvolvimento das teorias sobre os sistemas de informação;</p> <p>Perspectiva funcional como subsídio para o conceito de informação no âmbito do paradigma cognitivo.</p>

**Fonte:** Parcialmente elaborado pelo autor e parcialmente adaptado de Merton (1957), Parsons (1977) e Bertalanffy (1977) e Araújo (2009).

O quadro pode revelar algumas questões sobre a CI:

- a) no funcionalismo, as condições técnicas, sociais e epistemológicas podem ser vistas como uma estrutura totalizadora atentando que cada elemento possui sua função no processo informacional;

- b) em um construto funcionalista-estrutural, é pertinente a integração entre as condições técnicas, sociais e epistemológicas para uma prática de informação integrada e continuada;
- c) é a grande limitação funcionalismo-estrutural que pensa os elementos isolados e, algumas vezes, em processo de integração, mas não contempla as construções sociais de informação a partir do incentivo a autonomia dos usuários da informação;
- d) logo, o funcionalismo-estrutural, embora apresente condições sociais, está mais ligado aos estudos sobre sistemas de informação – físicos e digitais – do que as práticas sociais de mediação e usuários da informação através de posturas dialógicas e sócio-interacionistas.

Historicamente, o funcionalismo-estrutural está eminentemente ligado às práticas da Biblioteconomia especializada estadunidense, especialmente nos estudos da Escola de Biblioteconomia de Chicago (EBC). Os estudos funcionalistas na EBC contribuíram, sobremaneira, para institucionalização e desenvolvimento teórico-epistemológico da CI enquanto campo do conhecimento.

Os estudos das funções sociais da biblioteca e do bibliotecário tornaram-se muito comuns no início do século XX, especialmente a partir da Escola de Biblioteconomia de Chicago. Como destaque dessa escola, é possível conceber dois nomes: Pierce Butler e Jesse Shera. De antemão, é preciso estabelecer que teorias funcionalistas inspiraram essa escola. Observamos que, no contexto relativo a Butler, é necessário trazer à baila sua obra *“Introduction to Library Science”*, publicada em 1933 e onde discute a bibliografia, contemplando sua relevância desde que haja clareza sobre suas finalidades. (SILVA, 2013b, p.10).

Butler (1971) afirma que seria preciso deslocar a função social das bibliotecas e dos bibliotecários dos processos para as funções. No que concerne à Shera (1970), seu discurso está eminentemente voltado para a função da informação na sociedade. Para tanto, o estudioso comenta que houve o desenvolvimento de estudos diversos para entender a função e a importância das bibliotecas e de seus serviços (e também de arquivos, museus, centros de documentação e cultura etc.) para a sociedade.

Na história da CI, considerando a década de 1960 como marco inicial/institucional até os dias atuais, o estrutural-funcionalismo teve aplicação notadamente marcada entre as décadas de 1960 e 1980, contribuindo para a composição dos paradigmas físicos e cognitivo deste campo do conhecimento.

Todavia, embora ainda sejam comuns os processos de investigação e aplicação do funcionalismo-estrutural na CI, precipuamente no contexto da organização, recuperação e sistemas de informação (contexto técnico), a teoria elaborada por Merton e seus seguidores, Parsons e Bertalanffy, está em derrocada nos últimos anos.

Esse ostracismo da teoria funcionalista-estrutural se deve ao advento do construtivismo social, haja vista que este prega a constante interação social como forma de aprimorar a produção científica, bem como prima pela valorização da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. (CRONIN, 2008).

No capítulo a seguir, a discussão será focalizada no(s) conceito(s) de informação em um franco diálogo com as concepções sociais, históricas e epistemológicas da CI, o que possibilitará um aprofundamento de alguns fundamentos analíticos desenvolvidos neste primeiro capítulo, como o paradigma informacional, as perspectivas epistemológicas da tradição informacional, a relação entre informação e outros termos necessário como documento, mensagem, conhecimento, comunicação, entre outros e a contribuição de outros autores da Epistemologia, Sociologia da Ciência e evidentemente da CI para a formação dos conceitos de informação.

### 3 TRAVESSIAS EPISTEMOLÓGICAS DOS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: DO PARADIGMA AO PROCESSO SEMÂNTICO-TRAJETORIAL DA INFORMAÇÃO

Poucas terminologias/conceitos foram/são “perseguidos” de forma tão deliberada nos séculos XX e XXI, como informação. Essa perseguição não ocorre a esmo, já que a informação se concretiza como um dos primados conceituais basilares na contemporaneidade, tanto nas práticas científicas e mercadológico-profissionais, quanto, de forma mais abrangente, nos mais variados cotidianos sociais.

A intencionalidade central deste capítulo reside na focalização analítico-crítica da informação e no(s) seu(s) conceito(s) no âmbito da CI. Entretanto, para uma análise preliminar, consideramos um ambiente epistemológico para reflexão sobre a informação concernente à era da informação.<sup>23</sup> Esse ambiente se constitui como fator embrionário a fim de subsidiar a análise sobre a configuração semântica da informação na CI, pois envolve texturas preliminares técnico-epistemológicas da informação. A configuração semântica nesta pesquisa deve ser entendida a partir de três pontos estratégicos que se complementam: a identificação e contextualização de fenômenos que possam auxiliar na construção do(s) conceito(s) de informação; análise crítica sobre fenômenos que representem possíveis conceitos de informação; a estruturação e afirmação identitária de possíveis conceito(s) de informação que nutram sua personalidade científica.

A institucionalização do discurso da era da informação ou sociedade da informação<sup>24</sup> em substituição à era industrial ou sociedade industrial está eminentemente presente na ciência e no cotidiano empresarial/industrial como um regime que compõem os discursos ideológicos e mercadológicos do modo de produção capitalista e tem como marco o lato desenvolvimento das tecnologias de informação, especialmente digitais. Aliás, é precisamente o desenvolvimento tecnológico e social (principalmente o desenvolvimento tecnológico, pois, a priori, a condição é que o primeiro contribua para a efetivação do segundo, embora esta percepção pareça ser muito reducionista e dogmática, tem sido dominante nas Ciências

---

<sup>23</sup> A inserção da era da informação na presente pesquisa não busca reduzir/elucidar a história da informação a um recorte contextual, de modo que é sabido a extensa história da informação deste a juventude da humanidade. A pretensão é visualizar as vicissitudes teórico-epistemológicas e sociais da informação na contemporaneidade compreendendo suas complexidades em um momento que a informação conquista dimensões revolucionárias na história. Em suma, a ideia/conceito informação nunca teve tanta importância e sentido como no período contemporâneo, especialmente a partir da década de 60 do século XX, o que merece uma análise mais minuciosa.

<sup>24</sup> Optamos, nesta pesquisa em utilizar o termo era da informação em face de se constituir em um período histórico recortado que permite observar a sociedade “de fora” e entendê-la “por dentro”, enquanto o termo sociedade da informação passa uma impressão de estar situado diante de um fenômeno específico e referente a uma classe dominante inibindo uma visão mais ampla.

Sociais, em particular, na CI) que fincam procedimentos marcantes para o protagonismo contemporâneo da informação, assim como para o advento da CI, enquanto campo do conhecimento, o que justifica a sua essência embrionária operacional.

Mas o que significa, de fato, a era da informação? Analisar as origens de uma era implica em compreender os motivos pelos quais surgiu se desenvolveu e se consolidou no período atual (a complexa e instigante virada do século XXI). Inequivocamente, o apelo à historicidade<sup>25</sup> (como foi mencionado no capítulo anterior sobre a pertinência da história para conceber fundamentos hermenêuticos sobre a ciência) é condição *sine qua non* para situar a informação e sua destacada valorização na contemporaneidade.

É possível observar que a era da informação é um fenômeno que vem sendo ensaiado/anunciado desde o século XIX com a revolução científica e um lato processo de produção do conhecimento. Mas é a partir das décadas de 1960/70, mais precisamente com as consequências desastrosas para a Europa advindas da II Guerra Mundial e a polarização político-econômica global em dois grandes eixos (EUA e URSS) que a institucionalização do discurso da era da informação ganha força, precipuamente a partir da realidade político-econômica e da produção de vários estudos por autores consagrados, tais como: Touraine (1969), Richta (1971), Bell (1973), Nora e Minc (1978), Oettinger (1980), Dizard (1982), Naisbitt (1982), dos Santos (1983) e outros estudos mais contemporâneos, porém, não menos marcantes, como a famosa trilogia de Castells (1999, 2000a, 2000b).

Embora as heurísticas para designar este momento de transformações econômicas, sociais e científicas sejam distintas, a intencionalidade é muito semelhante. Por isso, justificamos o uso do termo revolução técnico-científica por Richta e dos Santos, baseado em um lato processo de desenvolvimento científico e tecnológico ou sociedade pós-industrial por Touraine e Bell, baseado em produtos/serviços. Por um lado, o discurso da era da informação pode soar como fundamento de caracterização do sistema capitalista e, por outro lado, pode significar apenas uma forma de dar mais visibilidade à informação se constituindo como artifício do capitalismo para se manter vivo como modo de produção dominante.

Vale destacar que Touraine é um dos precursores na idealização/uso do termo sociedade pós-industrial. Mattelart (2001, p.11) indica as variações e confusões terminológicas, especialmente no período pós II Guerra (décadas de 1950 a 1970):

---

<sup>25</sup> Quando menciona-se a historicidade pretende-se constituir recortes de uma perspectiva temporal e espacial que contextualizam as ações humanas baseadas em documentos e experiências que possibilitam um processo de apreensão e apropriação crítica de conteúdos. No caso, o recorte estabelecido da “era da informação” conota as múltiplas percepções concernentes ao conceito de informação na contemporaneidade.

Preferindo chamar pós-industrial à nova sociedade, Bell coloca a distância outras denominações que circulavam, notadamente a expressão ‘sociedade pós-capitalista’, forjada por Rolf Dahrendorf em 1959, ou o termo ‘sociedade ativa’, lançada dez anos mais tarde por Amitai Etzioni. A expressão ‘pós-industrial’ parece-lhe mais apta para significar, por um lado, que vivemos em um ‘tempo intersticial’, porque as novas formas sociais não se destacam ainda muito claramente; e, de outro, que as origens dessas mutações são antes de tudo fatos ‘científicos e tecnológicos’. Mesmo se os recusa no prefácio da edição de 1976, o autor não teme em usar os rótulos ‘sociedade do conhecimento’ ou ‘sociedade da informação’.

A começar pela(s) terminologia(s) destaca-se uma crise de identidade na efervescência das décadas de 1960/70 considerando os seguintes motivos, a saber:

- a) a designação de um termo/conceito para representar a realidade global toma diversas formas, conforme a percepção científico-ideológica de cada estudioso e a realidade sócio-cultural em que está inserido;
- b) a percepção de técnica assume um novo papel na sociedade em detrimento das concepções de ideologia (BELL, 1973);
- c) o período de introdução da era da informação (sociedade pós-industrial) indica um processo de transição em virtude da derrocada de alguns fenômenos (crise do sistema capitalista) e a ascensão de outros que ainda não estão claramente definidos (revolução tecnológica, aparição de novos movimentos sociais e culturais) tanto em torno de sua condição neófito, quanto em torno de sua complexidade formativa e gestativa;
- d) as vicissitudes terminológicas para designar um novo período histórico representam o conjunto das contradições das cargas ideológicas reacionárias e progressivas da ávida e proeminente sociedade pós II Guerra Mundial;
- e) o próprio termo pós-industrial não favorece uma elucidação mais precisa, pois contempla a ideia de um depois do industrial que ainda não está claramente perceptível, seja para cientistas, seja para a sociedade de forma mais ampla (a ideia de “pós” comumente apresenta certo esvaziamento semântico, o que dá azo a várias interpretações implicando dizer que o pós favorece a visão individual/coletiva; singular/plural; unitária/múltipla; finita/infinita da humanidade);
- f) a era da informação/sociedade pós-industrial é fruto de um intenso processo de desenvolvimento tecnológico que se configura como uma revolução técnico-científica;

g) a chamada sociedade pós-industrial (era da informação) indicava a mudança de um sistema capitalista familiar para um sistema capitalista gerencial, voltado para a consecução de serviços e produtos. (BELL, 1973).

A fim de determinar de forma mais precisa os possíveis significados da era da informação é de ordem primária definir algumas características gerais. Para tanto, apropria-se do discurso de Castells na sua trilogia “A sociedade em rede”, “O poder da identidade” e “O fim do milênio”, conforme revela o quadro apresentado a seguir:

**Quadro 4 - Características da era da informação I**

<b>A sociedade em rede</b>	<b>O poder da identidade</b>	<b>O fim do milênio</b>
A sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana.	A importância da identidade na sociedade em rede na formação de uma identidade coletiva na globalização e numa sociedade cosmopolita (ressalta as identidades legitimadora, resistência e projeto).	Uma vez que o fim do estatismo como sistema, promoveu ao capitalismo uma espécie de prosperidade no mundo ampliando sua penetração nos países, culturas e domínios da vida.
A informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social.	A era da informação possui tonalidade marcadamente constituída no âmbito dos movimentos sociais (ambientalismo, patriarcalismo, família e sexualidade).	Mesmo diante de um panorama social e cultural diversificado, pela primeira vez na história, o planeta está organizado com base em um conjunto de regras econômicas em grande parte comuns, o que se configura na formação de um capitalismo distinto dos demais (capitalismo da revolução industrial, da Depressão dos anos 30 e da II Guerra Mundial) pautado no discurso do bem-estar social.
A tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo.	Na era da informação, o Estado vem perdendo espaço para os fluxos globais de capital, produto, serviços, tecnologia, comunicação e informação.	É o que poderia ser chamado de capitalismo informacional, que prima pela competitividade e inovação no âmbito da globalização a fim de gerar riqueza e apropriá-la de forma seletiva.
O capitalismo informacional estabelece uma interação mais ampla entre as economias deslocando a autonomia das economias nacionais para autonomies globais.	As tecnologias da informação podem ser colocadas a serviço da vigilância, controle e repressão por parte dos aparatos do Estado, mas podem também ser empregadas para aprimorar o controle sobre o Estado, mediante o exercício do direito a informações.	Este novo capitalismo, oriundo na década de 1960 está inserido na cultura e equipado pela tecnologia, mas a formação destes dois elementos só é passível de êxito a partir da capacidade de conhecimento e informação em uma rede intercambiada e conectada em âmbito global.

**Fonte:** Adaptado de Castells (1999a, 2000a, 2000b).

Vislumbrando o discurso da propalada era da informação como um conjunto de procedimentos que vão desde as condições técnico-científicas (desenvolvimento massificado das tecnologias digitais) e as perspectivas de renovação político-econômica do sistema capitalista considerando a crise do sistema comunista da antiga URSS, percebemos a formação de um novo capitalismo voltado para a universalização das relações sociais, políticas e econômicas.

Destarte, considerando as características expostas por Castells, em caráter ocorrencial e pretensiosamente subsidiário para reflexão conceitual a era da informação é mais do que uma prática científica; mais do que uma prática social; mais do que um discurso político; mais do que uma demanda institucional; mais do que uma política econômica; mais do que uma cultura engessada; e mais do que um desenvolvimento tecnológico. A era da informação se configura na (re)união, (re)formação, redistribuição, revisão e modificação de todos esses fatores agregados.

Em outras palavras, a era da informação pode ser definida como o início de um processo/período de pensamento, comunicação, criação e ação econômica, política, social, cultural e científica em amplo e dinâmico processo de interação envolvendo a formação de redes e apresentando a informação como processo central no processo de construção de conteúdos que se dá a partir de derrocadas (crise da cultura econômica capitalista durante o século XX) e ascensões (revolução da tecnologia e firmamento ascensional dos movimentos sociais e culturais em uma perspectiva planetária).

As características expostas presumem revelar um conceito de era da informação, talvez impreciso, não pela falta de densidade teórica, mas pelo período de formação e transição de todo um sistema humano<sup>26</sup>, assim como pelas dificuldades em relacionar a realidade social em polvorosas transformações aos construtos técnico-científicos (a recíproca também é verídica).

As observações pautadas por Castells dão azo a uma era da informação eivada de processos socializadores, flexíveis e seletivos como sendo uma alternativa mais viável em um planeta multicultural e amplamente amparado pela tecnologia que demandam a iniciativa de uma globalização acessível a maior parte da população.

Embora a proposta apresentada por alguns cientistas sobre a era da informação pareça ser promissora, é preciso considerar que existe uma diferença significativa entre o discurso e a prática, uma vez que, não obstante ocorra um lato desenvolvimento tecnológico que auxilia

---

<sup>26</sup> Entendemos por sistema humano, as diversas formações econômicas, políticas e sociais que definem a cultura de sociedades locais, regionais, nacionais, continentais e globais.

nas transformações sociais, o sistema capitalista, mesmo com novas articulações, continua apresentando crises consideráveis e, acima de tudo, primando por um processo de dominação e desigualdade social. Vale ressaltar que muitas atividades científicas comungam o processo de dominação políticas, econômicas, culturais e ideológicas entre nações.

Desse modo, alguns estudiosos se insurgem como Marcuse (1964) e Habermas (1968) concebendo novos caminhos para uma crítica à conduta da ciência e à tecnologia no capitalismo informacional, pois utiliza um discurso único da mundialização e flexibilização das relações sociais para promover múltiplos discursos e práticas de dominação, o que permite um novo tipo de acumulação do capitalismo informacional a que Richa (1971) chama de acumulação flexível.

Assim, podemos dizer que vislumbrando o discurso da propalada era da informação como um conjunto de procedimentos embasados, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento técnico-científico (desenvolvimento massificado das tecnologias digitais) e, em segundo lugar, pelas perspectivas de renovação político-econômica do sistema capitalista, há muitas deturpações em seu processo de apropriação, tanto pelo senso comum, quanto pela ciência.

Afirmamos uma deturpação discursiva da era da informação em face de ter sido apropriada como um fenômeno que auxiliasse na resolução de vários problemas relacionados à cultura, à tecnologia e à economia global. No entanto, o discurso da era da informação desaguou no ideário do senso comum como uma referência aludida às diversas práticas do cotidiano social, o que, *a priori*, poderia ser um discurso promissor, se não primasse pela falta de uma apropriação conceitual mais crítica e de um prognóstico dominador.

Esse desaguamento discursivo exacerbado no senso comum é perigoso, de modo que soa como pensamento banalizador e dogmático da era da informação, já que esta era firmou-se como terminologia chavão para uma contextualização social, acadêmica e profissional sem uma pretensão hermenêutica de contextualizá-lo crítica e criativamente na sociedade e na ciência, mas apenas como forma de invocar uma dinâmica do acesso à informação que mais se configura em uma ampliação de consumo do que propriamente em subsídios intelectuais e pragmáticos para construção de novos conhecimentos na chamada sociedade em rede.

E por quais motivos é possível observar um distanciamento entre o discurso e a prática da era da informação? Em caráter incisivo, a educação é condição *sine qua non* para pensar as transformações do mundo globalizado, seja para apoiar os processos de dominação, seja para apoiar uma sociedade menos desigual. É preciso considerar que um dos primados básicos para se pensar um desenvolvimento (no sentido de distribuição em detrimento da dominação) cultural, social e econômico é a educação.

*Mészáros* (2005, p. 44) suscita uma questão sobre o papel da educação formal na era da informação:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa, ou mesmo mera tolerância, de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental.

A contundência e ironia no discurso de *Mészáros* ocorrem em virtude da histórica formalização educacional ser voltada à prática do conformismo com a realidade social e com a cultura do sistema capitalista que envolve o famigerado discurso de globalização apontando para a penetração de uma cultura global dominante nas sociedades. Ora, uma sociedade que não é estimulada a pensar a partir dos meandros da educação formal, como pode desenvolver competência para construir conhecimentos ou se inserir em um eminente processo de competitividade e inovação que se constituem como marcas da era da informação?

Ao que parece, a era da informação, conquanto esteja fincada no princípio da ampliação do acesso e da interação entre indivíduos, mesmo em diferentes espaços e temporalidades, parece primar mais pelo fluxo comercial e factual-dogmático da arbitrariedade cultural firmando uma estética das relações sociais que incidem o uso das tecnologias pelo ser sem uma efetiva apropriação crítica.

Esse primado factual-dogmático finca a informação e mais amplamente o conhecimento como um fluxo raso como é representado por Bell (1973) quando afirma que o conhecimento é relativo ao fluxo de fatos e Castells (1999a, 2000a, 2000b) que o conhecimento se dá nos fluxos financeiros das redes. O pensamento dos estudiosos parece uma inventiva travada de “cima para baixo”. Ao contrário, cremos que a informação e o conhecimento se consolidam a partir das relações sociais que constituem fatos e possibilitam, por conseguinte, perspectivas para uma apropriação crítico-ontológica que se consolidando como um construto de relações horizontalizadas.

Em estudo realizado sobre a informação e a era da informação, Ruben (1990) busca analisar alguns aspectos, o que possibilita atestar algumas perspectivas (no âmbito da ciência e da tecnologia) e limitações (a falta de um olhar mais social para os estudos sobre a informação e a era da informação) que são expostas no quadro a seguir:

**Quadro 5 - Características da era da informação II**

<b>Pretensões</b>	<b>Resultados</b>
Identificar e discutir suas características definidas	<p>A era da informação não é uma simples abstração intelectual e sim uma realidade pragmática;</p> <p>A era da informação se caracteriza pela ampla capacidade de aplicação das tecnologias eletrônicas em um extenso campo de conteúdos profissionais e pessoais;</p> <p>O desenvolvimento das tecnologias na era da informação incide sobre a necessidade de se pensar novas dimensões e competências para alfabetização;</p> <p>Uma das maiores relevâncias da era da informação é referente às formas como as tecnologias tem prometido servir melhor as novas alternativas sociais indicando as distintas classes de trabalho, pessoas e melhores tecnologias que possam servir aos processos de inovação;</p> <p>A era da informação está intrinsecamente concatenada a fatores considerados positivos como liberdade, intimidade, variedade, pluralidade que promovem diálogos neste processo;</p> <p>A era da informação dá testemunho de habilidades para criar e usar ferramentas que aumentem a capacidade de criação, transmissão, armazenamento, recuperação e utilização da informação para os diversos objetivos humanos;</p> <p>A era da informação deve primar pela propulsão interdisciplinar não somente com os estudos de informação, comunicação e computação (ciência informática), mas também a psicologia, medicina, economia, zoologia, inteligência artificial, biblioteconomia, documentação comercialização (marketing) e direção (gestão).</p>
Enumerar os temas que tenham uma dimensão geral e Duradoura	Tecnologias (transformações tecnológicas); Teoria dos Sistemas (sistemas sociais e sistemas de comunicação); Sociologia do Conhecimento; Sociologia da Ciência; Semântica Geral; Biblioteconomia e CI (organização, utilização, armazenamento e recuperação de dados)
Refletir sobre a adequação dos conceitos presentes e a estrutura disciplinar adaptada para seu estudo	A era da informação deve ser analisada em estudos interdisciplinares entre informação, Documentação, Comunicação, Ciência Política e Informática.
Sugerir o valor do conceito de informação como meio de integrar uma ciência interdisciplinar	<p>O valor do conceito de informação pode ser firmado a partir dos seguintes fundamentos:</p> <p>Dados, produtos e modelos (documentos, conhecimento, mensagens...); Processo (aprendizagem, relação, processo de formação, pensamento, reconhecimento e memória); Canal ou tecnologia (meio pelo qual os dados são captados transmitidos, transformados, armazenados e recuperados); Usos, funções e resultados da transmissão dos dados, transformação, organização, tratamento e armazenamento (consequências da ação, formação de cultura, tomada de decisão/solução de problemas, entropia, significados...)</p>

**Fonte:** adaptado de Ruben (1990).

Em primeiro lugar, observamos que as características estabelecidas pairam sobre um reducionismo, de modo que parece tratar a era da informação como o simples desenvolvimento de um conjunto de suportes quando, em verdade, a era da informação possui uma tessitura técnico-científica, político-econômica e sócio-cultural. Apenas quando o autor menciona a ideia de um pragmatismo podemos remontar a ampliação do conceito de era da informação como um fenômeno mais humano e vinculado as questões do cotidiano social e técnico-científico.

Em segundo lugar, os temas configurados para pesquisa na era da informação conciliam o conjunto das teóricas e práticas tecnocientíficas. Como mencionado no primeiro capítulo na análise popperiana, é pertinente que os estudos sobre/na era da informação primem pelo exaustivo diálogo entre as ciências ditas tecnológicas e as ciências sociais e humanas, o que pode ser vislumbrado quando se fala em tecnologias e Sociologia da Ciência, por exemplo.

A terceira característica é uma consequência da anterior, já que valoriza o diálogo entre ciências tecnológicas e sociais. Em especial, delibera a necessidade de um olhar mais cauto sobre a era da informação a partir da Biblioteconomia/Documentação e também CI, pois são as áreas mais dedicadas aos estudos sobre informação. Salientando que os estudos nestas áreas devem, sobretudo, empenhar um diálogo com outras áreas a fim de compreender a amplitude conceitual da informação e as complexidades/sentidos da era da informação.

A quarta característica talvez seja a da grande contribuição do autor em virtude de categorizar a informação com vistas à formação de fundamentos teórico-epistemológicos e técnicos na era da informação, o que pode servir de pressuposto para a CI. Interpretando a mensagem do autor, categoriza-se o valor do conceito de informação a partir das seguintes percepções: técnica (ligada ao valor organizacional do documento e ao uso das tecnologias para armazenamento, recuperação e disseminação da informação); funcional/estrutural (pertinente à informação ser condicionada aos processos e aos procedimentos de organização, tratamento e armazenamento da informação).

Acrescentamos ainda o valor humano e social da informação. Consideramos este como sendo o primordial, pois a informação ganha efetivo sentido a partir das relações/interações sociais, de sorte que são essas relações que promovem dinâmica e autonomia para construção da informação. Até mesmo uma prática técnica e funcional/estrutural pode ser visualizada de modo mais amplo a partir do valor social e humano da informação.

A era da informação possui uma dinâmica muito complexa de fatores e valores que tornam o conceito de informação ainda mais necessário na contemporaneidade. Inclusive, a

própria menção a termos como era das complexidades, era das incertezas... comprovam a variedade de concepções na ciência e sociedade contemporânea. O fato é que a informação, na era da informação, não somente está fortemente ligada às tecnologias, quanto é protagonista na transformação social.

Em suma, a era da informação é o período da complexidade que envolve a passagem de uma economia de produção para uma economia de serviço; ascensão de técnicos e profissionais especializados; formação de uma nova centralidade teórica como prognóstico de inovação, competitividade e políticas públicas; a pretensiosidade de prever o futuro a fim de resolver os problemas e antecipar as turbulências; o desenvolvimento de uma nova tecnologia para a tomada de decisões. (BELL, 1973).

Precisamente por essa complexidade, a informação recebe cargas de valores variadas, seja no contexto operacional, seja científico, sendo necessária uma análise mais dialógica entre os dois fenômenos, visando extrair várias deturpações conceituais de informação atribuídas no senso comum e dinamizadas *ad infinitum* na sociedade global com extremo modismo.

Podemos ratificar que a era da informação está condicionada a dois contextos identitários de profunda relevância histórica, científica e social: a identidade ameaçada e a identidade modificada. (BOGO, 2008).<sup>27</sup>

A identidade ameaçada está situada em vários contextos: o primeiro é técnico e matura que as mudanças constantes e as variedades de suportes tecnológicos trazem uma preocupação constante da sociedade em se apropriar do uso desses instrumentos; o segundo é de cunho educacional, pois sem uma valorização na educação formal, pode ocorrer o uso desmedido dos diversos instrumentos/produtos do capitalismo informacional, voltado a práticas banais de conteúdos ou ações que causem danos a outros indivíduos (é muito comum, principalmente no Brasil, o uso de conteúdos abusivos por menores ou práticas danosas de um indivíduo a outrem ou ainda práticas de pedofilia, ofensas a indivíduos e instituições) em detrimento do uso para o crescimento intelectual, humano e profissional; o terceiro é concernente à questão econômica, de modo que é inevitável reconhecer que a chamada era da informação não ajudou a resolver os problemas econômicos e sociais, mas, ao contrário, tem trazido à baila um conjunto de monopolizações nas práticas

---

<sup>27</sup> É preciso considerar que algumas atribuições identitárias definidas não são necessariamente originárias na era da informação, pois seria assinar o atestado de reducionismo e dogmatismo histórico, o que contradiz o discurso da pesquisa, mas é pertinente reconhecer que a era da informação enraizou muitos segmentos de identidade ameaçada e identidade modificada através de discursos dogmáticos e práticas monopolizadoras e prejudiciais ao contexto majoritário da humanidade.

empresariais/industriais/bancárias, além de que muitas comunidades não foram incluídas na era da informação por problemas econômicos e sociais; o quarto é de cunho cultural, uma vez que a era da informação, especialmente através dos meios de comunicação e práticas publicitárias elementares (em diversos suportes), tem incitado a práticas manipuladoras entre indivíduos e a formação de “novas culturas” deslealmente competitivas e que não primam pelo bem-estar social como prega o discurso da era da informação, mas pela desigualdade de oportunidades.

Todos esses fatores ameaçam a credibilidade da era da informação, pois conotam sua marcada atuação designada aos processos econômicos de serviços e produtos relegando a um plano inferior a incidência de valores humanos e afetivos entre os indivíduos. A era da informação, aproximou o mundo física e virtualmente, mas parece ter distanciado o mundo em termos de afeição física, pessoal e humana.

Como corolário da identidade ameaçada na era da informação, há também os indícios de identidade modificada (BOGO, 2008). Essa modificação pode ser observada a partir do momento que na era da informação motiva-se a competitividade e inovação, o indivíduo parece superar os limites de convivência e de condições éticas, tanto na ciência, quanto na atividade profissional em favor do crescimento econômico e individual.

Essa identidade modificada na era da informação pode ser dimensionada a partir de alguns fatores: na agricultura, precipuamente no que toca ao desenvolvimento da engenharia genética que recombina genes de animais a fim de transferi-los para outros organismos promovendo mudanças genéticas (biotecnologia) ou mesmo a adulteração de alimentos que dão margem a produção de sementes e alimentos transgênicos, o que causa malefícios incalculáveis a sociedade, a natureza e ao planeta de forma mais ampla; nas questões ambientais, sendo possível observar a degradação de vários elementos naturais, como sujeira nos rios, espécies de animais dos mais variados tipos, eliminação de área verde que favorecem economicamente, de fato, uma pequena parcela da população e trazem prejuízos sociais e cotidianos a grande massa.

Podemos afirmar que a era da informação se institui nas identidades modificadas pelo viés das dicotomias, haja vista que promoveu a “civilização” para o mundo, mas trouxe a barbárie nas relações sociais (a violência urbana é um exemplo); promoveu criações revolucionárias como o carro moderno, ao passo que trouxe sérios problemas de locomoção urbana; promoveu vários instrumentos tecnológicos, mas não priorizou o uso consciente desses instrumentos; promoveu a liberdade de comunicação, locomoção atrelada ao receio, ao medo, à insegurança e à incerteza.

Essas identidades ameaçadas e modificadas remetem a percepção de que a informação está muito além de um conceito, situando-se no âmbito da cultura, da linguagem, das relações sociais, das ideologias, enfim, de qualquer prática cotidiana, profissional ou científica, o que já é possível afirmar neste estudo que o conceito de informação não é único, de sorte que a unidade não consegue representar a pluralidade da era da informação, o que exige investigar os conceitos de informação como fenômenos multiplamente construídos e aplicados.

Destarte, a análise sobre a “era da informação” não somente presume concepções subsidiárias para o conceito de informação, como possibilita pensar a informação em suas vicissitudes sociais, técnicas e teórico-epistemológicas (formação do objeto, conceitos e outras questões).

O reflexo sobre a era da informação abarca, sobretudo, as proposituras conceituais de informação e sua construção como objeto científico em face dos diálogos permeáveis entre diversas áreas do conhecimento, atentando para o fato de que a CI contempla, tanto os fundamentos teóricos e epistemológicos da informação em seu desiderato interno, quanto as apropriações conceituais de outras áreas empenhando um misto social e tecnológico que nem sempre dialogam entre si.

### 3.1 DA FORMAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO À CONCEPÇÃO DE PARADIGMA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: MÚLTIPLAS PENETRAÇÕES SEMÂNTICAS

Uma das discussões mais prementes na CI é referente à construção conceitual da informação que está enraizada nos mais diversos setores da área (fundamentos teóricos, históricos e epistemologia, tecnologias da informação; organização, representação e tratamento da informação, gestão da informação; políticas de informação e produção, comunicação da informação; mediação e apropriação da informação, entre outras).

Todavia, as discussões sobre conceitos de qualquer área do conhecimento são viabilizadas, em caráter preliminar, pela análise do objeto de estudo que é o insumo elementar demarcacionista de uma área do conhecimento. Percebemos que a cientificidade de uma dada área do conhecimento perpassa inexoravelmente pela formação/consolidação do seu objeto de estudo, pois como defende Fonseca (1988) uma área que se aceita como científica deve indicar seu objeto e ainda como revela de Souza (1996, p.14) “[...] os estudos teóricos e filosóficos, os conceitos, a terminologia explícita sobre a ciência em particular; compreende também os estudos de sua interdisciplinaridade e metodologia, e principalmente, o estudo de seu objeto.”

Freire e Silva (2012, p.169) afirmam que o objeto de estudo significa “[...] uma marca apresentada por uma dada ciência e que a caracteriza essencialmente. O objeto de estudo define o processo de atuação científica do campo do conhecimento e profissional das disciplinas que o integram. Comumente o objeto de estudo define condições específicas e autênticas de atuação de uma área.”

Partindo desse pressuposto, o objeto de estudo é uma marca teórico-epistemológica (no sentido de caracterização e diálogo científico) que permite a identificação de uma determinada área do conhecimento para respaldar os procedimentos heurísticos positivos e negativos de uma área do conhecimento e, mais precisamente, a formação dos seus conceitos e atividades teóricas, empíricas e/ou metodológicas.

O objeto de estudo é fator central no que tange à construção analítico-qualitativa dos pressupostos teóricos e epistemológicos de uma determinada área do conhecimento. Como ressalta Lacan (1992, p. 150) “tudo que se diz de mais moderno na dialética analítica gira em torno da função fundamental do objeto”, pois o objeto caracteriza e aproxima as díades humano-científico, teoria-prática, quantitativo-qualitativo, lógico-ontológico, histórico-filosófico.

Outrossim, os estudos sobre a formação do objeto de estudo subentendem como condições axiomáticas da CI que precisa ser pensada minuciosamente para a constituição do corpus teórico-conceitual, tanto da própria CI, como campo do conhecimento científico, quanto da informação como fenômeno de valor social, humano, técnico, epistemológico e semântico.

Entendemos que há uma variedade de modismos e superficialidades na apropriação terminológico-conteudística da CI, como paradigma e interdisciplinaridade, o que incide em uma aceitação natural inibindo um olhar mais cauto sobre a constituição do objeto, do conceito e da formação metodológica da CI. Esse modismo, por sua vez, influencia negativa e diretamente na formação de um objeto e do conceito de informação na CI.

Portanto, é tarefa sincronizadora a superação desse modismo a partir de um olhar sob ângulos diversos do objeto da CI contemplando, como afirma Sartre (1997) dois processos analíticos e hermenêuticos: finito e infinito, sendo o primeiro referente a um conjunto de percepções recortadas para pensar o conceito de informação, enquanto o segundo atenta para as mais diversas formas de interpretação do conceito de informação e se estabelece como ponto focal da presente pesquisa.

O objeto de estudo prima pelo arrazoado consensual das fundamentações desenvolvidas na história da ciência e, em particular, da CI, o que aponta para uma percepção

infinita de interpretações. O infinito explícito nesta pesquisa não significa dizer que abarca um desiderato totalizador, mas abrir espaços para pensar o objeto de estudo da CI e condensá-los em uma demarcação científica do objeto da CI.

De outra maneira, o infinito presume pensar a constituição das travessias informacionais de cunho teórico, epistemológico e empírico como constituinte do objeto da CI (no sentido geral da demarcação científica da área) e não um aspecto recortado e aplicado em um setor da CI, de modo que a percepção finita não traduz o objeto de uma área do conhecimento e contradiz a composição de uma fenomenotécnica informacional (assunto a ser discutido no capítulo seguinte no que tange aos fundamentos técnico-pragmáticos da informação).

Em primeira instância compreendemos que é preciso superar a percepção de que o objeto de estudo da CI é simplesmente a informação. Esta afirmação se justifica por vários motivos:

- a) primeiramente, em virtude de que a informação, enquanto terminologia isolada, apresenta concomitantemente um esvaziamento semântico e uma possibilidade infinita de significações fomentando muitas confusões semânticas e uma atividade investigativa contraproducente;
- b) em segundo lugar, a informação, enquanto termo isolado, prevê um significativo distanciamento da condição pragmática e científico-operacional da CI, o que implica afirmar que a informação não pode ser determinada naturalmente, mas construída considerando a realidade técnica, social e epistemológica;
- c) em terceiro lugar, pelo fato de que a informação só ganha sentido a partir das relações sociais e no processo de mediação e apropriação de sentidos, o que confirma o seu aparato construtivo (ou sócio construtivo);
- d) em quarto lugar, pelo fato de que a informação na CI está eminentemente ligada a práticas investigativas e operacionais relativas a diversas temáticas e linhas de pesquisa que promovem sustentação teórico-epistemológica a área. Esse olhar isolado da informação consolida a concepção indicada no título do artigo de Pinheiro (2004, p.1) “[...] informação – esse obscuro objeto da Ciência da Informação.”

Em segunda instância, o objeto de estudo deve considerar a construção histórica de uma determinada área do conhecimento valorizando suas identidades ameaçadas e modificadas, pois são os conflitos que movem as transformações de qual fenômeno, seja científico, seja do conhecimento em geral.

Para tanto, utilizamos o conceito de conflito em Simmel (1983, p.122-123) para representar a construção das relações e construções sociais e epistemológicas:

[...] Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação [...] O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes [...] O conflito contém algo de positivo. Todavia, seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente.

O conflito suprarreferido por Simmel exalta o escrutínio das interações/relações sociais entre indivíduos expressando um interesse mútuo, haja vista que qualquer interação ocorre por conta de algum interesse, sendo a sociação a consolidação de um mutualismo social. O conflito, por sua vez, é pressuposto polêmico, mas necessário para resolver problemas. Logo, no que toca ao objeto de estudo da CI só pode ser esclarecido a partir da exposição do conflito informacional a partir da combinação de elementos empíricos e teóricos arrematando toda sorte de substratos positivos e negativos e condensando aqueles mais consistentes para construção do objeto do estudo. A construção do objeto científico é passível de uma crise de identidade para ser proposta e solucionada. O fato é que a partir de uma mescla teórico-empírica dos possíveis significados e ações operacionais na CI é possível extrair os atributos subsidiários para estruturação do objeto de estudo da área.

Em terceira instância, verificamos que a consolidação do objeto de estudo de uma área do conhecimento pode ser firmada como marca identitária de um valor exclusivo de uma área, mesmo diante de apropriações e diálogos teórico-conceituais com outros campos. Vale ressaltar que o processo de identificação/elaboração do objeto de estudo é dialógico, plural e valorativo ao contexto histórico, mas a definição do objeto de estudo tende a expressar a característica essencial que só uma área do conhecimento possui.

Em seguida, a busca por um domínio da CI “não teria como objeto a informação e suas especificações, mas antes as pragmáticas sociais de informação, ou, dito em termos mais frequentes, a meta-informação e suas relações com a informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p.121).

Por fim, percebemos que o objeto de estudo da CI reside em dois aspectos: o primeiro é de cunho subjetivo e abstrativo, que contempla os valores epistemológicos, sociais e teleológicos de uma área do conhecimento; e o segundo é de cunho objetivo e concreto, que se estabelece como um conjunto de suportes que auxiliam na formatação pragmática do primeiro aspecto. Em síntese, conciliando os aspectos teórico-epistemológicos e empíricos da

CI, o quadro a seguir encaminha possíveis condições para delimitação de um objeto de estudo:

**Quadro 6 - Objeto de estudo da CI**

<b>Objeto de estudo da CI</b>	<b>Fundamentos teleológicos</b>	<b>Suportes do objeto ou núcleo epistemológico da CI</b>
Fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos da informação	Investigar as diversas propriedades, características e vazões científicas (informação no âmbito das áreas do conhecimento), humanas (informação no âmbito social, cultural, político, educacional...) e técnico-pragmático (gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação).	Usuários da informação; Documento/coleção; Equipamentos tecnológicos (sistemas de recuperação da informação, códigos de organização, bibliografias e outros);
Gestão da informação	Incidência de estudos sobre ações através de princípios, métodos e técnicas para construção eficiente e eficaz de informação pelo usuário.	Organização, representação e recuperação da informação; Mediação e apropriação da informação
Processos de informação	Consiste nos estudos dos meios diretos e indiretos para construção da informação pelo usuário.	Centros de informação
Tecnologias de informação	Favorecem estudos sobre elementos físicos e digitais para subsidiar práticas de gestão e processos de informação	
Fluxos de informação	Indica estudos quantitativos e qualitativos sobre informação incluindo fluxos dos processos, gestão e tecnologias de informação	

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Avaliando de forma mais detida o quadro, observamos a concatenação entre o objeto que se constitui como valores teórico-empíricos da CI, os suportes do objeto (que promovem concretude ao objeto em si) e possibilitam condições do objeto e a finalidade de cada componente do objeto (este último justifica o sentido do objeto). O quadro estabelece a separação entre os termos, visando promover a importância de cada ponto, mas o objeto da CI seria a união de todos os pontos elencados.

Outra questão é que o objeto da CI apresenta um caráter generalista ratificando as amplas perspectivas de pesquisa sendo próprio do generalismo epistemológico (CRONIN, 2008) e empírico da área, ao passo que essa amplitude necessita de um processo reflexivo de afunilamento a fim de definir com mais precisão a formação do objeto da CI.

A travessia epistemológica da CI tem em seu objeto um fundamento que justifica “em que e como” a área pode atuar no âmbito da pesquisa conferindo sentidos mais sólidos e interligados à informação na CI. Contudo, cada ponto elencado merece uma elucidação mais detalhada.

Acreditamos que dos cinco pontos elencados como constituintes do objeto da CI, todos possuem três dimensões que levam a um entendimento mais efetivo das condições elementares do objeto do campo do conhecimento em lide: a dimensão técnica, a dimensão social e a dimensão epistemológica.<sup>28</sup>

Com relação aos fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos da informação é a tessitura generalista dos estudos em CI contemplando problematizações e reflexões diversas que busquem a construção dos construtos empíricos e teórico-conceituais da informação considerando as torrencialidades histórico-sociais.

Identificando como dimensão técnica as possibilidades da informação ser construída a partir do diálogo com os processos organizacionais/representacionais e tecnológicos, o que confere a CI o caráter tecnicista; a dimensão social indica que “[...] o conceito de informação como usado no inglês cotidiano, no sentido de conhecimento comunicado, desempenha um papel central na sociedade contemporânea [...]” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 149), o que demanda considerar a necessidade de uma ciência “exclusiva” e peculiar no sentido de investigar as diversas nuances da informação; e a dimensão epistemológica é um eterno retorno reflexivo da CI em desenvolver uma perspectiva crítico-criativa a partir de dois ambientes fundamentais: o primeiro é referente às diversas possibilidades de entendimento da informação no âmbito dos fundamentos científicos, humanos e técnico-pragmáticos, conforme proposto na presente pesquisa e o segundo está relacionado a um rigor mais efetivo da CI em selecionar aquilo que pode ser considerado como relevante/profícuo para ou, de outro modo, implica no reconhecimento das heurísticas afirmativas e negativas da CI, uma vez que como argumenta “[...] se existe grande diversidade na definição das heurísticas afirmativas, as que definem as estratégias metodológicas de construção do objeto e que permitem a estabilização acumulativa do domínio, maior é a dificuldade para estabelecer as heurísticas negativas, as

---

<sup>28</sup> As três dimensões que compõem o objeto da CI não estão dissociadas, mas ao contrário, fortalecem o ideário de tecnociência da CI a partir de uma interação premente entre fatores técnicos, tecnológicos e sociais.

que definem o que não poderia ser considerado objeto do conhecimento da Ciência da Informação.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 2).

Entretanto, a questão da fundamentação teórica da informação na CI é eivada de um diálogo premente com os fundamentos sociais, tecnológicos e empíricos, conforme ressaltado a estrutura de gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação, pois qualquer fundamento do tripé teórico-histórico-epistemológico é construído a partir das multiplicidades empíricas da área.

No que tange à gestão da informação, é possível identificar como dimensões: técnica – aplicação de métodos e técnicas para viabilizar as teorias e práticas gerenciais de informação; social – identificação e potencialização de recursos informacionais, fomentando o aprendizado e adaptação às mudanças com a construção de uma organização voltada ao aprendizado (GARVIN, 1993); e epistemológica – estudos sobre as contribuições dos conceitos, técnicas, métodos e princípios (DIAS E BELUZZO, 2003) de gestão da informação para a construção teórico-epistemológica da CI.

Já no que se refere às dimensões dos processos de informação são apresentadas: técnica – concerne às funções que cada processo exerce no construto informacional (a função da organização, mediação, recuperação...); social – a atuação integrada entre os processos de informação, visando promover possibilidades diversas de construção da informação primando pela autonomia (VYGOTSKY, 1995; FREIRE, 1996, 1999, 2002) do usuário que estimula o sujeito à reflexão, ao debate, à tomada de decisão de acordo com interesses, necessidades e motivações próprias, sem, no entanto, compartilhar de uma lógica de referência individualista (RECIFE, 2002); e epistemológica – a contribuição dos processos de informação para fundamentação teórico-epistemológica da CI no âmbito dos construtos teórico-conceituais de informação, assim como acerca da interdisciplinaridade da CI e ainda do desenvolvimento das práticas tecnológicas processuais na CI.

Quanto aos fluxos de informação, definimos como dimensões: técnica – a quantidade de conteúdos possivelmente concebidos nos processos de informação e nas práticas gerenciais e tecnológicas de forma multidirecionada (BARRETO, 2006); social – quais tipos de conteúdos podem ser seletivamente constituídos para acesso a informação ao usuário; e epistemológica – o crescimento potencial da informação como subsídio às teorias e práticas de informação na CI.

Finalmente, com relação às tecnologias de informação temos como dimensões: técnica – o uso dos instrumentos tecnológicos para práticas de organização, recuperação e disseminação da informação; social – o uso dos instrumentos tecnológicos para promoção de

inclusão e socialização digitais; e epistemológica – as contribuições das tecnologias de informação para pensar o diálogo tecnossocial (PATRIOTA, 2003) da CI como sendo um campo do conhecimento pluridisciplinar voltado para as aplicações tecnológicas no âmbito da ampliação das formas de acesso e uso da informação.

Na formação do objeto de estudo da CI, vale ressaltar a relevância das tecnologias da informação, dado que se configuram como elementos de mediação entre o objeto propriamente dito e os suportes do objeto. Em outras palavras, a tecnologia é a premissa que define de forma mais efetiva os valores subjetivo/abstrativo e objetivo/concreto do objeto de estudo da CI.

É preciso observar que as dimensões que compõem o objeto de estudo conotam a complexidade e valorosa contribuição da CI para elaboração de teorias e práticas informacionais. Cabe, porém, um esforço maior da comunidade acadêmico-científica de CI, seja em nível nacional, seja em nível internacional em envidar esforços para fortalecer os domínios técnicos, sociais e epistemológicos pensados para/com/pela área e não somente com apropriações isoladas de conceitos de outras áreas. Isso significa dizer que a CI necessita superar a mentalidade de uma epistemologia reprodutivista a fim de que se estabeleça na comunidade científica como uma área crítica e criadora, como o seu objeto de estudo discutido nesta pesquisa parece indicar.

No que concerne ao suporte do objeto, apresentamos três configurações elementares: humana, técnica e social. Enquanto a primeira reside no usuário da informação que é ponto nodal abstrativo-concreto do objeto da CI, já que é o eixo central/finalístico da prática gerencial, tecnológica e dos processos/fluxos de informação. Por sua vez, a segunda é definida a partir do documento/coleção; equipamentos tecnológicos; e organização, representação e recuperação da informação. E a terceira é designada através da mediação e apropriação da informação que prevê um lato construto socializador da informação.

O suporte do objeto se configura na condição empírica para que o objeto da CI estabeleça sua autoridade epistemológica (autoridade como percepção sólida de sentido e aplicabilidade) e dialogue diretamente com a realidade social permitindo inferir que o suporte se constitui como um valor empírico-concreto ou técnico-social do objeto.

Vale destacar que o usuário da informação como suporte do objeto é essencialmente humano porque está incluído em todas as etapas construtivas da CI e da informação na CI referentes à gestão, aos processos, aos fluxos e às tecnologias contemplam a participação direta ou indireta do usuário. No âmbito das condições técnicas e sociais incidem os procedimentos investigativos e aplicativos da CI para fortalecer o viés científico-operacional

do campo, assim como reconhecer o usuário como fundamento ontológico central na construção da informação insuflando a construção de uma nova tradição paradigmática informacional, conforme revela Hjørland; Albrechtsen (1995), Hjørland (2002) e Capurro (2003) no âmbito sócio-cognitivo.

Juntamente com os usuários da informação, vale ressaltar que de todos os suportes de objeto da CI o que mais se destaca é a mediação da informação, pois concebe a “[...] noção que é constituída a partir do seu objetivo. Este objetivo contempla necessidades de informação, frente às quais se promove recuperação da informação, processo de comunicação que somente se efetiva quando há apropriação da informação pelos usuários [...]” (ORTEGA, 2012, p. 20).

A centralidade da mediação da informação implícita e explícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009) como suporte objetal da CI é justificada pelos múltiplos diálogos que desenvolve, por um lado, com os outros suportes exercendo um papel de liderança e multiplicidade interpretativa/aplicativa dos estudos em CI e, por outro lado, diálogos exaustivos com a realidade histórica e teórico-epistemológica da informação na CI no âmbito da gestão, fluxos, processos e tecnologias de informação, pois como afirma novamente Ortega (2012, p. 17) “[...] a mediação da informação no sentido de mediação entre objetos e pessoas abordados, respectivamente, como documentos e usuários. Dito de outro modo, temos uma mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação.”

Entendemos que não há um segmento tão elucidativo que sintetize o atual ideário científico-social da CI como a mediação da informação, exercendo a configuração do núcleo epistemológico da CI (FADEL et al, 2010, p. 16). Por isso, não seria exagero afirmar que a mediação da informação, juntamente com os usuários da informação, é o desiderato primordial da formação do objeto da CI, especialmente contemplando um diálogo dinâmico entre a percepção técnica e social da CI (essa discussão será mais aprofundada no tópico do último capítulo do referencial teórico que versa sobre informação na perspectiva dos processos), justificando ainda que a mediação da informação é um subsídio valorativo que auxilia na concepção de que a CI é uma tecnociência, já que a mediação é fortemente atrelada a integrações técnicas e sociais.

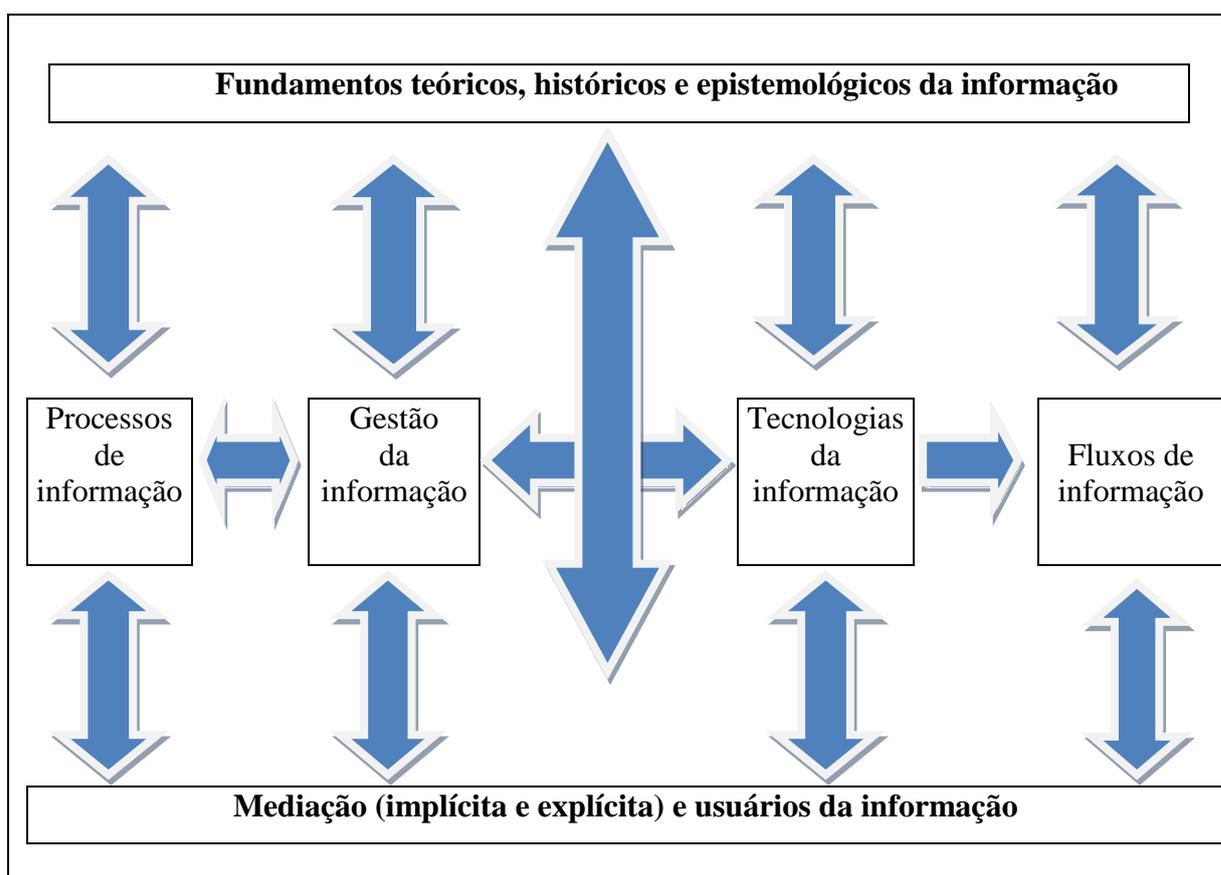
Refletido o objeto de estudo da CI, percebemos a ênfase na proposição de uma identidade definicional, de sorte que o conceito de uma área do conhecimento, incluindo a CI, perpassa inexoravelmente pela constituição do objeto desmistificando a noção de que o conceito é um fenômeno eminentemente abstrativo e teórico (e possivelmente distante de uma

perspectiva aplicacional), mas, ao contrário, o conceito parte da realidade científico-social permitindo um processo dinâmico de maturação e diálogo teórico-empírico.

O objeto da CI é, pois, um conjunto de generalidades que demarcam, em princípio, o campo de atuação que ganha sentido de atuação através de suas finalidades aproximando o pensamento do ser (cientista da informação) e a realidade sócio-informacional, já que como dizia Nietzsche (2006, p. 46-47) “[...] nós é que inventamos o conceito de finalidade [...]” e se concretizam nas condições de suporte do objeto que promovem o entoamento lógico-empírico de atuação da CI.

A figura abaixo define as relações entre o objeto e os suportes na CI considerando a mediação e usuários da informação como principais suportes:

**Figura 2 - Relações entre o objeto e suporte do objeto na CI**



Fonte: elaborada pelo autor.

Observamos algumas questões essenciais: os fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos não estão colocados acima com o intuito de conceber uma hierarquia, mas de mostrar que todas as percepções e aplicações da CI encaminham (ou devem encaminhar) o aprimoramento dos fundamentos da área justificando que estes fundamentos são insumos

presentes em todo o processo de construção do pensamento da CI e dialogam com os outros elementos do objeto e suporte do objeto; toda e qualquer linha de pesquisa da CI (processos, gestão, tecnologias e fluxos de informação, sendo este último constituído pela dinâmica pragmática e epistemológico-social dos três primeiros) necessariamente apresenta sua epistemologia particular (JAPIASSÚ, 1977) deliberando o diálogo premente com os fundamentos teóricos da CI; processos, gestão, tecnologias e fluxos de informação são abordagens gerais da CI que contemplam possibilidades diversas de atuação no contexto da pesquisa; a mediação e usuários da informação são indissociáveis e abarcam outros suportes do objeto da CI, assim como exercem função central e diretamente relacional com a gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação e ainda corroboram diretamente para fundamentação teórico-epistemológica e empírica da CI.<sup>29</sup>

Em síntese, o objeto de estudo da CI é composto por uma perspectiva eminentemente interacionista, pois são construtos prioritariamente horizontais, embora possam ocorrer algumas hierarquizações no âmbito dos fundamentos teóricos, históricos, epistemológicos e também estruturalista, haja vista que os elementos objetivos expostos na figura são interdependentes e apresentam concreta ou potencialmente caráter de modelo.

Em estudo realizado sobre o objeto da CI, quando indica possibilidades diversas de apreensão desse objeto a partir de relatos de pesquisas de cientistas do (Brasil, México, Espanha e Colômbia) Rendón-Rojas (2012, p. 7-9) concebe profícuos fatores que convergem com as perspectivas desta pesquisa:

- a) o objetivo da pesquisa não é fazer uma lista do que foi dito até o momento sobre essa questão, nem adicionar uma definição a mais nessa lista. O que se procura é encontrar um denominador comum a toda essa série de propostas, uns princípios mínimos e gerais que permitam chegar a um consenso, ou seja, estamos falando de uma “epistemologia frágil”;
- b) o fato de um objeto ser construído, não só como conceito, mas também como objeto mesmo;
- c) toda ciência constrói seus conceitos, incluindo as ciências naturais, mas os referentes desses conceitos "estão lá". Por exemplo, os objetos que foram conceituados como

---

<sup>29</sup> Nesta pesquisa consideramos os fluxos como resultante de processos, gestão e tecnologias (princípios e processos técnicos e sociais) a fim de compreender as dinâmicas de socialidade do pragmatismo informacional na CI. Os fluxos por si só elucidam os encaminhamentos dos processos, gestão e tecnologias, mas relegam a um plano inferior significados relevantes de cada etapa dos processos e gestão e das atividades pragmáticas da tecnologia, haja vista que tem como preocupação central o entendimento sobre procedimentos transferenciais de informação, enquanto o discurso da presente pesquisa comunga o fundamento da partilha da informação.

"estrela", "planeta", "pedra", "elemento químico", "ser vivo", "matéria", existem independentemente do ser humano. A interpretação da realidade se faz sobre objetos dados, no entanto, o objeto de estudo da CI/Documentação é construído em sua totalidade;

- d) a interpretação sobre o objeto da CI se faz sobre objetos construídos sendo possível afirmar que há uma intencionalidade sobre intencionalidade em que o objeto da CI é gestado a partir dos resultados da evolução de várias ciências, pois estas convergem para dar origem a uma nova realidade; desta maneira convergem técnicas bibliotecárias, teorias da comunicação, linguística, filosofia, lógica, administração, arquivamento, museologia, computação, entre outras, dando origem a um novo objeto de estudo. Assim, é um objeto construído e ao mesmo tempo novo;
- e) é necessário levar em consideração a natureza da Documentação e Estudos da informação como ciência social e humana, o que leva ao surgimento de diferentes interpretações e escolas, característica distintiva deste tipo de ciências;
- f) o objeto da CI pode ser gestado a partir de uma perspectiva estruturalista, funcionalista, pragmática, social, dinâmica, estática, sistêmica, centrada nos sujeitos, nos objetos, nos processos, etc.;
- g) por todas estas razões, propomos que a existência de diferentes pontos de vista do objeto de estudo da CI é o resultado de uma estruturação de uma mesma realidade, mas com diferente marco interpretativo, a semelhança da psicologia da *Gestalt*, onde se explica que a interpretação, percepção, visão (teoria etimologicamente é "ver") varia de acordo com o enfoque, as tradições, o ambiente do qual começa.

Assim, a proposta de objeto concebida nesta pesquisa para a CI não apresenta uma pretensa arrogância de estabelecer uma abordagem objetual e conceitual da CI, mas indicar subsídios que levam em consideração determinados entendimentos sobre a realidade epistemológica, empírica e social da área, além das historicidades e focalizações culturais de informação.

A composição de um objeto generalista da CI (que abarque a complexidade teórico-epistemológica e empírica) é uma forma direta de conceber uma percepção conceitual de CI no qual pensamos ser a seguinte: **É a ciência que estuda de forma transversal os fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos da informação, bem como perspectivas em gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação no âmbito dos usuários e centros da informação constituindo de forma associativa ou isolada**

**pragmatismos técnicos e sociais com a finalidade de compreender e dar vazão resolucional para problemas em informação.**

A formação generalista do objeto (e também dos seus suportes) permite uma síntese conceitual que elucide o fazer científico-operacional da CI, pois o objeto é uma maneira para pensar a realidade objetiva da área, visando esclarecer seus principais pontos de atuação.

O que podemos evidenciar é que o objeto da CI proposto nesta pesquisa demanda uma complexidade muito ampla e generalista com vistas à representação dos diferentes pontos de vista do objeto da CI e das influências de diversas áreas do conhecimento na formação desse objeto (RENDÓN-ROJAS, 2012) que, portanto, não deve estar situada em apenas um aspecto, mas integrando um conjunto de segmentos teórico-empíricos e núcleos epistemológicos que formam o objeto e possíveis rastros conceituais da CI.

A vantagem desta pesquisa é que pretende fazer um levantamento geral e profundo sobre a realidade informacional apresentando reflexões sob óticas diversas, visando entender e auxiliar a (re)construção de alguns pressupostos na CI e da informação na CI. De outro modo, para entender a informação na CI considerando fundamentos teóricos, históricos e epistemológicos, a formação do objeto, constituição paradigmática e a consolidação do(s) conceito(s) é preciso desenvolver um estudo crítico-analítico (e até mesmo criativo) que compreenda sua totalidade (ou aquilo que se pode entender por totalidade).

Para encaminhar uma percepção conceitual de informação na CI é pertinente iniciar por uma das tradições mais consagradas na área: paradigmas da CI (e extensivamente o paradigma informacional).

**3.1.1 Da tradição a desmitificação conceitual: a informação pelo viés do paradigma na Ciência da Informação**

Um dos termos mais invocados em termos de construção e aplicação técnico-científica é aquele intitulado como paradigma. E por quais motivos a noção de paradigma parece ser tão aceitável na ciência e sociedade contemporânea? Apresentamos algumas concepções sobre o apelo da tradição paradigmática, a saber:

- a) a noção de realização faz do paradigma um conceito que comunidades acadêmico-profissionais buscam como primado básico de suas ações. Em outras palavras, o paradigma parece uma meta a ser alcançada ou condição de êxito técnico-científico;

- b) pelo fato do paradigma ser um conceito que sintetiza/delimita práticas e finalidades científicas e profissionais consubstancia um legado para vários cientistas e áreas do conhecimento;
- c) a ideia de paradigma é compreendida no senso comum e na percepção etimológica como um modelo a ser elaborado e/ou executado tornando-o temática central nas discussões e ações contemporâneas;
- d) como consequência do ponto anterior, a noção de paradigma é vista comumente como fenômeno que deve ser emergencial e impreterivelmente conquistado por meio de ações bem definidas;
- e) a noção de paradigma prevê uma ação planejada de forma dinâmica contemplando processos materiais, dialéticos e revolucionários da teoria e prática científica;
- f) em contrapartida, o conceito de paradigma indica percepção histórica integrando as noções de passado-presente-futuro (HOBBSAWM, 1998) como um tripé fundamental para existência humana e fundamentação lógico-ontológica da realidade social;
- g) a noção de paradigma invoca a concepção de coletividade e pluralidade, de modo que qualquer ação humana de êxito está relacionada a um reconhecimento social, assim como prevê o conceito de paradigma elaborado por Kuhn; h) o conceito de paradigma implica em processos efêmeros e de mudanças intensas, assim como ocorre no cotidiano humano e na ciência contemporânea (a mudança de ideologias, práticas sociais, etc.);
- i) o paradigma, por se constituir como fenômeno de ruptura, se apresenta como necessário para pensar os rumos da ciência e da sociedade, tanto em contextos históricos específicos, quanto contextos históricos gerais;
- j) embora exista uma multiplicidade conceitual de paradigma, tanto proferida por Kuhn, quanto por autores, como Santos (1987), Capra (1996), Morin (1992; 1996; 2000), entre outros, percebemos uma proximidade conceitual de paradigma entre os diversos estudiosos, o que implica dizer que o paradigma enquanto conceito apresenta multiplicidades perceptivas, mas não esvaziamentos semânticos;
- k) em suma, o conceito de paradigma favorece a tentativa de construção identitária que promova sentido ontológico, visando dirimir os exaustivos momentos de “frouxidão” de valores e sentidos de vida na sociedade e na ciência.

É possível atestar, sobremaneira, que o conceito de paradigma (ou os conceitos) é aceito e aplicado na sociedade e, de forma particular, na ciência de tantas maneiras que se

diferencia, comumente, daquilo que a tradição epistemológica kuhniana elaborou e previu. (KUHN, 1989; 2011). Neste segmento consideramos um fenômeno marcante na construção de sentido informacional da CI: a formação dos paradigmas subsumidos aos elementos físico, cognitivo e social.

Podemos presumir um imbróglgio referente à aplicação do conceito de paradigma, uma vez que há um paradoxo que envolve, por um lado, a significativa relevância do paradigma para fundamentação teórico-conceitual da CI e, por outro lado, uma intensa apropriação acrítica do conceito em lide e a configuração de um reducionismo epistemológico e/ou dogma científico que acompanha o desenvolvimento científico-social e operacional da CI.

É pertinente afirmar que a delimitação paradigmática da CI exposta neste texto toma como base o pensamento de Capurro (2003) em virtude de ser a percepção mais compartilhada no campo, mas não a única. Podemos mencionar, por exemplo, a divisão proposta por Silva e Ribeiro (2002) e Silva e Ribeiro (2011) relativo aos:

- a) paradigma custodial – sobrevalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte, como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários; identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e Biblioteca com a preservação da cultura erudita, letrada ou intelectualizada (artes, letras e ciências) em antinomia mais ou menos explícita com a cultura popular de massas e de entretenimento; ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário; importância crescente do acesso ao conteúdo através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogo e índices) dos documentos; prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca;
- b) paradigma pós-custodial – focalizado na era da rede ciberespecial atentando para como pesquisadores, arquivistas e bibliotecários lidam com essas novas perspectivas digitais/virtuais, bem como o estabelecimento de um redesenho conceitual de informação e das possíveis disciplinas que o cercam. Em outras palavras, o paradigma pós-custodial, apelidado de científico-informacional, implica uma alteração profunda de perspectiva, muda o objecto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral;

O paradigma proposto pelos autores abarca um período histórico mais amplo fundamentado desde o século XIX até e a metade do século XX (paradigma custodial) denominado de paradigma histórico tecnicista e da metade do século XX até os dias atuais (paradigma pós-custodial) pautado na percepção científico-informacional e no processo de mundialização digital.

A diferença entre os paradigmas delimitados por Capurro e Malheiro é que o primeiro tem como objetivo fundamentar de forma epistemológica e estratégica, mas linear os fundamentos teórico-pragmáticos da CI em sua recente história, enquanto o segundo traz um diálogo mais denso acerca da relação entre o advento da CI e as práticas profissionais construídas por bibliotecários/bibliotecas e arquivistas/arquivo no âmbito da informação.

Ainda podemos visualizar outras percepções paradigmáticas na CI como a dissonância entre o paradigma da coleção e o paradigma informacional (discussão mais adiante), assim como a divisão de paradigma concebida por Santos (1988) em paradigma dominante e paradigma emergente que é aplicado com frequência à CI para definir questões históricas deste campo, fundamentar historicamente o conceito de informação e definir práticas em informação no âmbito gerencial, tecnológico, etc..

*A priori*, a construção paradigmática da CI apresenta caráter de linearidade e cumulatividade, conforme indica o quadro a seguir:

**Quadro 7 - A formação do paradigma na CI**

	<b>Paradigma físico</b>	<b>Paradigma cognitivo</b>	<b>Paradigma social</b>
Período de iniciação	Fins da década de 1940	Fins da década de 1970	Início da década de 90
Principais representantes	Shannon e Weaver (1949) e Mooers (1951, 1960).	De May (1977); Brookes (1977; 1980); Belkin (1980); Ingwersen (1992).	Hjørland e Albrechtsen (1995), Hjørland (2002); Capurro (2003).
Enfoques	Sistema de informação e processos tecnológicos no âmbito da organização e tratamento da informação	Usuário e processos psicológicos para organização, tratamento e serviços de informação.	Domínio e processos sociais na construção coletiva, interacionista e dialógica da informação.
Assuntos que englobam os estudos de paradigmas	Estudo de usuários – abordagem quantitativa  Recuperação da informação – enfoque técnico no sistema de informação Estudos sobre organização e representação da informação sob o enfoque técnico.	Estudo de usuários – abordagem qualitativa  Recuperação da informação – enfoque na função do sistema para o usuário da informação a partir do uso de paradigmas como behaviorista, processamento da informação e funcionalista-estrutural.  Estudos sobre organização e representação da informação para o usuário	Estudo de usuários – enfoque na construção coletiva, crítica e interacionista entre usuário e centro de informação.  Estudos aproximativos entre o desenvolvimento tecnológico e social na construção da informação.  A concepção sócio-interacionista da informação, especialmente a partir da elaboração dos processos de mediação e serviços de informação.

**Fonte:** Adaptado de Shannon e Weaver (1949); Mooers (1951, 1960); De May (1977); Brookes (1977; 1980); Belkin (1980); Ingwersen (1992); Hjørland e Albrechtsen (1995), Hjørland (2002); Capurro (2003).

Para uma análise mais densa é pertinente uma desconstrução do conteúdo apresentado no quadro, visando superar a linearidade da formação paradigmática da CI, o que resulta na confirmação de um conflito da tradição paradigmática da CI que se sustenta inicialmente pela configuração histórica como foi gestado.

Em primeira instância, embora a obra que deu margem para consecução teórico-epistemológica de paradigma seja de 1962 (KUHN, 2011), o paradigma na CI é contextualizado, em caráter limiar, em fins da década de 1940 com a produção/publicação do

texto de Shannon e Weaver, em 1948 e 1949, respectivamente (SHANNON; WEAVER, 1949) e década de 1950 com a teoria da recuperação de Mooers (1951; 1960) que dão azo à formação de um paradigma físico na CI que preponderou no cotidiano discursivo das comunidades acadêmicas nas décadas de 1960/70. Observamos que a formação do paradigma físico na CI se dá a partir de apropriação conceitual de outras áreas (Shannon e Weaver no âmbito da Comunicação e Mooers no âmbito da Computação), o que firma um ideário de identidade não essencialista da CI (SILVA, 2011)<sup>30</sup>, tanto da apropriação do conceito de paradigma, quanto da inserção de elementos teóricos para formação do paradigma físico.

Em segunda instância, divergimos do caráter histórico-linear como os paradigmas na CI foram sendo gestados e substituídos via argumento de Capurro (2003, p. 3) “[...] minha tese é que a ciência da informação nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo esse, por sua vez, substituído por um paradigma pragmático e social [...]”

Não rejeitamos a importância do paradigma, mas a compreensão sobre o assunto deve ser (re)situada a partir de dois vieses: o primeiro é que não há (ou não deve haver) um pensamento evolutivo e linear de paradigma na CI, haja vista que apenas despreza outras possibilidades histórico-sociais da área, inclusive aquelas herdadas da biblioteconomia clássica e especializada; o segundo é que não consideramos a existência de três paradigmas na CI que foram sendo substituídos, mas sim a existência de um paradigma dividido em três contextos básicos (físico, cognitivo e social) com diferenças na amplitude de abordagem, sendo o social de delimitação mais ampla, pois considera o usuário como foco central e autônomo para construção da informação e o físico de delimitação mais específica por focalizar centralmente o sistema.

Em terceira instância, a própria designação de paradigma físico reflete que a abordagem sobre a construção paradigmática da CI não é claramente instituída, pois, embora seja presumível a formação discursiva de um paradigma físico entre as décadas de 1960/70, paradigma cognitivo em fins da década de 70 até o início da década de 90 (DE MAY, 1977; BROOKES, 1980; BELKIN, 1980; INGWERSEN, 1992) e o paradigma social do início da década de 90 até os dias atuais (HJØRLAND; ALBRETSCHEN, 1995; HJØRLAND, 2002; CAPURRO, 2003), a historicidade da informação na CI parece ser mais ampla do que a

---

<sup>30</sup> As marcas essencialistas compõem fenômenos autenticamente desenvolvidos por uma determinada disciplina do conhecimento e que dificilmente mudam no transcorrer histórico, enquanto as marcas não-essencialistas são atribuídas a elementos incorporados de áreas alheias no seio da disciplina, que pode ocorrer antes de sua origem até o seu processo de maturação científica e podem ser constantemente modificados. (CARVALHO SILVA, 2011, p.16).

configuração de um processo evolutivo das características paradigmáticas da área e a condição de uma linearidade reducionista apresentada nos estudos dos autores.

Um quarto componente, de cunho mais amplo, converge para a condição de uma historicidade não linear entre paradigma e CI, que se justifica através de dois motivos, a saber:

- a) a noção de que a consolidação do conceito de paradigma é posterior aos pressupostos que deram vazão ao advento do paradigma físico, o que significa dizer que a origem da CI está fortemente ligada a disciplinas, teorias e questões que não foram criticamente apropriadas na área (SILVA; RIBEIRO, 2011), haja vista que é a junção de todos os elementos que promoveram o advento da CI que auxiliaram na formação da tradição paradigmática deste Campo;
- b) na proposição de que os três paradigmas coexistiram desde o início da história da CI, embora não estivessem plenamente gestados em seus construtos teórico-epistemológicos.

Ratificando o comentário do parágrafo anterior Capurro (2003) é enfático ao afirmar a composição de duas tendências que favorecem pensar o paradigma da CI: a origem da CI está vinculada Biblioteconomia clássica ou, em termos mais gerais, o estudo dos problemas relacionados com a transmissão de mensagens; a outra raiz é de caráter tecnológico recente e se refere ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos.

Neste segundo caso, o problema da periodização paradigmática da CI consiste não apenas no fato de que antes de 1945 existisse já, no campo da Biblioteconomia, o que hoje pode ser chamado paradigma social, mas também nas transformações posteriores desse paradigma até os dias de hoje. Logo, é possível constatar duas questões gerais: a primeira é por ser inviável pensar a formação de três paradigmas na CI de cunho eminentemente cumulativos e associativos, já que os paradigmas indicados não ponderam a confirmação de rupturas historicamente definidas e constituídas; a segunda que é possível pensar na formação de um paradigma que norteia a CI a partir de três fundamentos ramificados e complementares: físicos, cognitivo e social deliberando uma noção de complementaridade e coexistência.

O fato de pensarmos um paradigma dividido em três aspectos (físico, cognitivo e social) não significa que sejam convergentes, mas ao contrário, estão em permanente conflito científico e de aplicação metodológico-operacional permitindo rupturas específicas no que tange as formas de aplicação, considerando que “o paradigma físico priorizou o objeto, o paradigma cognitivo enfatizou o sujeito, e o paradigma social enxerga o sujeito,

contextualizado, em sua relação com o objeto-informação” (SMIT, 2012, p.90), mas não houve uma ruptura mais ampla na medida em que os paradigmas físico e cognitivo se aproximam no que tange a concepção do conceito de informação baseado na ideia de transferência e transmissão, enquanto o paradigma social é o que mais denota um rompimento teórico com os anteriores, mas por figurar ainda como paradigma recente em processo de consolidação da CI ainda precisa mostrar de forma mais consistente percepções teóricas, pragmáticas e principalmente metodológicas (resultado das duas percepções anteriores) que justifiquem esse rompimento.

Por isso, consideramos que a CI possui um paradigma dividido em três contextos que se interconflituam, mas o paradigma social é o mais próximo do que podemos contemplar como rompimento e pode, no desenrolar da história da CI, ratificar um rompimento geral com os paradigmas anteriores. Essa constatação pode ser remetida a impressão geral de que a CI está intimamente norteada pela tradição do paradigma informacional que é próprio de sua constituição teórico-epistemológica, ao contrário, da Biblioteconomia clássica e especializada, por exemplo, que tem suas origens ligadas ao paradigma da coleção ou do documento.

É possível observar uma ruptura de cunho histórico entre o paradigma da coleção e o paradigma informacional, mas não necessariamente uma mudança de mentalidade científico-social (pelo menos não de caráter imediato), uma vez que a CI herda da Biblioteconomia especializada e da Documentação subsídios para constituição de sua identidade favorecendo a consecução de uma atividade paradigmática eminentemente pragmática da CI (RENDÓN-ROJAS, 1996).

Com efeito, afirmamos que o paradigma da coleção e o paradigma informacional possuem finalidades diferentes pela postulação histórica que estão inseridos, mas dialogam em uma interface hermenêutica de pensar a transmissão de conteúdos por meio de atividades organizacionais.

E quais seriam as possíveis características do paradigma informacional? Podem ser identificadas algumas marcas identitárias, muito mais como um aprimoramento do paradigma da coleção do que uma ruptura propriamente dita, tais como: o paradigma informacional apresenta como epicentro o usuário e suas perspectivas de construção do conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2008); o paradigma informacional é marcadamente voltado para o valor contedístico do documento e sua carga de contribuição para construção do conhecimento dos usuários da informação; o paradigma informacional incorpora novas tecnologias, mormente de âmbito digital como tendência contemporânea (DARNTON, 2010); o paradigma informacional delinea novas formas de organização, disseminação, recuperação

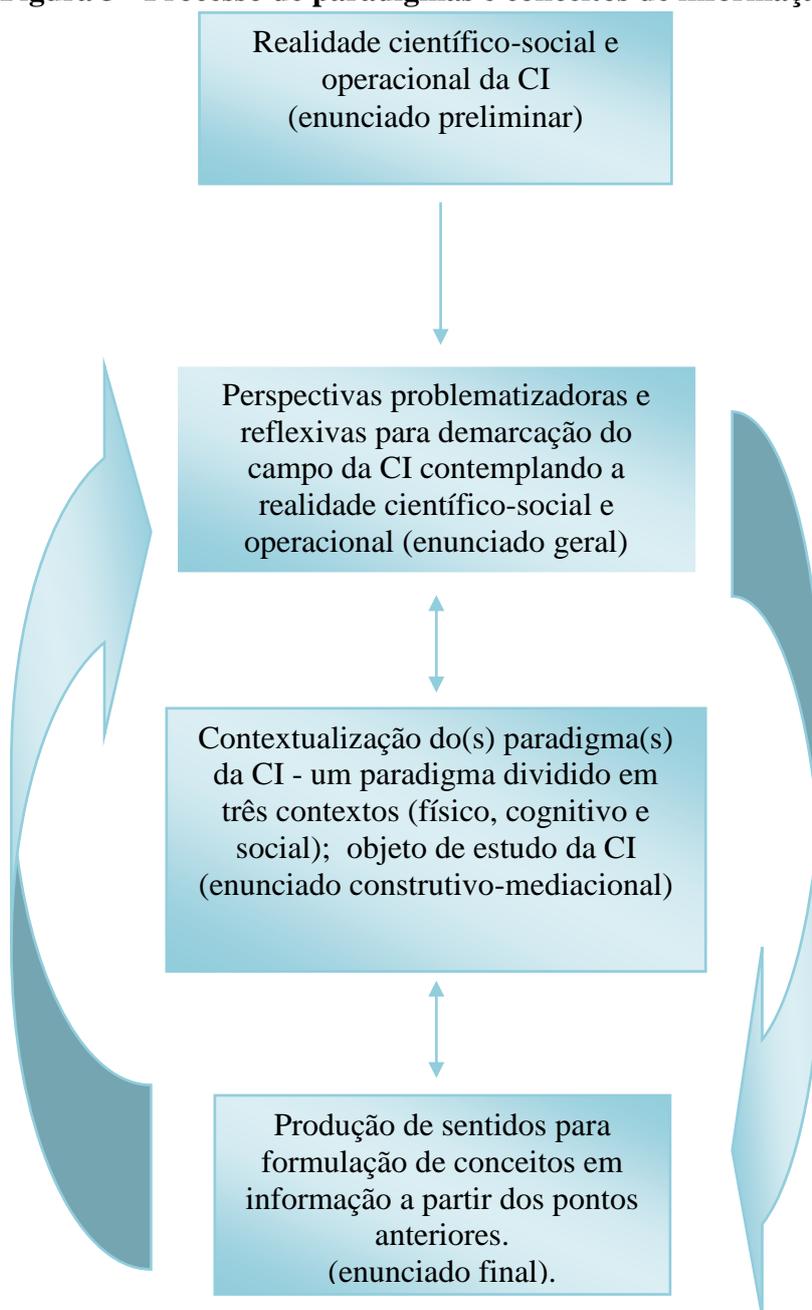
e mediação da informação; o paradigma informacional intenta em favor de um olhar cauto para os processos de acesso, uso, apreensão e apropriação da informação pelo usuário; o paradigma informacional delibera perspectivas mais amplas de caráter decisional pelo usuário; o paradigma informacional prima pela ampla profusão de acesso aberto ou livre ao conhecimento científico (MUELLER, 2006; KURAMOTO, 2008); o paradigma informacional valoriza os processos histórico-sociais dos usuários como elemento para acesso à informação; o paradigma informacional vincula-se às possibilidades de repensar as práticas técnicas e sociais dos centros de informação. (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Diante dessas características, percebemos, em verdade, que o paradigma informacional apresenta uma fundamentação nascitura histórica e científico-social diferente do paradigma da coleção, o que prevê não uma ruptura entre paradigmas, mas uma ampliação conceitual na inquisição lógica de que o paradigma da CI está (ou deve estar) permanentemente vinculado à tensão científica como forma de dinamizar alguns pressupostos teóricos, epistemológicos e pragmáticos. Todavia, Nehmy et al. (1996) defende que há uma inviabilidade de processar um paradigma geral na CI como sendo uma macro-teoria que comporte todo e qualquer juízo de informação, posto que a própria dispersão das correntes informacionais conota um intenso olhar de conflito científico. Em outras palavras, parece ser inviável que a CI formule seus fundamentos teórico-epistemológicos pautados majoritariamente na concepção de paradigma (WERSIG, 1993), haja vista que o paradigma informacional apresenta mais um imponente discursivo e reflexivo mediante a pretensa demarcação científica.

Um dos grandes desafios da CI na produção dos estudos em informação é a obtenção de um equilíbrio teórico-epistemológico entre o generalismo paradigmático e o relativismo epistêmico-hermenêutico a fim de que a área não se constitua em um unificador reducionista, mas também não exulte em uma infinidade de terminologias modista e deformativamente apropriadas. (CRONIN, 2008). Salientando que esse equilíbrio não é uma forma de padronizar a área, mas de reconhecer a necessidade de fundamentos mais sólidos para consecução de um reconhecimento mais amplo que permitam diálogos densos, tensos e críticos com conceitos, terminologias e áreas do conhecimento diversas.

Destarte, é possível delinear que a configuração do termo paradigma não apresenta em si um conceito de informação na CI, mas um conjunto de enunciados promotores de um demarcacionismo científico para este campo do conhecimento, visando contribuir direta ou indiretamente para construção conceitual. A figura a seguir elucida as incidências do paradigma da CI sobre possíveis intercorrências conceituais de informação:

**Figura 3 - Processo de paradigmas e conceitos de informação na CI**



**Fonte:** elaborada pelo autor.

Diante da figura exposta, podemos verificar que:

- a) o primeiro quadro da figura revela que a investigação científica segue de forma promissora um processo de construção baseado na relação fato/realidade – problematização – reflexão e solução. Essa conduta científica conota fundamentos de uma prática dialética que busca a transformação da realidade, conforme indica Cheptulin (2004) a proposição de diálogos que primem pela tensão e qualidade científico-ontológica;

- b) o segundo quadro da figura indica precisamente pontos relativos à realidade da CI que se instituem como fundamentos empíricos e teóricos que contribuem diretamente para a composição do estatuto epistemológico da área. Podem ser destacados como pontos essenciais da realidade empírica da CI na fundamentação demarcacionista: organização, representação e recuperação da informação (inclui sistemas de classificação, indexação, tesouros...), fontes de informação gerais e especializadas contemplando guias, portais temáticos e outros aspectos, estudos quantitativos e qualitativos de usuários, estudos métricos de informação, estudos históricos da informação e da CI, estudos sobre documentos, estudos críticos e epistemológicos, estudos sobre políticas de informação e comunicação científica, análise de domínio na cognição profissional e inteligência artificial, gestão e tecnologias da informação. (HJØRLAND, 2002);
- c) o terceiro quadro favorece o pensamento de que a concepção de objeto de estudo e paradigma da CI são dois grandes demarcadores da área. A diferença é que o primeiro representa o discurso operacional da área contextualizando-o as prospecções técnico-científicas, enquanto o segundo parece se firmar como uma espécie de “guarda-chuva” definicional/adequacional que abarca os estudos empíricos, teórico-epistemológicos e conceituais na CI;
- d) quanto ao quarto quadro verificamos que a construção do conceito de informação deve ser efetivada na relação entre a CI e o mundo objetivo, sendo o paradigma um dos componentes demarcativos que aproxima a teoria (conhecimento) da prática (ação) informacional, atentando para o fato de que a construção conceitual de informação deve ser composta a partir do real/concreto ou das configurações sociais, materiais e históricas. (SILVA, 2013a);
- e) o paradigma revela uma heurística histórico-social que define os processos de atuação/investigação da CI permitindo, por conseguinte, pensar perspectivas conceituais de informação e ratificar que, embora intrinsecamente concatenados e passível de diálogos diretos, o conceito de paradigma é anterior ao conceito de informação na CI, haja vista que a concepção de paradigma se apresenta preliminarmente como um modelo característico para refletir a realidade da área engendrando subsídios para formulação de conceitos;
- f) alguns cientistas desenvolveram conceitos de informação na CI que são encaixados no paradigma físico (SHANNON; WEAVER, 1949), cognitivo (DE MAY, 1977; BROOKES, 1977; 1980; BELKIN, 1980; INGWERSEN, 1992) e social

(HJØRLAND; ALBRETSCHEN, 1995; HJØRLAND, 2002; CAPURRO, 2003) ou mesmo para além da concepção de paradigmas, o que comprova ser o paradigma um fundamento demarcativo definicional/adequacional e/ou construtivo-mediacional;

- g) o paradigma na CI incide sobre o conceito de informação a partir dos seguintes vieses: os paradigmas físico, cognitivo e social presumem um conjunto de enunciados gerais que aludem referências a elementos do conceito de informação; o(s) paradigma(s) na CI se constitui em possíveis características dos conceitos de informação; e o conceito é um resultado de elementos que se articulam numa unidade estruturada que evidentemente não pode ser reduzida a noção da tradição paradigmática, embora seja pertinente destacar a importância do paradigma na CI como pressuposto demarcativo/enunciativo. (DAHLBERG, 1978);
- h) é preciso rejeitar, em caráter preliminar, a realidade pensada à posição objetiva do conceito de informação, pois a condição objetiva da informação como fenômeno de transgressão só pode ser efetivada através da prática ou, de outro modo, em um intenso diálogo que parte do cotidiano social. (OLIVEIRA, 2004);
- i) em suma, o conceito, incluindo de informação, não é uma etapa inicial ou preliminar na CI (ou em qualquer área do conhecimento), mas um fundamento representacional parcial ou total da realidade científico-social e profissional. Daí, mais uma vez justificamos o fato do conceito de informação na CI não ser único, bem como demarcado em um fenômeno generalista e cumulativo como ocorre com o conceito de paradigma na CI e muito menos ser visto como princípio, mas como resultado de um conjunto de problematizações e reflexões advindas da realidade da área.

Dessa forma, entendemos que a estrutura gestada (ver figura 1 acima) para pensar as relações entre o paradigma na CI e o conceito de informação é uma maneira mais apropriada para ampliar as focalizações teórico-epistemológicas da CI de maneira integrada superando a concepção reducionista de que os fundamentos da área devem natural ou necessariamente adequar-se à realidade do paradigma ou que as fundamentações da CI e do conceito de informação só podem ser elucidadas se estabelecidas no âmbito do paradigma.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Observamos que a própria concepção de objeto da CI e da complexidade informacional na contemporaneidade permite revelar que a fundamentação teórico-epistemológica não está vinculada apenas a noção de paradigma, mas a uma realidade muito mais premente de ser investigada por outros pontos de vista em tessituras científicas, humanas e técnico-pragmáticas.

O fato é que independente das apropriações conceituais deformativas (BACHELARD, 1996) do conceito de paradigma, os grandes pesquisadores da CI desenvolvem perspectivas conceituais de informação considerando a realidade potencializada do insumo paradigmático que envolve este campo do conhecimento, embora a pretensão desta pesquisa não seja de encaixar conceitos de informação na CI em paradigmas, mas em superar esse reducionismo epistemológico e firmar uma contextualização científica, humana e técnico-pragmática da informação na CI (estes três pontos serão reflexões centrais nos terceiro, quarto e quinto capítulos do referencial teórico, respectivamente).<sup>32</sup>

### 3.2 DAS MÚLTIPLAS PENETRAÇÕES DOS CONCEITOS DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: HISTORICIDADES, PERCEPÇÕES, DIÁLOGOS E CONFRONTOS

A composição do título deste tópico que indica a formação contemporânea dos conceitos de informação na CI é imanente às diversas perspectivas teórico-conceituais de informação formuladas na trajetória da CI que superam radicalmente a impressão de que o conceito de informação é único, bem como definem profundas dispersões epistemológicas das travessias informacionais, especialmente pela larga configuração ocorrencial de informação que é comumente confundida como um conceito quando, em verdade, a ocorrência (de informação) é fenômeno anterior e muito mais superficial que o conceito.

A pluralidade interlocucionista dos conceitos de informação está bem representada no pensamento de Day (2008) quando ressalta que na tentativa de restaurar um contexto de produção literária, social e histórica para a “informação“, somos forçados a contabilizar os significados social, profissional e textual através dos quais a informação é produzida, apresentada e destacada como uma forma histórica. Nenhum relato histórico da informação no século XX pode escapar ao problema de como uma retórica, uma estética e, conseqüentemente, uma ideologia da informação foi capaz de moldar a história e historiografia moderna recente. O argumento não é apenas que a história da informação foi esquecida, mas também que ela deve ser esquecida dentro de qualquer “metafísica“ ou ideologia de informação, porque informação na modernidade conota uma factualidade e uma presença pragmática.

---

<sup>32</sup> A presente pesquisa não pretende subestimar a importância da tradição paradigmática da CI, mas reconhecer que não é suficientemente capaz de elucidar isoladamente todos os pontos que contribuam para formulação de conceitos na CI. Entendemos que os conceitos de informação na CI estão para além da noção de paradigma, embora não despreze suas grandes contribuições, posto que envolvem fundamentos científicos, humanos e técnico-pragmáticos que estão para além da concepção de paradigma.

Nesse sentido, a CI tem se configurado como uma importante área do conhecimento para investigar os processos informacionais em nível global e nacional, de modo que “[...] a importância de se estabelecer um conceito de informação reside em, pelo menos, endereçar qual o fenômeno estudado por essa ciência. Paralelamente, por se tratar de ciência e de método científico, é adequado possuir um conceito por meio do qual lidar com os problemas do campo [...]” (PIMENTA, 2012, p. 50).

Porém, embora plural, o conceito de informação tem sentidos que demandam um senso efetivo de profusão heurístico-hermenêutica (CAPURRO, 2003; CAPURRO; HJØRLAND, 2007) que pode ser estruturado e categorizado para além das conveniências político-institucionais e científicas dos pesquisadores contemplando indissociavelmente a maculada, mas necessária representação social do discurso científico (FEYERABEND, 2007) presente na CI.<sup>33</sup>

E quais seriam, em tese, as diferenças entre ocorrências e conceitos de informação? Etimologicamente a diferença residual entre ocorrência e conceito é que o primeiro implica em um acontecimento, circunstância fortuita ou não, ocasião e sucesso, enquanto o segundo é oriundo do latim *conceptu* que significa conter completamente, formar no interior (ou dentro de si) a formulação de uma ideia por meio de palavras a partir da representação abstrativa da realidade. (FERREIRA, 1997).

Em primeira instância, a ocorrência é referente a um entendimento mais específico de uma determinada realidade que se dá comumente de forma circunstancial ou considerando aspectos mais redutivos da realidade, enquanto o conceito prima por uma representação mais geral de uma determinada realidade. Em segunda instância, podemos empreender que a ocorrência é fruto de um contextualismo, sendo este entendido a partir das condições de verdade da atribuição de conhecimento e sentenças que negam o conhecimento variando de acordo com o contexto no qual são proferidas (DE ROSE, 2012); já o conceito é relativo a uma representação mais ampla de um determinado fenômeno considerando suas diversas possibilidades, o que poderia se configurar para além do contextualismo. Observamos que o contextualismo ocorrencial, embora esteja inserido na formação do conceito, não pode ser confundido com o conceito em si, além do que o conceito de um determinado fenômeno para

---

<sup>33</sup> A ideia é superar ao máximo a mácula existente entre o discurso representativo da ciência e a realidade social, mas reconhecendo o papel ideacional do discurso científico, pois como afirma Feyerabend (2007, p.33) “a história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraída de fatos. Também contem idéias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. Em uma análise mais detalhada, até descobrimos que a ciência não conhece, de modo algum, “fatos nus”, mas que todos os “fatos” que tomamos conhecimento já são vistos de certo modo, e são, portanto, essencialmente ideacionais.”

ser gestado precisa atribuir as pluricontextualidades existentes a fim de saber heurística e seletivamente as ocorrências pertinentes e impertinentes para construção do conceito.<sup>34</sup>

Dahlberg (1978) identifica algumas características fundamentais que tornam o conceito elemento mais significativo, elucidativo e representativo de uma realidade: o conceito é constituído de elementos que se articulam numa unidade estruturada; o conceito parte de enunciados gerais ou específicos; a formação dos conceitos se dá a partir da reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto que é fixado por um símbolo linguístico verbal ou não verbal (sinais ou conjunto de sinais independente das palavras); um conceito pode ser concebido a partir de descobertas das características de seus elementos e enunciados, ou seja, a partir de percepções analítico-sintéticas.

Podemos ainda afirmar que o conceito “é um elemento do pensamento” (WÜSTER, 1998, p. 39) e se estabelece pluridisciplinarmente, já que integra fundamentos da linguística, ciência cognitiva, filosofia, psicologia, neuropatologia, sociologia e etnologia (CABRÉ, 2000).

Diante das condições concebidas, atribuímos as seguintes relações e diferenças entre conceito e ocorrência, conforme indicado no quadro que segue:

**Quadro 8 - Diferenças e relações entre ocorrências e conceitos**

Ocorrências	Conceitos
É concernente a um acontecimento ou circunstância	É concernente a um processo de representação e (re) significação dos acontecimentos, conforme a realidade estudada
São baseados em contextos particularizados e comumente dispersivos	São baseados em uma unidade estruturada
É relativo a um conjunto de enunciados	É relativo à significação dos enunciados considerando a realidade do fenômeno estudado
É referente a uma identificação da realidade	É referente a uma concepção analítico-sintética e crítica da realidade
A ocorrência é fundamento primário de diálogo com uma determinada realidade	O conceito é resultado de um conjunto de fatores sociais e históricos, incluindo as ocorrências de uma realidade
É contextual	É uma representação geral da realidade e considera acepções pluricontextuais
Está relacionado a um resultado a ser atingido/alcançado	Está relacionado ao resultado propriamente dito (exitoso ou não)

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

<sup>34</sup> Não temos o objetivo de diminuir a concepção de contextualismo, de modo que o consideramos necessário na abordagem epistemológica, especialmente pela sua condição variante de padrões para construção de determinadas ideias (UNGER, 1984), mas mostrar que a formação de ocorrências é baseada a partir de conveniências contextuais específicas que tornam a abordagem sobre um determinado fenômeno particularizada. Entender o conceito de informação, por sua vez, demanda uma contextualização mais ampla e que contemple a realidade geral de um determinado contexto.

Diante do quadro, podemos presumir algumas questões gerais concernentes às ocorrências e conceitos de informação:

- a) diante da infinidade de conceitos de informação concebidos ou propostos, seja na CI, seja em outras áreas do conhecimento, muitos são, em verdade, ocorrências, haja vista a convergência com as características ocorrenciais apresentadas no quadro;
- b) as ocorrências de informação, a partir de captações e apreensões da realidade, auxiliam na construção de conceitos de informação;
- c) a ocorrência e o conceito de informação são comumente ligados a seletividades convenientes a realidade do pesquisador; a diferença é que a ocorrência de informação está vinculada a contextos específicos e possui a finalidade de afirmar ou negar elementos que satisfaçam os procedimentos teórico-metodológicos e empíricos de uma investigação, enquanto o conceito prima por prezar diversas possibilidades histórico-sociais a fim de delimitar uma representação com o máximo de contiguidade a realidade investigada;
- d) a ocorrência de informação parte da adequação da realidade aos procedimentos teórico-metodológicos e/ou de delimitações particularizadas buscando a identificação de fenômenos da realidade; já o conceito de informação parte de um diálogo profícuo entre realidade e acepções teórico-metodológicas e empíricas, visando extrair uma síntese elucidativa (e não apenas identificadora) da realidade;
- e) na CI, por exemplo, nos estudos sobre gestão e/ou tecnologias de informação, há a formação de um conjunto de ocorrências que identificam perspectivas potenciais em informação, todavia, a ocorrência não explica o fenômeno, mas subsidia elementos para pensar o fenômeno investigado no âmbito da gestão e tecnologias de informação; o conceito se configura precisamente na análise, interpretação das ocorrências e de outros instrumentos teórico-metodológicos e empíricos referentes à realidade investigada, visando à constituição perceptiva do conceito de informação a partir dos estudos sobre gestão e tecnologias de informação;
- f) a ocorrência de informação reside na configuração seletiva de dados sobre a realidade e o conceito de informação é concebido a partir desses dados seletivos ocorrenciais (FLORIDI, 2005);
- g) em suma, ocorrência e conceito de informação são complementares, mas com significados e finalidades diferentes.

Entendemos que o conceito de informação na CI deve passar por um criterioso procedimento analítico-explicativo considerando, por um lado, a visão de

cientistas/bibliografias e, por outro, algumas concepções teórico-epistemológicas, como a Teoria Matemática da Comunicação (SHANNON; WEAVER, 1949), percepções cognitivas e construtivas de informação, além da concepção relacional entre informação-documento e informação-mensagem-conhecimento.

É preciso destacar ainda que o conceito de informação na CI, no âmbito de uma criteriolgia epistêmica, tem sua configuração mais elucidativa no âmbito das tessituras histórico-sociais, de sorte que “[...] a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro [...]” (HOBSBAWM, 1998, p. 50), justificando o fato de que o conceito de informação não é somente uma narrativa e seletiva constituição de dados e ocorrências, mas um construto histórico que simboliza diálogos produtivos e prementes com a realidade social.

Neste contexto, identificamos alguns indícios que valorizam a concepção histórico-social do conceito de informação na CI: o primeiro é referente à relação entre informação e documento; o segundo é relativo às relações entre informação, mensagem e conhecimento; o terceiro está associado à transmissão de mensagens (teoria matemática da comunicação); já o quarto compreende o ideário histórico dos conceitos de informação na CI, desde a década de 1960 até os dias atuais, considerando as implicações cognitivas, sociais e tecnológicas e as influências de correntes teóricas/áreas do conhecimento e/ou estudiosos para o desenvolvimento de conceitos de informação na CI.

A ideia, com essa estruturação lógica, não é de criar uma história linear do conceito de informação, mas, ao contrário, contemplar possibilidades dialógicas diversas em que a informação pode ser situada, visando conceber um construto ontológico-perceptivo de informação.

### **3.2.1 Da relação entre informação e documento: possibilidades de materialidade crítica da informação na CI**

Historicamente, as concepções de informação e documento apresentam grande contiguidade semântica, mas sem um amadurecimento científico mais amplo. Contudo, com o advento da Documentação em fins do século XIX e, especialmente com o advento da CI em meados do século XX, informação e documento se consolidaram como conceitos necessariamente relacionados e, por vezes, confundidos em face de suas proximidades

semânticas. É muito comum o desenvolvimento de estudos na CI que contemplem informação e documento de forma isolada ou relacional.

Embora o foco desta discussão seja vinculado à relação entre informação e documento, apresenta como ponto central as percepções da primeira a partir das variantes do segundo, pois acreditamos que é na construção da informação que a noção de documento se consolida superando a noção de uma percepção tautológica do documento ou mesmo de um utilitarismo documental.

Este utilitarismo documental apresenta filosófica e normativamente (MILL, 1968; HARSANYI, 1982) duas alternativas paradoxais: a primeira reside no fato de que o documento pode ser acessível e utilizado por todos os usuários; já a segunda postula que o documento é tratado como um objeto qualquer que, embora promova potencialmente acesso e uso para todos os usuários, não atenta para uma indicação e elucidação das possibilidades de acesso e uso do documento, causando um caráter indeterminista do documento e um prejuízo considerável nos processos de uso, apreensão e apropriação da informação. Ora, se não há uma elucidação e um diálogo em torno das diversas possibilidades de acesso e uso do documento, este perde ou minimiza o seu potencial informativo.

É preciso considerar que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 há uma espécie de “ressuscitação” dos estudos sobre documento e documentação no âmbito da CI e em profunda relação com a informação. Esse movimento é comumente chamado de neodocumentação ou redocumentalização e traz novas possibilidades de estudos e práticas documentárias a partir das percepções de estudiosos como Otlet (1934; 1996); Briet (1951); Meyriat (1981); Escarpit (1976) em consonância ou confronto velado<sup>35</sup> com estudiosos da CI, em especial, Buckland (1991) e Frohmann (2008).

Sob a perspectiva da CI, as relações entre informação e documento se dão a partir das seguintes dimensões que merecem um olhar mais minucioso: a materialidade da informação por meio do documento (visão crítica do documento) e as práticas da informação documentária que se estabelece como atividade nuclear e pragmática da CI (LARA, 2010, p. 36).

O foco de nossa reflexão é concernente à dimensão que tem conquistado destaque na CI a partir dos estudos da obra “Arqueologia do saber” de Foucault (1986) e a sua apropriação por Frohmann (2008). O interessante nessa percepção é que informação e documento passam

---

<sup>35</sup> Usamos o termo “confronto velado” em virtude de que alguns autores da CI, como Buckland, Capurro, Brookes, Belkin, Wersig... não falam diretamente em documento e sim em informação. Todavia, os discursos apresentados pelos autores permitem algumas convergências e confrontações dependendo das condições intersubjetivas das interpretações.

a desenvolver uma concatenação intrínseca na qual podemos ratificar que o documento é a materialidade da informação. Frohmann (2008, p. 21) nos revela a relação entre informação documento:

[...] se o documento nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação.

Frohmann nos instiga um conjunto de ideias essenciais que norteiam as relações entre informação e documento, a saber:

- a) a importância de Foucault para pensar a construção do documento enquanto fenômeno material, de modo que há uma preocupação na memorização de monumentos por meio de suas transformações em documentos, visando à transformação de documentos em monumentos considerando o documento em suas múltiplas rupturas e descontinuidades da história (FOUCAULT, 1986) em detrimento do documento visto como fenômeno linear;
- b) a documentação não é vista como uma disciplina e/ou campo do conhecimento, mas como um conjunto de documentos considerando suas expressões e funções materializantes no sistema social (FROHMANN, 2008);
- c) a Documentação, neste caso, enquanto campo do conhecimento pode ser vista a partir de sua inserção na CI compondo um importante campo de estudo no âmbito da informação documentária (é o segundo ponto da nossa reflexão);
- d) o documento se constitui na materialidade da informação em virtude de que apresenta os subsídios técnicos (material organizado e tratado) e humanos (permite que o usuário construa informação a partir do acesso, uso e apropriação dos conteúdos);
- e) a relação entre informação e documento é imanente, pois sem a intercorrência material (documento) a possibilidade de construção da informação perde potencial técnico e humano;
- f) poderíamos afirmar que as recorrências para formação de um novo movimento documental (neodocumentação) auxiliam no amadurecimento epistemológico dos estudos em CI, pois, ao fortalecer a relação entre informação e documento, a primeira pode ser compreendida de forma mais efetiva em seus aparatos público e social;

g) o caráter público e social da informação tem sua expressão consolidada quando se concebe uma análise crítica das diversas expressões do documento face às necessidades do usuário ou, de outra forma, os estudos de informação que reivindicam o conceito de materialidade a partir da noção de documento trazem entendimento mais amplo do caráter público e social da informação (FROHMANN, 2008).

A materialidade da informação também pode ser vista em Buckland quando trata do conceito da “informação como coisa”, “informação como processo” e “informação como conhecimento”, sendo de grande valia o primeiro conceito de informação, pois este está diretamente ligado a documentos com configuração semântica idêntica a informação. Ao falar sobre informação como coisa Buckland (1991, p. 352) atenta para algumas advertências e justificativas:

[...] ‘informação-como-coisa’, qualquer que seja o nome, tem um interesse especial relacionado a informação de sistemas, porque sistemas de informação incluem “sistemas específicos” e sistemas de recuperação podem relacionar-se diretamente com informação nesse sentido. [...] O propósito dessa avaliação de “informação-como-coisa” é: (1) Esclarecer seu significado em relação a outros usos do termo “informação”; (2) Estabelecer a regra fundamental de “informação-como-coisa” no sistema de informação; e (3) Especular o possível uso da noção de “informação-como-coisa” trazendo ordem teórica a campos heterogêneos, mal ordenados associados com a “ciência da informação”.

Reconhecemos que o conceito de informação como coisa apresenta um caráter aplicado e concreto da informação diferentemente de informação e conhecimento. Este caráter aplicado da informação como coisa é decorrente de sua significação como documento ou objeto. Logo, a informação como coisa não seria um conceito de informação propriamente dito, mas um fenômeno de materialização da informação por meio do documento.

Entendemos que a informação como coisa apresenta um caráter de informação em potencial, pois é na análise material (documento) que a informação pode ser, de fato, construída, implicando dizer que a informação como coisa seria uma atividade documentária ligada à informação que compreende processos de armazenamento e recuperação em sistemas de informação.

No entanto, a materialidade da informação destacada por Buckland é diferente da materialidade de Frohmann, pois para o primeiro a informação como coisa está vinculada a noção de evidência física em Briet, sendo que sua preocupação está centrada na face tangível da informação, sem a qual não seria possível exercer a atividade da documentação. (LARA, 2010, p. 47). Embora o próprio Buckland (1991) ressalte a pertinência da informação como

coisa como uma contiguidade entre informação e documento, destaca as críticas concebidas a este conceito Wiener (considera que informação é informação e não um material ou energia) e Machlup (que associou a informação ao contexto da comunicação) rejeitando radicalmente a informação como coisa.<sup>36</sup>

Ao caracterizar a informação como coisa (Buckland confere como o terceiro significado de informação) a intenção é aproximar o fazer documentário das práticas de informação e a pretensão de respaldar o campo epistemológico da CI. Identificamos algumas questões do conceito de informação em Buckland e as possíveis relações entre informação e documento:

- a) a informação como coisa não aparenta ser um conceito de informação em si, mas uma das características do conceito de informação significando que Buckland apresenta um conceito de informação dividido em três esferas: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa;<sup>37</sup>
- b) uma interpretação da informação como coisa dissociada dos outros dois fenômenos informação como processo e informação como conhecimento promove a impressão de que a informação nada mais é do que uma proposta do fazer documentário;
- c) a informação como coisa, vista de forma isolada, pode apresentar uma característica reducionista da noção de documento como se fosse apenas um objeto físico e não um elemento material que confere caráter público e social à informação (FROHMANN, 2008);
- d) a informação como coisa menciona um caráter material da informação a partir do documento pelo seu processo tangível, ao passo que a informação como processo e informação como conhecimento apresentam caráter intangível (BUCKLAND, 1991);
- e) Buckland parece conceber uma apropriação crítico-analítica dos conceitos de informação no paradigma cognitivo da CI quando a entende como aquilo que modifica estruturas (BELKIN, 1980), assim como do conceito de transmissão de sinais de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1949);

---

<sup>36</sup> Machlup (1983, p. 642) afirma que “o nome ‘informação’ tem essencialmente dois tradicionais sentidos... Aquilo que (1) informe sobre algo ou (2) que esteja sendo informado são também analogias e metáforas ou resultado de uma trama para a desculpa da apropriação de uma palavra que não tem sentido para os novos usuários.”

<sup>37</sup> Para Buckland (1991, p. 351) a informação como processo ocorre “quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado”, enquanto que “a noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de informação como conhecimento. Às vezes informação aumenta a incerteza.”

- f) todavia, no caso do conceito de transmissão de sinais para possíveis mensurações e, por conseguinte, redução de incerteza Buckland (1991) discorda de Shannon e Weaver alegando que a informação pode aumentar a incerteza;
- g) ao mencionar o aumento de incerteza, Buckland diverge do paradigma físico da CI e busca, mesmo que inconscientemente, uma aproximação com o paradigma social atentando que a informação é gestada no diálogo e que a incerteza não necessariamente é um fenômeno negativo, mas uma possibilidade de apreensão do domínio de informação na CI (HJØRLAND, 2002) e de múltiplas perspectivas hermenêuticas da informação (CAPURRO, 2003);
- h) o grande problema é que Buckland apenas apresenta indícios superficiais (e aparentemente não-intencionais) do caráter social da informação na CI, o que torna a noção de materialidade da informação eminentemente limitada e um valor mais restrito do documento e do fazer documentário.

Acima de tudo, podemos afirmar que a concepção de materialidade da informação no contexto do documento, se não resolve, pelo menos corrobora para dirimir o mal-estar político-institucional e acadêmico entre a Documentação e a CI, tão vigente desde a década de 1960, haja vista que esta pode abarcar os estudos sobre aquela sem prejuízo nas relações disciplinares e com benefícios na constituição pensada à realidade objetiva entre informação e documento fortalecendo o viés epistemológico da informação na CI, assim como deliberando novas possibilidades pragmáticas e sociais de informação.

Nesta pesquisa, propomos também pensar a relação entre informação e documento no âmbito da materialidade contemplando a teoria marxiana (e extensivamente marxista) do materialismo histórico-dialético. Materialismo histórico por conta das possibilidades de estudos filosóficos e materialismo dialético pela abordagem científica do documento. O materialismo histórico-dialético da informação no âmbito do documento pode ser contextualizado no discurso de Marx e Engels (1984, p. 15) quando afirma:

[...] a pesquisa deve dominar a matéria até o detalhe; analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima que existe entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que o movimento real pode ser adequadamente exposto. Quando se consegue isto e a vida da matéria se reflete no plano ideal, seu resultado pode até parecer alguma construção a priori.

Ao inserir a dialética como método em uma perspectiva histórico-dialética, Marx mostra, por um lado, uma oposição e uma inversão da dialética hegeliana (dialética idealista) e, por outro lado, que a pesquisa (científica ou não) deve se ater aos processos materiais a fim

de conhecer minuciosamente o objeto investigado, assim como compreender as relações sociais imanentes entre sujeito (pesquisador) e objeto (documento) que produzem valores através dessas relações (uma espécie de prioridade com o compromisso metodológico junto a uma pesquisa historiográfica concreta em detrimento de uma reflexão filosófica abstrativa).

Com efeito, o materialismo histórico-dialético do documento é movido por uma condição *ad causam* de seu valor que é expressamente conferido a partir do valor materializado da informação movido pelos seus condicionantes sociais. Para tanto, identificamos alguns valores do documento que confirmam seu caráter histórico-dialético e sua aproximação relacional com a informação:

- a) **valor histórico-mediacional do documento** – um documento exprime perspectivas histórico-mediacionais a partir de uma produção contextualizada temporalmente (ou multitemporalmente) por um determinado sujeito ou grupo de sujeitos em consonância ou divergência com outros sujeitos e documentos retrospectivos permitindo, por sua vez, diálogos com sujeitos ou grupos de sujeitos em um tempo prospectivo que dá ao documento um amplo potencial construtivo de informação e uma demanda latente de atualização histórica. A vantagem desse caráter histórico-mediacional do documento é que se estabelece como sendo vital, por um lado, para amadurecimento de objetos e métodos de pesquisa e, por outro, possibilita a criação de conceitos e construção de novos conhecimentos. O valor histórico-mediacional está vinculado à percepção de Escarpit (1991, p. 123-126 apud Ortega 2010, p. 61) que entende o documento “[...] como um objeto informacional visível ou palpável e dotado de uma dupla independência com relação ao tempo: a sincronia – que se refere à independência interna da mensagem, concebida não como uma sequência linear de eventos, mas justaposição multidimensional de traços –, e a estabilidade – independência global do objeto informacional, que não é um evento inscrito na passagem do tempo, mas um suporte material do traço que pode ser conservado, transportado, reproduzido.”;
- b) **valor humano do documento** – é referente aos contextos de quem, como, com qual finalidade, inspirado em quais diálogos e bibliografias escreveu o documento, visando promover uma penetração temporal entre passado e presente do documento;
- c) **valor social do documento** – é concernente ao nível de reconhecimento do documento perante a comunidade discursiva constituindo seu valor de domínio (HJØRLAND, 2002), bem como a relevância do documento para a promoção das relações sociais no seio da comunidade científica;

- d) **valor público do documento** – é relativo às diversas maneiras de acesso e uso do documento que interfere positiva ou negativamente na apreensão e apropriação da informação. O valor público do documento é semelhante ao conceito de Meyriat (1981) acerca da importância do uso do documento e do documento como suporte da informação;
- e) **valor técnico do documento** – atenta, por um lado, para os processos de produção, publicação, exposição e estrutura física do documento e, por outro lado, processos de organização, representação e tratamento do documento. Estamos focalizando todo e qualquer tipo de documento, seja bibliográfico ou documental; público ou privado; material ou imaterial; bibliográfico, arquivístico ou museístico disponíveis para acesso e uso. O valor técnico do documento está relacionado ao conceito de evidência física de Briet (1951);
- f) **valor contedístico do documento** – está diretamente associado a todos os outros fatores e defende a relevância do conteúdo daquele documento para a comunidade discursiva. Evidentemente que o valor contedístico depende, sobretudo, de quem investiga e se apropria desse conteúdo, mas busca nas descobertas revelar detalhes minuciosos para a comunidade discursiva. O valor contedístico do documento está relacionado ao conceito de Otlet (1934; 1996) sobre o documento como meio de transmissão de ideias, além de sua abordagem de conteúdo e forma.

Os valores do documento supramencionados definem o seu caráter histórico-dialético concebendo uma postura filosófica do documento (sua importância para construção da informação, cristalização de conceitos e construção de novos conhecimentos) e uma postura científica (insuflando diversas formas de abordagens do documento relacionadas ao valor público, social, humano e técnico).

Neste caso, um materialismo histórico-dialético da informação no âmbito do documento deve primar pela compreensão das diversas possibilidades de constituição do documento a qual pode ser sustentada a partir do seguinte movimento dialético: o documento como fenômeno técnico no sentido da organização e tratamento (caráter afirmativo da noção de documento); o documento como fenômeno humanístico-social no sentido de seu desempenho nos processos sociais e culturais (negação); e o documento como fenômeno epistemológico no sentido de uma reinterpretação integrada dos fenômenos anteriores constituindo uma nova característica tecnossocial do documento (negação da negação) e, por conseguinte, um momento estratégico para construção da informação.

Assim, temos a concepção de uma materialidade histórico-dialética do documento que poderia esclarecer a tensão latente na comunidade internacional da CI entre como lidar pragmaticamente com o documento e como compreender criticamente o papel do documento na sociedade e na cultura (LUND, 2009), uma vez que, a partir de uma concepção materialista histórico-dialética da informação, as duas noções de documento seriam confrontadas engendrando um novo fundamento reflexivo à realidade objetiva de caráter epistemológico.

Logo, a percepção técnico-pragmática e humanístico-social do documento não deve ser vista isoladamente, mas de forma tensionadora promovendo a chamada unidade dos opostos. Isso significa que na condição materialista histórico-dialética da informação, a noção de documento deve superar a condição metafísica de um isolamento absoluto e buscar uma absorção fluida da correlação dos fenômenos da realidade. (CHEPTULIN, 2004).

O quadro a seguir mostra as relações e diferenças entre a materialidade da informação em Foucault/Frohmann, Buckland e Marx.

**Quadro 9 - Relações/diferenças entre percepções de materialidade da informação**

<b>Foucault/Frohmann</b>	<b>Buckland</b>	<b>Marx</b>
A relação entre monumento-documento-monumento	A informação como coisa	A informação como fenômeno dialético
Imanência relacional entre informação e documento	O documento é visto como uma característica do conceito de informação	O documento pensado a partir do materialismo histórico-dialético
O caráter público social da informação é percebido através das diversas expressões do documento nos processos sociais e culturais	O documento é visto de uma forma mais reduzida como instrumento “coisificado”	O documento deve ser pensado a partir da condição dialética de caráter técnico-pragmático (afirmação), humanístico-social (negação) e epistemológico (negação da negação)

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Em síntese, é possível perceber a imanente e necessária relação entre informação e documento considerando, em especial, as concepções de materialidade da informação em Foucault (1986)/Frohmann (2008); Buckland (1991) e Marx (1984) no contexto da dialética e, mais precisamente, do materialismo histórico-dialético.

Particularmente em Foucault/Frohmann, a materialidade da informação apresenta um caráter mais consistente e fundamentado em face do discurso de Foucault e, especialmente, pela apropriação de Frohmann que aproxima o fazer documentário dos estudos em informação na CI. Já a concepção de Buckland é reduzida em virtude de que sua percepção

prioritária é investigar o conceito de informação e não estabelecer uma relação imanente entre informação e documento como ocorre em Foucault/Frohmann. No que tange à visão de Marx pensamos ser uma nova possibilidade de estudos sobre materialidade da informação no âmbito da CI contemplando os aparatos históricos e científicos analisados a partir da realidade objetiva e social do fenômeno informativo-documentário.

### **3.2.2 Relações entre informação, mensagem e conhecimento: da transmissão à dupla construção epistemológica relacional**

Não é um fato novo que o(s) conceito(s) de informação recebe(m) influências diversas de outras terminologias, como documento, dado, mensagem, conhecimento, comunicação, sabedoria e de áreas do conhecimento, seja das ciências naturais, seja das ciências sociais e humanas atentando para a ideia de que o conceito de informação é multidirecionado e pluralmente interpretativo dependendo do contexto avaliado/observado.

Todavia, esse caráter particularizado não inibe a percepção de conceito(s) de informação que abarque(m) uma generalidade científico-social (não a generalidade no sentido de absoluto e metafísico, mas uma generalidade semântico-representativa da informação em uma condição mais concreta). A informação possui semanticamente uma relação latente com as terminologias mensagem e conhecimento, sendo no primeiro caso, uma relação de cunho transmissivo e, no segundo caso, de cunho construtivo e de ação.

Informação e mensagem são termos conceitualmente confundidos em face de uma expressiva correlação. Todavia, os conceitos de informação e mensagem, embora apresentem características afins, não são idênticos, já que a finalidade com que são instituídos indica uma diferença significativa. A noção de mensagem e informação foi exaustivamente trabalhada por Niklas Luhmann em uma perspectiva comunicacional na sociedade. Luhmann pode ser considerado um marco no que se refere à elaboração de conceitos e comparações entre informação e mensagem, pois estabelece uma inter-relação direta com os sistemas sociais e culturais tomando como a teoria do sistema social de Talcott Parsons.

Identificamos uma grande contribuição de Luhmann (1997) relativa à necessidade do ser (ego) estabelecer duas seleções distintas, sendo uma da emissão (mensagem) e outra da informação, de sorte que a comunicação acontece quando informação, mensagem e compreensão são sintetizados. De forma mais clara Luhmann (1996 apud Capurro 2003, p. 3) pondera que:

[...] nós diferenciamos entre mensagem ('Mitteilung'), isto é, a ação de oferecer algo (potencialmente) significativo para o sistema social ('Sinnangebot') e informação

(‘Information’), isto é, o processo de selecionar um significado a partir de diferentes possibilidades oferecidas pela mensagem, e também compreensão (‘Verstehen’), isto é, a integração do significado selecionado com o sistema, como as três dimensões da comunicação em um sistema social.

Neste caso, há uma diferença substancial de propriedade cognitiva entre informação e mensagem: a primeira se configura na apreensão e apropriação de conteúdos a partir da realidade objetiva e/ou a informação é um processo de compreensão da realidade e/ou da mensagem lançada, atentando para um caráter coletivo de construção, enquanto a segunda se configura em uma apreensão e apropriação de caráter mais contextualista e individualista da realidade. A informação é uma construção/compreensão social e a mensagem é uma construção/pré-compreensão individual.

Desse modo, percebemos a diferenciação entre mensagem (o oferecimento de algo potencialmente significativo para um sistema social) e informação (seleção efetiva de significados que geram uma compreensão a partir de diferentes possibilidades oferecidas por uma mensagem). Podemos considerar Capurro como um dos estudiosos mais influentes da CI quando trata da relação entre informação e mensagem, principalmente pela concepção da teoria da mensagem intitulada de angelética (sinal) em comparação com a teoria da informação que chama de Hermenêutica (signo). Sobre a comparação entre informação e mensagem Capurro (2003b, p. 3) designa que:

uma mensagem é dependente do emissor, ou seja, baseia-se numa estrutura heteronômica ou assimétrica. Este não é o caso de informação: recebemos uma mensagem, mas pedimos informações. Uma mensagem supostamente traz algo novo e/ou relevante para o receptor. Este é também o caso da informação. Uma mensagem pode ser codificada e transmitida através de diferentes meios de comunicação ou mensageiros. Este é também o caso da informação, a mensagem é uma expressão que dá origem a seleção do receptor através de um mecanismo de liberação ou de interpretação.

Na visão de Capurro, informação e mensagem são correlatas e semelhantes, mas há duas características que diferenciam de modo significativo: a primeira é que a mensagem, para ser enviada, precisa necessariamente apenas do emissor, enquanto a informação necessita prioritariamente do receptor (também podemos chamar de usuário) e da mensagem enviada; a segunda esclarece que a mensagem pode ser emitida por diversos meios de cunho humano/não-humanos, físico/digital, individual/coletivo, consciente/inconsciente e a informação demanda uma apropriação inexorável do ser humano e consciente. Embora sejam diferentes, a relação entre informação e mensagem se consubstancia quando demanda um construto hermenêutico intersubjetivo.

No entanto, há uma questão de Capurro na qual discordamos que é referente ao caráter transmissivo e de transferência da informação e do processo de comunicação de modo mais amplo. A partir dessa discordância é possível pensar uma dupla construção epistemológica relacional entre informação e conhecimento reconhecendo a mensagem como fenômeno transmissível e a informação como fenômeno de autonomia construtiva e apropriativa.

Luhmann (2010, p. 293) ao perceber que tradicionalmente “[...] o conceito de comunicação se baseia na metáfora da transferência (transmissão) [...]” concebe um ajuste crítico, pois a ideia de informação como transmissão pode passar duas impressões: a primeira é de imprecisão, dado que se a informação fosse, de fato, transmitida ficaria a cabo do emissor definir o que é informação em detrimento da apreensão, apropriação e interpretação do receptor. A informação neste caso possui um deslocamento diametral e uma inversão lógico-ontológica, já que o receptor perde a autonomia e a percepção identitária de definir através do sistema autopoietico<sup>38</sup> e socializador, o que poderia ser informação para si; a segunda age como consequência da primeira, pois a informação, ao ser considerada como elemento de transferência/transmissão, é vista como um ato imperativo de **informar**, fazendo do emissor o protagonista em detrimento da autonomia do receptor. Neste caso, a informação não somente é constituída na autopoiesis do emissor-receptor (e seus entornos documentais e ontológicos) como figura no segundo a característica marcante e definicional de informação. Por isso, a informação não deve ser vista como o ato de transferência/transmissão e nem o ato de informar, mas o processo autopoietico e o fundamento ontológico do informar-se que é relativo ao receptor diferentemente do informar que seria vinculado ao emissor.

O quadro a seguir revela algumas relações entre informação e mensagem:

**Quadro 10 - Relações e diferenças entre informação e mensagem**

<b>Informação</b>	<b>Mensagem</b>	<b>Condição</b>
Essencialmente construtiva	Essencialmente transmissiva	Diferentes
Traz algo novo	Traz algo novo	Semelhantes
Essencialmente interpretativa	Essencialmente indicativa	Diferentes
Necessita de emissor e receptor	Necessita do emissor	Diferentes
Dialógico	Imperativo	Diferentes
Buscam a construção do conhecimento	Buscam a construção do conhecimento	Idênticas
Sempre socializadora	Pode ser individual ou socializadora	Diferentes, mas com algumas semelhanças
Parte da realidade objetiva	Parte da realidade objetiva	Idênticas

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em Luhmann (1997; 2010) e Capurro (2003).

<sup>38</sup> A autopoiesis em Luhmann só pode ser vista a partir de um sistema comunicacional no plano social e nunca individual.

Observamos que no contexto majoritário há diferenças entre informação e mensagem. Essas diferenças não buscam minimizar a importância da mensagem no processo comunicativo, mas promover a informação uma clareza conceitual mais ampla voltada essencialmente para um fenômeno autopoietico.

Já a relação entre informação e conhecimento é caracterizada de forma mais enfática nos estudos em CI, precipuamente pela ampla concepção conceitual do termo conhecimento nas mais variadas áreas que influenciam as pesquisas na CI (Filosofia, Sociologia, Comunicação, Linguística, Psicologia, entre outras).

Contudo, não podemos afirmar que a relação entre informação e conhecimento é naturalmente constituída, pois pensar o que denominamos de uma **dupla construção epistemológica relacional** entre ambos demanda uma realização. Superar a ideia da inserção e relação natural de terminologias e conceitos na CI é uma forma de superar a apropriação acrítica, na qual diversos conceitos têm sido estabelecidos na área, muitas vezes de forma forçosa e inconsistente (paradigma, interdisciplinaridade, mediação, epistemologia, etc.).

Barreto (2002, p. 1) acredita que a relação entre informação e conhecimento só é realizada “[...] se a informação for percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio de desenvolvimento, consciente consigo mesmo e dentro do mundo onde se realiza a sua odisseia individual.”

Sem a pretensão de criar um reducionismo cognitivo destacamos a relação entre informação e conhecimento a partir de Wersig (1993, p. 233) ao qual afirma que “[...] informação é conhecimento em ação [...] como algo que serve de apoio a uma ação específica em uma situação específica” e Buckland que ao ver a informação como conhecimento como uma das características do conceito de informação enfatiza que é o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias [...]” (OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1989, p.944 apud BUCKLAND, 1991, p. 351).

Interpretando o conceito de Wersig, consideramos que não somente a informação, mas também a mensagem promove ação ao conhecimento. A diferença é que a ação movida pela mensagem é de cunho transmissivo e a ação movida pela informação é de cunho apreensivo e apropriativo.

Quanto ao conceito de Buckland, é pertinente considerar que não somente a informação em si é um conhecimento comunicado, mas também a mensagem e a materialidade da informação (documento) do mesmo modo exprimem etapas/fatores para efetivação de um conhecimento comunicado.

A interpretação concebida dos conceitos justifica o subtítulo deste tópico “da transmissão a dupla construção epistemológica relacional”, haja vista que a mensagem possui o caráter transmissivo e o conhecimento/informação possuem condições construtivas. Todavia, a construção da informação é diferente e mais específica do que a construção do conhecimento, embora sejam essencialmente relacionais.

E como se dão as relações entre informação, mensagem e conhecimento em um processo comunicativo? Em primeira instância é preciso considerar que essa relação triádica pode ocorrer de variadas formas.

Apresentamos três possibilidades de fluxos relacionais: a primeira é de caráter linear e demonstra a mensagem como caráter transmissivo; a segunda demonstra fundamentos construtivos da informação e a terceira a construção do conhecimento. Nos três casos, a participação de informação, mensagem e conhecimento é definida, conforme sua pertinência e relevância contextual (ou pluricontextual).

**Figura 4 - Processo linear da mensagem**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

No processo linear, a mensagem é vista como um mediador entre o conhecimento produzido e a informação a ser apropriada/compreendida. Nesse processo linear a mensagem pode ser imperativa, indicativa ou opcional (CAPURRO, 2003, p. 3) apresentando uma configuração arbitrária ou alternativa justificando o fundamento transmissivo da mensagem.

A realidade objetiva, mesmo em caráter linear, deve ser dialogada diretamente com o conhecimento produzido, mas nem sempre essa vinculação ocorre na emissão da mensagem, já que, ao se instituir como arbitrária ou alternativa, a mensagem pode indicar procedimentos de manipulação que satisfazem mais os interesses do emissor do que as necessidades do receptor.

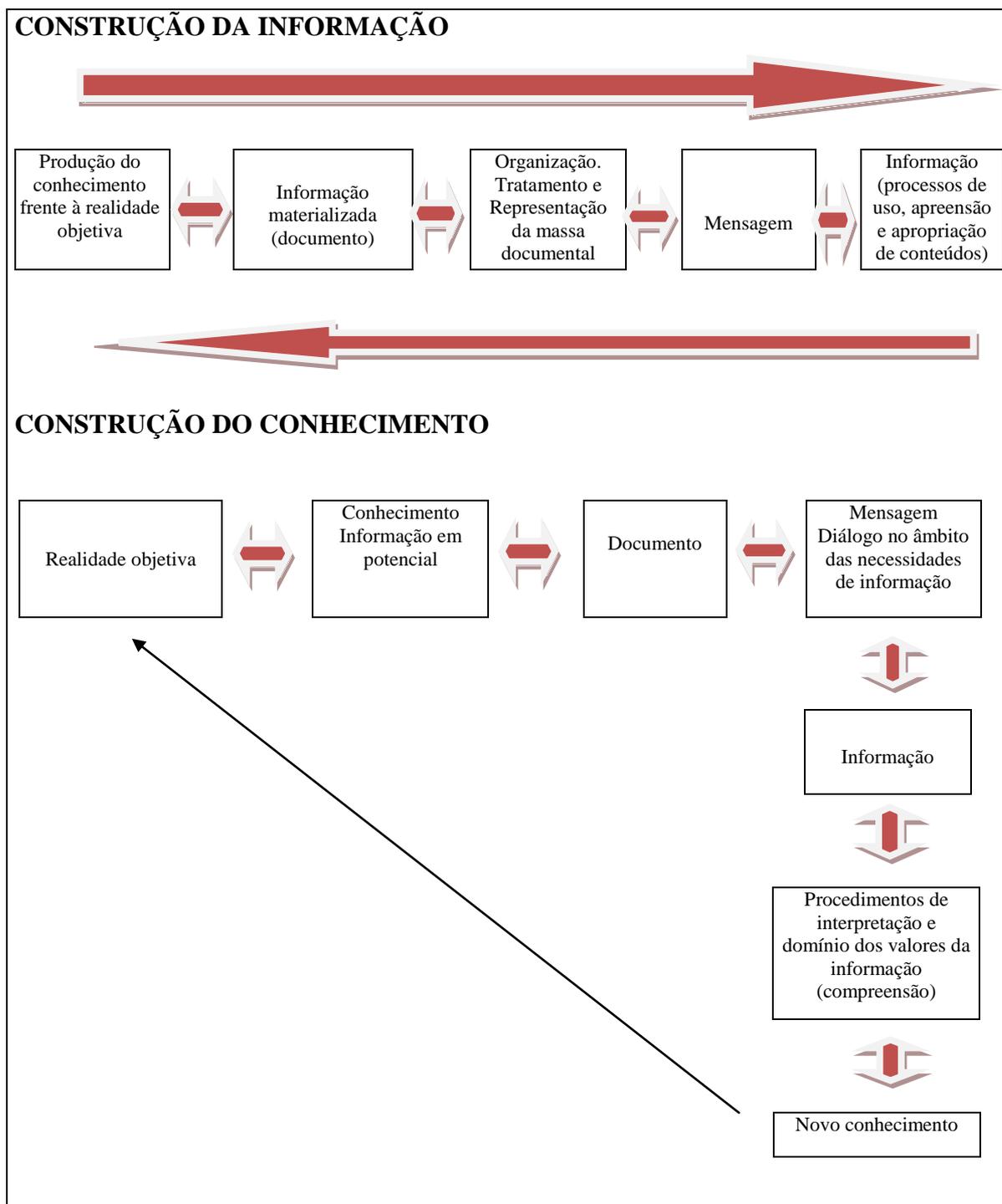
Linearmente, o emissor está mais preocupado com uma emissão aleatória da mensagem do que a interpretação do conhecimento ligado à realidade objetiva e o diálogo com o receptor. Por isso, o caráter linear da mensagem não contempla as possibilidades dialógicas de construção da informação, pois está focalmente centrado na emissão em

detrimento do processo de recepção. De outro modo, o caráter linear da mensagem atende ao discurso do “ato imperativo de informar”.

Em um processo antilinear a mensagem deve primar, sobretudo, por um caráter dialógico com o receptor a fim de que a mensagem atue como instrumento mediacional entre o conhecimento e as potencialidades do informar-se, valorizando uma intercorrência autopoietica e autônoma do receptor na construção de um novo conhecimento.

A figura que segue, indica a dupla construção epistemológica mostrando como as centralidades da informação e do conhecimento favorecem uma mensagem emitida de forma mais dinâmica e voltada para uma mediação socializadora respeitando olhar do receptor.

**Figura 5 - Dupla construção epistemológica relacional**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Na Figura 5, temos a dupla construção epistemológica relacional. Dupla construção em virtude de que informação e conhecimento possuem interfaces essencialmente construtivas que valorizam o processo comunicacional. Relacional porque a construção da informação e do conhecimento se dá em uma autopoeisi interdependente, já que ambos fazem parte das construções epistemológicas concebidas.

A construção da informação está fundamentada em três pilares relacionais: a construção do conhecimento em face de uma realidade objetiva, o documento e seus postulados de tratamento/organização e a mensagem. A significação desses elementos de forma integrada favorece um olhar de informação compreensivo.

Na construção da informação e do conhecimento, observamos uma postulação sócio-interacionista. Na visão de Vygotsky (1998) a interação que promove a constituição do sujeito é baseada em tudo aquilo que esteve anteriormente no âmbito social. Isso significa dizer que a partir do movimento da internalização, o sujeito se apropria do que existe no meio externo através da mediação de signos apropriados na relação com outros para promover a internalização.

Outra semelhança entre ambas as construções está na valorização do usuário como elemento vital para o alcance de objetivos, em especial, as necessidades de informação que devem ser analisadas e internalizadas para possíveis satisfações. Silva (2012, p. 106-108) analisa que as necessidades de informação compõem parâmetros determinantes na formação/construção da informação e do conhecimento considerando a evidência dos seguintes processos:

- a) **processos históricos e cronológicos** – Necessidade imediata de informação – é aquela necessidade sentida pelo indivíduo/usuário em um momento específico que demanda uma satisfação pontual e rápida; Necessidade mediata de informação – é aquela necessidade sentida pelo indivíduo/usuário que vai sendo amadurecida a partir de um processo histórico;
- b) **processos humanos** – Necessidade individual de informação – é aquela necessidade sentida de uma reflexão do indivíduo/usuário em que muitas vezes não sabe precisamente de onde foi constituída, mas simplesmente percebida e que precisa ser satisfeita; Necessidade coletiva de informação – é aquela necessidade percebida por um grupo de pessoas ou comunidade de usuários simultaneamente ou não;
- c) **processos psicossociais** – Necessidade consciente de informação – é aquela necessidade que o indivíduo/usuário sabe onde, quando, como e/ou porque foi percebida, bem como onde, quando, como e/ou porque poderá/deverá supri-la. Necessidade inconsciente de informação – é aquela necessidade que o indivíduo/usuário não identifica de forma direta ou mesmo que sente, mas não contextualiza de forma efetiva onde, quando, como e/ou porque ocorreu, o que dificulta suas perspectivas de satisfação);

d) **processos institucionais e pedagógicos** – Necessidade interativa entre centro de informação e comunidade – neste plano, considerado mais geral, podem-se apresentar duas necessidades que devem buscar uma adequação. A primeira necessidade reside em ser reconhecida perante a comunidade por meio de sua atuação – serviços propostos, planejamento desenvolvido, estratégias de marketing, estrutura física, aparato tecnológico, etc. – e a comunidade tem uma necessidade de construir informação a partir da atuação do centro de informação que, em muitos casos, se configura como uma necessidade de inconsciente, haja vista que o usuário pode admitir a necessidade, mas não vislumbrar em um centro de informação a possibilidade de contribuição para resolver essa necessidade; Necessidade interativa entre usuário e profissional da informação – neste plano, considerado mais específico e materializado no âmbito das relações/interações sociais, o papel do profissional da informação é crucial, pois é a partir dele que as ações do centro de informação permitirão aguçar e satisfazer as necessidades de informação dos indivíduos/usuários.

Observamos as inúmeras possibilidades e contextos que envolvem a construção da informação e do conhecimento contemplando aspectos temporais (históricos), individual/coletivo (humanos), consciente e inconsciente (psicossociais) e profissionais/intelectuais (pedagógico-institucionais). Há o momento da apropriação que promove a autorreflexão (consciente), mas isso não significa dizer que o sujeito possui controle absoluto da informação, pois há momentos em que a apropriação também é inconsciente.

E onde residem as diferenças entre a construção da informação e do conhecimento considerando que suas etapas apresentam indícios semelhantes e perspectivas construtivas e sócio-interacionistas? Consideramos 8 (oito) questões:

1. é preciso ponderar que a construção do conhecimento é mais complexa e ampla do que a construção da informação, pois agrega mais propriedades sociais, conteudísticas e empíricas;
2. a construção da informação demanda um olhar mais voltado para os possíveis diálogos com o conhecimento no âmbito da realidade objetiva, a materialidade da informação a fim de que a díade informação-mensagem estabeleça um diálogo horizontal permitindo ao receptor um processo de apropriação mais autonomamente decisório e menos arbitrário, enquanto a construção do conhecimento abstrai um olhar mais cauto da realidade objetiva para formar elementos subsidiários do conhecimento (este é visto como informação em potencial) identificando o caráter

aplicado do conhecimento. Para que esse conhecimento/informação em potencial seja desenvolvido é fundamental observar as concepções documentais e mensagens emitidas para concepção de informação direcionando para um novo procedimento de interpretação e análise de domínio da informação (efetivação da compreensão). Somente após essa compreensão é possível que o receptor construa um novo conhecimento;

3. a construção da informação parte do conhecimento e da realidade objetiva e termina na compreensão de si mesma e o conhecimento parte da realidade objetiva e de si mesmo e termina com um novo conhecimento engendrado deliberando potencialmente novas realidades objetivas;
4. na construção da informação, as grandes setas superior e inferior indicam que o processo não é linear, mas dialógico, dado que a informação, quando construída pelo receptor, deve contribuir para repensar a materialidade da informação (documento), os procedimentos para emissão da mensagem e, por conseguinte, indicar percepções para construção do conhecimento. Em outras palavras, as setas indicam que a construção da informação se dá no desiderato de reciprocidade;
5. observamos que o principal primado da informação é auxiliar dialogicamente na construção do conhecimento, sendo preponderante o olhar sobre a mensagem (como é constituída) e as necessidades de informação do receptor, de modo o êxito ou infortúnio do receptor na construção da informação pode acarretar o sucesso ou adversidade da construção do conhecimento e, por conseguinte, uma falha no encadeamento comunicacional;
6. na construção do conhecimento, a mensagem recebe uma nova configuração, pois não se vale mais apenas de uma emissão a esmo, mas de uma emissão pautada nas necessidades de informação do usuário. Neste caso, informação e mensagem designam um caráter relativamente metonímico, já que a mensagem lançada no âmbito da compreensão de uma necessidade de informação é orientada diretamente para uma construção da informação pautada na autonomia do receptor corroborando para a produção de um novo conhecimento;
7. novamente na construção do conhecimento, a etapa concernente à compreensão (procedimentos de interpretação e domínio dos valores da informação) demanda um momento de autorreflexão (internalização) para que um novo conhecimento seja construído. É o que podemos chamar de isolamento compreensivo fundamental ou como nomeia Ricoeur (1976) a solidão fundamental para que o receptor possa

estabelecer as heurísticas mentais necessárias que foram desenvolvidas durante todo o processo para formular um novo conhecimento;<sup>39</sup>

8. o conhecimento é entendido aqui por dois vieses, conforme sintetiza Zagzebski (2012, p. 182-183): o primeiro é mais específico e diz que o conhecimento é crença resultante dos atos de virtude intelectual (virtude entendida a partir de uma disposição que deve explicar o componente motivacional do ser, assim como um ato inexoravelmente coletivo e em comum que define a marca comportamental de determinados indivíduos com a virtude e a união desses dois aspectos que incide sobre o êxito na construção do conhecimento); e o segundo, de modo mais amplo, define o conhecimento como o contato cognitivo com a realidade resultante dos atos de virtude intelectual.

As relações entre informação-documento e informação/mensagem/conhecimento abordadas nos dois tópicos anteriores encaminham possibilidades de análise e elucidação sobre os conceitos de informação na CI.

### **3.2.3 A Teoria Matemática da Comunicação na Ciência da Informação: propondo uma nova relação entre sujeitos da informação**

Informação e conhecimento percorreram caminhos paradoxais e relacionais no construto histórico-gnosiológico e epistemológico. Paradoxais em face de que o conhecimento foi amplamente pensado historicamente a partir da Filosofia e das ciências contemporâneas, como Sociologia, Antropologia, Psicologia..., enquanto a informação esteve mais voltada como insumo quantitativo, técnico e matemático que dá respaldo ao processo comunicacional. Relacionais, em particular, no período contemporâneo (em fins do século XIX até os dias atuais) quando a informação, juntamente com o conhecimento, conforme evidencia Scotti (1999) passa a ser elemento decisivo para o desenvolvimento social, político e econômico das nações.

Evidentemente que o eixo mais relevante nesta pesquisa, conforme demonstrado no tópico anterior, acerca das relações entre informação, mensagem e conhecimento é o contexto

---

<sup>39</sup> Ricoeur esclarece que é preciso a superação da solidão fundamental no ato comunicativo, pois, embora a experiência não possa ser transmitida/transferida, é passível de ser comunicada, sendo vital a interação entre os indivíduos para tal intento comunicativo. Vale ressaltar que em todo o processo de construção do conhecimento e até mesmo da informação de forma menos intensa é necessário “[...] estar junto, enquanto condição existencial da possibilidade de qualquer estrutura dialógica do discurso, surge como um modo de ultrapassar ou de superar a solidão fundamental de cada ser humano.” (RICOEUR, 2000, p. 27), mas é preciso um momento de solidão (por isso chamada de fundamental) para reflexão do “altivo silêncio” do receptor.

relacional, pois é com a inserção do conceito de informação nas ciências humanas e sociais que a margem para observar uma informação mais reflexiva do ponto de vista ontológico e científico se consolida. A prova disso é a necessidade da criação/desenvolvimento de uma ciência para estudar os diversos contextos da informação que é a CI.

Todavia, não podemos desprezar as diversas influências das representações científicas da informação oriundas desse contexto matemático, haja vista suas interferências sobre o conceito de informação até os dias de hoje e os diálogos convergentes-divergentes-complementares entre os conceitos de informação nas ciências naturais e humanas/sociais.

A teoria da informação como conceito exponencialmente oriundo na ciência contemporânea tem se caracterizado em torno de três grandes vertentes: a questão quantitativa, estatística e matemática da informação norteadas pela transmissão de sinais (teoria de probabilidade informacional); os processos de significação da mensagem e a consequente produção da informação; as relações causais e consequenciais entre a transmissão de sinais e o significado da informação como processos interrelacionados.

A discussão, neste tópico, é focalizada na primeira grande vertente que se refere à transmissão de sinais atinente a matematização da informação. Embora a teoria da informação tenha se “popularizado” a partir do artigo de Shannon (1948) e a transformação deste artigo em livro com algumas adaptações por Shannon e Weaver (1949) é precipitado falar na teoria da informação oriunda desses autores e muito menos considerar que a teoria da informação apresenta apenas o viés da transmissão de sinais.

É possível aferir alguns conceitos iniciais de informação pelo viés de matematização como Fisher (1925) que fala sobre a quantidade de informação a ser distribuída em uma observação relacionada a probabilidade (representada por  $P$ ) de uma observação cair em uma classe qualquer designa que a quantidade de informação é a expectativa em qualquer classe. Outro estudioso matematizador da informação é Hartley (1928, p.54) quando destaca que “o que temos feito, então, é tomar como medida prática de informação o logaritmo do número de sequências possíveis de símbolos”.

Ambos os estudiosos estabelecem uma espécie de anunciação sobre uma representação matemática da informação semelhante aquilo que Shannon propôs e que ficou reconhecido como Teoria Matemática da Comunicação (TMC) dando a Shannon o título de “pai da teoria da informação”.

Antes de adentrar na TMC propriamente dita é preciso perguntar: o que significa uma teoria da informação pautada em processos de matematização, quantitativismo, estatística

informacional e transmissão de sinais, em especial, nos processos físico e pragmático? Torres e Silva (2010, p.243):

O ponto central da teoria da informação é o da “descoberta” da materialidade da informação. A primeira consequência observável desta materialidade é a possibilidade de fazer uma aproximação aos fenômenos comunicacionais de uma forma objetiva, uma vez que aquilo que é material, é também mensurável. [...] Assim, a possibilidade de analisar o nível informacional das mensagens de uma forma estatística exerce o seu fascínio nas ciências humanas e sociais, já que elas carecem historicamente de um método estrutural que torne o resultado das suas investigações palpáveis.

O discurso sobre a teoria da informação surge em um momento em que a informação conceitualmente deixa de ser vista apenas do ponto de vista de “dar forma a algo” que foi destacado desde a Antiguidade até a Idade Moderna, mas passa a ter uma carga representativa no que a transmissão de sinais e interação entre dois ou mais sujeitos. A ideia de se pensar a materialidade da informação está nas possibilidades de mensurar os suportes de informação como documentos, artefatos e até mesmo a capacidade de reprodução de mensagens em aparelhamentos analógicos e mais recentemente digitais.

A materialidade da informação que é marca dos conceitos formulados em meados do século XX focaliza o processo de transmissão de mensagens e não a informação em si, mas permite, mesmo que de forma subjacente estabelecer um diálogo entre procedimento (processos de transmissão) e resultados (compreensão, apreensão e apropriação).

No entanto, o olhar inicial da teoria da informação surgida no século XX está centrado no suporte transmissivo e nas formas como são transmitidos, especialmente considerando uma base linear de ligação entre emissor e receptor considerando que “a noção de informação como algo que pode ser armazenado, transferido ou comunicado a um objeto inanimado e a noção de informação como uma quantidade definida matematicamente não surge antes do século XX” (LOGAN, 2012, p.26).

A teoria da informação no âmbito matemático surge no momento em que o processo de revolução científica e tecnológica (lato desenvolvimento das ciências humanas e célere desenvolvimento das tecnologias) possibilita sinais afirmativos da necessidade de estabelecer novas formas de mensuração de conteúdos providos em suportes que carregam uma potencialidade quantitativa de informação.

É um momento plural em que o conhecimento passa a ser produzido em escala ainda maior deliberando desafios para organização, representação, disseminação, recuperação, acesso e uso dos suportes informacionais, assim como as ciências se manifestam de forma

transversal exigindo assumir uma postura dialógica para transmissão de sinais nos diversos suportes que possam ser registradas.

Assim, a TMC nasce como fruto das diversas reflexões científicas na contemporaneidade e de possibilidades objetivas de reconhecer os aspectos materiais da informação traduzindo perspectivas para transmissão de sinais entre sujeitos (emissor e receptor).

Segundo García-Marco (2011, p.13) as fundamentações da TMC:

[...] definem três níveis de análise do fenómeno comunicativo e da informação: a transmissão do sinal (nível 1), o significado ou semântica (nível 2) e os efeitos da mensagem, isto é, sua pragmática no sentido *peirciano* (nível 3). Deixam muito claro que sua teoria se centra no primeiro nível, e que os níveis superiores estão dentro do domínio de estudos das ciências sociais. De fato, os níveis de Shannon y Weaver são uma elaboração do modelo semiótico de Peirce – signo, objeto e interpretante –, que origina três níveis de análise: gramática, semiótica e pragmática.

A criação da chamada Teoria Matemática da Comunicação é um retrato fiel do diálogo propositivo e conceitual de informação entre ciências naturais e humanas/sociais, uma vez que a teoria em lide se consolidou como marco para os estudos em diversas áreas do conhecimento, seja das ciências naturais, seja das ciências sociais/humanas, como a Comunicação e CI.

Shannon e Weaver priorizam o processo de comunicação a partir do seu contexto físico e com a eficácia da transmissão. Isso implica dizer que os autores priorizam a noção de linearidade e objetividade no processo comunicacional em detrimento da subjetividade e das diversas formas de interpretação na comunicação. Isto é, a comunicação reside no fato de uma fonte que depende de um transmissor que, por meio de um canal, envia informação a um receptor. Este canal pode ser considerado como um relevante fator para mediação e eficácia do processo comunicacional. A vantagem de priorizar a linearidade e objetividade da informação é que permitiu a construção objetiva de um enunciado científico acerca da informação. Os autores entendem a informação como um elemento passível a incerteza, pois o seu entendimento é relativo às possibilidades de como se poderia informar. Por exemplo, se um transmissor emite uma pergunta (sinal) ao receptor com 4 (quatro) possibilidades reais de resposta, a possibilidade de encaminhar uma informação é de 25%. (SILVA, 2011, p.65).

Na CI, os estudos de Shannon e Weaver, que valorizam a composição de uma teoria da informação<sup>40</sup>, foram amplamente apropriados em caráter nacional (MARTELETO, 1987;

---

<sup>40</sup> Vale ressaltar que as teorias da informação não se limitam a TMC, mas também estão vinculadas ao movimento cibernético e outras teorias sociais da informação que ainda serão discutidas nesta pesquisa com

BRAGA, 1995; ARAÚJO, 1995; CARVALHO, 1999; SAYÃO, 2001; AZEVEDO NETTO, 2002; PINHEIRO, 2002; 2004; 2006; SILVA; FREIRE, 2012; INAZAWA; BAPTISTA, 2012) e global (FARRADANE, 1979; BUCKLAND, 1991; INGWERSEN, 1992; WONG; YAO, 1992; BATES, 1999; 2005; DAY, 2000; CAPURRO; HJORLAN, 2003; ZINS, 2007; BAWDEN, 2008; de forma primária ou secundária postulando que a TMC passou a constituir elementos basilares da epistemologia da informação na CI, principalmente considerando a formação de um paradigma físico em meados da década de 60 que ainda tem muita representatividade em termos de estudos, reflexões e aplicações técnico-científicas.

E por quais motivos a TMC se constituiu como instrumento tão relevante para a composição dos fundamentos da CI e da informação? Enfatizamos algumas justificações:

- a) ao retirar da informação o seu suporte físico obrigatório e transportá-la também por um canal qualquer, como o ar, por exemplo, Shannon quebrou a igualdade, a identidade entre informação e documento e estabeleceu uma nova identidade da informação com o domínio do quantitativo e da probabilidade (BRAGA, 1995, p. 2);
- b) “[...] desde Shannon, Weaver e Wiener, o modelo de canal manteve-se fundamental na CI como, por exemplo, na recuperação da informação e das tentativas para determinar a probabilidade entre o que uma fonte vai produzir e o que pesquisador quer receber, com o objetivo de adequar os dados de origem aos desejos do receptor [...]” (DAY, 2000, p. 806);
- c) a teoria de Shannon e Weaver “[...] moveu o conceito de informação das áreas de mensagens produzidas (conteúdo de textos) [...] ao significado da mensagem (para um emissor ou receptor), terminando na forma de redução de incertezas na mente do receptor [...]” (INGWERSEN, 1992, p. 27);
- d) Shannon mostra certo ceticismo sobre a possibilidade de desenvolver uma compreensão unívoca da informação (GARCÍA-MARCO, 2011, p. 12), já que “[...] não é de se esperar que um conceito de informação possa ser aplicado de forma satisfatória às numerosas aplicações deste campo [...]” (SHANNON; SLOANE; WYNER, 1993, p. 180).

A TMC interfere diretamente na consecução conceitual da CI, segundo indica Zins (2007, p. 338):

---

mais propriedade no capítulo sobre fundamentos científicos da informação. A centralidade da TMC neste tópico é referente a relevância para a fundamentação epistemológica da CI.

Ciência da informação é a totalidade do processo de comunicação e compreensão, tanto intra-e inter-pessoal. Como tal, é uma disciplina ampla, desde a Teoria da Informação de Shannon, assim como a semiótica e memética. Ciência da Informação é um campo tão vasto que nenhuma definição significativa é possível se nós procuramos limitá-lo e definir as suas outras características como qualquer outra coisa.

Observamos que o próprio conceito apresentado é vago em face de limitar a CI ao discurso dos processos de comunicação, de suas ligações com as teorias da informação, semiótica e memética e a sua amplitude enquanto campo do conhecimento desconsiderando os aspectos sócio-cognitivos e críticos da CI no que tange às diversas possibilidades teórico-epistemológicas e empíricas de investigação da informação.

O conceito deve ser um elemento elucidativo e sintetizador de um determinado fenômeno/área do conhecimento e não um condutor vago e extraviante. De outro modo, o conceito não deve ser apenas um reconhecedor de dificuldades e limitações acerca de uma área do conhecimento, mas deve postular uma premissa aceitável e que abarque de forma efetiva um conjunto de propriedades teóricas, empíricas de uma área do conhecimento.

Em caráter lógico, a TMC insere na CI uma premissa de negação/afirmação e diferença da informação, pois a informação se desvencilha do significado de mensagem e documento e passa a constituir um elemento autônomo de construção. Essa diferença, em especial, afirmativa dá a informação um novo prospecto de análises e criações.

Deleuze (2008, p. 92-93) comenta acerca da diferença como fenômeno de negação e, primordialmente de afirmação:

A negação é diferença, mas a diferença vista do lado menor, vista de baixo. Ao contrário, endireitada, vista de cima pra baixo, a diferença é afirmação. Mas essa proposição tem muitos sentidos: que a diferença é objeto de afirmação; que a própria afirmação é múltipla; que ela é criação, mas também que deve ser criada, afirmando a diferença, sendo diferença em si mesma. Não é o negativo que é o motor. Mais ainda, há elementos diferenciais positivos que determinam, ao mesmo tempo, a gênese da afirmação e da diferença afirmada.

Deleuze é defensor de observar a diferença como uma afirmação se vista de cima para baixo. Entendemos que a informação, em Shannon e Weaver, segue patamar semelhante, uma vez que não é a negação que diferencia a informação de documento, de mensagem, de dado ou de outra terminologia, pois caso fosse, a informação seria vista como um fenômeno menor ou menos relevante para construção de sentidos. Ao contrário, a informação é vista como criação afirmativa de uma compreensão finalística do processo comunicacional e tem o amparo do documento, da mensagem e do canal para se constituir.

Contudo, adentramos nos indícios que tornam a TMC um conceito limitador dos fundamentos epistemológicos da informação na CI, pois embora a TMC tenha contribuído para afirmar a informação como fenômeno independente (ou de forma mais clara interdependente), que, por conseguinte, afirma a CI como ciência necessária para investigar os problemas informacionais, há um conjunto de características que tornam essa afirmação de independência da informação um fenômeno isolado e arbitrário:

- a) o modelo de Shannon visualiza uma afirmação, que quando vista de cima para baixo, apresenta, por um lado, uma realidade arbitrária e hierárquica e, por outro lado, uma realidade eminentemente objetiva e linear;
- b) o modelo de Shannon pode ser visto como uma prática autoritária, unidimensional e elitista do processo comunicacional (BELTRÁN, 1981) limitando as possibilidades de compreender a informação na centralidade do receptor que compreende possibilidades de apreensão e apropriação da informação;
- c) a informação, ao ser observada do ponto de vista quantitativo e probabilístico, apresenta um caráter de previsibilidade que inibe o caráter dialógico da construção informacional enfraquecendo o seu viés crítico-social e interacionista.

Podemos considerar que a diferença afirmativa da informação na TMC se dá apenas em um contexto parcial, pois ao diferenciar a informação, se afirma, ao passo que atentando para o caráter linear da informação, indica uma característica de arbitrariedade. Ao definir três níveis semânticos do processo de comunicação (transmissão de sinais, aspectos semânticos e a pragmática dos efeitos da mensagem), e dando ênfase apenas ao primeiro, Shannon ratifica o caráter parcial da afirmação informacional, de modo que o primado básico da informação reside em seus significados e efeitos de apreensão/apropriação e não nos processos de transmissão (a transmissão de sinais é uma afirmação de respaldo e diálogo na construção da informação).

As limitações da TMC identificadas foram apropriadas com muita frequência na CI, pois como revelam Sirihal; Lourenço (2002, p. 12) “[...] a abordagem inicial da teoria matemática da comunicação adotada inicialmente pela CI, tem se mostrado insuficiente e inadequada [...]”, permitindo apontar alguns prejuízos na formação teórico-epistemológica da CI:

- a) durante muitos anos, especialmente entre as décadas de 1960/80, a informação foi investigada na CI como instrumento de linearidade e unidimensionalidade não abrindo margens para um diálogo mais expressivo e crítico-social;

- b) a concepção de paradigma na CI de forma linear (físico – cognitivo – social) como se fosse uma escala evolutiva aferindo um postulado positivista e dogmático da história da CI;
- c) a informação visualizada no contexto da transmissão de sinais trouxe algumas confusões conceituais na CI, já que muitas investigações sobre informação se deram no caráter da transmissão e da pragmática informacional em detrimento dos diálogos e interações para apreensão/apropriação;
- d) o conceito de medida em Shannon “[...] não é passível de ser aplicado no contexto de toda a CI, onde a questão do significado está, geralmente, relacionada à informação [...]” (INGWERSEN, 1992, p. 26);
- e) o conceito de informação, como transmissão de sinais, caracteriza o viés pós-moderno da CI como uma “área fraca” do ponto de vista epistemológico (voltada para importações conceituais e apropriações acríticas da informação) e não nas possibilidades de investigar as propriedades da informação em diversas instâncias e fundamentações autopoieticas contemplando fundamentos intersubjetivos e ontológicos da informação e dos sujeitos que a constroem.

Considerando as três categorias de estudos identificadas (estudos teórico-epistemológicos da informação; estudos teórico-epistemológicos da CI; e estudos ligados à representação, à recuperação e aos estudos métricos da informação) a partir dos estudos internacionais e nacionais observamos que a TMC passou por uma apropriação nos mais diversos fazeres acadêmico-científicos e empíricos da CI demonstrando a centralidade dos estudos matemáticos na área.

Ponderamos algumas linhas de pesquisa da CI que aplicam os estudos sobre TMC: conceito de informação, conceito de CI, organização e recuperação da informação, sistemas de informação, estudos métricos de informação, análise de redes sociais, procedimentos para transferência da informação, tecnologias de informação, bases de dados, comunicação da informação.

No entanto, essa apropriação generalizada traz um inibidor de fortalecimento epistemológico da CI, pois como estudar a informação centralmente através de um fenômeno que está mais preocupado com a transmissão dos sinais do que o significado da informação e seus fundamentos apropriativos, perceptivos e construtivos?

A prova disso reside no fato de que durante as décadas de 1960 e 1970 (e até hoje há influências consideráveis) a CI foi amplamente envolvida pelos desideratos da TMC ao ponto de definir que o objeto de estudo da CI são fenômenos empíricos associados aos processos de

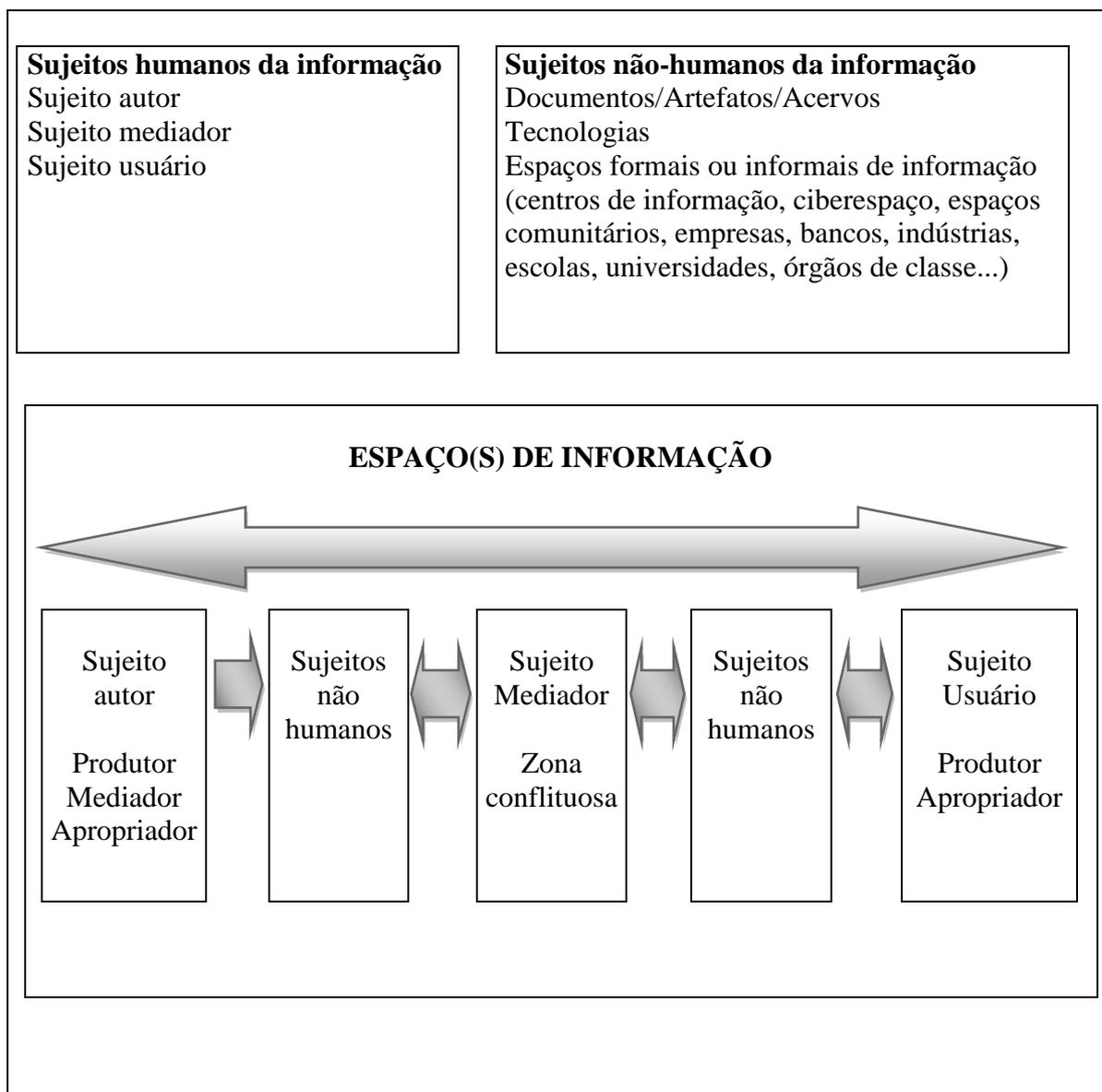
informação, tais como geração, transmissão, transformação, armazenamento e recuperação. (ZUNDE; GEHL, 1979).

Isso significa que a TMC trouxe a CI contribuições para uma epistemologia de cunho reprodutivista em detrimento da consecução de uma epistemologia mais crítica e criativa (ou crítico-criativa). Podemos perceber ainda que esse caráter técnico-matemático da informação interferiu negativamente no desenvolvimento de um pensamento mais humanístico-social da informação e porque não dizer da própria fundamentação da CI.

É inegável que a TMC foi marcante para a origem e o desenvolvimento inicial da CI, mas hoje não deve mais ser focalizada como ponto áureo deste campo por não contemplar diversas abordagens sociais fundamentais que a CI necessita para uma compreensão ontológico-fenomenológica e sócio-interacionista da informação, já que a TMC está ligada a substratos quantitativos da área (recuperação, sistemas de informação, estudos métricos de informação), bem como o modelo de transmissão de sinais matemático efetuado na sequência emissor-canal-receptor prima por deliberações lineares de cunho geral e abstrato.

Portanto, apresentamos uma proposta que busca superar essa generalidade/linearidade no processo de construção da informação, que é base para fundamentação nesta pesquisa, intitulada “Modelo Interacionista dos Sujeitos da Informação” ou representada pela sigla MISI, conforme indica a figura a seguir:

**Figura 6 - Modelo interacionista dos sujeitos da informação**



Fonte: Elaborada pelo autor.

A opção pelo termo sujeitos da informação busca superar a linearidade pragmático-transmissiva emissor-receptor, já que no modelo matemático os sujeitos da informação apresentavam caráter imobilista na interação informacional. Utilizamos ainda o termo sujeito que pode significar três questões: a primeira é um sujeito ciente de sua realidade e disposto a lidar com interações, exposições e descobertas; o sujeito como ente “assujeitado” por outrem a interagir ressaltando que esse “assujeitamento” é sempre manipulado em caráter propositivo ou arbitrário; e o sujeito como ser que desconhece ou apresenta limitações de conhecimento concernente à realidade em que está inserido. Este último sujeito é o que mais está desnortado no que se refere aos processos de interação e construção de sentidos por diversos

fatores como conhecimento limitado da realidade, falta de adaptação ou entendimento sobre formas de interação, desprovimento de forças cognitivas e materiais de interação, entre outros.

Podemos chamar a proposta envidada de **“modelo interacionista dos sujeitos da informação” (MISI)** pelos seguintes motivos:

a) sujeitos humanos da informação não são pré-determinados e fixados, pois agem dinamicamente em prol da construção da informação. Por exemplo, o sujeito mediador, tanto pode ser um usuário da informação que media com o outro (pode ser outros usuários ou profissionais) certas causas em torno de si mesmo e, principalmente, um profissional especializado (ou não) que ajuda a mediar a informação entre sujeito usuário e sujeito autor. Já o sujeito usuário pode ser, em especial, o usuário propriamente dito, mas também pode ser o profissional especializado (ou não) que, ao desenvolver atividades mediacionais, também passa a ser usuário (interno);

b) o sujeito autor comumente é aquele produtor de conhecimento que dá vazão a materialidade da informação (constituição do documento) possibilitando as práticas mediacionais, mas sujeito mediador e/ou sujeito usuário também podem ser autores na medida em que também produzem informação formalizada (fincada em documentos). O sujeito autor sempre é mediador especialmente por ser duplamente produtor e propagador do conhecimento;

c) o sujeito usuário não é integralmente um mero receptor de mensagens. Este sujeito pode ser dependendo do seu comportamento, intencionalidade ou contexto receptor que apenas espera uma atitude do sujeito autor para obter informação de forma pronta, mas também pode ser um produtor de informação na medida em que está preocupado em acrescentar questões junto aos sujeitos autor e mediador contribuindo diretamente para o desenvolvimento do processo interacional;

c) os sujeitos não-humanos são subsídios documentais e tecnológicos que respaldam as interações entre os sujeitos humanos da informação. Embora sejam chamados de sujeitos não-humanos, são controlados por sujeitos humanos e a tonalidade humanística da informação depende, sobretudo, das interações entre os sujeitos humanos;

d) os sujeitos não-humanos são colocados em uma ordem, mas não precisam ser visualizados com rigidez, pois a ordenação interativa que os sujeitos não-humanos proporcionam dependem de onde parte o processo de interação entre os sujeitos. A seta na parte superior estabelecendo sinal de volta significa que a interação

informacional pode partir do sujeito autor, do sujeito usuário, enquanto usuário, do sujeito mediador, enquanto profissional especializado (ou não) ou do sujeito mediador como usuário;

e) as múltiplas relações entre sujeitos humanos e não-humanos supera qualquer perspectiva de linearidade e generalidade excessiva, de modo que auxilia na interação entre sujeitos considerando os contextos que estão inseridos. Outra questão é que o “modelo interacionista dos sujeitos da informação” contempla uma visão holística em que os sujeitos devem ser visualizados como um todo interativo e não apenas como soma humana e não-humana de cada contexto;

f) a convenção do sujeito mediador pode ser considerada a mais densa por se tratar de uma zona interacional conflituosa. É neste momento em que as intencionalidades, contextualidades, comportamentos, ações, emoções, anseios, expectativas, análises e avaliações são expressas entre os sujeitos envolvidos possibilitando reconhecer como a informação pode ser construída e o que é necessário para que a informação possa ser construída da maneira mais adequada para um sujeito ou para todos os sujeitos situados nos processos de interação;

g) a zona conflituosa é atividade basilar do modelo interacionista dos sujeitos da informação por favorecer a coletivização do processo mediacional no sentido de atestar que é impossível produzir informação sem buscar outro sujeito (humano e/ou não-humano) que contribua para tal construção. O conflito pode ser considerado como um dos elementos mais importantes da informação por lidar com o caos do conhecimento. A importância do conflito para os sujeitos produzirem informação se dá de forma expressiva na possibilidade de manipulação dos processos de linguagem, mais precisamente a manipulação da palavra que é carregada de sentidos ideológicos e emocionais que interferem na produção informacional e na comunicação humana de forma geral. Breton (1999) afirma que os seres humanos são os únicos sujeitos capazes de utilizar a comunicação para convencer, e os únicos também capazes de mentir, fazendo crer com palavras o que os atos não confirmam. O conflito para a informação tem a múltipla capacidade de manipular, deturpar determinadas realidades, visando estabelecer relativo controle da informação e compartilhar esse controle com outros sujeitos, seja com a finalidade de dominação ou acomodação, seja com a finalidade de resistência;

h) no modelo proposto a ideia de mensagem é aglutinada em todos os sujeitos, ou seja, cada sujeito humano e não-humano é possuidor de um pertencimento identitário de

exposição de mensagens, sendo essas mensagens que provocam as interações e reconhecimento das semelhanças e diferenças entre os sujeitos. Mas as mensagens não são lineares a partir do momento que está em jogo as interações entre sujeitos humanos e sujeitos humanos-não humanos, sendo responsabilidade de cada sujeito a elaboração de procedimentos para se situar e lidar no processo de interação;

i) outra questão é que o modelo proposto é categorizado em espaços diversos de informação formais ou informais. Porém, nos espaços formais, o modelo se estabiliza de forma mais efetiva em virtude de nestes espaços, a constituição dos sujeitos ser melhor definida e mais produtiva em termos de interação e estrutura humana e não-humana;

j) a ideia de definir sujeitos humanos e não-humanos tem como objetivo estabelecer categorização holística que leve em consideração o todo no processo de construção da informação e como esse todo se relaciona, já que os sujeitos possuem uma identidade (autor, mediador ou usuário) que é posta em evidência relacional compondo perspectivas de reciprocidade e reconhecimento das diferenças através dos múltiplos papéis que os sujeitos possam assumir dependendo do contexto e das condições em que estão inseridos (por exemplo, um sujeito usuário não será permanentemente usuário, mas dependendo da necessidade, se desloca exercendo papel de mediador para construção da informação, assim como o autor também pode exercer o papel de mediador ou o profissional especializado também pode ser considerado usuário deliberando identidades dinâmicas e mobilizadas que vão para muito além da identidade estanque emissor-canal-receptor);

k) o modelo em questão não tem o objetivo de quantificar a informação, mas de redimensionar interações plurais entre os sujeitos, reconhecer as potencialidades não-humanas na construção da informação e definir que a construção crítica do conhecimento e a concretização multilateral do processo comunicacional só são possíveis diante de interações dinâmicas em que os sujeitos são valorizados como um todo;

l) consideramos que este modelo de informação deve ser apropriado pela CI e passível de investigações científicas, pois é o campo do conhecimento crucial que investiga possibilidades diversas de pragmatização, teorização e conceituação da informação em diversos contextos e espaços, além do que o modelo proposto quando supera a tradição quantitativa e linear da transmissão de sinais da TMC possibilita a CI um

olhar crítico conflitante e aproximador entre fundamentação social e desenvolvimento técnico/tecnológico;

m) o modelo interacionista dos sujeitos da informação implica em procedimento qualitativo de informação em que está a centralidade da interação é referente a relação entre as causas e consequências de produzir informação, ou seja, o ideal não é apenas produzir informação a esmo ou apenas considerando necessidades individuais, mas ponderar por fundamentos éticos, competências, características individuais e coletivas que norteiam a informação como fenômeno qualitativo que possa ser apropriado pelos sujeitos e possivelmente transmitidas para outros sujeitos e gerações. A ideia de qualidade da informação é precisamente relacionada ao sentido de que os sujeitos independente de raça, credo, cor, gênero merecem ter acesso à informação, mas necessitam reconhecer no outro (humano e não-humano) possibilidades relacionais de produzir informação.

Em síntese, o conceito de informação na CI não se limita ao conteúdo da TMC e muito menos deve ser compreendido no âmbito da díade emissor-receptor, já que a relação interacionista entre os sujeitos da informação possibilita um olhar mais amplo sobre as práticas construtivas da informação.

O conceito de informação pode também ser entendido de forma mais ampla considerando as diversas reflexões concebidas na trajetória da área (salientando que também será ponto de análise o conceito matemático/quantitativo de informação como transmissão de sinais aplicado a CI).

### **3.2.4 Das origens ao desenvolvimento atual: o conceito de informação compreendido na trajetória da CI**

A formação das diversas significações de informação na CI sofreu diversas influências, seja de áreas do conhecimento das ciências naturais e humanas/sociais, seja de estudiosos dessas áreas que preconizaram perspectivas conceituais de informação. Destarte, atentamos para os significados de informação na CI (sem a pretensão de generalizar concomitante a possibilidade de abarcar um amplo construto conceitual) a partir dos seguintes fundamentos: o conceito de informação no âmbito da transmissão de sinais de Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1949), o conceito de informação como modificação de estrutura humana, conceito de informação no âmbito sócio-construtivista (ou sócio-interacionista), informação na perspectiva crítico-social. Por fim, ainda constituiremos um tópico sobre outros

conceitos de informação concebidos por estudiosos da CI, como Wersig e Nevelling (1975), Buckland (1991), Le Coadic (1996), Frohmann (2008), Malheiro e Ribeiro (2002), entre outros.

Com relação ao primeiro conceito fundamentado por Shannon (1948) e Shannon e Weaver (1949) designa que a informação é uma mensagem enviada por um emissor destinada a um receptor. O modelo de teoria da informação proposto por Shannon toma como base as diversas problematizações conceituais da informação constituídas na contemporaneidade. Shannon (1993, p.180) admite que:

A palavra informação tem apresentado diferentes significados por vários estudiosos no campo geral da teoria da informação. É provável que pelo menos um relativo número de conceitos serão suficientemente úteis em certas aplicações para merecer um estudo mais aprofundado e permanente reconhecimento. Não é de se esperar que um único conceito de informação consiga representar satisfatoriamente a imensidão das inúmeras aplicações possíveis para este campo geral.

Shannon (e Weaver) admitem que os conceitos de informação possuem multidimensionalidade interpretativa e aplicativa no âmbito dos estudos teórico-pragmáticos. Talvez, a construção de um modelo informacional centrado na atividade pragmática da transmissão de sinais permitisse um olhar de formalização registradora e preservacionista de que a informação só pode ser, de fato, concretizada a partir de uma preocupação em quantificá-la por meio de atividades estatísticas ou probabilísticas. Afinal, em um momento histórico que se dá a chamada explosão informacional (meados do século XX) é fundamental concentrar esforços para dimensionar a transmissão das mensagens, estabelecer uma relação direta entre emissor e receptor.

Todavia, os usos do modelo informacional de Shannon e Weaver estão para além da percepção de convergência ou divergência, mas se situam na dinâmica perspectivista entre as causas e os possíveis resultados de uma construção informacional ou nos procedimentos e resultados da produção da informacional. O modelo informacional ora indicado tem sua prioridade na mensagem em si como pressuposto transmissivo entre sujeitos que possibilita a construção da informação. Portanto, este modelo, de fato, não pode ser aplicado em qualquer situação, mas pode se adequar a qualquer contexto/assunto.

Podemos absorver que o conceito de informação como transmissão de sinais possui uma série de interpretações:

- a) a primeira é que, ao definir o conceito de informação no nível da transmissão de sinais, inexoravelmente lança a ideia de uma informação definida *ad arbitrium*

como fenômeno quantitativo e apreensível apenas no âmbito da transmissão dos sinais implicando em um reducionismo semântico;

- b) a segunda questão, complementar a primeira, é que o conceito de informação matemático mantém uma lógica discursiva, pois se a informação é apreensível em uma demanda quantitativa preconizada na transmissão de sinais, a informação seria, de fato, um fenômeno a ser oferecido, porém, a concepção de algo oferecido desloca efetivamente o significado da informação a partir da apropriação do usuário em favor das emissões unilateralmente designadas pelo emissor;
- c) a terceira incide de modo idiosincrático no significado de informação, pois por um lado, valoriza a ideia do sujeito/usuário conceber uma pergunta a fim de obter as mensagens necessárias para construção da informação e, por outro lado, destoa do caráter transmissivo de sinais, promovendo ao sujeito/usuário possibilidades de perguntar e questionar, visando constituir possíveis respostas para suas dúvidas e não apenas do sujeito autor ou mediador lançar seus elementos conteudísticos sem uma interferência interpelativa do sujeito/usuário;
- d) a quarta questão, pode desmontar a argumentação anterior, ao qual o sujeito/usuário que não interpela é mero figurante do processo de transmissão de sinais e não um protagonista que questiona e toma decisões no processo de construção da informação;
- e) a quinta questão insufla o pensamento de que a informação como conceito matemático, além de estar preocupado com as maneiras como a mensagem é lançada, possui um sentido organizacional do conteúdo, isto é, está preocupado quase que exclusivamente com a “arrumação de conteúdo” que pode ser destinado ao sujeito/usuário.

É principalmente nesta última questão que o conceito de Shannon e Weaver (1949) se aproxima amplamente dos ideários de informação na CI, em especial, na consolidação do chamado paradigma físico, pois este está essencialmente preocupado com a arrumação de conteúdos em suas dimensões organizacionais e de caráter quantitativamente definicional que está vinculado à transmissão de conteúdos.

Estamos aqui referenciando que o conceito matemático aduzido favorece um conjunto de interpretações correlacionadas a formação epistemológica da informação na CI, principalmente contemplando os aspectos tecnológicos e quantitativos da área. Podemos considerar o conceito de Shannon e Weaver (1949) como um significado extrínseco, não-essencialista e pré-formativo da CI, pois é um conceito intrinsecamente concatenado aos

estudos sobre recuperação da informação, oriundo da Computação, que conforme Moreiro González (2005, p. 33) “[...] os métodos matemáticos têm sido centro metodológico em nossa especialidade no momento de definir as técnicas de recuperação da informação [...]” e a bibliometria, oriunda da Biblioteconomia/Bibliografia, que mais tarde se aprofundou nos estudos métricos de informação comumente chamados de métodos quantitativos de cunho relacionalmente matemáticos e sociológicos aplicados à Biblioteconomia e a CI<sup>41</sup>, implicando constatar que a recuperação de informação surge como fundamento disciplinar a partir da Computação, os estudos documentais das acepções documentológicas de Otlet e seus seguidores e os estudos bibliométricos gestados na Biblioteconomia em diálogo com outras áreas como a Estatística/Matemática e a Sociologia.

Com relação à recuperação da informação, há uma máxima, muito questionável, de que não há uma recuperação de informação em si, mas uma recuperação de documentos (CAPURRO, 2003; CAPURRO; HJØRLAND, 2007; FERNEDA, 2003). Esta questão precisa ser observada com um olhar mais cauto, pois ponderamos que há três momentos cruciais no processo de recuperação da informação: o primeiro é a organização dos documentos através do empreendimento das práticas documentárias; o segundo está relacionado à recuperação dos documentos que foram buscados/encontrados pelo usuário; e o terceiro momento é a apropriação semântica e compreensiva do documento recuperado (construção da informação).

Essa tríade recuperacional incide sobre dois pressupostos de categorias dialéticas da recuperação da informação: o primeiro é referente à mudança da quantidade para qualidade (POLITZER, 1970)<sup>42</sup>, quando há um conjunto de organizações documentárias e recuperação de documentos como fenômenos quantitativos e a construção da informação a partir da recuperação do documento como fenômeno qualitativo; o segundo está vinculado a uma categoria dialética material que se constitui a partir de uma preocupação inicial em exercer elementos organizacionais e transmissores de conteúdos (afirmação) diante de um segundo momento que prevê as possibilidades de recuperação do documento (negação – significa um momento seletivo do usuário no processo de recuperação da informação) convergindo ou

---

<sup>41</sup> Os métodos quantitativos são baseados na "utilização de técnicas estatísticas" e, ainda, em "aplicação da matemática à sociologia" considerando em caráter especial o resultado de contagens e medições. (GOODE E HATT, 1969).

<sup>42</sup> A chamada categoria ou lei da mudança qualitativa revela a existência de uma relação entre as mudanças quantitativas e as mudanças qualitativas e que essa relação é uma lei universal da natureza e da sociedade (POLITZER, 1970).

destoando daquilo que foi organizado)<sup>43</sup> e o terceiro momento é a construção da informação, conforme os documentos/conteúdos que foram recuperados.

Todavia, o conceito de informação como transmissão de sinais se aplica no processo recuperacional sem um olhar cauto com essa prática dialética, mas apenas considerando o caráter transmissivo das mensagens entre o primeiro momento (organização documentária) e o segundo momento (recuperação do documento), com vistas a uma redução de incerteza (que seria a concretização do terceiro momento a partir do caráter seletivo e interpretativo do segundo momento).

Em outras palavras, o caráter da informação matemática, como transmissão de sinais, aplicado à recuperação da informação está centralmente focalizado na prática transmissiva entre o que é organizado e recuperado documentalmente relegando a um plano inferior os aspectos convergentes e opositivos entre organização e recuperação de documento e, principalmente, sem os pressupostos qualitativos da construção da informação pelo usuário reduzindo o conceito matemático a uma mera transmissão unilateral entre organização-recuperação do documento.

No que tange aos estudos métricos de informação estudiosos como Sengupta (1992), Tague-Sutcliffe (1992), Macias-Chapula (1998) e Sanz Casado (2006) consideram a semelhança semântica entre as diversas derivações métricas (bibliometria, cienciometria, informetria webmetria, bibliotecometria) como métodos e técnicas de estudos quantitativos apresentando como mudança principal a composição do objeto.

A relação entre o conceito matemático de informação e os estudos métricos de informação se dá em três momentos similares/complementares: o primeiro responde pela intencionalidade do caráter de medição e registro da atividade métrica de informação; o segundo pelo desenvolvimento de estudos em diversos suportes e contextos contemplando possibilidades variadas de acesso a conteúdos; e o terceiro pela composição de indicadores teóricos, metodológicos e empíricos que norteiam as atividades da comunicação.

No primeiro caso dos estudos métricos de informação é notável o ideário de mensuração da informação. Todavia, não uma mensuração referente à construção da informação em si, mas uma mensuração sobre as possibilidades de registro e quantificação dos elementos: disciplinas (cienciometria); palavras/conteúdos (informetria); bibliotecas

---

<sup>43</sup> Neste caso, o primeiro momento (organização) e o segundo momento (recuperação) não são necessariamente contraditórios, mas são momentos de tensão, já que o teor da recuperação é advindo diretamente do processo organizacional em que este afirma uma prática documentária e aquele, seletivamente, nega ou converge com o conteúdo disponibilizado e/ou com as práticas organizacionais.

(bibliotecometria); páginas da web (webmetria); patentes (patentometria). (MACIAS-CHAPULA, 1998).

Esse registro e quantificação levam ao segundo caso onde é possível considerar os diversos espaços de delimitação, dimensionamento (físico), diálogos e possíveis acessos e usos de conteúdos como forma de “reduzir a incerteza” sobre o que deve ser acessado e utilizado.

O terceiro caso possui uma dimensão mais ampla, pois abrange de forma quase integral o conceito matemático, já que esses indicadores atuam como subsídios modelares para a realização de perguntas e obtenção de respostas que permita de forma objetiva possibilidades mais efetivas para a construção de conhecimento significando dizer que os indicadores nos estudos métricos, tanto possuem o caráter de parâmetro e guia para construção da informação (interpretação e compreensão), quanto o caráter questionador e crítico em saber quais indicadores mais adequados a determinados contextos para o desenvolvimento de atividades profissionais e técnico-científicas.

No primeiro tipo de caráter, é evidente a perspectiva quantitativa da definição de probabilidades, mas no segundo tipo a ideia de probabilidade ou possível redução de incertezas é substituída pelo reconhecimento das incertezas como potencial informacional para subsidiar a construção do conhecimento.

Assim, considerando os três momentos destacados acerca dos estudos métricos de informação, é possível identificar que os dois primeiros estão intrinsecamente relacionados à ideia de transmissão de sinais, enquanto o terceiro momento está mais relacionado ao caráter semântico e pragmático da informação.

É possível considerar que o conceito de Shannon e Weaver (1949) possui um lato indício anacrônico na CI, de sorte que mesmo nos aspectos físicos e técnicos da área há uma aplicação parcial atentando para a necessidade, mesmo nos estudos quantitativos de uma forte ligação entre premissas técnicas e sociais da área e a profusão do diálogo em um sistema de informação (LE COADIC, 1996) ou em um processo de comunicação científica (MUELLER, 2006; TARGINO, 2000).

Ponderamos que as ideias de transmissão de sinais não são mais elementos centrais na CI, pois a informação se desloca do caráter essencialmente “físico-transferencial” para o “social-apropriativo” (de condição cognitiva e sócio-construtivista), salvo evidentemente nos estudos de caráter quantitativo/estatístico que estão centralmente preocupados com a emissão de sinais e medição/registo.

Já o conceito de informação na CI como modificação de estrutura destaca um novo marco neste campo do conhecimento, que é o deslocamento dos estudos de informação do sistema para o usuário favorecendo pensar uma epistemologia da informação mais voltada para o contexto humano. É na década de 1970, a partir de estudiosos como Wersig e Nevelling (1975), Belkin e Robertson (1976), Brookes (1977; 1980), De May (1977), Belkin (1980) e outros, que o conceito de informação no sentido cognitivista tem sua origem e na década de 80, ganha dimensões espacialmente planetárias na CI sendo aplicado nas mais diversas linhas de pesquisa da área como estudo de usuários, mediação da informação, organização, representação e recuperação da informação, além de estudos sobre uso das tecnologias e práticas de gerenciamento e planejamento da informação.

É precisamente em Belkin e Robertson (1976, p. 197), quando afirmam que a “informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura”, que o conceito se desenvolve tomando como base a noção de estrutura concebida por Wersig e Nevelling (1975), que será discutida mais adiante. Embora objetivos em sua síntese conceitual, os autores procuram abordar de forma mais ampla os significados de estrutura e suas possíveis implicações para o significado de informação na CI. Aliás, além da estrutura, os autores invocam algumas terminologias que dialogam diretamente com o conceito de informação, tais como: comunicação (a informação é integrante de um processo intercomunicacional); cognição (modelos mentais); e semiótica (que constituem uma interface entre conceitos individuais e a comunicação).

Belkin e Robertson (1976, p. 200) são mais explícitos quando afirmam que a “[...] informação, para Ciência da Informação, começa com o advento da estrutura semiótica (na interface de formação de conceitos individuais e uma comunicação inter-humana), e continua se aproximando da interface de conceitos de estruturas sociais e formadoras de conhecimento.”

A informação se constitui como um fenômeno interligado e sua estrutura semiótica depende, sobretudo, das atividades cognitivas individuais e coletivas concebidas pelo(s) ser(es) que dependem fundamentalmente da comunicação humana que age como estrutura mediadora.

Essas estruturas cognitivas se dão a partir dos seguintes pressupostos: infra-cognitivo (hereditariedade; incerteza; percepção); cognitivo individual (formação de conceitos em nível individual; comunicação inter-humana); cognitivo-social (estruturas conceituais sociais); meta-cognitivo conhecimento formalizado. (BELKIN; ROBERTSON, 1976). Na estrutura infracognitiva os autores consideram três fatores: o primeiro de nível biológico-genético

(hereditariedade); o segundo de nível quantitativo/estatístico (incerteza); e o terceiro de nível psicossocial (percepção). Já nas estruturas cognitivas individuais e sociais o processo de intercomunicação é crucial para mediar as percepções cognitivas individuais, auxiliando na formação de percepções cognitivas coletivas. A associação entre estruturas cognitivas individuais e coletivas levam a construção de um conhecimento (uma percepção mais ampla formalizada). As diferenças residuais entre o conceito cognitivo e matemático podem ser vistas da seguinte forma:

- a) o conceito matemático isola o significado de informação e centra no aparato transmissivo, enquanto aquele associa, por um lado, o significado de informação a estrutura semiótica que compõe um processo de comunicação e, por outro lado, as diversas estruturas cognitivas, sendo possível pensar uma transmissão de sinais a partir de diálogos de estruturas cognitivas (modelos mentais);
- b) o conceito matemático de está apoiado no caráter transmissivo, enquanto o conceito cognitivo da informação tem a transmissão como caráter procedimental e a construção do conhecimento como fundamento teleológico;
- c) o conceito matemático é amplamente linear nas atividades de emissão – fonte/canal, recepção atentando para uma atividade mais simplista do processo comunicacional, enquanto o conceito cognitivo possui uma atividade semilinear, pois, embora, atente para processos cognitivos continuados de significação (biológico, individual e social) busca perceber as relações semióticas entre si através da intercomunicação, visando à transformação de estruturas cognitivas;
- d) o conceito matemático está centrado no sistema e o conceito cognitivo nas estruturas semióticas comunicativas entre emissor e receptor (a definição do emissor pode ser atrelada a percepção emissor/autor, vinculada a uma relação comumente indireta com o receptor, mas profícua intelectualmente para ambos e/ou emissor/mediador, vinculada a um ambiente de informação);
- e) o conceito matemático está ligado a uma condição quantitativa de informação e o conceito cognitivo ligado a uma condição qualitativa (interpretativa) de informação;
- f) o conceito matemático parte do estudo comunicacional inserindo a informação como um elemento isolado do processo, enquanto o conceito cognitivo parte da informação para a comunicação permitindo compreender de forma mais lúcida os fenômenos interativos e de dependência/interdependência entre informação e comunicação e respaldando a formação de um conceito eminentemente firmado na

e pela CI em diálogo com outras áreas inibindo importações e apropriações acrílicas.

Observamos que o conceito cognitivo de informação pode ser pensado a partir de três perspectivas gerais: a behaviorista, que prima pelos estudos comportamentais da informação (ou de forma mais concreta dos sujeitos da informação que compõem um processo de intercomunicação); funcionalista que atentam para a função da informação na sociedade e/ou das funções admitidas pelos sujeitos/usuários no uso da informação; e estruturalista que valorizam as relações entre os fenômenos/modelos cognitivos que dão azo as formas de apreensão e apropriação da informação.

O quadro que segue mostra como o conceito cognitivo da informação pode ser trabalhado na CI:

**Quadro 11 - Estudos aplicados do conceito cognitivo de informação**

<b>Behaviorista</b>	<b>Funcionalista</b>	<b>Estruturalista</b>
Estudo comportamental de usuários	Estudos sobre a função dos centros de informação	Relações entre processos e fluxos de informação
Sistemas de recuperação da informação	Funcionalidades para satisfação das necessidades de informação dos usuários	Ligações estruturantes para gestão da informação
Usabilidade	Práticas funcionais de mediação, gestão, planejamento, implementação de serviços e uso de tecnologias	As relações entre atividades de organização, tratamento e recuperação da informação
Comportamento dos profissionais da informação	Estudos sobre as funções dos sistemas de recuperação de informação	Interação entre usuário e centro de informação
Comportamento técnico, institucional/organizacional e pedagógico dos centros de informação	Funções dos usuários no acesso, uso e apropriação da informação	Relações entre usuários e profissionais da informação
Modelos comportamentais de centros de informação	Modelos funcionais de centros de informação	Modelos estruturais de centros de informação

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Ponderamos que o conceito cognitivo de informação possibilita, sobretudo, uma autonomia da CI em estudos de base conceitual sobre informação, de modo que há a criação de um conceito próprio na área, valorizando pressupostos dialógicos com a comunicação, semiótica, psicologia, etc. e inibindo a dependência extenuante de conceitos extrínsecos intangíveis a uma criteriologia crítica da área. Por outro lado, a percepção cognitiva da

informação incide nova base de estudos empíricos e sociais da área que redimensionam o pensar das atividades físicas e técnicas da área a um contexto mais humano.

É precisamente esse diálogo entre atividade empírico-social e a constituição de conceitos cognitivos que traz uma nova compreensão de informação na CI, qual seja de “[...] facilitar a comunicação entre seres humanos” (BELKIN; ROBERTSON, 1976) e não simplesmente de transmitir sinais (caráter pré-formativo da CI) trazendo a conotação de que a “[...] informação precisa modificar a estrutura do conhecimento no nível fundamental mais elevado, não no nível mais baixo dela [...]” (MENOUE, 1995, p. 483). No entanto, é a partir de uma característica fundamental do conceito cognitivo que a informação pode ser discutida com um olhar mais cauto através da relação entre os sujeitos da informação assinalando que o texto é “[...] uma coleção de signos propositadamente estruturados por um emissor com a intenção de mudar a estrutura-da-imagem de um receptor [...]” e a informação “[...] é a estrutura de qualquer texto o qual é capaz de mudar a estrutura-da-imagem de um receptor [...]” (BELKIN; ROBERTSON, 1976, p. 201).

Consideramos que o conceito cognitivo da informação apresenta dois pontos débeis: o primeiro ocorre pela rasa relação constituída entre emissor e receptor, que prima mais por um procedimento semilinear de transferência da informação (emissor-receptor) do que por uma construção dialógica da informação entre emissor-receptor e o segundo, consequência do primeiro, se dá pelas maneiras como o receptor constrói informação (fenômenos transferenciais e hilozóicos de informação).<sup>44</sup>

Em primeira instância, a ideia de uma transferência de informação provoca a concepção de um emissor que arbitrariamente lança um texto que modifica a estrutura cognitiva do receptor ou de um receptor que recebe uma mensagem e modifica sua estrutura cognitiva. Neste caso, consideramos que a informação apresenta um caráter “mórbido” em que o emissor exerce uma força maior sobre o receptor do que a constituição de uma relação horizontal entre ambos.

Em segunda instância, reivindicamos a superação de um fenômeno transferencial cognitivista da informação para um fenômeno hilozóista cognitivista da informação, visando superar o caráter semilinear da informação. No entanto, não é um hilozóismo convencionalmente ligado a um realismo da finalidade da natureza, mas um hilozóismo cognitivista ligado a uma vida social da informação como elemento material, que envolve

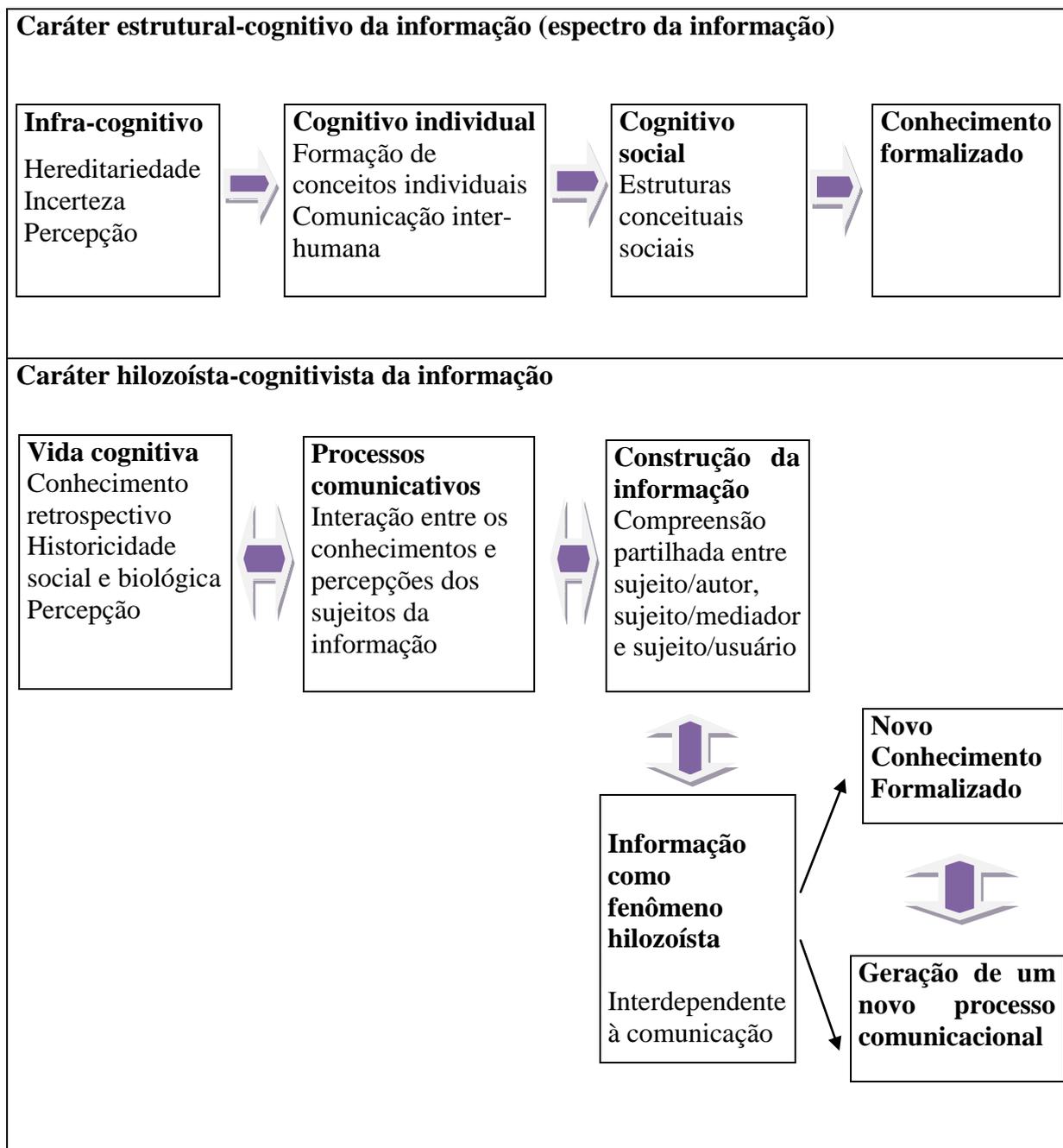
---

<sup>44</sup> O modelo interacionista dos sujeitos da informação se constitui como proposta de superação dos conceitos matemáticos/quantitativos e conceito cognitivo da informação.

interações entre seres e construtos a partir da realidade objetiva com a finalidade de construir conhecimento e corroborar para a formação de novos processos comunicacionais.

A figura 6 abaixo mostra duas realidades cognitivistas, sendo a primeira a convenção do espectro da informação e a segunda a informação cognitivista como fenômeno hilozoísta com vistas a constituição de uma nova percepção cognitivista da informação:

**Figura 7 - Informação como fenômeno cognitivista-hilozoísta**



**Fonte:** Primeira parte de Belkin e Robertson (1976) e segunda parte elaborada pelo autor.

De modo geral, apresentamos algumas diferenças básicas entre as duas situações cognitivas de construção da informação:

- a) a primeira situação apresenta um entorno cognitivo essencialmente ligado a questões hereditárias, quantitativas e psíquicas e a segunda situação valoriza de forma mais ampla o processo histórico-cognitivo do conhecimento que engloba tanto aspectos biológicos, quanto aspectos sociais;
- b) a primeira situação estabelece uma segregação entre conceitos individuais e sociais como sendo dignos de etapas diferentes e com distinções comunicativas (a intercomunicação humana na formação de conceitos individuais engendra subsídios para estruturas conceituais sociais), enquanto a segunda situação valoriza de forma mais incisiva as interações entre os sujeitos da informação para partilha e construção da informação ratificando o pensamento de Piaget (1994) que a construção cognitiva deve primar pela perspectiva de descentração em detrimento do egocentrismo, bem como superar a coação em favor de uma cooperação e ainda primando por um autogoverno;
- c) a primeira situação demonstra um caráter semilinear da cognição informacional como fenômeno de transferência e a segunda situação reconhece as percepções dos sujeitos da informação a partir de uma interação horizontalizada e de uma heteronomia da alteridade (LEVINAS, 1974; 1988; 1997) e que contribua para o crescimento cognitivo de ambos relegando a um plano inferior a ideia de um processo transferencial do sujeito/autor para o sujeito/usuário como pressuposto semilinear.
- d) a segunda situação se diferencia da primeira a partir da percepção de que “[...] o processo de construção de estruturas mentais é obra do sujeito, obra esta que ninguém pode fazer por ele e cujos resultados traduzem as potencialidades nele inscritas [...]” (TAILLE et al., 1991, p. 63).

Isso implica dizer que a percepção de transferência é vista através da transmissão do sujeito/autor para o sujeito/usuário como procedimento linear e arbitrário e não quando da solicitação pelo usuário e da interação entre os sujeitos da informação envolvidos que valoriza uma construção da informação para ambos e uma autonomia do sujeito/usuário da informação atentando que “[...] essa autonomia não é um dado e sim o produto de uma gênese, uma conquista da consciência moral [...]” (FREITAG, 1991, p. 54) considerando que a atividade cognitiva se desenvolve no contexto histórico-social.

Em outras palavras, o conceito cognitivista da informação apresentado na primeira situação peca por priorizar a transferência imaginando a informação como fundamento ligado

apenas a vontade do sujeito/autor sobre o sujeito/usuário, sem uma apropriação crítica deste último. O conceito cognitivista peca ainda na primeira situação por não contemplar a autonomia do sujeito/usuário no que tange a capacidade deste em exercer a perspectiva de mediador.

Neste caso, em diálogo com o modelo interacionista proposto no tópico sobre TMC, o sujeito/usuário pode exercer o caráter de mediador quando, a partir das relações que produz com sujeito/autor e/ou sujeito/mediador, procura conceber um processo consistente de apropriação, visando agregar e se relacionar com outros sujeitos/usuários. Mas a primeira situação impossibilita essa autonomia mediacional do sujeito/usuário em face da escassez de uma contextualização social.

Aprofundando as diferenças entre as duas situações, observamos que a segunda situação perscruta de maneira mais efetiva as relações e diferenças entre informação e comunicação e informação e conhecimento. A primeira situação, ao segregar conceitos individuais e sociais, delibera a construção de um conhecimento isolado, sem atentar para o potencial material e social da informação na construção do conhecimento e as posições interacionistas entre os sujeitos da informação para promover uma dinamicidade mais ampla ao processo comunicacional. A segunda situação demanda repensar os pressupostos teórico-empíricos da informação como fenômeno hilozoísta que pode gerar, por um lado, a construção de um novo conhecimento e, por conseguinte, um novo processo comunicacional ou pode gerar diretamente um novo processo comunicacional.

A informação, na segunda situação, passa a exercer um postulado mediador com o conhecimento e uma relação de interdependência com a comunicação representando um primeiro fator dependente da atividade propriamente comunicativa (compreensão) e um segundo fator, independente da atividade comunicativa (informação como fenômeno hilozoísta) enquanto, no primeiro caso, a informação é vista de forma mais simplista como um elemento dependente do processo comunicacional.

Isso significa que a informação como fenômeno hilozoísta favorece um redimensionamento cognitivo que promove mais autonomia ao usuário e uma dirimição hierárquica entre sujeito/autor e sujeito/usuário. Para tanto, a informação como fenômeno cognitivo-hilozoísta atenta para os seguintes pressupostos:

- a) **compreensividade** – é próprio do processo de hermenêutica, construção e compreensão elementar da informação (CAPURRO, 2003). Sem essa compreensão é inviável pensar a constituição ontológica e cognitiva da informação;

- b) **veracidade** – a informação não pode ser simplesmente compreendida em um determinado contexto, mas é pertinente considerar os diversos contextos a fim de saber qual valor cognitivo e aplicativo da informação compreendida deliberando que a veracidade não entoa um desiderato absoluto, mas uma viabilidade de aplicação no contexto em que a compreensão está inserida, visando conceber como a compreensão efetivada pode, por um lado, partilhar e construir um novo conhecimento e, por outro lado, como pode gerar um novo processo comunicacional que envolve novos diálogos e interações;
- c) **dinamicidade** – envolve os suportes físicos e sociais em que a informação pode ser partilhada e construída. A variedade de suportes não quer dizer que a informação será mais efetivamente construída, mas a focalização dos suportes necessários e possíveis para determinadas interações entre sujeitos da informação que permite um diálogo mais franco e profícuo;
- d) **socialidade** – é o nível mais complexo do fenômeno cognitivo-hilozoísta, pois é o momento de reconhecer como a informação é construída nos níveis individual e coletivo e as possibilidades de partilha e construção de novos conhecimentos com outros sujeitos/usuários.

Este último fator pode ser considerado mais complexo por se configurar no diálogo entre concepção cognitiva e social da informação. Esse diálogo remete a noção do conceito social de informação que se consagrou como paradigma sócio-cognitivo da CI que pode ser considerado como elemento mais atual e desafiador para construção semântica da informação na CI, uma vez que situa a informação como fenômeno do cotidiano que distribui e possibilita múltiplas interações e interpretações aferindo que a “[...] informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais.” (MARTELETO, 2002, p. 102).

O conceito social de informação tem sido discutido e investigado com muita ênfase na CI, especialmente a partir da década de 1990. Porém, é inegável que a constituição de fundamentos sociais da informação se estabelece desde a juventude da CI a partir da importação do conceito de responsabilidade social em Wersig e Neveling (1975) e de ideias como a epistemologia social de Egan e Shera (1952) e Shera (1977). Mas é com Hjørland e Albretschén (1995), Hjørland (1997, 1998, 2000, 2002, 2003), Capurro (2003) e Frohmann (2008) que o conceito social de informação toma uma dimensão epistemológica mais ampla nos contextos de investigação da CI.

É preciso considerar, em caráter preliminar, que as visões dos autores identificados se definem em agrupamentos epistemológicos temáticos que merecem um olhar mais cauto a fim de compreender os fundamentos sociais e conceituais da informação, a saber: epistemologia social; responsabilidade social e a formação do paradigma social da CI.

Esse agrupamento comprova que a ideia de conceito social de informação e uma prática social da CI não podem ser atreladas simples e exclusivamente ao paradigma social da informação constituído em meados da década de 1990, embora seja preciso diferenciar as perspectivas sociais tratadas e definir a complexidade e o desafio mais instigante e premente do paradigma social em conceber uma nova percepção do que seria um efetivo fundamento social da CI superando a ideia do sujeito visto isoladamente ou da informação como fenômeno meramente quantitativo.

No que tange à epistemologia social tem seu principal expoente o professor/pesquisador da School of Library Science da Western Reserve University Jesse Shera (1977, p. 11) que admite:

A nova disciplina que aqui focalizamos (e à qual por falta de melhor nome chamamos de epistemologia social) deveria fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva com seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, uma nação ou cultura alcança a compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela. O foco dessa nova disciplina seria a produção, fluxo, integração e consumo de todas as formas de pensamento comunicado através de todo o modelo social. De tal disciplina poderia emergir um corpo de conhecimentos e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social.

O que Shera pretende com a constituição dessa disciplina é diminuir a distância entre pensamento e ação; teoria e prática; intuição e empirismo; fundamentação técnica e social, de sorte que seja possível investigar os sistemas sociais em sua plenitude intelectual e psíquica, visando desenvolver perspectivas para construção do conhecimento.

A epistemologia social levanta a hipótese relacional entre experiência – ser social – mente – historicidade considerando que a partir das experiências humanas atuais e anteriores é possível estabelecer interações que permitam a formação de um conjunto mais consistente para construção do conhecimento.

Uma grande contribuição de Shera é dar a Biblioteconomia e a CI subsídios para pensar as relações entre informação e sociedade no sentido de compreender como a informação pode interferir nas relações sociais e, por conseguinte, nas construções e classificações mentais de saberes.

Para Shera, as novas sensações originadas da experiência ou do contato com algum texto e/ou grupos sociais seriam classificadas pelo cérebro em conexão com experiências anteriores. Esta incorporação de novos saberes estabeleceria uma ordem no conjunto de saberes, diminuindo as incertezas dos indivíduos. Nesta perspectiva, os conceitos seriam vistos como padrões, que são a matéria-prima das classificações. (ALVARENGA, 2003).

Destacamos a relação da epistemologia social de Shera com dois fundamentos: a noção de alteridade que valoriza o olhar para o outro a partir do eu e a concepção de meta-conhecimento que envolve a complexidade das práticas intelectuais e sociais que contribuem para a construção do conhecimento.

A epistemologia social no contexto da alteridade se dá no discurso de Egan e Shera (1952) considerando o exame das **relações recíprocas** que se estabelecem entre os seres humanos no seu entorno social, cultural e tecnológico, com vistas a consecução da atividade cognitiva que prima pelo estudo do ciclo de produção, circulação e uso do conhecimento caracterizados em sua materialidade como a ecologia sociotécnica do trabalho intelectual.

Em particular, a alteridade, que possui como base a construção da pré-noção do outro, sendo este um fundamento que não pode ser contido, que conduz para além de todo o contexto do ser (LEVINAS, 1997) é ponto focal da epistemologia social no âmbito das relações recíprocas, de sorte que se constitui em um fenômeno do olhar para o outro em uma perspectiva socializadora, ou seja, os indivíduos em intensa relação desenvolvem uma sensibilidade perceptiva para o outro.

Desse modo, a epistemologia social, mesmo que inconscientemente, concebe, por um lado duas críticas essenciais: uma crítica à ontologia de não olhar o ser para si, mas o ser para o outro que ratifica conforme expressa Birman (2000, p. 300) “novos ideais alteritários”, pois as relações recíprocas entre os indivíduos devem marcar uma construção de conhecimento fincado nas raízes de um movimento cognitivo que contemple a ideia do outro para sua consolidação; e, por outro lado, uma crítica à diferença que busque afirmar a formação de uma heteronomia da alteridade (LEVINAS, 1997), já que a epistemologia social que pensa o ciclo da produção, circulação e uso do conhecimento só pode fazê-lo no reconhecimento das relações que identificam as diferenças e buscam reconhecer no outro as superações das diferenças em prol de um construto socializador de conhecimento e promissor para as partes que interagem.

A epistemologia social, ao tratar das relações recíprocas, estimula a reflexão sobre como superar o olhar ontológico individualizado, a diferença insidiosa e anti-interacionista e a identidade estanque e imobilista.

A percepção sobre a epistemologia social no contexto do meta-conhecimento se estabelece a partir da concepção de “[...] um corpo de conhecimentos sobre o próprio conhecimento [...], sobre as forças intelectuais que modelam as estruturas e as instituições sociais [...]” (SHERA, 1972, p. 111-112).

Shera busca analisar como o conhecimento de indivíduos e grupos sociais (forças intelectuais) alteram as estruturas/instituições sociais engendrando novos conhecimentos (este novo conhecimento de carácter mais formal e institucionalizado resultante de um conjunto de atividades sociais e mentais). Por sua vez, a epistemologia social promove uma fundamentação de cunho teórico ao processo de produção do conhecimento que interliga o conhecimento individual/físico e o conhecimento social/institucional que modificam estruturas e instituições sociais como forma de compreender a superação da percepção gnosiológica à fundamentação epistemológica do conhecimento, assim como uma fundamentação científica à Biblioteconomia aferindo um ideário propositivo de ação social a esta disciplina.

É precisamente por essa pretensa consecução de forças intelectuais sobre a produção, circulação e uso do conhecimento que a epistemologia social se estabelece com uma característica de meta-conhecimento, pois está de um lado, preocupada com o conhecimento científico produzindo e, de outro lado, o conjunto de conhecimento gnosiológicos – materiais e sociais – que regem as relações sociais e promovem base epistemológica a produção do conhecimento constituindo um viés teórico-empírico.

E por qual motivo a epistemologia social não foi tão aceita pela comunidade de Biblioteconomia e CI, já que compõe um espectro alteritário e uma preocupação com o corpo intelectual e produtivo do conhecimento em instituições sociais?

Em primeiro lugar, acreditamos que a proposta de Shera e Egan era muito complexa para ser compreendida em apenas um artigo e como não houve atualizações sucessivas pelos autores sobre epistemologia social após o artigo escrito *Foundations of a theory of bibliography* (EGAN; SHERA, 1952), a epistemologia social não somente caiu no esquecimento, como não houve efetivos questionamentos favoráveis e controversos a questão.

A segunda questão é que parece conotar que Shera e Egan promoveram a epistemologia social como um corpo secundário de reflexões para respaldar as construções teóricas da Bibliografia e Biblioteconomia inferindo certo reducionismo cognitivo e aplicativo da epistemologia social no âmbito da área e das ciências sociais de forma mais ampla.

A terceira questão e esta parece ser a ponderação nevrálgica da epistemologia social é a falta de propostas aplicadoras, tanto na Biblioteconomia, quanto em outros campos das

ciências sociais tornando a epistemologia social uma percepção teórica generalista e que não buscou a construção de um conhecimento que partisse da realidade, mas que simplesmente seriam pensados e associados à luz de teorias das ciências sociais.<sup>45</sup>

Assim, entendemos que a epistemologia social, da forma como foi concebida por Shera se estabeleceu como um fundamento científico superficial e pouco esclarecedora, principalmente em nível filosófico, embora manifestasse pontos subjacentes de significativa reflexão como mostramos acerca da concepção de alteridade (e ontologia) e meta-conhecimento.

Talvez, a epistemologia social, para ser reconhecida com mais efetividade devesse ser norteadada pela formação de pressupostos associados à sociologia da ciência e a elaboração de políticas científicas que institucionalizem a epistemologia social como um *corpus* de fundamento científico-institucional consubstanciada na proposição de ações substanciais e práticas sociais movidas por um conjunto de ações de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000) na sociedade contemporânea.

As políticas científicas a partir da epistemologia social poderiam ser gestadas a partir de temáticas dentro da Biblioteconomia e CI ou mesmo no âmbito da ciência em geral, tais como:

- a) o processo de comunicação científica em eventos e periódicos científicos;
- b) uso de tecnologias em instituições de educação básica e superior;
- c) formação e estruturação de bibliotecas, arquivos e museus, principalmente de cunho virtual e digital;
- d) política de acesso livre em periódicos científicos;
- e) proposições para o aprimoramento das bibliotecas consideradas de cunho essencialmente educativo, como públicas, escolares e universitárias; propostas de acesso público à informação de pessoas e instituições;
- f) políticas de acesso à informação em comunidades carentes que contemplem ações modificadoras referentes ao acesso de bens básicos como saúde, saneamento, prevenção de doenças, etc.

Quanto à responsabilidade social é um conceito que se insere na CI em meados da década de 1970 com o expressivo discurso de Wersig e Neveling (1975):

---

<sup>45</sup> A própria afirmação de Shera (1977, p. 11) “de tal disciplina poderia emergir um corpo de conhecimentos e uma nova síntese da interação entre conhecimento e atividade social” demonstra o cará líquido em termos de aplicabilidade e consistência teórico-epistemológica da epistemologia social.

[...] A partir dos requisitos de uma prática que cresceu e se tornou cada vez mais complexa, emergiu o trabalho científico, e, em seguida, apareceu um grupo de pessoas, foi utilizada uma nova tecnologia e surgiu a comunicação especializada. Desta maneira desenvolveu-se uma nova disciplina – não por causa de um fenômeno específico, o qual sempre existira e agora se transformou num objeto de problema cuja relevância para a sociedade foi completamente alterada. Hoje, o problema da transferência do conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social e esta responsabilidade social parece ser o motivo real da ‘ciência da informação’. [...] Com este ‘credo’ não negamos a possibilidade de se trabalhar cientificamente por puro prazer, ou de se alcançar a ciência da informação na busca da verdade. Entretanto, os sentimentos individuais de cientistas da informação nada acrescentam a uma disciplina que a sociedade deveria apoiar.

A fala dos autores é comumente interpretada e apropriada pela ideia da “transferência de conhecimento ser a real responsabilidade social da CI”. Todavia, entendemos ser necessário ampliar o discurso dos autores buscando redimensionar algumas compreensões sobre a responsabilidade social e a perspectiva informacional na CI.

Convergimos na direção de três questões amparadas pelos autores: a primeira é referente à formação epistemológica da CI; a segunda é referente à finalidade da CI que envolve fundamentos de transferência do conhecimento como uma responsabilidade social; e o terceiro está ligado ao caráter coletivo de estudos e práticas dos cientistas da informação no fortalecimento da CI.

Quanto à primeira questão, a CI se estabelece através da explosão informacional e do aperfeiçoamento da prática de comunicação especializada. Logo, a CI é um amálgama tecnossocial que surge, por um lado, com o lato desenvolvimento das tecnologias e, por outro lado, das condições humanas e sociais da comunicação, principalmente a científica instituindo na informação, o elemento *sine qua non* de estudos construindo teorias e metodologias de aplicação.

A segunda questão, definicionalmente vinculada à transferência de informação como uma responsabilidade social, parece ser uma questão em aberto no discurso dos autores, uma vez que, por um lado, o conceito de responsabilidade social não é discutido no artigo, mas apenas inserido acriticamente deliberando uma superficialidade da pretensão finalística da CI e, por outro lado, a ideia de transferência de conhecimento indica mais uma perspectiva cognitiva de informação de cunho semilinear e relacionada a uma visão mais isolada dos sujeitos (FROHMANN, 2008) do que um fundamento social da informação na CI.

Aliás, a própria percepção de responsabilidade social possui um esvaziamento semântico, já que os autores não exercem uma reflexão sobre o termo em lide, inclusive, desconsiderando a sua origem a prática empresarial contemplando aspectos econômicos, legais, éticos e filantrópicos (DAFT, 1999; OSCIP, 2001; LOURENÇO E SCHRODER,

2003; INSTITUTO ETHOS, 2013) e normativa (ISO 26000) com uma escassa fundamentação científica.<sup>46</sup>

Ocorre ainda que a ideia de responsabilidade social empregada pelos autores como transferência de conhecimento é recorrente a uma fundamentação cognitiva de informação, pois direcionam o papel da CI a uma atividade de pensar sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário em um contexto mais particularizado e menos dialógico. A ideia de transferência de conhecimento é semelhante à transferência propagada por Belkin e Robertson (1976) de favorecer a inter-comunicação humana.

A terceira questão retoma o caráter social da informação na CI enfatizando que o crescimento deste campo do conhecimento depende substancialmente das atividades coletivas dos cientistas formando um *corpus* epistemológico consistente com apropriações críticas e um olhar cauto aos processos sociais que tenciona, conforme relatam Wersig e Neveling (1975), três soluções, sendo as duas primeiras de cunho mais teórico e a terceira marcada pelo pragmatismo: uma solução ampla baseada na abordagem estrutural da informação, pois se cada estrutura do mundo objetivo é informação, uma ciência relacionada com os métodos de descobrir esta informação, de representá-la, e de transformá-la em novas representações que permitam conclusões adicionais, será possível e útil para todos os tipos de atividade científica; uma solução média baseada na abordagem combinada entre conhecimento e mensagem (informação como conhecimento registrado); e uma solução estrita (abordagem de uma orientação para os fins que reflitam os problemas sociais, científicos e tecnológicos da área).

Em síntese, os autores, embora não aprofundem a discussão, comungam a solução estrita da CI que deve ser pensada a realidade concreta dos problemas e necessidades de informação, pois são questões que devem ser resolvidas e permitem soluções mais significativas.

Porém, em alguns momentos, os autores estabelecem certa contradição a visualizarem um conceito social de informação como pressuposto quantitativo de mensuração probabilística para possível redução de incerteza. Essa concepção se justifique, talvez, pela preocupação dos autores em focalizar de forma mais efetiva a CI e suas configurações

---

<sup>46</sup> É preciso destacar que as concepções de responsabilidade social se desenvolvem de forma marcante na Europa a partir da década de 1960 convergindo com a institucionalização do campo da CI. Mais uma vez observamos certo modismo da CI em se apropriar acriticamente de certas terminologias por conveniências políticas, científicas e históricas. A diferença da apropriação de termos como paradigma/interdisciplinaridade e responsabilidade social é que o primeiro nasce no seio de reflexões científicas e/ou de movimentos sócio-educacionais, enquanto o segundo está essencialmente vinculado a uma prática empresarial e mercadológica, mas os três termos retromencionados se destacam no mesmo período histórico.

informativos/comunicacionais do que a informação como conceito gestado a partir da realidade objetiva (concreta) no âmbito da CI.

Aliás, um problema latente que ocorre com as duas concepções sociais de informação na CI aduzidas oriundas entre as décadas de 1950/70 é a alternativa de vincular à construção da informação e do conhecimento ao conceito quantitativo/matemático considerando que o intelecto parece constituir sua plenitude quando da dirimção de dúvidas.

Contudo, o conceito social de informação que se desenvolve em meados da década de 90 incide um novo pensamento social de informação de cunho mais crítico e questionador da realidade e mais fundamentado cientificamente, principalmente pela emergência de fenômenos de cunho político (neoliberalismo) e econômico-cultural (globalização) corroborando para a popularização do termo pós-modernidade (LYOTARD, 1985) que questiona a historicidade do passado definitivamente estabelecido e do futuro pré-determinado e favorece a formação de um novo pensamento social da informação e do conhecimento de modo mais integrado e aplicativo em nível planetário.<sup>47</sup>

Nessa conjuntura, o conceito social de informação empreendido de forma mais concreta a partir da década de 1990 tem diversos personagens (Hjørland, Capurro, Frohmann, Rendón-Rojas, etc.) e ocorre em diversos países (Alemanha, Dinamarca, Espanha, EUA, Canadá, México e Brasil).

Consideramos que o conceito social de informação é um dos grandes desafios da CI que se justifica pelos seguintes motivos: pensar uma prática investigativa de cunho social mais consistente na área; desenvolver uma perspectiva social que permita um diálogo mais horizontalizado com outras áreas; promover autonomia científica a CI evitando que este campo não se situe apenas como um apropriadora de conceitos de outras áreas; concatenar os conhecimentos científico e social, consolidando uma unidade científico-social; pensar a informação no contexto da construção social e não da diminuição de incertezas ou da transferência de informação; aproximar as relações humanas e alteritárias entre informação e conhecimento; constituir subsídios para promover uma autonomia mais efetiva ao usuário no processo de construção da informação.

No entanto, o conceito social de informação ainda se configura como um fator embrionário na CI sendo possível destacar duas grandes percepções: o paradigma social ou paradigma sócio-cognitivo no âmbito da análise de domínio-comunidades discursivas

---

<sup>47</sup> É inegável que a Biblioteconomia e Documentação clássicas e a CI, em seu limiar, vislumbraram e desenvolveram uma fundamentação social da informação, mas em um nível mais específico, pois mesmo na condição social, o indivíduo (usuário) foi visto redutivamente a sua condição funcional.

desenvolvido por Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (1997, 1998, 2000, 2002, 2003a, 2003b,) e a hermenêutica da informação de Rafael Capurro (2003).

Em relação à análise de domínio é uma percepção teórica que se fundamenta a partir do conceito de domínio. Para Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400) o domínio se configura como “[...] comunidades do pensamento ou do discurso, que são partes de divisão da sociedade do trabalho.”

O conceito apresentado mostra que os autores trabalham em duas perspectivas gerais: a primeira se refere à significação do paradigma da análise de domínio e suas possibilidades de aplicação à CI, e a segunda indica que os termos análise de domínio e comunidades discursivas são diferentes, embora sejam complementares, uma vez que um domínio pode ser considerado como um tipo de comunidade discursiva. (SILVA; FARIAS, 2013, p. 50).

Para Hjørland (1997) as comunidades discursivas podem ser identificadas em uma tessitura científica, acadêmica ou profissional que se estabelecem em estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologias específicas e estruturas informacionais particulares (estas estruturas informacionais desenvolvem processos de organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância).

As comunidades discursivas se estabelecem como formas de organização humana e extensivamente não-humanas de caráter social atrelada a fenômenos acadêmico-científicos ou profissionais, com vistas a fortalecer os sentidos de existência daquela comunidade e de suas possibilidades de apreensão e construção de um conhecimento paradigmático em comum que assente uma justificação/sustentação de sentido para existência e atuação da comunidade discursiva.

Ressaltando que, ao contrário da perspectiva cognitivista da CI, a comunidade discursiva não estuda os sujeitos de forma isolada, mas busca compreender as relações entre os sujeitos, sendo precisamente a partir dessas relações baseadas nos pressupostos cotidianos da atividade profissional e/ou científica que a análise de domínio pode ser consolidada.

Já no tocante ao conceito de análise de domínio na CI, Hjørland e Albrechtsen (1995) estabelecem criteriosa revisão de literatura e verificam os conceitos de domínio ligados/aplicados a outros termos, como especialidade/disciplina/ambiente, o que significa dizer que o domínio pode ser caracterizado como uma linha de investigação social da CI com múltiplas percepções e aplicações.

A análise de domínio se configura nas maneiras de como as organizações sociais empreendem seus discursos e constroem seus conhecimentos, visando ao fortalecimento de

seus ambientes (técnico, cognitivo, social e institucional). No caso da CI, a análise de domínio seria uma forma de conhecer o cotidiano científico e pragmático do campo (linhas de pesquisa) a fim de empreender os fundamentos que são pertinentes para o desenvolvimento da área superando as conveniências do pesquisador e apresentando necessidades sociais de cunho interno (da CI em si) e externos (da sociedade que necessita das atividades teóricas e empíricas da CI).

Hjørland (2002) indica que a análise do domínio deve ser analisada de forma intrinsecamente concatenada as linhas de investigação dessa área. Para tanto, descreve onze fundamentos em que a análise do domínio pode ser investigada na CI:

- a) produção de guias de literatura e portais temáticos – publicações que listam e descrevem os sistemas de fontes de informação em uma ou mais áreas; organizam fontes de informação de um domínio de acordo com os tipos e funções abrangidas;
- b) produção de classificações e tesouros especiais – vocabulários específicos e estruturas lógicas de categorias e conceitos de um documento ou domínio, assim como as relações semânticas entre os conceitos;
- c) especialidades em indexação e recuperação – primam pela organização de simples documentos ou coleções de maneira a otimizar a capacidade de recuperação e visibilidade de seus potenciais epistemológicos;
- d) estudos empíricos de usuários – estudos de domínios de acordo com as preferências, comportamentos ou modelos mentais de seus usuários;
- e) estudos bibliométricos – padrões sociológicos explícitos entre documentos individuais;
- f) estudos históricos – relacionam as influências mútuas entre a história do domínio ou assunto com tradições, paradigmas, assim como documentos, categorias, sistemas de comunicação e formas de expressão;
- g) estudos sobre documentos e gênero – revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio;
- h) estudos críticos e epistemológicos – organizam o conhecimento de um domínio em paradigmas de acordo com suas suposições básicas sobre conhecimento e realidade;
- i) estudos terminológicos, linguagens para propósitos especiais e estudos do discurso – palavras, textos e expressões em um domínio de acordo com a semântica e critérios pragmáticos;

- j) estudos em estruturas e instituições em comunicação científica – organizam os principais atores e instituições de acordo com a divisão interna do trabalho em um domínio;
- k) análise de domínio na cognição profissional e inteligência artificial – modelos mentais de um domínio ou métodos de descoberta do conhecimento para produzir sistemas peritos.

Para promover maior precisão, as abordagens supramencionadas permitem classificar o estudo de análise de domínio em alguns fundamentos teóricos e científicos da Biblioteconomia/CI, tais como: fundamentos de organização e tratamento da informação (produção de guias de literatura e portais temáticos, produção de classificações e tesouros especiais, especialidades em indexação e recuperação e estudos sobre documentos e gênero); fundamentos cognitivos e sociais (estudos empíricos de usuários e análise de domínio na cognição profissional e inteligência artificial); fundamentos históricos e epistemológicos (estudos históricos, estudos epistemológicos e crítica, estudos terminológicos, linguagens para propósitos especiais e estudos do discurso); fundamentos de ciência e pesquisa (estudos bibliométricos e estudos em estruturas e instituições em comunicação científica).

Observamos que o paradigma social de Hjørland embora não esteja diretamente centrado na informação em si, mas nos pressupostos teórico-epistemológicos e empíricos da CI incide efetivas possibilidades para pensar as penetrações semânticas do conceito de informação.

Já a hermenêutica da informação se constitui como uma atividade paradigmática social da CI, mas com incidência direta na construção da informação. Capurro (2003, p. 12) assume que:

A hermenêutica como paradigma da ciência da informação postula justamente a diferença entre pré-compreensão, oferta de sentido e seleção, tomando como marco de referência, não a pré-compreensão de um sujeito ou usuário isolado, mas a de determinada comunidade assim como a de um campo específico de conhecimento e/ou de ação no qual o usuário está já implícita ou explicitamente inserido.

A hermenêutica da informação desloca o significado de informação do sujeito/autor e seus processos de transferência para o sujeito/usuário e seus processos de interpretação, apreensão, apropriação e conseqüente compreensão. Para tanto, a hermenêutica da informação pode ser associada aos pressupostos do construtivismo piagetiano e ao sócio-interacionismo (também chamada de teoria sócio-histórica ou teoria sócio-construtivista) de Vygotsky.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Capurro (2003) também fala que a hermenêutica da informação está ligada a semiótica e a cibernética de segunda ordem. Essa relação disciplinar possibilita uma integração dos aportes e metodologias do paradigma

No que tange ao construtivismo recorremos à ideia de Piaget (1994, p. 295) quando afirma que “[...] sujeito epistêmico e sujeito julgador são inseparáveis: a lógica é uma moral do pensamento, como a moral é uma lógica da ação [...]” demonstrando que a construção da informação (e também do conhecimento) não é um simples preenchimento de um vazio mental, mas uma construção histórica entre sujeitos cognoscentes que se desenvolvem a partir da assimilação, integração e reorganização de estruturas que permitem interpretar e interagir com o mundo. (PIAGET, 1970).

Rendón-Rojas (2005) se apropria do discurso de Piaget compreendendo que a informação não existe como um fenômeno acabado, mas é construída a partir do mundo material e se configura como qualidade de um objeto particular: o signo linguístico. Para tanto, recorre a uma visão dialética que, por um lado, possibilita descobrir a interconexão da informação com outras informações e conhecimento do sujeito cognoscente e, por outro lado, vislumbra a noção de valor (filosófico) da informação reconhecendo de modo concomitante a objetividade do valor constituída pelo momento ontológico e a subjetividade concebida pela atividade do sujeito no processo de formação antropológico-ontológico na construção histórica dos valores que permeiam a informação.

Todavia, essa construção não pode ser desenvolvida a esmo e muito menos deve primar por um processo de absolutização compreensiva, pois do contrário a construção será comumente voltada para atividades contextuais, sem uma compreensão mais ampla da realidade social. Ogborn (1997, p. 131) critica o construtivismo por absolutizar a metáfora da construção de significados (making sense) negando assim qualquer valor a outras metáforas tais como contar, expor, mostrar, ver, descobrir.

Por isso, é pertinente atribuir ao conceito social de informação um apanágio sócio-interacionista, de sorte que se apropria de qualidades construtivistas (o ato de construir a partir de uma fundamentação heteronômica e conseqüentemente autônoma), ao passo que busca a descoberta de outras estratégias sociais para compreensão dos valores do conhecimento e o olhar marcadamente voltado para a alteridade e reciprocidade.

Taille, Oliveira e Dantas (1991, p. 60) elucidam os constituintes que formam a base do sócio-interacionismo:

Em primeiro lugar, a relação entre o indivíduo e sua cultura. A cultura não é pensada como um dado, um sistema estático ao qual o indivíduo se submete, mas como um “palco de negociações” em que seus membros estão em constante processo de

---

físico e cognitivo, visando suas inserções em uma dimensão social. Essa relação entre semiótica e cibernética de segunda ordem forma o que Brier (1999) chama de ‘cybersemiotics’.

recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados. Em segundo lugar, a configuração absolutamente particular da trajetória de vida de cada indivíduo. Ao falar em “histórico”, *Vygotsky* não se refere apenas a processos que ocorrem no nível macroscópico. Ele fala em filogenético para a espécie, histórico para o grupo cultural, ontogenético para o indivíduo. [...] Em terceiro lugar, a natureza das funções psicológicas superiores. Quando *Vygotsky* fala em funções psicológicas superiores, principal objeto de seu interesse, refere-se a processos voluntários, ações conscientemente controladas, mecanismos intencionais. No caso do desenvolvimento psicológico essas funções são as que apresentam maior grau de autonomia ao controle hereditário.

Na teoria de *Vygotsky* (1993, 1995, 1998, 2001) alguns termos são centrais para a compreensão dos fenômenos do ser/sujeito tais como: de um lado, história, cultura e relações sociais e, de outro lado, mediação, interação, internalização, conceitos, apropriações e aprendizado.

De outro modo, podemos considerar que o sócio-interacionismo está ligado ainda aos conceitos de domínio social e domínio histórico-cultural; em seguida, está ligado ao método da práxis que é como os seres interagem entre si; posteriormente, vem a mediação que se estabelece como uma intervenção dos seres; essa mediação leva a formulação de novos conteúdos e conceitos que engendram novas apropriações (generalizações) e aprendizados (desenvolvimento).

*Vygotsky* (1995, 1998) vê a cultura como um insumo da valorização da produção humana em diferentes contextos para estimular construto de informações, conhecimentos e significados por meio de negociações e interações entre os seres e desses com o meio. Essa interação entre os seres e deles com o meio é o que produz subsídios para cultura, seja individual ou coletiva, sempre sob a influência do contexto histórico, sendo este um forte desencadeador dos significados da cultura do ser. Já a questão histórica nos remete a ideia do entendimento de como o ser chegou até aquele momento ou, de forma mais precisa, os diversos momentos e períodos que marcaram a humanidade. A questão social é pertinente para definir as relações humanas.

Com efeito, o conceito social de informação da CI no âmbito da teoria sócio-interacionista pode ser compreendido a partir das seguintes questões: a) a informação deve ser pautada nas condições histórico-culturais do sujeito/usuário atentando para uma semântica compreensiva da informação; b) a informação não é transmitida, mas mediada em uma perspectiva dialógica entre os sujeitos da informação e as condições sociais e institucionais vigentes; a informação é construída COM o usuário e não simplesmente PARA o usuário (SILVA, 2012); c) o usuário da informação interage com o centro e o profissional da informação a partir de suas experiências sociais, conhecimentos, experiências anteriores e

demandas prévias, assim como busca, problematiza, questiona; d) o profissional da informação é o provocador de polêmicas e conflitos, construindo junto com os usuários da informação, estimulando-os a encontrar diferentes respostas para os seus problemas, de sorte que está preocupado mais intensamente com o processo do que com o produto em si; e) o centro de informação é o substrato institucional que promove possibilidades de interação, desafiando os usuários nas interpretações e entendimentos dos casos de sua vida cotidiana e na busca de respostas para os seus problemas, incentivando a mostra, exposição, percepção, apreensão, apropriação, descoberta e construção de conhecimentos.

Além das duas percepções semânticas sociais de informação já amplamente disseminadas e consagradas na CI, podemos conceber um terceiro elemento que é o espectro crítico-social da informação.<sup>49</sup>

O conceito crítico-social de informação se manifesta a partir dos pressupostos marxianos, especialmente os seguintes conteúdos: “[...] não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência.” (MARX, 1987, p. 24); “[...] os sentidos fizeram-se assim imediatamente teóricos em sua prática” (MARX, 1987, p. 177).

Podemos apreender que duas são as características básicas do conceito crítico-social de informação: a primeira é que a informação não parte linearmente do sujeito/autor para o sujeito/usuário e nem é construída pelo sujeito/usuário a partir de modelos mentais, mas é a partir das relações sociais que a informação pode ser compreendida; a segunda é que a informação não é teoricamente gestada para ser aplicada, mas a partir das relações sociais, a informação é construída promovendo sentido teórico-prático (isso ocorre em face de que a informação possui um valor pragmático que auxilia na construção do conhecimento e este não pode ser gestado se não a partir das relações sociais).

Desse modo, compreendendo a ideia de uma consciência socialmente gestada e a fusão constitutiva do caráter teórico-prático como fundamento lógico-ontológico é possível considerar uma dialética da informação como insumo central do conceito crítico-social, uma vez que a informação é uma concepção pensada à posição objetiva, pois a transgressão da informação como fenômeno objetivo só pode ser efetivada através da prática. (OLIVEIRA, 2004, p. 23).

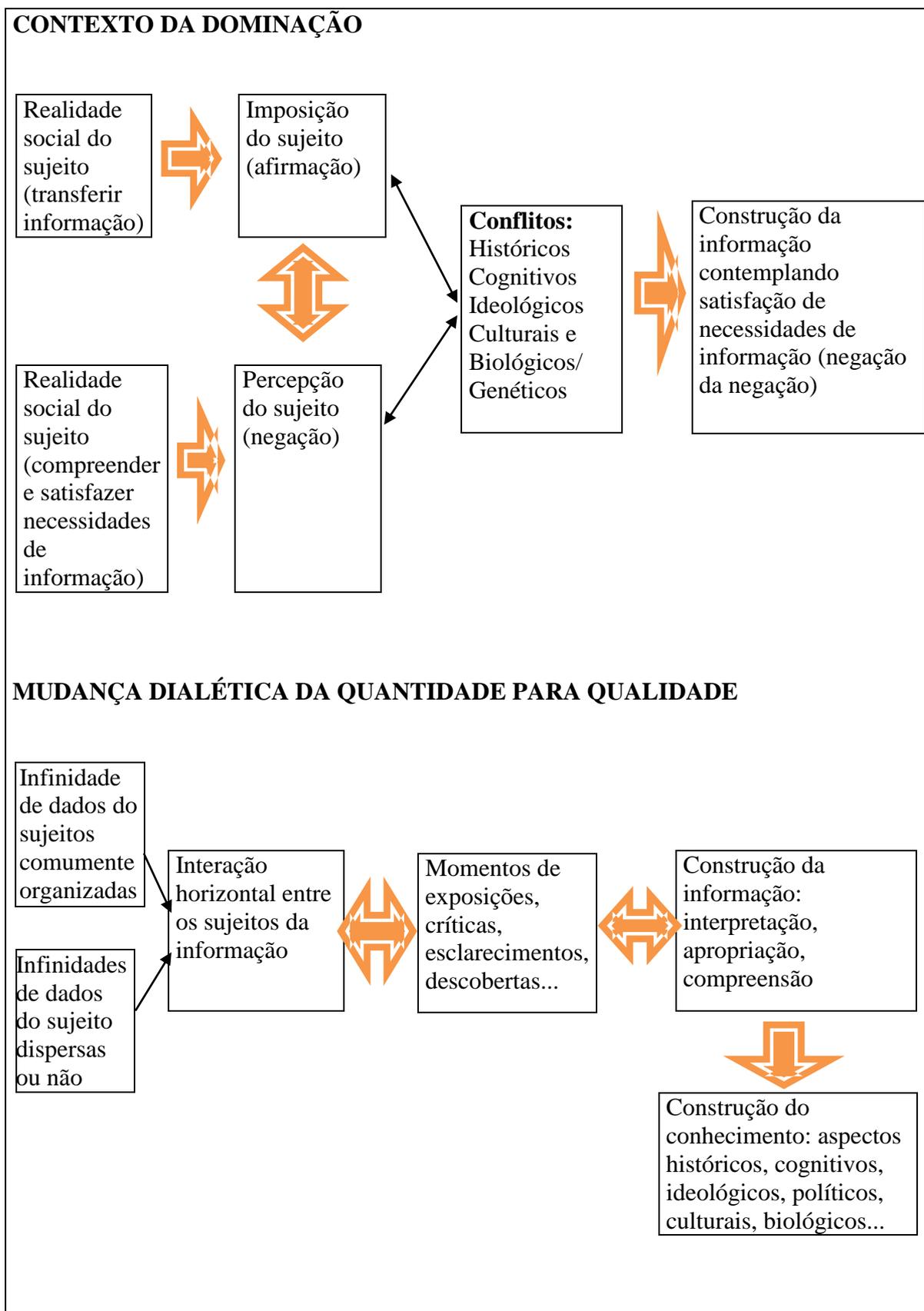
---

<sup>49</sup> Vale ressaltar que os pressupostos do sócio-interacionismo são marcadamente influenciados pelas teorias marxianas.

E como pode ser pensada a dialética da informação como fundamento crítico-social? Em primeira instância, é preciso considerar que a dialética pode ser vista aqui a partir de dois fundamentos: o contexto da dominação que é referente a imposição do sujeito/autor ou sujeito/mediador sobre o sujeito/usuário na busca por um fenômeno de transformação e a correlação de forças entre ambos que promove um terceiro momento transformado e satisfatório para ambos e o contexto das relações horizontais entre sujeitos da informação a partir de uma mudança categorial dialética da quantidade para a qualidade.

A figura 8, a seguir, mostra duas representações dialógicas da dialética da informação.

**Figura 8 - Conceito crítico-social no âmbito da dialética da informação**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Algumas interpretações podem ser concebidas, visando elucidar as duas representações constituídas na figura e suas aplicabilidades e contextualidades no âmbito da informação.

Em primeiro lugar, consideramos que o contexto da dominação apraz um dos principais sentidos de fundamentação social e ação da CI, pois este campo do conhecimento tem a finalidade de lidar com as demandas sociais de informação. Não consideramos que o papel da CI resida simplesmente, conforme afirma Wersig e Neveling (1975) na transferência de conhecimento como sendo uma responsabilidade social, pois credita, em vez de uma aproximação dialógica da CI com a sociedade, um espectro de elitismo e “seletivismo reducionista” da CI que atua com uma parcela muito específica da sociedade ou quando atua com comunidades discursivas mais carentes de informação o faz não com a propriedade de lidar com os conflitos humanos da dominação em sua essência, mas apenas para inserir algumas práticas sociais conveniadas de “cima para baixo”.

Entendemos que o papel da CI está nas múltiplas atividades de lidar com conflitos humanos no que tange aos processos de construção da informação. O conceito crítico-social de informação está intrinsecamente ligado ao enraizamento da CI nas camadas populares mais carentes de informação (ALMEIDA JÚNIOR, 1997) constituindo investigações e propostas que enraízem um desenvolvimento social de “baixo para cima” contemplando maneiras de lidar com a dominação sócio-informacional vigente.

Em segundo lugar, o contexto da dominação é uma forma de luta sócio-cognitiva que tem na díade sujeito/autor/mediador-impositor e sujeito/usuário-resistente o seu pressuposto limiar. Chamamos de luta sócio-cognitiva em virtude de que na interação entre os sujeitos da informação há um conjunto de fatores históricos, ideológicos, políticos, culturais e biológicos em que o sujeito/autor prima pela dominação transferencial ao sujeito/usuário.

Históricos porque a informação tem sido centralizada e manipulada por pequenos grupos na história da humanidade e o conceito crítico-social de informação tem em sua essência a partilha (CARAÇA, 1993).

Ideológicos porque o conhecimento possui uma carga de conveniência vinculada à luta de classes de um grupo dominante comumente representado pelos poderes público e privado (que restringe o acesso à informação) sobre um grupo de resistência representado por parte da sociedade como movimentos sociais e políticos (que luta pela partilha da informação) estabelecendo “[...] certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...]” (ALTHUSSER, 1974, p. 69).

Culturais e biológicos porque a informação é o resultado dos fenômenos e práticas culturais historicamente concebidas e transmitidas entre gerações, pois “a cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras): por outro, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores)” atentado para o fato de que essa cultura “[...] é um capital de memória e de organização, como é o patrimônio genético para o indivíduo. A cultura dispõe, como o patrimônio genético, de uma linguagem própria (mas muito mais diversificada), que permite a rememoração, a comunicação, a transmissão deste capital de indivíduo para indivíduo e de geração em geração [...]” (MORIN, 2003, p. 159).

Nesse processo de dominação (histórico, ideológico, cultural e biológico/genético) é preciso considerar, por um lado, as diversas práticas danosas de concentração da informação e do conhecimento e, por outro lado, práticas que endossam uma perspectiva de resistência. É precisamente nesse contexto que a CI se insere, pois deve agir como ciência mediadora na construção de pressupostos científico-sociais contemplando aspectos, como: estudos de socialização e expansão do acesso em centros de informação a comunidades mais carentes; estudos acerca da elaboração de políticas públicas sociais de informação no âmbito da saúde, educação e outras áreas que contemplem a população mais necessitada; estudos sobre heurísticas para inclusão digital (não uma inclusão quantitativa de acesso, mas qualitativa em termos construção do conhecimento); estudos sobre estratégias para o acesso e uso da informação em ambientes físicos e digitais para setores considerados marginalizados na sociedade; estudos sobre a socialização da informação em centros de informação, principalmente em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias.

Nesses estudos crítico-sociais de informação desenvolvidos pela CI, o sujeito dominado ou carente de acesso à informação passa a ser fenômeno central devendo ser escutado e estimulado a expor, mostrar e descobrir questões que favoreçam o seu desenvolvimento cognitivo tornando-o protagonista de suas próprias ideias e percepções, de modo que qualquer luta contra a dominação informacional reside na satisfação das necessidades de informação dos usuários mais carentes e, por conseguinte, na promoção de um desenvolvimento cognitivo e humano.

Esta seria uma maneira de tornar a CI um campo mais socializador e voltado para a maioria da população conferindo uma fundamentação mais densa no âmbito das ciências humanas e sociais e um reconhecimento social mais sólido, pois nenhuma ciência,

especialmente de cunho social, que esteja vinculada apenas a um contexto específico da sociedade poderá consagrar seu reconhecimento.

Em terceiro lugar, a mudança dialética da informação da quantidade para qualidade valoriza um conceito de informação que encontra sua plenitude ou concretização na apropriação do sujeito/usuário, assim como visualizada a informação como uma construção e descoberta de sentidos no âmbito da prática social alteritária e recíproca entre sujeitos da informação.

Neste caso, os sujeitos da informação não incidem dominações ou condutas arbitrárias, mas primam pela interação horizontal buscando aprimorar exposições, críticas, questionamentos, esclarecimentos e descobertas, pois é essa interação horizontal que fundamenta a construção da informação para ambas as partes respeitando as particularidades de cada sujeito e as generalidades que consubstanciam as relações entre os sujeitos da informação. Essa mudança reflete que a quantidade não pode ser considerada como informação plena (no sentido da construção e apropriação pelo usuário), pois a quantidade se configura na formação de dados e não da informação propriamente dita.

Em quarto lugar, essa mudança dialética da informação pode ser constituída na CI através das seguintes linhas de investigação: estudos sobre mediação (crítica e social) e usuários da informação; estudos sobre mediação, apreensão e apropriação da informação; estudos sobre mediação implícita e explícita da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009) e suas fundamentações sociais; estudos sobre as perspectivas de acesso e uso da informação através dos centros de informação; estudos sobre autonomia dos usuários da informação; estudos sobre a formação da epistemologia social na CI; estudos sobre as relações entre prática social de informação e tecnologias digitais, estudos sobre as concepções sociais da organização e representação da informação; estudos sobre as formas de socialização da informação através da comunicação científica; estudos sobre as formas de acesso e uso da informação científica.

Esses tipos de estudos buscam, sobretudo, trazer a CI o ideário de que a informação só pode ser plenamente gestada quando se pensa as relações e interações entre sujeitos e apropriações alteritárias da informação, assim como os diversos suportes físicos (documentos e tecnologias) e cognitivos (fatos, dados, mensagens, etc.) que dão ênfase ao caráter crítico-social da informação.

Logo, a informação não é um insídiu abstrato, embora possa ser tendencioso, principalmente no contexto da dominação e nem definitivamente proposto por um sujeito, mas é o resultado das condições histórico-sociais entre os sujeitos da informação, de sorte que

a dialética da informação “[...] em sua mudança da quantidade para qualidade requer um conjunto de expressões sociais e cognitivas que elucidem as propriedades, características, diferenças e semelhanças de uma determinada realidade/objeto/fenômeno [...]” (SILVA, 2013a, p. 6).

Em quinto lugar, podemos estabelecer não precisamente a diferença, mas a relação entre dado e informação, pois no contexto crítico-social (dialético) ambos os termos não são concebidos em uma hierarquia piramidal (JANSEN; RIEH, 2010; GARCÍA-MARCO, 2011), mas em uma perspectiva interacional.

O dado como intencionalidade crítico-social pode empreender duas configurações semânticas: a primeira é de cunho convencional que significa “[...] qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação [...]” (OLIVEIRA, 1997, p. 34) e a segunda indica um conjunto de conteúdos preliminares baseados nas condições históricas e sociais com a intencionalidade de promover interação e construir informação. Em ambos os sentidos, o dado é pertinente como instrumento do conceito crítico-social de informação, especialmente para promover a mudança dialética da quantidade para a qualidade da informação, pois a existência da informação perpassa inexoravelmente pela existência de dados. (FLORIDI, 2005).

A diferença é que no primeiro caso, o dado é visto como elemento mais estanque dependendo exclusivamente da atividade humana para ser lapidado ou, em outras palavras, o dado é visto como um simples fomento pré-compreensivo (CAPURRO, 2003) sendo situado de forma mais limitada para representar uma dialética da informação no âmbito da quantidade para qualidade.

No segundo caso, o dado possui uma fundamentação mais concreta, pois age como um objeto cultural com consciência alteritária que está inserido diretamente na atividade humana, já que está vinculado às atividades histórico-sociais dos sujeitos da informação e a informação só pode ser construída contemplando a compreensão acerca do desenvolvimento histórico-social dos sujeitos (por isso, há uma relação dialógica entre dado e informação e não uma condição hierárquica).

Essa relação entre dado e informação no âmbito do conceito crítico-social pode ser estabelecida a partir da argumentação de Floridi (2005; 2010) quando afirma que a informação pode ser constituída em tipos diferentes de dados, a saber: dados primários (a informação é um reflexo direto do que os dados representam); dados secundários (a informação não é um reflexo direto dos dados); metadados (envolve a natureza e propriedade dos dados, como formato, localização, atualização, disponibilidade, procedimentos de uso,

etc.); dados operacionais (estão relacionados à totalidade do sistema de dados contribuindo, por sua vez, para análise e compreensão dos dados primários e secundários). A reunião desses dados pode resultar em informação não necessariamente de um sujeito produtor, mas que produz significados (*environmental information*) que geram, por sua vez, duas dimensões informacionais: instrucional, implicando em uma informação que contempla uma instrução de ação sobre um fato e factual que representa diretamente o fato.

Todavia, essa mudança não é hierárquica ou arbitrária, de sorte que o dado pode ser entendido como: elemento abstrativo baseado nas condições cognitivas e intelectuais dos sujeitos da informação; e elemento concreto baseado nas experiências do cotidiano social dos sujeitos da informação.

Esses dados justificam claramente as realidades sociais dos sujeitos da informação e suas possibilidades de interação e construção de informação para os contextos sociais. Logo, o dado não é entendido como fenômeno inferior a informação, mas como fenômeno valorativo de cunho abstrato e concreto atrelado à informação que dá vazão as interações, exposições e descobertas de necessidades de informação que promovem, por conseguinte, azo a construção da informação.

Reiteramos que essa relação entre dado e informação não é linear (por isso não pode ser hierárquica), pois do contrário, já seria previsível ou pré-determinado como o dado incidiria um significado para sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário (o dado não é visto como elemento de dominação, mas como elemento dialógico).

Os dados podem ou não engendrar informação dependendo das maneiras como as atividades de interação entre os sujeitos da informação ocorrem, mas o fato é que os dados, concebidos subsidiariamente pelos sujeitos não-humanos da informação, favorecem processos dialógicos de seletividade e contextualidade entre os sujeitos da informação que têm como finalidade a satisfação de necessidades de informação para as partes em interação.

Em sexto lugar, embora tenhamos afirmado com certa constância a associação entre sujeito/usuário, é pertinente observar que o usuário também pode exercer um papel de emissor. Em verdade, quando um usuário solicita uma informação, acreditamos que ele pode exercer dois papéis: uma mediação de si mesmo, quando sente a necessidade e autonomamente busca os meios para interagir com outros sujeitos visando construir informação; emissor, quando já é influenciado sensivelmente por outros sujeitos a interagir, de modo que já emite um enunciado indicado previamente.

Neste caso, estamos considerando que a mediação de si mesmo já ratifica o usuário/sujeito como ser crítico pautado em perspectivas mais sólidas, enquanto o usuário que

emite precisa desenvolver essa criticidade ou será instruído em duas situações (na indicação do sujeito para interagir com outros sujeitos e na espera de respostas/esclarecimentos dos outros sujeitos que interage). Assim, o conceito crítico-social preconiza condições idiossincráticas para os sujeitos da mediação, especialmente nas intencionalidades do sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário (este último pode atuar como mediador de si mesmo em relação a outros sujeitos humanos ou mesmo entre sujeitos não-humanos).

Por fim, o conceito crítico-social da CI no âmbito da dialética da informação suscita um retorno à percepção teórica e aplicativa de Epistemologia Social a partir de três condições vitais:

- a) compartilhamos a afirmação de que toda Epistemologia é social, porque o conhecimento, enquanto demanda científicidade e reconhecimento, só acontece no plexo de relações intersubjetivas e em processos argumentativos de validação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 19);
- b) uma Epistemologia Social procura reconciliar uma filosofia normativa com uma sociologia empírica do conhecimento (KLEIN, 1994, p. 2);
- c) é natural dividir a epistemologia social em três ramos: o papel das condições sociais no conhecimento individual; a organização social do trabalho cognitivo; a natureza do conhecimento coletivo. O primeiro ramo se dedica ao conhecimento possuído por indivíduos e questiona se as condições sociais estão dentro das condições do conhecimento individual. O segundo ramo se dedica à organização social do trabalho cognitivo entre indivíduos e grupo de indivíduos – ou seja – a distribuição epistemicamente ideal e o perfil de esforços cognitivos dentro de uma população. O terceiro ramo presume interrelativamente que o conhecimento coletivo é uma mera soma do conhecimento dos membros desse grupo ou demanda uma dependência de relações sociais? (SCHIMITT, 2012, p. 548-549).

No primeiro caso, reconhecemos o conceito crítico-social de informação como uma epistemologia social que revisa a percepção de informação focalizada no sujeito/usuário e valoriza a formação de um conhecimento coletivo, mas que, acima de tudo, prima por transformações em todo o processo de desenvolvimento das relações sociais, desde os sujeitos humanos (autor, mediador e usuário) passando pelos sujeitos institucionais (centros de informação, espaços físicos e virtuais de informação) e os sujeitos não-humanos (documentos e tecnologias).

No segundo caso, justificamos que o conceito crítico-social no âmbito da dialética da informação indica a inserção da epistemologia social que permita a CI a elaboração de

metodologias indiscriminadas no que tange a partilha da informação, mais precisamente, considerando a capacidade de associar a complexidade do desenvolvimento cognitivo e social considerando as vicissitudes de crenças, gênero, raça, condição social e favorecendo que os sujeitos, independente da classe social, tenham oportunidades para acesso e construção da informação de maneira autônoma.

No terceiro caso, remetemos ao fato de que as duas propostas de dialética da informação como fenômeno crítico-social na CI só tem sentido se for gestada na construção de um conhecimento coletivo que considere a diversidade das relações e o acesso irrestrito ao conhecimento por parte daqueles que mais necessitam, além da incessante valorização dos aspectos históricos, ideológicos, culturais e biológicos/genéticos.

Em síntese, um conceito crítico-social da informação só é dialético se pensado diante das possibilidades de transformação e superação dos processos de dominação ou nas condições de ação recíproca entre sujeitos da informação e transformação de fenômenos quantitativos de dados em fenômenos de compreensão e criticidade de sentidos da informação.

### **3.2.5 Outros conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas e categorizações**

Além dos diversos conceitos de informação já discutidos, a CI apresenta outras significações de informação, seja de cunho institucional, seja de cunho científico. Esses conceitos indicam várias formas de representação semântica da informação ao longo da trajetória da CI. O intuito, neste tópico, é trazer a baila uma percepção crítico-analítica dos conceitos de informação formulados na CI, assim como estabelecer categorizações que permitam representar essas penetrações semânticas e favorecer diálogos sobre a informação na CI em diversas vertentes técnico-pragmáticas, humanas e científicas.

Os conceitos de informação na CI revelam uma diversidade perceptiva em virtude das associações científico-contextualistas dos estudiosos, sendo alguns de cunho mais epistemológico (conceituam a informação a partir dos fundamentos da teoria do conhecimento científico), técnico (ligado às atividades pragmáticas da CI) ou humanos/sociais (vinculados à atividade de práticas humanas da informação no âmbito dos usuários da informação) e possivelmente associados aos três contextos, visando compreender uma engrenagem generalista do conceito de informação na CI.

Desse modo, estruturamos uma variedade de conceitos de informação desenvolvidos por estudiosos ou instituições ligadas à CI representando através de um quadro a fim de que seja possível uma percepção crítico-analítica mais densa e uma associação/categorização conceitual mais precisa.

Para tanto, buscamos uma representação conceitual de informação na trajetória da CI visando compreender diversos sentidos empreendidos através de uma base epistemológica de cunho planetário, conforme mostramos a seguir:

**Quadro 12 - Diversas manifestações conceituais de informação na CI**

<b>Autor/instituição</b>	<b>Conceito</b>	<b>Ano</b>
Jesse Shera	A informação é baseada na trindade do atomismo, significando a operação tecnológica, do conteúdo, sendo aquilo que é transmitido, e do contexto, como o ambiente social e cultural, que define as características dos dois primeiros aspectos.	1971
Gernot Wersig e Ulrich Neveling	A abordagem estrutural (voltada para a matéria); a abordagem do conhecimento; a abordagem da mensagem; a abordagem do significado (característica da abordagem orientada para a mensagem); a abordagem do efeito (orientada para o receptor); a abordagem do processo.	1975
Nicholas Belkin e Stephen Robertson	Informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura	1976
Bertram Brookes	A informação é um elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.	1980
Robert Hayes	É uma propriedade dos dados resultante de ou produzida por um processo realizado sobre os dados. O processo pode ser simplesmente a transmissão de dados (em cujo caso são aplicáveis a definição e a medida utilizadas na teoria da comunicação); pode ser a seleção de dados; pode ser a organização de dados; pode ser a análise de dados.	1986
Tefko Saracevic e Judith Wood	Informação consolidada – conjunto de mensagens; sentido atribuído aos dados; é um texto estruturado; adquire naturalmente valor na tomada de decisões	1986
Harrold's Librarian's Glossary	Um conjunto de dados organizados de forma compreensível registrado em papel ou em outro meio e suscetível de ser comunicado.	1989
Michel Buckland	Informação como processo (“informação” é “o ato de informar...”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência), informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e informação como coisa (atribuído para objetos, assim	1991

	como dados para documentos, que são considerados como “informação“, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo).	
Gernot Wersig	Informação é conhecimento em ação	1993
Yves-François Le Coadic	É um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.	1996
Kevin McGarry	A informação pode ser: considerada como um quase-sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada situação.	1999
Maria Nélida González de Gómez	A informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições) em contextos concretos de ação que se evidencia como uma ação de informação que articula esses estratos em três dimensões principais: uma, <b>semântico-discursiva</b> , enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, <b>meta-informacional</b> , onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão <b>infra-estrutural</b> , reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.	2000
Dictionnaire encyclopédique de l’information et de la documentation	É o registro de conhecimentos para sua transmissão. Essa finalidade implica que os conhecimentos sejam inscritos num suporte, objetivando sua conservação, e codificados, toda representação sendo simbólica por natureza.	2001
Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro	Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.	2002
Birger Hjørland	Conceito social de informação no âmbito da análise de domínio e comunidades discursivas.	2002
Aldo de Albuquerque Barreto	Estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.	2002
Rafael Capurro	Os paradigmas da Ciência da Informação/Heremênutica da informação.	2003

Chun Wei Choo	A informação como recurso em organizações; a informação como o resultado de pessoas construindo significado a partir de mensagens e insinuações.	2004
Miguel Angel Rendón-Rojas	A informação como ente ideal (abstrato), construído baseado em características secundárias dos signos.	2005
Luciano Floridi	Informação semântica definida em quatro etapas: D.1.A Informação ( $\lambda$ ) é constituída por n dados (d), sendo $n \geq 1$ ; D.2. Os dados são bem formados (wfd); D.3. Os wfd são significativos, ou seja, possuem um significado (mwfd = $\delta$ ); F.4. Os $\delta$ são verdadeiros.	2005
Bernd Frohmann	A informação materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos.	2008

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Diante dos conceitos apresentados, observamos que não representam a quantidade totalizante das definições apresentadas na CI, mas representam uma expressiva qualidade conceitual de cunho conteudístico e semântico na CI, de sorte que abarcam fundamentos científicos (teor lógico-epistemológico), humanos (intercorrências sociais) e técnico-pragmáticos (empíricos).

Em caráter preliminar, podemos considerar que o conceito de informação não se admite isoladamente, mas está intrinsecamente concatenado a outros conceitos, conforme as percepções conceituais dos autores: conhecimento, documento, comunicação, dado, mensagem, estrutura e texto. Logo, podemos afirmar categoricamente que o conceito de informação é relacional, isto é, a informação se consolida (SARACEVIC; WOOD, 1986) na relação terminológica com outros termos.

No entanto, o caráter relacional do conceito de informação não deve ser visto como uma atividade inferior, mas, ao contrário, deve considerar as vicissitudes e complexidades semânticas da informação que se amparam em relações terminológicas, assim como nas relações e diferenças epistemológicas entre as diversas áreas do conhecimento que tratam a informação e a consolidam como terminologia e conceito pluridisciplinar.<sup>50</sup>

O caráter relacional do conceito de informação se dá em três níveis básicos: o primeiro é de caráter semântico contemplando o conjunto de significados em comum entre informação

<sup>50</sup> Entendemos que é precisamente neste ponto que a CI deve se consolidar como autêntica área do conhecimento científico, pois como surgiu para estudar os diversos fenômenos da informação, necessita de construir conceitos sólidos de informação e apropriações críticas de terminologias e conceitos trabalhados em outras áreas do conhecimento. Para as outras áreas do conhecimento, a informação é elemento secundário, mas para a CI a informação é essência, é indício para formação de um objeto concreto e passível de sentidos epistemologicamente efetivados deliberando que a CI não pode ser apropriar ou acatar com qualquer terminologia inserida na área, mas deve primar por processos criteriológicos de revisão, crítica e criação epistemológica, visando desenvolver um amadurecimento epistêmico mais amplo.

e outros termos; o segundo é epistemológico e revela as diversas facetas histórico-semânticas da informação, conforme as particularidades que estão situadas pelos estudiosos; o terceiro é de nível ontológico e define que, embora a informação seja um conceito relacional, possui sua dependência (e interdependência) semântica e epistemológica.

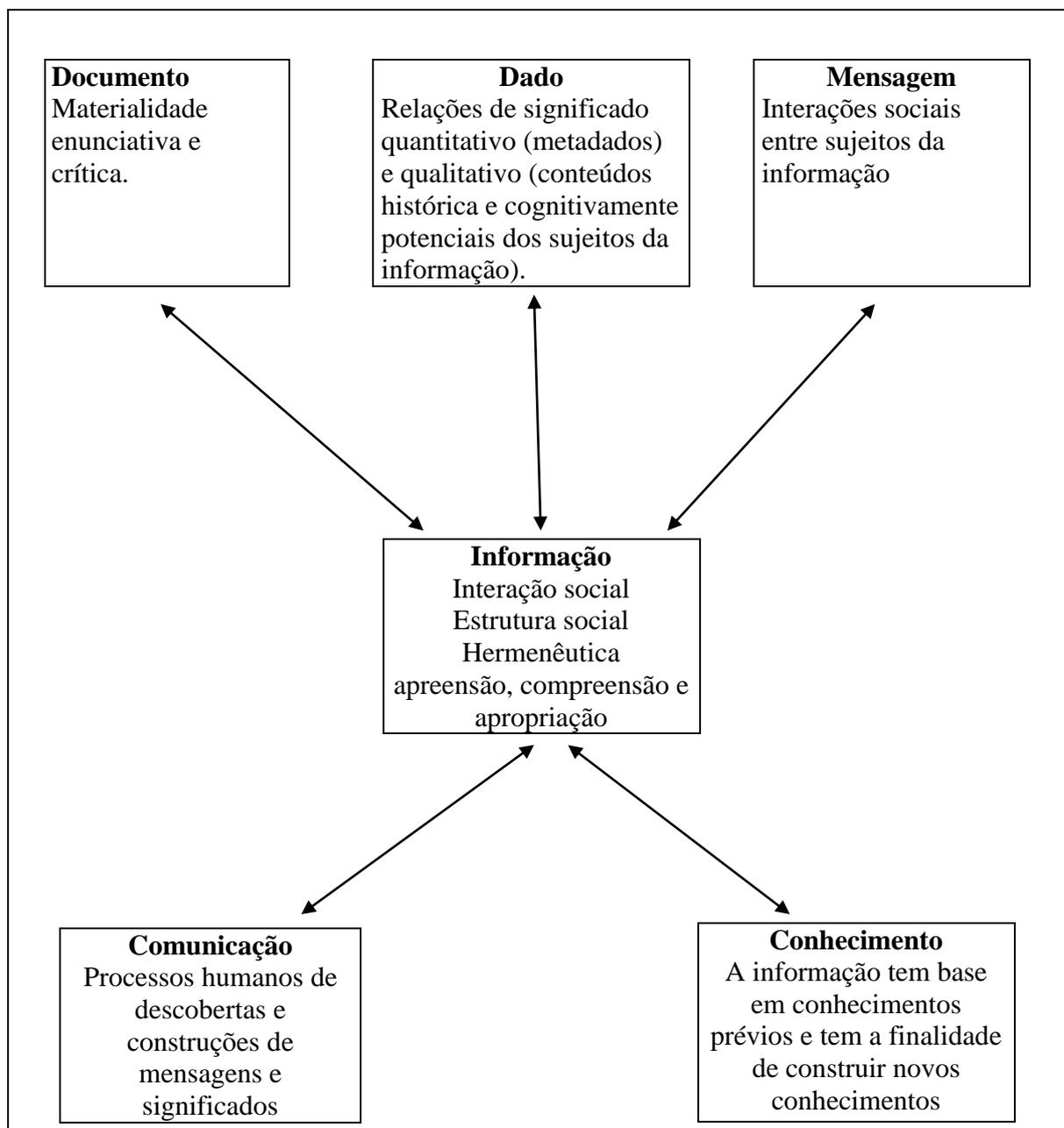
Essa diversidade de conceitos conota uma imprecisão ou representação particularizada da informação pelos estudiosos, de acordo com suas conveniências cognitivas, sociais, espaciais e históricas, o que nos permite afirmar a necessidade de um pensamento que contemple um equilíbrio entre as particularidades e generalidades dos estudos em informação na CI. (CRONIN, 2008).

Com efeito, a informação é um misto de alteração de estruturas (WERSIG, NEVELING, 1975; BELKIN; ROBERTSON, 1976; BROOKES, 1980); processo significante de dados (HAYES, 1986); significação, apreensão e apropriação de mensagem; procedimento dinamizador e facilitador do processo comunicacional; estruturas simbólicas para construção do conhecimento (BARRETO, 2002); informação como ente ideal e vinculado aos signos (RENDÓN-ROJAS, 2005); processo hermenêutico e sócio-interacionista entre sujeitos (CAPURRO, 2003); procedimentos de domínios das comunidades discursivas (HJØRLAND, 2002); processos de materialização documental, tecnológica e representacional (FROHMANN, 2008).

Evidentemente que esse misto semântico nem sempre é convergente, mas a percepção semântica de informação não implica necessariamente em desenvolver compreensões convergentes ou divergentes, mas concepções que promovam vazão ao sentido cognitivo dos sujeitos da informação e a realidade social em que estes sujeitos da informação estão inseridos.

Baseado nas concepções dos estudiosos da CI, a figura que segue propõe os tipos de relações entre o conceito de informação e outras terminologias:

**Figura 9 - Relações entre o conceito de informação e outras terminologias**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Observamos quão variadas são as relações conceituais de informação: por si só, podemos admitir que a informação, além de um caráter relacional, possui, por um lado, um fundamento sócio-cognitivista (de caráter social) e, por outro lado, um fundamento institucional (estrutura social).

Na parte de cima da figura, atentamos para uma relação entre informação e outras terminologias consideradas micro (cunho ontológico) de contextualização física (documento), histórico-cognitiva (dado) e interacionista (mensagem) e na parte de baixo atentamos para

uma relação macro (cunho lógico e epistemológico) de caráter humano (comunicação) e sócio-cognitivo (conhecimento) que justifica como a informação se consolida no conjunto das relações abstrativas e concretas.

Destarte, atribuímos preliminarmente duas perspectivas conceituais de informação em caráter convergente com algumas percepções de informação na CI e divergente com outras percepções. A primeira definição indica um caráter de negação e diferença a alguns pressupostos tradicionais de informação na CI, conforme indica o quadro abaixo:

### **Quadro 13 - O que não é o conceito de informação**

A informação não é um fenômeno que reduz incertezas, mas que promove novas dimensões e questionamentos às certezas vigentes. A informação altera estruturas, porém, esta não é a essência semântica da informação, de modo que assim como a informação outros termos também perpassam pela alteração de estruturas cognitivas, como a linguagem, comunicação, além de movimentos ontológicos e alteritários, por exemplo.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para dizer o que significa a informação, é pertinente afirmar primeiro o que ela não é em essência, pois a negação e a diferença são elementos vitais para identificar e analisar um determinado fenômeno (DELEUZE, 2008), sendo a primeira um momento preliminar do que não é pertinente ao fenômeno e a segunda como intervenção dialógica que possibilita a afirmação (dizer o que é o fenômeno).

Neste caso, é preciso desmistificar os conceitos quantitativo e cognitivo de informação na CI, já que não constituem a essência semântica da informação na CI por estarem situados em aspectos específicos da informação (o primeiro de caráter técnico, vinculados a sistemas de informação, e o segundo de caráter cognitivo, vinculado a um olhar isolado entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário).

Porém, é preciso reconhecer que o conceito cognitivo de informação atenta para aproximar a CI das ciências humanas e sociais, ao contrário do conceito técnico que insere a CI no âmbito das ciências naturais causando certa ambiguidade epistemológica sobre a formação do estatuto científico da CI.<sup>51</sup>

Após afirmar conceitualmente o que não é a informação inserimos o segundo conceito considerado como “conceito semanticamente geral da informação”, de acordo com o quadro que segue:

---

<sup>51</sup> Uma ambiguidade epistemológica não é necessariamente um fenômeno negativo, mas é uma oportunidade para apropriações críticas de conceitos e o fortalecimento epistemológico de uma determinada área do conhecimento.

### Quadro 14 - Conceito de informação

A informação é uma produção fenomenicamente social que tem por finalidade dinamizar a inter-comunicação humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário por meio de dados (plano físico e histórico-social dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material) que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão.

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora reconheçamos que a informação só pode ser plenamente compreendida no âmbito da hermenêutica, apreensão e apropriação do usuário da informação, devemos ponderar que também é uma atividade sócio-cognitiva (HJØRLAND, 2002), de sorte que ocorre através das interações entre sujeitos da informação (humanos e não-humanos) possibilitando exposições, críticas e descobertas que dão azo a consecução de estratégias para construção do conhecimento e dinamização da comunicação.

Isso significa dizer que um conceito que represente a atualidade semântica de informação não é referente a um processo transmissivo/unilateral do sujeito/autor e nem apropriativo/reducionista do sujeito/usuário, mas um conceito que empreende na compreensão interacionista entre os sujeitos, perspectivas para apreensão e apropriação da informação pelo sujeito/usuário, que é o primado ontológico (os sujeitos que compõem a informação) e alteritário (as relações recíprocas entre os sujeitos).

Dialogando com Freire (2004, p.20-21; 2006, p.13-14) o conceito de informação em sua perspectiva relacional e existencial na CI perpassa pelas seguintes condições:

- Ambiente social - Contexto que possibilita a comunicação de informação. Esse ambiente se caracteriza sempre pela existência de uma possibilidade de comunicação. Ele decorre do impulso primeiro, arquetípico que nos levou como espécie à necessidade de materializar o pensamento em uma mensagem dirigida a um semelhante, um movimento primordial de transmissão da informação;
- Agentes - No processo de comunicação, os agentes são o emissor, aquele que produz a informação, e o receptor, o que recebe a informação. Os agentes emissores são responsáveis pela existência dos estoques de informação, em um processo contínuo em que as funções produção e transferência se alternam, ou seja, o receptor de hoje poderá ser um produtor da informação amanhã;
- Canais - Os canais estão relacionados aos meios por onde informações circulam. Os agentes produtores de informação escolhem os canais mais adequados para circulação da sua informação, que podem utilizar-se de meios impressos, como jornais, revistas, periódicos científicos, livros, além de rádio, televisão, Internet, congressos, feiras e outros tipos de eventos científicos e comerciais.

A relação entre o conceito de informação e os conceitos de documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento definem o caráter social da informação na CI. Para tanto, os ambientes sociais, agentes e canais promovem a compreensão pragmática da informação na CI, uma vez que articulam de forma coordenada a realidade social para fundamentar a comunicação da informação (articulação de dados e mensagens), os sujeitos/agentes que são promotores (autores, mediadores e/ou usuários da informação produzida) e os meios (tecnologias, documentos, acervo/artefato e fontes de informação) para que os ambientes sociais e canais dinamizem suas estratégias e ações para construção da informação.

Outras considerações sobre o conceito proposto:

- a) a ideia da informação como fenômeno social está vinculada às possibilidades de construção do conhecimento, o que a diferencia do termo significado que está mais ligado ao entendimento prévio de um texto ou contexto (DRETSKE, 1986);
- b) vale ressaltar que o conceito de informação proposto também identifica uma diferença entre informação e mensagem, sendo a informação um “corretivo heteronômico ao conceito de mensagem” (CAPURRO, 2008, p. 21);
- c) o conceito de informação também propõe a relação com o processo de comunicação em um contexto de interdependência e outro contexto de autonomia quando a informação se estabelece como fenômeno hilozoísta (a conquista de uma vida social da informação);
- d) dado, mensagem e documento servem como subsídios variados para fundamentar as relações sociais (interações) entre os sujeitos da informação (são subsídios para uma perspectiva mediacional);
- e) o conceito de informação proposto não é empreendido no âmbito da transferência, mas no âmbito da partilha, uma vez que a informação deve ser potencial e oportunamente acessível a todos independente de raça, gênero ou classe social (este motivo valoriza um dos ideários humanístico-social da informação);
- f) o conceito concebido se contrapõe a noção de informação como conhecimento registrado (LE COADIC, 1996) ou conhecimento comunicado (CAPURRO; HJØRLAND, 2007), visto que estes estão vinculados à ideia de mensagem (transmissão de sinais ou dados) ou da relação emissor-mensagem, enquanto a informação, no âmbito do conceito proposto, contextualiza as diversas relações/interações entre sujeito/autor e sujeito/mediador; sujeito/mediador e

sujeito/usuário; sujeito/autor e sujeito/usuário; sujeito/usuário e sujeitos não-humanos; sujeito/mediador e sujeito-não-humanos...;

- g) a informação não é origem, mas processo social de interação ou, de outra forma, a informação não é início, mas desenvolvimento e resultado do processo; a informação é exposição, descoberta e construção; a informação só tem sua plenitude consagrada quando permite efetivas condições intelectivas para construção do conhecimento.

Contudo, consideramos que o conceito proposto se configura em uma síntese semântica representacional da informação. Ponderamos uma maneira de entender com mais densidade este conceito de informação na CI a partir de uma categorização que permite atestar uma consciência social da informação e o estabelecimento de uma relação dinâmica entre teoria e prática informacional justificando uma percepção crítico-social da informação:

- a) **origem** – todo desenvolvimento processual de informação possui uma origem (ou vários fatores de origem). Porém, essa origem não deve ser precisada do ponto de vista quantitativo, mas do ponto de vista histórico (realidade e experiências dos sujeitos da informação) e simbólico (elementos ideais e materiais que conduzem os anseios para construção da informação). A origem da informação tem três características: uma origem individual (referente ao momento inicial em que os sujeitos da informação preconizam o anseio/desejo de construir informação); uma origem coletiva (quando os sujeitos da informação estabelecem um contato preliminar); origem institucional (quando sujeitos da informação interagem em torno de alguma causa previamente justificada e explicitada em suas condições históricas e simbólicas). O termo origem aqui não possui apenas um caráter de início, mas a necessidade de pensar as relações entre passado e presente dos sujeitos da informação;
- b) **temporalidade** – apresenta quais fenômenos históricos (cotidianos, profissionais, ideológicos e biológicos) são pertinentes para os sujeitos da informação, visando ao estabelecimento de estratégias para afunilar as relações sociais. De outro modo, a temporalidade busca sintonizar a díade-passado presente promovendo algum sentido prévio do que os sujeitos da informação pretendem construir, sendo que a temporalidade não é vista simplesmente como contribuições do passado para o presente, mas um procedimento inverso em que os sujeitos da informação em seu tempo presente “seleciona aquilo que, a seus olhos, é histórico, isto é, precisamente aquilo que, no passado, desenvolveu-se para produzir o presente.” (MORIN, 2010, p. 12). Morin permanece com a fundamentação seletiva da

história, mas quebra o paradigma de sua narratividade no âmbito da linearidade mostrando que presente e passado possuem uma associação nem sempre convencional e recíproca. Em outras palavras, a história, para ser constituída, demanda um intenso olhar retrospectivo (do presente para o passado) para ser associado ao olhar prospectivo (do passado para o presente);

- c) **normatividade** – compreende a ideia de princípios que norteiam as condições histórico-sociais dos sujeitos da informação. Estes princípios são pensados a partir de duas características: princípios morais (o que os sujeitos da informação consideram que pode ser praticado, isto é, qual o pensamento de liberdade, consciência, heteronomia/autonomia, alteridade perpassa pela mente do sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário para formação e desenvolvimento das relações sociais) e princípios formais (o que é permissível fazer de acordo com as regras estabelecidas pelas leis nacionais, estaduais e municipais, assim como pelas normas específicas que regem instituições/organizações em que os sujeitos da informação estão inseridos). Em suma, a normatividade é premente daquilo que o sujeito da informação quer que aconteça no processo de construção da informação (não necessariamente acontece) ou, em outras palavras, prima por “buscar as normas necessárias, bem como todas as prescrições de natureza prática, úteis para dirigir de maneira prática o conhecimento e, em particular, o conhecimento científico” (HUSSERL, 2002, p. 26);
- d) **intencionalidade** – é um complemento da normatividade. Em verdade, toda intencionalidade é gestada a partir dos processos normativos (morais e formais) que norteiam os sujeitos da informação. A intencionalidade concerne às maneiras como os sujeitos da informação foram orientados (ou se autoorientaram) para definir suas ações ou tomar decisões, conforme suas dinâmicas de origem, temporais e normativas. De outro modo, a intencionalidade age como espectro mediador entre aquilo que os sujeitos da informação pretendem fazer entre aquilo que farão via relação social. A intencionalidade é um momento crucial de negação inicial e de potenciais construtos de diferença que favorecem as afirmações intuitivas dos sujeitos da informação.<sup>52</sup>
- e) **dinamicidade** – esse é o momento em que os sujeitos da informação desenvolvem seus mecanismos de interação social apresentando suas estratégias cognitivas,

---

<sup>52</sup> Conforme Bergson (2006, p. 188) “[...] chamamos aqui de intuição a *simpatia* pela qual nos transportamos para o interior de um objeto para coincidir com aquilo que ele tem de único e, por conseguinte, inexprimível.”

intelectivas, individuais e coletivas. O momento da dinamicidade é considerar aquilo que pode ser pertinente para os sujeitos da informação em caráter individual ou de interesse em comum. Para tanto, a dinamicidade implica nas maneiras de mostrar, expor e descobrir questões necessárias para construção da informação. A dinamicidade, neste caso, pode ser hierárquica (o emissor exerce uma força de dominação sobre o sujeito/usuário se estabelecendo em uma interação vertical) ou dialógica (sujeitos da informação entram em momento de tensão e conflito interacional, mas de forma horizontalizada respeitando as particularidades de cada um). A dinamicidade envolve também os fatores externos que fundamentam a interação entre os sujeitos da informação (questões políticas, econômicas, estrutura física e ideológica) que são baseados, em particular, nas condições normativas formais. A dinamicidade é o momento de selecionar os elementos necessários para uso, apreensão e apropriação da informação, assim como é o momento de concretizar o uso profícuo da inteligência e da análise humana como uma “[...] operação que reconduz o objeto a elementos já conhecidos, isto é, a elementos comuns a esse objeto e a outros. Analisar consiste, portanto, em exprimir uma coisa em função daquilo que não ela.” (BERGSON, 2006, p. 188).

- f) **originalidade** – apresenta aqui duas formas: aquilo que é singular para os sujeitos da informação que foi selecionado a partir do processo de dinamicidade; quais as contribuições particulares do sujeito/autor para o sujeito/usuário e de condição recíproca para construção da informação. A originalidade, tanto serve para que aqueles sujeitos da informação, em particular, que interagiram, quanto a possibilidade de deixar registros, visando contribuir com outros processos de interação social dinamizando as atividades críticas e construtivas de informação. Assim, a originalidade é um resultado (nem sempre exitoso das interações entre os sujeitos da informação) que preconiza descobertas e novos olhares sobre a realidade dos sujeitos da informação.
- g) **efetividade** – é o fundamento calcado na promoção de efeito constituído a partir da dinamicidade e originalidade. O objetivo da efetividade é concretizar a eficiência e eficácia na compreensividade informacional que se dá através das estruturações sociais e mentais concebidas pelos sujeitos da informação para construção do conhecimento. A efetividade é o momento decisional e definicional de todo o processo interacional da informação que responde ou não as seguintes perguntas: como está organizado física e mentalmente o conteúdo gerenciado pelo emissor?

De que maneiras esse conteúdo e a forma como está organizado podem contribuir para as interações entre os sujeitos da informação? Como se deu as práticas de mediação entre os sujeitos da informação? Como o sujeito/usuário conseguiu desenvolver um processo de hermenêutica, apreensão, apropriação e compreensão? De que forma o sujeito/usuário conseguiu satisfazer suas necessidades de informação? Essa satisfação possibilita estratégias (informação como fenômeno hilozoísta) para construção do conhecimento?

Em suma, observamos que essas categorias possibilitam compreender os reais significados e efeitos da informação, pois estão essencialmente vinculadas a realidade objetiva, social e material dos sujeitos da informação (FROHMANN, 2008), assim como esses indivíduos são efetivamente tratados como protagonistas de suas próprias decisões, seja em caráter individual, seja em caráter coletivo.

As categorias propostas, embora possuam uma trajetória definida, não são lineares, pois interagem entre si contribuindo para uma percepção integrada e pluricontextual de informação, pois o conceito de informação proposto é uma síntese representacional da informação no âmbito das categorias estabelecidas.

Silva e Gomes (2012, p. 13) consideram que essas categorias permitem elucidar/responder as seguintes interpelações, tanto para sujeito/autor ou sujeito/mediador, quanto para o sujeito/usuário: porque e com qual finalidade se produz informação? Como e com qual finalidade se organiza informação? Por quais motivos se representam informação? O que significa mediar a informação/Porque se utiliza tais tipos de documentos? Como, para que e com qual finalidade se recupera informação? Quais os procedimentos e finalidades para se apropriar da informação?

Essas categorias visualizam um conceito de informação em que os sujeitos são vistos em suas perspectivas singulares e coletivas; mentais e sociais; técnicas e cognitivas; morais e formais; conscientes e inconscientes, além da valorização histórica e ideológica dos sujeitos da informação abarcando múltiplas concepções para formação semântica de informação.

Portanto, o conceito de informação proposto na pesquisa (crítico-social) é constituído a partir da formação processual das categorias estabelecidas valorizando a constituição de fundamentos humanos, científicos e técnico-pragmáticos da informação, como veremos a seguir, respectivamente.

#### 4 FUNDAMENTOS TÉCNICO-PRAGMÁTICOS DA INFORMAÇÃO: DA TRÍADE PROCESSOS, GESTÃO E TECNOLOGIAS, INTER-RELAÇÃO COM A LINGUAGEM E APLICAÇÃO EM CENTROS DE INFORMAÇÃO

Como prerrogativa reflexiva, focalizamos a discussão nos fundamentos técnico-pragmáticos da informação a partir de três pontos fundamentais: informação e processos; informação e gestão; informação e tecnologias como forma de compreender percepções do cotidiano pragmático informacional.

Quando nos referimos a ideia de “informação como” é uma forma de representar o discurso informacional numa condição eminentemente pragmática estabelecendo diálogo entre teoria e prática a partir da realidade social objetiva. Não nos referimos aos termos gestão da informação, tecnologias de informação e de comunicação, processos de informação e fluxos de informação em virtude de se constituírem em termos com uma carga já definida de conceitos. Temos como fito compreender como a informação se situa semântica e pragmaticamente diante desses elementos processuais, tecnológicos e gerenciais e, por conseguinte, fluxionais.

A compreensão sobre o caráter técnico-pragmático da informação conduz inexoravelmente ao apelo de outro ambiente epistemológico (complementar a discussão sobre era da informação no capítulo anterior), que é a tradição fenomenotécnica bachelardiana apontando para um construto informacional que alie técnica e ciência.

Sobre a fenomenotécnica, Bachelard (1996, p.76-77, grifo nosso) argumenta que:

[...] Além da história, impelida pela história, suscita experiências para deformar um estágio histórico do conceito. Na experiência, [**o espírito**] procura ocasiões para complicar o conceito, para aplicá-lo, apesar da resistência deste conceito, para realizar as condições de aplicação que a realidade não reúne. É então que se percebe que a ciência constrói seus objetos, que nunca ela os encontra prontos. A fenomenotécnica prolonga a fenomenologia. Um conceito torna-se científico na proporção em que se torna técnico, em que está acompanhado de uma técnica de realização.

Ao versar sobre a fenomenotécnica, Bachelard está agrupando um conjunto de ideias baseadas nos seguintes termos: pensamento científico, conceito (ou, como mais ênfase, a construção do conceito científico), obstáculo epistemológico no âmbito da experiência e a concepção fenomenológica. Todos esses termos estão vinculados a formação do espírito científico.

É preciso considerar que o pensamento científico deve ser criteriosamente envidado a partir da proposição de problemas contemplando a realidade e, por sua vez, superando os desideratos superficiais e generalistas do senso comum. A proposição de problemas é uma forma de promover ao pensamento científico consistência e uma dinâmica de fecundidade conceitual evitando deformações conceituais.

Para tanto, é pertinente a superação dos obstáculos epistemológicos, especialmente aqueles extasiantes contingenciais da experiência e do conhecimento geral do senso comum que podem complicar a formação do conceito científico e inibir a formação do espírito científico e deformar a construção de um conceito científico.

A noção de que o conceito científico não é simplesmente encontrado pronto, mas está em permanente construção é um atributo essencial para a superação dos obstáculos epistemológicos. É, pois, a partir da consciência do cientista, enquanto estrutura ontológico-fenomenológica e além do senso comum que o conceito científico é gestado através das aplicações técnicas do conceito, o que possibilita considerar que a fenomenotécnica é uma consciência construída por meio de problematizações e aplicações sociais e técnicas deliberando uma iniciativa científica do espírito.

Logo, todo conceito para se constituir como científico incide na superação dos obstáculos epistemológicos, na proposição de problemas e na permanente elaboração e aplicação técnica primando por uma maturação do espírito científico.

Malgrado a densidade teórico-epistemológica da fenomenotécnica percebemos sua relação com a construção do conceito científico de informação, ou de outro modo, na formação de um espírito científico-conceitual de informação. Tomando como base o pensamento de Bachelard (1996) ponderamos os seguintes elementos da fenomenotécnica aplicados a uma percepção científico-social e conceitual de informação apontando a necessidade de análise sobre cada elemento: a) reforça o que transparece sob o que aparece; b) se institui pelo que é construído, de sorte que suscita um mundo não mais fixado por um impulso mágico, mas atrelado a um impulso racional e inerente ao espírito; c) concretiza, nos vários sentidos do termo, construtos elementarmente racionais; d) compreende o real como um caso particular do sentido.

Com relação ao primeiro elemento, a informação, enquanto processo fenomenotécnico, deve primar pelas heurísticas hermenêuticas para conferir sentido/significado, conforme a apreensão do que foi observado. Um conceito científico de informação é inexoravelmente presente no cotidiano cabendo ao cientista extrair os elementos estratégicos que insuflam a formação de um espírito conceitual científico superando os

obstáculos do senso comum. Contudo, um conceito de informação deve representar uma determinada realidade (ou uma realidade geral), de modo que o conceito é aquilo que transparece sobre o que aparece na realidade.

No que tange ao segundo elemento é fundamento *ad causam* da informação, pois a informação não é um processo estanque e acabado, mas construído a partir das relações sociais, bem como a formação de um espírito conceitual científico de informação só pode ser concebida a partir de uma ampla construção que envolve, a saber: quais as heurísticas positivas e negativas são utilizadas pelo cientista para analisar a realidade conceitual de informação? Quais tipos de públicos serão observados/analizados? Quais tipos de instituições são recortados para observação/análise? Como estabelece a análise a partir da combinação de pontos empíricos e teóricos?

Estas interpelações não buscam conceituar a informação, mas apenas designar os pressupostos teórico-metodológicos que serão utilizados para uma investigação, além dos problemas e objetivos propostos para estruturar a formação do espírito científico imanente ao conceito de informação.

O terceiro elemento conota que o cientista deve estar preparado para inúmeras possibilidades conceituais de informação, mas deve conceber um critério seletivo a fim de não conceituar qualquer ocorrência como um conceito de informação sob pena de cair em uma deformação conceitual de informação. Compreendemos que a informação apresenta conceitos variados, mas somente podem ser comprovados a partir da formação de uma racionalidade crítica que estruture as heurísticas para investigar o conceito de informação, conforme interpelado no parágrafo anterior.

O quarto e último elemento é de cunho eminentemente metodológico e compreende uma fenomenotécnica informacional que prima pelo olhar amplo daquilo que é investigado, uma vez que um determinado objeto recortado para investigar a informação não deve ser levado como uma generalização de fluxos conteudísticos para conceituar a informação, pois é passível de um paradoxo ininteligível, já que a formação de um espírito científico-conceitual de informação apresenta vários elementos dinâmicos, tais como: historicidade (quais temporalidades-espacialidades pretendem-se investigar); contextos humanos (quais tipos de públicos/sujeitos serão investigados e quais fundamentos sociais serão implicados – educacionais, políticos, econômicos...); contextos técnicos e pragmáticos (quais suportes e instrumentos tecnológicos – físicos e digitais – serão contemplados e se envolve contextos gerenciais e fluxos informacionais); e contextos científicos (no âmbito de quais áreas do conhecimento a investigação conceitual será desenvolvida).

Estes contextos não necessariamente são generalizáveis, mas para constituir um espírito científico ao conceito de informação recomenda-se um *lato prospecto* de investigação. No caso de um recorte particular é pertinente deixar claro que o conceito de informação representa uma realidade específica, sem a finalidade de definir uma essência conceitual de informação (evidenciando que um caso específico pode contribuir para pensar investigações mais amplas sobre informação).

Vale ressaltar que a fenomenotécnica informacional contraria a ideia/pergunta base para compor o processo de investigação conceitual da informação de Floridi (2002a) “Qual a natureza da informação?”, haja vista que este olhar demanda mais uma concepção metafísica do que propriamente a formação de um espírito científico, o que pode excluir alguns cursos históricos da informação, da CI e das próprias práticas documentárias, enquanto converge com a percepção de Bernd Frohmann (2008) invocando a materialidade da informação, inspirada na teoria foucaultiana, de modo que a fenomenotécnica informacional é inviável se focalizada distante das condições materiais, históricas e sociais.

A fenomenotécnica informacional fortalece o ideário de uma identidade afirmativa da informação reconhecendo-a a partir de seus indícios históricos, sociais e materiais. A identidade afirmativa a partir da fenomenotécnica informacional deve ser entendida aqui como a ampla e necessária propositura de investigar a informação a partir de formações teóricas, metodológicas e empíricas inclinadas ao desiderato realizável e constituível de um conceito científico de informação (ou mais de um conceito) que represente e dialogue com a realidade afirmando-se como ponto de referência para outras investigações e diálogos técnico-científicos.

Enfim, entendemos que a fenomenotécnica informacional se configura como pressuposto cabível para compreensão do conceito de informação que se situa desde a atividade técnico-pragmática perpassando pela condição humana e se consolidando na fundamentação científica.

#### 4.1 INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS: PRAGMATISMOS FÍSICO, SOCIAL E ONTOLÓGICO

Iniciando o itinerário reflexivo pela “informação na perspectiva dos processos”, consideramos ser o fundamento embrionário do pragmatismo informacional, principalmente pela composição de vertentes integradas entre aplicações técnicas e sociais da informação. O termo processo, oriundo do latim *procedere*, está ligado a inúmeros significados tais como:

conjunto sequencial de práticas e ações; procedimento, ir adiante, avançar; atividade sucessiva de mudanças; técnica. (FERREIRA, 2010).

Os significados apresentados permitem constatar que os processos se constituem em um conjunto de técnicas e procedimentos com a finalidade de produzir, gerar, transformar/modificar, construir determinados fenômenos institucionais/organizacionais e humanos/tecnológicos como produtos e serviços de diversas espécies.

É precisamente nos desideratos técnico-procedimentais que a informação pode ser entendida como processo. A informação é técnica na medida em que é vista como um conjunto de processos não necessariamente sequenciais que dialogam intensamente para construção e compreensão de sentidos.

A informação como processo interfere diretamente na vida social a partir dos seguintes fatores: auxilia na satisfação de necessidades do cotidiano dos sujeitos; promove perspectivas diversas para produção do conhecimento; produz sentidos que auxiliam na vida humana durante seu transcorrer significando que a produção da informação é comparável as características típicas do desenvolvimento humano (AITYAN, 2012); auxilia tanto nas transformações do ser humano por meio de indicadores de uso de fontes e itens de naturezas diversas quanto nas transformações das fontes e itens diversos que podem ser utilizados pelo ser humano (EGGHE; GUNS, 2012); desenvolvem sua quantidade e qualidade a partir das externalidades da atividade econômica agregada (VELDKAMP, 2006; BROCKMAN; LIEBENBERG; SCHUTTE, 2010); auxiliam em novas dinâmicas de produção da cultura, do conhecimento e da comunicação humana; serve de base para o fornecimento de índices e instrumentos estatísticos de conduta humana por meio de atividades métricas quantificando a dinâmica da informação (NICOLIS, 2011).

Observamos que a informação como processo é fundamental pelo seu caráter pragmático de produção que interfere diretamente na dinâmica de vida histórica, econômica, cultural e comunicacional da sociedade. Podemos afirmar que os objetivos da informação como processo designam formas de como produzir informação e, por conseguinte, sentidos e compreensões para os sujeitos.

A produção da informação entendida aqui conforme revela Barreto (1994, p. 2) como estruturas significantes que são operacionalizadas através de práticas bem definidas apoiadas em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica representando atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento da informação orientada para a organização e controle de estoques de informação para uso imediato ou futuro.

Se entendemos que a informação como processo só pode ser definida a partir da realidade pragmática e que se desenvolve sob vias de produção informacional norteadas por várias etapas é pertinente estabelecer uma divisão a partir das seguintes categorias: fisicalista, social e ontológica.

A primeira é referente a processos de organização da informação que envolve atividades de tratamento e representação da informação e buscam operacionalizar estoques e armazenamento de informação. A segunda reside em processos de disseminação e mediação da informação e se constituem como bases sociais em face da necessidade de interação entre os sujeitos da informação. A terceira reside em processos de recuperação, acesso, uso, apreensão e apropriação da informação e se consolida como ontológica na concepção do ser (sujeitos da informação) construir técnicas para interpretação, assimilação e compreensão da informação.<sup>53</sup>

No que tange à informação como processo fisicalista, atentamos para o caráter potencial da informação através das condições materiais de organização documentária (representa a materialidade da informação) que é definida, tanto pelo documento e seu conteúdo, quanto pelas técnicas e procedimentos para organização desses documentos. Potencial porque a informação ainda está sendo produzida e ainda não está plenamente gestada entre os sujeitos da informação.

A informação como processo de organização pode ser desenvolvida segundo Svenonius (2000) a partir de uma descrição que significa enunciados de propriedades de um determinado objeto e das possíveis relações desse objeto com outros que apresentam identificação.

Como processo de organização a informação é concebida através do tratamento da informação que não altera o teor contedutístico do documento, mas auxilia na criação de novas informações, assim como esse tratamento é realizado através de técnicas e metodologias formalizadas de cunho descritivo e temático que registram o conhecimento produzido (SILVA, 2007).

Esse processo de descrição física e de documento gera um produto denominado de representação da informação. Como afirmam Brascher e Café (2008, p. 5) “[...] a organização

---

<sup>53</sup> Ao categorizar a informação como processo, não temos como objetivo generalizar os processos de informação e esmiuçar todas as suas características, mas conceber uma esquematização cognitiva que possibilite compreender a informação como processo fisicalista, social e ontológico. Sabidamente há uma infinidade de processos de informação que às vezes são empregados com significado semelhante a outros processos (processamento como sendo semelhante a tratamento), de modo muito pontual (coleta), ambos ligados ao caráter fisicalista da informação como processo ou ainda não estão suficientemente firmados nos fundamentos epistemológicos da CI (visualização da informação, por exemplo).

da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.”

A informação como processo de organização designa etapas de tratamento e representação por meio de linguagens documentárias diversificadas implicando dizer que a organização da informação em si é constituída pelo teor pragmático conferido na tríade tratamento-representação-linguagens documentárias.

É pertinente observar que embora identifiquemos a informação como processo de organização na perspectiva fisicalista não significa que não apresente pressupostos sociais ou ontológicos, pois esses processos são comumente dialogados com os sujeitos da informação e interferem diretamente no processo de disseminação, mediação, acesso, recuperação e uso da informação e ainda nos processos de apreensão e apropriação da informação.

Por isso, esse processo fisicalista é chamado de mediação implícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009) ou mediação indireta que justificam certa fundamentação social do fazer organizacional da informação, pois está atrelado ao fazer profissional baseado em condições técnico-científicas que representam domínios de uma comunidade acadêmico-científica e ainda a uma gama de desejos e vontades de uma comunidade de sujeitos/usuários.

Já a informação como processo social é marcada pelo viés pragmático da disseminação e mediação. O processo social que designamos a disseminação e mediação se justifica pelos seguintes motivos: social no sentido de interação entre os sujeitos da informação; social como sinônimo de compartilhamento entre os sujeitos; social como sinônimo de algo que, diante de um grupo, visa o benefício de um sujeito, de uma minoria ou maioria de um determinado grupo; e social relacionado a concepção do termo socialização e seus postulados éticos de relação humana, de respeito as pluralidades/diversidades, do pensamento recíproco. A socialização como fenômeno de aplicação ética é revelada por Maffesoli (1996, p. 38) quando diz que “[...] eis a ética da estética: o fato de experimentar junto algo é fator de socialização [...]” justificando a necessidade de pensar os protagonismos dos sujeitos da informação na sociedade.

Todavia, conforme as características de processo social identificadas, as relações entre os sujeitos da informação podem se estabelecer de formas diversas. Os estudos sobre disseminação da informação (e suas ramificações como a disseminação seletiva da informação) foram desenvolvidos desde o limiar institucional da CI (décadas de 1940 a 1960)

e até mesmo no âmbito da Biblioteconomia especializada (aplicadas em bibliotecas) das primeiras décadas do Século XX.

Historicamente, a disseminação da informação é ligada a construção de estratégias para compartilhar conteúdos. Em face da discussão se a disseminação da informação (incluindo a disseminação seletiva) é processo ou método (SOUTO, 2010) acreditamos que seja processo com a constituição de métodos de aplicação/execução. A informação, enquanto processo de disseminação foi questão de grande relevância, especialmente pela perspectiva de estabelecer estratégias de socialização que estimulasse acesso e uso da informação e respaldasse o processo de produção da informação.

No entanto, nas últimas décadas do Século XX, a ideia de mediação apareceu avassaladoramente na CI e suas disciplinas tomando conta de uma nova perspectiva social de abordar as relações entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário não como substituição da disseminação, mas como fundamento de ampliação e complemento.

Aliás, mediação e disseminação se apoiam na medida em que é possível gestar perspectivas de mediação para respaldar as atividades de disseminação e mais comum ainda abordar a mediação como ampliação do conceito de disseminação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008b).

Na presente pesquisa, consideramos a viabilidade mais fundamentada da mediação como ampliação do conceito de disseminação conferindo novo caráter da informação como processo social. Embora mediação e disseminação da informação sejam confundidas em virtude de que a primeira “[...] se utiliza, para sua conceitualização, de aportes teóricos apoiados em uma revisão e ampliação dos conceitos e práticas aplicados a Disseminação da Informação [...]” (SANCHES; RIO, 2010, 108-109) a mediação se fundamenta com maior amplitude epistemológico-social, de sorte que “[...] não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário (**do sujeito/autor e sujeito/mediador**), em todo fazer desse profissional (**do cotidiano humano**)” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008b, p. 46, grifo nosso).<sup>54</sup>

A emergência da mediação da informação como prática mais fundamentada se dá pela efervescência de novos discursos e práticas na sociedade que não concentrem a produção da informação apenas no emissor ou apenas transferencialmente do sujeito/autor para o sujeito/usuário por vias estratégicas unilaterais ou simplesmente que não dialoguem

---

<sup>54</sup> Este sujeito/mediador pode ser o sujeito considerado usuário (quando media suas produções, compreensões e apropriações junto a outros sujeitos, conforme já mencionado nesta pesquisa), mas também pode ser o sujeito especializado que detém perspectivas (humanas, profissionais e institucionais) para construção da informação.

diretamente com o outro. A ideia tradicional de disseminação relega a um plano inferior o ideário de autonomia dos sujeitos/usuários da informação.

Contudo, a informação como processo de mediação da informação demanda necessariamente uma prática social, mas não necessariamente que se desenvolva em relações horizontais entre os sujeitos. Percebemos que a informação enquanto processo social de mediação se dá nas seguintes perspectivas:

- a) perspectiva positivista que é caracterizada por: uma preocupação intensamente controladora da guarda de documentos; uso restrito e controlado do processo de disseminação da informação; desenvolvimento de serviços e produtos sem um planejamento que considere a realidade histórico-social da instituição e dos usuários, na maioria das vezes programados e implantados dentro do comportamento gestor numa perspectiva hierárquica e rígida, que não absorve a necessidade de uma gestão participativa e integradora de toda equipe de profissionais que atua na mediação da informação, caracterizando-se, em razão disso, como ações projetadas por uma espécie de “elite” dirigente, apartada daqueles que executam as ações e do próprio público envolvido; serviços oferecidos sem o desenvolvimento de construtos essenciais como o estudo de usuários, política de desenvolvimento de coleções, políticas para o serviço de referência, envolvendo a formação do usuário e o desenvolvimento de competência em informação e outras ações que estimulem a participação do usuário; o acesso à informação é controlado e previsível de acordo com a percepção/imposição da elite gestora dos centros de informação; o acesso à informação é concebido a partir de uma concepção reducionista tanto do ponto de vista da diversidade dos itens da coleção quanto da promoção desse acesso. Nesse caso, não se incorpora com agilidade à coleção a diversidade documental que, na contemporaneidade, se amplia com grande velocidade, e, o mais grave, frequentemente se assume uma postura passiva do mero atendimento por demanda, sem protagonizar ações “provocadoras” e estimuladoras do acesso e uso da informação; utiliza as tecnologias da informação e comunicação como meras ferramentas de agilização de seus procedimentos técnicos e administrativos, deixando de explorar as TIC como dispositivos de mediação, por meio dos quais se pode ampliar o processo dialógico com os usuários, como também de explorar as possibilidades de observação e exposição dos objetos de criação desses usuários como produtos culturais a serem incorporados ao conjunto informacional a ser trabalhado); perspectiva restritiva ou inexistente do acesso livre. Mesmo considerando que, na maioria dos casos de ambientes de informação no Brasil, não se conta com recursos

- humanos e de infraestrutura que viabilizem a implantação do livre acesso, tê-lo como meta importante e atuar no sentido de viabilizá-lo são comportamentos indicativos de que a concepção da mediação da informação é norteadora do trabalho informacional;
- b) perspectiva funcionalista que: busca perceber as diversas possibilidades funcionais da informação no âmbito de recursos humanos, acervo, serviços, uso das tecnologias e as relações entre si; atenta para a definição das funções da informação e a satisfação das necessidades de informação do sujeito/usuário; pensa a informação e suas configurações pragmáticas humanas, tecnológicas e gerenciais) como um todo e suas partes de modo interdependente; prima pela noção de integração, permanência e estabilidade; atenta de forma vital para os processos de gestão, planejamento e avaliação do centro de informação como fator de funcionamento; prima pela satisfação das necessidades de informação, desde as mais básicas até as mais complexas; busca constituir uma efetiva prática dos sistemas de recuperação de informação e suas funções para uso adequado e proveitoso do usuário;
- c) perspectiva crítica que tem a finalidade de modificar a concepção de informação como fenômeno que serve a ideologia dominante; o sujeito/usuário é ponto chave, pois deve participar ativamente no processo de produção da informação; prima por promover oportunidades de interação social e construção do conhecimento para os setores mais carentes da sociedade; define a questão da democratização da informação, do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e marginalizados, a criação de formas e sistemas alternativos de informação, e mesmo estudos sobre a contrainformação, como forma de rejeição aos regimes informacionais hegemônicos (ARAÚJO, 2009, p. 197); atua como um dispositivo de mediação cultural que trabalha pelo desenvolvimento do protagonismo social;
- d) perspectivas construtivas da informação que podem ser divididas em construtivista (autonomia do sujeito/usuário em desenvolver seus próprios questionamentos e descobertas); estratégias para o desenvolvimento e competência em informação dos usuários, o que corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas (GASQUE, 2012, p.28), ao que se deve acrescentar os atos conscientes de identificar, avaliar e se apropriar da informação acessada; incentivo a investigação e pesquisa do sujeito/usuário, pois é um dos procedimentos mais eficientes e eficazes para a transformação de um conhecimento elementar para um conhecimento superior e sócio-interacionista (atenta

para o sujeito/usuário como vetor de interação a partir de suas experiências sociais, conhecimentos, experiências anteriores e demandas prévias, assim como busca, problematiza, questiona; observa o emissor como provocador de polêmicas e conflitos, construindo junto com os sujeitos/usuários da informação (e não para os usuários da informação), estimulando-os a encontrar diferentes respostas para os seus problemas, de sorte que está preocupado mais intensamente com o processo do que com o produto em si; e a comunidade – pensamento plural e coletivo – que contribui com suas experiências para a promoção de produtos e serviços, proporcionando percepções sobre os processos históricos, culturais e sociais que cercam a realidade cotidiana da comunidade e dos usuários da informação.

Percebemos que a informação como processo social de mediação é político-ideológica na medida em que prioriza as maneiras de intervenção e interferência<sup>55</sup> constatando que: não há neutralidade (ALMEIDA JÚNIOR, 2008a); só pode ser concebida se considerada a realidade múltipla dos seres envolvidos que devem interagir entre si; “é essencial para permitir às pessoas fazer conexões, mover-se do concreto ao abstrato, reconhecer a necessidade saber mais, estudar mais profundamente e obter maior compreensão” (KUHLETHAU, 1993, p. 137); e ainda tem como primado mais complexo a concretização de autonomia entre os sujeitos da informação que “[...] não é uma condição de poder ou de arbitrariedade, mas de equidade, de distribuição, de justiça e de preocupação com o outro [...]” (SILVA; GOMES, 2013a, p. 41).

Por fim, a informação como processo ontológico atua como corolário da informação como processo fisicalista e social implicando considerar que se configura em um novo escopo de percepção pragmática informacional a partir da reunião dos dois primeiros. Basicamente é composto pelos processos de acesso, recuperação, uso, apreensão e apropriação da informação.

Quando se fala em acesso é referente ao conjunto de instrumentos que os sujeitos podem utilizar para construção da informação. O acesso seria o resultado do conjunto de práticas organizacionais e disseminativas/mediacionais disponíveis para uma comunidade

---

<sup>55</sup> O uso dos termos intervenção e interferência se estabelece de forma complementar, uma vez que o primeiro significa a prática da mediação propriamente dita com a finalidade de mudança de um estado para outro por meio dos recursos, fontes e serviços de informação (neste caso, a intervenção significa uma tentativa de mudança prioritária do estado do usuário e também do próprio profissional da informação e do centro de informação) e a interferência seria a transformação social e cognitiva concebida a partir da intervenção, em caráter particular, do sujeito/usuário, de sorte que a intervenção tem um constituinte inicial fundante de relacionar os sujeitos da informação, enquanto a interferência busca promover reconstruções de conhecimento pelos sujeitos da informação e uma reavaliação da informação enquanto processo mediacional (social).

definida ou não de sujeitos da informação. Em outras palavras, o acesso seria a reunião de condições (físicas e sociais) para uso e apropriação da informação.

Vale associar a ideia de acesso à informação ao conceito de dispositivo, haja vista que consideramos ser este um instrumento consistente para concretização daquele. O conceito de dispositivo é elaborado por Foucault a partir da obra História da sexualidade, especialmente em A vontade de saber (FOUCAULT, 1985a).

Foucault (1995, p. 244) define dispositivo como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Avaliar a informação como fenômeno de acesso se justifica precisamente porque o acesso é a reunião de um conjunto de dispositivos voltados para uma comunidade de sujeitos/usuários. O acesso à informação como conjunto de dispositivos deve ser heterogêneo (contempla desde materiais físicos, orais e virtuais a questões arquitetônicas institucionais, administrativas e científicas), assim como deve favorecer a formação de redes informacionais, sendo estas redes concebidas no âmbito da heterogeneidade supramencionada e das redes humanas (esta última muito mais complexa, pois não depende necessariamente da vontade e das estratégias de acesso à informação).

A informação no contexto da recuperação apresenta uma das características mais gerais, pois tanto possui o caráter fiscalista (recuperação do documento), quanto o caráter social (recuperação de conteúdos a partir de relações sociais). A prática da recuperação é plural porque possibilita enaltecer o emissor/autor como produtor de conteúdos, o emissor/mediador como dinamizador de conteúdos e o sujeito/usuário como apropriador da informação.

Já a informação como aspecto de uso é um componente ligado as diversas práticas de organização, mediação e acesso (formação de dispositivos) que ajuda a ver/rever perspectivas de recuperação da informação, assim como reflete o uso de suportes e fontes informacionais. O uso é o processo pragmático transitório entre o que é organizado/mediado/acessível à apreensão/apropriação e mais ainda aos processos de gestão (tomadas de decisão), gerações de novos processos comunicacionais e produção de novos conhecimentos. O uso da informação envolve a relevância do conteúdo, a satisfação de necessidades de informação e,

principalmente, as atividades relacionais entre sujeito/usuário e os contextos gerenciais/organizacionais (CHOO, 2003).

A informação, enquanto fenômeno de apropriação, é talvez o contexto mais complexo da atividade pragmático-ontológica dos sujeitos da informação, de sorte que é o momento de considerar o êxito de toda atividade produtiva da informação (organização, mediação, acesso, uso...). A característica ontológica da apropriação da informação reside no fato de ser uma atividade autônoma do sujeito/usuário, mas que está inexoravelmente vinculada aos processos fisicalistas e sociais, já que no processo de apropriação é possível rever processos de organização e mediação.

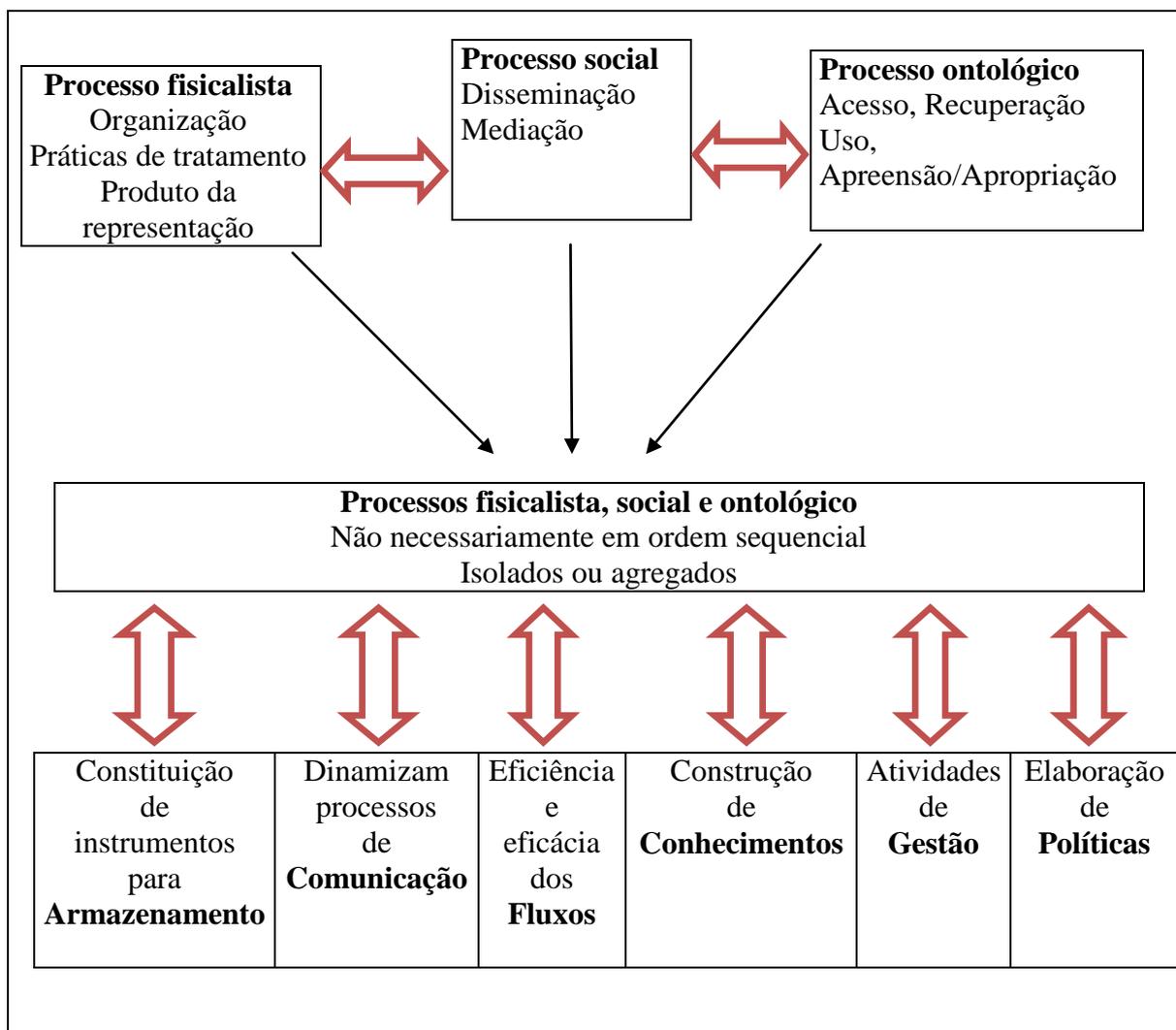
A apropriação aqui indicada como fenômeno pragmático reside nas possibilidades de assimilação do público sobre objetos culturais (DAVALLON, 2007) e das condições de transformação promovidas pelas práticas mediacionais (FEUERSTEIN, 2000) que afetam diretamente as práticas de apropriação, o que significa dizer que a informação enquanto fenômeno de apropriação é constituída não somente de conteúdos, mas também de documentos, tecnologias, espaços informacionais, linguagens, relações sociais, pois são estas que possibilitam ao sujeito/usuário a apropriação da informação.

Diante das reflexões acerca da dinâmica dos processos fisicalista, social e ontológico, verificamos que deve ser visualizada como pressuposto de agregação de valores para concepção dialógica da informação, conforme destaca Pieruccini (2007) a partir do **espaço informacional** que envolve estética, conforto, setorização e contiguidade informacional, dimensão/formato/localização, livre acesso e multiplicidade de usos do espaço; **repertório informacional** referente às diversas condições do acervo; **linguagem informacional** concernente a linguagem documentária modular, produtos documentários e linguagens não-documentárias; **práticas informacionais** relacionadas as práticas de gestão, pedagógicas e culturais; **mediadores**; e **formação**.

Essas etapas possibilitam que a informação seja visualizada como processo fisicalista, social e ontológico, assim como vislumbrar as contribuições dos processos, por um lado, para atividades pragmáticas de cunho gerencial, comunicacional e de armazenamento e, por outro lado, elaboração de estratégias para políticas de informação e construção de novos conhecimentos.

A figura a seguir demonstra um fluxo da informação como processo e suas perspectivas finalísticas:

**Figura 10 - informação como processo fisicalista, social e ontológico**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

A figura revela que a informação como processo não é fruto de um pragmatismo isolacionista, mas que se estabelece através de relações que em alguns casos pode ser recíproca e em outros unilaterais, mas sempre em condições marcadas pelo poder de instituições/organizações e sujeitos da informação.

Por exemplo, é muito comum a associação de processos, tais como: produção e organização da informação; produção e uso da informação; organização e uso da informação; acesso, uso e apropriação da informação; mediação e uso da informação; mediação e apropriação da informação. Essas associações não somente conotam o viés pragmático da informação como processo, mas reiteram seu caráter de complemento, de ações particulares e nem sempre sequenciais, pois do contrário, a informação como processo seria vista meramente como elementos lineares de ação quando, em verdade, esses processos devem se

preocupar com questões sociais, ontológicas e espaço-temporais em que a informação está sendo produzida.

Essas relações se dão a partir da ideia de que: todo e qualquer processo de informação possui a finalidade de armazenamento, seja de registros formais/institucionais, seja de registros informais/mentais; a informação como processo quando dinamiza as atividades comunicacionais se institui na celeridade relacional entre os sujeitos da informação vislumbrando possibilidades de como sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário subsidiados por sujeitos não-humanos (documentos e tecnologias) podem produzir informação; a informação como processo também está ligada essencialmente à constituição de fluxos que fundamentam diálogos entre os sujeitos para construção da informação, já que os fluxos representam [...] as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS, 1999a, p. 501) e, por conseguinte, os fluxos de informação, seja de processos, seja de gestão ou tecnologias busca “[...] promover uma alteração; aqueles que recebem e podem elaborar a informação estão expostos a um processo de desenvolvimento, que permite acessar um estágio qualitativamente superior nas diversas e diferentes gradações da condição humana. Esse desenvolvimento é repassado ao seu espaço de convivência. Tal espaço pode expressar-se em uma estrutura social em rede” (BARRETO, 1998, p. 123); está inexoravelmente ligada a construção do conhecimento quando dos processos de apropriação que indicam possibilidades mais amplas de duvidar, questionar e conhecer; na gestão, a informação como processo contribui diretamente para composição de processos gerenciais ligados ao desenvolvimento estratégico, participação e tomadas de decisão que influem diretamente no aprendizado individual e coletivo, além da confirmação da relevância do uso e do valor da informação; a elaboração de políticas é um legado institucional que a informação como processo deixa quando sua condição pragmática deixa evidenciados problemas, limitações e perspectivas de ação de instituições e dos sujeitos da informação em prol de ações que favoreçam o acesso e uso qualificado da informação.

Em síntese, constatamos a informação como processo na base da concepção fenomenotécnica informacional, já que os processos constituem os fluxos técnicos que compõem a atividade pragmática informacional. É a partir dos processos que é possível apreender significados de informação reconhecendo a relevância da produção, organização, disseminação, mediação, acesso, uso, apreensão, apropriação como fenômenos pragmáticos

nem sempre sequenciais, mas com uma lógica de produzir e compreender os significativos produtivos da informação.

#### 4.2 INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO: DO PRAGMATISMO ESTRATÉGICO AOS VALORES DA INFORMAÇÃO

Dando continuidade ao itinerário lógico da informação, um dos assuntos mais instigantes nas ciências sociais aplicadas, especialmente Administração e CI é referente à gestão da informação ou das relações entre informação e gestão na contemporaneidade aplicada em instituições e organizações, como empresas, indústrias, bancos e centros de informação mostrando já prontamente o caráter pragmático da informação como gestão.

A relevância da informação no âmbito gerencial é explicitada por Beal (2004, p. 75):

A informação é um elemento essencial para a criação, implementação e avaliação de qualquer estratégia. Sem o acesso a informações adequadas a respeito das variáveis internas e do ambiente onde a organização se insere, os responsáveis pela elaboração da estratégia não têm como identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades, os valores corporativos e toda variedade de fatores que devem ser considerados na identificação de alternativas e na tomada de decisões estratégicas.

A informação no âmbito gerencial apresenta uma característica vital que é a condição estratégica. A informação pode ser considerada estratégica quando a sua construção de sentidos está voltada para um conjunto de atividades processuais como identificação de necessidades, pontos fracos e fortes, tomadas de decisão, construção do conhecimento institucional e dinamização das formas de aplicação desse conhecimento.

Logo, podemos inferir que a informação como fenômeno gerencial também é permeada por processos de duas naturezas: os chamados processos fisicalistas, sociais e ontológicos mencionados no tópico anterior que dão base para o processo de produção e significância estratégico-pragmática da informação; processos organizacionais que se instituem a partir de necessidades humanas, tecnológicas e institucionais de aplicação das organizações.

Assim, a informação no âmbito gerencial pensada como processo (OLIVEIRA; BERTUCCI, 2006) está intimamente ligada às duas naturezas processuais delimitadas. Como podemos observar nos processos gerenciais de McGee e Prusak (1994), que inclui identificação de necessidades e requisitos de informação; classificação/armazenamento e tratamento/apresentação de informação; distribuição e disseminação da informação; Davenport (1998), que envolve determinação de exigências; obtenção; distribuição e

utilização; Choo (2003) no contexto da identificação das necessidades de informação; aquisição da informação; organização e armazenamento da informação; desenvolvimento de produtos e serviços de informação; distribuição da informação e; uso da informação Beal (2004) referente a sete etapas, quais sejam, identificação de necessidades e requisitos de informação; obtenção das informações; tratamento da informação; distribuição da informação; uso da informação; armazenamento e descarte da informação.

Percebemos que todos os processos gerenciais delimitados envolvem as naturezas dos processos fisicalistas, sociais e ontológicos ou dos chamados processos organizacionais que atuam de forma associativa.

Dos processos de McGee e Prusak (1994) destacamos seu limiar na identificação de necessidades e seu “término” no processo de disseminação relegando a um plano inferior processos de uso que, de certo modo, desfavorecem a relação entre a informação produzida pela organização e a informação utilizada, apreendida, apropriada pelos usuários dando margem para um modelo mais linear e focalizado no emissor.

Nos processos de Davenport (1998) consideramos ser o mais específico em virtude de se restringir a realidade interna da organização, já que a determinação de exigências (esquecendo questões anteriores como necessidades), mas, ao contrário dos processos de McGee e Prusak, focaliza a utilização, em especial, dos usuários da organização considerando que “a maneira como um funcionário procura, absorve e digere a informação antes de tomar uma decisão – ou se ele faz isso – depende pura e simplesmente dos meandros da mente humana” (DAVENPORT, 1998, p. 194) focalizando um contexto pragmático da informação eminentemente cognitivista.

Já nos processos de Choo (2003) consideramos como um dos mais completos por encaminhar desde a questão das necessidades até o uso da informação em si. Apenas discordamos de Choo quando insere o termo “aquisição da informação” ainda mais em etapa anterior a organização e tratamento, como se a informação já se estabelecesse prontamente já no limiar dos seus processos.

Consideramos os processos de informação gerenciais mais densos aqueles delimitados por Beal (2004) talvez por ser mais recente e contemplar perspectivas mais atuais de necessidades e desenvolvimentos gerenciais da informação, já que a atualização pragmática é permanente. Compreendemos como destaque nesse modelo processual que a “etapa de obtenção da informação são desenvolvidas as atividades de criação, recepção e captura de informação, provenientes de fonte externa ou interna, em qualquer mídia ou formato” (BEAL, 2004, p. 30). Essa etapa é fundamental porque vai definir o que e como a informação é

potencialmente compreendida e como pode ser aplicada diferenciando de Choo em virtude de considerar a informação como desiderato de conquista e não simplesmente de aquisição. Contudo, não consideramos que esta seja uma etapa de obtenção da informação em si, mas obtenção de dados/conteúdos que permitirá processos de tratamento, distribuição e uso, visando à concretização mais completa da dinamização estratégica da informação.

Mas se identificamos a informação na perspectiva da gestão como uma informação estratégica, ou seja, “que apóia o processo de tomada de decisão e possibilita à alta administração da organização definir e planejar as estratégias de ação de médio e longo prazo” (VALENTIM, 2006, p. 13-14) devemos ponderar que a informação: só pode ser efetivada como tal, quando perpassa pelos processos supracitados por Beal (2004); Choo (2003); Davenport (1998) McGee e Prusak (1994); é baseada em uma construção histórica de organizadores e gestores; “incorpora um sistema de aquisição contínua” (DAVENPORT, 1998, p. 181); deve levar em consideração a consciência funcional de cunho individual e coletivo dos gestores da informação (MCGEE; PRUSAK, 1994); a noção de que processos de identificação de necessidades, tratamento, coleta/armazenamento e uso da informação estão intrinsecamente concatenados como mecanismo de estrutura e a falha em um desses pontos pode comprometer as outras atividades do processo gerencial de informação; e que os processos designados pelos estudiosos buscam dinamizar os fluxos gerenciais e estratégicos da informação.

Um grande problema da informação como fenômeno gerencial é o seu caráter de pré-determinação ou simplesmente de elemento estanque que precisa ser organizado, tratado e utilizado de acordo com as conveniências dos usuários da organização (condição interna) e instrumentos institucionais como parceiros e fornecedores (condições externas). Ao contrário, a informação não vem pronta em uma organização e só pode ser atestada como significativa e produtiva quando passa pelos processos gerenciais que indicam precisamente a viabilidade de seleção, acesso, uso e descarte; necessita de um processo de comunicação eficiente e eficaz, seja no âmbito da interação face a face, seja no âmbito da interação virtual.

Em particular, o descarte não é uma atividade fim do gerenciamento da informação, mas deve ocorrer durante todos os processos a fim de designar os procedimentos mais estratégicos de criação, planejamento, avaliação e implementação/execução. Por exemplo, quando se fala em necessidade como processo de informação estratégica, é preciso considerar as seguintes questões: quais as vantagens e desvantagens para usuários, parceiros e a organização em si na procura em satisfazer essas necessidades? Como selecionar por questões de relevância social as necessidades identificadas? Como organizar/tratar/representar os

dados/conteúdos identificados (considerando os instrumentos humanos e tecnológicos para tal intento)? Quais procedimentos para disseminação/disponibilização/distribuição da informação entre usuários das organizações? Como captar/assimilar/avaliar os procedimentos de uso da informação pelos usuários, visando à otimização da informação e dos serviços prestados?

Atentamos que as respostas para estas perguntas buscam precisamente a dinamização dos fluxos de informação processuais-gerenciais, assim como em cada pergunta há a premência em descartar questões (comumente ainda não amadurecidas) para o desenvolvimento estratégico da informação. Porém, esse descarte não precisa ser definitivo, pois questões que antes não foram produtivas podem ser realocadas ou renovadas, de acordo com as condições estratégicas concebidas. Podemos, inclusive, estabelecer a ideia de descartes temporários (ocorrem durante os processos gerenciais e estratégicos da informação) e os descartes definitivos (ocorrem ao fim dos processos gerenciais e estratégicos da informação).

Portanto, as perguntas concebidas visam, sobretudo, dinamizar os fluxos gerenciais de informação e auxiliar nas tomadas de decisão, já que é preciso considerar que a informação como fenômeno estratégico parte de questões intuitivas (dúvidas, questionamentos e perguntas), observacionais (ponderar quais dúvidas, questionamentos e perguntas podem ser amadurecidas ou descartadas) e perceptivas (o que foi apreendido sobre as maneiras de estabelecer as estratégias fiscalistas/sociais/ontológicas e organizacionais de informação nas organizações). Esses três vieses fortalecem o ideário pragmático da informação como fenômeno de gestão.

Para tanto, essa informação processual e estratégica só pode ser considerada eminentemente produtiva quando transformada em conhecimento formalizado<sup>56</sup>, pois é esse conhecimento que no âmbito da competitividade dão azo à “percepção e discernimento” (CHOO, 2003, p. 51) na organização e entre os gestores da organização concretizando um caráter de referência social da organização que passa a ser inspiração para outras organizações e gestores.

É precisamente na compreensão dos valores da informação que os fluxos gerenciais se dimensionam de forma pragmática, pois estes valores designam não somente as formas de ação estratégica da informação, mas os contextos pelos quais (e com os quais) gestores e organizações podem agir estrategicamente.

Os valores da informação como fenômeno gerencial e estratégico são:

---

<sup>56</sup> Ver a reflexão sobre a informação como fenômeno holozoísta no capítulo anterior que mostra possibilidades de transformação da informação para o conhecimento.

- a) valor de delimitação – se refere à identificação de necessidades de cunho humano (sujeitos que atuam no processo gerencial da informação), estrutural (aspectos físicos e virtuais que norteiam práticas de gerenciamento da informação) e institucional (relativo às normas/regras e perspectivas de ações dos sujeitos gerenciadores da informação). Leva em conta ainda a identificação/estruturação dos suportes/recursos/fontes de informação viáveis para os processos gerenciais da informação. É preciso destacar que essas necessidades não são definitivas e expressam uma visão organizacional a ser cumprida, mas que no decorrer das atividades gerenciais de informação essas necessidades são revistas, atualizadas e dinamizadas;
- b) valor indicativo – referente às estratégias e investimentos daquilo que foi identificado como necessário, assim como para aplicação/concretização dos valores seguintes. O valor indicativo é perspectivo porque trabalha por um lado com objetivos (pretensões) e por outro lado com metas (fatores que são definidos como prementes de serem cumpridos);
- c) valor organizacional – relativo às estratégias tecnológicas para organização/tratamento/representação da informação. Esses processos de organização contemplam não somente as maneiras de como os dados serão organizados, mas o estabelecimento de condições pragmáticas e sistemáticas para recuperação e acesso à informação que envolve, inclusive, a escolha do sistema de recuperação de informação mais adequado para as práticas organizacionais;
- d) valor de comunicação – tem grande relevância por se configurar em um fator de transição entre os valores anteriores e os vindouros. Este valor é mensurado pelas atividades de marketing, disseminação e mediação. O marketing é aqui entendido como a análise, o planejamento, a implementação e o controle de programas cuidadosamente formulados e desenvolvidos para provocar intercâmbios voluntários de valores com seu mercado alvo, com o propósito de se alcançar os objetivos organizacionais (KOTLER; BLOOM, 1988). Este é o momento de revisão das necessidades humanas, estruturais e institucionais das organizações e dos usuários, assim como verificar a viabilidade de execução de algumas atividades gerenciais como a proposição de serviços e produtos e atividades de disseminação e mediação da informação, por exemplo;
- e) valor comercial – envolve as maneiras como se relacionam organização/usuários e organizações/organizações (parcerias cooperativas) no âmbito da

venda/troca/compra de serviços e produtos. Neste caso, o valor comercial não é inerente a qualquer organização atestando que designa não uma relação informacional direta, mas uma relação pragmática de serviços e produtos que possibilitam o uso e a apropriação da informação pelos usuários;

- f) valor de produtividade – indica como organizações e usuários avaliam o processo de produção/aplicação da informação ou, em outras palavras, quais os níveis de satisfação que demonstram ao desenvolver o processo de uso e apropriação da informação. A produtividade é um valor finalístico que detecta como a informação foi produzida, quais os pontos fracos e fortes, como deve melhorar, etc.
- g) valor político – voltado para a formação de políticas de informação com a finalidade de aprimorar o processo estratégico e gerencial da informação. As políticas de informação possuem múltiplos significados, tais como “um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 63); “uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71); “as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71); e “a constituição dos universos de informação parte sempre do “nós” de um sujeito situado, localizado, territorializado, para o qual algo faz ou não faz sentido como informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71). O valor político contribui diretamente para o desenvolvimento da informação como elemento estratégico e gerencial para novas tomadas de decisão, para ações de informação institucionalizadas focalizadas no bem coletivo, para pautar questões objetivas do tipo aonde se quer chegar? De que forma chegar? O que deve ser e não deve ser na informação como fenômeno estratégico e gerencial? e para pensar as questões os contextos em que a informação deve ser gerenciada no âmbito da territorialidade, historicidade, física ou virtualmente concebida e coletivamente atribuída de modo a compor as ações de informação.

Podemos designar que os dois primeiros valores são considerados como embrionários porque envidam esforços para compreensão prévia da realidade objetiva que norteia o

gerenciamento da informação. O terceiro, quarto e quinto valores definem perspectivas procedimentais que encaminham a informação como fenômeno estratégico e os dois últimos valores concretizam a fundamentação teleológica da informação estratégica.

Os valores e suas condições embrionárias, procedimentais e teleológicas são elementos para dinamizar os fluxos gerenciais de informação “os quais se movimentam entre os elementos de um sistema que se orienta para sua organização e controle” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 16) caracterizando um fluxo interno gerencial da informação que preconiza as razões pragmáticas para tomada de decisões.

Os modelos propostos por estudiosos como McGee e Prusak (1994); Davenport (1998); Choo (2003); e Beal (2004) se constituem como efetivos fluxos gerenciais de informação. Já os valores da informação estratégica e gerencial são fluxos que unem as condições internas concernentes a organização e controle da informação e externas que “mostram a essência do fenômeno da transformação, um acontecimento raro e surpreendente entre a linguagem, suas inscrições e o conhecimento elaborado pelo **sujeito/usuário** em sua realidade” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 16, grifo nosso).

Como itinerário lógico dos fundamentos técnico-pragmáticos da informação, é possível afirmar como informação como processo e informação como gestão de associam diretamente na atividade informacional, sendo a primeira ligada à consecução técnica (fiscalista, social e ontológica) e a segunda ligada a um conjunto de processos que envolvem, em parte, o próprio desiderato da informação como processo e, de outra parte, processos interdependentes da informação como fenômeno gerencial e estratégico.

Enfim, a informação como gestão se institui no contexto da fenomenotécnica informacional por buscar transparecer aquilo que aparece, ou seja, promover percepções semânticas da informação a partir da realidade social e dinamizar os encaminhamentos lógicos de cunho fiscalista, social e ontológico da informação como processo, assim como nortear os fluxos gerenciais da informação a partir de atividades estratégicas.

#### 4.3 INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA TECNOLOGIA: O DESIDERATO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Em continuidade ao itinerário lógico dos fundamentos técnico-pragmáticos apresentamos a tecnologia como axioma mais complexo e relevante. Complexo pela multiplicidade semântica e pragmática do termo e relevante porque a tecnologia favorece a dinamização das técnicas, assim como fornece subsídios para aplicações a realidade humana e

científica (incluímos aqui também a contribuição da tecnologia para dinamização da informação como processo e da informação como gestão).

Não estamos aqui falando da tecnologia simplesmente como suporte ou ferramenta que é apenas uma característica, mas como conjunto de conhecimentos, métodos e processos que aproximam o conhecimento técnico, humano e científico e auxiliam na resolução de problemas sociais.

As relações entre tecnologia, técnica, arte e ciência sempre foram polêmicas na história da humanidade, seja para estabelecer semelhanças, seja para estabelecer diferenças e contradições. Grosso modo, a tecnologia “é comumente entendida como uma sofisticação, científica, resultante da evolução da técnica” (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Contudo, este conceito carrega consigo a configuração científica da racionalidade moderna caudatária da percepção de que a história é um constante e linear processo de evolução, sendo assim na tecnologia, na técnica, na arte e na ciência. Podemos considerar que a tecnologia é um aprimoramento da técnica no sentido de que eleva a técnica à condição de conhecimento aplicável e referenciável as diversas realidades humanas.

Discordamos do uso do termo evolução para designar a díade técnica-tecnologia em virtude de que este termo parece definir profusões históricas lineares em que os fenômenos são sempre contínuos e complementares. Em outros termos, técnica e tecnologia não se sustentam a partir de relações naturais de evolução, mas baseiam suas condições histórico-pragmáticas em conflitos, já que nem toda tecnologia converge com certas aplicações técnicas e nem toda técnica converge necessariamente na formação de tecnologia.

É precisamente essa concepção evolutiva e contínua da história que limita o conceito de tecnologia a simples suporte/ferramenta de aplicação ou mais especificamente como significado de suporte digital/virtual meramente ligado à perspectiva publicitária da competitividade e da transformação dos diversos setores do mercado (GOMES, 2003) restringindo a tecnologia como significado de consumo.

Consideramos que as tecnologias contribuem para a sociedade a partir de várias questões, tais como: são fundamentais para o desenvolvimento científico-acadêmico (na construção de pesquisas consideradas puras e aplicadas) e científico-industrial (pesquisas consideradas técnicas (BUNGE, 1980); auxiliam nas especialidades do conhecimento tornando-o mais pragmático nos cotidianos pessoal, profissional e científico; definem técnicas e estratégias para gerenciamento de organizações/instituições; aplicações de metodologias e ferramentas no âmbito da educação; traz novas perspectivas de atuação acadêmico-profissional no contexto da saúde, inclusive, promovendo autonomia aos pacientes para

compreenderem previamente suas condições de estabilidade orgânica e, por conseguinte, a atividade de autoprevenção; permite possibilidades de interação humana simultâneas ou não em perspectivas espaço-temporais diversas, principalmente nos ambientes virtuais (RECUERO, 2001); favorece o registro físico e virtual das práticas culturais de comunidades e grupos sociais, isto é, fortalece os processos de preservação da memória; possibilita a revisão e construção de novas linguagens, conforme necessidades de grupos sociais.

Porém, as contribuições da tecnologia identificadas no parágrafo anterior são potenciais na medida em que alguns interesses sobrepujam outros, como, por exemplo, o interesse do mercado e da inovação industrial (FIGUEIREDO, 2004; 2005; FREEMAN; SOETE, 2008), obstruir o interesse humano de satisfação de necessidades básicas de saúde, educação e moradia sob a alegativa de que vivemos na chama “era das tecnologias”, como se o conceito de tecnologia fosse originariamente contemporâneo.<sup>57</sup>

Pinto (1979, p. 43) acredita que o conceito de era da tecnologia é fundamentado em um poder dominativo empenhado em dois resultados “a) revesti-lo de valor ético positivo; b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas e muito particularmente das nações subdesenvolvidas.” Em particular, rejeitamos a percepção de que existe uma era das tecnologias, de modo que toda e qualquer era histórica demanda perspectivas de desenvolvimento tecnológico para auxiliar na solução dos problemas da sociedade, embora seja premente afirmar que vivenciamos na contemporaneidade um lato desenvolvimento das chamadas tecnologias digitais e da internet que se constitui como efetiva revolução humana e informacional que preconiza possivelmente, como diz Lévy (1997) um futuro mais democrático para a humanidade.

As tecnologias digitais, no âmbito da internet, que “tem sido a protagonista da dinâmica de uma realidade social em permanente movimento” (FRIDERICHS, 2007, p. 149) despertam não somente para a formação de redes sociais, mas estratégias para organização, disseminação e uso da informação, tanto por parte das organizações/instituições, quanto dos próprios usuários (respeitando a dita autonomia) que possibilitem formas diversas de relações sociais e acesso à informação. Nossa preocupação em identificar a lógica de limitação conceitual da tecnologia reside no fato de que a informação, principalmente no período contemporâneo, se desenvolveu em uma trajetória muito semelhante e relacionada ao

---

<sup>57</sup> É preciso considerar que na história da humanidade o conceito de tecnologia está intrinsecamente ligado a várias práticas sociais e econômicas, como a apreensão da linguagem, o desenvolvimento da tecnologia de manufatura, tecnologia de infraestrutura, tecnologia espacial e tecnologia digital.

desenvolvimento do discurso caudatário da “era da tecnologia” voltado para práticas de mercado e negócios.

Eis precisamente que esse discurso é que indica a informação como elemento acessível a uma minoria da população e a tecnologia como suporte de dominação (daqueles que criam e consomem para simplesmente aqueles que consomem) visando definir o que e como os sujeitos da informação devem acessar as fontes e recursos de informação respaldados sob uma lógica da legalidade e da ética que definem políticas rigorosas de controle do uso e apropriação da informação. Neste caso, muitos sujeitos/usuários deixam de atuar como sujeitos protagonistas na construção da informação para se constituírem como meros espectadores reprodutivistas de sentidos impostos por organizações/instituições.

Entendemos que a tecnologia é função do estado de desenvolvimento do trabalho socialmente construído, sendo o conjunto da sociedade que explica as técnicas nela existentes (PINTO, 2005). Nesta afirmação, acreditamos que a tecnologia contribui para o processo de produção da informação no sentido de disponibilizar métodos e técnicas de aplicação, enquanto a informação contribui para o desenvolvimento tecnológico quando os sujeitos da informação são suficientemente qualificados para exercer questionamentos, críticas e criações aos modelos de tecnologia vigentes. Em outras palavras, é a sociedade ou a diversidade de grupos sociais que deve sugerir/definir, a partir de apropriações críticas, os rumos das aplicações de tecnologias a partir da composição do trabalho social, já que a tecnologia é construída para o benefício social.

A partir dessa dinâmica é que consideramos as contribuições das tecnologias para o desenvolvimento da informação (realçando aqui o entendimento da tecnologia não somente como suporte físico/digital, mas como conjunto de métodos, técnicas de aplicação social que inclui evidentemente suportes/ferramentas digitais).

A informação na perspectiva da tecnologia aqui indicada é referente a algumas tipologias como informação científica e informação tecnológica, haja vista que são tipos deliberadamente atrelados ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas intelectivas/cognitivas. Quando associamos informação científica e tecnológica comumente lidamos com os dois tipos de informação mais especializados no âmbito das práticas acadêmicas e com forte referência ao conceito de tecnologia.

A informação científica e tecnológica (ICT) está intrinsecamente concatenada como uma espécie um *continuum* mutável para o desenvolvimento humano sendo pertinente apreender características específicas de ambas e reconhecer suas semelhanças, diferenças e transversalidades.

No que tange à informação científica é um elemento que alia técnica e tecnologia na perspectiva da inovação e construção do conhecimento. A informação científica compreende eminente grau de especialidade sendo acessível a um grupo minoritário de pessoas (professores, pesquisadores e profissionais especializados no mercado) e atua como mediadora fundamentando a comunicação científica e engendrando subsídios para o conhecimento científico. (TARGINO, 2012).

Isso significa dizer que a informação científica tem como objetivo dinamizar a comunicação científica agindo como filtro que seleciona o que pode ou deve ser comunicado em diálogo com as comunidades científicas e auxiliar na construção do conhecimento científico por meio de perspectivas de organização, disseminação, acesso e uso de conteúdos em ambientes físicos e digitais. Kuramoto (2006, p. 91) argumenta que:

A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Esse tipo de informação, resultado das pesquisas científicas, é divulgado à comunidade por meio de revistas. Os procedimentos para a publicação dessa informação foram estabelecidos pelo sistema de comunicação científica, o qual vem se consolidando ao longo de mais de três séculos.

O caráter pragmático da informação científica está situado no contexto das pesquisas científicas que são representadas em variedades de trabalhos, como artigos de revisão, artigos originais, relatos de pesquisa, relatos de experiência, memórias científicas, comunicações (orais e/ou escritas) implicando afirmar que a informação científica é consequência de um fluxo que vai desde a produção de conteúdos, passando pela organização/tratamento/representação (registro) dessas produções passando por outros processos de disseminação e, por conseguinte, por processos de acesso, uso e apropriação da informação.

A informação científica necessariamente precisa da interação entre o produtor/pesquisador e o leitor/apropriador a fim de concretizar seu fluxo mais amplo, do contrário, será apenas um conjunto de conteúdos expedidos ainda não acessado pelo leitor. Por isso, tão importante quando a produção da informação científica é pertinente a sua disseminação e uso pela comunidade a fim de conferir respaldo, domínio e alternativas para novas construções do conhecimento.

Concordamos que a informação científica tem como principal veículo de comunicação os periódicos (revistas), mas não são os únicos, de sorte que eventos dos mais variados portes como encontros, congressos, simpósios, colóquios e seminários também podem produzir informação científica, já que também são regulados por sistemas de comunicação científicas,

embora muitos eventos tragam em seu bojo aparatos mais informais de produzir, registrar e disseminar essa informação científica. A relação entre as tecnologias e a informação científica se desenvolve no movimento de ampliação do acesso a essa informação por múltiplos meios chamado de acesso livre ou acesso aberto (Open Access). Mueller (2006, p. 27-28) retrata o ideário entusiástico desse movimento:

Ao surgirem e ganharem formas inovadoras, a partir da década de 90, as publicações científicas eletrônicas despertaram esperanças, em muitos pesquisadores, de uma mudança radical no sistema tradicional de comunicação científica. Assim como os utopistas da Renascença, alguns sonharam com um novo sistema de comunicação, no qual o acesso a todo conhecimento científico se tornaria universal e sem barreiras. Especialmente nos países mais afastados dos principais centros produtores, surgiu a esperança não só de acesso ao que era produzido fora, mas também que a produção local teria maior visibilidade e penetração internacional. Porém, passados cerca de 15 anos desde o surgimento das primeiras publicações eletrônicas, vemos que, assim como nas utopias, a realidade se mostra diferente do sonho.

O movimento do acesso livre se caracteriza discursivamente como a formação de uma ampla rede de acesso à informação científica em diferentes espaços, meios e tempos, principalmente no contexto virtual com custos financeiros baixos ou até mesmo gratuitos (no sentido do usuário não pagar diretamente pelo serviço, embora pague indiretamente por meio dos impostos e outras contribuições tributárias).

Porém, existe uma batalha incruenta entre os pesquisadores que apoiam o acesso livre e o mercado editorial de empresas reguladoras de bases de dados que comercializam as produções científicas que inibem a concretização do movimento do acesso livre enaltecendo processos metodológicos e comerciais da industrialização da ciência que favorece a concretização de desigualdades científicas, seja na produção da informação científica, seja no acesso e uso.

Malgrado o desenvolvimento de políticas e iniciativas de ICT durante fins da década de 90 e início do século XXI em todo o mundo como nos Estados Unidos França, Alemanha, Reino Unido, Austrália, Canadá, Portugal e outros países (SILVA; ALCARÁ, 2009), a força econômica dos meios editoriais impressos e eletrônicos ainda é muito forte e monopolizadora.

A julgar pelo “modelo de transferência da informação” imposto pelas organizações que comandam o acesso à informação científica, esse modelo é constituído através de um tino comercial primando pela relação empresa-consumidor ou produto-cliente que satisfaz muito mais os grandes grupos comerciais do que a amplidão da comunidade científica.

No tocante à informação tecnológica, em primeira instância, pareceria redundante pensar a díade tecnologia-informação tecnológica, mas com um olhar mais aprofundado essa

redundância é dirimida e as aplicações são necessárias para identificar questões pragmáticas da informação. Iniciando pelo conceito, Aguiar (1991, p. 8) entende informação tecnológica como:

É todo o tipo de conhecimento relacionado com o modo de fazer um produto ou prestar um serviço, para colocá-lo no mercado, servindo, então, para: a) constituir insumo para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas; b) assegurar o direito de propriedade industrial para uma tecnologia nova que tenha sido desenvolvida; c) difundir tecnologias de domínio público para possibilitar a melhoria da qualidade e da produtividade de empreendimentos existentes; d) subsidiar o processo de gestão tecnológica; e) possibilitar o acompanhamento e a avaliação do impacto econômico, social e ambiental das tecnologias.

Identificamos que a informação tecnológica se constitui como elemento estratégico do mercado para criação de produtos e disponibilização de serviços para a sociedade. O papel da informação tecnológica é dar sentido *ao modus operandi* da criação de serviços e produtos por meio da organização e gestão das tecnologias que compõem a atividade industrial, assim como estabelecer perspectivas de disseminação dos serviços e produtos das indústrias favorecendo as práticas negociais entre indústrias e usuários.

A informação tecnológica apresenta dois contextos: um macro concernente a todo conhecimento técnico, científico, econômico, mercadológico, gerencial e social (FUJINO, 1993), ou aquela que trata da informação necessária, utilizada e da informação gerada, nos procedimentos de aquisição, inovação e transferência de tecnologia, nos procedimentos da metrologia, certificação de qualidade e normalização, e nos processos de produção (MONTALLI; CARMELLO, 1997) e outro micro relativo à inovação industrial para produção de serviços e qualificação de pessoas (VALENTIM, 1997; VENKATESH *et al*, 2003) ou da aplicação de processos, métodos e ferramentas em organizações (JANNUZZI, 2002).

As tecnologias para construção da informação tecnológica se justificam primeiramente para compreender os significados de informação na corrente teórico-pragmática, já que com a diversidade de ocorrências e conceitos de informação, a ideia de informação tecnológica fica limitada, por um lado, a concepção de natureza humana, social e abstrativa e, por outro lado, limitada a aplicação mercadológica e industrial. Observamos que a grande contribuição da tecnologia para percepção de informação tecnológica reside nas aplicações de processos e métodos que respaldem as questões técnicas, científicas, econômicas, mercadológicas, gerenciais e sociais para construção do conhecimento e inovação.

Logo, os sentidos conceituais de informação tecnológica se estabelecem de acordo com os objetivos aos quais se propõem no âmbito das organizações (KAYE, 1995), mas, em linhas gerais, o desenvolvimento da informação tecnológica deve primar por (não necessariamente todos ao mesmo tempo): diálogo permanente com os usuários da informação; diversidade de espaços físicos e digitais para acesso e uso da informação, tanto dos usuários externos, quanto dos usuários internos (funcionários da própria organização); construção de novos conhecimentos; concepções de novos métodos e técnicas de pesquisa e produção científica; novas formas de ver a realidade mercadológica; aprimoramento de serviços e produtos permanentemente adequados às necessidades dos usuários e, finalmente, todos esses fatores desembocam no objetivo principal das organizações ao desenvolverem informação tecnológica que é o primado da inovação tecnológica no sentido de garantir a modernidade dos negócios (STOECKL, 2011), no sentido de ampliar a capacidade de empreendedorismo e dinamização empresarial/industrial (MERINO, 2011), no sentido de produção/aplicação de novos suportes e ferramentas digitais e no sentido de qualificação de recursos pessoais e produtos/serviços.

A informação tecnológica está vinculada às possibilidades de inovação tecnológica que se situam desde as formas de diálogo (comunicação) entre organização e usuários passando pela organização de dados e conteúdos disponíveis, pela qualidade dos funcionários e, por conseguinte, dos serviços e produtos disponíveis e pela capacidade da organização se destacar no mercado como instrumento de inovação que as diferencie no sentido afirmativo de outras organizações contemplando os sentidos macro e micro da informação tecnológica.

Contudo, observamos certo confronto na informação tecnológica, de modo que o discurso e a prática comumente destoam ou se distanciam conforme os interesses do mercado industrial, como, por exemplo, a indústria e pesquisa farmacêutica investem pesado em remédios que primem pela estabilização dos sintomas em detrimento da cura criando uma espécie de dependência orgânica e psicológica para o permanente uso do remédio.

Conforme afirma o Prêmio Nobel de Medicina Richard Roberts (2011) a indústria farmacêutica não visa à cura, mas a dependência preferindo os benefícios econômicos à saúde, e detendo o progresso científico na cura de doenças, porque a cura não é tão rentável quanto a cronicidade. Essa realidade ocorre pela capacidade da indústria em conceber pesquisas aplicadas que visam resultados imediatos e lucrativos em detrimento de pesquisas básicas que valorizam de forma mais efetiva o processo de inovação.

É possível observar que pragmaticamente a informação tecnológica tem seu *ethos* voltado prioritariamente para satisfação de necessidades industriais e comerciais, mas não

necessariamente de necessidades sociais. Diante desses relatos nos perguntamos: quais as relações e diferenças entre a informação científica e tecnológica? O quadro abaixo busca responder a pergunta:

**Quadro 15 - Semelhanças e diferenças entre informação científica e tecnológica**

Semelhanças	Diferenças
Estão voltados para inovação tecnológica.	Científica: baseada em pesquisas básicas e aplicada. Tecnológica: baseada em pesquisas técnicas.
Primam pela construção do conhecimento técnico-científico.	Científica: voltada para pesquisadores em geral. Tecnológica: voltada para pesquisadores do setor industrial.
Estabelecem relações comerciais com os usuários.	Científica: produtos documentais. Tecnológica: produtos de naturezas diversas.
Possuem estratégias semelhantes de disseminação da informação.	Científica: fundamenta a comunicação científica. Tecnológica: fundamenta a comunicação publicitária.
Necessitam de consistentes de sistemas de informação para registro.	Científica: voltada em grande parte para instituições de ensino superior e associações científicas. Tecnológica: voltada em grande parte para organizações empresariais e industriais
Lidam com conhecimentos de cunho técnico, econômico, social, gerencial e mercadológico.	Científica: elaboração da política científica. Tecnológica: elaboração de códigos técnico-normativos de conduta.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Observamos quão semelhantes são os significados de informação científica e tecnológica, sendo as diferenças estabelecidas em questões pontuais de público e produção e a afirmação dessas diferenças se apoiam de forma integrada e não se contradizem. É preciso destacar que a informação científica contribui para o desenvolvimento da informação tecnológica pelos sistemas de produção, comunicação e inovação científica e a informação tecnológica contribui para a informação científica no desenvolvimento de métodos, técnicas e ferramentas para aprimoramento da produção científica.

Por isso, é pertinente do uso integrado de informação científica e tecnológica pelo caráter tecnológico da ciência e o caráter científico da tecnologia de comunicar a informação e construir o conhecimento. Conforme afirma Aguiar (1991, p. 8):

A Informação em Ciência e Tecnologia (ICT) é constituída de elementos simbólicos utilizados para comunicar o conhecimento científico e técnico, independente de seu

caráter (numérico, textual icônico, etc.), dos suportes materiais, da forma de apresentação. Refere-se tanto à substância ou conteúdo dos documentos quanto à sua existência material. Também se emprega este termo ICT para se designar tanto a mensagem (conteúdo e forma) quanto sua comunicação (ação). Quando necessário, distingue-se entre informação bruta (fatos, conceito, representações) e os documentos em que se acha registrada.

A informação científica e tecnológica deve ser plenamente pautada na elaboração de políticas e iniciativas que favoreçam o acesso à informação em diversos tempos, espaços e suportes. O contexto das políticas de informação em C & T se constitui como ações que necessitam de um planejamento a curto, médio e/ou longo prazo, assim como necessitam de um contexto que definam a amplitude da política para o aprimoramento da prática comunicacional e a construção do conhecimento.

A informação científica e tecnológica se situa na fenomenotécnica informacional porque partem de um pragmatismo construtivista em que importa compreender a relação entre os seus procedimentos (processos organizacionais, gerenciais, tecnológicos...) e finalidades (construção do conhecimento, inovação científica e tecnológica). Embora ambas tenham seus pragmatismos particulares são juntas que apreendem um sentido mais amplo do significado fenomenotécnico de informação que vislumbra a semântica da informação partindo da realidade social (sujeitos pesquisadores e usuários da informação) e técnica (processos, fluxos e gerenciamento produtivo da informação).

Podemos ainda destacar que a informação como tecnologia, principalmente no aspecto digital, conquista uma dimensão fenomenotécnica a partir dos seguintes vieses:

- a) aplicação dos processos de informação (fiscalista, social e ontológico) – trata de reconhecer técnicas de organização/tratamento/representação, disseminação/mediação, acesso/recuperação/uso em ambientes tecnológicos, com vistas a promoção de possibilidades mais ampla de apropriação da informação e verificar a coordenação desses processos em ambientes físicos e principalmente digitais;
- b) arquitetura da informação – conceito criado por Wurman (1991) como expansão da Arquitetura tradicional aplicada a espaços de informação com a finalidade de definir novos parâmetros de organização visual, técnica e conteudística de um sistema de informação em diálogo e reconhecimento das necessidades dos usuários. O conceito de arquitetura da informação tem sido vagamente aplicado em ambientes físicos (centros de informação) e fortemente desenvolvido em ambientes digitais, como websites (SOUSA et al, 2010), repositórios digitais (SAYÃO, 2010; RIBEIRO; VIDOTTI, 2009), bibliotecas digitais (NONATO et al, 2009; CAMARGO; VIDOTTI,

2006), gerenciamento de serviços (ROCHA LYRA; GOTTSCHALG DUQUE, 2011), portais (HENN; FRANÇA; DIAS, 2010), propriedade intelectual (DIAS; VIDOTTI, 2011), sistemas de informação em organizações (CARTER, 1999), técnicas de organização da informação, estudos sobre a própria estrutura e fundamentação da arquitetura da informação (ALBUQUERQUE; LIMA-MARQUES, 2011), competência digital (KOLTAY, 2011), além de estudos sobre a arquitetura da informação voltada para organização do conhecimento e centrada no usuário. Mesmo considerando cada particularidade, a ideia de arquitetura da informação está essencialmente vinculada aos procedimentos de organização, dinamização, contexto e conteúdo dos espaços informacionais e como os usuários utilizam esses espaços. Mas a arquitetura da informação não se restringe a dimensão técnica dos espaços informacionais, mas busca compreender os significados estratégicos dos processos informacionais, conforme destacam Lima-Marques e Macedo (2006) a partir das seguintes etapas **episteme**, que dispõe sobre os pressupostos teóricos para estruturação dos conceitos a serem adotados em todos os níveis; **análise**, que é referente à análise do contexto, considerando os elementos que constituem o ambiente; **tratamento e representação**, que concernem ao tratamento de conteúdos e descrição dos conteúdos por meio de padrões, respectivamente; **armazenamento**, que envolve questões de armazenamento dos estoques de conteúdos; **organização**, que cuida dos fluxos de relacionamento entre os componentes; **recuperação** inerente ao processo de recuperação da informação pelo usuário; e **aplicação**, que se constitui como norteador executivo que permeia os demais elementos abarcando as ferramentas tecnológicas que atendem a todos os níveis;

- c) usabilidade – possui dimensão amplamente ligada, por um lado, aos estudos de usuários da informação (maneiras como os usuários utilizam sistemas de informação) e, por outro lado, a arquitetura da informação (conteúdo, contexto e estrutura do ambiente informacional utilizado) a julgar pelos impactos que a arquitetura da informação causa no processo de usabilidade (OKIKE; FERNANDES, 2012). Em linhas gerais, a usabilidade é referente aos diversos procedimentos envidados pelos usuários para uso da informação em ambientes informacionais ou como afirma Silva (2013b, p. 12) visam “observar como os usuários agem e interagem de forma mental e física com o produto.”;
- d) gestão de tecnologias – é referente às condições estratégicas da informação nos processos de busca, identificação de necessidades dos usuários, processamento,

tratamento, armazenamento e disseminação para respaldar a qualidade dos serviços (dinamizando suas perspectivas de acesso e uso), as atividades humanas e técnicas, além da tomada de decisão no ambiente tecnológico. A gestão de tecnologias é uma maneira de otimizar técnica e pedagogicamente os ambientes tecnológicos, seja particularmente em estruturas de informação como websites, repositórios digitais/bibliotecas digitais, seja em organizações propriamente ditas que dispõem de um arsenal tecnológico diversificado que necessita de gerenciamento;

- e) criptografia – é relativo à confidencialidade das mensagens emitidas nos ambientes informacionais. Embora o discurso da presente pesquisa se estabeleça mediante as diversas evidenciações semânticas da informação, é preciso considerar a necessidade de instrumentos que preservem os dados individuais de sujeitos/usuários, visando acesso, uso e apropriação individualizados em casos específicos. A criptografia é uma técnica antiga que tem origem na sociedade espartana no século X a. c. através de uma cíkala (ou bastão de Licurgo) em que o emissor escreve uma mensagem através da cíkala e depois enrola em um pergaminho de tal forma que as letras da mensagem fiquem transpostas, sendo que para decifrar a mensagem (construir informação) é preciso enrolar novamente em uma cíkala para ver com clareza a mensagem (CADAVID, 2010). A criptografia como técnica foi se desenvolvendo e apoiando a tecnologia e hoje é um efetivo instrumento de confidencialidade em ambientes digitais e tem sido fundamental para preservação de senhas de usuários, conteúdos pessoais e institucionais para acesso e uso à informação individual. Por um lado, a criptografia é necessária para preservar dados dos usuários da informação de ambientes digitais (sites, periódicos, e-mails...), mas, por outro lado, tem sido instrumento de manipulação de grupos políticos e governos para fazer esconder e aparecer dados, conforme conveniências de dominação, como no caso dos Estados Unidos que procuram quebrar sistemas criptográficos na web que se configura como sistema de espionagem.

Observamos que a informação na perspectiva da tecnologia incide sobre uma forte fenomenotécnica informacional na medida em que a informação é compreendida através de técnicas que amparam os ambientes informacionais, principalmente de cunhos digitais, assim como os ambientes digitais, através de técnicas e estratégias como processos, arquitetura da informação, usabilidade, gestão de tecnologias e criptografia, permitem possibilidades multitemporais e espaciais de acesso, uso e preservação de dados valorizando condições mais eficazes para segurança da informação.

#### 4.4 INFORMAÇÃO E LINGUAGEM: DAS INTER-RELAÇÕES PRAGMÁTICAS ÀS ATRIBUIÇÕES DA CONSTRUIÇÃO INFORMACIONAL

A informação como fenômeno de apropriação constitui dois fundamentos gerais: o primeiro é a informação no contexto biótico ou instrucional relativo às questões corpóreas, genéticas e orgânicas que envolvem as variadas concepções de organismos e espaços de vida natural (KAUFFMAN et al, 2007) e a informação no contexto humano que é inspirada pela linguagem (que contempla a expressão da mente e do pensamento humano) e cultura (esta última entendida como formação de subsídios morais de cunho individual e coletivo que norteiam a dinâmica das relações humanas).

Cabe-nos, neste momento, reconhecer as relações entre informação e linguagem e como esta contribui para concretização daquela, em especial, quando auxilia na condução dos processos de relações sociais, em especial, na apropriação de segmentos da realidade objetiva, expressão dos pensamentos, elaboração de ideias e a dinamização perceptiva da mente.

A linguagem exerce uma função pragmática de clarear pensamentos e elucidar ideias atuando como motor nas relações humanas. Segundo McLuhan (1964, p.91) a linguagem:

É a extensão do homem na fala que permite ao intelecto separar-se da realidade muito mais ampla. Sem a linguagem, sugere Bergson, a inteligência humana teria permanecido totalmente envolvida nos objetos de sua atenção. A linguagem faz pela inteligência o que a roda faz pelos pés e pelo corpo. Ela permite passar de uma coisa a outra com maior facilidade e rapidez e com envolvimento cada vez menor. A linguagem estende e amplia o homem.

Nesta concepção o conceito de linguagem apresenta várias características. A primeira delas é o fato de ser vista como fenômeno agregado ao ser humano que é construído em sua trajetória, conforme suas relações e experiências. Logo, a linguagem não seria um elemento inapto ao ser humano, mas desenvolvido de forma interacional. A segunda é que a ideia de extensão da linguagem ao ser humano pode ser concebida na medida em que aquela se constitui como fator elucidativo e indicativo da fala deste. A terceira reside no fato de que a linguagem age como uma espécie de mediadora entre o ser humano e as expressões de sua mente (pensamentos, ideias e perspectivas de ação).

Por fim, a linguagem pode ser transmediadora na medida em que elucidada de forma efetiva os sentidos de um ser humano associado aos sentidos de outro ser humano, ou seja, a linguagem pode tanto contribuir para uma elucidação individual ou singular quanto uma elucidação social/grupal ou plural comprovando ser a linguagem fenômeno de extensão que é

produzida, apreendida e apropriada pelo ser humano em suas diversas conotações histórico-culturais.

E quando a linguagem pode ser ligada a informação? Em primeira instância, é preciso considerar que informação e linguagem possuem ligações tão prementes que é salutar indicar suas dinâmicas de inter-relação. Logan (2012, p. 67) revela que “é quase impossível pensar em pensamento e informação que não estejam conectados a alguma forma de linguagem. A linguagem é o meio pelo qual a informação simbólica é formulada e comunicada.”

Em segunda instância o fio condutor que interliga linguagem e informação é a necessidade de ambas serem construídas e apropriadas pelos seres humanos como processos de construção de sentidos. No entanto, a informação depende necessariamente da construção da linguagem para existir, enquanto o contrário não ocorre de forma premente.

As contribuições da linguagem para construção da informação podem ser mais claramente definidas no contexto da pragmática da informação. González de Gómez (1996, p. 50-51) afirma sobre a pragmática da informação:

Nós pensamos que a Pragmática nos oferece um caminho para apreender os fenômenos e processos de informação como processos sociais, cognitivos e comunicacionais, onde a prática e a ação de informação (o informar, informar-se e o ser informado), constróem a informação e estabelecem novas redes relacionais de semelhanças e diferenças... E tudo isto porque o enfoque pragmático permite superar um limite que era ‘transladado’ da lógica e da linguística para os estudos da informação: ter como unidade de análise o enunciado ou a proposição e não os textos, os discursos, a conversação, os jogos de linguagem. Nos estudos atuais da pragmática destacamos outros aspectos relevantes para nosso campo de estudo: a) a elaboração e o desdobramento do conceito de contexto, tal como os contextos situacionais e acionais; b) a dupla relação entre o fala e o fazer (o fazer falando e o falar fazendo); c) o caráter produtivo da linguagem; d) a introdução da subjetividade e dos processos de singularização que sobredeterminam os modelos racionais universalizantes da geração e uso da informação.

A pragmática nos faz pensar as influências da linguagem para compreender a informação, em especial, a partir da composição de seus processos fisicalistas, sociais e ontológicos que situam como a informação é delineada em relação as linguagens constituídas. Contudo, não podemos pensar a linguagem apenas como pressuposto de fala, escrita e registro de conteúdos, pois estes se situam como fundamentos de respaldo a compreensão pragmática da informação, mas não é o centro da questão.

Isto posto, podemos ponderar duas formas gerais de relação entre a linguagem e a pragmática informacional: a primeira envolve a representação elucidativa da fala; a representação elucidativa da escrita; a representação elucidativa da mensagem; a elucidação representativa de cunho documentário que se constituem como procedimentos ou suportes de

ação, mas não incidem diretamente uma pragmática informacional, mas apenas indícios perspectivistas; a segunda é invocada nos contextos situacionais e acionais, sendo o primeiro o ideário do “cenário social das instituições e os ambientes do dia-a-dia, com suas regras específicas e suas rotinas intelectuais próprias” (NOVELLINO, 1998, p. 141), além da elucidação representativa do diálogo/interação entre os sujeitos, enquanto o segundo são focalizados nas intenções e intencionalidades dos sujeitos para utilizar a linguagem como fundamento construtivo da informação, conforme seus desejos, demandas ou necessidades (a discussão sobre intenção/intencionalidade será concebida com mais propriedade no tópico sobre “informação e sociedade”).

Todos esses aspectos são vitais para construção pragmática da informação e dependem intrinsecamente da linguagem (e de seus pressupostos histórico-culturais), pois focalizam tanto nos meios, quanto nos processos, mas são estes últimos que se constituem como elementos fundantes da pragmática informacional, pois preconizam a pragmática da informação como “estratégias de geração e uso da informação em contextos acionais concretos, agenciadas por sujeitos/interlocutores que mantêm entre si relações sociais e comunicativas.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996, p. 54).

A pragmática da informação pode ser ainda mais evidenciada quando se considera o contexto na qual está inserida. Para tanto, a delimitação de Armengaud (2006, p. 79) indica diversos contextos pragmáticos que podem auxiliar na compreensão da pragmática informacional:

- a) contexto circunstancial, factual, existencial, referencial – identidade dos interlocutores, seu ambiente físico, o lugar e o tempo em que as mensagens são trocadas;
- b) contexto situacional ou paradigmático – culturalmente mediado. A “situação” é qualificada socialmente, comportando uma ou várias finalidades e um sentido imanente partilhado pelos protagonistas. As práticas discursivas se inserem em situações definidas tacitamente ou por proclamação específica. As mensagens proferidas fazem sentido nesse contexto específico, porém, transplantadas para outra situação, deixam de fazê-lo por serem incongruentes;
- c) contexto interacional – encadeamento dos atos da fala em uma sequência discursiva. Os interlocutores desempenham papéis propriamente pragmáticos: propor, objetar, retratar. Um ato da fala chama outro, determinado por pressão sequencial;
- d) contexto pressuposicional – constituído por tudo o que é compartilhado pelos interlocutores: pressuposições, crenças, expectativas e intenções.

Embora os estudos sobre a pragmática da informação (ou informação pragmática) sejam amplamente aplicados aos estudos de organização e representação da informação consubstanciando produções diversas concernentes a linguagem simbólica e linguagem documentária é preciso considerar que o conceito de informação perpassa fundamentalmente pela noção de informação pragmática calcada nos estudos sobre linguagem.

Primeiramente porque toda produção informacional é baseada em processos linguísticos (simbólicos e documentários) e processos de intencionalidades cognitivas e sociais. Em segundo lugar, porque toda produção informacional está pautada nas condições contextuais dos aspectos sociais e comunicativos da realidade objetiva podendo ser ele unicontextual (levando em consideração apenas um contexto que convencionalmente é o contexto individual do sujeito), pluricontextual (levando em consideração vários contextos que convencionalmente envolvem contextos coletivos e as atividades circunstanciais, situacionais, acionais/interacionais e pressuposicionais).

A pragmática da informação pode ser contextualizada por Dik (1989) a partir de três aspectos: a **informação geral** que é referente às suas características culturais e naturais que se constituem a partir de informações armazenadas na memória durante a trajetória do sujeito; a **informação situacional** é relativa as formas como os sujeitos percebem a realidade em que estão inseridos; e a **informação contextual** que é derivada das concepções linguísticas delineadas no contexto social.

A relação entre linguagem e pragmática da informação, portanto, se estabelecem em situações diversas em que a primeira é vista como ponto de apoio e sustentação e a segunda a concretização de significados, compreensões e apropriações. Logo, informação e linguagem se associam diretamente dependendo das circunstâncias, situações, interações e crenças/intenções tornando a delimitação da pragmática de Armengaud (2006) extremamente relevante para interligar informação e linguagem.

Embora seja pertinente revelar a dificuldade de associar informação (e sua postulação pragmática) e linguagem a partir do conceito de contexto, podemos considerar que essa inter-relação pode ocorrer a partir de cinco grandes contextos gerais:

- a) **linguagem como meio de identificação dos sujeitos** – é o momento em que os sujeitos estão focados e dispostos a produzir informação em determinados contextos sociais, ou mesmo, momentos casuais/circunstanciais em que os sujeitos dispõem potencialmente da capacidade de produzir informacional a partir de uma dinâmica individual sujeito/objeto ou coletiva sujeito/sujeito. É também o momento em que os

sujeitos podem apresentar dispositivos para interação através das indicações de suas características dando visibilidade aos pensamentos;

**b) linguagem como meio de organização e representação da informação** – referente aos procedimentos de como a informação é descrita, registrada e representada através do uso de linguagens documentárias ou linguagens naturais constituindo uma pragmática técnica da informação. De forma mais ampla pode implicar nas formas como os sujeitos da informação organizam suas linguagens naturais para expressar suas vontades/desejos, intenções e crenças fundamentando a aplicação de jogos de linguagem sendo o próprio “proferir da expressão linguística” (natural ou documentário) um ato intencional e passível de ser interacional ou não. É o momento em que informação e linguagem se interligam promovendo a informação como objeto (TAYLOR, 2004) no contexto documentário, assim como é o contexto em que a organização é vista pragmaticamente como informação representada no sentido de que a informação “se tornou indistinguível das propriedades organizacionais que definem o sistema como tal” (HAYLES, 1999, p. 11). Logo, toda organização ou auto-organização de cunho linguístico (natural ou documentária) é um procedimento com a finalidade de produzir informação considerando os contextos que os sujeitos estabelecem para organizar suas percepções linguísticas;

**c) linguagem como meio de comunicação e mediação da informação** – reside em todas as formas de expressão dos sujeitos e/ou grupos de cunho verbal ou não verbal, tácita ou explícita, individual ou coletiva, formal ou informal, registrada de maneira formal ou não, emitida aleatória ou especificamente para um fim. Também se consubstancia nas formas como os sujeitos interagem através de suas linguagens intencionais e como medeiam seus espaços como autores, mediadores e usuários. Isso significa que todo texto (no sentido técnico e conteudisticamente representado) e todo sujeito, independente de sua condição ou suporte possui um aparato comunicacional no sentido de expressar algum valor cognitivo ou cultural;

**d) linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação** – é o caráter interacional e cognitivo da linguagem, pois é o momento em que a expressão da linguagem demanda possibilidades de significação, compreensão e apropriação de conteúdos. De outro modo, é o momento em que a informação se concretiza no sentido de exercer uma funcionalidade social que interfere na formação da consciência individual e/ou coletiva dos sujeitos;

e) **linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento** – a informação, ao ser vista como forma materializada do documento, conhecimento dinamizado ou conhecimento comunicado precisa necessariamente da linguagem no sentido de expressão situacional e/ou acional para se transformar em novo conhecimento. É possível afirmar que todo conhecimento é [...] sócio-interacional [...] utilizando a linguagem como principal canal de compartilhamento de conhecimentos [...] os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente. (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 283).

f) **linguagem como meio para construção da cultura informacional** – é a reunião de todos os processos anteriores. Só é possível construir uma cultura informacional no sentido de estabelecer modos efêmeros ou permanentes de informação com a escalada dos processos anteriores (não necessariamente de forma contínua). A cultura informacional se formaliza como a concretização das intenções e crenças dos sujeitos, bem tal a possibilidade de continuar desenvolvendo mecanismos para construção da informação e do conhecimento.

Todos estes são contextos (pragmaticamente concebidos como processos) e se vistos concatenadamente, vislumbram de forma efetiva a pragmática da informação influenciadas pelas concepções de linguagem. É possível afirmar que o primeiro contexto é circunstancial na medida em que apresentam características gerais e específicas dos sujeitos. O segundo e terceiro contextos/processos delimitados são de cunho situacional ou paradigmático, uma vez que são culturalmente mediados de forma indireta (primeiro) e direta (segundo). Já o quarto e quinto contextos são interacionais no sentido de que só ocorrem a partir de uma sequência discursiva entre os interlocutores no desiderato pragmático da proposição e retratação. O sexto contexto é a reunião de todos os contextos pregados por Armengaud (2006), pois só é possível a partir da reunião dos outros contextos.

Dessa forma, a informação não é uma simples “concha de retalhos”, mas resultado de um conjunto de processos continuados ou não que tem nas dinâmicas linguísticas constituintes para pragmatização informacional. Diante dos contextos apresentados e relacionados ao conceito de contexto de Armengaud é interessante afirmar que a informação pode ser definida em relação a linguagem a partir da seguinte equação:

**INFORMAÇÃO = CONHECIMENTO + EXPRESSÕES LINGUÍSTICAS (EXPRESSÕES DOCUMENTAIS E INDICAÇÃO DE ELEMENTOS INTENCIONAIS E/OU CIRCUNSTANCIAIS DO SUJEITO) + APROPRIAÇÃO DE CONTEÚDOS**

Esta equação fornece subsídios para demonstrar a relevância da linguagem para o conceito de informação. Evidentemente que visto de forma mais ampla o conceito de informação envolve outros aspectos como já mencionados (e ainda passíveis de discussão nesta pesquisa), mas já sustentam uma síntese auspiciosa da inter-relação entre informação e linguagem.

A referida equação que envolve o tripé informação-linguagem-conhecimento está relacionada de modo subjacente ao conceito proposto por Fogl (1979, p.21) em que a informação possui três elementos: conhecimento (significa o conteúdo da informação); linguagem (um instrumento de expressão de itens de informação); suporte (objetos materiais ou energia).

Neste conceito, a linguagem também possui uma tonalidade eminentemente pragmática quando exerce um papel discursivo na construção da informação aproximando sujeitos e dando vazão compreensiva aos comportamentos, contextos e intenções dos sujeitos e denotando que o conceito de informação é intrinsecamente ligado ao nível semântico e pragmático.

Isso significa que a equação expressa e o conceito de Fogl possuem uma definição para além do que é pregado pela Teoria Matemática de Shannon, pois associa o nível pragmático (é o mundo real que envolve a produção da informação em consonância com a linguagem e os suportes materiais que subsidiam a representação, mediação e apropriação da informação) com o nível semântico (as múltiplas interlocuções entre informação e conhecimento ou, dito de outro modo, o espectro das relações cognitivas e sociais entre sujeitos da informação que produzem conhecimento), sendo este último um dos primados básicos da informação na contemporaneidade, principalmente no final do século XX e início do século XXI.

A informação para dinamizar o conhecimento (conteúdo) precisa da linguagem para mediar às relações entre os sujeitos, sendo que esta linguagem pode ser expressa tanto por práticas discursivas formas e/ou informais quanto por meio de suportes físicos ou digitais comprovando que o conceito de informação se constitui na conjunção associativa e semântica de terminologias, especialmente o conhecimento.

Continuando as inter-relações entre linguagem e informação percebemos que a falta ou desarticulação da linguagem contemplando, por um lado, seus aspectos intencionais, situacionais e acionais e, por outro lado, seus aspectos identificacionais, representacionais, comunicacionais, apropriacionais, relativos a construção do conhecimento e da formação da

cultura informacional, pode promover aquilo que denominamos de **construção informacional**.

As pesquisas sobre construção têm ocorrido com relativa intensidade em áreas do conhecimento como no campo da saúde (Medicina, Medicina Veterinária), Biologia na construção promovida por alguns animais e Direito no âmbito da supressão de garantias de direitos fundamentais ou da relativização de direitos (BONAVIDES, 2013) e em todas as áreas a construção possui um sentido geral: a supressão de algo promovida por alguém (pode ser a supressão de algum sujeito ou objeto a outro sujeito humano ou a qualquer outro ser vivo além da supressão de direitos administrativos e jurídicos promovida por entes institucionais).

Relacionando a informação à construção seria qualquer ato impeditivo da linguagem se manifestar, seja através de seus jogos de linguagem, seja através das manifestações de crenças e intenções dos sujeitos ou mesmo através das relações de poder simbólico ou material. Em particular, esses impeditivos contextuais estão relacionados à inibição dos contextos apresentados na inter-relação entre linguagem e informação: **linguagem como meio de identificação dos sujeitos; linguagem como meio de organização e representação da informação; linguagem como meio de comunicação e mediação da informação; linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação; linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento; e linguagem como meio para construção da cultura informacional**.

Cale salientar que a construção informacional é muito comum de ocorrer em ambientes como o ciberespaço quando da falta de uma organização efetiva de conteúdos ou em centros de informação quando da falta de uma organização linguística documentária mais detalhada ou mesmo quando da comunicação restrita entre sujeito usuário e sujeito autor/mediador ou ainda em um diálogo formal ou informal entre sujeitos em que um busca impor sobre o outro suas concepções linguísticas valorizando apenas o seu contexto sem considerar a relevância do contexto do outro.

Podemos afirmar que a construção informacional se constitui de forma expressiva na falta de alteridade e olhar de reciprocidade entre os sujeitos da informação em que um dos sujeitos ou grupos de sujeitos busca produzir subsídios apenas para concretizar suas satisfações pessoais. Desse modo, o que marca a construção informacional é o ato linguístico pautado na díade contextualismo-ceticismo.

Em verdade é o excesso de ceticismo e a escassez de contextualismo (do atribuidor) linguístico que promovem a construção informacional. Como afirma Stine (1976, p. 254)

afirma que “é característica essencial de nosso conceito de conhecimento que critérios mais firmes sejam apropriados em diferentes contextos. O conhecimento é uma coisa numa conversa casual, outra em uma sala de aula, outra em um tribunal – e quem diria que não poderia ser outra em uma discussão filosófica”.

Quando falamos em contextualismo e ceticismo não estamos considerando que ambos são necessariamente opostos. A nosso ver, percepções céticas podem levar a desideratos contextualistas, assim como abordagens contextualistas podem levar a condições céticas. No entanto, quando usamos o termo “excesso de ceticismo” e “escassez de contextualismo” estamos estimando o argumento contextualista de que, conforme indica De Rose (2012, p. 310):

De acordo com os contextualistas, no entanto, ao apresentar seus argumentos, o cético manipula os padrões semânticos para o conhecimento, criando desse modo um contexto em que ele possa verdadeiramente dizer que não sabemos nada ou sabemos muito pouco. Uma vez que os padrões tenham sido elevados, percebemos corretamente que poderíamos afirmar apenas de maneira falsa que sabemos das coisas, como do fato de termos mãos. Por que então estamos tão confusos? Por que simplesmente não aceitamos a conclusão cética e doravante deixamos de atribuir conhecimento a nós mesmos e aos outros? Porque, afirma o contextualista, também percebemos outra coisa: assim que nos encontrarmos em contextos conversacionais mais comuns, não será apenas verdade afirmarmos que sabemos as mesmas coisas que o cético nega que sabemos, mas também será errado negarmos que sabemos tais coisas. Por outro lado, não seria falsa da mesma maneira a atual negação do cético? E não seria igualmente verdade se afirmássemos, na presença do cético que conhecemos?

É preciso ressaltar que a concepção posta de constrição informacional não é necessariamente contra o ceticismo, mas é que o excesso de ceticismo leva a uma condição fundamental no processo acional e situacional da linguagem para produção da informação: a negação do outro ou, pragmaticamente, a negação das formas de conhecimento e apropriação do outro.

Ora, se o sujeito busca produzir informação visando a negação do outro faltando ou deturpando os processos linguísticos significa que há uma constrição informacional, uma vez que valores fundamentais pautados na linguagem são relegados um plano inferior ou utilizados de forma a prejudicar outro sujeito ou pré-determinar formas de compreensão do outro.

Por isso, a inter-relação entre linguagem e informação é concebida de forma mais precisa no aspecto contextualista, pois a pluricontextualidade permite analisar estratégias adequadas de produção informacional ou pelo menos de reconhecer as potencialidades dos sujeitos para tal produção. A produção da linguagem identifica contextos diversos para

produção da informação, mas a falta ou deformação dos processos linguísticos causam uma constrição informacional em virtude de que um sujeito nega o valor do outro.

Como a informação se desenvolve na ação do conhecimento materializada por aspectos bióticos (organismos vivos) e documentos/artefatos para construção de novos conhecimentos é preciso considerar que “atribuições de conhecimento são ‘sensíveis ao contexto’ – os valores de verdade sentenças que contenham a palavra ‘saber’ e suas cognatas, dependem de padrões determinados contextualmente.” (COHEN, 1999, p. 57).

Portanto, a constrição informacional é a inibição da produção informacional causada por um sujeito em relação a outro sujeito ou mesmo a constrição causada em si mesmo (autoconstrição) quando deturpa ou falta com os processos linguísticos de identificação, organização/representação, comunicação/mediação, compreensão/apropriação que dificultam a construção de novos conhecimentos e, principalmente, a construção de uma nova cultura informacional iniciada pelo pensamento concatenado e pluricontextual da realidade.

Idealizando de outra forma, a constrição informacional implica na falta ou deturpação das intercorrências linguísticas no âmbito de suas intencionalidades cognitivas que interferem negativamente no funcionamento das expressões da mente humana (a bifurcação de percepções em conceitos; a bifurcação do cérebro na mente; a bifurcação do *Homo sapiens* arcaico no *Homo sapiens* moderno), bem como inibem a linguagem de ser considerada um organismo vivo no sentido de ser um organismo composto das linguagens de todos os indivíduos da sociedade singular ou pluralmente e individual ou coletivamente (LOGAN, 2012) em suas mais diversas formas (verbais, não-verbais, sintática, documentária, etc.) interferindo também na organização dos discursos e práticas informacionais contextuais (circunstanciais, situacionais, interacionais e pressuposicionais).

#### 4.5 INFORMAÇÃO EM CENTROS/UNIDADES DE INFORMAÇÃO: MÚLTIPLOS PRAGMATISMOS E SIGNIFICADOS EM BIBLIOTECAS, ARQUIVOS E MUSEUS

É inegável que a informação está em todo lugar do universo. Não por coincidência que Floridi (2008) nomeia o caráter universal de infosfera impregnadas de um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio envolvendo seres vivos e não-vivos e constitutivas de uso e práticas com objetos informacionais (entidades passíveis de conter/controlar/compartilhar informação).

A relevância da informação no cotidiano é tão exponencial que é considerada um dos principais recursos em organizações pós-industriais juntamente com os tradicionais recursos

financeiros, humanos e materiais (TORRES, 2002, p.296) aferindo que a informação apoia o desenvolvimento dos outros recursos organizacionais.

No entanto, a informação não pode ser detectada como meros dados dispostos, mas como fenômeno a ser produzido a partir da relação entre sujeitos incluindo os efeitos condicionais de representação, mediação e apropriação de objetos informacionais os quais chamamos também de sujeitos humanos e não-humanos.

Um dos espaços em que a informação pode ser identificada de forma mais densa são os chamados centros ou unidades de informação como bibliotecas, arquivos, museus (e derivados como memoriais), centros de cultura e documentação, tanto em nível físico, quanto em nível virtual/digital, além evidentemente da realidade ciberespacial que contempla um arsenal expressivo de dados potencializadores de construção da informação.

Esta seção se divide em duas reflexões gerais: a primeira é referente as características gerais de cunho pragmático da informação nos centros de informação; a segunda especifica características da informação em bibliotecas, arquivos e museus contemplando a particularidade pragmática de cada centro de informação.

No tocante a primeira reflexão, a compreensão terminológica e as diversas acepções pragmáticas em centros/unidades de informação são pontos essenciais para discussão e compreensão neste tópico. Por isso, optamos pelo uso do termo “centros de informação” em vez de “unidades de informação”. As justificativas para uso do termo “centro” estão relacionadas a reflexão sobre o conceito de centralidade que “é entendida como algo que se expressa a partir de um centro, como a sua capacidade de concentrar e atrair atividades e pessoas e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem.” (SILVA, 2013, p.4).

Contudo, o termo “centro” aqui empregado, embora esteja preocupado com a concepção de espaço, não está contemplado na ideia de urbanidade, mas em como um centro de informação consegue se desenvolver como espaço central para a comunidade que está inserido, especialmente através da dinâmica dual física e virtual.

Logo, o centro de informação aqui proposto não é apregoado como espaço dado ou definitivo, pois partindo desta premissa, exerceria uma centralidade intencional e não contextual ou holística para alguns sujeitos da informação em detrimento de outros. A percepção de centro de informação reside no fato de que “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro” (VILLAÇA, 1998, p. 238).

O centro de informação é centro na medida em que torna sua estrutura física acessível em múltiplos espaços e principalmente quando se torna em caráter virtual acessível a amplíssima maioria das comunidade que abrange. Neste caso, o centro de informação é considerado como centro a partir do momento que exerce o papel de centralidade ou, de forma mais precisa, policentralidade, que implica no estímulo ao acesso à informação de modo múltiplo, seja no espaço (vários sujeitos utilizando serviços simultaneamente em diversas localidades) e tempo (vários sujeitos utilizando serviços a qualquer momento do dia ou da semana).

A policentralidade se configura na capacidade que um centro de informação possui de se estabelecer em diversos espaços de modo setorializado sem perder suas características convencionais. Em outras palavras, centro de informação é um sistema que possui a dinâmica de atuar promovendo a descentralização dos serviços com a efetiva preocupação de promover acesso à informação. Por descentralização entendemos que “o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controle da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários setores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada” (RIBEIRO, 2011, p.70).

Neste caso, é pertinente observar que o centro de informação é um sistema e não um ambiente. O centro de informação como sistema se configura na capacidade humana, técnica e organizacional de ação, enquanto o ambiente são os lugares/espaços (físicos e virtuais) em que os centros de informação atuam.

Stockinger (2003, p.24) ressalta que:

a diferença entre sistema e ambiente deve ser distinguida de outra, igualmente constitutiva: a diferença entre elemento e relação. Em ambos os casos a unidade da diferença deve ser pensada como sendo constitutiva. Não há sistemas sem ambientes nem ambientes sem sistemas, e não há elementos sem conexões relacionais ou relações sem elementos.

Embora centros de informação e ambientes sejam distintos, estão inexoravelmente interligados, sendo que todo centro de informação está situado em conjuntos de ambientes, mas não quer dizer que qualquer ambiente dotado de coleções signifique um centro de informação. A relação entre centro de informação e ambiente se fortalece quando o primeiro estrutura de forma planejada e sistemática práticas processuais de informação (organização, circulação, mediação, etc.) a serem aplicadas no segundo.

Assim, o termo centro de informação implica nas seguintes concepções pragmáticas:

- a) um sistema interacionista e pluriespacial que procura acomodar serviços em diversos contextos sociais (comunidades de usuários) e suportes de informação buscando permanentemente superar os espectros dos usuários em potencial e não-usuários;
- b) um sistema interacionista, mas uniespecial que procura acomodar serviços apenas em um espaço físico definido sendo papel da comunidade de usuários se deslocar a este espaço caso queira ser provida de serviços de informacionais;
- c) um sistema não-interacionista em que o foco não está na formulação de serviços de socialização da informação, mas em sua preservação para gerações por meio de atividades processuais de organização, armazenamento e recuperação da informação.

Quanto ao primeiro tipo de centro comumente são aqueles sistemas divididos setorialmente como bibliotecas universitárias que possui dinâmica setorializada, bibliotecas públicas que, embora possua uma sede central, exerce seu papel em várias comunidades através de projetos estratégicos de incentivo à cultura, leitura e referente ao cotidiano da comunidade como, por exemplo, a biblioteca volante ou bibliotecas, arquivos e museus digitais que têm a capacidade de atender a uma diversidade de usuários de modo simultâneo a fim de que o usuário utilize serviços a partir de qualquer lugar que disponha de conexão de internet.

O segundo tipo de centro é constituído de sistemas como bibliotecas públicas, escolares, universitárias e esespecializadas, além de arquivos e museus que possuem sedes centralizadas e o usuário, para ter acesso aos seus serviços deve necessariamente se deslocar até o espaço físico da instituição.

O terceiro tipo de centro é mais fechado e está focalizado em instituições que lidam com documentos/artefatos confidenciais e têm em sua essência a preservação da memória e são acessíveis apenas por meio de autorização formais para representantes de determinadas instituições ou pesquisadores, pois podem produzir efeitos substanciais para transformar a vida de sujeitos e grupos. Estes espaços podem ser, por exemplo, arquivos históricos (possuem documentação relevante para preservação da memória de determinados contextos como representantes políticos, famílias de grande poder político-econômico na sociedade), museus históricos (possuem artefatos consagrados como patrimônio histórico-cultural de grande valia artística e financeira como quadros, moedas, desenhos, etc. e recebem rigoroso tratamento para preservação e conservação) e bibliotecas com acervos raros (especializadas, públicas e universitárias) que “está mais ligado ao livro, mas pode incluir também os

periódicos, mapas, folhas volantes, cartões-postais e outros materiais impressos” (SANT'ANA, 2001, p.2) e que contribuem largamente para preservação do conhecimento e da memória de diversos sujeitos/grupos.

Ainda podemos reconhecer centros de informação que se identificam nas características dos três tipos exponencializando de forma plural e híbrida de uma instituição promotora de informação. Centros como Biblioteca, Arquivo e Museu nacional são instituições latentes de uma mescla expressiva dos três sistemas identificados no texto.

O uso do termo “centro de informação” nos leva a seguinte interpelação: **quais os significados de informação nos centros de informação?** Silva (1999, p.195) indica pistas para reflexão:

A informação social, resultante de um sujeito humano, ativo, apto e com apetência ôntica de conhecer e de comunicar – conhecimento e comunicação diferem de informação embora formem com ela uma unidade coerente e essencial, estrutura-se, pois, em sistemas (semi)-fechados que são os arquivos [**e museus**] e em sistemas abertos denominados bibliotecas. E a diferença entre [**os três**] deriva sobretudo da variação possível de um mínimo a um máximo de abertura na criação, circulação, armazenamento, recuperação e transferência [**partilha**] da informação com a subsequente perda de organicidade, aumento de funcionalidade (ou vice-versa) e estabilização da valência memória. (**grifo nosso**).

A primeira consideração é que toda informação contida em um centro de informação é eminentemente social. Primeiramente porque os sujeitos não-humanos (objetos ou suportes informacionais) são organizados por um conjunto de profissionais, assim como são produzidos por autores variados. Em segundo lugar, as formas de apropriação da informação pelo sujeito/autor nos centros de informação se dão a partir de relações entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/, além da interferência dos sujeitos não-humanos são fundamentadas como práticas sociais (interacionais).

A segunda consideração é que o significado de informação nos centros de informação é diferente de outros espaços como os meios de comunicação de massa. Em ambos os casos a informação costuma ser manipulada ou controlada, mas no primeiro a informação segue caráter contextual (depende da finalidade do centro de informação e das necessidades dos usuários da informação), enquanto no segundo a informação segue caráter intencional (é manipulada previamente e com fins específicos, conforme a ideologia de cada meio de comunicação).

A informação em centros de informação vive o conflito entre o contexto da instituição em que está inserido (a quem está subordinado), a finalidade que exerce (alguns são mais socializadores e outros mais preservacionistas) e às necessidades dos usuários tentando se

estabelecer a partir de uma conciliação ou a prevalência de alguns dos fatores. Mas, para tal intento, a informação é construída a partir de interações diretas e se caracteriza como fenômeno imprevisível de mediação e apropriação.

Já a informação atrelada aos meios de comunicação de massa possui a intenção de favorecer determinados grupos sendo construída por meio de interações diretas e comumente unilaterais estimulando a apropriação do sujeito/usuário, conforme os anseios dos meios de comunicação se caracterizando como fenômeno previsível de mediação e imprevisível de apropriação. Aliás, os meios de comunicação de massa possuem como procedimento a disseminação de uma informação já produzida com o objetivo de que seja apropriada enquanto os centros de informação tem a disseminação estritamente associada a mediação. É preciso que a informação seja mediada para que possa ser disseminada e apropriada.

Contudo, há um ponto em comum no significado de informação no centro de informação e nos meios de comunicação de massa: “a informação é que faz fluir a comunicação; a comunicação é o fluxo de informação” (DACHEUX, 2004, p.21). Os conceitos são inversos, mas resulta em significados idênticos: informação e comunicação estão focalizadas processualmente na produção de sentidos.

A terceira consideração é que a informação em centros de informação (a mesma estudada pela Biblioteconomia e Ciência da Informação) é aquela que faz a comunicação e o conhecimento fluírem por meio de processos, pois “quando se deseja compartilhar um conhecimento, este deve ser traduzido em informações, para que o destinatário possa absorvê-las e transformá-las em conhecimento – se ele quiser.” (LE ROY, 1997, p.28).

Lidamos com um ponto muito pertinente do significado de informação em centros de informação: a autonomia dos usuários da informação. O usuário tem a possibilidade concreta de decidir quais objetos informacionais deve utilizar para interagir (dentro do que está disponível no centro de informação), como deve se apropriar informacionalmente e como produzir conhecimento. No entanto, a autonomia dos usuários em centros de informação “não é uma condição de poder ou de arbitrariedade, mas de equidade, de distribuição, de justiça e de preocupação com o outro. A autonomia da informação pelo usuário implica em repensar a mediação institucional em centros de informação, de sorte que não deve ser instigada de forma unilateral ou arbitrária.” (SILVA; GOMES, 2013, p.41).

A quarta consideração reside na perspectiva do centro de informação como sistema provido de processos que podem ser entendidos da seguinte forma: informação como processos de organização, circulação, mediação, armazenamento, recuperação, acesso e apropriação da informação; informação como expressão do processo de comunicação

(processo que compõe emissor, conteúdo/conhecimento, canal/veículo, receptor, resposta/feedback); informação como processo de construção do conhecimento (como a apropriação da informação permite construir novos conhecimentos pelos usuários da informação); informação como processo não-humano (como os usuários utilizam documentos e tecnologias digitais para aguçar as estratégias de apropriação da informação).

A quinta consideração atenta para a informação como produto em centros de informação. O produto é um elemento concreto de informação que deve ser construído de forma participativa entre a comunidade de usuários e o centro de informação exercendo papel pragmático de uso para satisfação de necessidades. A construção de produtos de informação deve considerar a elaboração de um projeto que contemple aspectos como a caracterização do produto, justificativa, objetivo, metodologia, cronograma de atividades, equipe, orçamento e custo do projeto (BORGES; SOUSA, 2003).

Os produtos de informação têm a finalidade de dinamizar o uso de fontes, estruturar os processos de organização/representação, sustentar de forma mais eficiente e eficaz os serviços, ampliar a capacidade de uso das tecnologias digitais, além de aprimorar os processos de gerência e planejamento dos centros de informação. Assis (2006) destaca como produtos de informação em centros e organizações:

- a) **boletins** – é pertinente para antecipação das demandas de informação, sendo possível seccionar por público alvo as informações que se deseja divulgar e antecipar necessidades dos usuários;
- b) **bancos de dados** – busca proporcionar aos usuários o encontro das informações desejadas rapidamente e com mínimo esforço, além de monitorar a informação acessada pelos usuários aferindo sua audiência e validade;
- c) **produtos de informação referencial** – contemplam a elaboração de um boletim **referencial** (reúne as publicações do centro de informação considerando títulos que cobrem necessidades de informação como missão, metas, objetivos, plano, etc. em relação ao público que será atendido a fim de decidir a viabilidade do produto), **boletim referencial de artigos de periódicos** (deve procurar relevantes fontes de mídia especializada exigindo um acervo de publicações de alta relevância em diversos assuntos, além da aquisição de anais de eventos em vários lugares do mundo), **boletim referencial que dissemina o sumário das publicações** (especialmente com a popularização das tecnologias digitais este produto se estabelece como de fácil construção a partir de critérios como divisão por assuntos quando há muitos títulos de publicação, escaneamento dos sumários com

qualidade, criação de cadastro via e-mail a fim de avisar os usuários sobre o sumário de interesse, elaboração de campanhas periódicas junto aos usuários fomentando procedimentos de operação do sumário, agregar o maior número possível de usuários e manter os sumários de forma continuada favorecendo a preservação da memória do acervo), **bancos de dados referencial** (visam o armazenamento do conhecimento produzido no centro de informação facilitando o trabalho dos profissionais da informação e do acesso dos usuários), banco de dados de acompanhamento de normas técnicas (manter a atualização de diversas normas técnicas de cdunho nacional e interacional em consonância com o interesse dos usuários);

- d) **produtos de informação noticiosa** – se constituem em boletins e bancos de dados que atuam com o cotidiano dos usuários e dos profissionais de informação (o que está acontecendo ou pode acontecer em curto espaço de tempo) sendo muito requisitado. Os boletins são divididos em boletim **noticioso voltado para aspectos tecnológicos** (focalizam o que está acontecendo de relevante em termos de processos, equipamentos e tecnologias de interesses da organização/centro de informação), **boletim noticioso conjuntural** (sua aplicação e periodicidade depende do tipo de centro de informação sendo o boletim mais conhecido o diário que trazem os acontecimentos do dia-a-dia e suas tendências), **boletim noticioso mensal** (é mais fácil de construir e commente já se tem uma prévia de como deve ser construído e como deve ser acessível aos usuários). Os bancos de dados são divididos em banco de dado noticioso (sistema de planilhas que deve ser permanentemente atualizado valorizando informações relevantes e que às vezes são ocultadas por falta de um armazenamento mais planejado);
- e) **produtos de informação analítica** – é o produto mais difícil de ser construído por exigir profissionais especializados e qualificados, bem como exigir um relacionamento muito próximo entre profissionais e usuários, mas apresenta como benefícios a previsão de acontecimentos e antecipação de ações;
- f) **produtos de informação estatística** – normalmente é constituído por bancos de dados visando a reunião de dados em um mesmo ambiente facilitando o acesso enquanto os boletins são apenas instrumentos de auxílio para facilitar a localização dos dados.

O centro de informação (e de forma mais ampla e organização em que está inserido) como desenvolvedor de produtos atesta uma forma de materializar a produção da informação

e subsidiar perspectivas de aplicação a realidade dos profissionais da informação e da comunidade de usuários.

Um centro de informação reside na competência de atuar dinamicamente a partir das interações entre produtores do conhecimento (sujeito/autor), sujeito/mediador, sujeito/usuário e sujeitos não-humanos. Hjørland (2003, p.88) avança na concepção semântica da informação em centros de informação quando destaca que:

cada um desses atores possui certos pré-entendimentos, visões, conceitos e linguagens construídas durante a sua socialização na sociedade. O sucesso da interação (entre produtores de conhecimento, intermediários e os sistemas de registro bibliográfico) depende desses pré-entendimentos, conceitos e linguagens.

A informação nos centros de informação está assentada em um conjunto de pragmatismos que têm em sua vertente principiológica a interação entre os sujeitos/atores e as forças cognitivas, linguísticas e conceituais que determinam como as interações podem ser desenvolvidas. A informação em centros de informação é social porque não é construída isoladamente, mas se dá em uma conjunção de fatores humanos e não-humanos, além do que, após apropriada pelo(s) sujeito(s) possibilita produção de novos conhecimentos e a geração de novos processos de comunicacionais.

A construção social da informação em centros de informação se dá por uma conjunção de fatores impregnada dos seguintes aparatos pragmáticos que revelam o significado processual e interacionista da informação em centros de informação. Podemos dividir em dois: pragmatismo estratégico e pragmatismo paradigmático.

Quanto ao pragmatismo estratégico estão subdivididos da seguinte forma:

- a) pragmatismo social – é o grande pragmatismo de qualquer centro de informação que apresenta a dimensão social da informação como uma prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentido que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas pois gera novos estados de conhecimento. (ARAÚJO, 2001). O pragmatismo social dos centros de informação envolve associativamente concepções sociais e cognitivistas da informação quando atenta para o potencial de transformação social concomitantemente a percepção de que a informação é processo de interação social. O pragmatismo social, por sua vez, se desdobra nos outros pragmatismos que seguem;
- b) pragmatismo artístico – apresenta duas vertentes gerais: a estética e a comunicativa. A primeira indica a beleza e atratividade dos produtos e materiais,

além das formas de sinalização interna e externa atentando para os impactos que os fenômenos estéticos produzem na comunidade em que os centros de informação estão inseridos. O ideal é que a própria comunidade participe ativamente da fundamentação estética do centro de informação como forma de caracterizar uma construção coletiva concretizando a percepção de Hjørland (2003) de pré-entendimentos entre usuários e produtores de conhecimento. A segunda manifesta a pragmática artística nos centros de informação por meio da música, dança, pintura, escultura, etc., ou seja, a capacidade que os centros de informação têm de estimular as veias artísticas da comunidade de forma direta (promovendo serviços de informação pedagógicos) ou indireta (disponibilizando bibliografias para fomento aos usuários da atividade artística). Em ambos os casos, temos um centro de informação preocupado com as emoções, ideias e sensibilidades da comunidade de usuários;

- c) pragmatismo gerencial – este é um pragmatismo duplo na medida que, por um lado, exerce papel de controle do conhecimento subsidiando planejamentos, análises e tomadas de decisão, assim como estabelece “conjunto de conceitos, princípios, métodos e técnicas utilizados na prática administrativa e colocadas em execução pela liderança de um serviço de informação para atingir a missão e os objetivos fixados (DIAS; BELUZZO, 2003, p.65). O centro de informação necessita do pragmatismo gerencial, do contrário, a informação não flui em caráter formal (serviços propostos) e informal (interações imprevisíveis, aleatórias ou intencionais entre sujeitos da informação e o centro de informação);
- d) pragmatismo tecnológico – imanente as estratégias do centro de informação em lidar com o físico e o digital/virtual e, principalmente, como alcançar uma gama mais efetiva de usuários em múltiplos espaços virtuais. Embora seja amplamente propagada a nova era do mundo digital é preciso observar que a maioria das pessoas ainda não possui acesso à internet, especialmente em países considerados subdesenvolvidos e muitos que possuem ainda não focalizam centros de informação como espaços de acesso, busca, circulação e recuperação da informação. Isso significa que o pragmatismo tecnológico no centro de informação não deve tratar simplesmente de uso dos suportes informacionais em nível digital, mas em redimensionar a mentalidade da(s) comunidade(s) de usuário(s) no que tange ao acesso virtual da informação. De nada adianta um centro de informação estruturado por vias digitais se as estratégias de marketing, estudos de usuários da

informação não são desenvolvidas de modo conjugado. É preciso aliar a disponibilização dos suportes com a capacidade estratégica de uso desses suportes considerando que o pragmatismo tecnológico também é um pragmatismo social porque traz a tona que toda tecnologia só é eficiente e eficaz se amplamente utilizada e apropriada pelos usuários com vistas a satisfação coletiva;

- e) pragmatismo preservacionista – pode ser considerado o mais técnico, mas ao mesmo tempo o mais preocupado com a historicidade material dos centros de informação. Está, por um lado, preocupado com a consistência histórica do documento e tecnologias impressas e, por outro lado, preocupado com os processos de preservação digital para dinamizar o pragmatismo gerencial (dinamização dos serviços de informação) e pragmatismo tecnológico (ampliação do uso dos suportes e acesso à informação em múltiplos espaços virtuais). Vale ressaltar que o conceito de preservação sempre foi uma tônica das sociedades e dos centros de informação desde sua mais tenra idade, mas com o desenvolvimento das tecnologias digitais, o conceito de preservação conquistou novas funções e contextos, tanto pela especialidade de tratamento dos materiais, quanto pelo alcance humano da preservação. A preservação digital em centros de informação “[...] enquanto um conjunto de atividades voltadas para garantir acesso aos conteúdos digitais por longo prazo é, ao mesmo tempo, um desafio técnico e organizacional que se desenrola permanentemente no tempo e espaço” (SAYÃO, 2012, p.7). Entre a diversidade de documentos e conteúdos digitais necessários para preservação temos materiais bibliográficos como livros (incluindo e-books), periódicos, índices/bibliografias, obras de referência som, textos codificados, imagens, etc. nas bibliotecas (CUNHA, 2008), documentos arquivísticos convencionais e digitais no caso dos arquivos e artefatos (fotografias, pinturas, desenhos, esculturas, selos, moedas, etc.).

O pragmatismo estratégico mostra como os centros de informação atuam (ou podem atuar) em torno da organização humana, técnica e promoção de serviços em diversos espaços e suportes. No entanto o pragmatismo paradigmático delibera o caráter modelar de atuação do centro de informação interferindo em suas formas estratégicas de atuação. Este pragmatismo é uma espécie de *modus operandi* dos centros de informação (como atuam).

O pragmatismo paradigmático está subdividido em:

- a) pragmatismo sistêmico – é possivelmente o pragmatismo mais aplicado em centros de informação consubstanciando um “conjunto de elementos de interação”

(BERTALANFFY, 2009, p.63). O pragmatismo sistêmico focaliza um conjunto de centros de informação da mesma espécie, em localidades relativamente próximas e com potencialidade de interação como, por exemplo, sistema de bibliotecas escolares públicas estaduais ou municipais, sistema de bibliotecas universitárias de uma Universidade pública Federal, Estadual ou Privada, sistema de bibliotecas públicas estaduais ou ainda sistema estadual de arquivos e museus. Nos três casos a proposta é pensar uma diretoria institucional do sistema que dialogue com subsistemas em prol do desenvolvimento coletivo de ações não necessariamente padrões, mas que partam de um planejamento sistematizado e associado entre os centros que compõem o sistema de uma forma geral. As vantagens do pragmatismo sistêmico são que um centro de informação pode auxiliar o outro em caso de necessidade formando uma espécie de centros de cooperação. A desvantagem é que se o sistema for muito distante em caráter físico e disponibilizar poucos suportes digitais de atuação pode ser sua interação comprometida;

- b) pragmatismo funcional – está associado a função dos centros de informação na sociedade contemplando princípios e finalidades de atuação, assim como se sustenta na percepção do utilitarismo informacional, ou seja, como um sujeito/usuário se satisfaz através de determinado serviço/atividade do centro de informação. O pragmatismo funcional apoia o pragmatismo sistêmico quando promove o ideário de que as ações dos centros de informação devem empreender ações de informação, de acordo com necessidades específicas de cada comunidade envolvida com os centros de informação. O pragmatismo funcional em centros de informação pode ser sistemático (quando planejado a partir da funcionalidade coletiva da instituição) ou isolado (quando um subsistema do centro de informação lida com necessidades específicas e precisa atuar naquela situação para resolver problemas de informação);
- c) pragmatismo estrutural – é referente a estrutura interior de um sistema (BENVENISTE, 1991) que leva em conta a estrutura humana, física, financeira, tecnológica, infraestrutural, serviços, entre outras, como essas estruturas interagem e quais as contribuições das estruturas atuando de forma integrada para o desenvolvimento do centro de informação. O pragmatismo estrutural observa a informação como uma estrutura condensada nas práticas do centro de informação, sendo que uma deficiência em alguma estrutura no centro de informação pode

afetar todas as outras. Por exemplo, se há uma deficiência na estrutura tecnológica digital os serviços de informação em rede provavelmente serão afetados em torno de sua qualidade comprometendo o trabalho dos profissionais e promovendo possíveis insatisfações aos sujeito/usuários. Por outro lado, o pragmatismo estrutural pode servir como fenômeno de apoio quando um subsistema apresenta problemas outro subsistema pode oferecer apoio e ajudar na resolução de problemas informacionais contextualizando que a noção de estrutura em centros de informação pressupõe a interligação institucional entre centros de informação. Outra característica do pragmatismo estrutural é que constrói modelos de centros de informação baseados na realidade empírica em que estão situados;

- d) pragmatismo holístico – é o grande desafio dos centros de informação, pois trata da ideia de universalizar o acesso à informação a partir da disponibilidade dos centros de informação em rede mundial. O pragmatismo holístico tem duas vertentes principais: a primeira prevê como o centro de informação se qualifica para promover acesso à informação em rede mundial por meio de seus serviços e práticas organizacionais, sociais e preservacionistas; o segundo é como os centros de informação devem estruturar seus serviços para prover os usuários informacionalmente. Isso significa que o pragmatismo holístico tem uma preocupação dupla e simultânea: promover acesso à informação e como promover este acesso. Assim, o pragmatismo holístico é sistêmico quando pensa a qualificação do centro de informação para prover informação em nível global; é funcional quando pensa a ligação das partes como um todo provedor de informação em nível físico e digital; é estrutural quando pensa de forma interiorizada a ação integrada de todos os componentes humanos, infraestruturais, gerenciais e tecnológicos de um centro de informação.

O pragmatismo paradigmático se constitui numa espécie de conduta do centro de informação, ou seja, como deve se posicionar diante da realidade global ou local em que se apresenta? Outra questão é que o pragmatismo paradigmático se insere num conjunto de crenças, tradições e ações amplamente compartilhadas por pesquisadores e profissionais da informação no que tange as formas de conduta de um centro de informação. A divisão em quatro pragmatismos paradigmáticos postula a fundamentação contextualista de um centro de informação, ou seja, como deve se posicionar diante de uma realidade social dinâmica e permanentemente mutável.

No que tange a segunda reflexão, os pragmatismos estratégico e paradigmático é que promovem o significado informacional em centros de informação, mas cada centro possui suas particularidades informacionais que merecem destaque nesta reflexão em bibliotecas, arquivos e museus.

O significado de informação em biblioteca se redimensionou de forma expressiva nas últimas décadas pela capacidade deste centro de informação se estabelecer em nível digital/virtual de forma parcial ou total considerando que “o objetivo maior da biblioteca digital é consistente com aquele da biblioteca convencional, isto é, organizar, distribuir e preservar os recursos informacionais” (CHOI; RASMUSSEN, 2006, p.1).

A multiplicidade de sujeitos não-humanos (objetos informacionais) em nível digital ampliam um significado fundamental de informação em centros de informação: o acesso em nível planetário. Contudo, este acesso deve primar pelas concepções de pluralidade e diversidade de objetos informacionais. Sherman (2007, p.67) delibera juízo crítico sobre possibilidades de acesso à informação:

os livros são justamente a ponta do *iceberg*. Numerosos artigos acadêmicos, periódicos e outros documentos importantes estão virtualmente inacessíveis para alguém que esteja desejando copiá-los de forma gratuita. Ao contrário, o acesso é restrito por meio de assinaturas caras, as quais são tipicamente pagas por bibliotecas. Visitar pessoalmente a biblioteca ou conectar-se a ela é o único caminho permitido para acessar os necessários recursos arquivados.

Em primeiro lugar é preciso considerar que as concepções de “acesso” e “uso” precisam ser melhor elucidadas. Em primeira instância, o conceito de acesso tem sentido universal, haja vista que está ligado a amplíssima maioria das áreas do conhecimento (universal como significado de plural e não de único). A área da Saúde, por exemplo, é uma das grandes inspiradores sobre os conceitos de acesso e uso quando entende que “a informação é essencial para a compreensão de cada uma das dimensões do acesso” (SANCHEZ; CICONELLI, 2012, p.263) e o acesso e seus processos de equidade estão relacionados a disponibilidade de serviços (ANDERSEN, 1995).

O exemplo da área da Saúde é pertinente para mostrar, em segunda instância, que um sujeito/usuário não possui acesso direto à informação em bibliotecas, mas possui perspectivas de acesso aos serviços de informação, sendo a partir do acesso concretizado (uso do serviço), passível de potencializar atividades de apreensão, compreensão e apropriação da informação.

Assim, a densidade semântica da informação em biblioteca contemplada pelo acesso depende, sobretudo, das fontes de informação (incluindo suas formas de representação

documentária), da proposição de serviços e de sua adequação às necessidades dos sujeitos/usuários comprovando que a informação em biblioteca só é efetivamente concretizada quando da apropriação do sujeito/usuário.

No que se refere às fontes de informação é preciso observar que a noção de acesso ainda é majoritariamente pautada nos livros. No entanto, este olhar do “suporte livresco” limita a infinidade de perspectivas de acesso à informação. Aqui não tecemos uma crítica ao livro enquanto suporte, uma vez que sabemos de sua importância na biblioteca, mas de que o ato de uma biblioteca em priorizar apenas o acesso ao livro limita a interlocução técnico-conteudística de outras fontes como periódicos, bases dados, repositórios, entre outros que são permanentemente atualizados fornecendo efetivos subsídios informacionais para os usuários e pode redimensionar afirmativamente o(s) significado(s) de informação em biblioteca entendendo que “as fontes de um sistema informacional devem ser tão variadas e complexas quanto o ambiente que esse sistema busca representar” (DAVENPORT, 2000, p.179).

Evidentemente que se o acesso às fontes de informação é restrito não significa dizer que os usuários não podem produzir informação, mas certamente inibem a capacidade de produção, pois “no processo de aprendizagem, a busca, o acesso e o uso de fontes de informação facilitam a solução de problemas informacionais e colaboram na geração e inovação do conhecimento” (REIS, 2005, p.17).

Mas há algumas questões que inibem o destaque da biblioteca como centro de acesso às fontes de informação: dificuldades de acesso às fontes de informação em nível físico e/ou digital pelos usuários; falta de conhecimento do sujeito/usuário acerca das fontes de informação contempladas na biblioteca; dificuldades financeiras, estruturais e humanas da biblioteca demonstrar seu esplendor de ação referente a dinamização das fontes de informação; a referência dos usuários de que toda e qualquer fonte de informação pode ser recuperada na internet.

Neste último ponto, há um forte conflito entre o desenvolvimento das bibliotecas e o desenvolvimento da internet sendo comum a percepção de que o acesso a internet inibe ou relega a um plano inferior o acesso às bibliotecas. Em parte, este discurso carece de veracidade, em particular, no que é relacionado ao senso comum. No entanto, se visto de ponto mais amplo, acreditamos que o desenvolvimento da internet não necessariamente diminui o acesso à informação pelas bibliotecas, mas ambos os espaços podem ser concebidos de forma associativa. Esta associação se dá pela pluralidade de suportes em que se desenvolve no que tange a composição das bibliotecas digitais e do uso de suportes digitais das

bibliotecas tradicionais que precisam da internet para se estabelecer enquanto sistema ativo de informação.

Em verdade é necessário repensar a afirmação de que na internet existe toda a informação do planeta, principalmente nos sites de busca como o google e considerar que as bibliotecas contemplam dados (informações em potencial) não contidas na internet, como acesso a bases dados especializadas incluindo revistas de restrito acesso e de exponencial relevância informacional em diversas áreas como educação, saúde, política, cultura, cotidiano, etc., visto que “nem tudo está disponível na internet; o impressionante volume de informação **em potencial** ali armazenado pode causar a falsa impressão de que tudo está disponível em linha” (CUNHA, 2008, p.11, **grifo nosso**).

É preciso considerar que a informação está em todo lugar, seja em caráter material (uso de documentos, artefatos, tecnologias digitais), seja em caráter biótico (DNA), seja ainda em caráter humano (na mente dos sujeitos), mas a biblioteca é um dos espaços mais densos em termos de acesso às fontes e serviços de informação pela sua permanente acuidade organizacional, representacional e mediacional.

Em suma, é salutar que o significado de informação em biblioteca não pode estar atrelado apenas ao acesso e uso das fontes de informação, embora reconheçamos sua relevância para existência da biblioteca como *status* concreto no uso de objetos informacionais para apreensão e apropriação da informação e como princípio basilar que justifica a frequência de usuários em bibliotecas. Podemos inclusive considerar que às fontes de informação nas bibliotecas se constituem como significado tradicional da informação, pois o meio mais convencional para produzir informação a partir do acesso à biblioteca é no uso das fontes gerais e especializadas de informação.

É através dos serviços de informação (referência, alerta, informação utilitária, etc.) que as fontes de informação são mediadas/disseminadas pelas bibliotecas e a informação (aquela apropriada pelo usuário) pode circular de forma mais dinamizada. Em particular, destacamos um tipo de serviço que leva a fundo a semântica informacional na biblioteca: serviço de informação utilitária.

Porém, optamos pelo uso do termo serviço de informação cotidiana considerando que o termo “informação utilitária” designa: serviço facilmente descartável, conforme a conveniência da biblioteca e/ou do usuário; muitas vezes não se sabe a causa dos problemas informacionais pela falta de um diálogo mais profundo sobre o cotidiano histórico do sujeito/usuário; a informação é destacada como significado superficial que inibe a construção de conhecimentos mais amplos; a informação só é considerada eficiente e eficaz no desiderato

dos resultados desconsiderando todo o processo de construção; demanda um serviço mais intencional do que contextual e mais individual do que coletivo; impossibilita que outros sujeitos/usuários possam se apropriar e construir informações.

Já quando a biblioteca pensa no termo “serviço de informação cotidiana” observa que a informação não é vislumbrada do ponto de vista cognitivista (a biblioteca determina o que é melhor em termos de serviços informacionais), mas social (a biblioteca conclama a participação dos usuários para elaboração/execução do serviço aceitando sugestões/contribuições diretas ou indiretas dos usuários) aferindo a formação dos serviços com base nos contextos históricos do cotidiano dos sujeitos/usuários.

A concepção fundante do termo “informação cotidiana” está vislumbrada no argumento de Lefebvre (1991, p.35) quando afirma que:

Tratando-se de cotidiano, trata-se portanto de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial [...] o conceito torna-se o fio condutor para conhecer a sociedade, situando o cotidiano no global.

É preciso considerar que o cotidiano dos sujeitos da informação possui declarada amplitude histórico-social. O cotidiano dos sujeitos não é relativo apenas ao hoje ou ontem, mas possui contextualizações, conforme necessidades e desejos específicos. Este cotidiano é o que faz a biblioteca reconhecer o significado de necessidade de informação do sujeito/usuário e a busca de formas para satisfazer essas necessidades. Sem a busca pelo cotidiano, o serviço de informação dificilmente se dará de forma dialogada e construtiva, mas de forma arbitrária e pré-determinada.

Assim, o serviço de informação cotidiana tem em sua essência a construção das perspectivas dos sujeitos/usuários e suas dimensões de contextualização social que vão para além da simples ideia de utilidade, pois o serviço de informação cotidiana não está implícito apenas nos resultados, mas também nos processos logrando o desiderato de construção coletiva da informação representado na seguinte expressão: produtores de conhecimento – biblioteca (espaço de reunião de conteúdos produtivos do conhecimento) – profissionais especializados (sujeitos/mediadores) – sujeitos/usuários.

No entanto, essa expressão não pode ser pensada de forma linear, pois a informação cotidiana na biblioteca depende muito de aspectos como o contexto histórico dos sujeitos envolvidos, o momento psíquico dos sujeitos pressupondo que a informação cotidiana não

necessariamente parte da biblioteca, mas sim de um conjunto de forças interacionais entre sujeitos/usuários e sujeitos/mediadores através das estratégias informacionais que desenvolvem na biblioteca.

Heller (1992, p.17) explicita a força do cotidiano na vida dos sujeitos e o aguçamento de maneiras de convivência:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

O serviço de informação cotidiana afere que além da informação ser construída levanta a questão de que a biblioteca (e seus sujeitos/autores/mediadores) tem a responsabilidade de reconhecer e atuar em torno dos valores cotidianos dos sujeitos/usuários como capacidade intelectual, sentimentos, paixões, ideias e ideologias. Este é um papel que às fontes de informação organizadas na biblioteca por si só não tem a capacidade de fazer, já que o cotidiano dos sujeitos da informação é movido pelo caráter humano das ações que demanda um olhar mais cauto acerca de estratégias como estudo de usuários, mediação da informação, disseminação seletiva da informação, entre outras práticas que alcancem o cotidiano dos sujeitos/usuários e despertem o olhar de que a informação proposta pela biblioteca é concebida a partir do cotidiano dos sujeitos/usuários (cotidiano profissional, ideológico, emocional, pessoal, etc.).

O serviço de informação cotidiana tem atributo dialético primando pela formação humana de serviços compreendida na expressão: cotidiano (da biblioteca e dos sujeitos/usuários) – interação/forças entre sujeitos – satisfação informacional (que favorece o crescimento da biblioteca e do sujeito/usuário).

Outrossim, o cotidiano informacional da biblioteca e dos sujeitos/usuário não pode ser visualizado como fenômeno abstrato e isolado do mundo real. Aliás, o cotidiano informacional trata da própria vivência do mundo real, sendo neste aspecto vivencial cotidianista que a biblioteca deve se inspirar a fim de que a informação a ser construída seja impregnada do contexto real dos sujeitos/usuários.

Lefebvre (1991) insere três categorias “família, trabalho e lazer” que nos ajudam a refletir sobre o cotidiano informacional atinente a biblioteca. Podemos ainda, além das categorias propostas, acrescentar mais uma categoria que reflete a formação da informação cotidiana: a individualidade dos sujeitos/usuários. Esta categoria reflete um complemento

inexorável das três anteriores, já que em termos pragmáticos, a satisfação individual da informação é um dos primados basilares de busca e apropriação da informação pelos sujeitos/usuários.

As categorias suprareferidas atestam seguintes atividades da informação cotidiana nas bibliotecas reiterando que é fundamental o uso do espaço físico da biblioteca interno e externo (murais, por exemplo) e virtual (redes sociais, blogs, sites, canais no youtube, aplicativos, etc.) para consagração da informação cotidiana nas bibliotecas:

- a) família – disponibilidade de fontes gerais e especializadas de informação sobre família; elaboração de eventos (palestras, seminários, etc.) acerca do valor da família, perspectivas de convivência na familiar, preservação de saúde da família, educação (formal e informal) no ambiente familiar; elaboração de campanhas e projetos em prol do fortalecimento “convivencial” da família; disponibilidade de dados em redes sociais, blogs, sites e outros instrumentos virtuais acerca do direito da família e do papel de cada componente da família valorizando o caráter individual e respeito coletivo familiar;
- b) trabalho – promoção de palestras, seminários e qualificação de profissionais nos mais diversos níveis ou no estilo de público que a biblioteca contempla; disseminação seletiva de informações sobre estágios, empregos; estímulo a didática profissional como estratégias para elaboração de currículos, como se comportar em entrevistas de emprego, dicas para concursos públicos, etc.;
- c) lazer – dicas de passeios culturais, esportivos, programações de entretenimento em nível local e nacional, programação de cinema, teatro, shows de artistas (musicais e humorísticos, por exemplo); estímulo aos espaços de diálogo e convivência em que a biblioteca está inserida favorecendo a percepção de que a biblioteca é um espaço que está preocupado com a socialização dos sujeitos na instituição que faz parte. Por exemplo, em uma biblioteca universitária, é pertinente que a biblioteca estimule espaços de socialização dos sujeitos/usuários dentro e fora da Faculdade/Universidade. O lazer, talvez seja uma das oportunidades mais concretas da biblioteca mostrar que faz parte do cotidiano informacional dos usuários, já que se constitui como permanente eixo de busca da informação;
- d) individuação – a constituição do sujeito ocorre a partir da individuação que é entendida como a conjunção de relações heterogêneas entre sujeitos e entre sujeito e meio com vistas ao reconhecimento das necessidades e satisfação dos sujeitos. Podemos dizer que a individuação é uma condensação dos três primeiros aspectos

porque reflete a construção de procedimentos interacionais para produção da informação. A individuação envolve uma relação que deve ser apreendida como relação no ser, relação do ser, maneira de ser e não como simples relação entre dois termos que poderíamos conhecer de modo adequado mediante conceitos, porque teriam uma existência efetivamente separada. (SIMONDON, 2005, p.32). A individuação não considera o sujeito em sua individualidade, mas como “ponto singular de uma infinidade aberta de relações” (SIMONDON, 2005, p.32). De outro modo, a individuação conferem a dinâmica das formas como os sujeitos interagem entre si (e com o meio) e como preconizam de forma heterogênea seu cotidianismo familiar, trabalho e lazer. O cotidianismo da individuação não vê o sujeito como fenômeno isolado, mas como um percurso intercambiável e imanente da relação entre sujeito-individual e sujeito-coletivo (o sujeito com necessidades de informação específicas e a relação entre sujeitos com necessidades diferentes e/ou semelhantes e como fazem para satisfazê-las). Por exemplo, a satisfação da necessidade informacional da família atenta para como e com que membros da família a biblioteca interage construindo meios para que os sujeitos exerçam um estímulo individuacional através do poder de diálogo, reconhecimento das necessidades de cada membro e respeito às diferenças da família) para que ocorra contribuições relevantes para o cotidiano informacional da família. Já no cotidiano do trabalho, a biblioteca deve estimular perspectivas individuacionais de como o trabalhador pode se relacionar com outros trabalhadores e como se relacionar com a instituição que atua ou pretende atuar. No cotidiano do lazer, a biblioteca pode exercer uma individuação mostrando possibilidades diversas de diversão e entretenimento contemplando tanto o sujeito, em caráter isolado, quanto um conjunto de sujeitos em associação. A individuação seria, portanto, a capacidade da biblioteca aflorar questões do cotidiano (família, trabalho, lazer e outras questões) permitindo aproximação junto à comunidade e estimulando a percepção dos sujeitos sobre questões do dia-a-dia. A ideia de individuação é um dos grandes desafios biblioteca a fim de concretizar a perspectiva da informação cotidiana e evitar que a biblioteca seja um centro acessível apenas a minoria da população.

Observamos que a informação em biblioteca pode ser levada a plenitude social quando pensada a partir dos fundamentos cotidianos que cercam à realidade dos sujeitos/usuários. Seria uma forma da biblioteca fazer parte do dia-a-dia da comunidade de usuários e

desmistificar a ideia de que a informação em biblioteca é eminentemente restritiva ou burocrática de ser apropriada.

Já o significado de informação em arquivo, assim como na biblioteca possui visão sistêmica, mas com a diferença de que no arquivo o sistema é semifechado, ou seja, não tem como pretensão primordial a informação sustentada no cotidiano dos sujeitos/usuários, mas a preservação da informação entre gerações e o fortalecimento institucional da memória documental arquivística de determinados sujeitos, grupos e instituições/organizações.<sup>58</sup> Contudo, não quer dizer que o arquivo por ser sistema semifechado não esteja preocupado com o acesso à informação, mas apenas planeja o acesso com mais acuidade no que concerne aos tratos com os documentos pelos profissionais (sujeitos/mediadores) e os manuseios pelos sujeitos/usuários.

O significado de informação em arquivo é refletido a partir das próprias mudanças no fazer científico da arquivística atrelado, por um lado, aos contextos históricos, funcionais e estruturais dos registros arquivísticos e, por outro lado, aos processos de proveniência, ordem original, registro (considerando a tríade estrutura-conteúdo-contexto), descrição, avaliação e preservação que promovem um redimensionamento da concepção organizadora e preservacionista dos registros. Ressaltamos ainda que este desenvolvimento está diretamente relacionado ao lato desenvolvimento das tecnologias digitais que abre espaços para se pensar várias mudanças de pensamento, estudo e práticas profissionais no arquivo constituindo a informação não como algo simplesmente preservado, mas permanentemente construído e socializado.

Cook (2012, p.26) afirma que todas essas mudanças tiram o foco teórico (e prático) da ciência arquivística do registro e coloca o foco no ato criativo ou intenção de autoria ou processo ou funcionalidade por trás do registro. Neste novo mundo, portanto, o trabalho intelectual essencial da ciência arquivística deve se concentrar mais em iluminar os contextos funcionais e estruturais de registros, e sua evolução ao longo do tempo, e a construção de sistemas de conhecimento capazes de capturar, recuperar, exibir e compartilhar esta informação conceitual-proveniência como a base de todo o processo de decisão arquivístico, não mais focado no desenho de sistema e avaliação do que é aparente, mas focado na programação pública e atividades de extensão que estão por trás.

---

<sup>58</sup> Evidentemente que há bibliotecas como o intuito de preservar a informação entre gerações mais do que socializar, assim como existe arquivo com o intuito de não somente preservar, mas também socializar, mas aqui nos referimos a um eixo central de cada centro de informação, sendo a biblioteca reconhecidamente um sistema aberto e arquivos/museus sistemas semifechados, dado a declarada concepção de preservação histórica da informação destes dois últimos centros de informação.

A informação em arquivo não é contemplada apenas a partir de um viés preservacionista, mas se sobressai diante de uma atividade eminentemente intelectual, pois esta informação é produzida a partir de processos diversos que envolvem a organização dos documentos, criação e uso adequado de softwares de recuperação de documentos, especialização humana no trato com os documentos e suas formas de mediação que auxiliam nos processos decisórios individuais e organizacionais.

A informação em arquivo é um processo múltiplo de prática técnica e social. Silva (1999, p.214) afirma que “(...) o arquivo emerge, sistêmico, do fenômeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria ação humana centrada na sociedade e geradora aí da fenomenalidade informacional.”

Podemos afirmar que a informação em arquivo é sistêmica quando emerge a partir da realidade humana e/ou institucional que produz informação no âmbito do cotidiano (o arquivo provém de um conjunto de informações produzidas na realidade objetiva); é fenomênica quando produz efeitos de anseios, desejos e necessidades de busca pelos sujeitos/usuários e organização/representação para facilitar a vida de sujeitos e de organizações de forma mais ampla; é processual quando passa por ciclos documentais de organização, circulação, mediação, disseminação e apropriação envolvendo os diversos sujeitos que participam direta ou indiretamente na produção dos documentos arquivísticos.

Os significados da informação em arquivo podem ser contemplados a partir do conceito de informação orgânica. O conceito de informação orgânica é considerado de estudo recente no campo acadêmico e na prática profissional arquivística e tem seu pioneirismo consagrado nos estudos canadenses e estadunidenses. Moreno (2007, p.9) afirma que “a noção de informação arquivística ou informação orgânica é recente na literatura da área e ainda precisa de aprofundamento teórico.”

Precisamente o caráter de inovação na pesquisa, prática profissional e relevância organizacional fomenta delimitações conceituais de informação orgânica. Carvalho e Longo (2002, p.115) definem que “a informação orgânica é um conjunto de informações sobre um determinado assunto, materializado em documentos arquivísticos e foi produzido no cumprimento das atividades e funções das organizações.”

Diante deste conceito é possível admitir que:

- a) toda informação orgânica é informação social quando se desenvolve no âmbito da concepção coletiva e institucional da organização, assim como se estabelece a partir de um conjunto específico de conteúdos (dados/documentos);

- b) a informação orgânica comumente tem um fim específico implicando dizer que é produzida pautada em cumprir finalidades e objetivos delimitados a partir de necessidades da organização em que está inserida;
- c) a informação orgânica é produzida a partir dos documentos arquivísticos, caracterizando uma materialidade da informação no âmbito documental tendo como objetivo promover sentido ao funcionamento gerencial da organização e preservar a potencialidade informacional nas organizações no contexto histórico;
- d) a informação orgânica é funcional na medida que é estipulada para resolver determinado problema organizacional e estrutural quando auxilia conjuntamente na resolução de vários problemas organizacionais em caráter simultâneo ou não.

O fruto da materialidade da informação orgânica é contemplado em documentos como diretivas, relatórios, planejamentos, programas, normas, procedimentos, orçamentos, balanços financeiros, atas, contratos, processos de clientes, processos de contratação de pessoal, etc. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65).

Para compreensão mais efetiva da informação orgânica podemos perceber segundo Gama e Ferneda (2010, p.149) que:

A informação orgânica é produzida por entidades, ou seja, indivíduos e instituições no exercício de funções e atividades por meio do registro em documentos de arquivo. Os registros são gerados, portanto, durante uma sequência de trâmites administrativos que compõem as transações das atividades que, por sua vez, permitem a execução de funções administrativas. Esse processo é denominado fluxo documental.

A informação orgânica não é pronta e acabada e não pode ser generalizável, isto é, deve ser pensada para resolver problemas de informação específicos e cada problema merece um olhar particularizado pelos profissionais e usuários (sujeitos/autores ou mediadores e sujeitos/usuários) envolvidos. Isso significa que os documentos listados se adequam a produção da informação orgânica de acordo com três fatores: fator de cunho humano que envolve a capacidade dos sujeitos em interpretar, compreender e se apropriar conteudisticamente dos documentos disponíveis; fator de cunho técnico que expressa a quantidade documental disponível e a consistência de organização e representação que apresentam a fim de promover recuperação eficaz e estimular uma produção informacional orgânica mais célere e objetiva; e fator de cunho estratégico que está ligado as maneiras como

os sujeitos envolvidos na produção da informação orgânica conseguem resolver os problemas definidos na atividade organizacional.

O significado de informação orgânica está intrinsecamente ligado a percepção de documento no sentido de que através deste a construção da informação se viabiliza. A informação orgânica está expressa no próprio conceito de arquivo definido como “um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família” (RODRIGUES, 2006, p.105).

A informação orgânica é resultado do tratamento eficiente e eficaz dos documentos arquivísticos e da capacidade cognitiva, humana e social dos sujeitos em produzir informação a partir do apropriado nos documentos. Contudo, não estamos simplesmente falando do documento isolado, mas de um conjunto de documentos arquivísticos que significam segundo Camargo e Bellotto (1996, p.38) na obra Dicionário de Terminologia Arquivística “[...] documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial”. Estes documentos devem ser sistematicamente organizados, gerenciados com finalidades definidas de preservação e promoção de acesso à informação. Para o êxito da informação orgânica é fundamental o desenvolvimento sistematizado e eficaz da gestão documental entendida como um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Observamos um termo muito relevante e com múltiplas significações quando falamos em arquivo, documento, gestão documental e informação orgânica ou informação arquivística: **conjunto**. Este termo designa que toda informação orgânica só pode ser concebida se pensada de forma associada, planejada e construída coletivamente. O conjunto designa que a instituição arquivo só se desenvolve no âmbito de um conjunto de documentos; o termo conjunto mostra que o documento só tem sentido de vinculado às perspectivas de sujeitos ou organizações; o conjunto na gestão de documentos enfatiza que é preciso uma variedade (cojuntiva) de sujeitos, documentos e tecnologias para organização do arquivo; e o conjunto mostra que a informação orgânica é resultado dos processos de organização/representação, mediação, disseminação e apropriação dos documentos gerenciados.

A gestão de documentos é a atividade que melhor representa a noção de conjunto por perpassar todas as etapas e necessidades da construção da informação orgânica. Sem uma gestão documental dinâmica e estruturadas em termos de profissionais especializados e

tecnologias disponíveis, provavelmente a informação orgânica será ineficiente e ineficaz atrapalhando o desenvolvimento gerencial da organização como um todo.

Com uma informação gerencial deficitária ou mal apropriada a organização provavelmente apresentará sérios problemas de comunicação e resolução de problemas inerentes ao cotidiano da organização, tanto para os funcionários, quanto para os usuários. Em outras palavras, a dificuldade em produzir informação orgânica interfere negativamente nos processos de tomada de decisão. Lousada e Valentim (2011, p.156-157) ressaltam que:

A informação orgânica é um dos elementos que subsidia o processo decisório. É um recurso informacional acessível somente pela própria organização, fato que a torna um recurso informacional estratégico, principalmente após análises diferenciadas em que é possível agregar valor à informação original, transformando-a em um insumo informacional diferenciado. Este tipo de informação se constitui em um dos fatores responsáveis pela sobrevivência das organizações, visto que desempenha papel relevante no processo decisório, propiciando ao gestor conhecimento sobre os pontos fortes e fracos da organização e, conseqüentemente, proporciona mais segurança no momento da decisão em relação aos riscos e incertezas, influenciando diretamente o desempenho da organização.

A informação orgânica subsidia o processo decisório porque está presente em todos os níveis da organização: primeiramente em nível contêudístico em que os documentos como atas, relatórios, balanços financeiros, documentos de contratação/demissão de pessoal, etc. são produzidos através do diálogo entre o conjunto de sujeitos atuantes na organização (é uma produção informacional que precisa ser preservada para fins futuros); segundo em nível técnico onde os documentos precisam ser tratados (fluxo documental), visando a disponibilidade para todos os sujeitos que dele necessitarem e/ou que possam ter acesso, conforme às normas organizacionais; terceiro em nível estratégico quando os documentos disponíveis auxiliam na resolução de problemas e tomadas de decisão.

A informação orgânica é historicista porque está contextualizada na trajetória da organização (e de todos os sujeitos envolvidos) e apresenta uma multitemporalidade dialogada no sentido de que documentos do passado podem ajudar a resolver questões do presente; documentos do presente podem ajudar a resolver lacunas do passado; e documentos do passado/presente podem ajudar na previsão de questões evitando futuros problemas e atraindo futuras perspectivas para continuidade dinâmica da organização.

A informação orgânica também está fincada na contribuição dos processos de preservação da memória a fim de expressar de forma mais ampla a história de sujeitos e organizações na medida em que toda informação orgânica só se sustenta se pensada nos processos de preservação documental.

Assim, a informação orgânica é resultado do desenvolvimento dos processos arquivísticos aproximando estreitamente a conjunta significação de informação-documento que contribuem mutuamente para sobrevivência organizacional. A informação é produzida e registrada em documentos gerando construtos de conhecimento. Este conhecimento registrado é passível da produção de novas informações e, por conseguinte, de novos conhecimentos aferindo que a informação em arquivo é múltipla por tratar de variados assuntos, tipos de documentos, tecnologias e sujeitos.

A multiplicidade da informação em arquivo é sustentada por Silva (1999, p.31) quando afirma que:

(...) incentivam um debate ainda em aberto, (...) a indagação em torno da raiz epistémica da informação (...) a questão imediata é: que tipo de objecto? A resposta mais razoável consiste em apresentar a informação como um fenómeno inscrito na realidade humana e social e, deste modo, abarcando um leque vasto de facetas, como a político-administrativa, a cultural, a científica, etc., não se fixando em nenhuma delas em particular.

A informação em arquivo, seja no âmbito da prática profissional, seja como objeto de estudo científico denota que possui um objeto físico/digital específico que é o **documento**, mas atentam para uma infinidade de objetos como desdobramentos de estudos documentais como o contexto organizacional, científico, artístico, educacional, cultural, político-administrativo, entre outros.

A informação em arquivo não deve se ater ao documento como algo pronto, mas como documento consubstanciado na permanente construção de sentidos e conhecimento para o desenvolvimento humano individual ou coletivo. O documento é um meio passível de transformação social, sendo esta transformação medida pela produção informacional que coloca o conteúdo do documento como meio vivo e pertinente de ser compartilhado em caráter local e global através de elementos físicos e digitais.

Por fim, a informação em museu possui características subjacentes em face da preocupação primordial de preservação física dos objetos aferindo que “a preservação enquanto prática tem deixado sistematicamente em segundo plano, aspectos ligados à informação” (LOUREIRO, 2000, p.112).

Todavia, isso não significa dizer que não há significações expressivas da informação na prática museal, mas que está subjacente a representação e preservação física dos documentos e, por conseguinte, a preservação da memória. Mais precisamente, entendemos que o museu “[...] na qualidade de instância de representação da memória social e espaço no

qual a informação é considerada insumo cultural, é terreno propício para o desenvolvimento de estudos e ações relacionadas à informação” (LE COADIC, 2004, p.4).

Neste caso, a informação em museu está relacionada a formação de subsídios para preservação da cultura que se delineia no espaço e mais hodiernamente no espaço virtual. Para tanto, o ideário de informação no museu está relacionado a prática organizacional e preservacionista do documento e artefato. Oliveira (2012, p.179) reflete sobre o caráter informacional do museu:

Na atualidade, museu é sinônimo de coleção, de acervo, de documentação, conservação, exposição e informação de qualquer tipo de objeto, organizado por alguém ou por uma instituição, com ambição de apresentar ao público, criar formas educativo-pedagógicas, pesquisa e extensão. E esse novo museu, que está no ciberespaço, o virtual, prescinde do espaço físico onde estão as “coisas” que devem ser vistas.

Diferentemente da biblioteca em que as ideias de documento e informação efervescem de forma intrínseca e no arquivo em que o documento gera perspectivas para apropriação da informação, no museu (especialmente aquele tradicional) a ideia de informação não é ponto central, mas divide espaço com as atribuições pragmáticas da coleção, acervo, documento, conservação, sendo a partir da configuração destes aspectos possível de conceber a semântica informação.

No museu moderno que envolve a inserção dos espaços virtuais a informação passa a ter configuração mais relevante no tocante à lógica pragmática de apresentação dos acervos/coleções/documentos/artefatos que permite a apropriação da informação pelo público através de estratégias educativo-pedagógicas e extensionistas promovidas pelo museu.

A informação museal implica que depende, sobretudo, das formas de tratamento das coleções/acervos e de suas formas de preservação. Em outras palavras, a informação é visualizada como ponto consequencialista do tratamento de acervo, sendo este desenvolvido através de diretrizes internacionais como a elaborada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) ou diretrizes locais em museus específicos.

Almeida (1998, p.135) comenta que “essas diretrizes têm como finalidade os objetivos-chave da documentação museológica, quais sejam: possibilitar o inventário das coleções, dar subsídios para o seguro das coleções, manter uma documentação histórica das coleções, garantir o acesso à informação existente sobre elas.”

Desse modo, a informação museal está impregnada de fatores indiretos e diretos que ajudam em sua composição semântica seguindo a regra de que a informação em museu

também é favorecida como processo e o museu em si como sistema de informação pautado na organização, acesso, uso das coleções e apropriação da informação, conforme revela o quadro a seguir:

**Quadro 16 – Fatores diretos e indiretos na construção da informação em museu**

<b>Fatores indiretos</b>	<b>Fatores diretos</b>
Elaboração de diretrizes para dinamização técnico-social das coleções	Estudos de público em museus
Tratamento das coleções	Adaptação das coleções à realidade do público
Conservação das coleções	Promoção de acesso das coleções
Preservação histórica das coleções	Uso das coleções
Formação das coleções no âmbito da valorização cultural	Apropriação das coleções

Fonte: elaborado pelo autor

Os fatores indiretos respeito às formas como as coleções serão gestadas e agrupadas no espaço museal. Já os fatores diretos dizem respeito às possibilidades de acesso, uso e apropriação das coleções, conforme as diretrizes desenvolvidas para dinamização técnico-social das coleções.

A delimitação em fatores diretos e indiretos traz novas percepções ao contexto da informação em museu, a saber:

- a) traz, por um lado, uma integração técnica e social do museu com outros centros de informação como bibliotecas, arquivos e museus e, por outro lado, a integração com dos estudos e práticas museológicas com o campo da Ciência da Informação e Documentação, além de disciplinas como a Biblioteconomia e Arquivologia;
- b) da concepção tradicionalista de objeto museológico valorizada pela sua materialidade, passa à valorização do objeto como documento, como fonte ilimitada de informação. Esta perspectiva introduz potencialidades sobre o que é um objecto museológico e amplia a concepção teórica sobre a Museologia (MARQUES, 2010, p.51);
- c) a informação em museu é sustentada pela tríade coleção–espaço–informação sendo que o êxito desta última depende amplamente das maneiras como as duas primeiras são concebidas;
- d) a informação em museu aproxima culturas e sujeitos a partir dos objetos e coleções que representam e preservam contemplando uma aproximação pragmática entre o museu e o público que utiliza os serviços oferecidos;

- e) a informação em museu perpassa diretamente pela contextualização do estudo de público, pois “[...] vêm atraindo o interesse crescente de profissionais que atuam nos museus e se constituem, hoje, em aspecto cada vez mais relevante para o planejamento da instituição, refinamento de seus programas e atendimento ao público” (STUDART; ALMEIDA; VALENTE, 2003, p.129);
- f) a relevância dos estudos de público para construção da informação em museu se dão nos seguintes níveis: descritivo, do tipo perfil de público, que são fundamentais para dar base a qualquer outro conhecimento sobre público que se pretenda ter. Funcionam como grandes diagnósticos. Os dados em geral são coletados ano a ano, de forma a poder indicar modificações na clientela do museu e apontam a constituição de grupos/visitantes sozinhos, faixa etária, sexo, escolaridade, procedência, meio de divulgação que o trouxe ao museu etc.; avaliação relativos a metas de exposições e programações educativas que envolve a aproximação dos estudos entre Museologia, Ciência da Informação e Ciências Cognitivas no âmbito das reflexões acerca da psicologia do visitante de museu e, particularmente, o processo da comunicação museológica e da percepção da informação veiculada e das peças; e os teóricos, que descrevem as grandes linhas de pensamento na área (CARVALHO, 2005, p.26-27);
- g) a informação em museu não está preocupada apenas com o momento, mas com os múltiplos contextos históricos que favorecem pensar momentos específicos de acesso às coleções e apropriação da informação. A informação em museu é histórica na medida em que focaliza prioritariamente não um sujeito isolado, mas um conjunto de sujeitos, não apenas um grupo em si, mas um conjunto de grupos que perpassam diversas gerações;
- h) a informação em museu perpassa diretamente pela atuação deste centro de informação como mediação cognitivo que é criada através de uma ação global com múltiplos agentes iniciada pelo usuário através de uma manipulação direta da informação [...] que pode ser definida em três critérios: uma representação contínua do objeto de interesse; ações físicas por intermédio de botões, e não por sintaxes complexas; e o impacto imediato na manipulação de “objetos-ícones” virtuais (SHNEIDERMAN, 1982).

Em síntese, a informação em museu se constitui a partir de um conjunto de fatores, sendo a informação resultado de processos indicados no quadro, em especial, dos fatores indiretos. A informação em museu é, portanto, resultado de um lato processo de elaboração de

diretrizes, gerenciamento/tratamento/conservação das coleções, uso de tecnologias digitais, preservação histórica, valorização cultural das coleções, estudos de público, promoção de acesso, uso e apropriação das coleções.

## **5 FUNDAMENTOS HUMANOS DA INFORMAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE SOCIEDADE CONTEMPLANDO CULTURA, POLÍTICA/ECONOMIA E EDUCAÇÃO E DAS INTER-RELAÇÕES COM IDEOLOGIA E MEMÓRIA**

Historicamente a informação e o conhecimento são insumos estratégicos para o desenvolvimento de diversas práticas da humanidade. Podemos ousar ainda mais e dizer que, na contemporaneidade, a informação deixou de ser insumo de apoio para ser o próprio legado histórico das práticas humanas e sociais.

Essa relevância da informação como vimos na discussão sobre a era da informação, remete ao conjunto de significados pragmáticos nos mais diversos setores do cotidiano humano como na educação formal, no mercado de trabalho/práticas profissionais, nas relações sociais, no campo da saúde, nas ações jurídicas, etc. que exigem um conjunto de práticas gerenciais, tecnológicas e mediacionais que amparem esse pragmatismo.

É precisamente a partir desse pragmatismo que a informação se constitui como fundamento humano justificando conceber um itinerário lógico que se origine a partir da realidade técnico-pragmática fornecendo elementos para pensar um humanismo informacional calcado nas concepções de sociedade, cultura, política/economia e educação.

### **5.1 INFORMAÇÃO E SOCIEDADE: DA INFORMAÇÃO SOCIAL AO PROTAGONISMO SOCIAL**

Na discussão sobre os fundamentos técnico-pragmáticos concernentes à informação tecnológica e informação científica são presumíveis as tonalidades elitista e mercadológica de aplicar a informação como tecnologia, especialmente dos grandes grupos industriais e editoriais, embora o discurso da informação como tecnologia apresente aparentemente pressupostos de socialização da informação.

Nos fundamentos humanos da informação temos a prerrogativa de repensar como se dão as questões pragmáticas da informação e como contribuem para construção do humanismo informacional. Para tanto, a relação entre informação e sociedade é ponto chave para a concepção do humanismo informacional considerando as perspectivas de fundamentação da informação social como substantivo formativo do protagonismo social.

O discurso e a prática da informação social buscam precisamente superar essa concepção de interesse pragmático predominantemente mercadológico e industrial da informação tecnológica em que a organização é vista do ponto central para focalizar centralmente os sujeitos da informação, conforme suas necessidades sociais (na informação tecnológica a realidade é concebida “de cima para baixo” ou dos interesses econômicos da

indústria para o consumo desenfreado dos sujeitos, enquanto na informação social a realidade é concebida “de baixo para cima” ou dos interesses coletivos dos sujeitos em confronto com os interesses elitizados das organizações).<sup>59</sup>

Quando vislumbramos a ideia de informação e sociedade não nos referimos a uma informação semanticamente singular (no sentido pragmático de produção, uso, compreensão e apropriação humana) e muito menos a uma sociedade singular no sentido global (consideramos a totalidade dinâmica dos sujeitos, grupos e movimentos sociais diversos que possuem necessidades e satisfações diversas). Estamos nos referindo a noção de que a informação é construída a partir dos conflitos entre os sujeitos e grupos sociais e marcada pelas relações de poder (entendido como sinônimo de possibilidade, vontade, disputa e determinação arbitrária de valores entre sujeitos ou grupos sociais).

Diante da diversidade de conceitos relativos a sociedade é preciso destacar que o objetivo não é compreender a relação entre os conceitos da Idade Moderna que unificam sociedade e Estado como a organização do Estado civil em que a conotação originária do medo recíproco indica que o estado dos homens fora da sociedade civil é um simples estado de guerra (HOBBS, 1992); a ideia de civilidade ou civilização em Locke (BOBBIO, 2000) em que se estabeleceu como “um projeto encarregado de resolver o problema permanente de liberar, diluir e sublimar a violência; a incivilidade era o inimigo permanente da sociedade civil” (KEANE 2001, p. 138) e que foi temática central nos séculos XVIII e XIX; e as condições de bondade de justiça (ROUSSEAU, 2007) e conceitos que segregam Estado e sociedade como postulado por Hegel, pois embora o estado subsidie perspectivas formais da sociedade, esta é anterior ao Estado.

Nossa percepção está mais voltada para os conflitos conceituais de sociedade entre o norte (países considerados desenvolvidos) e o sul (países considerados subdesenvolvidos) que centralizam a ideia de sociedade no primeiro (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013)<sup>60</sup> permitindo afirmar que a ideia de sociedade que pensamos é constituinte das percepções contemporâneas surgidas na América-Latina que invocam uma luta contra as teorias

---

<sup>59</sup> É nesse sentido que o conceito de tecnologia é limitado, quando está mais preocupado em produzir produtos/ferramentas e serviços/ambientes físicos e digitais que visem estritamente o lucro. Neste caso, a informação tecnológica também é limitada a metodologias de organização e disseminação sistemática de dados e conteúdos que servem de apoio aos interesses da organização, já que a prerrogativa do desenvolvimento técnico-científico e social é relegada a um plano inferior interferindo arbitrariamente, por conseguinte, os processos de mediação, acesso, uso e apropriação da informação. O caso das pesquisas da indústria farmacêutica comprova o argumento.

<sup>60</sup> É preciso atentar para a delimitação sociológica e não geográfica de sociedade, de sorte que as próprias autoras destacam que “a divisão entre o Sul e o Norte Global é aqui utilizada como metáfora sociológica e não geográfica para os países considerados não desenvolvidos, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento” (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013, p. 184).

metrocêntricas (CONNELL, 2012), já que o protagonismo social da informação só pode ser ratificado no âmbito da autonomia dos sujeitos em detrimento da dominação. O objetivo não é julgar um conceito ideal, mas observar como a ideia de informação pode promover perspectivas para o protagonismo social de maneira genérica.

Historicamente, as concepções de informação social estão situadas na dinâmica dos países considerados desenvolvidos (norte) que determinam e transferem informação para os países mais carentes mediante suas conveniências políticas e culturais (visão anglo-saxônica ou eurocêntrica).

O conjunto de teorias que enfatizam a percepção eurocêntrica de sociedade como hegemonia (GRAMSCI, 1978), comunicação/teoria do agir comunicativo (HABERMAS, 1989; 2003), além de outras visões como a tocqueveliana (virtude cívica); neotocqueveliana (capital social); neoliberal (filantropia); a comunitarista (comunidade); neodurkheiana (solidariedade); a cosmopolita (paz). (BALLESTRIN; LOSEKANN, 2013) mostram que a informação na sociedade tem sido amplamente determinada a partir do contextualismo do sujeito (favorece *ad arbitrium* a ideologia do grupo que produz a informação).

Podemos destacar que a informação social comumente é perceptível a partir de algumas das teorias apresentadas a partir das seguintes configurações:

- a) hegemonia – pensa as contradições sociais dos sujeitos nos processos de produção da informação considerando as variedades de tempo (quando se dá o acesso à informação) e espaço (em quais condições e ambientes físicos e digitais é possível conceber acesso à informação) deliberadas por um grupo que determina e outro que aceita/rejeita;
- b) agir comunicativo – pressupõe modelos de entendimento mútuo para os sujeitos da informação “entrelaçado com um sistema de perspectivas de mundo” (HABERMAS, 1989, p. 166) e a formação de uma ordem social a partir de consensos entre os sujeitos da informação não excluindo conflitos e dissensos (HABERMAS, 2003), mas primando pelas possibilidades de acordos que permitam a ampliação das perspectivas de acesso e uso da informação;
- c) filantropia – se estabelece a partir do discurso neoliberal público ou privado da ação social de caridade em que sujeitos e comunidades, carentes do acesso à informação, recebem serviços de outras pessoas e instituições para suprir temporariamente algumas carências (a filantropia também pode ser considerada como ação de solidariedade). A ação filantrópica apresenta a estratégia das organizações como empresas, indústrias e bancos (por meio de fundações e

associações), além de instituições religiosas e organizações não-governamentais podem “suprir necessidades básicas de acesso à informação”, como acesso às tecnologias digitais, alfabetização de crianças, jovens e adultos, incentivo à leitura, entre outros. O grande problema da filantropia é que se estabelece através de ações assistenciais que não buscam a resolução de problemas, mas apenas uma estabilização ou conforto temporário que resignam as massas.

A informação social é construída a partir dos vieses de dominação em que se observa o que o Estado, a propriedade privada ou o setor da sociedade civil mais disponível em termos financeiros e humanos têm a oferecer ao setor mais carente da sociedade. Esse discurso não somente supervaloriza as desigualdades no acesso à informação quanto pré-determina quem e como se deve ter acesso à informação.

Ferchland e Reimann (2004) produziram um estudo sobre a informação social referente à realidade alemã, mas que pode ser aplicado a outras realidades em face da detecção de problemas graves de cunho social, mesmo em um país considerado desenvolvido, considerando duas questões centrais: a nosso ver, a informação social deverá servir a uma política solidária social no âmbito da justiça social; temos o objetivo de explorar o grande potencial para o aumento da participação, para a conscientização, a politização e a ativação do público, inerentes à informação social.

Com relação ao primeiro ponto há uma postura diametral entre o que convém chamar de justiça social e desigualdade social. Se a informação social é produzida, mas não auxilia na diminuição das desigualdades sociais, há uma apropriação da injustiça social (o que comumente ocorre). Normativamente é finalidade da informação social a construção dos elementos de igualdade social favorecendo o desenvolvimento da justiça social significando dizer que essa noção de justiça não deve ser fator de justificação da desigualdade, mas “uma arma na luta por mais igualdade” (HEIMANN, 2001, p. 716).

Mas, embora pensem na contradição justiça-social e desigualdade social no âmbito da informação social, poderíamos afirmar que a segunda é promovida pelo não-cumprimento da primeira, especialmente considerando que em ambos os casos (falta de justiça e desigualdade) compõem uma mesma esfera de atuação: o pensamento restrito ao contextualismo do sujeito (leva em consideração interesses particulares de grupos para construção da informação social).

Quando afirmamos a justiça social na fundamentação da informação social, estamos relatando não apenas condições para diminuição das desigualdades sociais, mas a afirmação de

políticas, projetos e ações que vislumbrem a partilha da informação, levando em consideração a capacidade dos sujeitos em interagir com respeito às diferenças.

De outra forma, devemos considerar que a informação não é um bem restritivo escasso a parte considerável da sociedade por falta de condições do Estado, da propriedade privada ou de parte da sociedade civil, mas sim pela postura dominadora desses setores em restringir as perspectivas de acesso à informação ou de fornecer aos sujeitos apenas aquilo que considera conveniente para manutenção da realidade desigual comprovando que a injustiça social promove a desigualdade.

Apenas discordamos do termo “política social solidária” em face de entendê-lo como substrato que Estado, propriedade privada e outros setores da sociedade civil devem disponibilizar ou doar a massa da sociedade civil quando, em verdade, é preciso destacar o papel da sociedade em participar democrática e coletivamente da construção da informação.

No que se refere ao segundo ponto se constitui como ampliação do primeiro e possui uma fundamentação mais recrudescedora do modo de vista vindicativo e aplicativo, pois o desenvolvimento da informação social a partir de pressões políticas e participação dos diversos setores da sociedade “poderá, dessa forma, contribuir para um processo de comunicação pública sobre os problemas sociais fundamentais da sociedade, conduzido com o objetivo de combater as injustiças sociais.” (FERCHLAND; REIMANN, 2004, p. 4).

A informação social não pode mais ser vista como aquela que parte “de cima para baixo” (visão elitista), mas aquela que é construída levando em conta a participação de todos com voz ativa e altiva. Para tanto, é pertinente que sujeitos e grupos sociais da própria sociedade percebam as necessidades de informação social que lhes são inerentes, dialogando entre si, necessidades sociais específicas, visando cobrar das autoridades maneiras de satisfação.

Ferchland e Reimann (2004) observam que um dos principais pilares da informação social que prima pelo combate à injustiça social e solução contra as desigualdades sociais reside na informação sobre a pobreza. Embora os autores não aprofundem a questão é possível afirmar que se fala em pobreza de renda e de acesso a quesitos básicos como saúde, educação, alimentação, moradia, saneamento básico, etc.

Ampliando o debate, quando pensamos em informação contra a pobreza, podemos nos referir a: informação referente à pobreza financeira (relacionado à construção da informação necessária para constituição de renda para subsistência); informação concernente à pobreza assistencial (quais as condições de acesso à saúde, educação, moradia, saneamento básico, subsistência alimentar que o sujeito da informação possui? Como pode superar as barreiras de

restrição ao acesso à informação?); informação contra a pobreza cognitivo-intelectual (constitui um permanente processo educativo que situe o sujeito da informação na sociedade a partir de ações no cotidiano humano e o desenvolvimento de ações profissionais especializadas que contribuam promissoramente com outros setores sociais); informação cotidiana (como as informações que construo podem ser pertinentes para o desenvolvimento cotidiano do sujeito enquanto pessoa, profissional, instrumento da família e ator social no tocante às maneiras de se relacionar com o outro).

Diante desse recorte de informação referente à pobreza observamos uma questão fundamental na produção da informação social: a intencionalidade social com que os sujeitos da informação produzem e interagem entre si. Comumente é essa intencionalidade mensurada, por um lado, com sentimentos de restrição e dominação e, por outro lado, com sentimentos de socialização e partilha.

Para tanto, a intencionalidade na produção da informação social desenvolve diversos elementos de adaptação de valores quando da interação entre os sujeitos da informação, sejam eles peritos ou leigos. Giddens (1991) desenvolveu quatro alternativas de adaptação a partir da interação entre sujeitos que nominou de “consequências da modernidade” e que podem ser aplicados no ideário da informação social delimitando da seguinte forma: aceitação pragmática, otimismo sustentado, pessimismo cínico e engajamento radical.

A aceitação pragmática se refere à arte de sobreviver a partir das atividades do cotidiano humano. No contexto da informação a arte de sobreviver, pode indicar várias questões, tais como: informação para saúde (prevenção e estabilização de doenças); informação que coloca um sujeito em posição estrategicamente mais vantajosa que outro sujeito em uma atividade eminentemente competitiva; informação para aquele indivíduo concernente a necessidades básicas do cotidiano física, mental, intelectual e social. Observamos que vários são os sentidos de sobrevivência a partir das condições informacionais.

A questão central na aceitação pragmática aplicada a informação é que comumente o sujeito da informação é passivo e aceita qualquer conteúdo advindo do emissor, sem atribuir questionamentos, diálogos, interações críticas. O sujeito/usuário simplesmente por necessidade de sobrevivência aceita, conforme os motivos expostos, as determinações do sujeito/autor ou sujeito/mediador, o que faz do sujeito/usuário um sujeito de apropriação acrítica e limitada intelectualmente. O objetivo principal do sujeito/usuário é receber uma mensagem do sujeito/autor ou sujeito/mediador a fim de que possa aplicar em sua necessidade de sobrevivência. O problema é quando a mensagem é impertinente para sua sobrevivência, o

sujeito/usuário descarta automaticamente, tornando a informação mero instrumento de utilidade (no sentido de não promover sentidos mais amplos de cunho histórico-cultural de aplicação no cotidiano).

O otimismo sustentado é relativo “[...] a persistência das atitudes do Iluminismo, uma fé contínua na razão providencial a despeito de quaisquer ameaças de perigo atuais” (GIDDEENS, 1991, p. 121). Na semântica informacional, o otimismo sustentado é perpetrado, especialmente por aqueles sujeitos considerados leigos que desenvolvem suas percepções através do chamado conhecimento do senso comum que foram concebidos por gerações ou mesmo de conhecimentos gestados por outros sujeitos.

Podemos observar o otimismo sustentado na informação por meio de sujeitos que tentam demonstrar compreensões e apropriações em questões de cunho científico-natural e científico-social de modo mais simplório e inconsistente, pelo simples fato da existência de um determinado fenômeno ser útil para a humanidade (por exemplo, ponderar que os problemas da violência serão explicitados, esclarecidos ou até solucionados por conta da realização de inúmeras campanhas publicitárias ou diversos programas, as relações rotativas entre a terra e o sol ou o uso da consciência para o desenvolvimento da cognição); a informação religiosa que apresenta pressupostos modelares imperiosamente impostos por sujeitos indiretamente humanos (autores de obras religiosas) e diretamente não-humanos (o conteúdo das obras religiosas em si) que explicam a realidade humana e espiritual. Historicamente, a informação religiosa é, por um lado, tratada, conforme as conveniências de um seletivo grupo ou restrita em termos de acesso e uso para não revelar questões íntimas da espiritualidade humana e divina, como foi, por exemplo, com a tradução da bíblia durante séculos (BURKE, 2002; 2003a), mas, por outro lado, a informação religiosa possui grande profundidade em refletir no sujeito não apenas o significado em si do fenômeno espiritual, mas a busca permanente pela concretização desse significado no cotidiano e na materialidade humana (por isso, o otimismo sustentado se aplica na informação religiosa).

O pessimismo cínico, pelo uso do termo, já denota um caráter de representação sarcástica ou paródica da realidade, ou, em outros termos, “o cinismo é um modo de amortecer o impacto emocional das ansiedades através de uma resposta ou humorística ou enfatiada com o mundo” (GIDDENS, 1991, p. 122). Podemos afirmar que os termos pessimismo e cínico atuam como elementos neutralizantes, de modo que a postura cínica é uma maneira de evitar ou amenizar publicamente o pessimismo.

Na questão da informação, o otimismo cínico apresenta uma realidade bastante deturpada, pois podemos definir que está ligado à ideia de contrainformação (TRAVERSO;

CROWDER-TARABORRELLI; PRADO, 2013). A contrainformação que aludimos tem dois sentidos que se complementam: o primeiro concerne à produção de barreiras pelo Estado, propriedade privada ou setores da sociedade civil para inibir o acesso e uso à informação em diversos níveis (social, tecnológica, científica...) ou a produção de instrumentos técnicos para que o sujeito/usuário assimile e se aproprie, conforme as conveniências de determinado grupo produtor de informação.

Essa realidade ocorre com frequência a partir do olhar da grande mídia televisiva, radiofônica, impressa e ciberespacial ou mesmo do Estado com políticas públicas ineficazes com o intuito de definir aquilo que a sociedade deve ou não se apropriar para construir informação e também de estratégias publicitárias que enfatizam representações deturpadas de um produto ou serviço (valorizam mais elementos estéticos do que a eficácia do produto em si), visando permanentemente o retorno financeiro e o lucro.

A publicidade trabalha com a informação através de um modo de organização argumentativo constituindo mecanismos que permitem a construção de um universo de crenças, a partir de asserções feitas a propósito do mundo numa perspectiva demonstrativa (estabelece as ligações de causalidade) ou persuasiva (elabora a prova com o auxílio dos argumentos, que justificam os propósitos sobre o mundo e as ligações de causalidade, a partir da relação entre as asserções). (CASTRO, 2008, p. 126).

O otimismo cínico é contrainformacional na medida em que supervaloriza ou despreza em demasia determinadas questões em prol de um favorecimento na produção da informação, especialmente quando ligado à compra de produtos e serviços por meio de estratégias sarcásticas e deturpadas de persuasão e demonstração ou na interação entre sujeitos da informação que estão em competitividade direta em que a informação se estabelece como elemento estratégico de conquista pragmática (êxito profissional ou pessoal).

O grande problema do otimismo cínico não é que seja “mal por natureza”, mas frequentemente se utiliza de representações intencionalmente ambíguas para concretizar objetivos pré-estabelecidos prejudicando o processo de interação entre os sujeitos da informação.

O otimismo cínico na informação prejudica a concretização do que Nietzsche (1997) define como “torna-te o que és”. O otimismo cínico é contrainformação porque distancia o sujeito da informação daquilo que realmente é, não em termos exatos ou quantitativos, mas em termos de intencionalidade social, uma vez que na contrainformação o(s) sujeito(s) da informação representa(m) sarcasticamente para demonstrar propositadamente uma visão que nem sempre é a mais adequada ao processo de interação inibindo as perspectivas de

construção coletiva da informação, já que o torna-te o que és fica relegado a um plano inferior em favor do representa o que não é.

Finalmente, o engajamento radical é referente “a uma atitude de contestação prática para com as fontes percebidas de perigo” (GIDDENS, 1991, p. 122) em que os propositores desse engajamento alegam que, “embora estejamos cercados por graves problemas, podemos e devemos nos mobilizar para reduzir seu impacto ou para transcendê-los” (GIDDENS, 1991, p. 122).

Os sujeitos da informação que compõem o engajamento radical se estabelecem em condições bem diferentes dos três primeiros tipos de adaptação pelos seguintes motivos: não se aceita que a produção da informação se dê em nível de arbitrariamente, mas que parta de contestações a problemas sociais; a informação é pragmática no sentido de auxiliar na resolução de problemas sociais; a informação não é vista como simples valor de uso, mas como disputa entre grupos que querem impor suas vontades (como ocorre frequentemente entre Estado e movimentos sociais), sendo a vontade dos sujeitos engajados, a transformação social por meio da ampliação do acesso à informação social e a diminuição das desigualdades sociais; o debate sobre o valor humano, cognitivo e social da informação não pode simplesmente ser contemplado nos níveis duais da despesa e utilidade (FERCHLAND; REIMANN, 2004), mas dos efeitos que podem promover identificando causas e construindo consequências mais promissoras para a sociedade.

Observamos que dos quatro tipos indicados por Giddens (1991) os três primeiros se situam na modalidade estratégica do sujeito (autor e/ou mediador) transferindo informação para o sujeito/usuário, enquanto o quarto é fruto das contradições e conflitos entre os sujeitos da informação que visualizam na informação produção de subsídios para transformações sociais.

Os três primeiros tipos apelam para as noções de justiça como justificção dos problemas sociais e informacionais vividos agregando terminologias como inclusão e igualdade como forma de resignar a camada mais carente e insatisfeita com os problemas. A ideia de inclusão e diminuição da desigualdade informacional parte de um setor dominante da sociedade, pois este tem o poder necessário para definir o que, como e quem deve ser incluído. Já o quarto tipo de adaptação vê a justiça como instrumento para redimensionamento do acesso e uso à informação e diminuição das desigualdades sociais e não apela para terminologias do nível de inclusão, mas de protagonismo social, haja vista que consideramos que o oposto da exclusão não é a inclusão, mas o protagonismo social. A inclusão é apenas

uma terminologia criada para definir quem e como os poderes dominantes da sociedade lidam com a maioria marginalizada.

Entendemos que a informação social só é efetivamente promissora quando incentiva o protagonismo social dos sujeitos da informação conferindo-lhes autonomia no ato de acessar e utilizar a informação em diversos meios e, principalmente, no ato de pensar, questionar, compreender e se apropriar da informação.

O grupo de pesquisadores argentinos chamado de Colectivo Situaciones (2002, p. 8) argumenta sobre o protagonismo social:

Em primeiro lugar, o novo protagonismo social em suas múltiplas formas assumiu um desafio: sua produção e reprodução social. A partir desta perspectiva, o desenvolvimento de experiências radicais aparece uma investigação ativa para ampliar e fortalecer as próprias capacidades de construir e vincular-se com redes alternativas de produção material. Em síntese: aparece o intento de criar formas de organização que vão além da discussão coletiva e democrática – aparecida e afirmada no processo assembleário – que desenvolvam práticas que impliquem uma verdadeira socialização material do fazer. Esta, então, seria a primeira dinâmica que nos interessa remarcar: a experimentação – os contínuos sucessos e fracassos – de forma de produção de vidas alternativas que vão tramando circuitos paralelos de produção, circulação e consumo de objetos e saberes e que se constituem num ensaio permanente de resolução cotidiana e concreta da reprodução social.

O protagonismo social é balizado pela seguinte questão: como produzir e reproduzir novos meios sociais alternativos de vida? A noção de produzir e reproduzir indica uma permanente atividade de construir, reconhecer equívocos e acertos; singularidades e coletividades na capacidade de articulação da vida social. Produzir/reproduzir significa a possibilidade de redimensionar como os sujeitos podem se relacionar em prol de uma sociedade mais justa primando pelo respeito às diferenças e reconhecendo o conflito como fenômeno de transformação coletiva.

Porém, o protagonismo social demanda o equilíbrio entre constituintes moral e institucional. Moral por ser referente ao comportamento social dos sujeitos no processo de convivência e produção material dos valores. Institucional por indicar as formas como o comportamento moral pode ser dinamizado e gestado coletivamente por meio de atitudes assembleárias que não somente pensam o caráter coletivo das ações, mas busquem novas formas de socialização entre os sujeitos no modo material de produzir. Na díade moral-institucional, temos que ambos se associam mutuamente em prol do fazer socializado e materializado, visto que a segregação desses valores implica na inviabilidade do protagonismo social em favor da arbitrariedade e dominação material.

Não entoamos um protagonismo que estabeleça hierarquias ou que considere apenas aspectos individualizantes do sujeito (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004), mas, ao contrário, que valorize oportunidades, participação e interação entre os sujeitos valorizando potencialidades coletivas. De outra forma, é preciso “desbastar os sutis vieses ideológicos (...) de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica” (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004, p.422).

No caso da informação social como elemento impactante para o protagonismo social entendemos que aquela deve ser vinculada aos contextos culturais, educacionais e político-econômicos que norteiam o cotidiano coletivo dos sujeitos. Culturais porque fazem parte da mentalidade de vida dos sujeitos através de questões, como: o que é possível produzir? Como é possível produzir? Para que e para quem é possível produzir? Educacionais porque persistem nas estratégias intelectuais, metodológicas e humanas de produzir as ações materializadas para uma vida socializada. Político-econômicos porque se referenciam aos modos coletivos (moral e institucional) de tomada de decisões, ou seja, como fazer os fundamentos culturais e educacionais confluírem em prol da socialização material?

Quando falamos em socialização material, estamos nos referindo aos subsídios que um sujeito pode ter na busca por procedimentos de partilha e produção coletiva comprovando que na informação social que preconiza o protagonismo social o TER não é mais relevante que o SER, mas aquele apenas é o construto socializado e materializado deste.

Por isso, a informação social que preconiza o protagonismo social se estabelece no contextualismo do atribuidor (DE ROSE, 2012), pois está fundamentada em formas morais e institucionais (coletivas e socializadoras) de observar o acesso e uso à informação, sendo esta relação entre informação e protagonismo viabilizadas a partir do cotidianismo coletivizado dos sujeitos ou, conforme afirma Oliveira (2004) pensado a partir da realidade objetiva dos sujeitos.

Práticas de resistências culturais à dominação da elite global, novas mentalidades e práticas infoeducacionais e novas formas de tomada de decisão política são alguns instrumentos favoráveis ao olhar da informação social como instrumento de promoção do protagonismo.

As práticas de resistências culturais são bem expressas no pensamento de Löwy (2007, p. 205):

A primeira tarefa de uma resistência cultural eficaz é precisamente tratar de estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações democráticas, as diversas lutas sociais, assim como entre estas e o movimento operário, buscando um terreno comum, uma convergência que respeite a autonomia de cada um, mas os associe no combate comum contra a dominação imperial, contra o racismo e o poder patriarcal, contra a lógica desumana do neoliberalismo. O desafio é então construir uma nova cultura universal, democrática e plural, uma *cultura da solidariedade* fundada em alguns princípios gerais: 1) o reconhecimento e o respeito das diferenças: o objetivo é, segundo a célebre fórmula dos zapatistas, “um mundo no qual cabem muitos mundos”. 2) a emancipação dos seres humanos de todas as formas de opressão, exploração, alienação e degradação. 3) a desmercantilização da cultura, sua autonomização em relação às leis do mercado, seu livre desenvolvimento em função de seus próprios critérios. 4) o respeito à natureza, o restabelecimento do equilíbrio ecológico entre as sociedades humanas e o meio ambiente natural, em vias de destruição pela lógica produtivista do mercado.

Diante do pensamento de Löwy fica a pergunta: como pensar a informação como incentivo ao protagonismo social a partir das resistências culturais? A julgar pelo caráter crítico ou alienante da cultura, temos de considerar que modifica ideias e ações, seja a partir de uma postura autônoma, seja através de uma postura subserviente dos sujeitos, respectivamente.

O fato é que apenas a primeira postura pode ser considerada como resistência cultural e pode corroborar para a ideia de informação no contexto do protagonismo social a partir dos seguintes aspectos:

a) **a aproximação de grupos democráticos** que estabeleçam conexões, encontrem pontos de convergência a partir de seus ideais sem a perda de autonomia traçando perspectivas para um protagonismo eficaz na sociedade global formalizando uma nova cultura de informação voltada para o bem da maioria. Neste caso, a informação seria a produção de sentidos, significados e compreensões em comum no modo de fazer material das categorias democráticas que lutam por um mundo mais justo. Por exemplo, a aproximação entre movimentos sociais de cunho trabalhista (operários das mais diversas categorias), de gênero, de raça, de credo e de outras naturezas constituiria indícios semânticos para se definir: o que o coletivo quer, como quer e de que forma conquistar. Essa aproximação de grupos democráticos pode ser interna (entre movimentos sociais da mesma categoria, como, por exemplo, o movimento operário que pode conceber conexões entre o setor bancário, metalúrgico, educativo, saúde, etc.) ou externa (entre diferentes categorias que permeiam os movimentos sociais, como, por exemplo, movimento operário e de raça ou raça e gênero). A informação neste sentido é pertinente para promover significados no sentido de humanizar os sentimentos coletivo e plural de ideias e ações entre as categorias;

b) **o respeito as diferenças como pressuposto de afirmação coletiva das pluralidades.** A informação como elemento de compreensão e construção prevê multiplicidades de interpretações, atenta para diversidades de necessidades e intenta meios diferenciados de satisfação e compreensão. Respeitar as diferenças significa, em primeira instância, reconhecer as multiplicidades ideológicas que auxiliam na produção da informação, pois sem esse reconhecimento, a informação não possibilita uma construção protagonista, mas meramente individualista ou limitadamente sob o olhar de uma categoria. A diferença na produção da informação entre grupos sociais prevê relativo afastamento da noção de identidade, já que esta marca a diferença, conforme revela Deleuze (2008) como argumento perceptivo de negação atestando que no sentido da multiplicidade a diferença se assenta no princípio afirmativo, ou seja, aquilo que se configura como implicador entre grupos sociais;

c) com a aproximação e respeito a diferença entre grupos sociais é possível pensar no terceiro elemento da informação como fenômeno de protagonismo que é **a luta coletiva contra a dominação.** Os dois primeiros pontos, embora partam da realidade objetiva, entendem a informação como ente abstrativo. Já o terceiro ponto atenta para a informação pelo viés do pragmatismo humanizado que ganha conotações de conquistas sociais para os grupos envolvidos e se sustenta na formação de uma cultura crítica e universalista voltada à perspectiva de um futuro emancipado, para conseguir superar os etnocentrismos e as intolerâncias, e para opor uma alternativa coerente ao desastre cultural do neoliberalismo. Uma cultura produzida por escritores, artistas, cineastas, poetas, filósofos e pensadores, mas também pelos movimentos sociais de libertação, cuja produção simbólica é de fundamental importância (LÖWY, 2007).

A informação incentiva o protagonismo a partir das resistências culturais não por determinar “queremos esse tipo de informação”, mas por afirmar “queremos construir informação coletivamente e respeitando as pluralidades” através de reuniões, mobilizações e articulações presenciais e virtuais que estimulem sujeitos, profissionais e movimentos sociais das mais diversas configurações a serem protagonistas de suas próprias histórias. Para tanto, essa construção é concebida na compreensão do ideal do outro em um permanente movimento de reciprocidade e alteridade em que eu passo a ser parte do outro e o outro passa a ser parte de mim. Eis a concretização do pragmatismo humanista da informação.

No tocante as novas mentalidades e práticas infoeducacionais constitui campos pluridisciplinares de ação que prevê o usuário não mais como mero receptor, mas como protagonista humano e intelectual na construção da informação. Perroti e Pieruccini (2007, p.

53) elucidam com propriedade a aproximação/conexão entre os campos da informação e da educação:

Os campos da Informação e da Educação constituíram-se buscando eficácia nos mecanismos de transmissão do saber. Em função disso, relegaram os mecanismos de recepção a posições secundárias nos processos de significação, definindo-os quase sempre como simples desdobramento mecânico e reflexo da transmissão. Na segunda parte do século passado, em função dos quadros histórico-culturais que emergiram pós segunda guerra mundial, tal direção começou, contudo, a ser questionada não só teoricamente, mas também na prática. Nesse sentido, tanto uma área quanto a outra deslocaram o olhar para além dos horizontes da transmissão de informações, condição que lhes permitiu descobrir os usuários e os aprendizes como sujeitos dos processos simbólicos de que participam, tratando-os não mais como mera projeção dos desígnios da emissão.

O estabelecimento de conexões entre informação e educação é pertinente para constatar duas questões: a primeira é a particularidade do campo da informação como fenômeno de construção de significados, compreensões e apropriações e da educação como campo estratégico em termos humanos e pedagógicos no desenvolvimento de alternativas para construção do conhecimento e socialização de saberes entre sujeitos relativo às semelhanças e diferenças de percepções cognitivas; e a segunda é inerente ao deslocamento da ideia de transmissão da informação (focalizada no emissor) para construção da informação por meio de diálogos, questionamentos e descobertas (focalizada na interação horizontal entre emissor e usuário).

Mas as conexões entre informação e educação são relevantes não somente pelos significados que podem produzir, mas pela necessidade de se constituir desde o período da infância do indivíduo comprovando um trabalho de base que contempla a perspectiva sócio-histórica dos sujeitos envolvidos, tanto no ambiente formal (instituições educacionais), quanto informal (família e o cotidiano dos sujeitos envolvidos). Para tanto, é fundamental a efervescência pedagógica da biblioteca (principalmente escolar, pública e universitária) e de outros centros de informação que, além de aproximar, informação e educação como campos de produção de significados, trazem a baila limitações e perspectivas para o aprendizado, buscando aprimorar questões deficitárias (leitura e pesquisa, por exemplo) e dinamizar questões cognitivas (letramento, práticas de mediação, respeito às diferenças entre os sujeitos envolvidos no processo de mediação) tornando os sujeitos da informação como protagonistas sociais.

As práticas infoeducacionais norteiam perspectivas para o protagonismo dos sujeitos a partir dos seguintes ideários:

- a) construtivista em que Piaget (1978) parte de duas perguntas centrais que se estabelecem como desafios para o protagonismo social: como se passa de um conhecimento elementar, insuficiente, para um conhecimento superior? Como desenvolvem os conhecimentos, considerando sua formação na infância até chegar ao pensamento adulto e ao conhecimento científico?;
- b) sócio-histórico situados em dois contextos, sendo que o primeiro revela que a interação que promove a constituição do sujeito é baseada em tudo aquilo que esteve anteriormente no âmbito social (VYGOTSKY, 1998) e o segundo preconiza que “o uso de meios artificiais – a transição para a atividade mediada – muda, fundamentalmente, todas as operações psicológicas, assim como o uso de instrumentos amplia de forma ilimitada a gama de atividades em cujo interior as novas funções psicológicas podem operar” (VYGOTSKY, 1998, p. 73);
- c) mediatização no sentido de que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68);
- d) crítico-social que condensa a informação como elemento construído a partir das relações materiais dos sujeitos considerando condições pedagógicas para autonomia dos usuários (professores, alunos, familiares, comunidade...) e, conforme já discutido nesta pesquisa, implica em um conjunto de etapas (não necessariamente lineares) que conduzem os sujeitos à produção da informação e subsídios para construção do conhecimento, a saber: origem, temporalidade, normatividade, intencionalidade, dinamicidade, originalidade, efetividade.

Diante da dinâmica apresentada, observamos quão complexo é a relação entre informação e sociedade e como a informação pode contribuir para promoção do protagonismo social. A informação é pragmática no momento em que se constitui a partir das relações sociais e materiais e se torna humana quando essas relações primam por um olhar de reciprocidade e baseado na alteridade.

Porém, mais uma vez encaramos a percepção de que informação e protagonismo só são possíveis a depender de uma questão fundamental: a intencionalidade dos sujeitos, pois esta é permanentemente atrelada aos modos culturais, educacionais e político-econômicos de produzir informação.

Embora parte considerável dos estudos sobre intencionalidade parta da premissa do conjunto de representações naturais da mente, de percepções funcionalistas e de caráter comportamental (que divergem das perspectivas conceituais da presente pesquisa), conforme

é possível atestar nos estudos de Searle (1983; 1990a,b; 1992, 1997, 1998, 2004) que pregam uma abordagem naturalista-biológica da cognição humana buscando investigar as funções da mente a partir das configurações sistêmicas do cérebro; de Dennett (1971, 1983, 1985, 1987, 1988) que discute o funcionamento de sistemas orgânicos, como a espécie humana e sistemas inorgânicos como artefatos; e até mesmo de Tomasello (1999; 2003) e Tomasello et al (2005 a,b) que busca integrar processos biológicos, comportamentais e culturais em um mesmo sistema consideramos que o conceito de intencionalidade é pertinente para compreender as habilidades cognitivas dos sujeitos da informação referente as condições do cotidiano material/social.

É precisamente em Tomasello *et al* (2005a) que a intencionalidade se aproxima desta pesquisa a partir de um pragmatismo cognitivo quando propõe que a intenção concerne a cinco fatores: o primeiro são representações cognitivas da condição atual da realidade; o segundo são objetivos “esperados”; o terceiro são ações necessárias para atingir esses objetivos; o quarto são os conhecimentos e habilidades já produzidos; e o quinto se constituem nos estados emocionais relacionados à obtenção ou não dos objetivos esperados.<sup>61</sup>

O conceito de Tomasello é pertinente no campo da informação por superar a ideia de unitarismo hermenêutico ou que é simplesmente algo naturalmente concebido, mas se constitui em uma mescla de intuições/anseios/expectativas e interações entre os sujeitos da informação.

No campo da informação é possível atestar que a intencionalidade possui dois grandes contextos: um de caráter prévio que se constitui nas abstrações/representações da historicidade humana e biológica dos sujeitos (relativo às relações sociais e aos conhecimentos produzidos) e outro de caráter interacionista entre os sujeitos da informação que ratificam e/ou modificam algumas das concepções intencionais prévias dos sujeitos da informação baseados nas relações culturais, educativas, político-econômicas e ideológicas que produzem.

A intencionalidade é um misto de anseios, desejos, expectativas, diálogos prementes em todo o processo de produção da informação que se concretiza conforme as apropriações dos sujeitos da informação advindas das relações sociais. Por isso, observamos que a intencionalidade é fruto de uma perspectiva sócio-interacionista e sócio-cognitiva, mas não

---

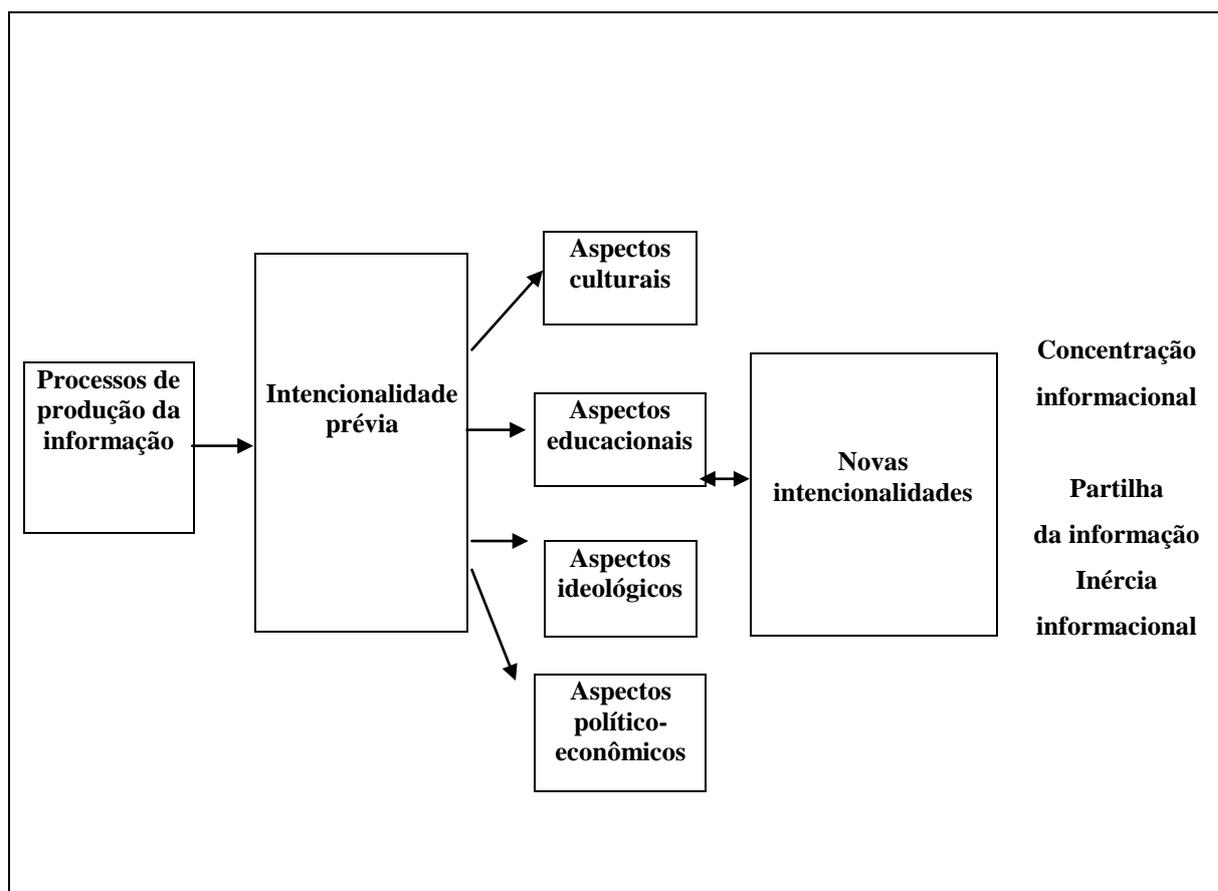
<sup>61</sup> Embora percebamos que o conceito (representação abstrativa) de intencionalidade não é bem posto em Tomasello, é preciso destacar que possui uma condição pragmática promissora, conforme as cinco etapas que define, para aplicação social no campo da informação, principalmente por ver a intencionalidade como sendo “caracterizada como uma propriedade de certas habilidades cognitivas de algumas espécies animais de serem direcionadas para certos objetivos” (ÁLLAN; SOUZA, 2011, p. 242).

somente cognitiva, já que sintetizar as relações sociais/materiais de produção da informação em abstrações cognitivas é determinar que a cognição e a consciência produzam os efeitos de sentido da informação previamente, quando, em verdade, qualquer fator de intencionalidade na produção da informação só pode ser mensurado na consciência através das relações sociais.

Em outras palavras, a intencionalidade no campo da informação exerce um ato mediador entre aquilo que lhe é histórico (percepções prévias dos sujeitos sobre o que e como podem produzir informação), aquilo que interage (relações sociais entre os sujeitos da informação) e aquilo que é produzido (o resultado das relações sociais que constituem compreensões particulares e/ou afins entre os sujeitos da informação).

A figura abaixo sintetiza o pensamento deste tópico no tocante à produção da informação social e suas finalidades:

**Figura 11 - Informação, sociedade e protagonismo social**



Fonte: Elaborada pelo autor.

Descrevendo a figura os **processos de produção da informação** são relativos à realidade objetiva que inclui procedimentos para organização e tratamento da informação e a

inserção de propostas e perspectivas de interação social entre os sujeitos baseadas na história cultura, educação, ideologia e questões político-econômicas dos sujeitos.

A **intencionalidade prévia** está situada nos processos históricos, biológicos, cognitivos dos sujeitos da informação provocando momentos de ansiedade e expectativas dos sujeitos no sentido de conceber seus desideratos preliminares (que podem ou não ser ratificados mais adiante a depender da sensibilidade social dos sujeitos) na produção da informação.

**Os aspectos culturais** são referentes às crenças, rituais, mitos e condutas dos sujeitos; **os aspectos educacionais** preconizam aspectos intelectuais e morais dos sujeitos e a capacidade cognitiva dos sujeitos; os **aspectos ideológicos** indicam tipos de crenças seguidas pelos sujeitos da informação no âmbito cultural, educacional e religioso; os **aspectos político-econômicos são relativos** à capacidade de tomadas de decisão dos sujeitos em ambientes informais ou formais (fóruns comunitários, municipais, estaduais, federais), organizações sindicais, terceiro setor, movimentos sociais diversos, representantes dos poderes executivo, legislativo e/ou judiciário, bem como a capacidade financeira de intervir e propor (constitui a formação do *status*, pois condições políticas e econômicas demandam inexoravelmente atitudes de disputas pelo poder).

**As novas intencionalidades** são consequências das relações produzidas nos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos. Vale ressaltar que não é necessário que todos os fatores anteriores interfiram direta ou indiretamente na formação de intencionalidades, dado que essas interferências dependem dos tipos de sujeitos que interagem, dos espaços que interagem e com quais perspectivas interagem no tocante a construção da informação.

O ponto derradeiro da figura demonstra o resultado dos processos de produção da informação. A **concentração informacional** denota o estabelecimento *a fortiori* a concretização de ações dominativas de um sujeito (ou grupos de sujeitos sobre outros comumente mais desfavorecidos nos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos). A **partilha da informação** é resultado de um intenso construto social vinculado as perspectivas intencionais de distribuição e diminuição de desigualdades. Evidentemente que essa partilha varia de acordo com os aspectos suprarreferidos e com as intencionalidades previstas e redimensionadas, mas, em geral, visam à ampliação e qualificação do acesso à informação, principalmente para os considerados menos favorecidos.

Já a **inércia informacional** é quando um sujeito ou grupos de sujeitos concretizam interpretações vazias semanticamente no sentido de não contribuir para o crescimento

cognitivo individual e coletivo, acarretando compreensões limitadas e praticamente inviabilizando apropriações da informação. Essa inércia informacional é que coloca infinidades de sujeitos na condição de dependentes da informação ao sempre esperar do emissor uma atitude para produzir informação relegando a um plano inferior interações horizontais e a efervescência dos aspectos culturais, educacionais, ideológicos e político-econômicos. Tudo o que o sujeito da inércia quer é alguém que disponibilize subsídios necessários para que possa desenvolver o mínimo de interpretação e compreensão para aplicar em uma situação específica que lhe seja útil.

Dos três casos, apenas os dois primeiros possibilitam a ênfase ao protagonismo social, embora em todos eles exista a produção de modos de ser e viver, criando estratégias de governo com a população (KOHLENER GONZALES; DE FÁTIMA GUARESCHI, 2009). Porém, o segundo caso é o que mais possibilita o protagonismo social em face de que todos os sujeitos (ou pelo menos a maioria) são direta ou indiretamente beneficiados nas interações constituídas, já que a partilha distribui e descentraliza a percepção de concentração de poder em favor da criação de novos espaços de expressão sociais para construção da informação. O primeiro caso é o mais polêmico, de sorte que pode produzir um protagonismo social no sentido de questionar as práticas de concentração vigentes, ao passo que pode produzir uma inércia informacional (aceitação direta das práticas de dominação ou incompreensão da realidade imposta).

Percebemos que o protagonismo social no contexto da informação atua como uma operação ética de respeitar a sociedade a partir da valorização dos sujeitos, em especial, das crianças e jovens, uma vez que estes serão os responsáveis por produzir valores de interpretação, compreensão e apropriação da informação em prol das tomadas de decisão da sociedade. Para tanto, é preciso repensar o papel da formação educacional das crianças e jovens que é comumente atribuída pela “socialização vertical, imposição de normas, idéias, crenças e valores que são construídos predominantemente do ponto de vista adulto” (PIRES; BRANCO, 2007, p. 315), pois, do contrário, a informação construída será pautada não pela partilha, mas por procedimentos de concentração e inércia.

Em síntese, entendemos que as abordagens sociais da informação buscam, sobretudo, a consubstanciação de uma fundamentação alteritária afirmando a informação não mais como instrumento de posse dos sujeitos da informação, mas construída na interação entre sujeito/autor e/ou sujeito/mediador e apresentando neste último o primado básico de sentido da informação (SILVA; GOMES, 2013b). Esta é a busca pela preconização do protagonismo

social no contexto da informação, embora seja preciso reconhecer o conjunto de conflitos e interesses em prol da concentração/dominação e inércia.

### **5.1.1 Informação e cultura: percepções sobre utilitarismo cultural e cultura digital da informação**

Um dos fatores mais relevantes e complexos para compreensão dos significados de “viver em sociedade” é a noção de cultura que se estabeleceu como um conjunto de ações essenciais que conduzem o fazer técnico, humano e profissional de indivíduos e grupos na sociedade. Como afirma Morin (2003, p. 159) “a cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana”.

Para toda e qualquer conduta humana e social há fundamentos culturais que norteiam o *ethos* social dos indivíduos baseados de um modo por crenças, rituais e mitos, de outro por pensamentos, ideias e ações e ainda em outro modo por problematizações, reflexões e soluções.

A cultura se caracteriza por um conjunto de regras que permeiam o fazer social humano (e até mesmo alguns aspectos não-humanos regidos por elementos humanos), pois, conforme afirma Lévi-Strauss (1982) onde há regra, há cultura, ou seja, as regras são a prova de existência da cultura. Essa cultura está, por sua vez, vinculada a um conjunto de outros fazeres como a comunicação (processo de produção de sentidos) e à linguagem (procedimento basilar para produção do sentido).

Quando valorizamos as relações entre informação e cultura ou a formação da cultura informacional, estamos lidando com o conjunto de crenças que levam os sujeitos, através de interações sociais, a conduzir processos de construção da informação em determinados contextos e espaços sociais.

Não é prioridade neste diálogo a invocação de um conceito único de cultura para construção da informação em virtude de que esta é direta ou disfarçadamente movida por uma dualidade de cunho social (a necessidade de produção teórica e pragmática de valores) e político-econômica (a constituição de um viés formativo de cultura industrializada arbitrada para o caráter universalista do uso e consumo de bens).

Importa-nos, sobretudo, a compreensão sobre a formação de uma cultura-mundo de cunho informacional que gira em torno da contradição entre a industrialização cultural de nível planetário e a afirmação de particularidades culturais. Sobre isso Lipovetsky e Serroy (2010, p. 15) asseveram que:

Ao mesmo tempo que o mercado e as indústrias culturais fabricam uma cultura mundial caracterizada por uma forte corrente de homogeneização, assiste-se também á multiplicação das solicitações comunitárias de diferença: quanto mais o mundo se globaliza, mais alguns particularismos culturais aspiram a afirmar-se nele. Uniformização globalitária e fragmentação cultural caminham par a par.

Essa realidade implica em duas questões essenciais: a cultura globalizante de forma impositiva das organizações em associar a cultura a mero fator econômico (a firmação da cultura do consumo); e a produção de novos valores culturais que fortalecem laços coletivos entre os sujeitos (valores que vão desde a reconstituição de signos linguísticos até novos fazeres no cotidiano pessoal e profissional). Isso significa que ambas as realidades estão indissociavelmente concatenadas em suas idiosincrasias ideológicas.

A diferença é que a ideologia da primeira não é calcada na articulação cultural em si, mas na produção e imposição comercial de subsídios que interferem no desenvolvimento cultural das nações. Já a ideologia da segunda está amplamente vinculada às particularidades sociais da conduta política, econômica, profissional e interativa que podem variar entre concepções político-espaciais de comunidades, municípios, estados e nações.

No que tange às relações entre informação e cultura, temos aquilo que chamamos de **utilitarismo cultural da informação** que significa as formas como setores sociais e tecnológicos atuam em prol de indicações que justificam os motivos prévios pelos quais os sujeitos necessitam de informação. Essa cultura utilitária de informação é prejudicial na medida em que cria um individualismo exacerbado e condições de disputa (muitas vezes desleais) para obtenção da informação entre sujeitos físicos e principalmente jurídicos. As relações no utilitarismo cultural da informação são comumente concebidas por conveniências determinísticas dos segmentos industriais da cultura em prol da prática da universalização cultural que desrespeita as autonomias particulares.

Em outras palavras, o utilitarismo cultural da informação prega o determinismo informacional, isto é, um sujeito/autor e/ou sujeito/mediador define o que deve ou não ser transmitido para outro sujeito/usuário que solicita a um sujeito/autor ou mediador determinados conteúdos objetivos que permitam construir informação. Em ambas as situações, importam as satisfações individuais dos sujeitos gerando procedimentos deturpados de representação, disseminação e mediação da informação e a supervalorização da industrialização da informação.

Barreto (2005) assegura que a indústria da informação tem se desenvolvido junto dos instrumentos da globalização absorvendo suas características. A geração de estoques da informação adotou para si preceitos de produtividade e técnica como forma de trabalho. São

utilizadas técnicas próprias de redução estrutural da informação. Esta condensação produz uma mutação semiótica do conteúdo do texto quando instrumentos de substituição da linguagem natural são utilizados.

O utilitarismo cultural da informação é caracterizado pelas seguintes questões:

a) **visa à concretização de desejos** que pode ser visto como o suprimento de faltas que é comumente associada ao desejo do outro (LACAN, 1998) ou como excessos (DELEUZE; GUATARRI, 2004). A cultura utilitária da informação tem no desejo sua aceção mais passível de individualidade e arbitrariedade, pois o desejo se situa na concretização de questões comumente ligada a questões emocionais e pessoais em detrimento das questões coletivas (por isso o desejo é visto como suprimento de falta ou de excesso). Essa discussão remete à significação de desejo e seus conflitos semânticos com a necessidade e a demanda. A necessidade é baseada em um conjunto de condições históricas/cronológicas, humanas, psicossociais e institucionais/pedagógicas (SILVA, 2012)<sup>62</sup> que não são definitivas desde suas origens, mas que podem ser, por uma lado, biológicas (LACAN, 1998) e, por outro lado, racionalmente construídas, conforme as interações entre os sujeitos da informação (a necessidade é uma questão de cunho coletivo, pois transforma tanto o sujeito necessitado quanto o sujeito que ajuda na satisfação da necessidade podendo observar que os sujeitos podem conceber necessidades mútuas, visando satisfações coletivas). Já a demanda está voltada para as possibilidades quantitativas e qualitativas de satisfação das necessidades ou como procura árdua para satisfação de desejos. No primeiro caso, a demanda se estabelece de forma mais racional, enquanto no segundo é fruto de condições angustiantes e desesperadoras que compõem a desestrutura emocional do sujeito na construção da informação, isto é, importa a um sujeito se apropriar culturalmente do outro, priorizando formas unilaterais de interação em detrimento da reciprocidade e alteridade. O desejo de informação, enquanto elemento culturalmente utilitário está fincado na afirmação da identidade do eu, pois não necessariamente há uma dependência direta do outro para apropriação da informação, já que é possível encontrar formas de apropriação, conforme as demandas determinadas para satisfação do eu. A necessidade é uma mostra de efeito em que se depende do outro para uma simples satisfação após uma solicitação, para satisfações a

---

<sup>62</sup> Essas concepções de necessidades podem ser aplicadas a vários ambientes, como no cotidiano social (interação entre sujeitos no ambiente familiar, profissional...), nas questões de mídia e publicidade, nos centros de informação e em ambientes virtuais.

partir de relações horizontais ou para a consecução de relações conflituosas entre os sujeitos que possuem necessidades diferentes;

b) a **cultura utilitária é “informacionalmente monista”** (SEN, 1985, p. 51) e se situa perigosamente na medida em que abre espaço para concentração informacional no sentido de que grupos minoritários se apropriam de efetivos poderes para deliberar o que e como se deve construir informação, como ocorre sob o viés dos grandes grupos midiáticos, publicitários e empresariais/industriais/bancários. Essa cultura informacional impõe sorrateiramente (em termos ideológicos) e declaradamente (quando sente sua identidade informacional ameaçada) o tipo de informação que deve ser construído. Vários exemplos correspondem a esse monismo como um presidente de um determinado país que se mostra contrário aos interesses da elite global é execrado pela mídia e pelos grupos políticos interacionais, sendo papel destes desenvolver junto a sociedade processos de disseminação, recuperação, acesso, uso e apropriação da informação que estabeleçam condições quase que generalizadas de rejeição a realidade específica (presidente contrário aos interesses elitistas). A informação não somente ganha o *status* de poder, quanto conquista vida social (hilozoísmo cognitivista da sociedade) que passa a aceitar livremente os preceitos pregados pelos grandes grupos midiáticos e, neste aspecto, a cultura informacional é utilitária precisamente pela livre aceitação de vários setores da sociedade, sem buscar outras fontes ou apropriações mais críticas sobre a questão (a ideia de cultura informacional monista como se baseia na unidade estabelece um jogo de linguagem em que se contesta e aceita passivamente por conveniência). Assim, a informação exerce tonalidade monista notadamente utilitária quando há uma internacionalização do mercado cultural (MORAES, 1998); a formação de uma massa popular consumidora chamada de “cultura internacional popular” (ORTIZ, 1994, p. 111) e concentração de empresas que fortalecem a indústria cultura e fomentam a consolidação de oligopólios midiáticos (MORAES, 1998);

c) a **cultura utilitária da informação não respeita as diferenças entre as pessoas**, já que está essencialmente vinculada a um processo de dominação em que uma imensa quantidade de pessoas devem se apropriar de forma semelhante a partir dos conteúdos emitidos pelos grandes grupos informacionais. Neste ponto, a estratégia é criar um nicho de “igualdade apropriacional” em que os sujeitos mais absorvem do que pensam, problematizam e refletem. É mais proveitoso, seja para um sujeito qualquer ou para grandes grupos industriais e midiáticos, pois canaliza estratégias

informativas bem definidas que possam satisfazer uma gama de usuários e fornecer níveis de aplicação pragmática para os sujeitos da informação. O utilitarismo informacional ajuda a desenvolver democracias institucionalistas e representativas que pregam a consolidação das elites políticas (MOURA, 2011) ou, em termos político-econômicos, a constituição deliberada de regimes plutocráticos (SALAZAR PÉREZ, 2011);

d) **a cultura utilitária da informação focaliza na natureza teleológica das ações independente dos procedimentos.** Essa aceção é muito polêmica, pois pode denotar várias coisas: a preocupação com a informação reside no uso para algum fim; a informação só é proveitosa quando utilizada para satisfação (individual ou coletiva); os processos de informação são subsumidos a simples apropriação acrítica. O preocupante quando se pensa em finalidade é que alguém (grupos midiáticos, políticos, industriais e bancários) cria um generalismo teleológico como incentivo para que uma gama de sujeitos da informação acompanhe esse fim. Todos os processos de informação ficam salvaguardados pelo delineamento do emissor cabendo ao sujeito/usuário a perspectiva de captar o sentido repassado pelo emissor. Quando Nietzsche (2006, p. 47) afirma que “[...] é absurdo querer empurrar o ser para uma finalidade qualquer. Nós é que inventamos o conceito de finalidade” mostra que a finalidade não pode ser vista como bem supremo da sociedade e muito menos arbitrada por um grupo e que a informação é um ente semântico construído coletivamente e baseado nas interações e autonomias entre os sujeitos. Mas com o olhar teleológico, a informação regressa aos idos antigos da história da humanidade de ser um elemento de molde ou de dar forma a determinados contextos, sendo o sujeito/autor ou mediador (normalmente grupos midiáticos, políticos e industriais/bancários) protagonista na composição dos moldes e o sujeito/usuário um mero instrumento ontológico de aceitação ou apropriação acrítica que dissemina aquilo que foi repassado (neste momento o sujeito/usuário também passa a ser sujeito/mediador de algo que lhe foi imposto para e com outros sujeitos/usuários estabelecendo disseminações acríticas da informação).

e) **por fim, a cultura utilitária da informação é injusta** em virtude de agregar uma determinação histórica do(s) significado(s) pragmáticos da informação. É injusta porque não respeita as diferenças. É injusta porque não sabe lidar com conflitos, sem abusar da manipulação e das imposições arbitrarias. É injusta porque cria padrões de exatidão que devem ser seguidos pelos usuários como modelos de excelência

informacional. É injusta porque favorece práticas de dominação e concentração informacional e, por conseguinte, de desvalorização da democracia. É injusta porque desrespeita a força de movimentos sociais e suas compreensões/apropriações informacionais esnobando as diversas formas de interação e primando pela condenação prévia.

Em síntese, a cultura utilitária da informação não é humanista por ser concebida de cima para baixo afirmando concepções lineares e arbitrárias de emissão e recepção, determinando sentidos prévios de compreensão, buscas permanentes e “escravizantes” de satisfação (consumo exacerbado, por exemplo) e inserindo os usuários como meros espectadores de seus desejos e demandas em detrimento da produção e satisfação de necessidades sociais de informação. Daí os motivos pelos quais as resistências culturais discutidas no tópico anterior da pesquisa são prementes e se articulam de forma tão intensa em níveis locais, regionais, nacionais e globais.

Vale ainda destacar a discussão sobre cultura digital que se situa em um contexto de rápidas e complexas mudanças humanas. Embora as reflexões sobre cultura digital estejam focalizadas essencialmente nas máquinas, entendemos que está inserida nas relações entre seres humanos, instituições de diversas naturezas (midiáticas, empresariais, industriais, bancárias, educacionais, saúde, etc.) e máquinas, de sorte que contempla uma visão holística da cultura digital.

Diante do célere desenvolvimento dos fluxos digitais em fins do Século XX e início do Século XXI e as diversas oportunidades de interação, interpretação, compreensão e apropriação da informação nesses ambientes é pertinente, conforme afirma Gere (2008, p. 10) "mapear as mudanças que vemos na esperança de manter a compreensão sobre nossa situação em rápida mudança."

Embora a cultura digital tenha revolucionado as maneiras de acesso, uso e apropriação da informação não está imune aos impactos da cultura industrializada, mas com um diferencial: a multiplicidade de conteúdos disponíveis e as condições para acesso são muito mais dinâmicas. Isso significa que mesmo com a formação de uma cultura pré-determinada pelas grandes organizações e grupos políticos é possível no contexto digital a constituição mais efetiva de autonomia do usuário na construção da informação em face das múltiplas características da cultura digital, dentre as quais podemos mencionar:

- a) desterritorialização – significa as possibilidades de múltiplos lugares para acesso à informação em temporalidades simultâneas ou não sem deslocamentos físicos exaustivos. Porém, a desterritorialização não significa propriamente falta de

território, mas perspectivas para protagonização dos usuários em escolhas de novos territórios de forma mais autônoma, conforme suas necessidades individuais e coletivas;

- b) multitemporalidade – implica nas possibilidades de acesso à informação em tempos diversos possibilitando interações mais dinâmicas entre passado-presente, presente-passado (MORIN, 2010) traçando perspectivas para o futuro;
- c) multi-interacionismo – uma das marcas mais atrativas da cultura digital, de modo que permite a inserção instantânea de grupos para conversação, sendo essa interação desenvolvida, por exemplo, a partir de diálogos, discussões, debates, entrevistas e conversações;
- d) pragmatismo tecnológico – envolve a capacidade do sujeito em absorver dados com celeridade bem mais ampla do que em ambientes físicos. Porém, essa absorção ampla de dados não significa sólidas construções de informação, dado que em face do excesso de dados simultâneos apresentados nos ambientes digitais é possível inibir apropriação da informação e a própria construção de novos conhecimentos. O pragmatismo tecnológico recai, por um lado, sobre a ansiedade da informação, resultado das diferenças entre aquilo que compreendemos e aquilo que poderíamos/deveríamos compreender (WURMAN, 1991) e, por outro lado, nas facilidades de acesso e às vezes até de atividades como cópias, plágios e apropriações indevidas;

A cultura digital é um espaço mais atraente, cômodo, complexo e dinâmico para construção da informação, mas não significa necessariamente que seja mais eficaz no sentido de qualidade da informação (entendemos a qualidade da informação como a perspectiva de interpretação, compreensão e apropriação, promoção de estratégias para construção do conhecimento e geração de novos processos comunicacionais). Esta é ainda uma atividade essencialmente movida pelo pensamento e ação humanas independente do desenvolvimento tecnológico da sociedade. A cultura digital seria, então, uma nova forma de pensar as relações sociais valorizando o virtual, mas sem perder a autonomia do cotidiano material.

A prova disso são as formas como os sujeitos físicos e jurídicos interagem nas redes sociais virtuais trazendo questões do cotidiano educacional, político, profissional e pessoal para tal intento. Não é à toa que o advento das redes sociais virtuais se deu para facilitar e dinamizar a disseminação de ideias (AHMAD; TEREDESAI, 2006), seja de pessoas físicas, seja de organizações.

Eis precisamente uma característica ambígua da cultura digital: a facilidade de disseminação da informação. Por um lado, é livre no sentido de permitir largamente o compartilhamento de mensagens, principalmente de pessoas físicas promovendo novas autonomias humanas. Por outro lado, a liberdade em demasia em ambientes digitais pode conduzir a ampliação de práticas danosas que são mais difíceis de realizar no cotidiano físico como pedofilia, prostituição, homofobia, racismo, intolerância religiosa, entre outras.

Por isso, é pertinente pensar em políticas de disseminação da informação (e disseminação seletiva da informação), especialmente de instituições, visando dinamizar com mais eficácia os dados em ambientes digitais e valorizando as relações sociais na cultura digital entre organizações e sujeitos da informação. Souto (2010, p. 95-99) estabelece uma política que contempla um conjunto de ações para disseminação seletiva da informação identificada quanto à: função (educativo/formativo, estratégico, informativo e comercial); ambiente (institucional e público); operacionalização do serviço (manual, automatizado e híbrido); nível de mediação (organizador, localizador, identificador, conselheiro, orientador); uso do serviço (solicitado e recomendado); elaboração do perfil do usuário (de seleção, de expressão, de inferência e de estratégia de busca); abrangência dos perfis (individual, de grupo, comunitário e temático); natureza do conteúdo (científico/tecnológico, governamental, legislativo, geral e híbrido); recursos informacionais monitorados (padronizado, individualizado e híbrido); coleta de informações (centralizado e distribuído); seleção da informação (com seleção humana, com seleção tecnológica e híbrido); análise da informação (neutro e comentado); método (boletim informacional, sumário, bibliografias, clipping, notificação/alerta, lista de discussão temática, RSS e site temático).

Essas práticas podem promover processos de democratização da cultura digital (SAVAZONI; COHN, 2009), acesso e uso mais produtivo de conteúdos, apropriações mais dinâmicas e críticas de informação, além da formação da cultura digital como nova cultura clássica (BUSTAMANTE RAMIREZ, 2011). Mas é preciso considerar que assim como na chamada cultura clássica, a cultura digital enfatiza excessivamente o consumo e as práticas comerciais/industriais, além de manipulações midiáticas e a ampliação das formas de desigualdade social. A cultura digital não pode ser atestada simplesmente como elemento estratégico para o consumo ou para dominações ideológico-informacionais. Gere (2010, p. 4) fala sobre a dimensão e relevância da cultura digital:

Todos estes desenvolvimentos indicam a importância das mudanças que ocorrem na cultura digital, as mudanças que afetam todos os aspectos da vida, e elas se tornam mais difíceis de perceber a medida que se fazem habituais e deixamos de prestar

atenção. Chegamos a um ponto em que as tecnologias digitais já não são simplesmente ferramentas, mas cobram caráter cada vez mais participativo em uma cultura cada vez mais participativa, para melhor ou para pior. A necessidade de uma reflexão mais aprofundada é mais urgente do que nunca, especialmente considerando que a tecnologia está se tornando cada vez mais invisível, pois é uma parte inseparável do tecido de nossa existência.

A cultura digital não é uma cultura a parte e distante da realidade social, mas, ao contrário, incentiva novas formas de relação social e afeta o modo de vida dos sujeitos da informação nos mais diversos devires. As tecnologias digitais que se estabeleceram como instrumentos de apoio técnico são, atualmente, efetivos subsídios que postulam modos de vida social.

A informação que emana da cultura digital é permanentemente fluida dos conflitos e se enraízam nas práticas humanas. Aliás, a cultura digital, como realidade objetiva, subsidia a construção da informação para o desenvolvimento de práticas sociais. A cultura informacional pelo viés digital se torna hedônica quando possibilita múltiplas opções de acesso. É tensa quando é restrita. É conflituosa quando envolve vários sujeitos com interesses diferentes. É negativa quando não passível de interpretação e compreensão. É afirmativa quando apropriada criticamente e passível a construção de novos conhecimentos. É histórica no sentido de reconhecer múltiplas possibilidades de acesso em períodos diversos. É reflexiva quando demanda formas de ação dos usuários. É problemática quando as ferramentas são deficitárias inibindo o acesso. A cultura digital é a personificação informacional do real no virtual. É o tom pragmático que possibilita a ênfase técnica aliada à intencionalidade social e a construção cognitiva. É econômica quando está plenamente pautada na comercialização e expansão do consumo. É política quando é fruto da elaboração de planejamentos e políticas em ciência, tecnologia e inovação em prol das tomadas de decisão com vistas a interesses locais ou globais. É, portanto, valorativa na medida em que lança bases materiais para condutas dos sujeitos em seus mais diversos devires.

### **5.1.2 Informação e política/economia: tessituras relacionais**

A informação se manifesta largamente nos contextos políticos e econômicos, conforme já discutimos no tópico sobre informação e sociedade. A junção dos termos política e economia ocorrem pela complementaridade pragmática que possuem na sociedade contemporânea, em especial, em grandes organizações públicas e privadas e como se reproduzem nas percepções informacionais contemporâneas formalizando a política e economia da informação. A política entendida como sinônimo de processo social e científico

que prima pela organização e gerenciamento de instituições, pessoas ou municípios, estados e países e a economia como processo de análise e deliberação das atividades de produção/consumo de serviços/produtos tencionam perspectivas holísticas de atuação de governos e instituições públicas e/ou privadas.

No âmbito da informação, política e economia se consagram como forte instrumento de aplicação em gestões governamentais, além de organizações públicas e privadas. A política de informação indica a passagem de uma intenção formal de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada de governo (BARRETO, 2003), enquanto “a Economia da Informação tem sido tratada na Pesquisa Social, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como um conceito relacionado às mudanças estruturais dos fatores de produção, em particular o fator mão-de-obra” (BUENO; JANNUZZI, 2005, p. 2).

A relação entre política e economia da informação se estabelece com efetividade na conjuntura da globalização (ou mundialização) informacional. Azevedo (2006, p. 58) afirma que “globalização e informação são hoje em dia dois dos conceitos mais discutidos no mundo inteiro. Indiscutível também é dizer que se interrelacionam e se potenciam um ao outro, não sendo praticamente possível olhá-los indistintamente. Um é intrínseco ao outro”. Cesnik e Beltrame (2005, p. 6) afirmam sobre a relevância da informação para os encaminhamentos da globalização:

Estamos em um processo que em grande medida se mantém graças a uma evolução nas técnicas da informação. Ainda que a técnica tenha sido sempre fundamental na construção da história, na globalização é primeira vez que uma técnica, a da informação, invade a totalidade de uma situação, responde pelo avanço de todas as atividades produtivas.

A relevância da informação para o processo de globalização não somente é imensa como não seria exagero afirmar que a globalização é fruto do próprio processo de expansão e redimensionamento da informação. Porém, a informação aqui tratada não é referente a um ente abstrato, mas uma configuração pragmática acompanhada de processos de organização/tratamento/representação, acesso/uso/recuperação, apreensão/apropriação, além de processos de comunicação e armazenagem e ainda das tecnologias de informação que compõem substratos materiais para o desenvolvimento dos processos de informação em nível planetário e ainda com atividades de gestão que dinamizam e promovem tomadas de decisão a informação em nível individual e coletivo.

A informação é componente fundante da globalização no aspecto cultural (produção de sentidos locais e globais das crenças e condutas do cotidiano social), político

(interpretações, compreensões e apropriações sobre tomadas coletivas de decisão) e econômico (estratégias disseminadoras/mediadoras de produção e organização de serviços/produtos). Porém, é pertinente enfatizar que essa tão propalada informação pragmatizada (do ponto de vista mais desumano) se constitui comumente como elemento de dominação e concentração de bens e valores financeiros a um pequeno grupo de empresários, industriais, banqueiros e políticos engendrando sérios problemas de pobreza e desigualdade social. Lastres e Albagli (1999, p. 13) argumentam que:

As teses que consideram que a globalização implica espaços homogêneos e um mundo “sem fronteiras” são as que supõem que as informações, conhecimentos e tecnologias são simples mercadorias, passíveis de serem “transferidas” sob a mediação dos mercados via mecanismos de preço. Nestas análises, credita-se aos avanços nas tecnologias de informação e comunicação a possibilidade de realização conjunta e de coordenação de atividades de pesquisa e desenvolvimento por participantes localizados em diferentes países do mundo, permitindo tanto a integração das mesmas em escala mundial, como a difusão rápida e eficiente das tecnologias e conhecimentos gerados.

Assim como ocorre no discurso da cultura industrializada analisada no tópico anterior, é possível atestar que ocorre no contexto político-econômico. Em verdade é o contexto político-econômico (grandes grupos) que modifica as formas ideológicas e culturais do fazer humano a partir de estratégias planetárias homogêneas com a finalidade de expandir a produção e comercialização de bens, além de incentivar o exacerbado consumo pelo usuário. A informação deixa de ter uma compreensão sócio-cognitiva crítico-social (o produto visto como maneira de produzir e socializar conhecimento) para ter uma mera percepção comercial de produto (status de ter acesso as mais modernas tecnologias digitais).

Essa realidade industrializada ocorre, sobretudo, pela maneira funcional de analisar a informação na globalização. Por exemplo, um olhar funcionalista delibera isoladamente funções informacionais na sociedade favorecendo pensamentos da ideologia dominante de que o consumo em prol do crescimento do mercado financeiro é a alternativa mais viável para o desenvolvimento humano. A informação constitui sentido prévio (por quem a controla) e arbitrário (é transferida modularmente para a sociedade) como mostra de determinar que as necessidades são homogêneas, sendo a informação tratada como mera mercadoria, já que um emissor impõe produtos/serviços e o sujeito/usuário aceita passiva ou contestativamente, mas está sujeito às imposições do mercado financeiro (indústria cultural, ideologia do mercado, político-econômica calcada no crescimento financeiro do Estado, do mercado financeiros e das grandes organizações). Ardalan (2011) desenvolve estudo sobre a globalização da

informação contemplando aspectos epistemológicos e tecnológicos a partir de quatro vieses: funcionalista, interpretativo, humanista radical e estruturalista radical:

- a) o primeiro se constitui pragmaticamente na orientação e preocupação em compreender a sociedade, de modo que a informação produzida seja utilizada numa perspectiva social a partir de problemas orientados para uma abordagem, uma vez que esta abordagem pode fornecer soluções práticas para problemas informacionais práticos;
- b) o segundo vê a posição funcionalista como insatisfatória por duas razões: primeiro, os valores humanos afetam o processo de investigação científica, isto é, o método científico não é livre de valores, uma vez que o quadro de referência do observador científico determina a maneira pela qual o conhecimento científico é obtido; em segundo lugar, nas ciências culturais, o assunto é de natureza espiritual, já que os seres humanos não podem ser plenamente estudados pelos métodos das ciências naturais, que visam estabelecer leis gerais. Na esfera cultural, seres humanos são percebidos como livres. A compreensão de suas vidas e ações pode ser obtida pela intuição dos conjuntos sociais totalizadores que produzem informação, que supera por análise atomística o paradigma funcionalista;
- c) o terceiro parte do reconhecimento de que a ascensão contemporânea do neoliberalismo e a compreensão do mundo financeiro revelam as conotações ideológicas da globalização em que o quadro de histórico e teleológico neoliberais de compreensão do processo de reestruturação é disseminado e utilizado pelos defensores da globalização como uma metáfora para impedir a mudança. Para tanto, naturalizam o surgimento diuturno de mercados financeiros globais, o que é representado como um resultado benigno e inevitável da lógica racional de expansão do mecanismo de mercado e implementado pelos avanços nas tecnologias de informação e comunicação;
- d) o quarto afirma que uma sociedade de classes é essencial para a compreensão da natureza do conhecimento, já que todo conhecimento é específico da classe por ocupar um lugar no processo produtivo. O conhecimento é mais do que um reflexo do mundo material em seus pensamentos, pois além de ser determinado por sua relação direta com a realidade, diferentes classes ocupam posições diferentes no processo de transformação material.

Observamos que dos quatro vieses, o primeiro parece defender uma visão globalizante funcional da informação na sociedade atentando para o papel de cada tipo de informação em cada tipo de sociedade. Essa percepção é reducionista em virtude de impossibilitar a

compreensão das contradições político-econômicas e informacionais entre sujeitos e grupos sociais. O viés interpretativo favorece o olhar de que é nas ciências ditas humanas e sociais que a informação como fenômeno globalizado pode ser mais amplamente entendida por valorizar aspectos humanísticos das relações empresariais, econômicas e tecnológicas entre sujeitos e organizações. Já o viés humanista radical é considerado o mais crítico, pois inspirado nas teorias marxianas e marxistas, contesta a lógica do capital informacional pautado na concentração financeira e política das grandes nações e organizações que moldam as relações conforme seus prazeres e demandas. Por fim, o estruturalismo radical, estabelece divisões no processo produtivo de informação que, por um lado, pode ser hierárquico (estruturas arbitrárias de informação) ou estruturas horizontais (estruturas dialógicas da informação).

Temos ainda que informação e globalização se relacionam em várias perspectivas, tais como: inovação científica e tecnológica (no sentido de desenvolver uma compreensão sobre a necessidade de produzir o novo na sociedade global); políticas públicas e políticas de inovação (estratégias de governos municipais, estaduais e federais, além de organizações globais em desenvolverem estratégias de acesso à informação e construção de novas práticas sociais, científicas e tecnológicas); novos espaços e regulações do trabalho (necessidade de qualificação intelectual do trabalhador e dinâmicas de relações sociais do trabalho); novos diálogos entre sujeitos e organizações. A relação entre política e economia da informação pode ser também perceptível através da ementa proposta pelo grupo de trabalho cinco (GT 5) da ANCIB (2013) que aborda:

Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e informação. Informação e meio ambiente.

Assim, é possível observar as conexões latentes entre política e economia da informação como produtores de substratos informacionais para o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empresarial/industrial, ambiental e ético, embora esses fatores enfrentem permanentes contradições em face da consecução de interesses humanos diferenciadas. Em particular, um assunto é salutar para reflexão neste tópico: a economia política da informação. Essa é influenciada pelas teorias marxianas e marxistas e pelo velho institucionalismo (MOSCO, 2000). A economia política da informação é uma subdisciplina pluridisciplinar atrelada às Ciências Econômicas e a CI/Comunicação e está situada

criticamente entre o advento da sociedade da informação, da sociedade em rede, das práticas globalizantes da informação, do desenvolvimento das tecnologias digitais e dos sujeitos que compõem os processos de informação na dinâmica valor informativo-trabalho.

Quando se diz “situada criticamente” é que a economia política da informação busca alternativas de repensar o modelo informacional vigente nas relações de trabalho entre os sujeitos, pois conforme Herscovici (2003, p. 7):

O modelo emissor receptor é geral e abstrato demais para poder dar conta das especificidades sociais, históricas do conjunto das situações de comunicação. O formalismo resultante de tal análise pode ser comparado ao formalismo dos economistas neoclássicos que concebem o mercado como um espaço “abstrato” no qual se confrontam oferta e demandas anônimas e no qual a racionalidade a-social e a-histórica dos agentes permite maximizar certas funções. Em outras palavras, as variáveis sociológicas e históricas são excluídas do campo de estudo.

Concordamos com o autor que o modelo emissor-receptor é limitado para compreender os processos comunicacionais entre os sujeitos, assim como situa a informação muito abstrativamente. Por este motivo propomos estratégias como o “modelo interacionista dos sujeitos da informação”, conceito crítico-social da informação enfatizando uma dialética informacional, além dos sete fatores que compõem relações entre os sujeitos da informação e ainda a profusão da metamediação da informação, visando promover fundamentação mais materializada a informação, de modo que aquilo que está em jogo não é a simples transmissão de sinais ou a linear relação entre emissor e receptor, mas múltiplas relações entre sujeitos humanos e não-humanos da informação.

Porém, o discurso da pesquisa é destoante do autor da citação quando fala que variáveis sociológicas e históricas devem ser excluídas do estudo. A nosso ver, o que traz abstração informacional não são as variáveis sociológicas e históricas, mas os procedimentos de pré-determinação da informação entre os sujeitos, ou seja, os processos de dominação informacional entre os sujeitos. É precisamente por esse motivo que propomos sete percepções pragmáticas que compõem o conceito crítico-social de informação (origem, temporalidade, normatividade, intencionalidade, dinamicidade, originalidade, efetividade), visando compreender os processos materiais de informação a partir de relações entre os sujeitos para uma posterior assimilação e apropriação (neste momento a abstração está situada diante da realidade material) e, por conseguinte, a efusão diametral entre dominação/concentração informacional e partilha da informação.

A partir do momento que vislumbramos múltiplas relações informacionais não estamos mais focalizando centralmente a relação emissor e receptor (embora essa relação

sempre vá existir como sinônimo de configuração relacional), mas as características sociais, culturais, históricas, intencionais, ideológicas e políticas entre os sujeitos da informação e como essas características produzem efeitos no processo de construção da informação.

Quando aceitamos que a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana; que a informação representa o principal ingrediente da organização social e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico da estrutura social; a tecnologia não determina a sociedade e nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, mas o resultado depende da complexidade interativa de ambos os sujeitos; que o capitalismo informacional estabelece uma interação mais ampla entre as economias deslocando a autonomia das economias nacionais para economias globais (CASTELLS, 1999a) estamos inexoravelmente focalizados em afirmar a influências dos processos pragmáticos da história na composição da economia política da informação.

A informação, embora seja reconhecida como abstrata quando da apropriação, é concreta quando produz conhecimento e socializa novos processos comunicacionais, pois referencia os sujeitos em suas condições materiais (na profissão, na família, na religião, na comunidade, no processo de decisão política, na conduta cultural, etc.) e indica instrumentos/ferramentas utilizados para consecução das relacionais informacionais.

Para compreender melhor essa condição concreta da informação duas questões são pertinentes na economia política marxiana: “distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que pode descrever, adequadamente, o movimento real” (MARX, 1989, p. 16) e “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1982, p. 14).

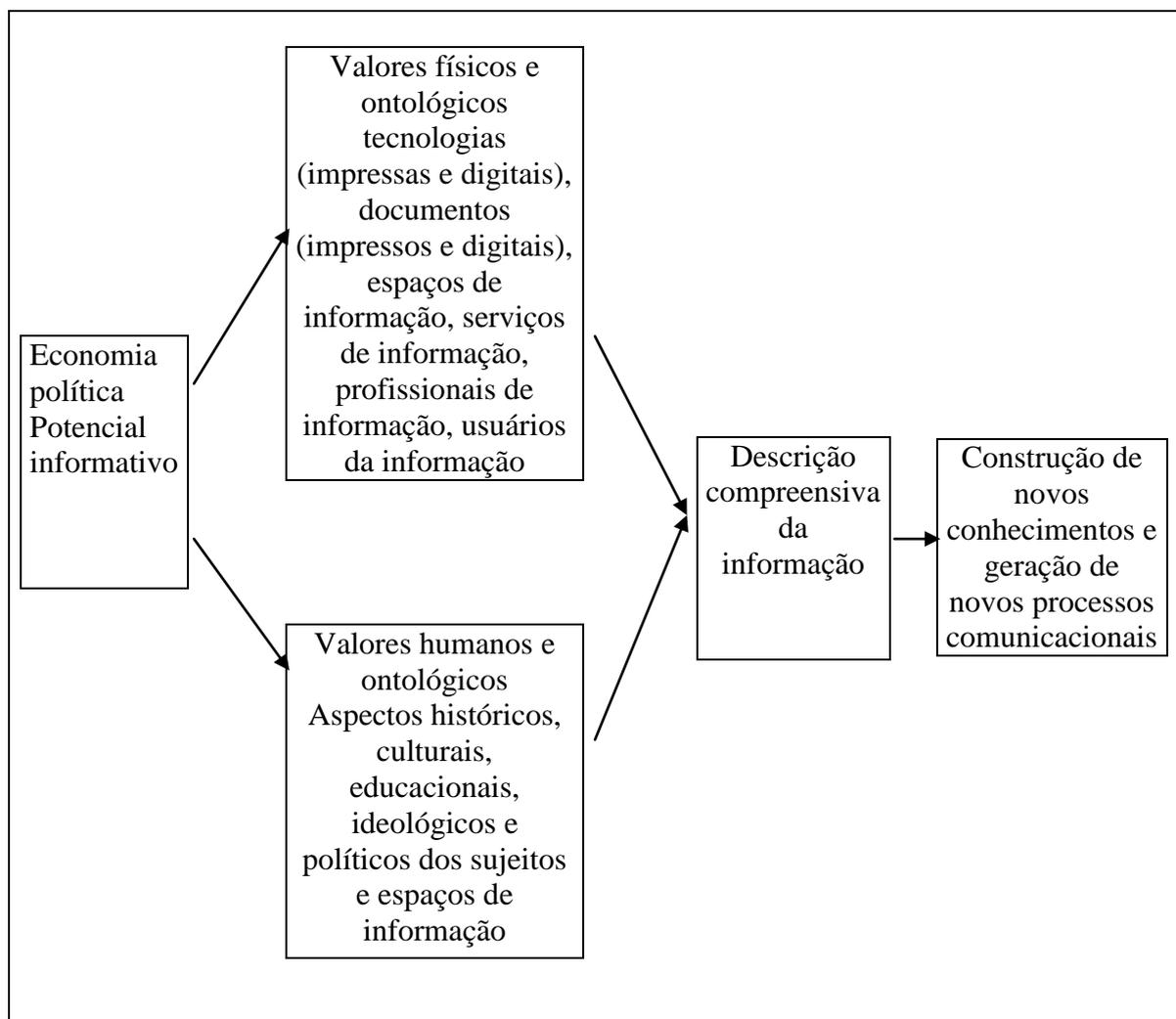
Aplicando o pensamento de Marx à economia política da informação é preciso considerar, em primeira instância, as heurísticas e investigações para construção da informação. Para tanto, é preciso ponderar aspectos materiais que corroboram na construção da informação, como as tecnologias (impressas e digitais), documentos (impressos e digitais), espaços de informação, serviços de informação, profissionais de informação, usuários da informação, assim como valores históricos, culturais, educacionais e ideológicos.

A concretude da informação e sua relevância na formação político-econômica é o construto baseado no paradigma emergente que “inclui todas as formas alternativas de sociabilidade doméstica (...), baseadas na (...) autoridade partilhada (...) e na democratização do direito doméstico [que impele para] o novo senso comum emancipatório do espaço doméstico [baseado] numa tópica retórica orientada pelos topoi da democracia, da cooperação e da comunidade efectivas” (SANTOS, 2000, p.311-312).

Todos esses elementos ontológicos precisam ser considerados holisticamente para compreender os postulados materiais que envolvem a informação. Somente após essa perscrutação material é possível descrever as interpretações, compreensões e apropriações da informação. Assim, a informação é concreta quando investigada e abstrata quando descrita/apropriada. Porém, volta a ser concreta quando gera novos construtos do conhecimento e processos comunicacionais formalizando uma economia política informacional permanentemente dialógica e conflituosa na díade concreto-abstrato.

A próxima figura mostra a informação no âmbito da economia política:

**Figura 12 - Informação no âmbito da economia política**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Observamos o eterno conflito da informação no âmbito da economia política na díade concreto-abstrato quando o potencial informativo é a investigação a ser concretizada (ponto de partida material); já os valores físicos e humanos denotam a ontologização da informação no espectro investigativo da economia política, pois demonstra os graus de intencionalidades dos sujeitos da informação (dominação ou partilha; troca, compra, doação; possibilidades de acesso e uso; conhecimento prévio dos sujeitos; instrumentos documentais e tecnológicos disponíveis...) ou, em outras palavras, como os dados são organizados, disseminados e mediados, como são gerenciados, quais instrumentos tecnológicos disponíveis (estrutura tecnológica disponível e possibilidades de expansão das redes sociais), como os usuários se relacionam, quais normas de conduta para profissionais e usuários; a descrição compreensiva é referente a exposição dos sujeitos sobre o processo material anterior (momento de

abstração); e a construção de novos conhecimentos/geração de novos processos comunicacionais se constitui em uma nova concretude informacional.

No entanto, quando se fala em informação como fenômeno concreto não significa algo que se possa necessariamente tocar, mas que se possa aplicar, dialogar e sentir na realidade social. Por isso, uma informação pré-determinada (que não passa pelos processos materiais) inferioriza a relevância da economia política informacional e uma informação que se torna estanque na descrição não leva a plenitude do caráter concreto da informação.

### **5.1.3 Informação e educação: possíveis inter-relações e a formação de competências**

Conforme discutido brevemente no tópico sobre informação e sociedade os campos da informação e da educação se constituíram como atividades eivadas de conexões epistemológicas, sociais e pragmáticas na contemporaneidade nos diversos setores da educação. E quais seriam as inter-relações entre informação e educação? Neste caso, consideramos as inter-relações conceituais (significação) e humanas (sujeitos que compõem práticas em comum) entre informação e educação.

Primeiramente, é pertinente ponderar que o conceito de educação determina os possíveis significados de informação ou podemos afirmar de forma mais direta que a informação depende do conceito de educação para se estabelecer. Esta afirmação se justifica na declaração de Rousseau (1999, p.8) de que “nascemos fracos, precisamos de forças; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”

A educação, dependendo de como se constitua, age como articulista que dá vazão, por um lado, a construção utilitária da informação (sentido restrito) ou a construção histórica e social da informação (sentido amplo). No entanto, a educação aqui propagada não está situada essencialmente no âmbito do conhecimento formal (escolar e universitário, por exemplo) e muito menos de emancipação política, mas, conforme afirma Tonet (2005) na educação pautada nos processos de desenvolvimento e emancipação humana que permite formas ilimitadas do sujeito participar ativamente de sua própria construção de vida superando formas de exploração social e do trabalho.

Quando vislumbramos a educação na acepção do desenvolvimento humano estamos preocupados na ampliação das formas de convivência social e satisfações coletivas que favorecem uma materialização humana da informação e não de uma cruenta hierarquia de **ter**

educação (formal e/ou informal) que manipula tendenciosamente a produção da informação entre os sujeitos.

Assim, podemos dizer que o grande desiderato interrelacional entre informação e educação reside na promoção da **autonomia** resultante do desenvolvimento interacional dos sujeitos e mediação pelo meio. Observamos que os casos de autonomia na educação e informação são complementares e indissociáveis na medida em que pensam o desenvolvimento do sujeito fundamentado na concepção de que o plural e o coletivo redimensionam o singular e individual, respectivamente, que o olhar histórico integrado entre os tempos aprimorar as interculturalidades e tomadas de decisão e tornam os conflitos criações sociais contextualizadas na construção de sentidos.

A inter-relação entre informação e educação no âmbito da autonomia parte do pressuposto de que ambos não estão contemplados na certeza ou no fenômeno dado, mas de possibilidades e utopias que não são visualizadas como refúgio, mas como necessidade de realizações construídas na história. Paulo Freire (2001, p.85):

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia.

A utopia é uma das principais maneiras que buscamos integrar o processo educacional, tanto no âmbito formal, quanto familiar e social. A utopia para a educação constitui princípio que move a construção do conhecimento humano por meio da ação partilhada que necessita de processos de mediação entre sujeitos. A utopia para a informação reconhece-a como fenômeno intersubjetivo superando a percepção simplista de que um sujeito informa ao outro e preconizando que as pessoas se informam com forças desproporcionais ou de forma mutualizada através de práticas de mediação.

A prática informacional-educacional exerce papel de mediação no sentido lato referente à intervenção (VYGOTSKY, 1998) e interferência (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009). O uso dos termos intervenções e interferências se estabelecem de forma complementar, uma vez que o primeiro significa a prática da mediação propriamente dita com a finalidade de mudança de um estado para outro por meio dos recursos, fontes e serviços de informação (neste caso, a intervenção significa uma tentativa de mudança prioritária do estado do usuário e também do próprio profissional da informação e do centro de informação) e a interferência

seria a transformação social e cognitiva concebida a partir da intervenção, em caráter particular, do usuário, de sorte que a intervenção tem um constituinte inicial fundante de relacionar a tríade centro de informação-profissional da informação-usuário, enquanto a interferência busca promover reconstruções de conhecimento pelo usuário e uma reavaliação das práticas mediacionais envidadas pelo profissional da informação.

A prática informacional-educacional para lograr seus desideratos mediacionais necessita de instrumentos humanos (pessoas e/ou profissionais especializados), materiais (estruturas físicas, tecnológicas e serviços/produtos) e pedagógicas (heurísticas didáticas de aproximação com o público considerando as percepções plurais do mundo), visando promover perspectivas dialógicas de aprendizado.

A autonomia é precisamente o resultado que percebemos de como a educação promove significação à informação, pois a autonomia na educação é resultado de uma construção desde a infância contemplando uma perspectiva de descentração em detrimento do egocentrismo, bem como superar a coação em favor de uma cooperação e ainda primando por um autogoverno. (PIAGET, 1994) e a autonomia da informação “está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p.97).

O ápice da autonomia interrelacional entre informação e educação envolve o que podemos chamar de uma vida com sentido de felicidade e sustentabilidade (esta última no sentido de saudável física, emocional, clínica e espiritualmente). É pertinente destacar que nossas utopias devem buscar, sobretudo, o equilíbrio entre felicidade e vida saudável e a relação educação-informação é uma das melhores maneiras de conquistar este equilíbrio pelo fato de auxiliar na produção de conhecimentos e estratégias de vida social/individual ao longo da história e conduzir sentidos para ações do dia-a-dia que primem pela díade da vida feliz-saudável.

De outra forma, a inter-relação entre informação e educação reside na conjunção transversal entre saúde, mente, espiritualidade, relação com a natureza e desiderato físico dos sujeitos consubstanciando uma autonomia nos mais diversos devires humanos. Em artigo escrito sobre passos para uma vida feliz e saudável Roger Walsh (2011, p.2-10) delimita oito passos que equilibram vida feliz e saudável que denomina de Terapia de Mudança no Estilo de vida (TLC em inglês), a saber:

- a) **exercícios** – oferece benefícios físicos que se estendem a várias partes do sistema corporal humano reduzindo o risco de várias doenças e distúrbios, atuando como fator

preventivo de redução de riscos de depressão, doenças relacionadas a idade como Alzheimer e Parkinson e benefícios como equilíbrio da ansiedade, diminuição de dores crônicas, etc.;

b) **dieta e nutrição** – está dividida na seleção de alimentos (frutas multicoloridas, verduras, legumes, consumo de muita água, peixes que contenham ômega 3 que podem melhorar o desempenho cognitivo), suplementos (podem oferecer valiosos benefícios profiláticos e terapêuticos para a mente e a saúde), imersão midiática e hiper-realidade (uso equilibrado das tecnologias digitais e mídias, com vistas ao despertar de habilidades);

c) **tempo com a natureza** – demanda um olhar mais íntimo com os ambientes naturais como passeio à beira-mar, contato com animais, árvores como forma de estabelecer maior leveza da mente e da cognição em detrimento do excessivo contato com ambientes artificiais;

d) **relacionamentos** – a proximidade intensa com quem gostamos permite um impacto promissor para felicidade, saúde e bem-estar dos sujeitos que pode contribuir nas relações entre sujeitos de forma geral;

e) **contribuição e serviços sociais** – consiste na preocupação em olhar para o outro para além de nós mesmos, visando promover em nossas mentes o desenvolvimento humano do bem coletivo. Em outras palavras, a reciprocidade envolve o uso maior de tempo para ajudar pessoas, comunidades e viver o cotidiano humano na participação em grupos que façam bem a saúde física, mental e cognitiva;

f) **recreação e atividades agradáveis** – envolvem brincadeiras e atividades de entretenimento, arte (música, pintura, desenho, etc.) e prazeres estéticos, visando evitar ou curar doenças como depressão;

g) **relaxamento e controle do estresse** – promove o desenvolvimento de atividades como meditação e yoga com a finalidade de diminuir o estresse do cotidiano, o humor, além de distúrbios cognitivos e mentais;

h) **envolvimento religioso ou espiritual** – é mais provável que seja benéfico quando se centra em temas como o amor e o perdão e é provável que seja menos útil ou mesmo prejudicial à saúde mental quando temas de punição e culpa predominam. Benefícios abrangem uma série de medidas de saúde mental que incluem reforço psicológico, relacional, e conjugal, bem como a redução das taxas de doenças tais como ansiedade, depressão, abuso de substâncias e suicídio.

Embora os princípios propostos sejam adequados a saúde demonstram um olhar dinâmico acerca do que significa “informar-se” e “educar-se” para uma vida saudável e feliz. No entanto, não devemos levar em consideração estes princípios como fundamentos formalistas que devem ser rigorosamente seguidos, mas como fundamentos construídos visando a autonomização dos sujeitos.

É preciso ressaltar que estes princípios tanto podem ser agregados ao contexto da educação formal (escolas, universidades), quanto no contexto da educação informal (familiar e cotidiana) e pressupõe a consecução da seguinte equação:

PROCESSOS MEDIACIONAIS EM EDUCAÇÃO → INFORMAÇÃO → INFORMAR  
PARA EDUCAR → EDUCAR PARA CONHECER → CONHECER PARA VIVER →  
VIVER DE FORMA FELIZ E SAUDÁVEL

A inter-relação entre informação e educação ainda pode ser contemplada pelo viés dos usuários da informação, já que estes justificam o ideário construtivo da educação e da produção informacional. Calva González (2013, p. vii) afirma que:

Os usuários são a razão pela qual a informação deve ser armazenada, desta forma pode ser utilizada por futuras gerações e, assim promover o progresso da ciência, tecnologia, humanidades, artes e, geralmente, na própria sociedade, porque a informação organizada e armazenada em qualquer meio (como livros ou servidores) é para ser usada pela sociedade através dos lugares onde se encontra como bibliotecas, hemerotecas, centros de documentação ou qualquer outra unidade de informação. Por tais razões é preciso ter um perfil completo da comunidade de usuários as quais são fornecidas a informação. O desenvolvimento de perfis de usuários permite que as unidades de informação responda a suas necessidades informativas, satisfazendo-as.

A informação conquista seu *status* plenamente humano quando gestada no contexto dos usuários e focalizada na construção de conhecimentos socializadores e pautados na dinâmica histórica dos sujeitos da informação. A inter-relação entre informação e educação se constitui como conjunto de práticas humanas essencialmente ligadas à realidade de bibliotecas, especialmente públicas, escolares, universitárias e comunitárias/populares, outros centros de informação e ambientes virtuais atrelados a centros de informação ou não.

O usuário na prática informacional-educacional é um ser ambientado em espaços institucionais como escolas e universidades que dependem de informação para desenvolver suas trajetórias educativas, humanas e profissionais. Portanto, o usuário é um sujeito que

participa direta ou indiretamente, singular ou pluralmente, consciente ou inconscientemente nos processos de construção da informação em espaços informacionais.

No entanto, associar informação e educação implica na busca pela superação do discurso simplista de que o usuário tem necessidades que precisam ser supridas considerando que apenas essa identificação não é suficiente para designar práticas informacionais-educacionais no âmbito dos centros de informação, já que a relação entre ambos os conceitos é plenamente concebida no contexto sócio-interacionista, pois é “é na atuação sócio-interacionista que a biblioteca [**e outros espaços de informação e educação**] pode visualizar o usuário de múltiplas maneiras conferindo autonomia a comunidade de usuários para dialogar, expor e construir informação” (SILVA; SAMPAIO, 2013, p. 154, **grifo nosso**).

Silva e Silva (2012) descrevem características mediacionais que, embora aplicadas a biblioteca escolar, são pertinentes para compreender perspectivas relacionais entre informação e educação aplicadas a outros centros de informação e uma realidade geral de usuários divididos em atividades implícitas (sinalização do espaço em caráter interno e externo; a formação e desenvolvimento do acervo calcado na perspectiva do desenvolvimento de uma rede e vinculado a questões do cotidiano dos usuários; organização da informação dialogada com os usuários); explícitas (incentivo à leitura de mundo; incentivo à pesquisa na formação de competências para os sujeitos da informação envolvidos; serviços de informação, especialmente no contexto da referência e da informação utilitária; uso das tecnologias digitais como instrumentos pedagógicos).

As atividades expostas demonstram que a informação não é um elemento de “natureza”, mas de produção social que deve ser buscada pelos sujeitos da informação. Por isso, para a infoeducação, a formação de bibliotecas escolares, universitárias, públicas e comunitárias/populares se referencia como espaços de socialização desenvolvidos com a participação dos usuários e não simplesmente para os usuários.

Poderíamos, então, afirmar que a relação entre informação e educação se constitui na formação de grande rede de informação. Essa grande rede é formada a partir de redes específicas, tais como: redes humanas (conexão de usuários que interagem considerando as necessidades sociais pensadas a partir do cotidiano); redes institucionais (desenvolvimento dos centros de informação e suas dimensões técnicas e sociais); redes não-humanas (elementos tecnológicos de cunho impresso e digital que compõem encaminhamentos interacionistas das duas primeiras redes). A junção dessas redes prioriza a informação como bem potencialmente de todos, mas que associa apropriação com participação.

Estabelecemos uma relação entre a prática informacional-educacional e o pensamento sócio-interacionista dos usuários da informação através do discurso de Araújo (2010) que atribui três perspectivas: fenomenologia (envolve os estudos sobre usuários da informação a partir da realidade concreta do cotidiano); interacionismo simbólico (os usuários produzem informação a partir de significados oferecidos; que esses significados são provocados por interações; e de que os significados são manipulados por um processo interpretativo); etnometodologia (reúne pesquisas empíricas dos métodos que os sujeitos utilizam para dar sentido às ações do dia-a-dia); hermenêutica (baseado em conceitos de Capurro e Geertz referentes a como os sujeitos interpretam a informação considerando fatores científicos e culturais).

A relação entre educação e informação é metodológica quando trata de heurísticas conectivas nos campos da informação e educação. É científica quando estuda aplicações a partir de métodos científicos. É pedagógica quando trata de estratégias lúdicas para respaldar as atividades de usuários estudantes desde a infância, assim como para apoiar o fazer do docente. É técnica quando trata da aplicação de processos informacionais de organização, acesso, uso e apropriação da informação, além de processos de gerenciamento pedagógico da informação. É cultural quando se baseia no cotidiano de crenças e ações cotidianas dos sujeitos da informação e quando suas práticas transformam/aprimoram as condutas e crenças dos sujeitos da informação. É política quando trata da elaboração de programas, projetos e planos para o desenvolvimento de ações em centros de informação e ambientes virtuais de aprendizagem e quando se trata da administração de valores humanos e cognitivos. É tecnológica quando se vale da aplicação de instrumentos teóricos, metodológicos e empíricos de caráter técnico-científico. É gerencial quando se apoia em ações pedagógicas para tomadas de decisão.

As inter-relações entre informação e educação ainda podem ser concebidas por meio das terminologias sintetizadas no quadro que segue:

**Quadro 17 – Inter-relações entre informação e educação**

<b>Termo</b>	<b>Motivo(s)</b>
Tecnologias de informação e comunicação	Meio para organização, mediação, disseminação, recuperação, acesso e uso da informação. Meio para interação social, mediação pedagógica, estímulo de aprendizagem e produção (colaborativa ou não) de conhecimento.
Documento	Meio de expressão/institucionalização do conhecimento e transmissão de mensagens para produção da informação. Expressão formal ou informal de conhecimento para o desenvolvimento humanístico-educacional.
Conhecimento	Informação e educação possuem como finalidade direta a construção do conhecimento.
Usuário da informação	Todo usuário da informação se desenvolve em um processo educacional formal e/ou informal e necessita de informação para dinamizar/humanizar sua educação.
Autonomia	Todo processo educacional-informacional deve ser focalizado na busca pela autonomia.
Interação	Informação e educação só se desenvolvem de forma direta por meio da interação entre sujeitos humanos e/ou não-humanos.
Aprendizagem	A educação é um permanente processo de aprendizagem e a informação é um subsídio compreensivo e apropriativo para o desenvolvimento da educação.

Fonte: elaborado pelo autor

A inter-relação entre informação e educação, além de forte teor humanista e cultural, também apresenta características pragmáticas e para se desenvolver de forma sólida tem sua base recorrente ao conceito de competência (de forma mais específica a competência em informação). O conceito de competência possui variados significados e são desenvolvidos largamente nos campos da educação e informação.

A origem do termo competência é expressa por Dias (2010, p.74) da seguinte forma:

O termo competência (do latim *competentia*, “proporção”, “justa relação”, significa aptidão, idoneidade, faculdade que a pessoa tem para apreciar ou resolver um assunto) terá surgido pela primeira vez na língua francesa, no século XV, designando a legitimidade e a autoridade das instituições (por exemplo, o tribunal) para tratar de determinados problemas. No século XVIII amplia-se o seu significado para o nível individual, designando a capacidade devida ao saber e à experiência.

A origem do termo competência tem o objetivo primordial de promover, por um lado, a formação de habilidades e aptidões e, por outro lado, concepção de justiça e idoneidade a atividades relacionadas a informação, conhecimento, educação, aprendizagem, gestão, uso de

tecnologias, interações sociais, práticas profissionais, acadêmico-científicas, políticas, culturais e institucionais.

Logo, o conceito de competência não tem o objetivo de substituir outros conceitos no campo da ciência e da sociedade e sim de dar um sentido pragmático que aproxime a(s) causa(s) e o(s) efeito(s) dos fenômenos. Ter competência ou ser competente é uma forma de compreender e atuar translucidamente em torno da(s) causa(s) e consequência(s) de determinada(s) realidade(s).

Não é coincidência que o termo competência surge nos pré-moldes da Ciência Moderna como forma de designar o valor teórico e empírico do conhecimento (validade do conhecimento), a legitimidade institucional de como lidar com instrumentos relevantes como leis, doutrinas, normas (campo jurídico), tomadas de decisão no plano político e individual e se aprimora nas possibilidades de como lidar com as experiências e o comportamento individual/coletivo dos sujeitos.

O conceito de competência pode ser representado no dizer de Santos (2010, p.51) como:

Um conjunto de conhecimentos teóricos, práticos e intuitivos que envolvem comportamento ético e moral, os quais são adquiridos ao longo da vida e empregados na realização de uma determinada ação em um determinado contexto profissional. Esta se caracteriza como um processo, está ligado a pessoas e seus resultados podem ser avaliados.

Este pode ser considerado um conceito que representa o ethos histórico-semântico, já que a competência é construída na trajetória teórica, prática, intuitiva e perceptiva dos sujeitos sendo considerada como processo interpessoal com vistas a consagração de resultados. O conceito de competência está relacionado a ética e prática moral na medida em que está preocupado nas tomadas de decisão mais eficientes e eficazes considerando de forma associativa necessidades individuais e coletivas.

Outrossim, este conceito está ligado as maneiras de como os sujeitos lidam com o cotidiano nos mais diversos devires selecionando as formas mais adequadas de ação. Por isso, o conceito de competência está ligado ora a atribuição, ora a qualificação ou ora característica (CEITIL, 2006), combinação de conhecimentos, capacidades e atitudes adequadas ao contexto (ESTELA; VERA, 2008) e concretização/formulação de raciocínios, decisões conscientes, inferências, hesitações (PEREIRA, 2005).

Objetivamente atentando interrelacionalmente para informação e educação o termo competência pode ser utilizado no sentido da formação de habilidades para lidar com

conflitos, aguçamento da percepção dos sujeitos, amadurecimento intuitivo, aprimoramento nas formas de se relacionar, procedimentos para conhecer determinadas questões, aproximação consistente entre teoria e prática no sentido de saber o que é adequado, processos para mediação e apropriação de conteúdos aproximando informação e educação no contexto humanístico-pragmático considerando diversas possibilidades de aplicação e as melhores formas de aplicação de acordo com os contextos avaliados.

O discurso sobre competência em informação possui diálogo estreito com a educação e questões afins como ética, profissão, economia, filosofia, pois está sensivelmente preocupada em pensar questões teórico-pragmáticas de aplicação a realidades diversas (cotidianas, profissionais e científicas, por exemplo) sustentado por fundamentos éticos que prime pelo desenvolvimento do conhecimento tornando-o mais humano e acessível a todos respeitando questões de raça, credo, gênero, nível econômico-financeiro, etc. para os sujeitos envolvidos na construção de competências.

Segundo Gasque (2013, p. 5) a competência em informação:

refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação. Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos.

A atividade informacional-educacional redimensiona a competência em informação em dois contextos: o primeiro é referente ao ato de desenvolver o conhecimento para aplicação em múltiplos contextos considerando as variâncias culturais dos sujeitos envolvidos e a concepção da necessidade de informação ser construída; o segundo é que a competência não é vislumbrada apenas do ponto de vista individual, mas dos sujeitos que estão envolvidos na construção da informação. No ambiente educacional, em especial, alunos, professores, direção, funcionários técnico-administrativos devem ser considerados na identificação de necessidades e desenvolvimento de competências que permita o uso da informação socializadamente a fim de que o ambiente educativo seja um produtor coletivo de conhecimento. Para tanto, é preciso pensar um conjunto de competências que norteiam a prática infoeducacional, a saber:

- a) competência ética – referente ao reconhecimento da conduta e comportamento moral dos sujeitos da informação a fim de definir estratégias de ação. A ética não deve ser vista como solucionadora de conflitos, mas como conjunto de

recomendações que possibilite práticas conectivas e conciliadoras entre os sujeitos da informação;

- b) competência alteritária – compreende as percepções dos sujeitos da informação em reconhecer as necessidades do outro. Quando falamos que as necessidades de informação são processos históricos e coletivos de identificação devem ser situadas precisamente no viés da alteridade, de modo que o olhar para o outro reconhecendo perspectivas e limitações é uma forma de dinamizar os sentidos informacionais e produzir conhecimentos. A competência alteritária pode ser chamada como pragmatismo ético, já que lida com êxitos coletivos no processo informacional e supera o caráter funcionalista de cada sujeito ter sua função e agir isoladamente, pois a alteridade é o anseio de crescimento do outro em prol do crescimento de si;
- c) competência institucional – concernente à capacidade que o sujeito da informação possui de gerenciar a si mesmo reconhecendo suas perspectivas e limitações atrelada a capacidade do sujeito em gerenciar o ambiente informacional em diálogo com a comunidade de usuários;
- d) competência apropriativa – relativo à capacidade dos sujeitos da informação em desenvolver processos de comunicação, interpretação, uso, apreensão e apropriação da informação;
- e) competência política – a capacidade que gestores da informação possuem de administrar e manter em permanente ativação o ambiente informacional contemplando a eficácia e eficiência de recursos financeiros, humanos e infraestruturais e dialogar com órgãos e gestores mantenedores do ambiente informacional;
- f) competência tecnológica – alusiva aos procedimentos dos sujeitos da informação em utilizar das ferramentas e suportes, especialmente digitais e como conseguem formar redes sociais na produção da informação;
- g) competência psíquica – envolve as maneiras dos sujeitos da informação em lidar com as próprias emoções e anseios, assim como em lidar com emoções e anseios e alheios;
- h) competência histórica – revela as maneiras como os sujeitos da informação lidam com suas trajetórias individuais, nas formas de lidar com o outro (reconhecimento da história coletiva) e com a identificação de pontos fracos e fortes que interferem positiva ou negativamente no aprendizado;

- i) competência memorialística – latente a condição do ambiente informacional em preservar a informação e dinamizar o conhecimento e as possibilidades dos sujeitos da informação em preservar os conteúdos apreendidos, visando permanentemente perspectivas de ampliação e aprimoramento;
- j) competência comunicacional – define os procedimentos de expressão de todas as competências supramencionadas.

As competências informacionais-educacionais apresentadas devem levar em consideração um enfoque holístico (considerar todo o ambiente educacional envolvendo todos os segmentos como alunos, professores, funcionários direção, comunidade externa, órgãos mantenedores e não apenas a soma desses segmentos). O “holismo tem sido oferecido como mais do que uma simples crítica à ciência. Ele tem sido advogado de todos aqueles que sentem um intenso desgosto diante da fragmentação da cultura industrial e de seu isolamento da natureza” (WORSTER, 1992, p. 21).

Em síntese, a relação entre informação e educação não somente congrega os campos da informação e da educação como arregimenta meios para pensar estratégias éticas, culturais e metodológicas em que o sentido da compreensão coletiva e da formação de redes produtivas de informação e conhecimento em ambientes culturais e educativos seja tônicas deliberativas.

## 5.2 INFORMAÇÃO E IDEOLOGIA: ALGUNS DIÁLOGOS FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E A CONSTITUIÇÃO DO PROSELITISMO INFORMACIONAL

Toda produção informacional é ideológica. Esta afirmação norteará as reflexões deste tópico. No tópico dos fundamentos técnico-pragmáticos sobre “informação e linguagem” discutimos sobre as contribuições da linguagem para produção da informação. Juntamente e/ou de forma subjacente a linguagem, a ideologia aparece como elemento de construção de sentidos e apropriação de conteúdos no sentido de manipular as formas de pensamento, a formação da consciência e as atividades linguísticas (discursivas e pragmáticas).

A despeito das percepções tipológicas da “ideologia neutra e da ideologia crítica”, optamos pela segunda por considerar que o *ethos* semântico da ideologia reside nos processos de conflito e dominação entre os sujeitos da informação. Discordamos da ideia de neutralidade ideológica, mesmo quando esta implica apenas na elaboração estratégica de discursos, ideias e ações, pois toda ideologia carrega em si (em seus vieses discursivos e pragmáticos) cargas da manipulação ou tendências (individuais ou coletivas; singulares ou plurais).

Para tanto, apropriamo-nos das questões de ideologia levantadas por Karl Marx, Karl Mannheim, John Thompson e Mikhail Bakhtin que concernem a fundamentação crítica da semântica ideológica e das conduções conflituosas e possivelmente dominatórias entre os sujeitos da informação atestando o caráter eminentemente filosófico, sociológico e a institucionalização contemporânea do conceito de ideologia. O diálogo com os respectivos autores nos permitem perceber de maneira plural como a informação se insere em uma perspectiva eminentemente ideológica.

Marx (2001, p. 3), ao questionar o conceito de ideologia afirma que “os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser” postulando a concepção de ideologia como procedimento de representação deturpada da realidade. De forma mais clara, o conceito de ideologia em Marx é atribuído por Lowy (1992, p. 12) da seguinte forma:

Em **A Ideologia Alemã**, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealística na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. Mais tarde Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Ele as enumera sendo religião, a filosofia, a moral o direito, as doutrinas políticas, etc.

De quais formas o conceito de ideologia de Marx (e extensivamente de várias apropriações marxistas) incide sobre as questões da informação? Em primeiro lugar é preciso reconhecer que o conceito marxiano de ideologia está impregnado da concepção de uma falsa consciência, o que, por conseguinte, promoveria a concepção de uma falsa informação ou uma informação deformada comumente no sentido de satisfazer um grupo minoritário de pessoas em detrimento de uma maioria, ou, de forma mais clara, no sentido de constituir uma informação que deixe latente a dominação de um grupo minoritário sobre os demais. Neste caso, a ideologia funciona como um pano de fundo para ludibriar os sujeitos de que aquela informação pode ser única ou a mais adequada para determinada questão.

Podemos destacar que o conceito de ideologia em Marx influencia na percepção de informação a partir de outros contextos, tais como:

- a) leva em consideração o contexto de quem domina os meios e instrumentos de comunicação e linguagens (verbais ou não-verbais) para determinar o que é verdadeiro ou falso; verdade ou mentira; adequado ou inadequado; errado ou certo, conforme suas conveniências denotando uma visão positivista de manipulação dos fatos e de uma

percepção unilateral da informação, ou seja, a informação sempre têm dois lados e não é possível enxergar de forma mais ampla;

b) possui a intencionalidade prévia de estabelecer uma interlocução unilateral sem dar direito de resposta ou interação para os outros sujeitos da informação;

c) busca conquistar os sujeitos da informação com falsas promessas e ilusões de que a realidade a informação mais apropriada é a determinada pelo sujeito autor ou sujeito mediador;

d) inverte a concepção de que a informação não deve ser apropriada a partir da realidade objetiva, mas que pode ser simplesmente intuitiva ou pré-determinada por alguém que tenha embasamento para emitir a informação que deseja (a informação pode ser um simples fruto da consciência deturpando a formação de uma consciência pautada nas interações multilaterais e baseada no respeito às diferenças entre os sujeitos);

e) a ideologia cria condições para aceitação ou resistência sobre como a informação deve ser construída, compreendida e apropriada pelos sujeitos.

Em síntese, a formação de ideias e ideologias falsas ou deturpadas (no sentido de favorecer interesses próprios em detrimento de interesses majoritários) incidem diretamente sobre a construção de informações falsas ou deturpadas que não condizem de maneira efetiva com a realidade social.

Em Karl Manheim a ideologia possui uma tonalidade mais geral e tipologizada, principalmente pela sua focalização nos estudos sobre a sociologia do conhecimento. Manheim (1976) que fala sobre duas concepções relativas ao termo: a particular e a total. A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota certo ceticismo das ideias e representações apresentadas por aqueles indivíduos ou grupos sociais que se opõem as ideias de outros indivíduos e grupos. O autor fala que estas ideias são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados. Esta concepção de ideologia, que veio gradativamente sendo diferenciada da noção de mentira, encontrada no senso comum, é particular em vários sentidos. Sua particularidade se torna evidente quando é contrastada com a concepção total, mais inclusiva, da ideologia. A concepção total de ideologia inclui o entendimento sobre uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, de uma classe, ocasião em que se evidenciam as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo.

A tipologia concebida por Manheim nos leva a compreender que ideologia e informação estão intrinsecamente concatenadas considerando que a ideologia é um fenômeno abstrato de apreensão da realidade que tem por finalidade manipular e convencer os sujeitos de que a percepção de um sujeito (ou grupo de institucionais de sujeitos) é a mais adequada.

Além disso, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, que a produção da informação envolve cargas ideológicas promovidas pelos sujeitos da informação. Como afirma Mészáros (2004, p. 57) “[...] em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’ quer a percebamos, quer não.” Ora, se nossas sociedades estão impregnadas de ideologia, seja ela, particular ou total, significa que toda informação está atrelada a fenômenos ideológicos que podem ser reconhecidos, em segundo lugar, a partir de três grandes contextos informacionais: particular, situacional e geral.

O particular é referente ao contexto em que a informação é produzida por um sujeito a partir do contato direto ou indireto com documentos/artefatos ou meios de comunicação, mas sem a constituição de uma interação mútua entre os sujeitos. É o caso, por exemplo, da informação produzida por sujeitos que assistem a programação em diferentes mídias (TV, rádio, conteúdos da web, jornal impresso ou digital, etc.) absorvendo cargas ideológicas das programações, mas comumente sem haver uma interação direta. Este tipo de informação está ligado a ideologia no contexto marxiano de que há uma determinação de um sujeito que emite um conteúdo conforme suas conveniências, mas não oportuniza (por falta de vontade ou de condições físicas e institucionais) requisitos para exposição dos sujeitos da informação que participam daquele diálogo.

Neste caso, a ideologia do sujeito/autor da informação impregna todo o processo de construção da informação possibilitando a outros sujeitos aceitarem essa carga ideológica e produzirem informação de acordo com as influências do sujeito/autor ou desenvolver atos de resistência, ao considerar que aquela informação é tendenciosa e não se adequa as suas necessidades. Esta informação é particular porque sustenta as concepções dos indivíduos em caráter mais isolado.

A informação ainda pode ser particular quando trata de elementos bióticos como, por exemplo, DNA ou o sentimento de alguns sintomas orgânicos (LOGAN, 2012) em que os sujeitos produzem informação a partir de dados que podem ser registrados formalmente (a partir de documentos verbais ou não-verbais) ou simplesmente a partir de intuições do sujeito produtor da informação.

Já neste caso, a informação não é transmitida por um sujeito, mas envolve a carga ideológica do próprio sujeito produtor da informação (sujeito/usuário) que precisa lidar com

aspectos considerados não-humanos da realidade para produzir informação com a finalidade de esclarecer a si mesmo e satisfazer necessidades e desejos individuais.

Já o contexto situacional é uma consequência do contexto anterior, pois incide sobre a capacidade dos sujeitos se reunirem e, a partir das informações produzidas em âmbito individual, colocarem-nas em debates e possíveis conflitos a fim de primar pela produção coletiva e/ou institucional da informação. O contexto situacional é uma forma de confrontar ideologias e estabelecer critérios de avaliação para produção da informação, de modo que o diálogo direto entre os sujeitos torna a informação mais lapidada e passível de exposições, análises, críticas, descobertas e retificações em caráter coletivo.

O contexto geral, por sua vez, é o caráter mais amplo da informação, já que leva em consideração os diversos contextos históricos em que os sujeitos estão situados. A informação, neste momento, não se situa apenas na base de uma ideologia, mas se constitui a partir de um “hibridismo ideológico”<sup>63</sup> que formula a identidade informacional do sujeito, ou seja: quais tipos de informação o sujeito comumente procura construir; de quais formas procura construir informação; a partir de quais instrumentos procura se informar; dialogando com quais sujeitos (humanos e não-humanos) procura se informar; quais pontos seleciona para produzir informação, conforme as conveniências de cada contexto; qual a finalidade da produção informacional e se os sujeitos aceitam modificar essas finalidades, de acordo com as mudanças de pensamento promovidas através dos processos que se utiliza para produzir informação.

Contudo, o contexto geral da informação, ao ser diretamente influenciado pela ideologia, recebe influências diretas dos contextos particular e situacional podendo se concretizar a partir de um efetivo reducionismo tornando a história dos sujeitos mera seleção conveniente de fatos prejudicando os procedimentos de produção da informação. Isso significa que a ideologia, embora seja impregnada no sujeito, possui intensidades de impregnação e essas intensidades definem procedimentos de como o sujeito deve produzir a informação. O nível mais intenso da ideologia no sujeito que influencia na produção da informação ocorre quando “a ideologia fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-lo.” (CHAUÍ, 1988, p. 120).

---

<sup>63</sup> O hibridismo ideológico se configura em um conjunto de ideologias dos sujeitos da informação nos mais diversos devires (religiosos, profissionais, pessoais, familiares, relacionais, etc.) que influenciam direta ou indiretamente nos procedimentos de construção da informação dos sujeitos.

O contexto geral da informação (baseado nos processos históricos dos sujeitos) é diretamente influenciado pela ideologia quando o sujeito aceita de forma passiva as ideologias determinadas por outros sujeitos (individuais ou institucionais) e/ou quando constrói suas informações apenas baseadas naquilo que foi determinado por outrem.

Em outras palavras, a informação geral é reducionista quanto os sujeitos possuem finalidades rígidas de compreensão e apropriação que dificilmente são modificadas a partir de interações, diálogos, exposições e novas descobertas, pois a ideologia impregnada nos sujeitos permite que estes só aceitem aquilo que os convém.

O conceito de ideologia em Thompson, que faz uma criteriosa revisão de pensadores como Destutt de Tracy (considerado um dos vanguardistas do conceito de ideologia), Marx, Lenin, Lukács, Mannheim, entre outros, tem em seu *ethos* semântico pautado na ideologia a serviço do poder. De forma mais categórica, Thompson (1998, p. 76) afirma que "estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação."

A ideologia em Thompson seria uma configuração prévia de sentidos indiciada por determinados sujeitos (ou grupo de sujeitos). Se a ideologia prima pela determinação de sentidos para dominação fica evidente que a informação a ser produzida não aceita resistências, contradições e uma identidade de projeto contrária aos interesses de quem pretende dominar. A informação, quando ligada a uma ideologia profusora da dominação, tem no discurso sua grande articulação lógico-ontológica e linguística.

O discurso percebido na "linguagem como forma de prática social" (FAIRCLOUGH, 2001) é um dos principais elementos de dominação ideológico-informacional. O discurso considerado pronto e acabado é o mote de alguns sujeitos para evitar questionamentos de outros sujeitos, deturpar e estabelecer o passado como imutável, relegar o futuro a um plano inferior e indicar o presente como fator único de análise.

A velha máxima "viva um dia de cada vez" é uma forma ideológica de compreender a imutabilidade do passado, relegar o futuro a segundo plano e conceber o presente como temporalidade discursiva suficientemente capaz de produzir a informação que os sujeitos necessitam. A função ideológica significaria esquecer os processos históricos e centrar-se plenamente nas certezas daqueles dominam propagando este discurso de forma massificada através dos meios de comunicação de massa.

A ideologia, em Thompson, seria uma forma de não produzir informação autonomamente, mas que um grupo de sujeitos produza informação com base em suas ideologias forçando uma aceitação discursivo-social por outros sujeitos inibindo

procedimentos de resistência e contradiscurso e, por conseguinte, atentando que a informação é um fenômeno pré-determinado e que não necessita de um olhar mais cauto e dialogicamente discursivo.

A grande diferença da ideologia de Thompson é que retira a percepção marxiana de ilusão. A ideologia é um fenômeno de consciência real, mas deturpada da realidade, principalmente quando a ideologia se utiliza dos instrumentos de dominação, tais como: legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. (THOMPSON, 1998).

Concordamos com Thompson no sentido de que se a ideologia é ilusória, a informação provavelmente também seria ilusória, mas, assim como a ideologia, a informação não é ilusória, mas uma construção, apreensão e apropriação simbólica de sentidos embasada pela tendenciosidade e unicontextualidade discursiva (prática sócio-linguística).

Ao contrário, os critérios ideológicos de dominação propostos por Thompson deliberam mais o entendimento acerca da determinação da contra-informação que também é considerada como informação, mas de forma dissimulada, fragmentada e reificada que primam pela legitimação e unificação do poder informacional do sujeito que arbitra seus interesses.

A concepção de ideologia como fenômeno de aplicação linguística é notável em Bakhtin (2002, p. 95) quando afirma:

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo, ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Mais uma vez estamos lidando com a percepção conceitual de discurso que move as atribuições da linguagem e delinea o valor ideológico das palavras e das ações dos sujeitos. O discurso, por um lado, desperta o teor pragmático da linguagem, representa o valor ideológico das palavras produzindo sentidos/significados e, por fim, engendra apreensões e apropriações da informação.

A questão fundamental é que toda e qualquer carga discursiva é eivada de um desiderato ideológico e linguístico que busca expressar fenômenos que deliberam um juízo informativo baseado naquilo que é pregado pela ideologia e representado pela linguagem discursiva.

Logo, se um sujeito tem a perspectiva ideológica de dominar expressará essa dominação pelo discurso e pelas ações, assim como manifestará que a única informação prestimosa será aquela que transmite efeito de dominação. E, neste caso, a informação é eminentemente transmissiva porque se baseia pela linearidade do sujeito/autor para o sujeito/usuário sem perceber as diversas manifestações comportamentais, interacionais e interpretacionais dos sujeitos.

Destarte a relação entre ideologia, linguagem (discurso) e informação pode ser elucidada pela seguinte equação:

**IDEOLOGIA (MEIO DE CONDUTA) + LINGUAGEM (INSTRUMENTO DISCURSIVO) + DISPOSITIVOS (POLÍTICOS, CULTURAIS, INTELECTUAIS E MIDIÁTICOS) = INFORMAÇÃO (PRODUZIDA CONSIDERANDO NECESSIDADES INDIVIDUAIS OU GRUPAIS)**

Considerando a ideologia um meio tendencioso para produção da informação, mas ao mesmo tempo percebendo-a como poder que “[...] afeta tanto os que negam a sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias” (MÉSZÁROS, 2004, p.64) é preciso ressaltar que os sujeitos da informação não devem obnubilar suas ideologias, mas saber lidar com elas a partir de um olhar mais cauto para o outro primando por um olhar mais interacionista e recíproco com o outro. Essa ação implicaria na percepção de que a ideologia não deve ser mais forte do que o respeito ao outro na construção da informação, mas vista como meio de interação e não de dominação.

O quadro que segue faz uma síntese sobre as relações entre ideologia e informação a partir dos quatro pensadores discutidos:

**Quadro 18 - Relações entre ideologia e informação**

Pensadores	Conceitos de ideologia	Aplicação do conceito de ideologia à concepção de informação
Marx	Ilusão, falsa consciência, concepção idealística na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. Formas ideológicas através das quais a sociedade toma consciência da vida real.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dominação dos instrumentos de comunicação para produção da informação;</li> <li>- Interlocução unilateral;</li> <li>- A realidade informacional mais apropriada é a determinada pelo sujeito autor ou sujeito mediador;</li> <li>- A informação não deve ser apropriada a partir da realidade objetiva;</li> <li>- A ideologia cria condições para aceitação ou resistência sobre como a informação deve ser construída, compreendida e apropriada pelos sujeitos.</li> </ul>
Manheim	Duas concepções de ideologia: a particular (implicada quando o termo denota certo ceticismo das idéias e representações apresentadas por aqueles indivíduos ou grupos sociais que se opõem as idéias de outros indivíduos e grupos) e a total (inclui o entendimento sobre uma época ou de um grupo histórico-social concreto).	<p>Contexto particular – a informação é produzida por um sujeito a partir do contato direto ou indireto com documentos/artefatos ou meios de comunicação, mas sem a interação mútua entre os sujeitos;</p> <p>Contexto situacional – confronta ideologias e estabelece critérios de avaliação para produção da informação;</p> <p>Contexto geral – diversos contextos históricos em que os sujeitos estão situados (“hibridismo ideológico”).</p>
Thompson	A ideologia estuda as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um grupo de sujeitos produza informação com base em suas ideologias e não autonomamente;</li> <li>- A informação é uma construção, apreensão e apropriação simbólica de sentidos embasada pela tendenciosidade e unicontextualidade discursiva;</li> <li>- determinação da contra-informação que é dissimulada, fragmentada e reificada e prima pela legitimação e unificação do poder informacional do sujeito que arbitra seus interesses.</li> </ul>
Bakhtin	Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou coisas más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo, ou de um sentido ideológico ou vivencial.	A palavra ou discursos estão potencialmente carregadas de informação e possuem uma contextualização com determinada realidade. A informação está ligada a palavra como expressão ideológica dos valores da vida humana.

Fonte: elaborado pelo autor

Evidenciamos que as breves reflexões filosóficas e sociológicas sobre ideologia aplicadas ao contexto da informação (passando pelas relações discursivas e linguísticas), em especial, aquelas promovidas por Marx, Manheim, Thompson e Bakhtin (além do apio que reconhecemos em Mészáros) nos levam a pensar no que chamamos de **proselitismo informacional**.

Definimos o proselitismo informacional como a tentativa de um sujeito ou grupos de sujeitos institucionais, por um lado, de convencer outros sujeitos de que aquela informação é verídica ou adequada e, por outro lado, de impor arbitrariamente e linearmente suas informações sobre outros sujeitos da informação, de modo que aceitem e pratiquem aquela informação deliberada. Em ambos os casos, a informação é vista como fenômeno pré-determinado situado nas condições elaboradas pelo sujeito/autor e/ou sujeito/mediador e soam como fundamentos de uma dominação informacional. O proselitismo informacional pode ocorrer nas mais diversas esferas que vão desde as simples relações cotidianas entre os sujeitos, passando por questões profissionais, institucionais e culminando em questões de cunho político, cultural e religioso. O proselitismo informacional é, de fato, fruto da intolerância de um sujeito da informação sobre outrem que se fundamenta nas satisfações individuais ou institucionais e em finalidades previamente estabelecidas. Eagleton (1997, p. 15-16) concebeu uma síntese apontando definições diversas de ideologia. Entre aqueles que estão relacionados diretamente ao proselitismo informacional destacamos os seguintes:

Um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social;  
 Idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante;  
 Idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;  
 Comunicação sistematicamente distorcida;<sup>64</sup>

Diante dos conceitos apresentados consideramos que o proselitismo informacional está associado a todos de forma diferenciada e particularizada, pois todos os conceitos de alguma forma desempenham uma atividade ideológica de convencimento, imposição ou de uma determinação informacional da consciência dos sujeitos.

Quanto ao primeiro conceito, é o traço caracterizador da ideologia sobre a informação. Os processos de produção da informação estão compreendidos a partir da inserção do sujeito

---

<sup>64</sup> Ainda há outros conceitos listados por Eagleton (1997, p. 15-16) que estão relacionados ao proselitismo informacional, mas de forma indireta. Podemos listar os seguintes conceitos: Aquilo que confere certa posição a um sujeito; Formas de pensamento motivadas por interesses sociais; Pensamento de identidade; Ilusão socialmente necessária; A conjuntura de discurso e poder; O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; Conjunto de crenças orientadas para a ação; A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal. Vale ressaltar que os conceitos listados nesta nota direcionam para outros conceitos do texto deliberando perspectivas substanciais para concretização do proselitismo informacional.

em um ou mais grupos de identificação, visando empreender tramitações ideológicas que ajudam a delinear os tipos e conteúdos informacionais dos sujeitos.

O segundo conceito atesta o caráter pragmático da consciência humana de que a ideologia é “um pano de fundo” que rege a finalidade de produzir subsídios informacionais para dominação política (no sentido das tomadas de decisão que delineiam os rumos dos sujeitos). Esta prática ideológica é comumente pensada pela ampla maioria dos grupos de sujeitos que pensam a consolidação de suas finalidades, mas sem necessariamente primar pela ação apelativa de prejudicar outros grupos e sim pela consecução do debate e do respeito ao outro mesmo ponderando um ideário permanente de competitividade. A informação contemplada aqui é pragmática e o sujeito/grupo que mais se destaca é convencionalmente aquele produz as informações mais adequadas para as ações que envida. Esta contextualização ideológico-informacional é muito visível em ambientes profissionais e institucionais.

O terceiro conceito, embora derivado do segundo, se diferencia substancialmente em virtude de apresentar como *ethos* ideológico uma percepção teleológica aética. Neste caso, o que está em voga não pura e simplesmente informação, mas contrainformação, já que os sujeitos não estão preocupados com a informação a ser produzida em si, mas sim como aquela informação promoverá a concretização do poder de um grupo de sujeitos independente dos mecanismos utilizados.

Em geral, a contrainformação aqui aludida apresenta dois sentidos contrapostos. O primeiro indica que a contrainformação é percebida como a capacidade de deturpar, dissimular e reificar para legitimar e dominar através da limitação do acesso à informação promovida pelos sujeitos dominantes (TRAVERSO; CROWDER-TARABORRELLI; PRADO, 2013). Já o segundo afirma que “a contra-informação é considerada como sendo a informação contrária à veiculada por um sistema” (FLUSSER, 1982, p.160).

Por um lado, a contrainformação atua como informação, mas representando de forma falseada e cínica da realidade. A contrainformação é por si só um produto informacional fabricado. Por um lado político-econômico e, por outro lado, ideológico da classe dominante. Bourdieu (2010, p. 12) adverte que:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação.

A contrainformação como produto político-econômico se traduz nas formas de decisão e determinação do que pode e deve ser informado aos diversos setores da sociedade definindo o uso adequado aos seus interesses dos meios diversificados de comunicação. Já a contrainformação como produto ideológico se constitui como estratégia dupla de ação: a primeira estratégia é referente aos postulados cognoscitivos do que deve ser atribuído como informação referente a satisfação das classes dominantes; a segunda é relativa as formas como os meios de comunicação formal (massa) traduzem seus interesses para a sociedade perfazendo uma concepção padrão de que aquela informação é viável e promissora para a maioria.

Por outro lado, a contrainformação pode ser constituída como fenômeno de ação atrelado a desconstrução de uma determinada comunicação distorcida e construção de um novo processo informacional pautado em uma visão mais ampla da realidade envolvida. Mas é possível afirmar que a contrainformação só é efetiva quando é por natureza ou se torna um ato de resistência (DELEUZE, 1987) com vistas à transformação de uma determinada realidade.

O quarto conceito expressa um procedimento dos três primeiros, pois é uma maneira globalizante de dissimulação e dominação política, econômica e cultural que se sustentam a partir de uma concepção ideológico-informacional. É a capacidade que um grupo de sujeitos possui de convencer outros sujeitos através dos processos comunicacionais de massa, em especial, os meios de comunicação digital. Como afirma Andrade (2012) o poder da informação nos processos de globalização constrói uma opinião pública e modelos de representação social que legitimam o neoliberalismo. Nesse contexto, a cultura de massas induz que o poder da comunicação discursiva está dominado por uma ordem social que sustenta um modelo de produção que se desenvolve através do capital, a mercadoria e o mercado.

Diante desses quatro conceitos é pertinente argumentar sobre uma questão essencial que caracteriza o proselitismo informacional: a finalidade produzida pelos sujeitos da informação que pretendem dominar não é simplesmente aleatória e ahistórica como se fosse uma díade positivista de seres humanos malévolos dominando sujeitos inocentes, mas partem de contextos particulares, a saber:

- a) a formação do inconsciente do sujeito – a ideologia impregna o eterno conflito entre o inconsciente coletivo e individual dos sujeitos tomando partidos para convencer outros sujeitos de que tal informação é a mais adequada, conforme suas conveniências culturais e históricas. Os psicólogos, os psicanalistas, e mais

precisamente Freud, descobriram que, para além da consciência, há algo que é o inconsciente. Os sociólogos como Durkheim e, em um sentido mais moderno, Lévi-Strauss, descobriram que vivemos os fenômenos coletivos que guiam nossa conduta individual sem que tenhamos consciência deles. Haveria, pois, um “inconsciente de nossa conduta coletiva como há um inconsciente de nossa conduta individual.” (FOUCAULT, s.d).

- b) consecução de mitos – nascem de faltas humanas relativas a ausência de uma “especialização biológica” da espécie (características inatas, aptidões naturais, equipamento biológico auto-suficiente), que a lança em ter que se construir pelas suas próprias mãos, ao mesmo tempo em que necessita produzir um mundo próprio no qual poderá constituir-se, torna o sujeito dependente do espaço da cultura e da aprendizagem do que será, peça por peça, pela mão de um Outro (cultural, socializado). Essa dependência ontológica lança o ser humano na condição forçada a ter que se constituir pela via da transmissão da linguagem, a via do simbólico, e de sua conseqüente submissão à cultura e, nesse processo, desconhecendo os fundamentos dessa sua inscrição forçada no espaço da cultura e, portanto, ignorando igualmente como se funda como sujeito, o ser humano mantém uma relação de alienação com as condições de sua própria existência, em que, principalmente, desaparece como autor de seu próprio mundo e de si mesmo. (SOUSA FILHO, 2011, p. 10);
- c) princípios imaginários do sujeito – toda ideologia se concretiza a partir de representações imaginárias da realidade. É neste ponto que a ideologia auxilia na produção de informações falseadas, pois nem toda representação ideológica constitui a informação mais premente para determinada realidade;
- d) a ideologia como fator existencial da cultura do sujeito – a ideologia é uma forma de operação da cultura do sujeito, com vistas a manifestá-la e eternizá-la no seio de um sistema social. Este é o momento em que a informação alcança um nível de compreensão e apropriação social de forma utilitarista no sentido de estabelecer determinada cultura como ponto central de verdade e legitimidade social. A informação utilitarista pode estabelecer conflitos culturais como maneira de amadurecimento das culturas ou guerras culturais, com vistas a dominação de uma cultura sobre outra;
- e) a ideia de ordem social – este talvez seja o ponto mais perigoso da ação ideológica, pois é o momento que os inconscientes (coletivo e individual), mitos,

representações imaginárias e fundamentos culturais dos sujeitos se unem, com vistas a formulação de um viés único ou estratégico de ação que simbolize a verdade única e totalizadora da realidade. A ordem social é sustentada pelo poder político e comunicacional dominante que padroniza a informação como produto materializado e mercantil a ser consumido como referência cultural (cultura industrializada informação). Neste ponto, a informação se torna única, singular e representativa de uma cultura específica de vida e de uma conduta ideológica padrão de referência discursivo-social;

- f) ideologia como formas de representação e função do cotidiano – representa os meios encontrados para lidar com questões do cotidiano. As formas ideológicas “são instrumentos pelos quais são conscientizados e enfrentados os problemas que preenchem (a) cotidianidade” (LUKÁCS, 1981, v. II, p.446) e que aparece não somente nos momentos de crise, mas de forma permanente no cotidiano. A informação parte dos aspectos cotidianos e têm em suas formas ideológicas fundamentos de representação e construção social de sentidos atestando que formas ideológicas muitíssimo importantes, como o costume, as convenções etc., nascem espontaneamente, e mesmo quando, no curso da diferenciação, se dão ideologias específicas nesta esfera, que às vezes podem adquirir um forte peso, a sua reprodução espontânea, por obra da sociedade, permanece o canal principal de sua existência, continuidade e transformação (LUKÁCS, 1981, v.II, p.482).

O proselitismo informacional é a concretização da singularidade sobre pluralidade; da individualidade sobre a coletividade; da uniculturalidade sobre a multiculturalidade; da informação como produto mercantil sobre a informação como produto humano; do discurso dissimulado sobre o discurso construído internacionalmente. O proselitismo informacional destrói a percepção de Maffesoli (1985) quando afirma que pluralismo não é uma vã questão: é, ao contrário, a chave da compreensão de toda organização social.

Em síntese, o proselitismo informacional tem um contexto ideológico quando um sujeito procura dissimular e deturpar para dominar outros sujeitos; tem um contexto linguístico quando busca no discurso estabelecer uma realidade fragmentada que dificulte a construção da informação de forma autônoma ou mesmo busque estabelecer um discurso como verdade única e totalizadora da realidade; tem ainda um contexto cultural quando favorece uma cultura de informação sobre as demais; tem um contexto político quando um pequeno grupo analisa e decide como os sujeitos devem obter acesso aos meios e instrumentos de produção da informação; tem, por fim, um contexto econômico quando

disponibiliza o acesso aos meios e instrumentos de produção da informação, conforme classes sociais concebendo expressivas hierarquias em que a pluralidade é reduzida a singularidade daqueles que detêm o poder.

### 5.3 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: INTER-RELAÇÕES SEMÂNTICAS E A CONSTRUÇÃO PROCESSUAL DE SENTIDOS

Os estudos sobre memória têm despertado muitas problematizações, reflexões, análises, percepções, proposições e descobertas em diversas áreas do conhecimento tornando um dos temas mais transversais e instigantes da ciência contemporânea. A protagonização da memória na ciência e na sociedade contemporânea se sustenta basilarmente pela necessidade de se pensar o desenvolvimento mental, cognitivo e social dos sujeitos durante os mais diversos devires (pessoais, profissionais, familiares, espirituais, etc.). Isso significa que a memória é multitemporal no sentido de que lida com o transcurso histórico em diversos aspectos, pois “a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no tempo e no espaço, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p. 31). A efervescência dos estudos sobre memória se dá de forma expressiva nos campos do conhecimento, tais como:

- a) Medicina – estudo sobre os procedimentos fisiológicos de como os sujeitos armazenam informação e as esquecem;
- b) Psicologia – estudos sobre formas de comportamento, desenvolvimento mental e a constituição da psicologia cognitiva;
- c) Computação – estudos focalizados nas formas como os projetistas de softwares podem desenvolver sistemas/aplicativos que primem pela fácil memorização dos sujeitos;
- d) História – as formas como as sociedades, indivíduos e grupos sociais se desenvolvem e preservam suas formas de conhecimento, bem como as interlocuções temporais representadas por elementos orais, escritas, imagéticas, etc.;
- e) Antropologia – estudos sobre as formas de preservação das culturas de comunidades diversas;
- f) Sociologia – relações entre memória e sociedade nos contextos do poder, da cultura, das ideologias, das relações entre sujeitos;

- g) Ciência da Informação – estudos sobre preservação da memória documental, organização/representação da informação, uso de tecnologias digitais para armazenar o conhecimento;
- h) Comunicação – aplicação da memória a contextos variados da comunicação como familiar, empresarial, midiática, entre outros, assim como estudos sobre memória aplicados as teorias da recepção;
- i) Educação – a contribuição da memória para os processos de aprendizagem dos sujeitos, a memória na educação formal escolar/superior envolvendo seus componentes humanos;
- j) Linguística – formas de uso da linguagem como discursos, oralidades e registros formas e informais que auxiliam na preservação da memória.

Ainda é possível pensar nos estudos transversais sobre memória que integram um amálgama de áreas do conhecimento como relações entre memória e lembrança/esquecimento (HALBWACHS, 2006; BOSI, 2003; 2004; JEUDY, 1990; LE GOOF, 2003; NORA, 1993; POLLAK, 1989; 1992), memória e identidade, memória e ontologia, memória e alteridade, memória e preservação do conhecimento.

Diante de tais considerações gerais percebemos a densidade dos conceitos de memória e suas inter-relações científicas, conteudístico-temáticas, históricas e temáticas. Pautamos o debate em três questões gerais: a primeira implica na pergunta “por quais motivos estudamos memória?”; a segunda é; quais possíveis significados de memória?; e a terceira, ponto crucial e culminante da reflexão, reside na pergunta “quais inter-relações entre informação e memória? Estas questões mostram, por um lado, as generalidades epistêmicas, gnosiológicas e ontológicas da memória e, por outro lado, suas relações conteudísticas, principalmente com o conceito de informação. Quanto a primeira questão, o discurso de Pollak (1989, p.9) representa de forma elucidativa os motivos pelos quais estudamos memória:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. Aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.

Alguns pontos encadeiam os estudos sobre memória atribuindo sua relevância no contexto histórico e nas maneiras como os sujeitos se desenvolvem. De forma geral,

estabelecemos dois pontos de justificação. O primeiro deles é o carácter individual e coletivo da memória. O carácter individual da memória é recorrente ao testemunho do eu acerca de uma realidade, enquanto o carácter coletivo da memória é uma junção do testemunho do eu com o testemunho do outro, visando redimensionar a compreensão sobre determinado fenómeno.

O delineamento da memória individual e principalmente coletiva delibera a operação dos acontecimentos e interpretações do passado, com vistas a preservação dos fatos e com o intuito de conceber lembranças do passado. Segundo Halbwachs (2006, p.30) “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos.”

No entanto, a relação entre memória individual e coletiva no sentido de salvaguardar acontecimentos do passado não pode ser sintetizada ao testemunho do outro. O próprio Halbwachs (2006, p.39) relata:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum.

Observamos que os estudos sobre memória não se limitam ao “salvaguardar”, mas também ao “o que salvaguardar”, “como salvaguardar”, “como as relações sociais contribuem para salvaguarda da memória”, “como os conflitos, divergências e convergências humanas delineiam fundamentos para salvaguarda da memória” e “como é possível construir um senso comum entre os sujeitos para salvaguarda da memória”. Todos estes pontos, de forma complementar denotam que a memória não é um meio, mas um processo social e psíquico de armazenamento de conteúdos mais ou menos definidos no contexto histórico-cultural.

O segundo ponto é relativo ao passado e como este interfere nas condições do presente e traçam perspectivas para o futuro. Uma sociedade ou grupos específicos sem um passado salvaguardado de modo oral, escrito ou imagético provavelmente terá dificuldades de contextualização temporal e procedimentos coletivos de ação. A memória atua como um catalisador do que não pode ser feito, do que pode/deve ser feito tomando como base a realidade do passado. A salvaguarda da memória pode, por um lado, contribuir para efeitos de forças dominativas entre os seres humanos, mas também pode servir para humanizar as relações. Em ambos os casos, a memória atua como socializador de questões histórico-culturais que permeiam a conduta dos indivíduos. Em outras palavras, os estudos sobre memória tomam como base que todo e qualquer indivíduo para se constituir como ser

minimamente consciente da realidade em que está inserido, precisa reconhecer frutos salvaguardados do seu passado, pois “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

É precisamente esse retorno ao passado através do que foi salvaguardado por gerações que as lembranças afloram e constituem a formação da memória individual. Por isso, memória individual e coletiva faz parte de um traço característico holístico em que a realidade deve ser visualizada como um todo que engloba as características individuais dos sujeitos diretamente atreladas às formas coletivas de construção/preservação da memória contemplando as reminiscências do passado.

A segunda questão deste tópico que reside nos possíveis significados de memória nos leva a pensar sobre a multiplicidade conceitual dos termos. Iniciamos a reflexão conceitual a partir do discurso de Santos (2003, p.25-26) quando afirma que:

A memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações.

Não podemos, em vias de cometer um impropério, afirmar que a memória é um fundamento isolado e independente em termos de conceito e ação. Ao contrário, a memória é um processo de interdependência permanente com outros conceitos e práticas humanas comprovando seu caráter pluridisciplinar e multidimensional.

Em primeiro lugar, uma interdependência de cunho teórico que se dá com o pensamento na medida de que sem pensamento não é possível construir memória e sem memória nossos pensamentos tornam-se limitados e deformados; já a imaginação é um elemento que auxilia a refletir/analisar a realidade constituindo subsídios para salvaguarda de ideias e acontecimentos; com a linguagem, a memória, baseada na apreensão empírica da realidade social, subsidia condições para representar a realidade apreendida por meio de discursos e ações linguísticas; com a comunicação, entendemos que a memória, por si só, é um meio potencial e concreto de comunicação (oral, visual, sensitiva, etc.); com a inteligência (e também o conhecimento) a memória se constitui a partir de um repertório intelectual que pode aprimorar a capacidade dos sujeitos em reproduzir, situar, propor e criar meios de vida, pois quando “tomamos aspectos quase instantâneos da realidade que passa, e, como eles são característicos dessa realidade, basta-nos incluí-los ao longo de um devir abstrato, uniforme,

invisível, situado no fundo do aparelho do conhecimento, para imitar o que há de característico nesse próprio devir” (BERGSON, 1979, p.265); e, por fim, a construção social é um fator que depende substancialmente da memória para que seja concebido na efervescência de uma consciência gestada individual e coletivamente.

Em segundo lugar, uma interdependência pragmática no que tange, por um lado, aos estímulos que a memória produz para ativação da mente, dos sentidos humanos e da prática humana em geral e, por outro lado, uma pragmática humana que define a memória como representação das experiências dos sujeitos por meio de textos, oralidades, comemorações, expressões imagéticas, entre outras. Outro ponto conceitual da memória está no pensamento de Nora (1993, p. 9) quando define que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória se enraíza no concreto, no gesto, na imagem, no objeto.

O conceito delimitado coloca a memória no patamar de essência do discurso e ação humana. Sem a memória os sujeitos não teriam como desenvolver suas habilidades cognitivas, linguísticas, intencionais. Logo, a memória possui um fundamento eminentemente psíquico concernente a alma, ao espírito, a intelectualidade e moralidade humana, assim como possui um fundamento histórico (fundamento multitemporal) que perpassa não somente pelo passado, mas como este interfere nas condições do presente e ainda um fundamento social no que tange as envolvências coletivas dos sujeitos nos seus mais diversos devires.

Em outro sentido, a memória é extremamente humana porque depende dos sujeitos para existir e são precisamente estes sujeitos que estabelecem os devires da memória a partir das ações coletivas, plurais e individualizadas e manifestam a preservação da memória por meio das ações vinculadas ao concreto, ao gesto e a imagem. A memória é objeto da realidade científica e social quando pensada, utilizada, apropriada e maltratada pelos sujeitos, mas também é considerada “sujeito” quando protagoniza os sentidos de conduta humana.

Chegando a terceira e fundamental questão é preciso reconhecer que as relações entre informação e memória já estão contidas no próprio conceito deste último termo. Conforme

assegura Le Goff (2003, p. 419) “a Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

A memória seria, de forma geral, a capacidade que os sujeitos possuem, em caráter individual e/ou coletivo, singular ou plural, consciente ou inconsciente, direto ou indireto e temporal ou multitemporal de apreender informações através de ações estratégicas ou não através de ponderações psíquicas da mente. A memória, através das ponderações psíquicas da mente, pode apreender informação a partir de dois grandes atos: o ato de organizar/representar e o ato de conservar. Os dois atos estão contemplados no conceito de Zeman (1970, p. 157):

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela.

Percebemos que a relação entre informação e memória se consolida no contexto da materialidade informacional semantizada na condição de documento/artefato. Quando a informação é organizada, em termos de pensamento/ideias e representação da realidade material, e conservada em termos de estratégia natural e documentária, temos a informação formalmente registrada subsidiária da memória.

Assim, a informação materializada define presumivelmente um potencial caráter da memória, mas é no ato de representar como forma de promover sentido às consciências individuais e coletivas e no ato de conservar como forma de aprimorar as estratégias de representação, selecionar as informações mais pertinentes para uso/apropriação em outras possibilidades e fortalecer os produtos documentários que a memória se estabelece como fenômeno concretizado para preservação das questões do passado, transmissão para gerações e, por conseguinte, subsidiar novas formas de interação no contexto histórico-cultural dos sujeitos.

Informação e memória se instituem como estruturas interligadas de forma interdependente onde a informação auxilia na preservação e conservação da memória e a memória auxilia nas possibilidades individuais e coletivas de produzir informação. Logo, informação e memória atuam (ou devem atuar) como terminologias associativas de caráter

recíproco, pois esta reciprocidade embasada pelos atos de representar e conservar permite caráter fundamental para formação psíquica dos sujeitos e, por conseguinte, das representações mentais e sociais.

Consideramos que a materialidade da informação que aproxima da memória reside no conceito de documento, pois toda prática representacionista e conservacionista só é plenamente possível no âmbito do conceito de documento. Le Goff (2003, p. 545) indica o conceito de documento que converge com a presente discussão:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Informação e memória estão intimamente representadas no conceito de documento. A primeira no sentido duplo de ativar o conhecimento registrado e de favorecer a apreensão/apropriação de conteúdo pelos sujeitos da informação. A segunda também em sentido duplo, mas com outra vertente que envolve a concepção do que é passível de ser registrado de modo simbólico ou documentário (organizado/representado, acessado, utilizado e apropriado) pelos sujeitos, conforme a oferta de documentos disponíveis para organização e, de forma mais ampla, aproximar as temporalidades e as gerações que dela fazem parte fortalecendo os conhecimentos sobre a realidade, fortalecendo, pluralizando ou fragmentando a formação cultural dos sujeitos.

Ademais, o documento é visto como monumento simbólico na medida em que exerce não somente o papel de texto e discurso, mas também de representação histórica de sujeitos, grupos de sujeitos, instituições e fundamentalmente culturas ampliando as possibilidades de construção da informação e preservação da memória. É visível que informação e memória estão intimamente concatenadas quando das práticas de representação e conservação, mas como se dá a transformação da informação para memória? Rothschild (2000, p. 27) revela três passos para essa transformação: codificação – codificação – envolve um processo de gravação, simbolismo ou marca da informação dentro do cérebro; armazenamento – que favorece uma acumulação da informação que, conforme o tempo pode ficar guardado; reaccessamento – numa consulta ou reativação da informação levando a informação à consciência.

No entanto, nem toda informação segue esse processo de transformação para memória da mesma forma, já que existem três grandes tipos de configuração da memória: curta duração (informação apreendida de repente pelos sentidos do corpo humano, levadas ao sistema cognitivo e liberadas através dos próprios sentidos, assim como da fala e do movimento mental e linguístico dos sujeitos a fim de que o cérebro não fique com uma carga muito onerosa de informações); temporária (são aquelas informações que são captadas pela memória de curta duração e assimiladas, com vistas ao reconhecimento de uma determinada utilidade individual ou coletiva, mas que comumente não é armazenada de forma permanente, mas auxilia para que certas informações possam se estabelecer de forma permanente, de acordo com seus impactos e relevância); longa duração (são informações marcantes que são guardadas para o resto da vida em virtude de sua permanente relevância ou do impacto psíquico na vida dos sujeitos). (ROTHSCHILD, 2000, p. 27).

Os tipos de memória denotam a relevância da ideia de lembrança, pois é a partir desta (e de sua contextualização histórica) que as informações são produzidas engendrando perspectivas para preservação da memória. Bergson (1999, p. 89) distingue dois tipos de memória que incluem a percepção de lembrança e informação: imagens-lembrança (envolve a trajetória de vida conforme se delineiam armazenando o passado através da informação) e representação das lembranças (ocorre no contínuo acesso à informação desde o tempo passado reformulando o que já foi vivenciado/experimentado pelos sujeitos).

A inter-relação entre informação e memória é ainda mais visível quando ambas estabelecem conexões diretas entre o passado e o presente. A diferença é que a informação, especialmente aquela apropriada na mente dos sujeitos (e ainda não registrada formalmente na condição de promover acesso a multiplicidade de sujeitos) tem um contexto mais situacional quando é útil para que o sujeito construa sentido quando da apropriação reformulando questões do passado, enquanto a memória tem um aparato representativo e conservador para estabelecer conexões multitemporais em qualquer tempo e espaço e para infinidade de sujeitos. Neste ponto, a informação depende da memória para se perpetuar nos diversos contextos históricos, sendo a lembrança o primado básico para mediar o sentido produzido na informação e o legado de representação/conservação da memória.

Informação e memória são indissociáveis porque as formas como a informação são apreendidas, apropriadas, codificadas e armazenadas definem os níveis de conservação da memória e esta se bem conservada auxilia diretamente no aprimoramento das atividades linguísticas, comunicacionais e na construção de novos conhecimentos. Informação e memória também são muito semelhantes porque possuem características em comum, tais

como: ambas são seletivas no sentido de que os sujeitos as utilizam conforme seus interesses e possibilidades individuais/coletivas; ambas são representadas por meio de linguagens; ambas são conservadas por meio de processos físicos, virtuais e mentais; ambas estão pautadas finalisticamente na construção de sentidos.

É precisamente no ato de fazer sentido que informação e memória se encontram em sua plenitude, pois é neste momento em que ambas culminam seus processos técnicos (organização/representação, armazenamento, recuperação, etc.) e sociais (acesso, uso, apropriação, etc.). A construção de sentidos não deve ser vista como percepção do positivismo lógico de ideação-comprovação, mas como fundamento holístico relacionado a finalidade, necessidade, inteligência e direcionamento da realidade dos sujeitos. O sentido deve ser visualizado com nexos lógico-ontológico da vida em que a informação produz interpretações sobre a realidade objetiva e significados plurais e a memória produz meios para preservar significados e socializá-los de forma ampla transcorrendo gerações e transformando a história dos sujeitos. O sentido é, portanto, fruto de um processo informacional e memorial em que o sujeito protagoniza ações de intuição, observação, interpretação, percepção, compreensão, apreensão e apropriação. Estes processos não são necessariamente ordenados, mas indicam uma lógica de sentido da vida.

Desse modo, informação e memória tem o que podemos chamar de **construção processual de sentidos**, pois se constituem em uma interdependência lógica, compreensiva e preservacionista. Lógica porque traduzem uma coordenação de processos. Compreensiva porque produzem percepções, significados e apropriações. Preservacionista porque estão inseridas num ambiente do transcurso histórico que são transmitidas e adaptadas por diferentes gerações. Serra (1999, p.8) ao discutir sobre os sentidos da informação questiona como síntese problematizadora a seguinte pergunta: “3º Problema. Que tipo de informação (conhecimentos) merece ser reunida, divulgada aos contemporâneos e transmitida aos homens do futuro?” Esta pergunta merece várias respostas, principalmente pautada em dois aspectos: a informação com sentido histórico através da memória e os suportes de informação necessários para que a memória se estabeleça com sentidos no contexto histórico (do passado para o presente).

Quanto ao primeiro aspecto, a informação não é um fenômeno isolado e para se situar historicamente necessita de múltiplos diálogos com a linguagem (estratégias para o desenvolvimento da pragmática informacional); comunicação (encaminhamento de processos técnicos, ontológicos e sociais); tecnologias (suportes físicos e virtuais de acesso à informação em diferentes tempos); documento (representação materializada da informação segmentada no

transcurso histórico); e com a memória (a informação é organizada e conservada com vistas a ser disponível em caráter permanente ou temporário, conforme sua relevância ou impacto para os sujeitos da informação).

Essa interdependência da informação mostra quão reticulares são os conceitos e sem essas aproximações teórico-práticas entre os conceitos a informação se enfraqueceria em termos de produção epistêmica e de fundamentação pragmática. A informação conquista historicidade mais definida e plural quando associada a memória. Sem essa associação, a informação seria mero instrumento de apropriação instantânea e rapidamente descartável de acordo com a utilidade conferida pelos sujeitos que a utilizam inibindo, por sua vez, os processos de transmissão histórica da informação.

Já o segundo aspecto conquista o sentido pragmático da informação quando apenas com suportes definidos é possível constituir processos históricos de transmissão entre gerações diferentes. Os suportes, quando estão suplantados por práticas de preservação da memória, ajudam a definir a consistência histórico-cultural da informação e suas possibilidades de transmissão, ou seja, a informação se enfraquece ou fortalece, aumenta ou diminui no tempo, conforme a qualidade das didáticas organizacionais e conservacionais dos suportes. Jeudy (1990, p.88) afirma que “nos sistemas de comunicação e de informação, a noção de memória adquiriu um sentido determinante. A memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quanto de seu tratamento.”

A operacionalidade da memória se dá pelas práticas de organização e tratamento dos documentos/monumentos a fim de que a informação seja transmitida historicamente. Dessa forma, sintetizando uma resposta para a pergunta feita por Serra (1999) podemos dizer que os processos de organização/tratamento são considerados técnicos, mas os sujeitos que elaboram e executam as práticas documentárias definem em grande medida quais tipos de informação podem (ou devem) ser transmitidas para as gerações posteriores a depender dos tipos de documentos tratados. Por exemplo, documentos como jornais costumam ser meios de apropriação imediata dos sujeitos e prontamente descartáveis (salvo para sujeitos da informação especialistas como pesquisadores), enquanto enciclopédias costumam ser documentos de apropriação em diferentes tempos históricos.

Por isso, a dimensão do que vai ser transmitido para as gerações depende, sobretudo, dos tipos de documento e das formas de tratamento (caráter operacional da memória), de modo que os sistemas de informação (físicos, virtuais como bibliotecas, arquivos, museus, centros culturais, etc. e simbólicos como a mente humana e significados compartilhados por grupos institucionalizados como movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos) possuem

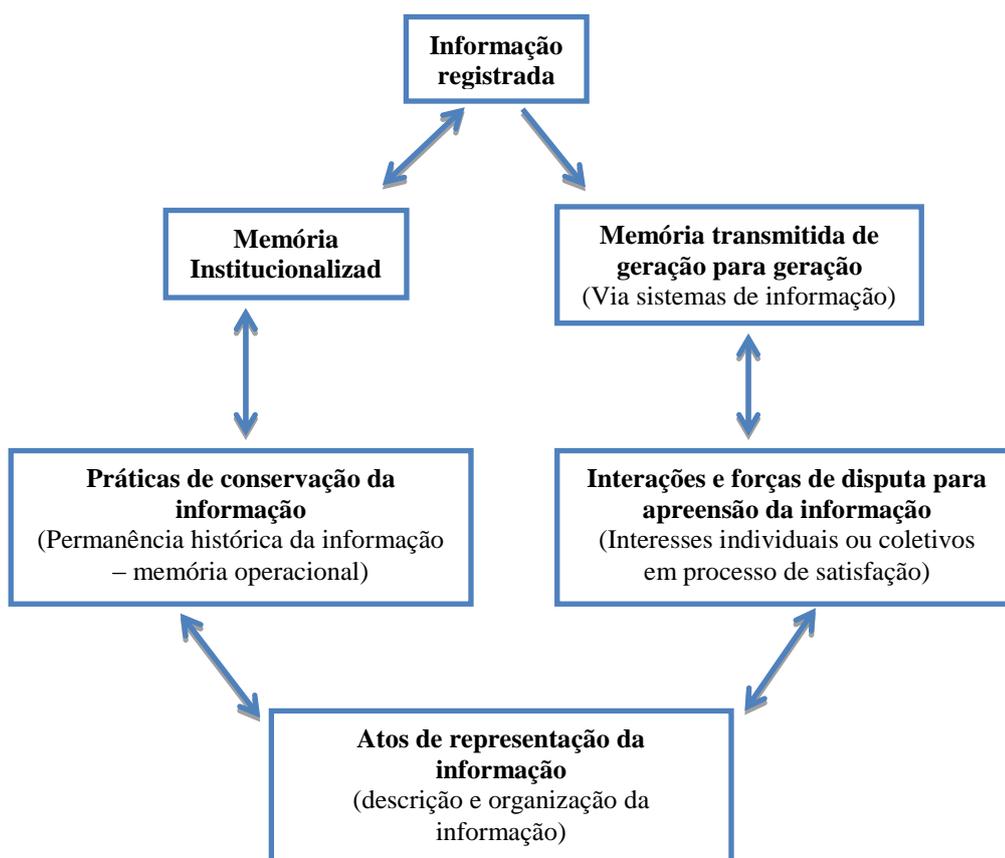
finalidades de transmissão da informação eminentemente históricas, sendo as estratégias para preservação da memória subsídios *actio in rem* para dinamizar a vida da informação e possibilitar que os sujeitos produzam sentidos para suas vidas. Podemos identificar os seguintes sentidos produzidos pelos sujeitos na inter-relação entre informação e memória:

- a) sentido utilitário – construído com base em alguma necessidade específica dos sujeitos em determinado momento que precisa ser satisfeita comumente relacionada ao dia-a-dia;
- b) sentido discursivo – ocorre quando o sujeito possui um arsenal de informações baseado em sua memória e busca através de uma concatenação linguística convencer a outros sujeitos as melhores condutas e formas de satisfação;
- c) sentido lógico – construído a partir de um planejamento continuado com vistas a satisfação de alguma necessidade de informação que se apresenta de forma intensa na vida dos sujeitos durante determinado tempo;
- d) sentido ontológico – é construído a partir da análise do sujeito sobre si mesmo, conforme os dispositivos de informação e de preservação da memória que este dispõe para mudar determinada realidade que pode ser do sujeito em nível individual ou do sujeito em parceria com outros sujeitos;
- e) sentido estrutural – quando a análise, compreensão, apropriação e decisão de um sujeito, em uma determinada situação (baseada em seu arsenal de informações e de sua memória preservada), comumente atribuída a espaços comunitários ou de ação profissional afeta de forma positiva e negativa outros sujeitos envolvidos;
- f) sentido coletivo – quando um sujeito pretende produzir informação a partir dos suportes de informação que dispõe para satisfazer de forma simultânea ou não às necessidades de outros sujeitos;
- g) sentido contextualista – quando o sujeito analisa os diversos aparatos de memória e informação registrada para escolher aqueles que considera mais pertinente para resolver determinadas situações;
- h) sentido generalista – quando o sujeito busca, por meio dos suportes de informação (e operacionalidade da memória) escolher uma informação específica para conduzir processos diversos, tanto para seguir sua vida cotidiana, quanto para lidar com outros sujeitos da informação;
- i) sentido histórico (multitemporal) – construída durante toda a trajetória da vida dos sujeitos e pode envolver de modo isolado ou agregado os valores profissionais, pessoais ou psíquicos visando permanente satisfação em determinado setor. O

sentido histórico é permanentemente buscado pelo sujeito e mesmo quando conquistado não é definitivo, pois o sujeito precisa sempre manter ou aprimorar o sentido produzido;

A figura abaixo explicita as inter-relações entre informação e memória, além de mostrar como ambas produzem sentidos de forma interacional:

**Figura 13 - Construção processual de sentidos entre informação e memória**



Fonte: elaborado pelo autor

O título “construção processual de sentidos” significa que informação e memória, de maneira intrínseca, produzem dois grandes sentidos: compreensão e transmissão. Quanto a percepção de interacional ocorre que a produção de ambos os sentidos só podem ocorrer a partir da permanente interação entre informação e memória.

O termo “lugares de memória” divididos em materiais em que a memória social apreende sentidos; funcional que é o alicerce de memórias coletivas; e simbólicos quando a memória coletiva vista como identidade se revela (NORA, 1993) favorece a percepção de que a informação possui lugar cativo na “territorialidade material e simbólica da memória”, pois é

a informação, registrada simbólica ou documentalmente por sujeitos ou instituições, que produz sentidos para existência da memória expressando focalizações coletivas e revelando a(s) identidade(s) individual ou coletiva dos sujeitos.

No entanto, vale ressaltar que a finalidade potencial de toda construção de sentidos está relacionada a transmissão da memória (informação registrada), mas objetivamente nem toda construção de sentidos necessariamente está vinculada a transmissão da memória, em especial, quando os sentidos construídos são baseados nas satisfações individuais dos sujeitos, como o sentido utilitário, discursivo e generalista.

Outra questão na construção processual de sentidos é que informação e memória não podem ser observadas apenas através da interação entre ambos os conceitos, mas na força que os sujeitos produzem em termos de informação e memória e como os sujeitos decidem aquilo que deve ser registrado (representado, conservado e institucionalizado) e transmitido para outros sujeitos e temporalmente falando outras gerações, uma vez que a força dos sujeitos para definir a transmissão da memória é salutar “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p.29).

Esta força é que define como as interações serão concretizadas e o que, de fato, vai ser compreendido de forma implícita ou explícita pelos sujeitos e aquilo que será transmitido, pois nem tudo que é compreendido é de fato transmitido, já que é opção dos sujeitos em decidir como será processada a produção da informação e as práticas de preservação da memória. O fato é que informação e memória são tão próximas do ponto de vista epistêmico, técnico e humano que são mais profícuas se analisadas de forma relacional.

## **6 FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA INFORMAÇÃO: COMPOSIÇÃO DOS FENÔMENOS CIENTÍFICO-NATURAL E CIENTÍFICO-SOCIAL, MULTITEMPORALIDADE, OBJETIVIDADE/SUBJETIVIDADE/INTERSUBJETIVIDADE, CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR, VALOR E ÉTICA**

Chegando a última parte do nosso itinerário lógico, podemos empreender que a informação é um elemento semântico investigado e delimitado em diversas áreas do conhecimento e em variados períodos históricos atentando para uma vicissitude semântica, assim como aplicações particulares, conforme a realidade de determinadas áreas do conhecimento ou necessidades dos estudiosos e/ou necessidades naturais e sociais. Assim, a informação é multiplamente semântica, conforme a área do conhecimento em que está sendo estudada.

Todavia, é pertinente observar que há um conjunto de significados de informação que auxiliam na firmação de pactos acadêmico-institucionais entre áreas do conhecimento ou estudiosos de diferentes áreas do conhecimento ou, de forma contrária, alguns estudiosos firmam pactos acadêmico-institucionais para investigação semântica da informação. Ambas as opções são aceitáveis do ponto de vista científico, mas há uma diferença cabal entre elas: a primeira se dá num plano micro que podemos chamar de percepção reprodutivista da informação que reside na apropriação (crítica ou não) de conceitos de informação entre pesquisadores da mesma área ou de diferentes áreas do conhecimento, enquanto a segunda envolve um plano macro que podemos chamar de percepção crítico-criativa da informação e reside num conjunto de articulações entre pesquisadores de uma mesma área do conhecimento ou de diferentes áreas que articulam heurísticas teóricas, metodológicas, epistemológicas e empírico-pragmáticas para compreender possíveis significados de informação ou, de forma mais precisa, encaminhar novos conceitos de informação.

Evidentemente que o segundo plano identificado é o mais lato do ponto de vista histórico-científico, de sorte que, além de deixar profundas marcas conteudísticas da informação para gerações vindouras permitindo novas reproduções ou criações, movimentam um *ethos* semântico da informação mediante interlocuções teórico-práticas nos diversos programas de pesquisa espalhados pelo mundo fomentando dinâmicas de comunidades discursivas a partir dos seguintes fatores:

- a) que um mesmo objeto (em nosso caso a informação) possa servir a um conjunto diversificado comunidades discursivas (LEFFA, 1999) considerando a perspectiva de objetos mais flutuantes que possibilitem firmar o equilíbrio entre a autonomia

científico-institucional das áreas do conhecimento concomitante as suas possibilidades de diálogo e dinamização de suas finalidades sociais. A informação não somente é um objeto flutuante como valoriza as relações entre as áreas do conhecimento, de modo que, por mais que seja investigada em uma área do conhecimento, recebe influências de outras áreas;

b) a necessidade de compreender e definir as origens e trajetória de uma determinada comunidade discursiva, suas relações com outras comunidades e aquilo que se estabelece como objeto (PRIOR, 2003) ou, no caso da informação, como está sendo estabelecida como objeto, assim como aquilo que está sendo pretendido e/ou definido como informação;

c) embora pertençamos de forma prioritária a uma comunidade discursiva acadêmica é fundamental reconhecer a possibilidade de vínculo – informal ou formal – a outras comunidades discursivas acadêmicas que não se excluem, mas se complementam (CANAGARAJAH, 2005);

d) as comunidades discursivas acadêmicas se estabelecem por meio de apanágios sociais como a necessidade de distinguir grupos sócio-linguísticos de sócio-retóricos, a intencionalidade de alcançar objetivos socializadores e o caráter centrífugo, pois busca separar os sujeitos em grupos, de acordo com necessidades específicas atestando um fundamento funcional e plural das comunidades discursivas (SWALES, 1990).

Observamos que a informação, enquanto conceito científico, possui um conjunto de características associadas às comunidades discursivas, pois, em essência, é uma busca conceitual de diferentes comunidades discursivas (acadêmicas ou não), bem como pode ser objeto de diferentes comunidades discursivas, sendo abordada de maneira generalista (aplicável em múltiplos contextos ou ambientes sociais) ou contextualista (aplicável em um ambiente social específico) e ainda possui um objetivo socializador e uma dinâmica plural de dividir grupos e espriar interpretações, apreensões e apropriações entre sujeitos.

A categorização estabelecida na presente pesquisa intitulada de fundamentos científicos da informação implica no caminhar semântico da informação por diversas áreas do conhecimento considerando, em geral, as realidades das ciências naturais e humanas/sociais e, por conseguinte, nas intercorrências pluridisciplinares que se desenvolvem entre essas ciências atestando o caráter poliepistemológico da informação como um objeto cultural que articula estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/organizações) em contextos concretos de ação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000). De modo mais específico, em relação aos fundamentos científicos da informação, consideramos as seguintes categorias: a informação

como fenômeno científico-natural e científico social; a informação como fenômeno temporal/multitemporal; a informação como fenômeno de subjetividade; a informação como fenômeno de diferença e afirmação; a informação na perspectiva pluri, inter e transdisciplinar.

Portanto, a compreensão dos fundamentos científicos da informação é premente em virtude de trazer uma unidade representacional do discurso acadêmico-científico entre o que é produzido e vivenciado; pensado e idealizado; idealizado e aplicado; aplicado e repensado em termos de informação e permitir concepções sobre como a ciência, em suas diversas facetas, pensam e articulam os significados de informação.

## 6.1 A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO CIENTÍFICO-NATURAL E CIENTÍFICO-SOCIAL

Entre a diversidade de estudos desenvolvidos na história da filosofia e da ciência duas questões ultrapassam limítrofes temporais: a questão da verdade e a percepção/apreensão da realidade. Não é à toa que essas questões são axiomas fundantes da filosofia antiga e da Epistemologia (disciplina essencialmente contemporânea). Vale ressaltar que a díade verdade-realidade são tão complementares que não seriam analisadas com profundidade epistemológica de forma isolada.

Sem a pretensão de estabelecer um reducionismo lógico-científico, as questões de verdade-realidade são passíveis de compreensão quando se pensa a junção de um conhecimento científico natural associado ao humanístico-social, ou seja, quando as questões da natureza se unem as questões sócio-humanas, verdade e realidade passam a ter uma conotação isenta de isolamentos, concepções absolutistas, unilaterais e estanques.

Isso significa que a plenitude do conhecimento (no sentido de capacidade hermenêutica de compreender a realidade) se dá na possibilidade de atrelar uma perspectiva científico-natural e científico-social. Como afirma Santos (2008, p. 61) “a distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção assenta numa concepção mecanicista da matéria e da natureza a que contrapõe, com pressuposta evidência, os conceitos de ser humano, cultura e sociedade.”

Estabelecendo de maneira breve e expositiva, as relações entre o pensamento científico-natural e humanístico-social podem ser constatadas não somente na proximidade epistêmica, mas também em uma perspectiva metodológica (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAIDER, 1998) e histórica de aplicação entre ciências naturais e

humanas/sociais.<sup>65</sup> A sensibilidade científica relacional (no sentido de aguçada percepção entre ciências consideradas de natureza diferentes) epistêmico-metodológica entre os axiomas naturais e humanístico-sociais podem ser gestados, em primeira instância, a partir da Filosofia e da Física em que ambas estão vinculadas a propositura conceitual do ser e do mundo, sendo a primeira atrelada à percepção teórica e a segunda a prática filosófica.

Como nos indica Bunge (2000) embora a Filosofia apresente questões conceituais profundas, o seu caráter científico (a formação da Filosofia da Ciência) se dá pela necessidade de enfrentar as questões éticas e sociais desenvolvidas pelas ciências considerando formulações axiomáticas por meio de fundamentos matemáticos constituindo a Filosofia da Física.

Para tanto, a Filosofia da Física de Bunge (também chamada de Filosofia Exata) conquista caráter eminentemente pragmático quando da conotação de elementos lógicos e metafísicos concretizando o que Mora (2001) chama de materialismo ontológico ou realismo epistemológico.

Pensar em um materialismo ontológico ou realismo epistemológico pelo viés da Filosofia da Física significa condicionar a aproximação entre o uso e a consciência sobre a realidade social humana apreendida pelos vieses das relações entre natureza-sociedade; tempo-espaço; história-temporalidade; cultura-ontologia manifesta; dinâmica-estagnação, entre outros. Do mesmo modo que a Filosofia da Física pode engendrar perspectivas de consolidação epistemológica e ontológica da Filosofia, a Física moderna e principalmente contemporânea<sup>66</sup> se alimenta epistemologicamente de fundamentações histórico-conceituais da Filosofia. Conforme revela Heinseberg (2008, p. 40):

Existe uma consciência generalizada de que a física contemporânea tem produzido uma grande revisão na concepção do universo que o homem tem e as relações que o ligam a ele. Também é dito que esta revisão afeta a função do destino e da liberdade do homem, quebrando as concepções tradicionais sobre a capacidade de controlar seu próprio destino.

Observamos como a Física se apropria de fundamentos conceituais da Filosofia e por meio de atividades pragmáticas revisa e responde várias questões humanas da

---

<sup>65</sup> Evidenciamos com cautela que nosso objetivo não é extrair a autonomia das ciências naturais e humanístico-sociais, mas mostrar que é na relação recíproca e dinâmica entre ambas que a ciência se estabelece autonomamente.

<sup>66</sup> É preciso considerar que as relações entre Filosofia e Física se dão com densidade epistemológica desde a Idade Moderna como a ideia de explicação do universo, a relação entre a mecânica quântica justificada por leis e realidades temporais anteriores e a causalidade humana, além do conceito de tempo elaborado pela teoria da relatividade restrita, por exemplo, e se aprimoram na Idade Contemporânea a partir da teoria da relatividade geral de Einstein (1999).

contemporaneidade referentes à consciência, mente, liberdade e outras terminologias que envolvem a atividade lógico-ontológica. Além das relações entre Física e Filosofia, consideramos a imanência entre Biologia e Sociologia em que a primeira forneceu fundamentos para o advento da segunda como as noções de raça e a segunda forneceu bases para a formação de uma Biologia Social ou sociobiologia (WILSON, 1975) que estuda o comportamento social dos animais como abelhas e formigas a partir de conceito como evolução e genética populacional.

Biologia e Sociologia se desenvolvem, por um lado, no âmbito da diferença (quando uma prima pela elucidação essencialmente histórico-biológica do ser e a outra por um condicionante organizacional histórico-social e, por outro lado, no âmbito da complementaridade em um significativo processo de associação de ideias (quando da formulação de conceitos que primam pelo caráter social da ação humana e não-humana).

Vale ressaltar também que a sociobiologia também está intrinsecamente concatenada à Psicologia, em especial, nos fundamentos da Psicologia evolutiva e Psicologia molecular. Essas relações podem ser concebidas a partir do gene transportador da Serotonina (SERT) no que tange ao gene que codifica o transportador (SLC6A4) implicando dizer que os polimorfismos da parte produtora do SLC6A4 estão diretamente ligados às alterações de humor, agressividade e depressão (LESCH et al., 1996) ou de doenças mentais (KOHEN et al, 2008).

A Psicologia, embora seja uma ciência recente (contemporânea) pode ser considerada uma das ciências mais pluridisciplinares e dialógicas, de sorte que seus fundamentos teóricos, epistemológicos e empíricos estão multiplamente situados nas ciências naturais (estudos sobre a fisiologia e behaviorismo natural que aproximam a Psicologia da Biologia e Ciências da Saúde) e humanas/sociais (como exemplos os estudos sobre comportamento e consciência sociais).

Um dos principais ramos da Psicologia denominado de Psicologia Social, embora seja vinculado institucionalmente as ciências humanas, requer uma mistura das ciências naturais e biológicas, a livre investigação e uma filosofia ética da democracia (ALLPORT, 1954) constituindo esse *status*, principalmente a partir do período turbulento das duas guerras mundiais em que a necessidade de se pensar a atividade da consciência, do comportamento e do corpo humano (uma vinculação premente do conhecimento científico-natural e científico-social) se tornou ainda mais latente.

Não podemos esquecer ainda dos estudos em Geografia que contemplam uma dinâmica social (procedimentos políticos e humanos de analisar o mundo) e uma dinâmica da

natureza (compreender as questões físicas, territoriais e geológicas do planeta), assim como das relações científico-disciplinares entre Saúde Pública e os campos Educação, Sociologia e Psicologia; Letras (Linguística e Literatura) e Comunicação Social; Computação e CI, também as relações entre Estatística e os estudos quantitativos das ciências humanas/sociais, além dos métodos e heurísticas em comum entre as duas ciências (métodos experimentais, comparativos, causais, quantitativos e qualitativos) e as constituições de novos movimentos científicos que permeiam fundamentações pluridisciplinares como a nova matemática (LESH; HAMILTON; KAPUT, 2007) que busca compreender não apenas seus processos lógico-formais, mas principalmente a problematização da realidade (BARELL, 2007; SAVIN-BADEN; WILKIE, 2006)

As ciências contemporâneas se fortalecem em seus desideratos de negação (rejeitar percepções isoladas de como as ciências, em seus diversos fundamentos, pode conceber a natureza social do ser), diferença (divergir em prol do avanço das concepções científicas), afirmação (convergência plural e associativa dos campos científicos), subjetividade (diversas possibilidades de perceber as relações e unificações entre a realidade natural-social) e disciplinaridade (como as ciências podem contribuir reciprocamente para o fortalecimento epistemológico e amadurecimento das maneiras ontológicas de ver o mundo).

Essa breve introdução é pertinente para elucidar que a informação também se deu em um conjunto de transformações históricas no âmbito das ciências, seja naturais ou sociais e da Filosofia, mas preserva uma premissa essencial que é a composição das díades verdade-realidade e natureza-humanidade como pressupostos epistemológicos.<sup>67</sup> Evidentemente que quando indicamos a ideia de verdade-realidade no entendimento conceitual de informação não estamos falando no sentido positivista lógico de uma simples apreensão factual ou empírica, mas em uma dimensão mais ampla de diálogos prementes como científico-natural; científico-social; humano-natural; histórico-contextual; singular-plural que compõem as perspectivas de apreensão da realidade e, por conseguinte, a permanente busca pela(s) verdade(s).

A informação, em caráter geral, apresenta dois pressupostos que a dinamizam epistemologicamente: o caráter contextual (a informação é vista dinamicamente de um ponto de vista de satisfação específica, mas considerando diversas possibilidades científico-naturais e científico-sociais) e o caráter coletivo em que a informação busca uma satisfação coletiva considerando uma diversidade de fatores naturais e sociais.

---

<sup>67</sup> Não estamos afirmando que as questões verdade-realidade ou natureza-humanidade apresentam uma perspectiva estanque e unívoca na história, mas que são valores buscados na essência da prática científica e humano-natural.

Desse modo, rejeitamos a ideia da informação na contemporaneidade ser vista nas ciências de forma isolada, de sorte que, por exemplo, ciências consideradas naturais como a Física e a Biologia contemporâneas põem em xeque a percepção isolacionista de vivo-não vivo, orgânico-inorgânico, espaço-tempo, generalidade-relatividade, já que suas segregações implicariam em um reducionismo científico-cognitivo, assim como ciências ditas humanas/sociais como a Psicologia, História e Sociologia agregam em seus estudos a perspectiva da compreensão natural de gênero, mente, espaço, tempo... para compreender as relações e representações sócio-cognitivas.<sup>68</sup>

Como realçamos a pressuposta evidência das relações entre os conhecimentos científico-natural e científico-social, não implica falar na perda de autonomia e particularidades das ciências, mas, ao contrário, no amadurecimento teórico-epistemológico e empírico das ciências proporcionando uma identificação mais ampla entre si e um conhecimento representado de forma mais fidedigna à realidade humana.

Então, quais seriam, em tese, os elementos científico-naturais e científico-sociais pertinentes às concepções semânticas de informação e que relações possuem entre si a fim de ratificar a condição de proximidade e possivelmente de unicidade epistemológica desses elementos?

Malgrado vindicarmos aproximações semânticas entre informação no âmbito científico-natural e científico-social é preciso destacar que a história, ou melhor dizendo, os pesquisadores no transcurso histórico nem sempre perceberam dessa forma, mas, ao contrário, isolou a característica natural da informação. Além da Teoria Matemática da Comunicação (conceito técnico de informação) já discutida neste estudo ou da proposta de fluxo comunicacional de Avramescu (1967) que empreende percepções fisicalistas da informação, outras teorias se estabelecem como construtos que individualizam o conceito de informação, principalmente no que tange à transmissão de sinais.

Essas visões ocorrem, sobretudo, pelo largo desenvolvimento tecnológico ocorrido durante o Século XIX e principalmente XX em nível analógico e posteriormente digital assimilando a informação como um mero expoente linear de repasse de dados ou sinais de um sujeito/autor e/ou mediador para um sujeito/usuário. Um desses representantes, anterior às teorias de Shannon e Weaver, é Ralph Hatley (1928) que em sua obra *Transmissão da informação* declara que os sistemas de transmissão elétrica não tem nada a ver com seres

---

<sup>68</sup> Mais uma vez não estamos aqui afirmando que não há concepções específicas de informação no âmbito das ciências naturais e sociais, mas que a essência do fundamento científico da informação reside na junção dos elementos científico-naturais e científico-sociais.

humanos e sim com máquinas sendo pertinente evitar influências psicológicas envolvidas nessa noção.

Observamos que essa ocorrência conceitual se desenvolveu em virtude de que a finalidade, cientificamente falando, não era compreender os postulados significantes da informação, mas de quais maneiras os dados podem ser transmitidos por meios de sinais elétricos e maquinários. Neste caso, a informação ganha caráter de negação semântica indicando um significado menor e incipiente para representar a realidade informacional, visto que é na conferência da construção social de significados que esses dados ganham destaque.

Em particular, discordamos precisamente do termo transmissão da informação em virtude de que é empregado comumente para designar a importância apenas de seres não-vivos em detrimento das relações sociais para construção da informação desagregando a relação entre o caráter científico-natural e científico-social, bem como impossibilitando considerar as relações de produção cognitiva e humana para um redimensionamento dos significados de informação.

A ideia de transmissão da informação não somente relega a um plano inferior o prospecto de fundamento científico da informação (aproximação entre informação científico-natural e científico-social) quanto pensa a informação do ponto de vista tecnicista, mecanicista e linear.

Quando se pensa na aproximação entre informação de caráter científico-natural e científico-social o seu *modus operandi* não está relacionado, em essência, a ideia de transmissão, mas, sobretudo, as ideias de interação (exposição, mostras, diálogos...) e construção englobando os aspectos naturais (tratamento, disponibilidade e significação de dados) e aspectos humanos (partilha) como elementos indissociáveis. A aproximação entre informação como elemento relacionalmente natural/social se dá, por exemplo, a partir do que poderíamos denominar de percepção mecânico-informacional como pode ser visto nas teorizações de Turing (1950) quando busca explicitar o conceito de informação a partir da natureza do pensamento inteligente desenvolvendo um método sintético de análise aplicado a modelos mecânicos da mente como forma de compreender os processos de organização da mente e também de Dretske (1981; 1992; 1995) que busca na compreensão naturalista compreender o significado filosófico de informação.

É na obra *Knowledge and the Flow of Information* que o filósofo alavanca as reflexões sobre significados filosófico-naturalistas da informação. A obra de Dretske (1981) se desenvolve centralmente a partir da transmissão da informação entre dois sistemas. Para tanto, o filósofo toma como base duas inspirações: a primeira de cunho abstrativo e reflexivo que

reside na teoria da mente de Brentano que postula serem os fenômenos mentais pressupostos caracterizados sob medidas de intencionalidade ou direcionalidade no que tange aos seus referentes e a segunda de cunho aplicativo concernente a aplicação da Teoria Matemática da Comunicação para elucidar os estados psicológicos que definem os significados de informação.

Na perspectiva de transmissão da informação, Dretske postula a quantidade de informação contida nos sinais (dados) e suas possibilidades de transmissão entre sistemas considerando que: a informação não vem gradualmente, mas é uma questão de tudo ou nada (DRETSKE, 1981, p. 108); a informação é sempre relativa ao conhecimento pré-existente do receptor (DRETSKE, 1981, p. 80-81); a informação só se concretiza quando é passível de produzir conhecimento requerendo a noção de verdade para ambos (DRETSKE, 1981, p. 45).

Embora seja evidente a tentativa de Dretske em aproximar a concepção filosófica (mental) da concepção natural (transmissão de sinais), assim como atentar para a informação como instrumento de produção do conhecimento, podemos destacar uma série de deficiências do pensamento dretskeano:

- a) aborda uma concepção cognitivista da informação que vê um isolamento entre os sujeitos da informação, de sorte que prima pelas condições mentais dos sujeitos e não sociais. Em outras palavras, o uso das teorias das representações mentais focaliza a informação como fenômeno idealista inviabilizando a formação da consciência social de informação;
- b) busca elucidar a conotação cognitivista da informação a partir dos pressupostos da TMC que vislumbra a informação em seu caráter processual/quantitativo e não semântico favorecendo considerar a mente como pressuposto desfavorecendo procedimentos de como a mente pode desenvolver informação a partir das relações sociais;
- c) o modelo dretskeano apresenta uma deficiência teórico-epistemológica que restringe em demasia o tipo de regularidades que podem sustentar o fluxo informativo que não pode explicar satisfatoriamente a viabilidade e falibilidade das regularidades que sustentam o fluxo da informação (PÉREZ GUTIÉRREZ, 2000);
- d) embora concordemos com a ideia de que a informação só é produtivamente concebida quando voltada para a produção do conhecimento, entendemos que este papel se dá num prospecto social e não simplesmente mental, bem como apresenta um caráter mais qualitativo (impreciso) do que quantitativo (preciso), de modo que precisar a informação é promover um sinal de arbitrariedade como se a informação

já fosse consolidada no emissor cabendo a este apenas a função transmissiva e ao sujeito/usuário a condição de captar o transmitido relegando a um plano inferior as condições interativas;

- e) discordamos também da percepção de que a informação não vem gradualmente (tudo ou nada). Essa assertiva comprova que Dretske não visualiza o caráter histórico da produção da informação, além dos legados culturais que a informação pode deixar. Até mesmo na produção do conhecimento, a informação é reconhecida em sua perspectiva gradual, já que envolve os processos históricos, mesmo que imediatistas, atrelados a temporalidades recentes ou específicas;
- f) se a informação fosse tudo ou nada estaríamos rejeitando o seu construto social da partilha (ou tentativa de partilha) no sentido que, na interação social, a informação pode ser construída de modo mais expansivo não somente para o sujeito/usuário, como instrumento ontológico apropriador, mas também para o emissor;
- g) a informação como fenômeno de poder está atrelada a disputas políticas e de dominações, mas em algum momento haverá ganhos e prejuízos para as partes envolvidas, mesmo que de forma desigual;
- h) não acreditamos no tudo ou nada da informação, embora devamos concordar que possa ocorrer uma ação de concentração e dominação que é perpetuada quando o emissor não está disposto a interagir e incentivar o processo de partilha da informação restringindo o ato produtivo da informação e impossibilitando, por sua vez, perspectivas para construção do conhecimento ou em que o sujeito/usuário não tem vontade/desejo de articulação para produzir informação tornando-se um sujeito inerte e alheio a sua própria autonomia de apropriação.

Desse modo, o fluxo da informação deve considerar os fundamentos históricos, sociais, cognitivos, biológicos, além da interação entre sujeitos da informação (humanos e não-humanos) para se constituir e não simplesmente como momento imediato percebido, pois mesmo nas interações imediatistas, a ideia de produção gradual ocorre porque é referente também aos aspectos anteriores (história dos sujeitos e das instituições informacionais) e posteriores (apreensões e apropriações dos sujeitos e se houve transformações nas instituições de informação após as interações).

Em outras palavras, o fluxo de informação que pregamos está designado no conceito crítico-social de informação proposto no capítulo anterior, pois embora tenha como finalidade a partilha nele pode haver um conjunto de dualidades e contradições como transferência ou partilha; verticalidade ou horizontalidade; disposição ou indisposição do(s) sujeito(s);

individualidade ou socialidade; arbitrariedade ou negociação; individualismo ontológico ou aceção alteritária; qualidade e/ou quantidade (podem existir individualmente ou como elementos complementares), mas a ideia de tudo ou nada é restritivamente quantitativa e natural deliberando *ad arbitrium* a irrelevância da interação social entre os sujeitos da informação.

A ideia de informação que aproxima o desiderato científico-natural e científico-social não se presume apenas na prevalência de um ser sobre o outro ou de uma tecnologia sobre outra (embora isso possa ocorrer), mas nas relações entre natureza e sociedade que permitem apropriações, construções de sentido e compreensões entre sujeitos. A informação apenas no contexto natural revela a transmissão de sinais, enquanto a informação apenas no contexto social despreza características biológicas, identitárias e físicas da realidade humana e técnica.

Os fundamentos científicos da informação comprovam uma reunião inexorável de elementos sociais e da natureza como componentes do processo de produção da informação, visando a satisfação e compreensão humana, pois como assegura duplamente o físico e filósofo Weizsäcker (1974) a informação é uma coisa diferente a matéria e a consciência e a informação é referente aquilo que pode ser compreendido ou que gera informação.

Isso significa que a informação não implica em um conceito fisicalista ou tecnicista e nem na formação dos modelos mentais. A informação é ente abstrativo que se dá a partir das relações sociais e necessita dos fundamentos expostos no quadro para se consolidar. A percepção de Weizsäcker se aproxima da teoria de Wiener (1961, p. 132) quando afirma que “informação é informação, não é matéria ou energia.”

Podemos observar alguns conceitos de informação das ciências naturais que dialogam diretamente com as ciências sociais são conceitos contextuais referidos a uma determinada situação (MAHLER, 1996); informação possui ambivalência em relação à temporalidade e também é um dispositivo que conecta o local a global (MATSUNO, 1996) ou conceitos que partem das ciências sociais e dialogam com as ciências naturais como as concepções de Dretske (1981) ou Brookes (1977; 1980). O quadro a seguir demonstrar algumas atribuições dos fundamentos científico-naturais e científico-sociais da informação:

**Quadro 19 - Características científico-naturais e científico-sociais da informação**

<b>Fundamentos procedimentais</b>	<b>Fundamentos teleológicos</b>
Historicidade dos sujeitos e tecnologias	A informação demanda múltiplos significados para pensar a ciência e a sociedade
Subjetividades dos sujeitos	A informação é social e natural quando é precedida por paradigmas e auxilia na produção de novos paradigmas
Negações entre os sujeitos	Contribuições dos elementos naturais para produção social da informação
Diferenças entre os sujeitos	Contribuições sociais demandam instrumentos técnicos para produção da informação
Afirmações dos sujeitos	Condicionantes associativos de cunho biológico e social para concepção da relevância histórica social e natural no âmbito da produção da informação
Restrições à ideia de uma natureza social da informação pré-determinada	A produção da informação é essencialmente social e natural quando se observa transformações humanas e não-humanas
	A produção da informação é social e natural quando satisfaz os referentes humanos
	A informação é natural e social quando mediada sócio-constructivamente eferescendo sujeitos humanos e não-humanos
	A informação é natural e social quando reconhece as interferências humanas sobre sujeitos não-humanos de forma a satisfação coletiva
	A informação é natural e social quando os sujeitos conseguem aliar necessidades e satisfações biológicas e sociais

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Os fundamentos científicos da informação designam a forma como a informação é produzida constituindo as possibilidades filosófico-científicas. Logo, a informação é concebida a partir do reconhecimento de suas formas históricas, humanas, sócio-cognitivas e naturais.

Estes fundamentos, especialmente os cinco primeiros, demonstram que a informação não é um ente concreto, mas é construído a partir das relações concretas. A informação se constitui como fenômeno objetivo, mas se constitui através das relações subjetivas e intersubjetivas. A informação demanda um olhar interativo inicial de negação possibilitando posteriormente o reconhecimento das diferenças, sendo estas as condicionantes que irão dar cabo da consecução das intencionalidades de dominação, partilha ou mesmo de indiferença, ou seja, que irão deliberar a afirmação dos sujeitos da informação.

Por isso, a informação é um elemento dialético na medida em que valoriza os conflitos e contradições entre os sujeitos e as possíveis transformações humanas e intelectivas. Embora a informação não seja matéria ou consciência é constituída a partir das condições materiais

(documentais, tecnológicas, institucionais) que norteiam a realidade social e auxiliam na formação de novas consciências.

Em síntese, o ato de produzir informação na composição dos cinco primeiros fatores (procedimentos socialmente ontológicos) depende, sobretudo, dos outros elementos mencionados que dinamizam intersubjetivamente as potencialidades científico-naturais e científico-sociais que unificadamente tem dois objetivos centrais de objetivação de sentidos: a satisfação de necessidades de informação e a construção de novos elementos representacionais e tecnológicos para respaldar os sujeitos da informação.

O quadro exposto poderá ser compreendido de forma mais efetiva na discussão dos tópicos seguintes.

## 6.2 A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO TEMPORAL/MULTITEMPORAL: DA PERCEPÇÃO PRESENTE-PASSADO A METAMEDIAÇÃO INTEGRADORA

Uma das principais características dos fundamentos científicos da informação é a sua ocorrência temporal/multitemporal. A ideia de temporalidade aplicada à informação compreende espectros de transitoriedade ou provisoriedade, de modo que a informação é permanentemente produzida e construída, conforme necessidades sociais/naturais dos sujeitos.

Designamos o termo temporal em virtude da informação ser compreendida e apropriada através de uma perspectiva contextualista que satisfaça um determinado aspecto do cotidiano e seja possivelmente esquecida, descartada ou não mais desenvolvida. Já o termo multitemporal designa as transformações históricas pelas quais a informação passa a partir de seus processos de uso, apreensão, compreensão e apropriação.

É precisamente na multitemporalidade que a informação conquista mais condições para a produção/construção do conhecimento, conforme mostramos no capítulo anterior referente à ideia da informação como fenômeno hilozoísta no âmbito cognitivista e no conceito crítico-social de informação.

Destarte, a informação como fenômeno multitemporal pode ser introduzida como pressuposto de transformação social e cognitiva dos sujeitos a partir de factualidade singular ou plural; individual ou coletiva; pessoal ou institucional e até mesmo consciente e/ou inconsciente.

Mas como a informação enquanto fenômeno multitemporal pode ser visualizada pragmaticamente? Destacamos duas questões fundamentais: a informação mediada a partir do

tempo presente e a integração entre os tempos passado-presente-futuro como mostra do caráter totalizador da informação ultrapassando limites históricos e não está preocupada apenas com uma simples satisfação pessoal, mas centra sua preocupação na produção do conhecimento e no desenvolvimento historicista e humano do intelecto.

Com relação à primeira questão, Morin (2010, p. 12) esclarece a ideia do tempo presente como mediador histórico:

De fato, sempre existe um jogo retroativo entre presente e passado, no qual não somente o passado contribui para o conhecimento do presente, o que é evidente, mas igualmente no qual as experiências do presente contribuem para o conhecimento do passado e, por meio disso, transformam-no. [...] O passado é construído a partir do presente, que seleciona aquilo que, a seus olhos, é histórico, isto é, precisamente aquilo que, no passado, desenvolveu-se para produzir o presente.

Morin destaca a fundamentação seletiva da história, mas quebra o paradigma de sua narratividade no âmbito da linearidade mostrando que presente e passado possuem uma associação nem sempre convencional/complementar e recíproca. Em outras palavras, a história, para ser constituída, demanda um intenso olhar retrospectivo (do presente para o passado) para ser associado ao olhar prospectivo (do passado para o presente).

Neste caso, o processo de desenvolvimento da informação se dá nos seguintes contextos:

- a) o primeiro é de cunho convencional que a informação se dá essencialmente no tempo presente em face da interação entre sujeitos da informação, mas com base nas necessidades históricas constituídas no passado. São as particularidades e evidências do passado que estimulam as relações constitutivas da informação no presente;
- b) o segundo é que na interação do tempo presente entre os sujeitos da informação podem construir novas perspectivas de informação satisfazendo necessidades constituídas no passado. Isso significa que o segundo contexto é complementar ao primeiro, de sorte que conduz (ou deve conduzir) inexoravelmente a satisfação mínima, parcial ou total (este muito mais difícil em virtude das necessidades se desenvolverem permanentemente) de informação a partir de procedimentos de apreensão, compreensão e apropriação;
- c) o terceiro contexto é eminentemente contemporâneo e referente as possibilidades imbricadas de interação entre os sujeitos da informação em tempos distintos, mas que favorecem a produção da informação multitemporalmente. Neste caso, o processo de constituição da informação ocorre em virtude do lato desenvolvimento das tecnologias

digitais que dão azo a novas perspectivas de flexibilidade, adaptação e manipulação (AGGER, 2011) aos sujeitos da informação que podem interagir em tempos distintos permitindo atestar que o presente de um não é necessariamente o presente do outro (diferente do primeiro contexto mencionado), mas as interações em tempos presentes podem produzir satisfações de necessidades de informação do passado;

d) nos dois primeiros contextos e principalmente no terceiro contexto concebido, a multitemporalidade da informação se dá a partir das diversas maneiras de produzir informação que estão essencialmente concatenadas aos pragmatismos contidos em atividades como gestão da informação, concernente aos fatores decisoriais a partir da interação entre os sujeitos da informação (BUCKL, 2009), tecnologias da informação, planejamento estratégico, organização/representação da informação, atividades de disseminação e mediação da informação que consolidam subsídios multitemporais para acesso/uso da informação compreendendo, por um lado, múltiplas atividades de recepção, e, por outro lado, múltiplas possibilidades de produção do conhecimento pelos sujeitos da informação<sup>69</sup>;

e) neste terceiro contexto é que observamos a ideia de transferência, mas não da informação em si e sim dos espaços que os sujeitos da informação utilizam. Espaços estes que, por um lado, são multitemporalidades no sentido de que os sujeitos da informação podem utilizar em tempos diversos, sem preocupações com tempos específicos, mas com construções históricas, de acordo com suas necessidades e, por outro lado, são atemporalidades, já que estes espaços podem indicar para os sujeitos da informação um tempo presente, mas, em verdade, são espaços que superam a ideia de temporalidade por não terem garantia de duração de disponibilidade e muitas vezes por sequer estabelecerem pontualidades temporais. Como afirmam Melro e Oliveira (2012, p. 158) “[...] a transferência virtual dos indivíduos é um efeito do tempo atemporal e do espaço de fluxos. É possível, hoje, ir para outros lugares sem que isso implique deslocamento físico” possibilitando constatar que os espaços de fluxos interferem direta ou indiretamente e positiva ou negativamente nos processos de interação e construção da informação entre os sujeitos.

---

<sup>69</sup> Será que os estudos sobre a produção da informação a partir da relação entre os sujeitos da informação no âmbito de condições pragmáticas como gestão, tecnologias, organização/representação, disseminação/mediação compõem os principais pressupostos seria um dos principais fazeres da Ciência da Informação? Couzinet, Silva e Menezes (2007) destacam que o fazer da CI envolve estudos sobre a noção, os processos de produção, os usos, a concepção, a recepção, a mediação, os atores, o conteúdo e os sistemas, sob o ângulo da representação, dos significados ou das práticas associadas, das mídias e das indústrias culturais.

Conforme mencionado no capítulo anterior acerca do emissor que pode ser dividido em emissor/autor e emissor/mediador é preciso ressaltar a possibilidade do estabelecimento de interações entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário ao mesmo tempo ou em tempos diferentes.

No que tange a segunda questão, a produção da informação prevê uma atividade multitemporal ainda mais complexa que a primeira, de modo que passado-presente-futuro se articulam inexoravelmente entre os sujeitos da informação, visando não somente a satisfação das necessidades de informação, mas a construção preservadora da memória e primados para construção do conhecimento.

Essa articulação multitemporal pode ser compreendida no discurso de Hobsbawm (1998, p. 50):

A maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. E é claro que as pessoas o fazem com base na suposição justificada de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos.

É fundamental conceber uma relação entre passado, presente e futuro. Qualquer prognóstico para uma situação futura exige um conhecimento do passado, principalmente pelo fato de que o passado serve para interrogar e problematizar as prerrogativas do presente, visando, por sua vez, uma previsão do futuro.

Por isso, apenas narrar os eventos não é suficiente, uma vez que a tríade passado-presente-futuro, embora seja atestada por muitos indivíduos e grupos sociais não é um fenômeno tão simples e muito menos arbitrário, mas uma construção baseada no cotidiano social dos atores. Implica dizer que a análise histórica pressupõe conceber mecanismos para correlacionar os eventos de modo multilateral com vistas a buscar efetivos entendimentos sobre determinadas realidades.

E como se dá a produção da informação considerando a tríade passado-presente-futuro? Em primeiro lugar é preciso considerar que para os sujeitos da informação, a ideia de passado e presente possui caráter provisório e não somente é baseada em apreensões factuais lineares da experiência, mas constituídas a partir de relações históricas de esferas macro como cognitivas, sociais e biológicas e esferas micro como profissionais e pessoais.

Em segundo lugar, a relação entre passado e presente no âmbito dos sujeitos que produzem informação se dá através de um elemento basilar chamado de **metamediação**. No Direito, área do conhecimento que se originaram os termos mediação e metamediação, este último apresenta dois conceitos essenciais: o primeiro é de resolução de conflitos e o segundo de negociação.

A metamediação, também chamada no Direito de mediação de segunda ordem, significa definir clara e concretamente o problema, examinar as soluções já tentadas, definir claramente a mudança necessária, formular e implantar o projeto para promover a mudança, explicitar o implícito para expressar ao invés de esconder (WATZLAWICK et al, 1975).

A metamediação no contexto jurídico é realizada após uma mediação que não gerou acordo para as partes ou que não concretizou satisfação parcial ou total das partes. Podemos afirmar que a metamediação é um ato de observação em que o metamediador é também um metaobservador que conforme Hofstadter (2000) este metaobservador pode revelar realisticamente a estrutura e organização dos processos cognitivos, do sistema, no nível inferior de observação interferindo de forma coerente no sistema observado.

Podemos considerar que a percepção de metamediação (e também mediação) são vistas comumente no Direito como procedimentos de tomadas de decisão a partir de um conjunto de negociações desenvolvidas pelo metamediador de acordo com as necessidades das partes. O metamediador no sistema jurídico é um conciliador, o que permite afirmar que para exercer seu papel constitui três condições fundamentais: o ato de negar quando as partes visam interesses unilaterais; o ato de diferenciar para reconhecer as vontades e virtudes das partes interessadas e o ato de afirmar visando à resolução de conflitos entre as partes.

Em outras palavras, a metamediação é um instrumento de representação e transformação do sistema social exercido a partir das condições de interesse morais e jurídicos das partes e do próprio metamediador (que deve exercer efetivo equilíbrio emocional e cognitivo), dado que como afirma Fix (1997, p. 50) “os mediadores de segunda ordem (metamediadores) constroem o campo cognitivo através do qual a sociedade representará ela mesma em relação ao mundo.”

Nos estudos das áreas de informação entendemos que a metamediação tem outro significado, conforme apresentado no quadro:

### Quadro 20 – Conceito de metamediação

Conjunto de procedimentos cognitivos e sociais baseados nas relações históricas e materiais, o qual ser promovido a partir de dois vieses concernentes à interação entre os sujeitos da informação (em qualquer ambiente em que ambos são metamediadores de si e do outro) ou entre sujeito/autor, sujeito/mediador e sujeito/usuário (comumente em ambientes formais de informação como centros de informação, ciberespaço, organizações...). A metamediação busca a satisfação coletiva de necessidades construídas entre os sujeitos da informação e a construção de novos conhecimentos, e apresenta um caráter retrospectivo (passado-presente), prospectivo (presente-futuro) e multitemporal (compreensão integrada entre passado, presente traçando perspectivas para o futuro) que não se excluem, mas, ao contrário, se complementam.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para alcançar essa visão integradora entre passado-presente-traçando perspectivas para o futuro, a metamediação deve ser uma atividade plural no sentido de identificar e reconhecer fundamentos relevantes para a interação entre os sujeitos da informação e indicar possibilidades para construção do conhecimento a partir dos seguintes fatores:

- a) a metamediação parte da formação de um conhecimento social prévio de alteridade a partir das seguintes interpelações: o que o outro necessita? O que o outro pensa? Como posso me relacionar com o outro? Quais condições são impostas para minha relação com o outro? Quais recursos possuo para interagir e quais recursos o outro possui para interagir? Quais interesses tenho sobre o outro? Quais satisfações pretendo aferir na relação com o outro? Essas perguntas podem ser feitas em duas etapas: uma retrospectiva indicando fundamentos iniciais de como pode se dar o processo de interação entre os sujeitos da informação (integra passado e presente) e na interação propriamente dita (integra presente-passado e alarma condições para o futuro dos sujeitos da informação);
- b) a metamediação deve reconhecer a memória e o esquecimento dos sujeitos da informação – por meio de perguntas e questionamentos entre si, os sujeitos da informação podem fixar de forma mais efetiva aqui o que deve ser preservado e o que pode ser lembrado trazendo uma atividade de crescimento cognitivo recíproco. Neste caso, a potencialidade da memória traz aos sujeitos da informação identificações reconhecidamente dialógicas de construção do conhecimento que antes não eram tão perceptíveis ou que não eram imagináveis nos conhecimentos prévios de ambos ou de uma das partes;
- c) a recorrência da metamediação à memória é condição *sine qua non* para que os sujeitos da informação produzam conhecimento a partir dos seus próprios

conhecimentos prévios e dos desideratos de apreensão, compreensão e apropriação da informação significam que “a memória não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela é também o resultado de si mesma; ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações” (SANTOS, 2003, p. 25-26);

- d) a potencialização da memória ativa o passado dos sujeitos da informação antes considerado definitivamente imutável, o presente com novos questionamentos e produções de sentidos e um futuro com a produção de novos conhecimentos;
- e) a metamediação busca reconhecer as negações, diferenças e convergências entre os sujeitos da informação a fim de tornar a interação produtiva para as partes interessadas focalizando um conhecimento praxiológico (BOURDIEU, 1996) baseado na “mediação reencontrada entre a teoria e a prática, entre homem e história, entre ator e estrutura, entre agente social e sociedade.” (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 5) que concretize uma “construção subjetiva da realidade feita sob a coação de estruturas que existem objetivamente” (STEVENS, 2003, p.66);<sup>70</sup>
- f) a metamediação deve reconhecer que a produção da informação não é fenômeno definitivo ou acabado, mas um subsídio para produção do conhecimento através do fenômeno hilozoísta (cognitivismo social da informação) e do caráter crítico-social da informação.
- g) a metamediação possui o caráter de estrutura histórica organizada que não é plenamente subjetiva ou objetiva e teórica ou prática. A metamediação é uma combinação dos elementos objetivos que constituem fundamentos subjetivos e pragmáticos que possibilitam teorizações. A metamediação apresenta gnosiológica e epistemologicamente razões sociais entre os sujeitos da informação para estruturar relações objetivas e pragmáticas mediante a construção intersubjetiva de sentidos, por meio de interpelações, interpretações, observações, reconhecimento das

---

<sup>70</sup> Nascimento e Marteleto (2004) entendem que a percepção praxiológica de Boudieu supera o caráter individual do positivismo e do estruturalismo, assim como a noção de subjetividade da apreensão do mundo (fenomenologia e etnometodologia).

diferenças, da história e memória dos sujeitos da informação. Logo, a metamediação da informação é um elemento multitemporal de relações sociais.

O discurso da metamediação da informação deságua no pensamento de Sartre (2005, p. 158) quando afirma que:

A temporalidade é evidentemente uma estrutura organizada, e esses três pretensos “elementos” do tempo, passado, presente, futuro, não devem ser considerados como uma coleção de “dados” cuja soma deve ser feita – por exemplo, como uma série infinita de “agora”, alguns dos quais ainda não são, outros que não são mais -, mas como momentos estruturados de uma síntese original. Senão, encontraremos, em primeiro lugar, este paradoxo: o passado não é mais, o futuro ainda não é, quanto ao presente instantâneo, todos sabem que ele não é tudo, é o limite de uma divisão infinita, como o ponto sem dimensão.

A metamediação não é um construto quantitativamente definível em termos de tempo, pois está mais preocupada com os sentidos históricos dos sujeitos da informação do que com a simples delimitação temporal. A metamediação é o incentivo ao sujeito a interagir com outros sujeitos. É o desiderato da preservação e difusão da memória individual e coletiva. É o espaço (não no sentido físico, mas humano) de interação e reconhecimento das diferenças e afirmações entre os sujeitos.

Em outras palavras, a metamediação se associa ao contexto do sócio-interacionismo no sentido de situar a informação como um fenômeno do cotidiano que distribui e possibilita múltiplas interações e interpretações ou “como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos” (GOMES, 2010, p. 87).

Assim, o que está em jogo na metamediação não é uma simples coleção de dados dos sujeitos (isso o sujeito pode fazer isoladamente até mesmo sem interagir diretamente com outros sujeitos humanos e não-humanos), mas também as necessidades cotidianas que interessam diretamente aos sujeitos e buscas de maneiras de como satisfazer necessidades de informação. A metamediação não diminui incertezas e sim mostra como lidar com as incertezas atestando que são necessárias para transformação social. A metamediação não visa ao acúmulo linear de conhecimentos, mas uma construção de novos conhecimentos por meio de questionamentos coletivos.

A metamediação é, em suma, a liberdade dos sujeitos da informação de desenvolverem processos de interação, expor o que pensam, de respeito ao outro, inclusive nas diferenças e de trazer as partes interessadas subsídios para produção da informação e do conhecimento. A metamediação é liberdade porque demanda reciprocidade, alteridade, autonomia e sociação (SIMMEL, 1983) minando projetos prévios com finalidades pré-

estabelecidas de arbitrariedade e focalizando novas projeções sociais entre os sujeitos da informação.

Portanto, a metamediação não vislumbra a necessidade pré-formada dos sujeitos com finalidades pré-determinadas, mas reconhece interesses prévios dos sujeitos da informação a fim de que nas interações as necessidades possam ser recontextualizadas, redefinidas em prol da satisfação coletiva. Logo, a necessidade na metamediação da informação não é estanque, mas dinâmica e a satisfação não é definitiva, mas provisória tornando a construção intersubjetiva do conhecimento uma realidade latente para firmar novas ideias e novas possibilidades de comunicação, interação e informação.

### 6.3 A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO DE OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: DA VONTADE DE PODER À PERSPECTIVA DA LÓGICA DIALÉTICA

Um dos assuntos mais instigantes da ciência e da Filosofia na contemporaneidade (e que já vem em franco desenvolvimento desde a ciência moderna) é referente à subjetividade/intersubjetividade ou, mais precisamente, as relações entre objetividade e subjetividade.

Focalizamos a discussão centralmente na subjetividade por se constituir como elemento mediador entre a objetividade e a intersubjetividade. Mediador em face de ser a subjetividade pressuposto de interpretação e compreensão da realidade e que promove sentido teórico-prático a objetividade e sentido interacionista a intersubjetividade.

A subjetividade podendo ser multiplamente entendida na contemporaneidade como “[...] a compreensão que temos sobre o nosso eu” (WOODWARD 2000, p. 55), [...] a capacidade do locutor para se propor como "sujeito" (BENVENISTE, 1991, p. 285), ao processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular (LEONTIEV, 1983), “[...] algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana” (BOCK, 2001, p. 23), “tudo aquilo que se refere ao sujeito” (DUARTE, 2004, p. 231), “processo de tornar o que é universal singular, único, isto é, de tornar o indivíduo pertencente ao gênero humano.” (VYGOTSKY, 2000, p. 76), entre outros conceitos nos permite perceber quão complexas são as percepções do termo em lide.

A subjetividade é discutida nas ciências contemporâneas de diferentes maneiras, mas comumente a partir de três grandes características: a subjetividade como fundamento propositivo do sujeito ou das formas do eu se posicionar (comumente separada da

objetividade); a subjetividade ligada à apreensão do mundo social e material (relacionada à objetividade); e a subjetividade como fenômeno de relação social e compreensão singular (formação da intersubjetividade).

No entanto, há alguns pensamentos considerados mais audaciosos ou inovadores sobre subjetividade como em Nietzsche (2008) sobre a vontade de poder condizente a uma vontade pulsional; em Sartre que compreende a ideia de existência do ser no mundo através de três fatores: a obra literária “A Náusea” quando afirma que “[...] existência não é a necessidade. Existir é simplesmente estar presente; os entes aparecem, deixam que os encontremos, mas nunca podemos deduzi-los. [...] há pessoas que já compreenderam isso.”<sup>71</sup> Só que tentaram superar essa contingência inventando um ser necessário e causa de si próprio. (1986, p. 193-194) e as realidades do fenômeno e da consciência quando afirma que “[...] a consciência reflexiva (réflexive) posiciona como seu objeto a consciência refletida, envergonho-me ou orgulho-me dela, aceito-a ou a recuso, etc. [...] Assim, não há primazia da reflexão sobre a consciência: esta não é revelada a si por aquela” (SARTRE, 2000, p. 24) e Foucault a partir das noções de subjetividade-tempo (FOUCAULT, 1999) e subjetividade-corpo (FOUCAULT, 1984; 1985a; 1985b).

No âmbito da informação, a subjetividade é comumente vista como fenômeno segregado da objetividade, isto é, enquanto a subjetividade é conceito abstrato, a objetividade é conceito concreto e a intersubjetividade seria a unificação apreensiva, compreensiva e apropriativa do concreto-abstrato.

Contudo, é preciso desmistificar essa concepção excludente de que objetividade e subjetividade não podem ocupar campos agregados de análise e referência social. Se assim for, estaremos afirmando que a informação em nada se relaciona com os processos de objetivação social, bem como sua fundamentação intersubjetiva é associal. Por isso, é pertinente considerar objetividade e subjetividade como conceitos que se relacionam diretamente sem perderem autonomia (formam a intersubjetividade que traz a constituição de sentidos e compreensão das relações sociais).

A caracterização essencial da informação como fenômeno subjetivo, especialmente quando vista como ente abstrativo (RENDÓN-ROJAS, 2005) traz certo isolacionismo a objetivação social. Por isso, é pertinente desmistificar a simples concepção de que a subjetividade é relativa ao sujeito e à objetividade relativa ao objetivo, pois do contrário, a

---

<sup>71</sup> Embora a obra “A Náusea” seja essencialmente literária distinguindo do estilo da Filosofia Tradicional, não perde o teor epistemológico, ontológico, reflexivo e conceitual.

informação será sempre vista como conceito distante da realidade objetiva e desvinculado a formação das intersubjetividade (compreensão social do conceito de informação). Entendemos que se a subjetividade informacional se manifesta tradicionalmente como elemento abstrativo é preciso uma forma de situá-la diante da realidade objetiva em caráter relacional.

Aprofundamos a questão a partir das seguintes questões: a vontade do poder em Nietzsche como forma de entender as disputas subjetivas pelo poder no âmbito informacional e a noção clássica marxiana da dinâmica objetividade-subjetividade compreendida no âmbito da dialética.

No que tange a vontade de poder nietzschiana relacionada a informação é concernente as maneiras como os sujeitos da informação buscam de várias maneiras produzir informação (seja o sujeito/autor, sujeito/mediador ou sujeito/usuário) e constituir poder. Entendemos aqui o poder em duas condições gerais: o sentido de possibilidade em produzir informação e buscar, por um lado, partilhar/estimular o outro e, por outro lado, dominar o outro a partir dessa produção.

Assim como a vontade de poder em Nietzsche se dá na exaltação das pulsões autodissolúveis e movidas por sentimentos pulsionais, a informação é movida por um permanente espectro social de poder (em geral nos dois sentidos de poder mencionados no parágrafo anterior). É precisamente no âmbito do domínio que a pulsão se estabelece e caracteriza o ser humano superior e o ser humano inferior. Nietzsche (2002, p. 50) aborda a questão da seguinte forma:

O domínio sobre as paixões, não seu enfraquecimento ou extermínio! Quanto maior é a força dominadora de nossa vontade, tanto mais liberdade pode ser dada às paixões. O grande homem é grande pelo espaço de liberdade de suas paixões: ele é, porém, forte o suficiente, de modo que faz desses monstros seus animais domésticos.

A subjetividade em Nietzsche se estabelece a partir do domínio interno do ser humano por meio de pulsões que se encontram, em primeira instância, como dissoluções fragmentadas que, por um lado, são selecionadas, visando conceber qual a vontade de poder mais adequada ao ser humano e, por outro lado, as pulsões conflitam entre si exigindo do ser a afirmação de algumas vontades em detrimento de outras que definem as intencionalidades de poder do ser humano.

No processo de produção da informação, há um conjunto de pulsões que movem as perspectivas dos sujeitos. Essas pulsões estão essencialmente ligadas a satisfações prévias de

necessidades de informação. Como discutido no tópico anterior sobre a multitemporalidade da informação, essa necessidade é um fenômeno eminentemente preliminar e relativo a satisfação histórica do eu que impõe, em primeiro plano, domínio sobre suas próprias pulsões e, em segundo plano, domínio sobre o outro (este ocorre apenas quando a vontade do sujeito produtor é criar uma hierarquia de dominação) ou perspectiva de partilha e crescimento coletivo (este, embora mais complexo no âmbito das relações sociais é aparentemente mais visível em virtude do sujeito produtor manifestar anseios que demandam apreensão e apropriação social de informação) que deliberam conforme ressaltam Bolton, Greiner e Ockenfels (2011) práticas de reciprocidade para reputação da informação produzida.

Podemos destacar entre essas pulsões comumente em caráter conflitante: o anseio de produzir para ser lido/analísado, o anseio de produzir para dominar ideologicamente o outro ou ainda o anseio de produzir para socializar conteúdos que promovam benefícios coletivos, o ato de referenciar determinadas concepções perante uma comunidade, o ato de construir conhecimento individuais (o produtor seleciona quem pode ou deve utilizar e se apropriar de informação e produzir novos conhecimentos) ou coletivos (o produtor oportuniza uma gama diversas e às vezes dispersa de sujeitos/usuários para utilizar e se apropriar de informação para produzir novos conhecimentos).

É precisamente o controle das pulsões que torna o ser humano um substrato ontológico superior quando se apropria coletivamente de uma cultura coletiva de informação e consegue a subjetividade do eu individualista e voltada apenas para a satisfação das próprias necessidades.<sup>72</sup>

Mas o controle das pulsões não implica na harmonia do sujeito produtor de informação ou mesmo entre os sujeitos da informação, de modo que é pelo conflito que a informação é produzida. Os conflitos apenas demonstram quais intencionalidades e evidências a produção da informação pode promover constituindo um controle pulsional sobre outras pulsões e a subjetividade conflituosa do ser humano considerado superior.

É possível afirmar ainda que a ideia de ser superior e inferior referente ao sujeito da informação, seja sujeito/autor ou sujeito/mediador, seja sujeito/usuário não necessariamente se exclui. Um sujeito autor, mediador ou usuário de informação pode atribuir sentidos de inferioridade (quando não controla suas pulsões arbitrárias) ou de superioridade (quando controla suas pulsões mais absurdamente individualistas em favor das pulsões socialmente

---

<sup>72</sup> Entendemos cultura de informação como a capacidade do sujeito em manifestar construtos informacionais baseados na perspectiva de promover acesso e uso da informação em condições largas e dinâmicas primando pelo respeito e diálogo com os sujeitos/usuários.

coletivas) constatando que a vontade de poder da informação pode estar ligada à ideia de dominação ou de partilha, sendo este conflito dualístico que preconiza as percepções de inferioridade e superioridade humanas, respectivamente, na produção da informação.

É neste sentido que as pulsões se relacionam a consciência no processo de produção da informação formatando a subjetividade em Nietzsche vai do sentimento pulsional a formação do eu. Nietzsche (2001, p. 62) explicita melhor a questão:

A consciência é o último e derradeiro desenvolvimento do orgânico e, por conseguinte, também o que nele é mais inacabado e menos forte. Assim a consciência é tiranizada – e em boa parte pelo orgulho que se tem dela! Pensam que nela está o âmago do ser humano, o que nele é duradouro, derradeiro, eterno, primordial! Tomam a consciência por uma firme grandeza dada! Negam seu crescimento, suas intermitências!

No argumento nitscheano há uma aparente contestação à percepção dos chamados idealistas hegelianos e afins de que a consciência promove o ser social. Para os hegelianos a consciência atua como princípio e fim dos processos de construção social. Para Nietzsche a consciência é vista como princípio último a partir de um profundo paradoxo, haja vista que a consciência é ao mesmo tempo elemento frágil e fundamental para o desenvolvimento humano. Isso ocorre em virtude de ser a consciência uma espécie de pano de fundo em que se manifestam seletiva e limitadamente algumas pulsões humanas, conforme os interesses do ser humano.

Existe uma profunda relação entre a informação e a consciência que se dá nos seguintes contextos, a saber: a) a informação não é formada a partir da consciência humana, mas a partir das condições de objetivação social que são gestadas a partir de relações e percepções entre os seres humanos; b) a consciência é um pano de fundo para que o sujeito da informação selecione como, quando e com quem interagir para produzir informação calcado nas condições de dominação sobre o outro, a partilha ou o simples de interesse de compartilhar; c) não é a consciência que designa a interpretação e apropriação da informação pelo ser humano, mas os construtos da memória e do pensamento humano a partir da objetividade social, sendo a consciência o posto de apoio para revelar determinados interesses; d) isso significa que o sujeito pode construir informação (como sujeito/autor/mediador/usuário), mas selecionada, conforme seus interesses o que é mais viável a ser tratado.

A condição pulsional como elemento geral e a consciência como elemento representativo e seletivo que dão azo a produção da informação. As pulsões indicam a verdadeira face do sujeito da informação, enquanto a consciência abre possibilidades para

afirmação de determinadas pulsões que intencionalmente podem representar a realidade de acordo com o contexto dos sujeitos da informação.

Esse contextualismo é fundamental em virtude de que considerando duas contextualidades, a saber, a do sujeito e do atribuidor (DEROSE, 2012, p. 304-306), sendo a primeira ligada a critérios estabelecidos pelos próprios sujeitos para julgar uma determinada realidade e a segunda ligada a critérios mais amplos que não contemplam os anseios de um sujeito da informação em si, mas a totalidade dinâmica de normas/regras e condições/possibilidades para produção da informação que envolve os sujeitos. Logo, a consciência expressa uma efetiva vontade de poder da informação do sujeito que afirma uma pulsão em detrimento dos outros, sendo essas afirmações transitórias e modificáveis no contexto espaço-temporal, podendo ser relativo ao sujeito (mais limitadora/dominadora) ou ao atribuidor (mais ampla/partilhadora).

As pulsões que conotam a vontade de poder e a consciência expressada formalizam a formação da subjetividade do eu que produz informação e, sobretudo, tornam objetividade e subjetividade facetas de uma mesma realidade apreensível. Neste caso, a consciência é o instrumento para mediação dos sentimentos pulsionais que revelam a informação primando por satisfazer o eu no contexto social. No entanto, não é a consciência que designa a vontade de poder da informação, pois ela não é reguladora, mas instrumento para a prática mediacional e sim as condições pulsionais e subjetivadas do eu.

No que se refere à lógica dialética subjetiva da informação entendemos que há uma disputa cognitiva de afirmação entre subjetividade que é vista comumente de posse do sujeito e a objetividade como posse do objeto. Essa linha de pensamento define que quando se evidencia a subjetividade há uma exclusão da objetividade e quando se afirma a objetividade há uma exclusão da subjetividade. Esse processo de exclusões inviabiliza pensar a subjetividade como relação social e inviabiliza pensar a objetividade como um conjunto de práticas e percepções históricas e sociais.

Assim, é preciso pensar em uma superação do isolacionismo a fim de que seja possível considerar que subjetividade-objetividade fazem parte de um mesmo processo de interação e construção de sentidos. Consideramos, em primeira instância, que a superação desse isolacionismo se dá em dois requisitos: o primeiro concerne, conforme revela Leontiev (1983, p. 44) a “uma propriedade do sujeito ativo” e o segundo é baseado em Marx (1998, p. 101) quando afirma que “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em realidade, é o conjunto das relações sociais”.

O pensamento dos autores se complementa em face de que a subjetividade firmada pelo e no sujeito só pode ocorrer na dinâmica transformadora da história. Pensar a subjetividade como se o papel do subjetivo do sujeito fosse apenas abstrair elementos da realidade social aleatoriamente é preconizar a subjetividade como fenômeno estático e unilateral. A subjetividade não é unilateral, uma vez que o sujeito para se tornar ativo, precisa de um conjunto de valores históricos e sociais para formação do seu eu necessitando sintomaticamente da relação com o outro.

É neste momento que entra a máxima marxiana de que a subjetividade não é a simples abstração de sentidos do sujeito (este nada mais é do que um sujeito passivo e estático), mas uma produção baseada nas relações sociais significando que a formação do eu é necessariamente constituída na relação com o outro perfazendo a ideia de que a subjetividade não é o que ‘eu’ penso sobre o mundo, mas o que as minhas relações histórico-sociais com o mundo permitem que o “meu eu” forme uma percepção representacional dessa realidade.

Observamos que a produção da informação segue as máximas de Leontiev (1983) e Marx (1998), já que a informação só pode ser concebida a partir da formação de sujeitos ativos (neste caso, tanto os autores e mediadores, quanto os usuários são sujeitos ativos de sua própria história de construção informacional), assim como a subjetividade informacional constituída entre os sujeitos da informação ocorre quando da interação entre eu e outro (relações conferidas no âmbito da objetivação social) que constituem novos sujeitos da informação, isto é, a constituição do subjetivismo calcado na objetividade social. É precisamente essa relação subjetividade-objetividade entre eu e outro que preconiza a formação da intersubjetividade (conjunto de valores firmados nas práticas sociais e que se consolidam ao longo da trajetória histórico-social dos sujeitos).

Contudo, é preciso considerar que em um primeiro momento objetividade e subjetividade estão segregadas entre os sujeitos da informação, visto que sujeito/autor ou sujeito/mediador observam o sujeito/usuário como instrumento de depósito de conteúdos e o sujeito/usuário visualiza os emissores como instrumentos ontológicos de acesso e uso.

Esse prévio desconhecimento mútuo tornam os sujeitos passivos socialmente, mas ativos individualmente, justificando o motivo pelo qual o sujeito (subjetivo) quase sempre visualiza o objeto-usuário (objetivo) de forma segregada (neste caso, tanto sujeito autor e mediador, quanto usuário podem se configurar como sujeitos, mas é preciso destacar que na tradição informacional o processo de produção/organização/disseminação/mediação da informação está ligada ao sujeito autor e/ou mediador, enquanto o acesso/uso/apreensão/compreensão/apropriação ao sujeito/usuário). É precisamente esse misto

isolacionista que deve ser desfeito, pois essa segregação de emissor como definitivo produtor e o sujeito/usuário como definitivo objeto torna a subjetividade passiva socialmente e traz sempre ao sujeito autor ou mediador a perspectiva da dominação e controle unilateral sobre a realidade social.

Desse modo, é na lógica dialética que subjetividade e objetividade entre os sujeitos da informação conquistam novas fundamentações atestando que não podem ser vistas separadamente. Cambaúva e Tuleski (2007, p. 83) argumentam que a superação do isolacionismo entre objetividade e subjetividade “pode se dar apenas através da lógica dialética, que como método pode auxiliar a entender objetividade e subjetividade como termos que só têm sentido quando referenciados um ao outro, e, portanto, não podem se excluir, pois se constituem na relação de um com o outro.”

A dialética aproxima objetividade e subjetividade porque se move através dos conflitos e contradições. É precisamente conflitos e contradições que caracterizam as relações entre os sujeitos da informação permitindo que sejam reconhecidos os diversos processos sociais para produção da informação. Isso significa que a informação como fenômeno de subjetividade não pode ser compreendida apenas como ente abstrativo, pois é nas relações sociais que é constituída (nos espectros das objetivações sociais).

A informação se estabelece como ente subjetivo em dois momentos: o primeiro é quando os sujeitos da informação interagem a partir dos processos de exposições, mostras e diálogos (dinamizações cognitivas no objetivismo social) e o segundo é quando os sujeitos apreendem, compreendem e se apropriam afirmando o caráter abstrativo da informação. É neste momento de apropriação que os sujeitos da informação desenvolvem estratégias cognitivas tornando a informação elemento intersubjetivo (a visão do eu a partir da interação com o outro aplicada a novas realidades sociais).

Essa percepção supera a ideia de que a subjetividade da informação se configura duplamente como olhar prévio do sujeito sobre uma realidade e apreensão/apropriação unilateral dos elementos constituintes da realidade. A subjetividade no âmbito dos sujeitos da informação atua como fundamento mediacional, de sorte que ao lidar com a realidade social, se aproxima necessariamente da realidade objetiva concomitantemente ao fato de que fornece bases para a constituição intersubjetiva da informação dinamizando uma construção dialética.

Assim, a subjetividade não perde seu caráter abstrato de ver o mundo e consegue desenvolver uma perspectiva concreta em nível individual (formas de ver a objetividade e se relacionar com ela) e coletivo (formas de na apreensão da realidade objetiva produzir conhecimento e conceber formas de disseminá-lo junto a novas relações sociais). Lamizet

(1999, p. 9) representa com propriedade o discurso da mediação como fenômeno dialético possibilitando diálogos com a perspectiva subjetiva da informação:

A mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social. (...) É no espaço público que são levadas a efeito as formas da mediação, que trata-se do lugar no qual é possível tal dialetização das formas coletivas e as representações singulares. O espaço público é, por definição o lugar da mediação cultural

A subjetividade é dialeticamente mediadora quando: a) há um conjunto de relações derivadas da realidade objetiva (correlaciona necessariamente os pensamentos/ideias/ações entre os sujeitos da informação) constituindo um momento de negação e diferença entre os sujeitos; b) busca dinamizar os conceitos e práticas de necessidades de informação e satisfação (estes não são elementos cognitivos prévios que devem ser concretizados, mas elementos que só são compreendidos, dinamizados e redimensionados quando da consecução das relações sociais); c) cria novas configurações de necessidade e satisfação valorizando a formação de práticas intersubjetivas da informação (focalizadas não apenas em interesses individuais e em momentos específicos dos sujeitos da informação, mas calcada na valorização histórica e cognitiva dos sujeitos) constituindo um momento de diferença e afirmação entre os sujeitos.

Ressaltando que quando falamos em subjetividade como mediadora da informação, não estamos mencionando a subjetividade como conceito teorizante, mas da subjetividade como prática social construída pelos sujeitos da informação que passa a ser mediadora porque se situa entre/com a objetividade social e entre/com configuração intersubjetiva dos sujeitos da informação. Utilizando processos sociais de mediação é que os sujeitos desenvolvem a autonomia de se relacionar com o outro e ao mesmo tempo construir suas próprias estratégias para redefinir necessidades e produzir novos conhecimentos.

A subjetividade dialética da informação é plural na medida em que é construída a partir das representações sociais (diante dos conflitos e contradições) e pode ser singular na medida em que os sujeitos da informação engendram novas concepções (constituindo novos fundamentos para construção do conhecimento e perspectivas para lidar com novos conflitos e contradições). Por isso, é possível constatar que a subjetividade da informação reside procedimentalmente nas representações plurais e apresenta como fito representações

singulares, pois são as representações singulares construídas nas relações sociais que dinamizam perspectivas da informação como fenômeno intersubjetivo (focalizado na satisfação de necessidades e construção de conhecimentos).

Em suma, a subjetividade da informação também pode ser considerada mediadora porque revela contextualmente (contextualismo atribuidor) o que pensam os sujeitos da informação, já que a subjetividade enquanto mediação da informação é um processo histórico-social e não um recorte de tempo estático, ela resulta da relação dos sujeitos com o mundo (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; 2009).

#### 6.4 A INFORMAÇÃO COMO FENÔMENO PLURI, INTER E TRANSDISCIPLINAR: DO PRINCÍPIO QUANTITATIVO PLURIDISCIPLINAR À UNIFICAÇÃO TRANSDISCIPLINAR

As teorias sobre disciplinaridade que pode ser entendida como “progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo” (JAPIASSÚ, 1976, p. 61) têm se configurado como uma das discussões mais instigantes das ciências contemporâneas nos Séculos XX e XXI em virtude de seu caráter pragmático, dinâmico e associativo.

O movimento da disciplinaridade conquista amplo destaque em meados da década de 1960 na Europa (principalmente França e Itália)<sup>73</sup> com a efusão de três palavras familiares – pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade – que soam não como a formação de novas categorias de conhecimento, mas como primado de ação pautado nas melhorias educacionais, principalmente em termos da construção de novas metodologias de ensino.

Em especial, a interdisciplinaridade tem sido a mola motora do movimento acadêmico por uma educação de qualidade a partir de estudos como:

- a) Snow (1959) que revela críticas as duas culturas científicas segregadas (ciências da natureza e ciências sociais) focalizando um hiato entre literatos e cientistas e a incompletude dessas duas culturas em ignorar ou desconhecer a atuação uma da outra;
- b) Kapp (1961) que estuda a interdisciplinaridade como integração do conhecimento contemplando os vieses da fragmentação do conhecimento social no âmbito da especialização e compartimentalização, os níveis de organização do conhecimento no

---

<sup>73</sup> É preciso ressaltar que na década de 60, a interdisciplinaridade se desenvolve de forma mais ampla como movimento político-educacional, mas o advento científico se dá em fins do século XIX pela necessidade de dar uma resposta à fragmentação causada por uma epistemologia de cunho positivista. As ciências haviam-se dividido em muitos ramos e a interdisciplinaridade restabelecia, pelo menos, um diálogo entre elas, embora não resgatasse ainda a unidade e a totalidade. (GADOTTI, 2000).

âmbito da matéria inanimada, organismos vivos e a sociedade humana e ainda as noções de homem e cultura como premissas de integração no âmbito de conceitos em comum, do conceito de homem e natureza humana, conceito moderno de cultura e a estratégia da investigação científica culminando com uma ciência do homem na sociedade;

- c) Gusdorf com variadas e ricas obras sobre a realidade e necessidade de professores (GUSDORF, 1967), processos metodológicos, pedagógicos e científicos da interdisciplinaridade (GUSDORF, 1978), construção de pesquisas interdisciplinares (GUSDORF, 1984);
- d) Piaget (1972) metodologia das relações disciplinares;
- e) Heckhausen (1972), Boisot (1972) que ressaltam tipos de disciplinaridades/interdisciplinaridades;
- f) Japiassú (1976) revisão sobre as principais questões da interdisciplinaridade e o anúncio de pressupostos para uma metodologia interdisciplinar;
- g) Palmade (1979) que centrou o estudo na construção de conceitos de interdisciplinaridades e as relações com a ideologia;
- h) e outros estudos mais contemporâneos como Pombo (1994; 2003) concebendo uma revisão crítico-criativa sobre disciplinaridade e suas derivações.

A ênfase na variedade de estudos sobre disciplinaridade e suas derivações justificam as pluralidades de percepções construídas por estudiosos de vários países. Por um lado, essa variedade de percepções é pertinente pela busca por novas perspectivas de ação educacional e científica. Por outro lado, essa variedade trouxe desvantagem no sentido de estabelecer efetivo modismo no trato teórico-prático do cotidiano educacional, especialmente com o termo interdisciplinaridade que virou ponto chave do senso comum na academia e atividades profissionais para justificar qualquer tipo de relação, sem a necessidade de um aprofundamento mais amplo.

O uso do termo interdisciplinaridade traz a baila a reflexão entre aquilo que é discursivo e aquilo que é prático. Não deveria ser a díade discurso-prática uma realidade idêntica ou pelo menos aproximada? Ao que parece, o uso do conceito de interdisciplinaridade se estabeleceu no contexto educacional muito mais para justificar uma hierarquia institucional do que prover novas perspectivas práticas e metodológicas de educação.

É comum no cotidiano educacional, a interdisciplinaridade ser utilizada como instrumento natural de aproximação disciplinar em detrimento de uma construção social

focalizada em princípios coordenados e dialogados, além de ser gestada considerando suas heurísticas, perspectivas e dificuldades de realização. Fazenda (1994, p. 28-29) traz algumas questões preliminares para o debate quando afirma que:

Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; a interdisciplinaridade nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; interdisciplinaridade é a arte do tecido que nunca deixa ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem trançado e flexível. A interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

Quando se fala na interdisciplinaridade como categoria de ação é que seu advento não está referido à constituição de um novo campo do conhecimento, mas em um conjunto de estudos e concepções pragmáticas que permitam compreensões histórico-epistemológicas e didático-pedagógicas entre disciplinas. A interdisciplinaridade é um processo investigativo de aproximação disciplinar que valoriza a intercomunicação entre disciplinas (JAPIASSÚ, 1976), o intercâmbio mútuo e integração recíproca entre disciplinas (PIAGET, 1972) e integração interna que rompe estruturas de uma disciplina firmando novos axiomas (PALMADE, 1979).

A interdisciplinaridade surge como categoria de ação porque está pautada na perspectiva de identificar deficiências disciplinares, avaliar fundamentos disciplinares e promover possibilidades de integração disciplinares implicando afirmar que toda e qualquer atividade interdisciplinar é concebida a partir das realidades objetivas das disciplinas e não simplesmente como atribuição afirmativa dogmática a priori, principalmente em meio a visões positivistas como, por exemplo, determinada ciência é interdisciplinar porque é perceptível suas relações com outra(s) ciência(s).

Destacamos algumas etapas da percepção disciplinar e de suas derivações: é intuicionista no sentido de constitui um exercício de conhecimento de duvidar, questionar e perguntar; é sócio-interacionista na medida em que é construída no âmbito de relações horizontais que negam, diferenciam e afirmam relações e integrações mútuas entre disciplinas; é perceptiva na medida em que as duas condições anteriores são desenvolvidas permitindo constatações sobre a fundamentação dialógica e integrada entre as disciplinas ou, em outras palavras, permite a afirmação de juízos de valor justificados social e pluralmente diante do domínio de determinadas comunidades acadêmico-científicas e profissionais.

Percebemos que a percepção interdisciplinar, ao se dar dentro das próprias condições axiomáticas das disciplinas, sugere um conjunto de pressupostos que a justifiquem no âmbito da realidade científico-social das disciplinas, já que como consideramos a

interdisciplinaridade como conquista social é pertinente indicar elementos que justifiquem essas conquistas. Elencamos os seguintes pontos:

- a) ético – referente as maneiras como os sujeitos das comunidades desenvolvem os princípios morais e humanos para o desenvolvimento das ações entre as disciplinas atentando para o benefício coletivo das ações;
- b) alteritário – é relativo a maneira dos sujeitos de uma disciplina pensarem na outra de forma recíproca, de modo que é no olhar para a outra disciplina, sem a intencionalidade de exploração, mas de congregação de valores coletivos que a atividade disciplinar se desenvolve;
- c) temporal – as ações entre disciplinas nunca pode ser considerada como atividade definitiva e naturalmente afirmada, pois as transformações sociais definem maneiras de como as disciplinas podem se integrar. Mesmo que determinadas disciplinas se concretizem como interdisciplinares, os motivos e formas de integração disciplinar podem mudar no transcurso histórico;
- d) espacial – evidentemente que as ações disciplinares nem sempre se dão em um contexto generalista das disciplinas em caráter local, regional, nacional, continental e/ou global, mas podem ocorrer conforme necessidades contextuais de pesquisadores de determinadas disciplinas. Em verdade, talvez, a condição espacial seja a mais concreta em termos de afirmação disciplinar, haja vista que focaliza interesses específicos de disciplinas e pesquisadores.

É preciso observar que centramos a análise não no termo interdisciplinaridade em si, mas nas diversas possibilidades de ações disciplinares com o intuito de mostrar que uma integração disciplinar se dá para além do termo interdisciplinaridade e se aplica nas diversas derivações da pluri, inter e transdisciplinaridade que compõem conceitos distintos e complementares entre si. Por isso, é salutar o esclarecimento sobre os significados das derivações do termo disciplina para compreender o caráter plural e simultaneamente interligado.

O pensamento de Pombo (2003, p. 3) é bastante promissor para elucidar de forma continuada a perspectiva triádica da inter, pluri/multi e trans disciplinaridade quando afirma que:

A ideia é a de que as tais três palavras, todas da mesma família, devem ser pensadas num continuum que vai da coordenação à combinação e desta à fusão. Se juntarmos a esta continuidade de forma um crescendo de intensidade, teremos qualquer coisa deste género: do paralelismo pluridisciplinar ao perspectivismo e convergência

interdisciplinar e, desta, ao holismo e unificação transdisciplinar. Se esta proposta tivesse aceitação entre a comunidade daqueles que pensam estas questões, teríamos aqui uma forma simples de nos entendermos. Quando estivéssemos a falar de pluridisciplinaridade ou de multidisciplinaridade, estaríamos a pensar naquele primeiro nível que implica pôr em paralelo, estabelecer algum mínimo de coordenação. A interdisciplinaridade, pelo seu lado, já exigiria uma convergência de pontos de vista. Quanto à transdisciplinaridade, ela remeteria para qualquer coisa da ordem da fusão unificadora, solução final que, conforme as circunstâncias concretas e o campo específico de aplicação, pode ser desejável ou não.

A elucidação proposta indica que pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade conotam relações de complementaridade e de amplitude. Complementaridade porque o entendimento de um conceito leva a compreensão do outro. Amplitude porque os sufixos da disciplinaridade “pluri, inter e trans” se estabelecem, nessa ordem, como conceitos de grandeza teórico-epistemológica e, principalmente, ação/aplicação social.

O *continuum* disciplinar da autora, além das discussões sobre os conceitos de disciplinaridade e suas derivações é fundamental para o entendimento acerca da fundamentação disciplinar da informação. É muito comum ver estudos sobre a natureza interdisciplinar da CI que culminam por caracterizar a informação naturalmente como fenómeno interdisciplinar em face da relação objeto-campo do conhecimento (PALMER; NEUMANN, 2002; PINHEIRO, 2004; PREBOR, 2010; CHERRY et al, 2011; BICALHO; OLIVEIRA, 2011; CHANG; HUANG, 2012).

Neste caso, a discussão é norteada pela seguinte questão: “como pode ser construído o carácter disciplinar (pluri, inter e transdisciplinar) da informação?” Esta pergunta está centrada na informação como conceito e objeto de estudo, principalmente relativo a formação epistemológica da CI.

Em primeira instância precisamos rejeitar as ideias de que a informação é um fenómeno interdisciplinar por natureza ou que possui natureza interdisciplinar. A inversão desses fatores altera o resultado na medida em que quando afirmamos que a informação é interdisciplinar por natureza emitimos um juízo a priori que pré-determina o valor natural da informação e quando afirmamos a natureza interdisciplinar da informação não estamos buscando a partir da objetividade social pensar e construir pressupostos que caracterizem os fundamentos interdisciplinares da informação e sim buscando prever o que seria a interdisciplinaridade (a natureza interdisciplinar da informação), ou seja, atentamos apenas para o fator intuitivo relegando a um plano inferior o pressuposto sócio-interacionista e perceptivo que caracterizamos no presente estudo.

Embora seja diferente afirmar que a informação é interdisciplinar por natureza e considerar a natureza interdisciplinar da informação, consideramos que as duas formas estão equivocadas por tratarem a informação como axioma associal e antidialógico. É preciso considerar as possibilidades recíprocas de interação para configuração da informação como fenômeno interdisciplinar.

Do contrário, estaremos incorrendo em um “unilateralismo disciplinar” (SILVA, 2013c) que implica em ver a informação como naturalmente interdisciplinar sem a ocorrência de estudos mais aprofundados e sem a proposição de múltiplos olhares dialógicos no âmbito das ciências.

Destarte, desconsiderando a natureza interdisciplinar da informação, poderíamos pensar que possui um princípio pluridisciplinar no sentido de que está ligada paralelamente ao olhar de várias ciências, sem relações diretas ainda estabelecidas. Porém, esse princípio não deve ser gestado como natureza social, mas, em diálogo com o pensamento de Pombo (2003) paralelismo disciplinar.

Para tanto, a informação como fenômeno pluridisciplinar reside precisamente na identificação das ciências e dos pesquisadores que em um determinado contexto especial e temporal estudam questões relativas à informação (fundamentos teóricos-epistemológicos, aplicações técnicas e humanas...) constatando o paralelismo pluridisciplinar ou uma potencialidade interdisciplinar.

Por isso, a informação tem seu princípio disciplinar concebido na concepção pluridisciplinar. De outro modo, a informação como fenômeno pluridisciplinar é pensada como “pressuposto quantitativo” das ciências, uma vez que se configura na identificação das ciências e pesquisadores que estudam informação e quais tipos de questões estudam sobre informação.

Por exemplo, CI, Filosofia, Comunicação, Computação, Física, Biologia, Estatística, Matemática podem estudar o conceito de informação sob determinado viés, mas importa na pluridisciplinaridade identificar o que está sendo estudado e as potenciais relações que podem ser estabelecidas entre essas disciplinas. Daí o motivo pelo qual utilizar o termo “pressuposto quantitativo”.

Na pluridisciplinaridade da informação pode ocorrer uma espécie de unilateralismo disciplinar “quando uma disciplina se ocupa de outra(s) sem promover um diálogo que prime pela reciprocidade” (SILVA, 2013c, p. 87), ou seja, quando se apropria de conteúdos relativos à informação de outras áreas sem diálogos diretos e promoções de retorno favorecendo

comumente a importação simples e direta de conteúdos (SILVA; RIBEIRO, 2011) sem uma percepção mais crítica e ampla.

Já a informação como fenômeno interdisciplinar se apresenta como complemento e afunilamento da pluridisciplinaridade, pois o que está em jogo são interações e contribuições recíprocas entre as disciplinas constituindo suas condições em comum relativas aos estudos sobre informação.

Poderíamos afirmar que a informação no âmbito da interdisciplinaridade designa “pressuposto qualitativo” ou espécie de coordenação entre disciplinas (não necessariamente convergências), já que as relações são prementes e buscam potencializar o aprimoramento da ideia de informação entre si. Por exemplo, como CI e Filosofia; CI e Comunicação; CI e Ciência da Computação (CC); Filosofia e CC; Filosofia e Física estudam informação e como as disciplinas podem interagir e contribuir reciprocamente para um amadurecimento epistemológico.

A informação como fenômeno transdisciplinar conquista um *status* ainda mais amplo, visto que reside na unificação ou fusão disciplinar entre as disciplinas que investigam informação. A transdisciplinaridade da informação é o resultado aprimorado das várias percepções e práticas pluridisciplinares e interdisciplinares permitindo designar um “pressuposto holístico”.

Essa unificação ocorre quando, por exemplo, CI e Comunicação abarcam um conjunto de disciplinas em comum que estudam as condições sociais e tecnológicas da informação, a saber, teorias da informação, tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, a realidade transdisciplinar é esporádica e ocorre com mais frequência em contextos espaço-temporais muito específicos das disciplinas.

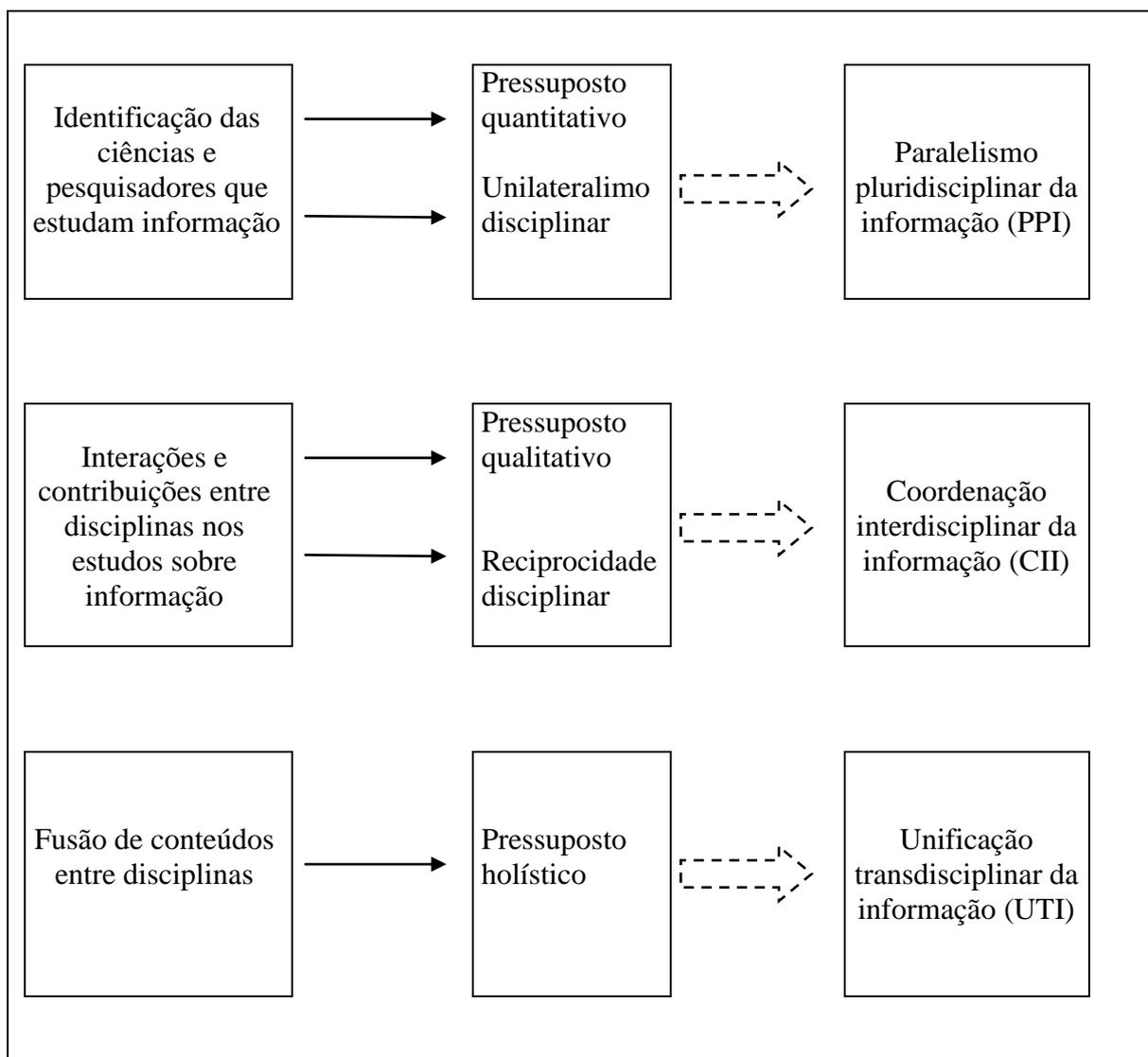
Um dos únicos casos em que o conceito de informação é estudado transdisciplinarmente de forma clara e direta é na CI e suas disciplinas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia). Não é a esmo que consideramos ser a relação disciplinar entre este campo do conhecimento e disciplinas como referência para os estudos em informação que pode ser dialogado e estabelecido como referência para outros campos e pesquisadores que pretendem estudar informação.

Podemos afirmar que a realidade disciplinar da informação (e também pode assim dizer das ciências, principalmente a CI), se estabelece de forma particular como fenômeno dialético da passagem da quantidade (pluridisciplinaridade) para a qualidade (interdisciplinaridade) ou de forma mais ampla em que pluridisciplinaridade e

interdisciplinaridade estão em constante tensionalidade/contradição e nesse processo pode surgir um fenômeno unificador transdisciplinar. (SILVA, 2013a).

A figura que segue representa a realidade disciplinar da informação:

**Figura 14 - Configuração disciplinar da informação**



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base no pensamento de Pombo (2003).

Quando pensamos esse *continuum* disciplinar da informação nos referimos as perspectivas de ação das e entre disciplinas considerando o caráter de produção cultural e institucionalização cultural das ciências (LENOIR, 2004) sobre informação em três momentos: o primeiro valoriza a desunificação da ciência como pólos plurais de estudos que devem ser respeitados e estão paralelamente em construção; o segundo, de cunho complementar ao primeiro, é relativo às relações e o simultâneo reconhecimento da autonomia dos campos científicos significando que mesmo nos processos de reciprocidade

disciplinar as ciências devem incorporar axiomas, mas sem esquecer de sua autonomia peculiar; e o terceiro indica a unificação de conteúdos e ações disciplinares entre os campos científicos que preconizam a formação de novas disciplinas independentes ou mesmo dentro de disciplinas consideradas mais densas ou campos do conhecimento.

Em suma, o *continuum* disciplinar informacional revela que a informação não deve ser caracterizada inexoravelmente como interdisciplinar, dado que, do contrário, representaria um conjunto de justificações de práticas científicas baseadas em modismos e afirmações do senso comum, bem como indica que o desenvolvimento da disciplinaridade da informação reside em seu viés pragmático que relacional e conflituosamente vai ganhando novas dissoluções científicas.

#### 6.5 INFORMAÇÃO E VALOR: INTER-RELAÇÕES CONCEITUAIS E A FORMAÇÃO DAS TIPOLOGIAS VALORATIVAS DA INFORMAÇÃO

A percepção de valor é eminentemente relacionada a apropriação da realidade objetiva, referente a apropriação de conceitos e baseada nas crenças dos sujeitos. Esta afirmação é ponto-chave para discussão e compreensão deste tópico.

O conceito de valor vem acompanhando a história da humanidade desde sua mais tenra juventude. Esse transcurso trouxe inúmeras interpretações e transformações ao conceito de valor, conforme as interpretações científicas, percepções de determinadas sociedades em determinados tempos históricos.

O conceito de valor tem se desenvolvido em diversas áreas do conhecimento. Na Economia (e extensivamente em alguns campos das ditas Ciências Sociais Aplicadas) a noção de valor é dividida em uso e troca, sendo que [...] o primeiro diz respeito às características físicas dos bens que os capacitam a ser usados pelo homem, ou seja, satisfazer necessidades de qualquer ordem, materiais ou ideais; o segundo indica a proposição em que os bens são intercambiados uns pelos outros, direta ou indiretamente, por intermédio do dinheiro (SANDRONI, 2000, p. 625-626).

Na Semiótica e Linguística ou, mais precisamente na Semiologia ou Semiologia da Linguagem o conceito de valor é dividido em três paradigmas: linguístico, conhecido como campo das equivalências (SAUSSURE, 1975), antropológico que é o contexto das trocas (LANDOWSKI, 1991; BERTRAND, 1987; GREIMAS, 1981; 1983) e tímico-tensivo que é relativo às tensões (GREIMAS, 1983; 2002; GREIMAS; COURTÉS, 1986).

O conceito de valor também é estudado no Direito instanciado pela Teoria Pura do Direito, principalmente no que se refere a reflexão jurídico-filosófica tendo como

representantes Hans Kelsen que estuda a noção de valor relacionada ao conceito de justiça e a separação entre moral e Direito (KELSEN, 1998) e Norberto Bobbio que investiga o valor relacionado a concepção de ética (BOBBIO, 1992).

No campo das ciências humanas há forte carga de estudos conceituais sobre valor concebidos e propagados transversalmente em áreas como a Filosofia, Sociologia, Ciência Política, História, Educação, Linguística, Psicologia, Comunicação, Ciência da Informação, entre outras, em particular, através das reflexões desenvolvidas por Marx que vê o valor vinculado ao trabalho, como fundamento social e ainda na luta de classes.

Na Ciência da Informação, os estudos sobre valor ainda são muito vagos, mas, de forma geral, são aplicados em centros de informação vinculados a empresas/indústrias/bancos e instituições de pesquisa (KIELGAST; HUBBARD, 1997), ligados a gestão da informação, mais precisamente, focalizados em tomadas de decisão em ambientes organizacionais (MORESI, 2000) ou ainda no setor ligado aos serviços de informação (relacionados a gestão e/ou tecnologias da informação).

Diante do breve relato é preciso fazer jus a importância da Filosofia para estudar e propor conceitos de valor. Nietzsche (2001, p. 44) faz uma síntese do conceito histórico de valor afirmado que a característica do maior período da história da humanidade, denominado de pré-história, foi valorar uma ação segundo suas consequências. O ato importava tão pouco quanto suas origens. Em meados do século XIX a situação mudou e o valor deixou de ser atribuído às consequências da ação para se focalizar às suas causas. Isto representa um acontecimento importante, produto de um grande refinamento do juízo, o efeito distante e inconsciente dos valores aristocráticos, da crença nas “origens”, o sinal distintivo de um período que poderíamos denominar de período moral da humanidade, definitivamente o primeiro passo para o conhecimento de si mesmo. Por isso a ação ocorre ao inverso e em lugar de se procurarem as consequências, trata-se de encontrar a origem, sendo esta inversão fruto de longas lutas e prolongadas atribuições e uma singular estreiteza de interpretação, que chegou para dominar atravessando este caminho. A origem de um ato, no sentido mais estrito do termo está ligada a uma intenção em que esta é por si só a origem e a pré-história da ação.

Em uma clara crítica ao conceito de valor das chamadas comunidades primitivas até as sociedades do Período Moderno, Nietzsche imprime a ideia de que o valor fincado nas consequências incide sobre uma percepção deformada de moral, pois não desencadeia os processos valorativos da moral humana. Assim sendo, quais as grandes diferenças entre o conceito de valor vinculado às consequências e o conceito de valor vinculados às causas/origens?

A primeira grande diferença é que o valor ligado às causas/origens valoriza as reflexões sobre o fenômeno ontológico individual e social desde o limiar de uma questão até seu “desfecho”, estabelecendo preocupação direta com o processo e os diversos contextos envolvidos, enquanto o valor ligado às consequências não se preocupam com o processo ontológico, mas apenas com o produto concretizado das causas visualizando uma situação reducionista de observar a realidade ontológica.

A segunda grande diferença reside no fato de que o valor das causas envolve a compreensão dos procedimentos das forças impostas pelos sujeitos para chegar a determinados resultados, enquanto o valor das consequências envolve apenas os resultados em si (o valor das causas é processual permitindo a lógica compreensiva dos resultados, enquanto o valor das consequências levam em conta apenas os resultados em si sem uma contextualização processual).

Em suma, o valor das causas está eminentemente preocupado com o **ser**, enquanto o valor calcado nas consequências está pautado no **ter**. Mesmo com a argumentação nietzschiana no que tange a sociedade contemporânea contemplar priorizar busca pelo valor de causa é inegável que ainda temos forte legado histórico do valor se consequência em virtude de não exigir análise/interpretação ampla da realidade, assim como permite uma compreensão mais reducionista, unicontextual e conveniente da realidade, conforme as necessidades individuais dos sujeitos.

O valor é, portanto, um fenômeno de atribuição multitemporal e processo baseado nos pensamentos, discursos e ações dos sujeitos, principalmente nas forças de interação e dominação que exercem entre si. Rokeach (1973, p. 25) comenta que:

Dizer que uma pessoa tem um valor é dizer que ela tem uma crença prescritiva ou provável que um específico modo de comportamento ou estado-final da existência é preferido a um modo oposto de comportamento ou estado-final. Essa crença transcende a atitude em relação a objetos ou em direção a situações; ela é um padrão que guia e determina ação, atitudes em relação a objetos ou situações, ideologia, apresentação de si mesmo aos outros, avaliações, julgamentos, justificações, comparações de si mesmo com os outros e tentativa de influenciar os outros.

O valor significa a reunião coordenada ou descoordenada, multitemporal ou temporal, pluricontextualista ou unicontextualista de elementos da história de vida dos sujeitos relativas às ideologias, culturas, comportamentos, questões hereditárias, desenvolvimentos cognitivos e linguísticos que constituem um arsenal de crenças que norteiam a conduta psíquica (moral e intelectual) dos sujeitos.

Destarte, temos uma mutualidade designada entre valor e a realidade objetiva (história de vida e cotidiano social e hereditário dos sujeitos) dos sujeitos. O valor só pode ser constituído a partir da realidade objetiva dos sujeitos no sentido de que são crenças elaboradas no seio da vida e da pragmática humana. Este mesmo valor, após apreendido e apropriado da realidade objetiva, é organizado e registrado na mente dos sujeitos, com vistas a futura utilização para nova modificação da realidade objetiva.

Essa mutualidade é expressa na linha de raciocínio: Realidade objetiva → Apropriação de valor → Novas práticas para transformação da realidade objetiva. Essa linha não é necessariamente rígida, pois nem todos os valores permitem a transformação da realidade objetiva, mas também a manutenção da realidade objetiva apropriada como valor expressa na seguinte linha de raciocínio: Realidade objetiva → Apropriação de valor → Manutenção da realidade objetiva.

A diferença entre ambas as linhas de raciocínio é que a primeira pode determinar contextos de partilha ou dominação entre sujeitos, enquanto a segunda necessariamente está focalizada nos processos de dominação, pois reside no ideário de conformação e permanência de um estado de vida. O termo “apropriação de valor” é aqui utilizado em face da percepção de valor ser adaptada à realidade de vida (crenças, comportamentos, culturas e ideologias) do sujeito. A apropriação do conceito (neste caso de valor) é concebida, conforme Vygotsky (1995) como primeiramente social e posteriormente individual, já que é a partir da realidade objetiva que a percepção de valor se estabelece como fenômeno de apropriação e conotação teórica de sentidos.

Para compreender a pragmaticidade dos valores Rokeach (1973, p. 11-12) elenca dois tipos basilares:

- a) **valores terminais** – vida próspera, vida excitante, mundo de paz, igualdade, liberdade, felicidade, segurança, prazer, salvação, reconhecimento social, amizade verdadeira, sabedoria, mundo belo (natureza e artes), segurança familiar, amor maduro, respeito próprio, senso de realização, harmonia interna;
- b) **valores instrumentais** – ambicioso, mente aberta, capaz, alegre, limpo, corajoso, generoso, prestativo, honesto, imaginativo, independente, intelectual, lógico, amoroso, obediente, polido, responsável, autocontrolado.

Os valores instrumentais podem ser vistos como aqueles destinados aos procedimentos para alcançar determinadas finalidades. Já os valores terminais são aqueles finalísticos e passíveis de concretização. Adaptando essa tipologia ao pensamento de Nietzsche (2001) sobre os valores de causa/origem e valores de consequência é possível afirmar que os valores

terminais são considerados de consequência, pois são valores concretizados sem necessariamente saber quais meios foram empregados para tal concretização, enquanto os valores instrumentais denotam de forma mais clara as causas pelas quais determinados sujeitos empreendem certas ações.

O fato é que ambos os tipos de valores em Nietzsche (2001) e Rokeach (1973) devem ser analisados em permanente concatenação, pois a plena compreensão de um tipo de valor não é possível sem a inclusão do outro. O uso para análise de apenas um tipo de valor promove apropriações deturpadas, incompletas e provavelmente tendenciosas da realidade objetiva.

No que tange as possíveis inter-relações entre informação e valor podemos destacar duas questões fundamentais que as norteiam: a informação como construto da diferença e as tipologias valorativas da informação.

Quanto a primeira questão partimos dos conceitos de MacKay (1969) quando diz que “a informação é uma distinção que faz a diferença” e Bateson (1973, p. 428) que considera ser a informação a “diferença que faz a diferença”. Estes dois conceitos que parecem ser complementares (possivelmente o segundo tomou como base o primeiro) denotam uma percepção muito clara de que a inter-relação entre informação e valor é fortemente influenciada pelo conceito de diferença.

O conceito de diferença tem vários indícios implícitos e explícitos, tais como: informação como fenômeno de negação e afirmação (DELEUZE, 2008); diferença como fenômeno de identificação daquilo que o outro é (SILVA, 2000); a diferença como fenômeno de pertencimento dos sujeitos a determinados objetos; diferença como fundamento de identificação e particularização configuracional dos sujeitos. Diante dos conceitos de diferença apresentados é preciso um olhar cauto sobre os conceitos de informação de MacKay (1969) e Bateson (1973).

Em primeira instância o conceito de MacKay pode parecer redundante quando utiliza os termos distinção e diferença. No entanto, o termo distinção não é usado diretamente como diferença (embora esteja ligado a concepção de diferença), mas de destaque ou ênfase e de sentido ou significado. Assim, a informação é a ênfase de sentido (ou significado) que faz a diferença.

Em outras palavras, a informação em Mackay é a ênfase de sentido que estabelece prelúdios para identificação dos sujeitos a um determinado contexto que traz em seu bojo a condição de pertencimento dos sujeitos, permite delimitar algumas características de valor

informacional dos sujeitos ou contribui para negação e afirmação de valor dos sujeitos em relação a outros sujeitos.

Nos dois primeiros casos (identificação e características de valor informacional dos sujeitos) o conceito de informação de MacKay está essencialmente relacionado à percepção de identidade, já que “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer o que não somos.” (SILVA, 2000, p. 82). Assim, o conceito de informação apresenta particularidades de valores informacionais produzidos pelos sujeitos caracterizando suas identidades.

No terceiro caso, o conceito de informação é complementar aos dois primeiros, pois, o que impera é a diferença de valor entre os sujeitos. O conceito de informação preconiza não uma configuração identitária em si, mas aquilo que torna um sujeito diferente do outro através dos valores informacionais produzidos. O valor da informação produzido pelos sujeitos possui a capacidade múltipla (e também intencionalidades múltiplas) de externalizar, marginalizar, afirmar ou negar valores.

Normalmente, o conceito de informação como diferença tem a pretensão de superestimar os valores de um sujeito em detrimento dos valores de outros sujeitos se estabelecendo como rejeição ou simplesmente da possibilidade de externalização dos valores que implicaria em indiferença dos valores informacionais produzidos entre sujeitos (os sujeitos produzem informações, mas estão preocupados mais em expressar seus valores informacionais do que receber valores informacionais de outros sujeitos).

Em síntese, o conceito de informação elaborado por MacKay é um fenômeno que marca os sujeitos tornando-os particulares em suas construções de valor e destaca os sujeitos conforme suas consistências e conveniências de ênfase de sentido. Por isso, a informação, quando produzida, diferencia os sujeitos (exaltando, rejeitando ou indiferenciando), pois sintomaticamente estimula a produção de valores (humanos, profissionais, pessoas, espirituais, etc.).

O conceito de Bateson (1973) é mais categórico quando utiliza diferença duas vezes. Mas é preciso ponderar que os termos “diferença” utilizados possuem conotação diferente. O uso do primeiro “diferença” é alusivo aos significados de produção da informação concebidas pelo sujeito e armazenados em suas mentes. O segundo termo é concernente aos efeitos causados pela informação após aplicada em algum contexto pelo sujeito. Assim, a diferença primeira utilizada por Bateson possui significado abstrativo e de apropriação lógico-

ontológica da realidade objetiva, enquanto a segunda diferença possui finalidade eminentemente pragmática a partir das ações dos sujeitos da informação.

O conceito de informação em Bateson presume que a informação possui dois momentos distintos, mas que se complementam: o primeiro incide sobre como os sujeitos conseguem lidar com a realidade objetiva (incluindo outros sujeitos) e produzir informações que modifiquem suas estruturas cognitivas e sociais; o segundo reside na capacidade do sujeito utilizar o conceito de informação apropriado conforme suas conveniências.

Dessa maneira, a diferença que faz a diferença mais uma vez coloca a informação como processo de forças humanas (heurísticas positivas e negativas dos sujeitos para se apropriar e aplicar a informação em um determinado contexto conforme os valores gestados) e não-humanas (os instrumentos que os sujeitos utilizam para se apropriar e aplicar informação conforme seus valores) que interferem nas condições psíquicas e no *modus operandi* dos sujeitos.

É preciso afirmar que os conceitos de MacKay e Bateson são contextualistas, pois levam em consideração que “o significado da informação é dado pelo processo que a interpreta” (FREDKIN, 2005). Eis que é neste aspecto que informação e valor são inseparáveis: se a informação é vista como processo que leva em consideração o contexto, são precisamente os valores dos sujeitos (ideológicos, culturais, políticos, religiosos, familiares, etc.) que estimulam determinadas produções informacionais e estas produções ajudam a concretizar e/ou modificar os valores pregados pelos sujeitos.

Isso significa que a relação entre informação e valor é uma constituição intrínseca expressa pela lógica: Valor (baseados na história de vida dos sujeitos) → Produção da informação (processo de interpretação e apropriação da realidade objetiva) → Contextos em que os sujeitos pretendem utilizar a informação → Concretização e/ou modificação de valores (novos sentidos valorativos produzidos pelos sujeitos).

Diante de tais considerações afirmamos que o conceito de informação baseado na diferença é relacionado aos contextos em que os sujeitos estão situados e os valores que produzem em suas trajetórias. Por isso, discordamos enfaticamente da máxima **agregue valor, além da informação**, já que toda e qualquer informação possui uma carga de valor e todo valor interfere diretamente nas práticas informacionais.

Para comprovar a discordância consideramos que a informação possui dois grandes tipos de valor: valores causais e valores consequenciais. O primeiro é considerado com fundamento teórico-prático e referente ao caráter mais moral e humano da informação que envolve o valor humano, social, econômico, cultural, político, religioso e ético. O segundo é

considerado de aspecto mais pragmático, pontual e referente ao caráter processual da informação que envolve as formas de organização, uso, venda compra, troca, compartilhamento e sociação.

Estes valores são delimitados no quadro que segue e merecem, por sua vez, análise mais cuidadosa:

**Quadro 21 - Valores da informação**

<b>VALORES CAUSAIS</b>	<b>VALORES CONSEQUENCIAIS</b>
Valor humano	Valor de produtividade
Valor social	Valor de serviço
Valor econômico	Valor de organização
Valor histórico-cultural	Valor de uso
Valor político	Valor de troca
Valor educativo	Valor de compra
Valor religioso	Valor de venda
Valor científico	Valor de compartilhamento
Valor ético	Valor sociativo

Fonte: elaborado pelo autor

Explicitando os valores causais da informação atentamos para as seguintes observações:

- a) valor humano – estes são os valores cruciais da informação, pois indicam formas de comportamento dos sujeitos da informação em suas ações cotidianas. Os valores humanos permeiam como os sujeitos da informação agem em torno de práticas como educação (formal e informal), consciência ambiental (formas de comportamento no tocante ao uso dos recursos naturais e energéticos) exclusão/inclusão social, relação familiar, honestidade, amor ao próximo, ética e cidadania. Consideramos estes valores fundamentais porque são eles que determinam as intencionalidades de ação dos sujeitos quando da produção informacional;
- b) valor social – este é um valor permanentemente coletivo, pois só pode ser concretizado nas relações e forças (impositivas ou socializadoras) dos sujeitos da informação. O valor social da informação implica em como um sujeito pretende produzir informação com relação a outros sujeitos e como vê o outro como sujeito (potencial ou concreto) de produção informacional. O valor social da informação é coletivo na medida em que a informação produzida por um sujeito tem sua base herdada das estratégias de apropriação da realidade objetiva. O valor social da

informação também pode significar as combinações culturais, educacionais e políticas para melhorar a vida das pessoas em termos de ação e construção de sentido;

- c) valor econômico – designa a informação como produto, mercadoria ou bem de consumo a ser comercializada, vendida, trocada, comprada ou passível de diversas negociações comerciais. O valor econômico preconiza que a informação é vista como um produto/serviço ou até mesmo um recurso, porém, único, de natureza específica e características muito próprias; a informação é substituível, ela pode substituir outros recursos como dinheiro, recursos, matéria-prima, etc. (FERNANDES, 1991, p.165-166). O valor econômico da informação é um dos mais recorrentes, pois demonstra factivamente as condições dos sujeitos em obter informação e a viabilização em massa de como os produtos e serviços de informação orientam nossas práticas cotidianas. Por exemplo, quais sujeitos podem dispor de determinadas tecnologias e documentos/artefatos para produzir informação ou quais sujeitos institucionais possuem mais condições econômicas de lidar com outros sujeitos institucionais, visando produzir informação. O valor econômico da informação comumente mostra o caráter excludente da sociedade, assim como a informação tem um sentido de competitividade, possessividade e materialidade (consumo de produtos informacionais). Este valor é o motor das relações entre os sujeitos em todo o mundo, já que determina quem é passível de ter acesso aos produtos informacionais e utilizá-los da forma mais conveniente, além de promover sistemas de informação para acesso e consumo da informação. Em síntese, a informação é vista aqui como mercadoria, tanto por meio de suas substâncias materiais (tecnologias e documentos/artefatos), quanto por meio de suas substâncias comerciais);
- d) valor histórico-cultural – ocorre quando a informação auxilia na formação das crenças, valores e costumes de um sujeito ou de comunidades de sujeitos. A informação é relevante como valor histórico-cultural porque serve como uma espécie de guia para conduta dos sujeitos durante suas trajetórias contribuindo tanto para construção individual, quanto para construção coletiva. Isto quer dizer que o valor da informação está intrinsecamente concatenado a sua atualidade e possibilidade de aplicação no contexto cultural, visto que “o processo de envelhecimento da informação à perda gradativa de seu valor com a passagem do tempo: quanto mais velha a informação, menos valor terá” (OBERTHOF, 1990,

p.121). Consideramos que a atualidade da informação é crucial para compor o repertório de valores culturais dos sujeitos, pois favorecem formas de vida coletiva através do compartilhamento de crenças e costumes promovidos pelo repertório informacional dos sujeitos. No entanto, no contexto histórico, a ideia de atualidade da informação se amplia quando se quer abranger um conjunto mais ampliado entre gerações, pois a atualidade da informação depende, sobretudo, do tempo histórico-cultural que está sendo abarcado para uma efetiva contextualização social. Atentamos que no contexto histórico-cultural “a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se tempo” (ZEMAN, 1970, 162-163);

- e) valor político – está associado a capacidade dos sujeitos, em nível individual ou coletivo, público ou privado de analisar situações da realidade e tomar decisões, visando benefícios a determinados grupos de sujeitos. A informação é um catalisador que reconhece problemas, possibilita reflexões e encaminha soluções garantindo caráter processual de diálogo público, registro do pensamento, construção de ideias e práticas executivas. O valor político da informação é relacionado ao “conjunto de lutas que atores sociais e políticos empreendem para impor uma leitura do problema que seja a mais vantajosa aos seus interesses” (DEUBEL, 2007, p.58);
- f) valor educativo – reflete sobre como os sujeitos aprendem e produzem conhecimentos a partir das informações que são apropriadas. O valor educativo da informação possui caráter pragmático (age no cotidiano dos sujeitos) e institucional (agregados a instituições como a família, escola, universidade, igreja, etc.) e se configura em “um mecanismo de intervenção sobre o real, que atua por meio de formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, que atingem os comportamentos e condutas afetivas, cognitivas e comunicativas dos indivíduos” (PIERUCCINI, 2004, p.42);
- g) valor religioso – preconiza os sentidos que os sujeitos produzem para fundamentação espiritual, que incluem a fé e o amor a um ser superior. Este tipo de valor é diferente de todos os outros pelos seguintes motivos: a informação é um subsídio determinado por documentos/artefatos atuando como espécie de guias do que deve ser produzido como informação; o valor da informação é baseado em um fundamentalismo que tem a finalidade de persuadir outros sujeitos do que é verdadeiro em termos espirituais; o valor da informação é proselitista e prima pela

linearidade discursiva da aceitação dos sujeitos. O valor religioso da informação, embora espiritual, está diretamente ligado aos aspectos do cotidiano social no sentido de que os sujeitos que praticam esse valor informacional estão interessados em compartilhar suas informações.

- h) valor científico – designa a possibilidade da informação como valor de produção de novos conhecimentos que sirvam para embasar a opinião de comunidades acadêmico-científicas e profissionais. O valor científico da informação também se insere na capacidade dos sujeitos em resolver problematizar, refletir e resolver problemas dos mais diversos tipos. O valor científico da informação também é pertinente para: incentivar o acesso seletivo à informação; incentivar o acesso à informação as comunidades consideradas mais carentes; estimular o caráter comercial e industrial da informação como sendo favorável a um grupo minoritário de sujeitos; fomentar o acesso aberto a informação como novo paradigma da comunicação científica (SWAN, 2008); dinamizar as políticas de informação no sentido de organizar, armazenar e promover acesso à informação por diversos espaços físicos e virtuais (ORTELLADO, 2008). Podemos afirmar que os valores científicos da informação são paradoxais na medida em que pregam situações conflitantes de acordo com as ideologias dos produtores (e das comunidades discursivas) desse tipo de informação;
- i) valor ético – concernente ao comportamento informacional dos sujeitos condizentes com a conduta moral. O valor ético da informação inclui os processos normativos de produção, acesso e apropriação da informação e se interpõem a partir de desafios interculturais éticos de cunho teórico (se referem às discussões em torno de uma fundamentação do discurso ético que oscila entre posturas universalistas e relativistas) e prático (tem a ver com a busca de um código global para a sociedade da informação). (CAPURRO, 2010, p.13). O valor ético também está condicionado aos construtos da ética global da comunicação (de caráter pragmático e baseado nas interações entre diversas culturas e gerações) e ética global da informação baseada nas seguintes interpelações como pontos partida: quais os princípios éticos que tomam como base o diálogo em que se fundamenta a ética global da informação? Existe uma macro ética pautada no consequencialismo, deontologismo ou contratualismo? (FLORIDI, 2009, p.222). Vale ressaltar que a ética global da informação deve ser pensada a partir da ética ontocêntrica que segundo Floridi (2008, p.12) “o ‘receptor’ da ação, o paciente, é

situado no cerne do discurso ético [...] enquanto que o ‘transmissor’ de qualquer ação moral, o agente, é movido para sua periferia” implicando dizer que a ética ontocêntrica é voltada para realidade do ser/ente.

Os valores causais da informação designam aquilo que precisamos para viver em termos de sentidos idealísticos. São valores condutivos que indicam o que deve ou não ser feito. Envolve os sentidos dos princípios e finalidade da ação humana. A informação no caso dos valores causais é vista como de característica temporária ou permanente que agregam valor na trajetória dos sujeitos.

A informação como valor causal é abstrativa quando o sujeito precisa de compreensão interlocutora de vida; é teórica quando o sujeito define parâmetros reflexivos de conduta; é política quando o sujeito precisa decidir o que fazer a partir das informações e produzidas (este ato político é permanentemente renovado em torno de uma ética ontocêntrica da informação).

Já os valores consequenciais da informação são designados a partir das seguintes funções:

- a) valor de produtividade – toda informação, em qualquer contexto ou suporte é produzida, com vistas a satisfação de necessidades, desejos ou demandas. O conceito de produtividade informacional é estritamente institucional e está situado na capacidade dos sujeitos, em caráter individual e principalmente coletivo aliar qualidade de trabalho com qualidade de produção. O significado de produtividade “é minimizar cientificamente o uso de recursos materiais, mão de obra, equipamentos etc., para reduzir custos de produção, expandir mercados, aumentar o número de pessoas empregadas, lutar por aumentos reais de salários e pela melhoria do padrão de vida no interesse comum do capital, trabalho e consumidores (MORIKAWA, 2010, p.1030). De forma mais objetiva, o valor produtivo da informação diz respeito a capacidade dos sujeitos institucionais que atuam em centros de informação, espaços organizacionais (comerciais, empresariais, industriais e bancários) ou em espaços virtuais de informação desenvolver atividade gerencial de qualidade oferecendo serviços que visem a satisfação das necessidades de informação dos usuários/clientes.
- b) valor de serviço – é consequência do valor de produtividade. O valor de serviço implica na capacidade de oferecer um produto ou processo ao usuário/cliente com vistas a satisfazê-lo. O valor informacional do serviço reside em atividades como: atendimento, processo de solicitação de pedidos, rapidez na resposta dos pedidos,

padrões de consultas dos serviços, divulgação do serviço em diversos espaços, qualidade do produto ou processo oferecido. O valor de serviço afere que “a informação é todo o esclarecimento que se possa dar a qualquer pessoa sobre o que ela indaga [...]” (FERNANDES, 1991, p.165);

- c) valor de organização – é relativa ao valor estruturador da informação no sentido de disponibilizá-la da forma mais adequada possível para os sujeitos da informação. Este valor significa que “a informação que está ligada à organização está ligada também à conservação e transmissão desta organização” (ZEMAN, 1970, p.159);
- d) valor de uso – do ponto de vista moral (mais agregado à Biblioteconomia e CI), o termo “uso” é muito amplo e não pode ser pensado de forma isolada. Em verdade, o valor de uso da informação engloba perspectivas de busca, recuperação e apropriação da informação, atrelados ao desenvolvimento de competências, planejamento, manejo com as fontes e tecnologias de informação, são salutares para construção do conhecimento. Atribuímos que o uso da informação “compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Compreendem habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento. (VARELA; BARBOSA, 2012, p.157) e que “a informação é multiplicável – quanto mais for utilizada, mais útil se torna; o limite básico é a idade biológica das pessoas e grupos” (FERNANDES, 1991, p. 165). Do ponto de vista econômico, o valor de uso da informação está diretamente relacionado a força de trabalho dos sujeitos em produzir informação através dos seus esforços físicos, cognitivos e psíquicos. A informação é visualizada como mercadoria desenvolvida para consumo e enriquecimento de quem produz. “produção). “Os valores de uso constituem o conteúdo (material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.” (MARX, 1988, Vol. I, p.46). O valor de uso da informação do ponto de vista econômico é inerente ao uso de equipamentos como tecnologias impressas e/ou digitais, documentos e dispositivos diversos que permitem aos sujeitos produzir informação. O uso está focalizado no contato do sujeito com a materialidade informacional empreendida como mercadoria apropriada para consumo.
- e) valor de troca – do ponto de vista moral, o valor de troca da informação é impreciso e praticamente impossível de ser mensurado, pois o intercâmbio informacional se dá em um nível abstrativo e a justeza da troca pode ser superficialmente observada a partir da aplicação envidada pelo sujeito da

informação em algum contexto concreto que permita alguma conquista (profissional ou pessoal, por exemplo). Isso significa que o valor de troca da informação se dá a partir do compartilhamento de alguma informação pelo sujeito, visando receber nova informação de outro sujeito que o permita conceber novas práticas informacionais. Do ponto de vista econômico, o valor de troca da informação, embora não possa ser mensurado quantitativamente, engloba a expressão de um valor de benefício social mútuo em que os sujeitos envolvidos ganham alguma coisa (uns podem ganhar mais que os outros dependendo da necessidade ou adequação da troca informacional) de produtos. O valor de troca “só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (MARX, Vol. I, 1988, p.46). Mais uma vez, o valor de troca da informação no contexto econômico se estabelece na materialidade da informação significando a troca de suportes informacionais comumente com características diferentes (trocas de livros ou equipamentos digitais, por exemplo) para promoção de novas formas de uso e apropriação da informação;

- f) valor de compra e valor de venda – inicialmente, o valor de compra e venda da informação é estritamente comercial (informação como mercadoria), visto que o objetivo é a obtenção de determinado produto e, para tal intento, é preciso dispor de tempo e recursos financeiros. No entanto é possível observar o ponto de vista moral quando a preocupação dos sujeitos em vender ou comprar é: **o que ganharemos ao obter tal informação?** O valor de compra e venda envolve a prática de vantagens competitivas em um mercado que exige atualizações no consumo de suportes da informação;
- g) valor de compartilhamento – talvez seja o valor mais sorrateiro e ao mesmo tempo mais ambíguo de informação expressando formas diversas de apropriação, em particular, quando concebido por centros e organizações de informação. O valor de compartilhamento da informação está situado nas seguintes características: a partilha e a troca entre sujeitos ajudam na construção do conhecimento organizacional e pessoal (WU, 2008); estímulos para geração de novos conhecimentos (HOOFF; HUYSMAN, 2009); o compartilhamento depende do contexto intencionado pelo sujeito ou pelas organizações (LI; LIN, 2009). Consideramos que o valor de compartilhamento da informação delibera: intencionalidade (procedimentos para conquistar determinado objetivo); liderança (forma de conquistar espaço de liderança em um grupo); discursivo (envidado com

vistas a convencer um sujeito (ou grupos de sujeitos) de que dada informação é a correta podendo se constituir como informação deformada ou contra-informação); compartilhamento institucional (representa a tentativa forçada ou dialogada de exercer o papel informativo de uma organização sobre uma comunidade ou sociedade); compartilhamento continuado (pautado em informações do cotidiano dos sujeitos e concebidas de forma permanente); compartilhamento transversal (quando grupos diversos – empresas, bancos, indústrias, universidades/escolas, grupos de pesquisadores, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, ONG, etc. – compartilham informações entre si visando o desenvolvimento mútuo;

- h) valor sociativo – referente ao conteúdo, a forma e os processos de interação que definem como a informação é compartilhada possibilitando a criação de novas formas sociais atentando que toda informação compartilhada possui intencionalidades, objetivos e perspectivas, mesmo que não estejam plenamente gestadas na consciência do(s) sujeito(s). O valor sociativo da informação é representado por Simmel em duas passagens esclarecedoras. A primeira manifesta o valor semântico da sociação quando “tudo que está presente nos indivíduos (que são os dados concretos e imediatos de qualquer realidade histórica) sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento – tudo que está presente nele de maneira a engendrar ou medir influências sobre os outros [...] desigmo como conteúdo, como matéria, por assim dizer, sociação (SIMMEL, 1983, p. 165-166). A segunda identifica o valor sociativo aplicado a sociedade quando diz que “aqui, ‘sociedade’ propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais (SIMMEL, 1983, p.168-169). O valor sociativo da informação tem dois momentos complementares: o primeiro é inerente a apropriação dos sujeitos a partir da realidade concreta permitindo a produção de informação; o segundo é quando esta informação apropriada e eivada de sentidos se torna premente de ser aplicada a realidade social como espécie de retorno daquilo que foi apropriado da realidade pelo sujeito. O valor sociativo da informação sintetiza todos os outros valores consequenciais na medida em que indica como os sujeitos podem viver e conviver socialmente, assim como definir como os objetivos e finalidades dos sujeitos são delineados.

Os valores consequenciais valorizam o pragmatismo informacional como ação executada a partir dos valores causais. Evidentemente que estes valores nem sempre são sincronizados, mas estão harmoniosa ou conflituosamente ligados como formas de pensar e agir, teorizar e praticar, guardar ou distribuir, calar ou falar.

A informação se dá precisamente na condição de movimento dos sentidos, conteúdos, formas, forças e interações de caráter diacrônico ou sincrônico que estimulam os sujeitos a tomarem decisões e agirem conforme suas acepções valorativas de cunho causal e consequencial.

#### 6.6 INFORMAÇÃO E ÉTICA: ENTRE O UNIVERSALISMO E RELATIVISMO E/OU DA ÉTICA (PLURI)CONTEXTUALISTA À ÉTICA ALTERITÁRIA DA INFORMAÇÃO

Os estudos sobre ética se configuram, nos diversos contextos históricos, como grandes desafios de problematização, reflexão, compreensão e solução de problemas para filósofos, cientistas, profissionais e sujeitos em geral, tanto em níveis locais, quanto em níveis planetários. A chamada Filosofia da Informação tem situado os espaços de estudos sobre informação e ética no âmbito da chamada virada informacional na Filosofia, em permanente diálogo transversal com a Ciência da Informação, Computação, Sociologia, Ciência Cognitiva, Comunicação e Linguística.

Na contemporaneidade alguns estudos ganharam grande ênfase como ética profissional, ética no âmbito dos princípios tecnológicos, ética na ciência (e na pesquisa), ética nos campos/disciplinas do conhecimento, ética em sistemas culturais, éticas e sistemas humanos e a contextualização entre ética e informação.

A configuração relacional entre informação e ética ganhou força no século XX, principalmente porque “as sociedades pós-industriais mais desenvolvidas vivem por informação” (FLORIDI, 2002, p.127) instanciando a percepção de que a informação auxilia na mobilidade das forças (ético-morais) que regem a sociedade e das interações entre os sujeitos.

Contudo, é preciso considerar que os estudos sobre ética informacional não se situam apenas como setor de pesquisa reprodutiva dos modelos tradicionais da ética, mas buscam novas alternativas metodológicas, epistemológicas e normativas de pensar a aplicação da ética informacional através de estudiosos espalhados pelo mundo. Dentre os estudiosos sobre ética informacional podemos destacar Floridi (2005, 2008, 2009), Capurro (2005, 2006, 2007, 2008, 2009b, 2010a, 2010b), Ess (2006), Brey (2007) e Himma (2008).

A necessidade de pensar novas alternativas de estudos em ética informacional em detrimento das correntes clássicas, tais como o deontologismo e o utilitarismo se referem a incapacidade do primeiro em investigar as questões de cunho virtual como crimes cibernéticos (FLORIDI, 1999), tais como pedofilia, preconceitos de raça, gênero, religião, territorialidade, brigas virtuais entre torcedores de futebol (e esportes em geral), etc. e a limitação do segundo ao considerar que os utilitaristas concebem as tecnologias digitais como neutras, sendo possível delimitar seus aspectos de bondade ou maldade apenas pelo resultado (QUILICI-GONZÁLEZ, et al, 2010, p.17).

Contudo, a ética informacional ainda busca espaços para se consolidar entre as comunidades discursivas do meio acadêmico-científico. Destacamos para breve reflexão os estudos de Floridi (2008; 2009) relativo a ética ontocêntrica e Capurro (2006; 2008; 2009; 2010) no que tange a ética intercultural da informação para compreensão da ética informacional.

Quanto ao conceito de ética informacional Floridi (2008, p.12) afirma que:

A EI [Ética Informacional] é uma ética ecológica que substitui o *biocentrismo* pelo *ontocentrismo*. A EI sugere que há alguma coisa mais elementar que a vida, chamada *ser* – isto é, a existência e o florescimento de todas as entidades e seus meios globais – e alguma coisa mais fundamental que o sofrimento, chamada *entropia*. Esta última não se refere ao conceito dos físicos da entropia termodinâmica. Entropia aqui se refere a qualquer tipo de destruição e corrupção de objetos informacionais [...] isso é, qualquer forma de empobrecimento do *ser*.

A ética informacional floridiana não está fincada na ideia de vida, mas na ideia de ser. Por isso, destaca a formação da ética ontocêntrica que se constitui da existência e desenvolvimento informacional do ser atrelado aos aspectos humanos e não-humanos que compõem o *ethos* valorativo dos sujeitos. A ética ontocêntrica possui característica universal na medida em que os sujeitos dispõem de meios globais físicos e virtuais que norteiam suas condutas.

A ética informacional floridiana designa, por um lado, o estudo científico moderno da ética atrelada a informação (que os filósofos clássicos não o fizeram) e, por outro lado o comportamento moral dos sujeitos no que se refere ao uso e apropriação da informação em diversos espaços físicos e principalmente virtuais compreendendo como as tecnologias de informação afetam os sujeitos em suas práticas morais.

As influências das tecnologias de informação para formação da consciência e da moral dos sujeitos estabelecem um olhar ontocêntrico entre ser e ente, ao mesmo tempo em que valoriza a produção da ética global da informação (macroética). Para tanto, a ética

informacional para se concretizar como macroética necessita “[...] analisar informacionalmente todas as entidades envolvidas (incluindo o agente moral A) e suas alterações, ações e interações, ao tratá-las, não como separadas, mas como parte de um meio informacional, ou infosfera, à qual elas pertencem enquanto sistemas informacionais em si mesmos” (FLORIDI, 2008, p.10).

Neste caso, a ética informacional produz uma característica essencial de verificar como a informação ajuda na produção de sentidos e comportamentos morais dos sujeitos, assim como é preciso considerar a associação direta entre sujeitos (ser) e ente (meios tecnológicos) como fenômenos de ação, interação e alterações sócio-cognitivas, sendo esta associação pressuposto vital para pensar como a informação (através de seus meios tecnológicos digitais) interfere na ação moral dos sujeitos da informação.

Assim, a ética informacional em Floridi tem seu limite na infosfera que trata do universo e de tudo que nele existe consubstanciando a lógica compreensiva da moral dos sujeitos, pois a percepção ética ontocêntrica não admite a separação entre ser e meio, já que o universo é constituído de sistemas humanos e não-humanos que interagem diretamente entre si e produzem valores morais.

A ética ontocêntrica de Floridi se configura na superação de pressupostos ético-metafísicos e apresenta grandes perspectivas de cunho pragmático para compreender as relações entre informação e ética. O caráter ontológico-pragmático da ética informacional floridiana se justifica quando Floridi (2009, p.229) “não é a declaração dos direitos humanos” permitindo afirmar que os aspectos ontológicos da ética informacional floridiana estão mais preocupados na compreensão moral das interações entre sujeitos e estruturas diversas do universo (principalmente tecnologias digitais que indicam a fenomenalização global das relações humanas) do que o estabelecimento de uma concepção normativa de ética informacional.

Poderíamos considerar a ética informacional em Floridi como a “ética do mundo exterior”, pois concebe um arrazoado crítico de como se dão as interações entre sujeito e universo e como essas interações contribuem para o desenvolvimento das ações morais dos sujeitos. A informação e seus diversos objetos informacionais passam a exercer papel central de mediação das interações na medida em que possuem valor moral, se situam como espaço de comunicação e produção do conhecimento e interferem na vida social dos sujeitos atestando que os objetos informacionais significam “uma estrutura de dados apropriados que constituem sua identidade e um conjunto de operações, funções ou procedimentos, que são ativados em sua relação com o meio” (FLORIDI, 2008, p.10-11).

Não é por acaso que quando Floridi lança o termo “entropia” busca mostrar como sujeito e meio estão diretamente associados e não reconhecer as dinâmicas dos objetos informacionais seria empobrecer o sujeito da informação em sua dinâmica cognitiva, interacional, acional, contextual e, por fim, moral.

No entanto, é preciso considerar que a ética informacional ontocêntrica, embora se apresente como ética global e mostre múltiplas nuances morais e informacionais dos sujeitos, precisa incluir aspectos políticos e interculturais sob pena de restringir os aspectos interacionais entre sujeitos a meras acepções lineares e hierárquicas (verticais), bem como não reconhecer que a associação entre ser e universo demanda observar a informação como fenômeno baseado em decisões políticas, construções culturais e fundamentação de valores humanos individuais e/ou coletivos em que as tecnologias como suportes informacionais, reproduzem esses valores político-culturais.

Neste sentido, Capurro adentra com a concepção da ética intercultural da informação no sentido de compreender como as dinâmicas interacionais entre sujeitos (e mais amplamente entre culturas humanas) instituem a fundamentação de comportamentos morais, em especial, no âmbito das tecnologias digitais.

Capurro (2010a, p.13) afirma que:

A EII surge no momento em que o questionamento teórico da moral se torna cada vez mais urgente dado o profundo impacto prático das TIC na sociedade. Os conflitos que antes se davam a nível local, se transformam agora rapidamente em conflitos globais e viceversa. A ética é um sintoma de que normas e hierarquias de valores que se davam por encerrado entram em crise.

Os estudos sobre ética informacional são eminentemente contemporâneos, pois tanto surgem em um momento de largo desenvolvimento das tecnologias digitais (final do século XX), quanto suscita questões atuais de cunho moral acerca das funcionalidades das tecnologias digitais na sociedade. Outra questão é que a ética informacional surge em um momento que a problematização central gira em torno da globalização informacional em que sujeitos distantes no espaço territorial físico podem estabelecer contato simultâneo concebendo influências culturais diretas entre si.

Todavia, a ideia de globalidade não implica no abandono da particularidade informacional, mas as análises morais giram em torno das influências interculturais de cunho global nas ações locais de produção informacional e como as produções locais de informação podem afetar contextos globais.

Podemos afirmar que a ética informacional é essencialmente tecnológica quando produz meios de interação entre sujeitos em tempos e espaços diversificados; é ontológica quando focaliza as multiplicidades interacionais dos sujeitos; é intercultural quando favorece as interações e imposições culturais entre grupos de sujeitos mesclando aspectos culturais, reconstruindo culturas informacionais e globalizando algumas culturas em detrimento de outras culturas locais definindo novos aspectos identitários dos processos de produção da informação.

É precisamente no aspecto intercultural que Capurro delinea sua ética informacional focalizando a intersecção entre os princípios globais e as particularidades locais ou, em outras palavras, do conflito entre o universalismo e o objetivismo/relativismo. As múltiplas dimensões da ética informacional podem ser visualizadas pela articulação de seu objeto de estudo.

Em verdade, a ética informacional possui a generalidade de constituir múltiplos objetos de investigação acompanhando as dinâmicas das tecnologias digitais agregando assuntos, tais como: privacidade, propriedade intelectual, acesso livre ao conhecimento, o direito de expressão em redes digitais, censura digital, identidade digital, definições de gênero, comunidades digitais, plágios digitais, controle social digital (CAPURRO, 2010a; HIMMA; TAVANI, 2008; VAN DEN HOVEN; WECKERT, 2008).

Observamos que a mudança de objeto da ética tradicional para a ética informacional de cunho intercultural reside em três aspectos fundamentais:

- a) o primeiro representa uma virada informacional pragmática e procedimental no âmbito dos suportes de informação, particularmente, no que tange a mudança de concentração de estudos para os meios de desenvolvimento digital em diversas esferas (redes digitais, comunidades digitais, censura digital, identidade digital, acesso livre ao conhecimento, etc.), pois permite a multiplicidade das interações espaço-temporais;
- b) o segundo, de cunho mais amplo, é mais abstrativo, no entanto, extremamente significativo no que se refere às mudanças culturais que o mundo passa em meio as relações interculturais promovendo a configuração de novos valores informacionais relativos a ansiedade, emoção, publicidade instantânea e aleatória de conteúdos, necessidade do sujeito se expressar publicamente sem um contato físico direto com outros sujeitos, necessidade de ter as ideias compartilhadas comprovando que a identidade digital pressupõe a concretização da identidade social;

- c) o terceiro é uma condensação dos dois primeiros no sentido de que a ética informacional intercultural implica que o outro é requisito *sine qua non* para compreensão do desenvolvimento digital e, por conseguinte, para firmar os estudos em ética informacional ou como afirma Capurro (2010a, p.25) “universalidade e singularidade se condicionam mutuamente, posto que o outro é sempre um outro concreto, histórico, situado com toda sua bagagem cultural e seus diversos afetos fundamentais”;

Ao tratar do desenvolvimento das tecnologias digitais e dos fenômenos de comunicação digital Capurro não formula uma ética global da informação de cunho intercultural que trate ou resolva todos os problemas morais dos sujeitos. Ao contrário, se Capurro polariza a ética informacional entre o universalismo e o relativismo, possibilita afirmar que vivemos no espectro da ontologia digital que possui a perspectiva de interpretar a relação e diferenças entre ser e não um reducionismo metafísico que indica que os entes são bits e só podemos interpretá-los como tal deliberando, por sua vez, um reducionismo epistemológico (CAPURRO, 2006).

Ademais, a fundamentação ético-informacional situada na preservação relacional entre universalismo e relativismo implica que o desafio ético das tecnologias de informação é precisamente se concretizar no âmbito da interculturalidade. Para tanto, Capurro (2009b) pensa duas éticas informacionais: a ética da informação digital e a ética da informação afirmando que ambas são passíveis de análises críticas interculturais. Em sentido amplo a ética da informação digital vê todos os entes como digitalizáveis, enquanto a ética da informação é restrita ao contexto da comunicação digital.

Podemos observar que os dois tipos de ética informacional proposto por Capurro se complementam na medida em que o primeiro analisa o suporte informacional como estrutura de apoio a produção da informação, enquanto o segundo delinea a interação propriamente dita entre os sujeitos da informação em nível digital.

Estes dois tipos de ética permitem, de modo articulado, pensar os estudos sobre suportes informacionais digitais e práticas sócio-digitais em caráter simultâneo como, por exemplo, comunidades digitais e acesso livre ao conhecimento, que só podem ser compreendidos no âmbito dos suportes digitais (ética da informação digital) e a comunicação digital (ética informacional).

Vale ressaltar que a ética da informação digital de Capurro é mais restrita que a ética informacional de Floridi. A diferença é que a ética floridiana está situada atualmente nas consequências práticas do horizonte global da digitabilidade de todos os fenômenos no marco

da atuação humana. Não pretende ser uma metafísica digital – o que Floridi chama de ‘ontologia digital’ – nem uma ontologia menor, uma metafísica universal a um máximo nível de abstração. (CAPURRO, 2010a, p.26).

Outra diferença é que a ética informacional de Floridi está situada nos aspectos extrínsecos do ser com o universo no âmbito dos objetos informacionais formalizando a ética global da informação, enquanto a ética informacional de Capurro (2008) analisa aspectos intrínsecos como as emoções que inclui a ansiedade (estimula que os sujeitos se aproximem dos objetos informacionais) e o medo (estimula que os sujeitos se afastem dos objetos informacionais) atentando como as emoções dependem dos valores/juízos morais para se estabelecer no processo de comunicação digital formalizando a ética intercultural da informação.

Após a breve reflexão sobre as éticas informacionais em Floridi e Capurro que contribuem de modo significativo para abordagem sobre fenômenos éticos da realidade social/digital, propomos duas acepções de ética informacional com fundamentação interdependente: a primeira é a ética informacional (pluri)contextualista e a segunda é a ética informacional alteritária.

A ética informacional (pluri)contextualista define o reconhecimento de análise das situações diversas na produção informacional. O termo (pluri) subjacente a ética informacional contextualista é para demonstrar que o contexto só é plenamente compreensível quando se considerada variedades de situações cotidianas para produção informacional. Abib (2008, p.421) destaca que:

Como ética contextualista defende a compreensão da questão ética como o estudo de situações. Com a defesa de que não é possível aplicar *automaticamente* regras morais previamente estabelecidas para julgar, por exemplo, casos de aborto e eutanásia, uma ética contextualista argumenta que a avaliação de uma questão ética particular deve ser feita da perspectiva da história e da situação dos atores morais envolvidos. Argumenta ainda que o conhecimento ético adquirido com o exame de situações não é *automaticamente* aplicável a novas situações, mesmo que as analogias sejam sugestivas, porquanto o conhecimento aprofundado e detalhado de cada caso pode afetar significativamente as regras gerais previamente estabelecidas. Uma ética contextualista opõe-se à ética formalista, a teoria de que a moral deve valer-se de princípios abstratos e gerais, aplicáveis a qualquer caso. Uma ética contextualista é avessa a formalismos, abstrações e generalizações que simplifiquem o juízo circunstanciado e concreto das questões éticas.

A ética informacional (pluri)contextualista apresenta várias características de nível ético-fundamental e o segundo de cunho pragmático quando se refere a aplicação da

ética informacional (pluri)contextual aos assuntos pertinentes da ética informacional, principalmente no contexto digital.

O primeiro tipo de característica indica que a ética informacional (pluri)contextualista é identificada a partir dos seguintes aspectos:

- a) não é uma ética normativa no que tange a determinação de regras morais, mas se define como ética de apropriação informacional situada nos contextos da realidade objetiva;
- b) por conseguinte, a ética informacional (pluri)contextualista é pautada na ideia de que toda informação está potencialmente vinculada ao cotidiano e a partir do uso de objetos informacionais é possível se apropriar da realidade cotidiana;
- c) é uma ética que parte dos contextos gerais/globais para os particulares/locais, visando a partir de uma compreensão mais ampla da realidade objetiva produzir contextos de ação informacional específicos, com vistas a satisfação de necessidades;
- d) é uma ética pragmática na medida em que alia a compreensão das causas de força e interação entre os sujeitos para produção da informação com as consequências da informação produzida;
- e) a ética informacional (pluri)contextualista é dual quando pensa as relações entre causas e consequências das situações envolvidas nos processos de produção da informação; esta ética informacional é antiutilitarista quando desconsidera que a ponderação entre bom e mau na produção informacional está condicionada apenas aos resultados, pois os contextos causais também são importantes para revelar o sentido informacional;
- f) esta ética também não pode ser considerada neutra, pois revela aspectos diversos das intencionalidades, forças de dominação e perspectivas de interação dos sujeitos que vê a informação como processo de tendências;
- g) verifica que a informação, quando pensada a partir de polêmicas gerais como, por exemplo, crimes ciberespaciais ou produzida em um contexto específico de interação digital, não pode deixar de levar em consideração os aspectos históricos dos sujeitos, pois desconsiderá-los seria reduzir a inteligência, o conhecimento produzido pelos sujeitos e reduzir a informação a mera substância de conveniência.

A ética informacional (pluri)contextual está segmentada na dinamização da comunicação digital no âmbito das comunidades digitais buscando compreender quais as causas e consequências das relações entre os sujeitos identificando que “é pertinente estudar

os propósitos para os quais as pessoas se ocupam usando um grupo como uma fonte de informação e analisar que problemas este uso resolve, que tipo de informação ele provê e quais qualidades do grupo são encontradas e que fazem diferença na vida das pessoas” (WIDÉN-WULFF et al., 2008, p. 352).

Além destas características gerais, a ética informacional (pluri)contextual tem suas bases epistêmicas concebidas em cinco fatores que merecem um olhar mais cauto: pluralidade, diversidade, hibridismo, preconceito e zonalidade.

A pluralidade entendida como “a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2009, p.16). A pluralidade evoca simultaneamente a percepção de sermos uma unidade (no sentido de seres humanos) com características diferentes (biológicas, linguísticas, morais, etc.). Na concepção da ética informacional (pluri)contextual temos que toda informação parte da pluralidade humana em que os processos informacionais por envolverem aparatos humanos e não-humanos (objetos informacionais) se dá no reconhecimento de semelhanças e diferenças dos sujeitos humanos e não-humanos. A pluralidade na perspectiva ético-informacional implica no reconhecimento de um todo geral (a totalidade dos contextos informacionais nem sempre atingidos pelos sujeitos) e particular (a extração dos contextos que mais interessam aos sujeitos para produção da informação).

O conceito de pluralidade evoca inexoravelmente o conceito de diversidade, pois em toda pluralidade informacional há acepções de diversidade que implica na identificação de grupos majoritários ou minoritários, relações de inclusão e diferenças em situações específicas.

Isto posto, compreendemos que a diversidade pode ser definida como um mix de pessoas com identidades diferentes interagindo no mesmo sistema social. Nestes sistemas coexistem grupos de maioria e de minoria. Os grupos de maioria são os grupos cujos membros historicamente obtiveram vantagens em termos de recursos econômicos e de poder em relação aos outros (FLEURY, 2000, p.20). Neste conceito, a ética informacional (pluri)contextualista tem o sentido de forças de dominação e interação quando o controle dos objetos informacionais e as relações de poder tornam algum grupo de sujeitos mais referenciáveis na informação produzida. Em outras palavras, a informação produzida pelos sujeitos que dominam os objetos informacionais e determinam tipos de relações entre sujeitos são as informações consideradas mais pertinentes na situação concreta envolvida.

Outro conceito é que a diversidade “[...] inclui todos, não é algo que seja definido por raça ou gênero. personalidade. Inclui estilo de vida, preferência sexual, origem geográfica, tempo de serviço na organização, status de privilégio ou de não-privilégio e administração ou não-administração” (THOMAS JR., 1991, p.10). No âmbito da ética informacional (pluri)contextualista este conceito de diversidade se configura na incidência crítica de que todos os sujeitos humanos e não-humanos (objetos informacionais) possuem alguma significação nos processos de interação. Desconsiderar questões como cultura, origem geográfica, repertório linguístico, personalidade, etc. é reduzir os contextos em que a informação é produzida e considerar apenas aqueles que são convenientes. A ética informacional (pluri)contextualista é inclusiva na diversidade, pois, mesmo na divergência, reitera a existência e significação de sujeitos e objetos informacionais valorizando a interculturalidade entre os sujeitos da informação.

Um terceiro conceito de diversidade ganha conotação sintética dos dois primeiros que “significa as grandes diferenças humanas básicas em uma determinada situação. A diversidade no ambiente de trabalho” (CHIAVENATO, 2005, p.164). Este conceito é o mais simplório dos três ao mesmo que é o mais pragmático. Na ética informacional (pluri)contextualista quando um sujeito interage com objetos informacionais ou quando sujeitos interagem entre si, com vistas a consagração de determinadas finalidades é pertinente a repercussão e contextualização das diferenças, pois estas é que deixam clara a realidade cultural em que os sujeitos estão envolvidos (quando interagem entre si ou quando interagem com objetos informacionais) permitindo a conotação pragmática da interculturalidade.

A ética informacional nos três conceitos contextualistas é relevante não para ditar regras morais, mas para indicar que os sujeitos são plurais e diversos merecendo respeito nos processos de interação. Inclusive, os próprios objetos informacionais merecem o respeito dos sujeitos dada a pluralidade e diversidade histórica dos objetos. O contexto atua como fenômeno ético informacional na medida em que não expressa de forma deliberada apenas os resultados das ações dos sujeitos, mas todo o processo causal e consequencial da produção da informação entre os sujeitos.

Destarte, temos quatro acepções de pluralidade/diversidade ético-informacional no contexto: pluralidade/diversidade biológica (referente as características históricas de cunho genético dos sujeitos); pluralidade/diversidade intercultural (relativa a capacidade de respeito às diferentes culturas dos sujeitos e como podem se relacionar sem desmerecimentos prévios e a imposição arbitrária das culturas); pluralidade/diversidade linguística (concernente a capacidade discursiva dos sujeitos em expressar suas ideias nos processos de interação);

pluralidade/diversidade dos objetos informacionais (os suportes de informação, mesmo não exercendo função categoricamente humana atua como sujeito, mas precisam ser reconhecidas em sua atualidade e contextualização histórico-cultural em que foram produzidos).

Já o conceito de hibridismo é resultado das convenções pragmáticas da pluralidade e diversidade. O hibridismo trata da prática da interculturalidade entre sujeitos apresentando como ponto negativo a “perda de tradições regionais e raízes locais” (BURKE, 2003b, p.18) e como positivo apresenta a capacidade de inovar a partir das interações culturais contribuindo para novas construções de conhecimento em nível planetário.

O hibridismo como fenômeno ético-informacional (pluri)contextualista se apresenta de forma ambígua e escorregadia no sentido de que pode significar a constituição de novos meios, em especial, no âmbito das relações digitais e interculturais entre sujeitos ampliando os processos de comunicação digital, mas também, pode significar a monopolização cultural na medida em que determina como informação necessária aquela ditada pelo poder dominante na macro política-econômica global. O hibridismo pode tornar a ética (pluri)contextual como aparato estereotipado em que as relações são vistas de forma generalizada. Por exemplo, nas relações entre sujeitos nos mais diversos devires (culturais, científicos, tecnológicos, etc.) de um país considerado desenvolvido e de um país considerado subdesenvolvido costuma prevalecer a informação daqueles sujeitos situados no primeiro país dado sua imposição cultural de cunho mais globalizante.

Todavia, essa prevalência pode ser natural na medida em que há uma aceitação passiva dos sujeitos de países subdesenvolvidos ou pode ocorrer através de certa resistência, sendo que, para além dos interesses individuais dos sujeitos, há um conjunto de interesses coletivos em países subdesenvolvidos, propagado pela mídia, instituições públicas e privadas que propagam as informações do país desenvolvido promovendo aceitação em massa e/ou inibindo o processo de criatividade/inação no processo de comunicação digital e formando uma identidade digital híbrida.

Por outro lado, o hibridismo influi na formação de uma ética informacional (pluri) contextualista mais ampla redimensionando as formas de produzir conhecimento e inovar no espírito da construção da informação através da inserção de novas tecnologias para nações desprovidas de objetos informacionais sofisticados. É neste aspecto que há aceitação coletiva das práticas político-econômicas que se instituem de “cima para baixo”, mas socializam novas dimensões interculturais ampliando as possibilidades de analisar situações e reconhecer contextos de produção informacional.

Temos, então, uma dualidade ético-informacional de cunho global fincada na dominação política, econômica e no seio da produção de objetos informacionais de alguns países sobre os demais que tenta generalizar contextos institucionais de produção informacional, bem como temos a perspectiva de ampliar as interações culturais redimensionando as contextualidades informacionais dinamizadas pelos suportes digitais, já que este meio permite uma autonomia dos sujeitos nos procedimentos de como interagir para produzir informação (NEGROPONTE, 1996). No espectro individual, o seguimento destas opções varia, sobretudo, de acordo com os valores, ideologias e emoções dos sujeitos e não pode ser generalizável, pois os contextos ético-informacionais variam conforme necessidades, demandas e desejos.

No que tange a zonalidade é um ponto elementar de territorialização em que a ética informacional (pluri)contextual está inserida. A zonalidade é a identificação dos lugares, espaços, pluralidades, diversidades e fundamentos histórico-culturais em que os sujeitos (ou grupos de sujeitos) se expressam e se relacionam. Vale ressaltar que esta zonalidade possui um aspecto universal na medida em que valoriza necessidades globais ou que determinados sujeitos (ou grupos de sujeitos) expressam um valor em dimensão planetária que são distribuídas zonalmente e afetam outros (grupo) de sujeitos em zonas diversas do globo terrestre, assim como tem um aspecto relativista na dinâmica do que os sujeitos se apropriam de zonas emissoras de informação e interferem nessas emissões visando aprimorar a informação produzida.

Assim, a zonalidade atua como elemento ético-informacional (pluri)contextualista pautado em necessidades/demandas gerais ou específicas, conforme a disposição dos sujeitos que produzem/controlam informação e objetos informacionais para interação. Ressaltando que podemos identificar os seguintes tipos de zonalidade como expressão (pluri)contextual da ética informacional:

- a) zonalidade física – convencionalmente se estabelece em procedimentos de interação através de contatos presenciais em que os sujeitos concebem suas dinâmicas morais de reprodução de sentidos. A zonalidade física pode ser informal (quando se trata de diálogos entre sujeitos físicos) e formal (quando trata de diálogos institucionais). A zonalidade formal convencionalmente é mais densa e costuma afetar uma diversidade de sujeitos físicos, pois delimita procedimentos de como se deve produzir e utilizar objetos informacionais;
- b) zonalidade virtual – esta se estabelece em dimensão muito mais ampla e envolve interações das mais diversas entre sujeitos no âmbito de comunidades digitais,

interação em redes sociais e, principalmente, relações interculturais que caracterizam a formação de um hibridismo informacional. A ética informacional é contextual porque os sujeitos têm a capacidade mais efetiva (e até improvisada) de escolher como, onde e quando expressar seus anseios e ideias. A zonalidade virtual é eticamente contextualista em virtude de ser livre e espontânea (o que não significa ser livre de critérios) porque o que a relação exige não poderá ser programado de antemão e também não é abstrato, mas parte de realidades concretas insistindo que o próprio contexto é eticamente significativo (MAY, 2008, p.67);

- c) zonalidade de conforto – reside na capacidade dos sujeitos em evitar interações em diversos ambientes sociais por acreditar ser a interação supérflua ou pelo fato de já sentir determinadas satisfações individuais relegando a um plano inferior às necessidades de outros sujeitos. A zonalidade de conforto significa uma preocupação com o “eu” em detrimento da preocupação com o “outro”;
- d) zonalidade de conflito – relativo a permanente interação entre sujeitos de culturas, ideologias e fundamentos linguísticos diferentes tentando se afirmar e produzir informação de acordo com o contexto (apreensão da realidade e concatenação com necessidades sociais) ou intenção (tentativa de prever o que é melhor para si mesmo ou melhor e pior para outro sujeito, conforme suas percepções de mundo. Esta zonalidade é premente em face de que todo sujeito, ao interagir, está potencialmente vinculado a formação de conflitos, sendo que a informação pode ser produzida de forma mais concreta a partir da formação de conflitos, pois é neste momento em que há exposições, análises, descobertas e tomadas de decisão que valorizam um sujeito ou um conjunto de sujeitos, conforme o que for apropriado do conflito.

Os dois primeiros tipos de zonalidade são de cunho espacial e expressam que a ética informacional é deliberada por aqueles que estão localizados em pontos mais estratégicos e possuem os objetos informacionais e poderes mais incisivos para influenciar informacionalmente sociedades em nível global. Os dois últimos tipos de zonalidade podem ser consideradas de espírito, mas não no sentido metafísico e sim de mentalidade ideológica em que os sujeitos têm suas informações previamente constituídas e definem os contextos nos quais querem ou não interagir.

A zonalidade é antiética quando um grupo de sujeitos tem a contribuir com outros, mas se nega por questões de conveniência/dominação ou quando um grupo de sujeitos não

respeita a privacidade informacional de outros sujeitos buscando, por exemplo, “furtar” dados de contas/senhas em ambientes digitais.

Entender os contextos ético-informacionais relacionados a privacidade e a comunicação digital em geral residem na resposta a seguinte pergunta formulada por Quilici-González et al (2010, p.9) “quais são as consequências da disseminação dos sensores, câmeras, entre outras ferramentas tecnológicas generalizadas na percepção e ação humana?”

Os contextos da ética informacional no espectro digital buscam a partir do conhecimento das causas (desenvolvimento tecnológico digital em massa e a expansão das relações interculturais) para compreensão das consequências (quais os impactos, perspectivas e limitações da ampla socialização dos objetos informacionais).

No tocante ao preconceito é o ponto mais tenso que provém comumente das vivências com a pluralidade, diversidade e hibridismo expressando a ética informacional (pluri)contextualista na expressão histórica de valores e ideologias dos sujeitos. É tenso porque atribui os sujeitos atribuem contextos e intenções pré-determinados rejeitando outras posições que não sejam condizentes com as suas.

O preconceito pode ser definido como “uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra os indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade” (JAHODA; ACKERMAN, 1969, p.27). O preconceito do ponto de vista ético-informacional tem o seu pior contexto vinculado a ideia de negação do outro. Para afirmar a rejeição, os sujeitos utilizam de estratégias hostis contra o outro a fim de que a ideia de informação seja consagrada apenas em sua percepção ou simplesmente que o outro não possa interagir e conceber o que entende como aspecto informacional. O preconceito é, por assim dizer, a negação da ética informacional quando trata a informação como propriedade particular ou o uso dos objetos informacionais como exclusivo e passível de ser verdadeiro apenas no contexto individual ou no contexto de grupos pertencentes.

O preconceito como negação da ética informacional ocorre quando do uso de objetos informacionais como redes sociais discriminando o que é considerado popular e elitista. Por exemplo, o Orkut se estabeleceu reconhecidamente a partir de 2004 até mais ou menos 2009 como rede mais popular do mundo em virtude da quantidade e diversidade/pluralidade de sujeitos. Vale ressaltar que nos últimos anos este posto foi sendo assumido pelo facebook. No entanto, um grupo de sujeitos, no ano de 2009, resolveu criar uma rede social chamada Elysiant uma rede social considerada como “o Orkut da elite global”.

Tal rede foi lançada em Hong Kong operando em rede com as cidades de São Paulo, Dubai e Curaçao (e sendo expandida para cidades como Beirute, Abu Dhabi e Miami) agrupando quando do seu lançamento, aproximadamente 15 mil usuários considerados figuras ilustres e ricas da sociedade global. A rede é patrocinada por empresas como Ferrari, Diesel, Prada, visando agregar novos usuários considerados ricos e propagar uma rede de minorias comumente relacionadas ao meio empresarial (COLAVITTI, 2009).

Vale ressaltar que o preconceito como negação da ética informacional não reside na criação de redes específicas em si, mas no menosprezo a maioria da sociedade global considerada não-elitista postulando a formação de grupos específicos que satisfaçam necessidades da elite relegando a um plano inferior a preocupação com outros segmentos sociais.

Entretanto, o preconceito como negação da ética informacional não está focado em regras ou normas previamente estabelecidas, mas "surge no processo de socialização, como resposta aos conflitos gerados neste processo" (CROCHIK, 1995, p. 15). O preconceito, neste caso, é um fenômeno desenvolvido através de ideologias específicas que não respeitam qualquer possibilidade de um outro diferente inibindo a amplitude da interação como construto de diversidade produtiva da informação e dando vazão a forças de imposição coagindo o pensamento de que a informação é pré-determinada e não se dá a partir de contextos concretos, mas sim de meras abstrações, regras e valores morais pré-estabelecidos por grupos específicos.

O preconceito é antiético quando rejeita o outro expressamente. A afirmação de Sartre (1991, p. 93) de que "o inferno são os outros" em alusão ao caráter conflituoso, de domínio e julgamento entre eu e o outro (SARTRE, 1997) mostra que a ética informacional de cunho contextualista não parte da rejeição ao outro, pois se assim o fosse estaria rejeitando as próprias possibilidades de análise (pluri)contextual.

A informação passa a ser uma regra formalista e não uma construção de sentidos contextualizada na diversidade, pluralidade e hibridação reduzindo a ideia de zonalidade ético-informacional aos aspectos de interesse específicos. O preconceito nega a ética informacional contextualista por querer tratá-la como deontologia clássica de cartilha primando por arbitrariedades, hierarquias, punições e outros feitos que valoriza a coerção moral em detrimento da socialização moral.

Por fim, a ética informacional (pluri)contextualista leva a produção da ética alteritária que conforme Vicente Miranda (1992, p.332):

somente uma compreensão dinâmica da pessoa como agente e sujeito moral permite superar uma cosmovisão moral fixada durante muito tempo no conceito de 'natureza', que necessariamente desembocava num modelo moral deontológico, no qual a adequação à lei passava a ser o único critério de valor. Incluir a categoria de pessoa significa adotar o modelo de responsabilidade relacional. Considerar a pessoa como sujeito moral ressalta que as ações são consideradas não só nem diretamente em relação à norma exterior, mas em relação à pessoa a qual está na base de todo comportamento ético.

A relação entre a ética informacional (pluri)contextualista e a ética informacional alteritária reside na necessidade de reconhecimento do outro nos processos de interação, mesmo que posteriormente haja certa divergência. Mas sem o outro a ética informacional não ocorre, pois seria pensada apenas no plano individual e toda ética inclusive a informacional deve ser pensada no âmbito das relações sociais, sendo o outro sujeito moral que nos dá condição de sentir perspectivas de associação, pertencimento ou divergência.

A ética informacional alteritária não se dá apenas na relação entre o eu e o outro, mas na responsabilidade que o eu exerce de apoiar o outro primando por princípios éticos (antecessores à ontologia), haja vista que o reconhecimento da alteridade ocorre no âmbito da “[...] própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da de-posição do eu soberano na consciência de si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem.” (LÉVINAS, 1988, p. 93).

Mesmo em processos de divergência e conflito, a ética informacional alteritária está alicerçada na preocupação coletiva, embora esta preocupação não seja necessariamente focalizada na percepção excludente da satisfação do outro em detrimento da satisfação do eu, mas sim de uma satisfação mútua.

A ética da informação alteritária pode ser pensada no âmbito da comunicação digital a partir dos seguintes fatores:

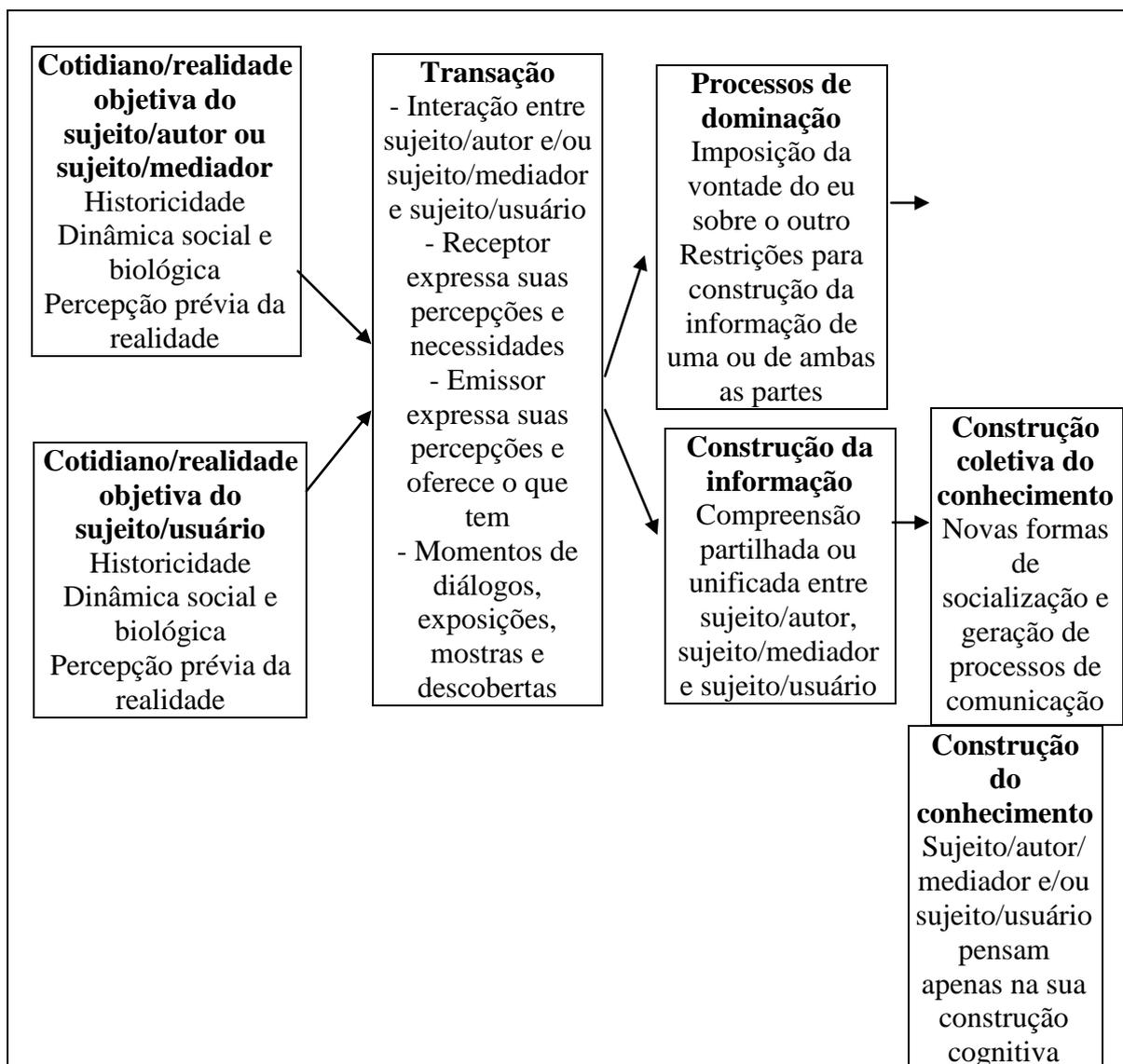
- a) pensar o livre acesso ao conhecimento como política necessária em nível global respeitando as interculturalidades e promovendo espaços de expressão científica no cotidiano acadêmico e social;
- b) compreender que as comunidades digitais devem ser vistas como espaços de interação e construção e não de isolamento e conformação;
- c) a identidade digital é no âmbito das relações sociais, logo, é também uma identidade social;
- d) mesmo de caráter público, o ciberespaço também demanda privacidade dos sujeitos deliberando, por um lado, precaução de um sujeito que está em situação

perigo no processo de uso dos objetos informacionais e cautela daquele que pretende cometer um ato moral prejudicial ao comportamento coletivo;

- e) o ambiente virtual, embora de grande publicidade, necessita do reconhecimento das ações dos sujeitos autores que se posicionam como criativos e dos reprodutores (aqueles que se apropriam das criações). No entanto é preciso diferenciar reprodução informacional de plágio informacional (digital), pois este segundo fere fundamentos éticos alteritários, pois neste caso, não se configura sequer como rejeição ou ira ao outro, mas apropriação indevida;
- f) é preciso que o ambiente virtual seja contemplado como espaço de expressão social. No entanto é preciso que o sujeito tenha cuidado em compartilhar deliberadamente qualquer tipo de mensagem sem uma preocupação com o pensamento do outro, em especial, quando se trata de temas polêmicos como o machismo, racismo, pedofilia, entre outros;
- g) o próprio termo “direito de expressão digital” implica em uma possibilidade de uso de objetos informacionais, mas considerando a expectativa do outro. A liberdade de expressão digital deve ponderar sobre questões ofensivas ao outro, especialmente quando se trata de ofensas culturais ou religiosas (a ética informacional alteritária demanda uma prática intercultural de respeito às diferenças);
- h) assegurar a salvaguarda por meio de processos de preservação e conservação, além do estímulo à transmissão o direito à memória entre gerações em vários níveis: físico/digital e científico/profissional/institucional. Não há fenômeno mais ético-alteritário do que preservar a informação no contexto histórico exercendo preocupação latente com futuros sujeitos. Esta ação evita o apagamento da informação e da memória, bem como auxilia em processos de conduta e tomadas de decisão dos sujeitos tornando a informação um fenômeno concreto de aplicação que se transforma no tempo e no espaço, conforme as dinâmicas dos sujeitos da informação;

A ética informacional alteritária como fundamento (pluri)contextual pode ocorrer de forma sintética da seguinte maneira, conforme revela a figura que segue:

**Figura 15 - Ética informacional alteritária**



Fonte: adaptado de Silva e Gomes (2013)

Podemos inferir que ética informacional (pluri)contextualista e ética informacional alteritária são interdependentes em face da primeira analisa os contextos possíveis de construção da informação considerando as diversas realidades dos sujeitos, enquanto o segundo focaliza as formas de interação e as forças informacionais (obtenção de objetos informacionais, valores, ideologias, concepções culturais, história de vida, etc.) para produzir informação.

Enfim, há dois pontos fundamentais de convergência entre ambas: não estão focalizadas na elaboração prévia de normas que delimite o que o sujeito da informação deve fazer (ética formalista) e sim a partir da realidade concreta observar condições construtivas de ação informacional pautada no reconhecimento da diversidade, pluralidade e coletividade,

bem como atentam para o sujeito da informação (não simplesmente um ser, mas um ser passível de atuação moral) interligado direta ou indiretamente a objetos informacionais e/ou a outros sujeitos com expectativas, emoções e valores a serem concretizadas no processo de interação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao processo de finalização de uma pesquisa não é preconizar o seu fim, pois, diante de uma visão historicista da ciência, outros pensamentos, reflexões, ideias, problemas, práticas e, de forma mais concreta, outros estudos podem ser arrolados a partir dos resultados de uma determinada. Ademais, o uso do termo considerações finais, conclusão ou qualquer espécie terminológica de natureza semelhante não implica que tudo acabou, mas que um processo se estabelece concretamente dando margem para outros desafios. Podemos afirmar que considerar em caráter finalístico uma pesquisa é apontar deficiências/limitações e qualidades/perspectivas dos objetos e sujeitos investigados reconhecendo necessidades de aprimorar a compreensão acerca da realidade investigada entre as gerações que possivelmente pesquisarão determinado assunto.

Logo, toda conclusão é plural no sentido de que está destinada multiplamente a mostrar resultados gerais, específicos, caracterizar ou elucidar questões e trazer para outros sujeitos novas perspectivas de abordagem que permitam o desenvolvimento teórico-pragmático de determinada realidade. Por isso, é pertinente indicar que não estamos simplesmente finalizando uma tese, mas perspectivando novos desafios nos estudos teóricos e práticos da informação que ainda podem avançar, sobretudo, pelo olhar da CI que parece alardear novos fundamentos teórico-epistemológicos da informação, principalmente através de pesquisas consagradas que contribuem diretamente para o avanço de pesquisas de cunho doutoral.

Como “considerações finais” de uma tese é inegável que esperamos apontar uma multiplicidade de questões, tais como: resultados gerais da pesquisa; olhar do autor sobre esses resultados; possíveis contribuições da pesquisa e possíveis legados da pesquisa, sendo este último deixado a cargo da comunidade discursiva que se apropriará do estudo em questão, aferindo como o “outro” é fundamental para existência deste e de qualquer outro estudo que promova novas fundamentações e apropriações conteudísticas.

Em particular, este é o momento de responder a questão/problema da pesquisa e demonstrar o alcance dos objetivos da pesquisa, atentando para o fato de que a epistemologia da informação suscita um conjunto de discursos, debates, observações, práticas e investigações no campo da CI.

O desenvolvimento desta tese é a prova de quão complexo e relevante é o conceito de informação, bem como do quanto a CI pode avançar nos processos de construção conceitual de informação. A tese, ao apresentar as contribuições da CI para construção do conceito de

informação, delimita duas grandes vertentes de compreensão: o conceito de informação construído na trajetória da CI correlacionado a outras terminologias e o conceito de informação a partir dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos.

No que tange a primeira vertente, constatamos que o conceito de informação não se desenvolve de forma independente, mas associativamente com outras terminologias, tais como documento, dado, mensagem, conhecimento e comunicação. A informação é entendida, de forma objetiva, como **processo de interação e estrutura heteronômica social constituída a partir de uma atividade hermenêutica possibilitando apreensão, compreensão e apropriação** ou, de forma mais geral, com o conceito apresentado no quadro 14 da presente tese.

O conceito de informação indicado pode ser compreendido de forma mais ampla a partir das relações terminológicas. As relações entre informação e documento estão situadas no âmbito da materialidade enunciativa e crítica; as relações entre informação e dado se constituem nas condições de significado quantitativo (metadados) e qualitativo (conteúdos histórica e cognitivamente potenciais dos sujeitos da informação); as relações entre informação e mensagem são expressas nas interações e nas perspectivas de escolha/seleção entre os sujeitos da informação envolvidos; as relações entre informação e comunicação estão situadas em processos humanos de descobertas e construções de mensagens e significados, assim como na geração de novos processos interacionais; as relações entre informação e conhecimento ocorrem no sentido de que a informação promove fundamentação pragmática ao conhecimento, possibilitando o compartilhamento e a produção de novos conhecimentos.

O conceito de informação e as relações terminológicas indicadas revelam que a CI é um campo que não focaliza a informação de forma isolada, aferindo um associativismo existencial-conceitual da informação. Este associativismo existencial da informação é comprovado no modelo interacionista dos sujeitos da informação, no qual há uma correlação de forças nas interações entre sujeitos humanos (autor, mediador e usuário) e sujeitos não-humanos (documentos/artefatos/acervos, tecnologias, espaços formais ou informais de informação como os centros de informação, principalmente bibliotecas, arquivos e museus, centros culturais, ciberespaço, espaços comunitários, empresas, bancos, indústrias, escolas, universidades, etc.).

É pertinente considerar que as relações terminológicas entre informação e os termos identificados e o modelo interacionista dos sujeitos da informação favorecem o olhar de que a tradição epistemológico-conceitual de informação na CI pode avançar na medida em que o conceito de informação se firma em uma compreensão crítico-social, no sentido de que a

informação não é apenas um construto linear que parte do sujeito/autor para o sujeito/usuário, mas se estrutura através de uma correlação de forças interacionais entre os sujeitos da informação, assim como a informação não é teoricamente gestada para ser aplicada, sendo construída a partir das relações cotidianas promovendo sentido teórico-prático.

Vale destacar que esta primeira parte da tese permite a construção e identificação do que não é um conceito de informação e do que é um conceito de informação, em especial, a partir das relações entre informação e as terminologias (documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento).

Contudo, considerando as constatações até aqui reveladas, é possível avançar de maneira mais profunda na construção conceitual de informação no âmbito da CI. Para tanto, os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos são categorizações que visam auxiliar na reestruturação/ampliação conceitual de informação na CI no, sentido de ampliar sentidos e compreensões. Por isso, no que se refere à segunda vertente é pertinente apresentar perspectivas conceituais em cada fundamento a fim de estabelecer um conceito geral de informação oriundo desta tese.

O conceito de informação formulado a partir do fundamento técnico-pragmático é **fruto de um construto fenomenotécnico no qual a informação é vista como fenômeno de processos fisicalista (organização, práticas de tratamento e o produto da representação), social (mediação e disseminação) e ontológico (acesso, uso, apreensão e apropriação), pautado por valores estratégicos de cunho gerencial (delimitação, indicativo, organizacional, comunicação, comercial, produtividade e político), aparato tecnológico, aspectos linguísticos aplicados em centros e espaços de informação físicos e/ou virtuais, em especial, bibliotecas (relativo ao contexto das fontes, serviços de informação cotidiana e categorias como trabalho, lazer, família e individuação), arquivos (processos de informação orgânica e gestão documental) e museus (construção de sentidos informacionais através dos artefatos).**

Neste caso, a informação é processual na medida em que está voltada a satisfações fundamentais para a expressão do cotidiano institucional, profissional e existencial dos sujeitos da informação. O conceito técnico-pragmático de informação apresenta um caráter **institucional** quando é referente à relação entre grupos institucionais e profissionais, entre grupos institucionais e sujeitos/usuários (em caráter individual ou grupal) ou entre profissionais e sujeitos/usuários, visando a satisfação de necessidades, demandas ou desejos de informação. Apresenta um caráter **instrucional** quando as atividades processuais, gerenciais, tecnológicas e linguísticas indicam informações prévias (dados, documentos ou

mensagens) endereçadas aos sujeitos da informação, conforme os interesses das instituições ou pedido dos sujeitos (comumente sujeitos/usuários). Apresenta ainda caráter **profissional** no que tange ao fato deste se constituir como mediador (estratégia pragmática física, social e/ou ontológica) entre instituição e sujeitos/usuários.

O conceito de informação no âmbito dos fundamentos técnico-pragmáticos representa a concepção fundante das estratégias processuais, gerenciais e tecnológicas para produção da informação. Por um lado, o conceito de informação está pautado na relação entre o homem e o meio não-humano (processos, aspectos gerenciais e tecnológicos aplicados em centros de informação e outros espaços informacionais) e, por outro lado, vinculado a relação entre o homem e o meio externo humano (interação com outros sujeitos da informação e a representação informacional a partir do nível de contextualização linguística).

O conceito técnico-pragmático pode ser denominado de conceito estratégico de preparação para lidar com aspectos humanos e não-humanos. Reconhecendo que essa preparação não é simplesmente intuitiva, mas situada na base de estratégias fenomênicas de observação dos fatos (caráter técnico-pragmático da informação).

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos humanos é mais amplo e está situado entre o conceito técnico-pragmático e científico por ser um conceito mediacional, ou seja, é o conceito do cotidiano social que envolve, tanto questões técnico-pragmáticas, quanto questões científicas apresentando uma ampla transversalidade. Neste caso, o conceito de informação apresenta três acepções:

- a) a informação como processo de produção de uma intencionalidade prévia baseada em aspectos culturais, educacionais, ideológicos, político-econômicos e de produção da memória (individual e/ou coletiva) que produz novas intencionalidades resultando em concentração informacional ou partilha da informação;
- b) fenômeno de estímulo à inclusão e protagonismo social por meio de uma cultura coletiva e de respeito às diferenças fincada nos princípios da desterritorialização, multitemporalidade, multi-interacionismo, desenvolvimento humano, formação de competências ética, alteritária, institucional, apropriativa, política, tecnológica, psíquica e histórica com as finalidades de preservar a memória, construir novos conhecimentos e gerar novos processos comunicacionais;
- c) processo de construção ideológica estrategicamente de composição proselitista situado no âmbito do utilitarismo cultural da informação com uma preocupação

centrada na manipulação dos procedimentos interacionais primando pela satisfação individual de desejos/crenças.

A primeira acepção expressa uma realidade geral da produção informacional no sentido de que a autonomia dos sujeitos é crucial para o entendimento da informação produzida. Em outras palavras, a primeira acepção sustenta diversas possibilidades de produção informacional. Já a segunda acepção é mais ideacional e prima pelo caráter ético e alteritário da informação, enquanto a terceira acepção considera o caráter mais capcioso de produção informacional de manipulação e produção de intencionalidades, calcadas na competitividade (comumente desleal), focalizada apenas nos resultados (importa para o sujeito se a produção da informação é benéfica para si, relegando a um plano inferior a realidade produtiva da informação dos outros sujeitos).

As duas primeiras acepções concebidas mostram que a construção da informação exerce um primado histórico quando está preocupada (quem está preocupado? O primado histórico? Ou a construção da informação? Se a última, a concordância pede preocupada) com o que é preservado e a constituição de meios para preservação da memória, visando auxiliar a sustentação da informação e do conhecimento para futuras gerações, e um primado plural quando considera que a informação é fruto de relações entre sujeitos humanos e não-humanos diversificados, tendo como base o respeito às diferenças e ao controle das intencionalidades. A terceira acepção se apropria dos processos históricos e da memória, conforme suas conveniências e não respeita a pluralidade das relações sociais, atinando apenas para o que convém em termos de pluralidades, diferenças e intencionalidades.

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos científicos se refere à perspectiva crítico-analítica de cunho teórico-metodológico-epistemológico acerca da informação, representando-a como **fenômeno científico de caráter associativamente social e natural, de fundamentação multitemporal entre passado-presente-futuro, motivado por uma perspectiva metamediacional e subjetiva/intersubjetiva, perpetuada pela vontade de poder e uma lógica dialética de cunho pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar caracterizada por tipologias valorativas causais (humano, social, econômico, histórico-cultural, político, educativo, religioso, científico, ético) e consequenciais (produtividade, serviço, organização, uso, troca, compra, venda e sociação) e de tipologias éticas de cunho universalista, intercultural ou pluricontextualista/alteritária.**

O conceito de informação formulado a partir dos fundamentos científicos, por não ser desdobrado, em virtude de seu significado associativo entre os termos que o constituem,

revela que a informação parte de princípios éticos e valorativos, norteada pelo caráter objetivista ou subjetivista, (multi)temporal, disciplinar, primando pelo diálogo entre os campos do conhecimento científico, superando a visão positivista de apartação entre informação científico-natural e científico-social que respeite suas particularidades, mas também ressaltem suas semelhanças/aproximações.

Logo, é fundamental afirmar que, embora os conceitos de informação propostos a partir desses três fundamentos sejam desenvolvidos para/com/pela CI, é inegável que exigem um diálogo transversal em termos de literatura científica entre os campos do conhecimento a fim de que sejam compreendidos de forma mais ampla.

Os três fundamentos propostos nesta tese, para se avançar na formulação de um conceito de informação sob o enfoque da CI, além de produzirem conceitos próprios, apresentam uma carga de interdependência entre si, permitindo a fusão em um conceito único que representa o resultado mais expressivo das múltiplas interlocuções conceituais da informação na CI apresentadas na tese.

Desse modo, o conceito geral de informação proposto na tese, que também pode ser denominado de síntese conceitual, indica que **a informação é um fenômeno multiplamente produzido por meios linguísticos (linguagem como meio de identificação dos sujeitos; linguagem como meio de organização e representação da informação; linguagem como meio de comunicação e mediação da informação; linguagem como meio de compreensão e apropriação da informação; linguagem como meio de apoio a informação para construção do conhecimento e linguagem como meio para construção da cultura informacional), atividades processuais de cunho fiscalista (organização e representação), social (mediação e disseminação) e ontológico (acesso, uso, recuperação e apreensão/apropriação), valores gerenciais estratégicos (delimitação, indicativo, organizacional, comunicação, comercial, produtividade e político), uso de suportes tecnológicos físicos e/ou digitais (fundamento técnico-pragmático) baseado nas relações sociais considerando aspectos culturais, políticos-econômicos, educacionais e ideológicos com perspectivas de preservação da memória (fundamento humano da informação) com base em diálogos científicos de cunho (multi)temporal, objetivista, subjetivista e/ou intersubjetivista, disciplinares, valorativos nos meandros causais e/ou consequenciais e nas bases de fundamentação ético-moral (fundamento científico da informação), visando a satisfação de necessidades/crenças, além da construção de novos conhecimentos e geração de novos processos comunicacionais.**

O conceito de informação no âmbito da CI proposto nesta tese é, portanto, fruto da união dos conceitos propostos nos três fundamentos da informação, considerando que os fundamentos técnico-pragmáticos consistem no substrato do conceito geral, em virtude de organizar os meios estratégicos para constituição conceitual, enquanto os fundamentos humanos são referentes às estratégias relacionais e de correlação de forças de poder que dinamizam a construção da informação e os fundamentos científicos indicam as causas e consequências ou, de outro modo, “o que”, “como” e “para que” a informação é construída.

Logo, o conceito proposto a partir da interseção dos três fundamentos, que não são antagônicos, mas complementares, permite um contorno mais preciso do que seja o conceito de informação na perspectiva da CI. Isso significa que é pertinente aferir que os conceitos apresentados, seja em cada fundamento estruturado, seja o conceito geral a partir da fusão dos três fundamentos, possuem a finalidade de representar, de forma mais ampla, o cotidiano de sujeitos e instituições que atuam na produção da informação, sugerindo possibilidades conceituais *ad infinitum* dos sujeitos da informação, conforme suas perspectivas mediante conduta na prática de cada fundamento inserido neste conceito geral.

Por outro lado, também é um conceito ideacional na medida em que sugere uma conduta humanística, valorativa e ética da informação, já que a informação deve primar por procedimentos éticos que possibilitem a construção de valores pautados na pluralidade, respeito às diferenças e satisfação coletiva de necessidades.

Assim, o conceito geral apresentado abrange a perspectiva institucional quando é referente à relação entre grupos institucionais ou entre grupos institucionais e sujeitos (em caráter individual ou grupal), visando a satisfação de necessidades, demandas ou desejos de informação; também abrange a perspectiva social pelo fato de considerar a informação como um fenômeno que se desenvolve no contexto das relações e forças humanas de cunho cultural, política, econômica, educacional e ideológica; abrangendo ainda a perspectiva científica ao considerar os aspectos históricos, valorativos e éticos; sem deixar de considerar a perspectiva técnica, quando focaliza os processos de informação diversos, assim como de processos de aceção linguística; e cognitivos pelo fato de estar fundamentado na dinâmica de ação do conhecimento e situado na construção de novos conhecimentos.

A utilização do termo “fenômeno” utilizado nos conceitos propostos, tanto em cada fundamento, quanto no conceito geral de informação, se pauta na noção de que o conceito de informação é produzido a partir de fatos no âmbito de práticas de observação da realidade, sendo essas práticas observacionais elementos para expressão linguística que produz sentido factível ao conceito de informação. A noção de fenômeno é um dos principais fatores de

produção das crenças dos sujeitos que constroem informação a partir da observação dos fatos com base nas crenças.

Quando o conceito geral de informação proposto segue uma lógica de ordenação itinerária entre fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos é concernente ao fato de que a informação parte de um pressuposto estratégico-processual vinculado a interações humanas e não-humanas, contribuindo diretamente para configuração factual do caráter humano da informação que reside nas forças e interações humanas no aparato social, cultural, político-econômico, educacional, ideológico e vinculado a preservação da memória e, por fim, a um sentido de representação científica do conceito de informação (social-natural, multitemporal, objetivista/subjectivista/intersubjetivista, disciplinar, valorativa e ética).

Contudo, a presente tese não tem a finalidade de enrijecer o conceito em apenas uma lógica de ordenação itinerária, mas, ao contrário, convida a uma abertura conceitual que envolva os três fundamentos, nela analisados, considerando a possibilidade de inversão dos fundamentos, conforme necessidades de pesquisa ou de práticas acadêmico-científicas e sociais. Em outras palavras, o conceito geral de informação, baseado nos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, possui uma lógica específica, mas que pode variar ou se inverter, conforme a percepção do leitor/pesquisador, caso este inicie o olhar sobre o conceito geral de informação a partir dos fundamentos científicos ou humanos, por exemplo, ao invés de iniciar pelos fundamentos técnicos-pragmáticos.

O que se coloca em relevo na tese é que o conceito geral de informação possui uma lógica estruturada que busca uma representação conceitual que inclui e parte das práticas sociais e profissionais, não estando circunscrita apenas ao caráter metafísico do conceito de informação (natureza da informação), justificando os grandes desafios pragmáticos, sociais e epistemológicos que a CI deve encarar nos estudos e práticas informacionais.

É preciso destacar, considerando a questão/problema da tese, que há um conjunto de ocorrências em informação, conforme indicado no capítulo sobre a informação na CI a partir das relações entre informação e outras terminologias como documento, dado, mensagem, comunicação e conhecimento, assim como ocorrências nos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos que constituem diversas relações factuais entre a informação e os tópicos/assuntos de cada fundamento.

Foram precisamente as múltiplas interlocuções entre informação e os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, considerando seus aspectos generalistas (todas as relações entre informação e os assuntos/tópicos de cada fundamento) e peculiares (as relações específicas entre a informação e cada assunto/tópico tratado) que permitiram a proposição de

conceitos de informação à luz de cada fundamento, a partir dos quais foi possível delinear o conceito geral de informação, na articulação entre elas gerando a fusão teórico-conceitual.

Vale ressaltar que os conceitos apresentados possibilitam o estímulo a novas reflexões e observações no contexto da epistemologia da informação, contribuindo para o desenvolvimento da CI no que tange às percepções teórico-práticas de informação. Outrossim, os conceitos dispostos na tese, apresentam caráter de complementaridade, convergência, divergência ou fusão, a depender das associações conceituais estruturadas.

É preciso assinalar ainda, a partir da presente tese, em especial, dos fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos, que os apontamentos conceituais dispostos nestas considerações finais foram possíveis face ao desenvolvimento de uma fundamentação crítico-analítica e propositiva de caráter teórico, como uma contribuição à permanente, e necessária, ampliação e verticalização do debate para a evolução das bases conceituais da CI.

Os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos construídos na tese, além de sustentarem perspectivas para o(s) conceito(s) de informação na CI, apontam também para a construção teórico-conceitual e pragmática de uma consciência em informação. Esta consciência só é possível a partir do momento em que há um entendimento sobre quais ocorrências/características/percepções/conceitos são apresentados/compreendidos sobre informação, ressaltando que os fundamentos técnico-pragmáticos, humanos e científicos e os conceitos formulados a partir deles podem sustentar a) construção de uma consciência em informação.

Finalmente, a expectativa é que esta tese possa contribuir para construção teórico-epistemológica e pragmática da CI, principalmente no que se refere às questões teóricas e práticas de informação, vislumbrando novos fenômenos de investigação e desenvolvimento de pesquisas científicas favorecendo a consolidação de uma mentalidade mais crítico-criativa deste campo do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, José Antônio Damásio. Ensaio sobre o desenvolvimento humano na pós-modernidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 417-427, jul./set. 2008.
- AGGER, Ben. iTime: Labor and life in a smartphone era. **Time & Society**, v. 20, n. 1, 119-136, 2011.
- AGUIAR, Afrânio de Carvalho. Informação e atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial: tipologia proposta com base em análise funcional. **Ciência da Informação**. Brasília, v.20, n.1, p.7-15, jan./jun. 1991.
- AHMAD, Muhammad A., TEREDESAI, Ankur. Modeling Proliferation of Ideas in Online Social Networks. In: **Proceedings of the 5th Australasian Data Mining Conference**, November 29-30 2006, Held in conjunction with the 19th Australian Joint Conference on Artificial Intelligence, Sydney, AUS, 2006.
- AITYAN, Sergey K. Eras of Material, Energy and Information Production. **Journal of Social Sciences**, V. 8, n. 3, p. 429-434, 2012.
- ALBUQUERQUE, Alfram Roberto Rodrigues de; LIMA-MARQUES, Mamede. Sobre os fundamentos da arquitetura da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, Número Especial, p. 60-72, out. 2011.
- ÁLLAN, Sylvio; SOUZA, Carlos Barbosa Alves de. Intencionalidade em Tomasello, Searle, Dennett e em Abordagens Comportamentais da Cognição Humana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27 n. 2, Abr./Jun, p. 241-248, 2011.
- ALLPORT, Gordon W. **The nature of prejudice**. 3 ed. Wokingham: Addison Wesley, 1954.
- ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. **Por uma rearquitetura dos serviços de informação em arte na cidade de São Paulo**. 1998. Tese de Doutorado – Escola de Comunicação e Artes – ECA USP, São Paulo, 1998.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In. VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008b. p. 41-54.

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANCIB, 2008.

\_\_\_\_\_. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Pólis, APB, 1997.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Ed. Presença, 1974.

ALVARENGA, Lidia. Representação do conhecimento em tempo e espaço digitais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.15, p.1-23, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAIDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Thomsom Learning Pioneira, 1998.

AMERICO, Bruno Luiz; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. A contribuição das abordagens da tecnociência e situada para estudos organizacionais de conhecimento e aprendizagem. **II Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, Florianópolis, 2012. p. 1-26.

ANCIB. **GT 05 – Política e Economia da Informação. Ementa**. Disponível em: <<http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-05>> Acesso em: 08 set. 2013.

ANDERSEN, R. M. Revisiting the behavioral model and access to medical care: does it matter? **J Health Soc Behav**, v.36, p.1-10, 1995.

ANDRADE, Jesús Alberto. Globalización, ideología y cultura digital. **Enl@ce Revista Venezolana de Información**, Tecnología y Conocimiento, v.9, n.3, p. 35-48, 2012.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, set. 2010.

\_\_\_\_\_. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, vol.38, n.3, p. 192-204. 2009.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2 n.5, out/01

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Curso de teoria do conhecimento e epistemologia**. Barueri, SP: Minha Editora, 2012.

ARAÚJO, Vânia M. R. Hermes. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, 1995.

ARDALAN, Kavous. "On the Role of Paradigms in Understanding Economic Globalization," **Forum for Social Economics**, v. 40, n. 2, July, p. 197-219, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

ASSIS, J. P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 133-164, dez. 1993.

AZEVEDO, Carla. **Globalização, informação e classificação decimal universal**, 2006. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/590/2/57-61FCHS2006-7.pdf>> Acesso em: 04 set. 2013.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p.37-49, 2002.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Po): Editora Edições 70. 2000.

BARELL, J. **Problem-based learning: an inquiry approach**. Thousand Oaks: Corwin, 2007.

BARNES, Barry. **Kuhn and the Social Science**. Nova York: Columbia University Press, 1982.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.27, n.2, 1998.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas da Ciência da Informação**. 11p. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/PerspectivasCI.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013. Publicado na Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.21, n.2, 1997.

\_\_\_\_\_. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação: apenas um olhar em três documentos sobre o assunto. **DataGramaZero**, v.4, n. 2, abr. 2003.

BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Filosofia da Ciência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BATES, Marcia J. Information and knowledge: an evolutionary framework for information science. **Information Research**, v. 10, n. 4, paper 239, 2005.

\_\_\_\_\_. The invisible substrate of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n. 12, 1999.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. St Albans: Paladin Frogmore, 1973.

BAWDEN, D. Smoother pebbles and the shoulders of giants: the developing foundations of information science. **Journal of Information science**, v. 34, n. 4, p. 415–426, 2008.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BELKIN, Nicholas J. Anomalous states of knowledge as basis for information retrieval. **The Canadian Journal of Information Science**, v.5, p.133-143, 1980.

BELKIN, Nicholas J., ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science - JASIS**, v.27, n. 4, p.197-204, July-August 1976.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.

BELTRAN, Luis R. Adeus a Aristóteles. **Comunicação e Sociedade**: revista do Programa de Comunicação. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 6, p. 5-35. Set., 1981.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de lingüística geral I**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Ed. da UNICAMP, 1991.

BERGSON, Henri. **A Evolução criadora**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. Introdução a metafísica. In: **O pensamento e o movente**. Ensaios e conferência. Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. In BIRNBAUM, P. & CHAZEL. **Teoria Sociológica**. São Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1977.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicacoes. Petropolis: Vozes, 2009.

BERTHELOT, Jean-Michel. Epistemologia e Sociologia do Conhecimento Científico. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia, História e Epistemologia**. Tradução de J. Freitas e Silva e Virgínia Alves Rodrigues. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 213-231.

BERTRAND, D. La justesse. In: **Semiotic Inquiry**. Association canadienne de sémiotique, Montreal, v.13, 1987.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene de. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.13 p.47-74, jul./set. 2011.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BLANCHÉ, Robert. **A Epistemologia**. Brasil: Martins Fontes; Portugal: Presença, 1975.  
BLOOR, David. **Knowledge and social imagery**. Chicago: University of Chicago press, 1976.

BLOOR, David. Language-games and the stream of life. In: \_\_\_\_\_. **Wittgenstein: a social theory of knowledge**. London: MacMillan, 1983. p. 22-49.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs). **Dicionário de Política**. Vol. 2. São Paulo: Perspectiva e Brasília: Ed da UnB, 2000.

BOCK, A. M. B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. G.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.

BOISOT, Marcel. Discipline et interdisciplinarité. In: Ceri. **L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités**. Paris: UNESCO/OCDE, 1972. p. 90-97.

BOLTON, Gary E.; GREINER, Ben; OCKENFELS, Axel. **“Engineering Trust - Reciprocity in the Production of Reputation Information.”** Working Paper, 2011.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Ortiz, R. org. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1983. Cap.4. p. 122-155.(Coletânea Grandes Cientistas Sociais, 39).

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 13<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Para uma Sociologia da Ciência**, Lisboa, Edições 70, 2004.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2003.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 84-88, 1985.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - IX ENANCIB, São Paulo, USP, **Anais...**, 2008.

BREY, Philip. Global Information Ethics and the Challenge of Cultural Relativism. In: European regional Conference on the “ethical dimensions of the information society”. 2007. Disponível em: [http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL\\_ID=25455&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=25455&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html) Acesso em: 11.05/2014.

BRIER, Søren. What is a possible ontological and epistemological framework for a true universal “information science”: The suggestion of cybersemiotics. **World Futures**, v. 49 n. 3–4, p. 287–308, 1997.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Edit, 1951.

BROCKMAN, PAUL; LIEBENBERG, Ivonne; SCHUTTE, Maria. Comovement, information production, and the business cycle. **Journal of Financials Economics**, v. 97, n. 1, p. 107-129, 2010.

BROOKES, Bertram C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v.2, n.1, 1980. p.125-133.

BROOKES, Bertram C. Developing cognitive viewpoint in information science. In: **International Workshop On The Cognitive viewpoint**. Belgium: University of Ghent, 1977. p. 195-203.

BUCKL, Sabine et al. An Information Model for Landscape Management: Discussing Temporality Aspects. In: **Proceedings of the Service- Oriented Computing - ICSOC 2008 Workshops** (Berlin, 01.12.2008). Springer, p. 363-374, 2009.

BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUENO, Marcos F.; JANNUZZI, Paulo de M. A economia da informação no Brasil: dimensionamento e espacialização através das ocupações do censo demográfico de 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2005. in CDROM.

BUNGE, Mário. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

\_\_\_\_\_. **Filosofia da Física**. Perspectiva: São Paulo, 2000.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2003b.

\_\_\_\_\_. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em; 22 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma História Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. São Paulo: Zahar, 2003a.

BUSTAMANTE RAMIREZ, Enrique. “Espanña y Latinoamérica. Economía creativa del entretenimiento digital”. In: Enrique Bustamante Ramirez (coord.): **Industrias Creativas**. Amenazas sobre la cultura digital. Barcelona: Gedisa, p. 117-144.

BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.  
CABRÉ, M. Teresa. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2000.

CADAVID, Jhonny Antonio Pabón. La criptografía e la protección a la información digital. **Revista La Propiedad Inmaterial**, n. 14, p. 59-90, 2010.

CALVA GONZÁLEZ, Juan José. Introducción. In: CALVA GONZÁLEZ, Juan José. **Estudios de usuarios en diferentes comunidades: necesidades de información y comportamiento informativo**. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2013.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo ; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da Informação para biblioteca digital personalizável: elementos e critérios. **Encontros Bibli** (UFSC), Florianópolis - SC, n. especial, p. 1-16, 2006.

CAMBAÚVA, L. G.; TULESKI, S. C. A pseudoconcreticidade do conceito de subjetividade na Psicologia. **Revista de Educação**, n. 23, p. 79-90, 2007.

CAMPOS, Maria Luiz de Almeida; SOUZA, Rosali Fernandez de; CAMPOS, Maria Luiz Machado de. Organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos: o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 7-16, maio/ago. 2003.

CANAGARAJAH, A. S. **Critical Academic Writing and Multilingual Students**. The University of Michigan Press, 2005.

CANGUILHEM, G. **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições, 70, 1977.

CAPRA, Fritjot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens e aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p.11-51.

\_\_\_\_\_. Digital Ethics. In: **Proceedings del 2009 global forum civilization and peace**. The Academy of Korean Studies and Korean National Academy for UNESCO (Eds.), p. 207-216, 2009.

\_\_\_\_\_. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,5., Belo Horizonte,2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003a.

\_\_\_\_\_. Foundations of information science: review and perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE, Finland, 1991. **Proceedings...** Tampere: University of Tampere, 1991. Disponível em: <<http://www.capurro.de/tampere91.htm>> Acesso em: 10 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Intercultural Information Ethics. In: Kenneth Einar Himma and Herman T. Tavani (Eds.): **Handbook of Information and Computer Ethics**. New Jersey: Wiley, p.639-665, 2008.

\_\_\_\_\_. On hermeneutics, angeletics, and information technology: questions and tentative answers. In: **Information Technology and Hermeneutics**. Japan: Tsukuba University, 2003b. Research Group on the Information Society (ReGIS).

\_\_\_\_\_. Pasado, Presente y Futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORÍAS DE LA INFORMACIÓN, 1, 2009. **Anais...** Leon: Universidad de Leon, 2008a.

\_\_\_\_\_. Privacy. An intercultural perspective. In: **Ethics and information technology**, v.7, p. 37-43, 2005.

\_\_\_\_\_. Towards an ontological foundation of Information Ethics. In: **Ethics and Information Technology**, v.8, n. 4, p. 175-186, 2006.

CAPURRO, Rafael; BOTHMA, Theo; BRITZ, Johannes; COETZEE, (Eds.). **Africa Reader on Information Ethics**. Pretoria. 2010b.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007.

\_\_\_\_\_. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, p. 343-411, 2003.

CARNAP, Rudolf. **Testabilidade e significado**. 2 ed. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

CARAÇA, João. **Do saber ao fazer: porque organizar a ciência**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1993.

CARTER, R. C. Development of supply strategies. In: CAVINATO, J. L.; KAUFFMAN R. G. **The purchasing handbook: a guide for the purchasing and supply professional**. 6 ed. New York: McGraw-Hill, 1999. p. 81-98.

CARVALHO, Eduardo C. A natureza social da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Lena V. R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. p.51-63.

CARVALHO, E. L.; LONGO, R. M. J. Informação orgânica: recurso estratégico para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da UEL. **Inf.Inf.**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 113-133, jul./dez. 2002.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual. 2005. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ-IBICT, 2005 (Tese de Doutorado).

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra (vol. 3: A era da informação: economia, sociedade e cultura), 1999.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra (vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2000a).

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra (vol. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2000b).

CASTRO, Maria Helena Steffens de. O universo de crenças na argumentação da publicidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 35, abril, p. 126-133, 2008.

CESNIK, F. S.; BELTRAME, P. A. **Globalização da cultura**. São Paulo: Manole, 2005.

CHANG, Yu-We; HUANG, Mu-Hsuan. A study of the evolution of interdisciplinarity in library and information science: Using three bibliometric methods. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, V. 63, n. 1, p. 22–33, Jan. 2012.

CHAUI, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2004.

CHERRY, J. M., et al “Student Perceptions of the Information Professions and Their Master’s Program in Information Studies.” **Library & Information Science Research** v. 33, n. 2, p. 120-131, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2 ed. S/L: campos, 2005.

CHOI, Y.; RASMUSSEN, E. What is needed to educate future digital librarians. **D-lib magazine**, v. 12, n. 9, p. 1-8, Sept. 2006.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Preenchendo as lacunas cognitivas: como as pessoas processam informações. In: DAVENPORT, Thomas H.; MARCHAND, Donald A.; DICKSON, Tim. **Dominando a gestão da informação**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p.1279-1287.

COLECTIVO SITUACIONES. **19 y 20 Apuntes para el nuevo protagonismo social**. Buenos Aires: Ediciones de Mano en Mano, 2002.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.

COHEN, Stewart. Contextualism, Skepticism and Structure of Reasons. In: TOMBERLAIN, James. **Philosophical Perspectives 13, Epistemology**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1999.

COLAVITTI, F. Um Orkut para os ricos e famosos. Revista Época, Sociedade [editorial], 9 maio 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI72005-15228-2,00-UM+ORKUT+PARA+OS+RICOS+E+FAMOSOS.html>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

COSTA, Cláudio Ferreira. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. A ciência da informação na França e no Brasil. **Datagramazero**, v. 8, n. 6, dez. 2007.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo, SP: Robe, 1995.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, V.34, n.4 p. 465–475, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.2-17, jan./abr., 2008.

DACHEUX, É. **La communication: éléments de synthèse**. Communication et Langages, N°141, 2004.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAFT, Richard L. **Administração**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1999.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: presente, passado e futuro**. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVALLON, Jean “A mediação: a comunicação como processo?”, In: **Prisma.com – Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETEC**, nº 4, Junho 2007, p.1-36.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. São Paulo: Futura, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 2000.

DAY, Ronald E. The "conduit metaphor" and the nature and politics of information studies. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 51, p. 805-811, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Modern Invention of Information: Discourse, History, and Power**. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 2008. [1ª ed. 2001].

DELEUZE, Gilles. **Ato de criação**. Tradução: José Marcos Macedo. Edição brasileira: Folha de São Paulo: 27/06/1999. Palestra de 1987.

\_\_\_\_\_. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

DE MAY, M. The cognitive viewpoint: its development and its scope. In: CC 77: INTERNATIONAL WORKSHOP ON THE COGNITIVE VIEWPOINT, 1977, Gent. **Proceedings...** Gent: Gent University, p. 24–32.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DENNETT, D. C. Intentional systems. **Journal of Philosophy**, 68, 87–106, 1971.

\_\_\_\_\_. Taking the intentional stance seriously: Author's response. **Behavioral and Brain Sciences**, 6, p. 379-388, 1983.

\_\_\_\_\_. When does the intentional stance work? **Behavioral and Brain Sciences**, 8, p. 763-766, 1985.

\_\_\_\_\_. **The intentional stance**. Cambridge, MA: MIT Press/Bradford Book, 1987.

\_\_\_\_\_. Précis of the intentional stance. **Behavioral and Brain Sciences**, 11, p. 495-546, 1988.

DE ROSE, Keith. Contextualismo: explicação e defesa. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 297-324.

DEUBEL, André-Noël Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Aurora, 2007.

DIAS, Guilherme Ataíde; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. O direito da propriedade intelectual: relações com os entregáveis da arquitetura da informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v.1, p.73-85, 2011.

DIAS, M. M. K.; BELLUZZO, R. C. B. **Gestão da Informação em Ciência e Tecnologia sob a ótica do cliente**. São Paulo: Edusc, 2003.

Dictionnaire encyclopédique de l'information et la documentation. 2ème édition. Paris: Nathan, 2001.

DIK, S.C. **The Theory of Functional Grammar**. Providence. Foris Publications, 1989.

DIZARD, W. **The Coming Information Age**. New York: Longman, 1982.

DRETSKE, F. I. Minds, machines and meaning. In C. Mitcham, & A. Huning (Eds.), **Philosophy and technology II**. Information technology and computers in theory and practice (p. 97-109). Dordrecht, The Netherlands: Reidel, 1986.

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da Individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet's of knowledge and linguistic objectivism. **Knowledge Organization**, v. 32, n.3, p. 110-116, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: UNESP, 1997.

EGAN, Margaret E; SHERA, Jesse H. Foundations for a Theory of Bibliography. **En Library Quarterly**. Vol. 22, n.2 p. 125-137, 1952.

EGGHE, Leo; GUNS, Raf. Applications of the generalized law of Benford to informetric data, **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, V. 63, n. 8, p. 1662-1665, 2012.

EINSTEIN Albert. **A teoria da relatividade especial e geral**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ESCARPIT, Robert. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris: Hachette Université, 1976.

ESS, Charles. Culture and Global Networks. Hope for a Global Ethics? In: Jeroen van den Hoven and John Weckert (Eds.): **Information Technology and Moral Philosophy**. Cambridge University Press, 2008. p. 195-225.

FADEL, Bárbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-32.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FARRADANE, R. The nature of information. **Journal of Information Science**, n.1, p. 13-17, 1979.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

FELDMAN, Richard. Naturalismo metodológico na epistemologia. In: GRECO, John; SOSA, Ernest. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 271-296.

FERCHLAND, Rainer; REIMANN; Andrea. **A informação social: potencial para uma política social solidária e uma democracia participativa**. Instituto para análises de dados sociais, Berlim, 2004.

FERNANDES, P. O. Economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 165-168, jul./dez. 1991.

FERNEDA, Edberto. Recuperação da informação: análise sobre a contribuição da Ciência da computação para a Ciência da Informação. **Tese (doutorado em comunicação) – USP**. Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2003.

FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. CD-ROM. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 34, n. 122, 2004.

FEUERSTEIN, R. **A experiência da aprendizagem mediada: um salto para a Modificabilidade Cognitiva Estrutural**. Texto I Fórum Internacional PEI. Salvador: Fundação Luiz Eduardo Magalhães, 2000.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. César Augusto Morari. São Paulo: UNESP, 2007.

FIGUEIREDO, M. N. Aprendizagem Tecnológica e Inovação Industrial em Economias Emergentes: uma Breve Contribuição para o Desenho e Implementação de Estudos Empíricos e Estratégias no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v.3, nº 2, Jul/Dez, p. 323-61, 2004.

\_\_\_\_\_. Acumulação Tecnológica e Inovação Industrial: conceitos, mensuração e evidência no Brasil, **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n. 1, p. 54-69, 2005.

FIX, J-F. **La dynamique de la médiation**. Presses Universitaires de France, 1997.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 18-25, jul./set., 2000.

FLORIDI, Luciano. Information ethics: on the philosophical foundation of computer ethics. In: **Ethics and information technology**, v.1, p. 37-56, 1999.

\_\_\_\_\_. Information Ethics and Globalization. En Proceedings del 2009 Global Forum Civilization and Peace. **The Academy of Korean Studies and Korean National Academy for UNESCO** (Eds.), 2009. p. 217-230.

\_\_\_\_\_. Information Ethics. Its Nature and Scope. En: Jeroen van den Hoven y John Wecker (Eds.): **Information Technology and Moral Philosophy**. Cambridge University Press, 2008. p. 40-65.

\_\_\_\_\_. **INFORMATION: A very short introduction**. New York. Oxford University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. "Is Semantic Information Meaningful Data". **Philosophy and Phenomenological Research**, vol. LXX, n. 2, p. 351-370, 2005.

\_\_\_\_\_. On defining library and information science as applied philosophy of information. **Social epistemology**, v. 16, n.1, p. 37-49, 2002a.

\_\_\_\_\_. **What is the philosophy of information**. 2002b. Disponível em:  
<<http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/wipi.pdf>>. Acesso em 11.05.2014.

FLUSSER, Victor. “A contra-informação como ato cultural”. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**, São Paulo: Cortez Intercom, 1982. p. 159-164.

FONSECA, Edson Nery da. **Problemas Brasileiros de Documentação**. Brasília: IBICT, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A água e a loucura**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade** (Vol. I: A vontade de saber). Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade** (Vol. II: O uso dos prazeres). Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade** (Vol. III: O cuidado de si). Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

\_\_\_\_\_. “La inquietud del otro”. In: **Cuaderno Transhumantes**. Medellín, s.d.

\_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: Michel Foucault. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 243-276.

FRANÇA, Henrique; HENN, Gustavo; DIAS, Guilherme Ataíde. Navegabilidade em portais: estudo com usuários dos portais dos jornais O Norte e Jornal da Paraíba. **RDBCI**, v. 8, n. 1, p. 37-52, 2010.

FREDKIN, E. **Introduction to digital philosophy**. 2005. Disponível em:  
<<http://www.digitalphilosophy.org>> Acesso em: 08.05.2014.

FREEMAN, C; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação: temática, história e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Convênio CNPq/ IBICT – UFRJ/ECO, 2004.

\_\_\_\_\_; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A configuração do campo da Ciência da Informação: marcas de uma identidade. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, p. 161-174, Número Especial 2012.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREITAG, Bárbara. **Piaget e a filosofia**. São Paulo, Editora da Unesp, 1991.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. Sul: o espaço regional na teia multimídia. In: MELO, José Marcos de; MORAIS, Osvando J. de. (Org.). **Mercado e Comunicação na Sociedade Digital**. São Paulo: Intercom; Santos: Unisanta, Unisantos e Unimonte, 2007, p. 149 –156.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.; MARTELETO, R.M.; LARA, M.G. (orgs). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008.

FUJINO, Asa. **Serviço de informação tecnológica para empresa industrial: subsídios para planejamento a partir do estudo de usuários**. São Paulo: USP/ECA, 1993.

GADAMER, Hans-George. **A razão na época da ciência**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade**: atitude e método. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004. Disponível: <[www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)>. Acesso em: 04. Nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GAMA, Fernando Alves; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 148 - 169, jul./dez. 2010.

GARCÍA-MARCO, Francisco-Javier. La pirámide de lá información revisitada: enriqueciendo el modelo desde la ciencia cognitiva. **El profesional de la información**, v. 20, n. 1, p. 11-24, 2011.

GARVIN, D. A. Building a learning organization. **Harvard business review**. v. 71, n. 4, 1993.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <[http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento\\_Informacional.pdf?sequence=3](http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3)> Acesso em: 21 já. 2013.

GERE, Charlie. Algunas reflexiones sobre la cultura digital. **Digitum**, n. 12, may., 2010.

\_\_\_\_\_. **Digital Culture**. 2 ed. London: Reaktion Books, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

GOLDMAN, Alvi. **Epistemology and Cognotion**. MA, Harvard University Press, 1986.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.85-99, jan./dez. 2010.

GOMES, Neusa Demartini. **Publicidade: Comunicação Persuasiva**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, número 14, 2012.

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, p. 21-32, 1999.

\_\_\_\_\_. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v.19, n.2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.5-18, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma en Bibliotecologia”. **Transinformação**, Campinas, v.8, n.3, p.44-54, set./dez., 1996.

GOODE, W.J. & HATT, P.F. Alguns problemas na análise qualitativa e na análise do caso. In: \_\_\_\_\_. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. cap. 19, p. 398-433.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRECO, John. Introdução – O que é Epistemologia? In: GRECO, John; SOSA, Ernest. **Compêndio de Epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 15-61.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências Sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981.

\_\_\_\_\_. **Du Sens II: éssais sémiotiques**. Paris: Seiul, 1983.

\_\_\_\_\_. **Da imperfeição**. São Paulo: Hacker, 2002.

GREIMAS, A. J. COURTÉS, J. **Sémiotique – Dictionnaire Raisonné de la Théorie du Langage**. Paris: Hachette, 1986.

GUSDORF, Georges. **A Agonia da Nossa Civilização**. São Paulo: Ed. Convívio, 1978.

\_\_\_\_\_. Para uma Pesquisa Interdisciplinar. In: Diógenes, v. 7, **Antologia**. Brasília: Editora da UnB, 1984.

\_\_\_\_\_. **Professores para que?** Lisboa: Moraes, 1967.

GUTIERRE, Jézio Hernani Bomfim. A história da ciência e a epistemologia de Popper. In: Paulo Eduardo de Oliveira (org.). **Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper**. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012. p. 134-144.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. **La technique et la Science como idéologie**. Paris: Edition Gallimard/Denoel, 1968.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

Harrold's Librarian's Glossary of Terms Used in Librarian Ship. Documentation and the Book Crafts and Reference Book. 6 ed. Aldershot: Gower, 1989.

HARSANYI, J. C. Morality and the Theory of Rational Behavior. In: SEN, Amartya; WILLIAMS, Bernard. **Utilitarianism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

HAYES, N. Katherine. **How we became posthuman**. Chicago: University Chicago of Press, 1999.

HAYES, Robert M. Information Science Education. In: **ALA World Enciclopedia of Library and Informartion Sciences**. 2 ed. Chicago: American Library Assocation, 1986.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: **L'interdisciplinarité: Problèmes d'enseignement et de recherche dans les Universités**. Paris: UNESCO/OCDE, 1972. p. 83-90.

HEIMANN, Horst. Mehr Ungleichheit wagen? Zum anhaltenden Boom der Egalitarismuskritik. **Blätter für deutsche und internationale Politik**, 6, 711-718, 2001.

HEISENBERG, Werner. **Física e filosofia**. Il saggiatore: Milano, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERSCOVICI, Alan. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. Uma apresentação geral. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación** v. 5, n.3, Sep./Dic. 2003.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HIMMA, Kenneth Einar. The intercultural ethics agenda from the point of view of a moral objectivist. **Journal of Information, Communication & Ethics in Society**, 6, 2, pp. 101-115. 2008.

HIMMA, Kenneth Einar; TAVANI, Herman T. **The Handbook of Information and Computer Ethics**. Hoboken, New Jersey: Wiley. 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**. [S.l.], v.58. n.4, p. 422-462, 2002.

\_\_\_\_\_. Epistemology and the Socio-Cognitive Perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [S.l.], v.53, n.4, p. 257-270, 2003a.

\_\_\_\_\_. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v.30, n.2, p.87-111, 2003.

\_\_\_\_\_. **Information seeking and subject representation**: an activity-theoretical approach to Information Science. New York: Greenwood Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing and Management**, [S.l.], v. 36, p. 501-531, 2000.

\_\_\_\_\_. Principia Informatica: Foundational Theory of Information and Principles of Information Services. In: BRUCE, H.; FIDEL, R; INGWERSEN, P.; VAKKARI, P. (Eds.): **Emerging Frameworks and Methods**: Proceedings of the Fourth Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS4). Greenwood Village, Colorado: Libraries Unlimited, 2003b. p. 109-121.

\_\_\_\_\_. Theory and Metatheory of Information Science: A New Interpretation. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 45, n. 5, p. 606-621, 1998.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v.46, n.6, p.400-425, 1995.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOFSTADTER, D.R. **Um entrelaçamento de gênios brilhantes**: Godel, Escher, Bach. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

HOOFF, B.; HUYSMAN, M. Managing knowledge sharing: emergent and engineering approaches. **Information & Management**, v.46, p.1-8, 2009.

HUSSERL, Edmund. **Lineamenti di ética formale**. Lezioni sull'ética e la teoria dei valori Del 1914, a cura di Paola Basso e Paolo Spinicci. Casa editrice Le Lettere, Firenze, 2002.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação**: alguns problemas fundadores. In: III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO, v. 2, 2004.

INAZAWA, Fernandez Kenji; BAPTISTA, Sofia Galvão. Modelo conceitual de comunicação da informação para estudos de interação informacional baseado em competências

conversacionais em serviço de referência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.1, p.169-184, jan./mar. 2012.

INGWERSEN, Peter. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.299-312.

\_\_\_\_\_. **Information retrieval interaction**. London: Taylor Graham Publishing, 1992.

Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social. **Responsabilidade social**. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

International Organization of Standardization. **“Drafting Progresses of Future ISO 26000. Standard on Social Responsibility.”** Press release May 24, 2006.

JAHODA, M., & ACKERMAN, N. W.. **Distúrbios emocionais e anti-semitismo**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1969.

JANSEN, Benard J.; RIEH, Soo-Young. “The seventeen theoretical constructs of information searching and information retrieval”. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 2010, v. 61, n. 8, pp. 1517-1534.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1990.

KAPP, K. W. **Toward a science of man in society**. A positive approach to the integration of social knowledge. Haia: Martinus Nijhoff, 1961.

KAUFFMAN, Stuart; LOGAN, Robert K. ESTE, Robert et al. **Propagating organization: An Enquiry**, *Biology and Philosophy* 23, p. 27-45, 2007.

KAYE, D. The nature of information. **Library Review**, West Yorkshire, UK, v.44, n.8, p. 37-48, 1995.

KEANE, John. **A Sociedade Civil: velhas imagens e novas visões**. Lisboa: Temas e Debates, 2001.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Tradução de João Baptista Machado. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KIELGAST, S.; HUBBARD, B. A. Valor agregado à informação: da teoria à prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 271-276, set./dez. 1997.

KLEIN, Julie Thompson. **Notes toward a social epistemology of transdisciplinarity**. Comunicação ao Convento da Arrábida, Portugal, 1994.

KNNOR-CETINA, Karen. **La fabricaión del conocimiento**. Quilmes: Univesidad Nacional de Quilmes, 2006.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KOCH, I. V.G CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2004.

KOHEN, R; CAIN, K. C.; MITCHELL, P. H., et al. **Association of serotonin transporter gene polymorphisms with poststroke depression**. *Arch Gen Psychiatry*. v. 65, n. 11, p.1296–1302.

KOHLER GONZALEZ, Zuleika; DE FÁTIMA GUARESCHI, Neuza Maria. O protagonismo social eo governo de jovens. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, 2009.

KOLTAY, Tibor. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

KOTLER, Philip; BLOOM, Paul. **Marketing para serviços profissionais**. São Paulo: Atlas, 1988.

KREIMER, Pablo. **De Probetas, Computadoras y Ratonos**. La construcción de una mirada sociológica sobre la ciencia. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

KUHLTHAU, Carol C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. Norwood: Ablex, 1993.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª Ed.- Trad.- Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva., 2003. (Coleção debates, 115).

\_\_\_\_\_. **A estrutura das revoluções científicas**. 10 ed. - Trad.- Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011. (Coleção debates, 115).

\_\_\_\_\_. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 154-157, set. 2008.

\_\_\_\_\_. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, v.35, n.2 Brasília Mai/Ago. 2006.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 692-703.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 8: A transferência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 1999.

LAKATOS, Imre. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, 1989.

LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

LANDOWSKI, E. **Dois ensaios de sóciossemiótica**. São Paulo: FFLCH USP, 1991.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 35-56.

LASTRES, Helena Maria M.; ALBAGLI, Sarita. Chaves para o terceiro milênio na Era do Conhecimento. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 7-26.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **A Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade a Fora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Trad. De Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Ciência da Informação**. 2 ed. Trad. De Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

LEFFA, V.J. Writing for the scientific community: the challenge of being original under constraint. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE LÍNGUA INGLESA, 14., 1999, Belo Horizonte. **Anais**. v.14, n.14, p. 337-344, 1999.

LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora UNICAMP, 2003.

LENOIR, T. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas**. São Leopoldo, RS: Usininos, 2004.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **Actividad, consciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencia del hombre, 1978.

LE ROY, Luana. A internet na aprendizagem. 1997. 2 v. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1997. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Rosa Abreu de Magalhães.

LESCH, Klaus Peter; BENGEL, Dietmar; HEILS, Armin., *et al.* Association of anxiety-related traits with a polymorphism in the serotonin transporter gene regulatory region. **Science**, 274, 1527–1531, 1996.

LESH, R. A.; HAMILTON, E.; KAPUT, J. J. (Orgs.). **Foundations of the future in mathematics education**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

LÉVINAS, Emmanuel. **Autrement qu’être ou Au-delà de l’essence**. Nijhoff: La Haye, 1974.

\_\_\_\_\_. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Coleção Trans. Editora 34. São Paulo, 1997.

LIMA-MARQUES, M.; MACEDO, F. L. O. Arquitetura da informação: base para a Gestão do Conhecimento. In: TARAPANOFF, K. O. (Ed.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, 2006. p. 241-255.

LIPOVETSKY, G; SERROY, J. **A cultura-mundo**. Resposta a uma sociedade desorientada. Lisboa: Edições 70, 2010.

LOGAN, Robert K. **Que é informação?** A propagação da organização na biosfera, na simbiosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LOSEE, John. **Introdução histórica à filosofia da ciência**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia, 1979.

LOSEKANN, Cristiana; BALLESTRIN, Luciana. A abertura do conceito de sociedade civil: desencaixes, diálogos e contribuições teóricas a partir do Sul Global. **Colombia Internacional** 78, mayo a agosto de 2013, 236 p. 181-210.

LOUREIRO, M.L. de N.M. A obra de arte musealizada – de objeto de contemplação à fonte de informação. In: PNHEIRO, L.V.R; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N (Org.). **Interdiscursos da Ciência da Informação: arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/ DEP/DDI, 2000, p. 105-123.

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRODER, Débora de Souza. **Vale investir em responsabilidade social empresarial?** Disponível em: <[www.ethos.org.br/docs/comunidade\\_academica/premio\\_ethos\\_valor/trabalhos/300\\_Alex\\_e\\_Debora.doc](http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/trabalhos/300_Alex_e_Debora.doc)> Acesso em: 10 jun. 2013.

LOUSADA, Mariana; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Modelos de tomada de decisão e sua relação com a informação orgânica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, p.147-164, jan./mar. 2011.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Resistências Culturais à Dominação Imperial. A Alternativa Socialista. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 202-209, 2007.

LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

LUHMANN, Niklas. **Introdução a teoria de sistemas**: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrante (trad. Ana Cristina Arantes Nasser). Petropolis: Vozes, 2010.

LUKÁCS, G. “Il Problema dell’ ideologia”, “Il lavoro come posizione teleológica” e “Il momento ideale nell’ economia” In: **Per l’ontologia dell’essere sociale**. Roma, Editori Riuniti, 1981.

LUND, Niels W. Documents Theory. **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, v. 43, p. 399-432, 2009.

LYNCH, Michael. **Act and artifact in laboratory of science**. London: Routledge, 1985.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LYRA, Maurício Rocha; DUQUE, Claudio Gottschalg. Uma proposta de posicionamento da arquitetura da informação no gerenciamento de serviços de TI. **BJIS**, Marília, v.5, n.1, p.50-55, jan./jun. 2011.

MACHLUP, F. Semantic quirks in studies of information. In: MACHLUP, F.; MANSFIELD, U. (Ed.). **The study of information: Interdisciplinary messages** New York, NY: Wiley, 1983. p. 641-671.

MACIAS-CHAPULA, César A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MACKAY, D. M. **Information, mechanism and meaning**. Cambridge, MA: MIT PRESS, 1969.

MAFFESOLI, Michel. **L'ombre de Dionysos: contribution à une sociologie de l'orgie**. Paris: Méridiens, Klincksieck et Cie, 1985 [edição brasileira: A sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro, Graal, 1985]

\_\_\_\_\_. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, J. B. **A idéia de progresso em Thomas Kuhn**. Porto: Contraponto, 1996.

MAHLER, G. Quantum Information. In K. Kornwachs & K. Jacoby (Eds.), **Information. New questions to a multidisciplinary concept**. Berlin, Germany: Akademie Verlag, 1996. p. 103-118.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARQUES, Isabel da Costa. **O museu como sistema de informação**. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.101-115.

\_\_\_\_\_. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pósmoderno? **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p. 169-181, 1987.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Epistemologia da pesquisa em administração**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Moraes, 1984.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 99-103.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Capital (livro 1)**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas).

MASTERMAN, M. La natureza de los paradigmas. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (orgs.). **La crítica y el desarrollo del conocimiento**. Barcelona: Grijalbo [Trad. De Francisco Hernán; Introd. de Javier Muquerza], 1975.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.10 n.2, p.140-165, jul./dez. 2005.

MATSUNO, K. Internalist stance and the physics of information. **Bio Systems**, v. 38, p. 111-118, 1996.

MATTEDI, Marcos Antônio. A sociologia da pesquisa científica: o laboratório científico como unidade de análise sociológica. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 16, n. 2, p. 51-69, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e conhecimento**. Chapecó: Argos, 2006.

MATTELART, Armand. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 15, 2001. p. 7-23.

MAY, R. H. **Discernimento moral**: uma introdução à ética cristã. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2008.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

McGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MCLUHAN, Marshall. **Understanding media**: the extensions of man. New York: McGraw Hill, 1964.

MENOU, M. J. **The Impact of Information – II**. Concepts of Information and its Value. Copyright Elsevier Science Ltd, 1995.

MERINO, Fernando Manuel Barbosa de Oliveira Nogueira. A Inovação Tecnológica como Elemento de Dinamização Empresarial. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Minho, Portugal, 2011.

MERTON, Robert K. Science and democratic social structure. In: Merton, Robert K.: **Social Theory and Social Structure**. Enlarged edition, New York, London: The Free Press, 1968. p.604-615. (First Ed. 1949).

\_\_\_\_\_. **Ciência, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVII**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

\_\_\_\_\_. **Social Theory and Social Structure**. Illinois: Glencoe (revised edition), 1957.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie, **Schéma et schématisation**, 1981. n.14, p. 51-63.

MILL, John Stuart. **L' utilitarisme**. Paris: Flammarion, 1968.

MIRANDA, V. Conciencia moral. In: VIDAL, M. **Conceptos fundamentales de la ética teológica**. Madrid: Trotta, 1992.

MONTALLI, Kátia M. Lemos; CARMELLO, Bernadete dos Santos. Fontes de informação sobre companhias e produtos: uma revisão de literatura. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.26, n.3, p.321-326, set./dez., 1997.

MOOERS, Calvin. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, v. 2, p. 20-32, 1951.

Mooers' law or, Why Some Retrieval Systems Are Used and Others. Are Not. **American Documentation**, v.11, n.3, July, 1960.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tomo II. São Paulo: Loyola, 2001.

MORAES, D. **Planeta mídia: tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Conceptos introductorias al estudio de la información documental**. Bahía: Editora da Universidade Federal da Bahía EDUFBA / Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.17, n.1, p.9-19, jan./abr., 2007.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

MORIKAWA, M. Labor unions and productivity: an empirical analysis using Japanese firm-level data. **Labour Economics**, v. 17, n. 6, p. 1030-1037, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa Publicações: Europa-América, 1994.

\_\_\_\_\_. **O método III: o conhecimento do conhecimento** 1. 2. ed. Mira-Sintra (Portugal): Publicações Europa-América, 1996.

\_\_\_\_\_. **O método IV. As idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Portugal: Publicações Europa-América, 1992.

\_\_\_\_\_. **O método V: a humanidade da humanidade - a identidade humana**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o mundo?** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. Problemas de uma epistemologia complexa. In: MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. 3. ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2002.

MOSCO, Vincent. “Les nouvelles technologies de communication: une approche politico-économique”. In **Réseaux**, v. 18 n.101, 2000.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. Crítica à teoria da democracia institucionalista contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 118, mar., p. 161-170, 2011.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

NAISBITT, J. **Megatrends: the new directions transforming our lives**. Nova York: Warner, 1982.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída. nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre Bordieu. *DataGramaZero*, v.5, n.5, 2004.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NEHMY, Rosa et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NICOLIS, S. C. Information flow and information production in a population system. **Physical review**. E, Statistical, nonlinear, and soft matter physics, V. 84, n. 1, p. 1-8, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A “Grande Política”**, fragmentos. Introdução, seleção e tradução: Oswaldo Giacóia Jr.. Campinas: Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH-UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Vontade de Poder**. Tradução e notas: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Gaia Ciência**. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras 2001.

\_\_\_\_\_. **O crepúsculo dos ídolos** (ou como se filosofar com o martelo). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

\_\_\_\_\_. **Para além do Bem e do Mal ou prelúdio de uma Filosofia do futuro**. Tradução de Márcio Pugliesi. Curitiba: Hemus, 2001.

NONATO, Rafael dos Santos; BORGES, Graciane S. Bruzinga; MACULAN, Benildes Coura *et al.* Arquitetura da informação em bibliotecas digitais: uma abordagem da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. **Informação & Informação**, Londrina, v.13, n.2, p. 125 - 141, jul./dez. 2008.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORA, Simon; MINC, Alain. **L’informatización de la sociedad**. Paris: La Documentation Française, 1978.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.137-146, jul./dez.1998.

OBERHOFER, C. M. A. Valor da informação: percepção versus quantificação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 119-129, jul./dez. 1991.

OETTINGER, A. Information resources: knowledge and power in the 21 st century. **Science**, v. 209, n. 4, p. 191-198, 1980.

OGBORN, Jon. Constructivist Metaphors of Learning Science. **Science & Education**, v. 6, p. 121-133, 1997.

O'HEAR, Anthony. **Karl Popper: filosofia e problemas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OKIKE, Chikezie; FERNANDES, Kiran Jude. Impact of information use architecture on load and usability. **Information Processing & Management**, v. 48, n. 5, p. 995-1016, 2012.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 4 ed. São Paulo Atlas, 1997.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. O Museu e a sua arquitetura no mundo globalizado: entre informação e virtualidade. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília Vol.1, nº1, jan/jul de 2012.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Dialética hoje: lógica, metafísica e historicidade**. São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVEIRA, M.; BERTUCCI, M, da G. E. S. **A pequena e média empresa e a gestão da informação**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/bibliotecaonline>.> Acesso em: 22 jul. 2013.

ORTEGA, Cristina Dotta. Estudos sobre o objeto da Ciência da Informação: da constituição de um grupo de pesquisa a um de seus resultados. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 15-20, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Sobre a configuração histórica da noção de documento na Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v.4, n. 2, p. 186-195, setembro 2008.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Organização da sociedade civil de interesse público. **OSCIPI, o que é?** Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>> Acesso em: 10 jun. 2013.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: Le livre sur Le livre, théorie ET pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

\_\_\_\_\_. **El tratado de Documentación: el libro sobre El libro: teoría y práctica**, 1996. Traduzido por Maria Dolores. Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. (Tradução de: *Traité de documentation: Le livre sur Le livre, théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934).

PALÁCIOS, Manuel. O programa forte da sociologia do conhecimento e o princípio da causalidade. In: PORTOCARRERO, V. (org). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. p. 175-198.

PALMADE, G. **Interdisciplinaridade e Ideologias**. Madrid: Narcea, 1979.

PALMER, Carole L.; NEUMANN, Laura J. The information work of interdisciplinary humanities scholars: Exploration and translation. **Library Quarterly**, v. 72, n.1, 85-117, 2002.

PARSONS, T. Um Esboço do Sistema Social. In BIRNBAUM, P. & CHAZEL. **Teoria Sociológica**. São Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1977.

PATRIOTTA, G. **Organizational knowledge in the making: how firms create, use and institutionalize knowledge**. United States: Oxford University Press, 2003.

PÉREZ GUTIÉRREZ, Mario. **El fenómeno de la información**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

PERROTTI, E; PIERRUCINI, I. Saberes e fazeres na contemporaneidade. In: LARA, M.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P.(org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007.

PESSOA JUNIOR, Osvaldo. **Filosofia & sociologia da ciência: uma introdução**. 1993. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/sociociencia.htm>> Acesso em: 03 mai. 2013.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. Petrópolis: Vozes, 1970.

\_\_\_\_\_. **Méthodologie des Relations Interdisciplinaires**. Archives de Philosophie, 34, 1972. p. 539-549.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança** (E. Lenardon, Trad.). São Paulo, SP: Summus, 1994. (Original publicado em 1932).

\_\_\_\_\_. **Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, USP. São Paulo: 2004.

\_\_\_\_\_. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: **VIII ENANCIB** – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 28 a 31 de outubro, Salvador-BA. 2007.

PIMENTA, Shirley Guimarães. Conceitos de informação e texto nas abordagens do ponto de vista cognitivo na Ciência da Informação e do processamento da informação na psicologia cognitiva – uma visão interdisciplinar. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. esp.1, p. 40-66, 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Orientadora: Gilda Maria Braga. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1997. Tese de doutorado (Comunicação e Cultura).

\_\_\_\_\_. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZALEZ DE GOMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006. p. 111-129.

\_\_\_\_\_. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p.61-86.

\_\_\_\_\_. Informação: esse obscuro objeto da ciência da informação. **Morfheus**, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, 2004.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PIRES, Sergio Fernandes Senna; BRANCO, Angela Uchôa. **Protagonismo infantil no processo político: as crianças ea elaboracao legislativa nos anos 80**. 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLITZER, Georges e outros. **Princípios fundamentais da filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12-14 de novembro, 2003.

\_\_\_\_\_. Interdisciplinaridade: conceito, problema e perspectiva. In: Pombo, Olga. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. 2 ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994.

POPPER, Karl Raimund. **Autobiografia Intelectual**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977.

\_\_\_\_\_. **A lógica da investigação científica**. Tradução de Pablo Rubén Mariconda e Paulo de Almeida. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1972.

\_\_\_\_\_. **A Lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2001.

\_\_\_\_\_. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1975.

\_\_\_\_\_. **Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge**. London, New York: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. “Replies to my Critics”. In: SCHILPP, Paul Arthur (org.). **The Philosophy of Karl Popper** La Salle: Open Court, 1974. p. 959-1197. Vol.II.

\_\_\_\_\_. **The Logic of Scientific Discovery**. London, New York: Routledge, 1992.

PREBOR, Gila. Analysis of the interdisciplinary nature of library and information science. **Journal of Librarianship and Information Science**, V. 42, n.4, 2010. p. 256–267.

PRIOR, P. Are communities of practice really an alternative to discourse communities? Paper presented at the **American Association of Applied Linguistics Conference**, Arlington, Virginia, 2003. Available at: <<http://netfiles.uiuc.edu/pprior/Prior/PriorAAL03.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2013.

QUILICI-GONZALEZ, J. A.; KOBAYASHI, G.; BROENS, M. C.; GONZALEZ, M.E.Q. Ubiquitous computing: any ethical implications?. In: **International Journal of Technoethics**, v. 1, p. 11-23, 2010.

RECIFE. Prefeitura Municipal. **A escola e a construção da identidade cidadã: princípios e concepção dos ciclos de aprendizagem**. Estudos intensivos/ciclos de aprendizagem e organização escolar, fev. 2002.

RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais** – uma abordagem teórica. Ecos

Revista, Pelotas/RS, v.5, n. 2, p.109-126, 2001.

REIS, Margarida Maria de Oliveira. **Acesso e uso do Portal de Periódicos CAPES pelos professores da Universidade Federal do Acre**. 2005. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2005.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología**. México: CUIB-UNAM, 2005.

\_\_\_\_\_. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecología. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Odília Barbosa.; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, Rio Grande, v. 23, n. 2, p. 105-116, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significado**. Lisboa: Edições 70, 1976.

\_\_\_\_\_. **Teoria da interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Trad. Por Artur Moão do original inglês *Interpretation Theory: discourse and the surplus of meanig*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RITCHA, Radovan. **La civilización en la encrucijada**. México: Siglo Veintiuno Editores, (1971[1969]).

ROBERTS, Richards J. “**Las farmacéuticas bloquean las medicinas que curan, porque no son rentables, impidiendo su distribución**”, 2011. Disponível em:

<<http://outrapolitica.wordpress.com/2011/06/23/las-farmaceuticas-bloquean-las-medicinas-que-curan-porque-no-son-rentables-impidiendo-su-distribucion/>> Acesso em: 22 ago. 2013.

ROCHER, G. Talcott Parsons et la Sociologie Americaine. In CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. (Orgs.). **Introdução ao Pensamento Sociológico**. São Paulo, Editora Moraes toda. 1992.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

ROSSEAU, J. I.; COUTURE, C. O lugar da arquivística na gestão da informação. In: \_\_\_\_\_. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p.61-76.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

ROTHSCHILD, Babette. **The body remembers**. N.Y/London, W.W. Norton, 2000.

RUBEN, Brent D. En la era de la información: información, tecnología y estudio del comportamiento. **En Documentación en Ciencias de la Información**. Vol. 13, p. 53-72, 1990.

SALAZAR PÉREZ, Robinson. Plutocracia, nueva derecha y securitización de los recursos naturales estratégicos en América Latina: una reflexión necesaria. **Opción**, v. 27, n. 64, p. 13-45, 2011.

SALDANHA, Gustavo Silva. Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com *Wittgenstein*. 2008. 302f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais.

**InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010.

SANCHEZ, Raquel Maia; CICONELLI, Rozana Mesquita. Conceitos de acesso à saúde. **Rev Panam Salud Publica**, v.31, n.3, 2012.

SANDRONI, P. (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Revista Online Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 1-18, jun. 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n.2, p. 46-70, aug./1988.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SANTOS, Theotonio dos. **A revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

SANZ CASADO, E. **Los estudios métricos de la información y la evaluación del a actividad científica: conceptos básicos**. [Material didático de curso “Os estudos métricos da informação”, ministrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA/USP, novembro 2006].

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./ jun. 1996.

SARACEVIC, Tefko; WOOD, Judith B. **Consolidation l'information: guide pour l'évaluation., la reorganization et le reconditionnement de l'information scientifique et technique: version proviso ire**. Paris: Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture, 1986.

SARTRE, Jean-Paul. **A Náusea**. Trad. Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Huis Clos suivi de Les Mouches**. Paris: Gallimard, 1991 (Col. Folio).

\_\_\_\_\_. **O Ser e o Nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 8. ed. Trad. e notas de Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio. **Cultura Digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2009. Disponível em:  
<<http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2009/09/cultura-digital-br.pdf>> Acesso em: 02 set. 2013.

SAVIN-BADEN, M.; WILKIE, K. **Problem-based learning on line**. London: Open University Press, 2006.

SAYÃO, Luís Fernando. Modelos teóricos em Ciência da Informação: abstração e método científico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, 2001.

\_\_\_\_\_. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 4, n. 3, p. 68-94, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Uma outra face dos metadados: informações para gestão da preservação digital. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p.1-31, 2010.

SCHIMITT, Frederick. Epistemologia social. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p.547-591.

SCOTTI, E.V. et al. O terceiro milênio e o paradigma da informação. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 8, set. 1999.

SEARLE, J. R. **Intentionality**. Cambridge University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. Consciousness, explanatory inversion and cognitive science. *Behavioral and Brain Sciences*, 13, p. 585-596, 1990a.

\_\_\_\_\_. Who is computing with the brain? **Behavioral and Brain Sciences**, 13,p. 632-640, 1990b.

\_\_\_\_\_. *The rediscovery of the mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992.

\_\_\_\_\_. Consciousness denied: Daniel Dennett's account. In: J. R. Searle (Ed.). **The mystery of consciousness**. New York Review Book, 1997. p. 96-131.

\_\_\_\_\_. How the mind works: Intentionality. In: J. R. Searle (Ed.). **Mind, language, and society: Philosophy in the real world**. New York: Basic Books, 1998. p. 85-109.

\_\_\_\_\_. **Mind: A brief introduction**. Oxford University Press, 2004.

SEN, A. "Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984", **Journal of Philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SENGUPTA, I. N. Bibliometrics, informetrics, scientometrics and librametrics: an overview. **Libri**, v. 42, n. 2, p. 99-135, 1992.

SERRA, Paulo. **Informação e sentido**: notas para uma abordagem problemática do conceito de informação. 1999. Disponível em: <[http://bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-informacao\\_e\\_sentido.html](http://bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-informacao_e_sentido.html)> Acesso em: 05.05.2014

SHANNON, Claude. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SHANNON, Claude E.; SLOANE, Neil J. A.; WYNER, Aaron D. **Claude Elwood Shannon: collected papers**. New York: IEEE Press, 1993.

SHERA, Jesse. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sociological foundations of librarianship**. New York: Asia Publishing House, 1970.

\_\_\_\_\_. **The foundations of education for librarianship**. New York: Wiley-Becker and Hayes, 1972.

\_\_\_\_\_. The sociological relationships of information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.22, p.76-80, Apr. 1971.

SHNEIDERMAN, B. "The Future of Interactive Systems and the Emergence of Direct Manipulation". In: **Behavior and Information Technology**, I (1982), p.237-256.

SHERMANN, W. 33 reasons why libraries and librarians are still extremely important. **Information Outlook**, v. 11, n. 6, p. 67-84, June 2007.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

\_\_\_\_\_. **História local e arquivística: dos equívocos à partilha diferenciada de um objecto comum**. Maia: Separata das Actas do Congresso Maia, História Regional e Local, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **A identidade da Ciência da Informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S**, 2011. 229f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

\_\_\_\_\_. A(s) disciplinaridade(s) da Ciência da Informação: aplicação das leis da dialética marxista no contexto pluri, inter e transdisciplinar. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p.1-20, maio/ago. 2013a. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci>> Acesso em: 06 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. México, **Investigación Bibliotecológica**, V. 27, N. 59, jan./abr., 2013c. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/36601>> Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Necessidades de informação e satisfação do usuário: algumas considerações no âmbito dos usuários da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 102-123, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48656/52727>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Normatividade, tecnicidade e/ou cientificidade da Biblioteconomia. **TransInformação**, Campinas, v. 25, p. 1, p. 5-17, jan./abr., 2013b. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1783/1707>> Acesso em: 10 mai. 2013.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FARIAS, Giovanna Guedes. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social, **Biblios**, n. 51, p. 42-56, 2013.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. Florianópolis, **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>> Acesso em: 23 abr. 2012.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. A contribuição da filosofia contemporânea para uma concepção teórico-conceitual de informação. XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB, **Anais...** 2012.

\_\_\_\_\_. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 23, n. 2, 2013a.

\_\_\_\_\_. O conceito de informação pelo viés da alteridade. IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - IX ENANCIB, Florianópolis, UFSC, **Anais...**, 2013b.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SAMPAIO, Débora Adriano. Reflexões sobre usuários e não-usuários de bibliotecas: perspectivas e limitações. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 132-157, 2013.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Bibl. Esc.**

em *Rev.*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012. Disponível em:  
<<http://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/viewFile/128/pdf>> Acesso em: 17 mar. 2013.

SILVA, Oséias Teixeira da. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13., *Anais...* Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

SIMMEL, George. A natureza sociológica do conflito. In: E. Morais (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SIRIHAL, Adriana Bogliolo.; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. Informação e conhecimento: aspectos filosóficos e informacionais. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 67-92, 2002.

SHINN, Terry; RAGOUE, Pascal. **Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, F. M. e. **Organização da Informação em sistemas eletrônicos abertos de Informação Científica & Tecnológica: análise da Plataforma Lattes**. 2007 163 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Tomaz. Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz. Tadeu. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes. p. 73-102.

SILVA, Terezinha Elisabeth; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100 - 116, jul./dez. 2009.

SISMONDO, S. **An introduction to science and technology studies**. Usa: Blackwell Publishing, 2004.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap.1. p. 9-23.

SNOW, Charles P. **The two cultures and a second look**. An extended version of the two cultures and the scientific revolution. London: Cambridge University Press, 1959.

SOUSA, Marckson Roberto Ferreira et al. InfoArch: uma ontologia para modelar o domínio da Arquitetura da Informação para Web. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XI ENANCIB**, Rio de Janeiro, 2010.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Informação seletiva, mediação e tecnologia**: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Ideologia e transgressão**. 2011. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index\\_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS\\_PDF/Ideologia%20e%20transgressao.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Ideologia%20e%20transgressao.pdf)> Acesso em: 01/05/2014.

SOUZA, Renato Santos. O funcionalismo sistêmico nas teorias social e organizacional: evolução e crítica. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v.7, n.1, mar. 2001.

SOUZA, Sebastião. Información: utopía y realidad de la Bibliotecología. **Investigación Bibliotecológica**, V. 10, n. 21, jul./dez., p. 14-17, 1996.

STEVENS, Garry. **O círculo privilegiado**: fundamentos da distinção arquitetônica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

STINE, G. **Skepticism, Relevant Alternatives, and Deductive Knowledge**. *Philosophical Studies*, Vol. 29. 1976, p. 249-261.

STOCKINGER, Gottfried. **A sociedade da comunicação**: o contributo de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Papel virtual, 2003.

STOECKL, K. Inovação Tecnológica: Como Garantir a Modernidade do Negócio. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 1, p. 178-178, 2011.

STUDART, Denise, ALMEIDA, Adriana Mortara e VALENTE, Maria Esther. Pesquisa de Público em Museus: desenvolvimento e perspectivas. GOUVÊA, Guaracira, MARANDINO, Martha, LEAL, Maria Cristina (orgs.) **Educação e Museu: A construção social do caráter educativo dos museus de ciência**. Rio de Janeiro: Access, 2003. 233p. p.129-159.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

SWALES, J. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWAN, Alma. Acesso livre: um novo paradigma para a comunicação científica. **Liinc em Revista**, v.4, n. 2, p. 158-171, setembro 2008.

TAGUE-SUTCKIFFE, J. An introduction to informetrics. **Information Processing & Management**, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

TAILLE, Yves de la; OLIVEIRA, Marta Kohl, DANTAS, Heloísa. Mesa-redonda: três perguntas a vygotskianos, wallonianos e piagetianos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 76, p. 57-64, fev. 1991.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 10, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 95-105, maio/ago., 2007.

TAYLOR, A. G. **The organization of the information**. 2.ed. Westport: Libraries Unlimited, 2004.

THOMAS JR., R.R. **Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity**. New York: AMACON, 1991.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 1999.

TOMASELLO, M. **Constructing a language: A usage-based theory of language acquisition**. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. Understanding and sharing intentions: The origins of cultural cognition. **Behavioral and Brain Sciences**, 28, p. 675-691, 2005a.

TOMASELLO, M., Carpenter, M., Call, J., Behne, T., & Moll, H. (2005b). In search of the uniquely human. **Behavioral and Brain Sciences**, 28, p. 721-727. 2005b.

TORRES, Maria Teresa Marín. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

TOURAINE, Alain. **La société post-industrielle**. Paris: Danoel, 1969.

TRAVERSO, Antonio; CROWDER-TARABORRELLI, Tomás; PRADO, Antonio. Anarchism and Counterinformation in Documentaries From Civil War Spain to Post-2001 Argentina, **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 1, p. 50-59, 2013.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TURING, Alan Mathison. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v.59, p. 433-460, 1950.

UNGER, Peter. **Philosophical relatively**. Minneapolis, MN, University of Minnesota, 1984.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **O custo da informação tecnológica**. São Paulo: Polis/APB, 1997.

\_\_\_\_\_. Processo de inteligência competitiva organizacional. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: FUNDEPE Editora, 2006.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Trajetórias cognitivas subjacentes ao processo de busca e uso da informação: fundamentos e transversalidades. **Encontros Bibli**, v. 17, n.1, p. 142-168, 2012.

VELDKAMP, Laura L. Information Markets and the Comovement of Asset Prices. **Review of Economic Studies**, V. 73, n. 3, p. 823-845, 2006.

VELDKAMP, Laura L. Slow boom, sudden crash. **Journal Economic of Theory**, V. 24, n.2, p. 230-257, 2005.

VENKATESH, V.; MORRIS, M.G.; Davis, G.B et al. "User acceptance of information technology: Toward a unified view", *MIS Quarterly*, v. 27, n. 3, 2003, p. 425-478.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. [Comment on écrit l'histoire. Foucault révolutionne l'histoire]. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora UnB, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

VYGOTSKY, Lan. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Obras Escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas III** – Problemas Del desarrollo de la psique. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas III** – Problemas Del desarrollo de la psique. Madrid: Visor Distribuciones, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WATZLAWICK, Paul; WEAKLAND, John e FISCH, Richard. **Change**: Principles of Problem Formation and Resolution. New York: Norton and Co, 1975.

WEIZSÄCKER, Carl Friedrich von. **Die Einheit der Natur**. München: DTV, 1974.

WERSIG, Gernot. NEVELLING, Ulrich. "The phenomena of interest to information science". **Journal of the Institute of Information Scientist**, v.9, n.4, 1975.

\_\_\_\_\_. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

WHITE, H. D; MCCAIN, K. W. Visualizing a discipline: an author co-citation analysis of information science, 1972–95, **Journal of the American Society for Information Science** 49(4) 327–55.

WIDÉN-WULFF, G. et al. Anna-Karin. Information behaviour meets social capital: a conceptual model. **Journal of Information Science**, n. 34, v. 3, p. 346-355, 2008.

WIENER, Nobert. **Cybernetics or control and communication in the animal and the machine**. New York: MIT Press. 2a. edición, 1961. (Primeira edição de 1948).

WILSON, Edward Osbourne. **Sociobiology: the new synthesis**. Cambridge: Belknap, 1975.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Cultura e valor**. Lisboa: Edições 70, 1980.

\_\_\_\_\_. **Da certeza**. Tradução de Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990.

\_\_\_\_\_. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Abril, 1984.

\_\_\_\_\_. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção Pensadores.

\_\_\_\_\_. **O livro azul**. Lisboa: Ed.70, 1992a.

\_\_\_\_\_. **O livro castanho**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.

\_\_\_\_\_. **Philosophical investigations**. 3. Ed. Tradução de G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 2001.

\_\_\_\_\_. **Tratado Lógico-Filosófico/Investigações Filosóficas**. Trad. Manuel António dos Santos Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

\_\_\_\_\_. **Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas**. Tradução M. S. Lourenço. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

WONG, S. K. M.; YAO, Y. Y. An information theoretic measure of term specificity. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 43, p. 54-61, 1992.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. 133p.

WOOLGAR, Steve. 'Laboratory studies: a comment on the state of the art'. **Em Social studies of science**. Beverly Hills/Londres, Sage, vol. 12, nº 4, nov. 1982.

WORSTER, Donald. **Nature's economy**: a history of ecologic ideas. University of Kansas: Cambridge University press, second e edition, 1992.

WU, W. Dimensions of social capital and firm competitiveness improvement: the mediating role of information sharing. **Journal of Management Studies**, v.45, n.1, p.122-146, Jan. 2008.

WURMAN, Richard Saul. **Ansiedade de Informação**. São Paulo, SP: Cultura Editores Associados, 1991.

WÜSTER, Eugen. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

ZAGZEBSKI, Linda. O que é conhecimento? In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 153-189.

ZEMAN, Jíri, O Significado Filosófico da Noção de Informação. In: **O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea** - Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p. 154-179.

ZINS, Chaim. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, 2007.

ZUNDE, P.; GEHL, J. Empirical foundations of information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.14, p.67-92, 1979.